

**Edmundo Balsemão Pires**

# Sequencialidade do Sentido e Formas Cognitivas

**Coimbra 2018**

## Plano – Índice

### Índice

	2
Introdução	7
Advertência ao leitor	24
1. Duplo meio ambiente psíquico e opacidade referencial	25
1. 1. Sinais e Sequências	31
1.1.1. Como se vê e como se percebe	
1. 1. 1. 1. Fenomenologia e Física - o <i>sensorium</i> humano	33
1. 1. 1. 2. A autonomia teórica da fenomenologia sensorial e o domínio físico da existência	39
1. 1. 1. 3. Ver, sentir, mover-se	53
1. 1. 2. Bio- e Neurosemiose	
1. 1. 2. 1. “influir em...” ou “causar”	69
1. 1. 2. 2. Reduccionismo e causalidade	87
1. 1. 2. 3. Os sinais propagam informação em sentido	103

<b>1. 1. 2. 4. Estrutura e Funções de sinais</b>	122
<b>1. 1. 2. 5. Neurosinais e Redes</b>	125
<b>1. 1. 2. 6. Causalidade semiótica</b>	147
<b>1. 2. Diferimento e emergência</b>	150
<b>1. 2. 1. Propriedades</b>	155
<b>1. 2. 2. Auto-organização</b>	163
<b>1. 2. 3. Sistemas</b>	168
<b>1. 2. 4. Reflexão e Estruturas Cognitivas</b>	187
<b>2. Formação de objetos e consciência de objeto</b>	
<b>2. 1. Na corrente sensório-motora</b>	192
<b>2. 2. Intencionalidade</b>	
<b>2. 2. 1. Representar</b>	200
<b>2. 2. 2. Objetos intencionais</b>	224
<b>2. 3. O mundo da “atitude natural” e a realidade da ciência</b>	

	247
<b>2. 4. Dados sensoriais, conexões intrapsíquicas e inferências de sentido</b>	257
<b>2. 5. “Mito do dado”</b>	287
<b>2. 6. Conectividade psíquica</b>	301
<b>2. 7. Objetos e Nomes - Factos e Proposições</b>	316
<b>2. 8. Tipos modais</b>	
<b>2. 8. 1. Pragmática da Modalidade</b>	357
<b>2. 8. 2. Posição de Existência</b>	373
<b>2. 8. 3. Mundos possíveis habitados</b>	387
<b>2. 8. 4. Modos sem existência</b>	395
<b>3. Acontecimentos e Multiplicidade</b>	411
<b>3. 1. Objetos e símbolos figurativos - Acontecimentos e configurações simbólicas</b>	413
<b>3. 2. Nexo causal cognitivo sobre multiplicidade</b>	426
<b>3. 3. Economia simbólica da multiplicidade</b>	432
<b>3. 4. “Fogo-fátuo”</b>	444

<b>4. Sequências</b>	
<b>4. 1. Sequências e seleções</b>	455
<b>4. 2. Sequências da consciência</b>	
<b>4. 2. 1. Na consciência não há objetos</b>	467
<b>4. 2. 2. Seletividade sequencial, conservação e dupla negação</b>	480
<b>4. 3. As sequências não se reduzem à consciência</b>	484
<b>4. 4. Memória e sequencialidade</b>	488
<b>4. 4. 1. Recordação orientada</b>	490
<b>4. 4. 2. Memória e modulação da informação e do sentido</b>	496
<b>4. 4. 3. Traços mnésicos</b>	501
<b>4. 4. 4. Memória gerativa, personalidade e dissociação – invocando Pierre Janet</b>	505
<b>4. 5. Sequências e Tempo</b>	529
<b>4. 6. Sequências e Espaço</b>	537
<b>5. Quadro mediático</b>	548

<b>5. 1. Esquecimento e Transferência Social da Aprendizagem</b>	557
<b>5. 2. Tecnologia e meta-sequências</b>	567
<b>5. 3. Oral-Gráfico</b>	588
<b>5. 4. Analógico-Digital</b>	617
<b>5. 5. Virtualização e Redes</b>	624
<b>5. 5. 1. Inteligência seletiva das redes e Interação – uma nota sobre redes imaginadas pela teoria</b>	630
<b>5. 6. Perceber fora do corpo</b>	638
<b>5. 7. Observação de observadores nas redes cibernéticas</b>	640
<b>6. Ainda por concluir</b>	642
<b>Referências Bibliográficas</b>	649

## Introdução

Ainda não deixámos de nos debater com os problemas meta-teóricos que a *Fenomenologia do Espírito* de G. W. F. Hegel exprimiu há 200 anos, nomeadamente no que se refere ao significado do conhecimento sensível, sob a rubrica de “certeza sensível”. Aqui, a nossa claudicação é tanto mais evidente quanto maior o artifício empregue nas soluções contemporâneas aos desafios teóricos dessa obra.

O capítulo da *Fenomenologia* sobre a “certeza sensível” constitui um exame sobre a diferença e a relação entre o mundo sensível do conhecimento sensível e o mundo formado nas frases declarativas sobre o que o conhecimento humano pode produzir, reflexivamente, desse mundo sensível. É o tema da identidade e diferença entre o que é declarado na linguagem do juízo existencial afirmativo e o que é gerado na morfogênese sensível; o tema da convergência ou separação entre linguagem e sensação; saber imediato e mediação.

*O ser é para a consciência sensível o essencial*, tal a tese que, no referido capítulo dessa obra, tinha de ser posta à prova.

No discurso da certeza sensível sobre o seu objeto e sujeito a coisa era tomada como um “isto” e, do mesmo modo, a consciência, ou o *eu*, tomado como “este” eu, “esta” consciência finita, particular.

A coisa e a consciência não se compreendiam na sua multiplicidade interna em movimento - a consciência ou o eu como movimento interior do pensamento ou a coisa como feixe de várias propriedades formadas no ato de pensar. Ambos eram tidos como simples, imóveis e, nessa imobilidade, postos um frente ao outro.

A relação entre a coisa e a consciência também era uma relação simples, não só sem multiplicidade nos seus dois polos, como também de um tipo imediato e direto. Foi assim que o estar certo de... imediato, o objeto e a

certeza subjetiva puderam ser concebidos como tendo o seu ponto de partida na sensação como o saber mais seguro.

G. W. F. Hegel mostrava como a verdade da certeza sensível não podia residir no que o seu discurso dizia em conformidade com a observação imediata, mas no movimento reflexivo que ia da experiência sensorial individual e contingente até às dimensões universais da frase predicativa em que o “algo é algo” se constitui. A mediação pelo universal estava já presente no conhecer imediato para que este pudesse ser um saber expreso e declarado.

No referido capítulo, a *Fenomenologia* de G. W. F. Hegel não se alongava em considerações sobre a dimensão comunicativa da mediação pelo universal, o que teria implicado mostrar como a estrutura de endereçamento da proposição declarativa tinha de se considerar, também, um pressuposto obrigatório do conhecimento imediato e da certeza sensível.

Hoje, mediação significa complexidade e o tema da mediação na obra hegeliana deve ser retomado no da complexidade, nas suas várias dimensões, incluindo os aspetos psíquico e comunicativo. Então, a questão da concordância entre sensação, pensamento e linguagem se torna um assunto nuclear de uma Ciência preocupada com a complexidade.

No meu livro *A Individuação da Sociedade Moderna* (2011) e nos trabalhos conexos (2011-2016) se desenvolveram aspetos nucleares do confronto entre a Filosofia Social e Política na História dos seus conceitos e as exigências teóricas e descritivas de uma Teoria da Sociedade Moderna.

Aí se identificou o problema da complexidade resultante da autonomia da comunicação e da consciência, de sistemas sociais e de sistemas psíquicos, com apoio nas teses principais da Teoria dos Sistemas cotejadas com a História da Filosofia.

Identificaram-se vários temas e linhas semântico-conceptuais que decorrem do reconhecimento da autonomia dos sistemas de sentido (sistemas



psíquicos e sistemas baseados na comunicação) na evolução social compreendida na modernidade, numa aceção larga.

Um deles foi o da autonomia da construção psíquica do sentido das ações humanas, suas intenções, processo deliberativo, finalidades e utilidade relativamente à construção social das seleções práticas segundo pressupostos que decorrem da evolução diferenciada da própria comunicação e não do que um sistema psíquico consegue dominar sobre a complexidade ambiental.

Mais tarde, a *Indivuação dos Sistemas Psíquicos* (2014) veio desenvolver a ideia de que não há uma superconsciência, mas apenas consciência, em sistemas psíquicos individuados do ponto de vista sensório-motor, a partir de um organismo com uma capacidade limitada para abranger o seu meio ambiente, reter e processar informação sensorial.

Os resultados desses textos impunham a clarificação, em livro separado, das formas cognitivas que se alimentam das dinâmicas dos sistemas psíquicos e também dos sistemas sociais. O conhecimento é algo que ocorre num suporte psíquico, mas igualmente na dinâmica da comunicação. Há, em ambos os sistemas, formas cognitivas.

Intuitivamente se presume que uma consciência conhece e acrescenta-se mesmo, com grande facilidade, que conhece segundo representações mentais de um sujeito psicológico. Porém, também se diz que a sociedade conhece, aprende, etc., não se tratando aqui de um sujeito psicológico.

Quando se reconhecem estes predicados dos sistemas sociais sugere-se, implicitamente, que as formas cognitivas da sociedade são apenas projeções psíquicas na comunicação ou há, realmente, formas cognitivas com múltipla instanciação, de que a sociedade é um caso?

Que funções desempenham as formas cognitivas na estabilidade das referências cruzadas do pensamento, da ação e da comunicação, eis um tema que nos preocupa desde que se concluiu a redação do livro de 2011.

A maturação teórica desse problema geral originou o presente livro.

A explicação do que são formas cognitivas como produtos de operações particulares, a que chamamos cognição ou operações cognitivas, presentes em sistemas determinados, é uma tarefa intrincada, que exige muitas análises.

No presente trabalho caracterizam-se os sistemas que recorrem a formas cognitivas, a partir dos seus elementos e dos tipos de operações que concretizam. Estes sistemas são *Sistemas baseados no Sentido* nos seus elementos e nas operações que articulam tais elementos. Trata-se de sistemas psíquicos e sociais. Assim se restringe a noção de sentido às concretizações psíquicas e sociais do *processamento interpretativo de sinais*, apenas para o propósito de identificar o objeto teórico do presente trabalho. Há todo um processamento de sinais na realidade físico-biológica, e cognição correspondente, que não adquire valor interpretativo para sistemas psíquicos ou sociais.

O conhecimento e as formas cognitivas são mais vastos que o processamento interpretativo de sinais, mesmo que se admita que é na consciência e nos atos comunicativos que a cognição adquire um estatuto proposicional pleno e se pode, assim, tornar um objeto para a avaliação lógica.

O conhecimento foi entendido de dois modos: *i)* como um processo de que resulta a forma cognitiva, tradicionalmente chamada representação, devido a ter sido exemplificada e escrutinada em sistemas psíquicos formados por elementos da consciência (representações); *ii)* à luz de operações com múltipla instanciação, por isso não limitadas à consciência humana.

Pelo facto de, aqui, não se ter restringido a cognição a sistemas baseados na consciência humana - sistemas psíquicos de humanos – ela foi concebida como um tipo singular de operações com múltipla instanciação, que a

consciência nos sistemas psíquicos ou certas respostas a sinais comunicados na comunicação concretizam ou exemplificam.

A tese da múltipla instanciação implica ainda mais do que sistemas psíquicos e sociais, não repugnando, por conseguinte, a sua plena admissão nas estruturas operatórias de sistemas físicos, biológicos ou artificiais (I. A.). No presente trabalho, não se oferecem exames desenvolvidos sobre dispositivos cognitivos nestes três últimos tipos de sistemas. A investigação esteve concentrada nas formas cognitivas da consciência e da comunicação. Conhecer não é estar na posse de representações mentais, como uma tradição prestigiada quis e ainda hoje é defendido por teorias sobre os sistemas psíquicos e em crenças comuns. Aceitar a grande diversidade de dispositivos cognitivos é estar disposto a perceber conhecimento fora do universo das mentes humanas e, conseqüentemente, a não se deixar dominar pela compreensão corrente da forma representativa, tal como foi suscitada nas linhas modernas da Gnosiologia Empirista ou Racionalista sobre impressões e ideias. Alargar a noção de forma cognitiva para fora do espaço mental da consciência de humanos implica aproximar cognição de operações concretas, que não são só operações psicológicas, em que há conhecimento e ganhos cognitivos. Assim se alcança o significado do conhecimento para sistemas dinâmicos, em geral.

Em uma definição se vai sintetizar o que pretendemos.

Uma forma cognitiva emerge sempre que, em um sistema dinâmico, se formam observações dos estados desse sistema que servem propósitos de autorregulação operatória nos estados seguintes. O sistema retoma os seus próprios estados para se representar a si próprio em estados seguintes. Quando, segundo tais propósitos de autorregulação, é necessário observar estados em articulação com a percepção de acontecimentos de um mundo exterior se deve falar em meio ambiente externo do sistema ou de percepção.

Dito ainda de forma muito abstrata, cognição e formas cognitivas são observações direcionadas sobre o que ocorre num fluxo distribuído em estados, em que é possível identificar alguma progressão e ganhos seletivos na representação do sistema por ele mesmo.

Ao retomar, a partir desta visão geral sobre o conhecimento na perspectiva operatória, o tema da definição de cognição nos sistemas psíquicos, conseguirá ver-se melhor como é gerado e articulado o conhecimento na aceção psicológica das operações cognitivas psíquicas.

Ver-se-á que só algumas dimensões giram, efetivamente, em redor do que insistentemente se tomou como o que definia o conhecer nas representações mentais, nos objetos, sujeito e relação sujeito-objeto, impressões, memória de objetos e factos, conceitos e ideias. Mais particularmente, ver-se-á como mesmo estas noções se têm de submeter a uma reavaliação, aliás em curso em autores e correntes das “Ciências da Cognição”.

Na nossa maneira de ver, conhecer é uma operação distribuída na sucessão, apoiada em dispositivos observacionais supostos em determinada estrutura material, simbólica ou simbólico-material, dependente de aprendizagem, com vista a possibilitar outras operações, do mesmo tipo ou de outra espécie, em sistemas, segundo uma orientação em que sinais de entrada são regularmente transformados em sinais de saída.

Atribuir ao pensamento humano, às formas lógico-gramaticais evoluídas do uso das línguas naturais e às operações lógico-matemáticas um valor exclusivo no estudo do conhecimento, seria não ver o que de mais geral subjaz à organização cognitiva da espécie.

Pensar é associar, produzir sinais a partir de primeiros sinais. Genericamente, conhecer é organizar sequências de sinais segundo propósitos de autorreflexão nos sistemas de referência.

Não há um motivo determinante para não admitir a universalidade da cognição (múltipla instanciação) assim entendida e imaginar que só pode ter lugar nos sistemas psíquicos de humanos, na forma da consciência humana em relação privilegiada com a ação voluntária, nas línguas naturais ou em operações lógico-matemáticas.

Reconheceu-se na percepção uma forma cognitiva exemplar. Foi quase sempre tomada como ilustração do próprio ato de conhecer. O Empirismo teve nisso, na ênfase do que era já um privilégio do passado, as suas responsabilidades.

À luz da percepção conhecer é apreender, agarrar, segundo uma metáfora nada arrojada. Diz-se que perceber é entrar na posse de objetos e, de um modo ainda por explicar, transpor objetos situados num mundo externo em imagens mentais. O caminho seguido pelo Racionalismo foi praticamente o inverso, partindo da forma já abstraída do conceito do intelecto para o fazer seguidamente individuar nos objetos percebidos. Porém, o dualismo do percebido e do perceber e a forma-objeto estavam consagrados nas duas linhagens teóricas da Gnosiologia moderna. O problema da relação entre um interior mental e um exterior físico-orgânico teve aqui o seu berço.

A análise da frase proposicional como decomposição da forma-objeto nos seus elementos linguísticos e regras lógico-gramaticais podia seguir-se, indo da frase mental até à frase enunciada e já adaptada à estrutura de endereçamento (emissor-recetor). A comunicação era como o ponto de chegada de todo este processo, essencialmente mental.

Quer dizer que nas duas tradições modernas da Gnosiologia e da Lógica, a proposição nunca foi reconhecida como tecnologia particular, com a sua evolução, dependente de condições históricas como o desenvolvimento de superfícies gráficas especializadas no sentido da escrita e esta última da evolução de técnicas e símbolos escritos para o tipo da escrita alfabética. Menos ainda houve a preocupação em perceber como a proposição, como

forma tecnológica, permite articular séries de sentido do pensamento-ação com séries decorrentes da comunicação. O cálculo com números e figuras foi desvinculado da evolução das tecnologias de inscrição gráfica de símbolos e representado como um exercício do intelecto abstraído da matéria, para ele foi imaginado um regime complexo de regras, tão ideal como o que definia o “bem-pensar” dos raciocínios na forma da ligação das proposições.

Pelo menos em uma parte, que não se deve menosprezar, a percepção em humanos decorre de princípios que não são substancialmente diferentes da morfogénese da percepção animal. No caso da espécie humana, a linguagem entendida a partir do molde predicativo da relação lógica sujeito-verbo-predicado vem agregar-se à morfogénese sensório-motora, mas não são homogêneas.

Se, em humanos, pelo molde proposicional, as formas animais da percepção são modificadas para se adaptarem à estrutura lógico-gramatical do enunciado e do endereçamento, estamos perante consequências que só podem ser reconhecidas numa longa evolução, em que as exigências seletivas do uso de símbolos da linguagem para a comunicação e nos ciclos comunicativos próprios alteram as condições e valor cognitivos da experiência sensorial.

Exigir o reconhecimento de uma fonte inata do molde linguístico-proposicional na espécie humana, imaginando que se pensa, desde sempre, como se fala e como se escreve, segundo a matriz da proposição escrita, sem perceber que a espécie foi para isso domesticada, é pedir que se extraiam resultados de uma hipótese que, em si mesma, não sabemos que utilidade pode ter para a teoria da linguagem, a teoria da percepção ou da comunicação, e que apenas diz que a espécie já nasceu equipada, como pretendem as diversas versões do inatismo.

O molde linguístico-proposicional, já transfigurado pela civilização escrita na sua longa evolução reflexiva, é um *meio* tecnológico que comporta novidades filogenéticas consideráveis. Sobre a evolução gráfica dos símbolos do cálculo e sua disposição topológica-gráfica algo de semelhante se pode dizer.

Assim, perceber ou sentir não é perceber ou sentir objetos da forma proposicional, perceber ou sentir segundo o molde linguístico do enunciado e endereçamento de proposições existenciais-declarativas, mesmo quando a espécie foi domesticada nesse sentido. Há que mostrar que estas são possibilidades e seleções dadas na evolução da comunicação falada e escrita. Outras possibilidades de domesticação do pensar e do conhecer aguardam, seguramente, a espécie humana e é imaginável que a relação sujeito-verbo-predicado desapareça para dar lugar a outras sequências estruturadoras de sentido, algumas delas já sob os nossos olhos.

Entretanto, a evolução tecnológica da comunicação, de que as estruturas da linguagem escrita, em particular, são um episódio primitivo na espécie, traz consigo modelos de endereçamento de mensagens que permitem captar e responder diretamente aos acontecimentos, como por exemplo, no envio de texto escrito com áudio, filmes ou fotos em canais de comunicação apropriados ou a disseminação de redes baseadas em estímulo-resposta na sequenciação de sinais, nos tipos dos osciladores quantitativos com respostas programadas em algoritmos de I. A..

A possibilidade de se apoderar do próprio contexto da percepção na comunicação ou a sequenciação direta de símbolos em séries de estímulo-resposta torna estes meios tecnológicos muito diferentes do molde proposicional da linguagem verbal, que mobiliza nomes e verbos e presume os ecos da presença pessoal. É como uma disciplina algorítmica da relação entre pensamento e comunicação, com as suas próprias formas cognitivas,

que assim se forma e se estende pelo planeta sem indicar, intrinsecamente, limites territoriais ou geográficos.

Em que pontos, em concreto, estas novas formas tecnológicas da pós-escrita produzirão choques no modo como a espécie organiza a comunicação, e conseqüentemente a cognição, é uma pergunta que deixamos a História das Tecnologias da Comunicação responder. Todavia, é indubitável que tornará a comunicação menos submissa ao molde proposicional, alterará o significado social deste, permitindo, de várias formas, a retomada dos horizontes morfogenéticos da cognição e outras associações entre comportamentos e sinais, com uma substancial reconfiguração do significado psicológico do perceber e do conhecer na forma proposicional.

A forma proposicional do juízo existencial declarativo foi uma estrutura de grande alcance para o equacionamento das formas cognitivas baseadas na linguagem natural ou nas línguas formais, formalizadas com base em línguas naturais e respetivas regras. A História da Lógica confundiu-se, em grande parte, com a evolução do conhecimento dessas regras. No entanto, a forma proposicional, assim entendida, depende sempre de condições comunicativas muito particulares - as que decorrem da comunicação com base nas línguas naturais. Aqui, a forma proposicional canónica do juízo existencial declarativo serve de bitola para a observação de observadores, que recorrem à comunicação mediada por símbolos das línguas naturais. As estratégias comunicativas desses observadores podem, assim, ajustar-se ao que emerge como o equivalente a uma referência comum ao mundo.

Ora, o juízo predicativo é uma dimensão de um *medium*, segundo uma aceção que se vai aprofundar.

Alterado o alcance comunicativo do uso exclusivo das línguas naturais, na evolução mediática e da comunicação, é de esperar uma mais ou menos



profunda modificação do valor cognitivo do juízo existencial declarativo com a sua ontologia e respetiva regulação da observação de observadores.

Lembre-se, apenas, para já, que o molde gramatical da proposição foi gerado numa civilização escrita em processo de reconfiguração tecnológica que dura há milénios.

Se as tecnologias da comunicação propõem novos rumos para a linguagem e o uso de símbolos, também evidenciam o carácter formado e não inato da relação entre rotinas psíquicas da cognição, comunicação e estruturas lógico-gramaticais. Revelam, à luz do dia, como as formas cognitivas não se dão apenas na modalidade do pensamento humano com as suas disposições operatórias, convergentes para o molde proposicional da relação sujeito-predicado.

Se estes pressupostos forem bem entendidos percebe-se por que sustentamos que a forma geral da cognição não pode estar na forma-objeto tipificada no molde proposicional “algo é como algo”, mas em sequências, ao mesmo tempo, mais primitivas e vastas.

Em consequência, o método certo não é ir do psíquico ao social, como do primitivo ao derivado. Pelo contrário, recusou-se a via de inferir a comunicação do sentido psíquico de humanos, concedeu-se-lhe a sua autonomia, identificaram-se as formas parasitárias, os dispositivos oportunistas dos sistemas psíquicos e sociais nas suas operações cruzadas, assim como as somatizações da comunicação e da consciência.

Sigamos, agora, a outra parte do argumento geral deste trabalho.

O que um pensamento é, o que o define, só em outro pensamento se descobre, eis o que deve ser reconhecido e explicado.

O que forma um signo só em outro signo se explicita. Compreender um signo é ser capaz de seguir uma sequência. Cada signo abre para uma sequência ordenada de elementos significativos. Aqui está uma outra ideia-guia que serve, aliás, de explicação sumária do título do livro.

Saber se é possível entender a cognição e as formas cognitivas resultantes de operações cognitivas mediante o que se conhece da estrutura e orientação semióticas de certos sinais, é um desafio que, a encontrar um desfecho favorável, permite identificar as operações do conhecimento nas formas reconhecíveis de envio, codificação e percepção de sinais.

O que Charles Sanders Peirce pressentiu como a vocação universal da Semiótica permite, assim, testar a hipótese da múltipla instanciação da cognição.

Além disso, pelo facto de o endereçamento de sinais estar dependente da articulação da informação com o sentido, sequenciar a cognição através da *semeiosis* é poder reconhecer no concreto da manipulação de símbolos, em que, sem perder autonomia, a consciência se associa à sua base cerebral e a comunicação e os sistemas artificiais convergem, o conhecimento *in fieri*.

Basear o conhecimento em formas inatas de representações mentais vertidas em constituintes linguístico-proposicionais-volitivos, como quis uma reputada Filosofia contemporânea da Mente, pode não ter justificação.

Importa, todavia, perceber bem qual o ângulo de análise que leva a negar viabilidade ao inatismo conceptual, de larga tradição histórico-filosófica.

Recorde-se o conceito de *semeiosis* proposto por Charles Sanders Peirce.

*By semeiosis I mean, an action, or influence, which is, or involves, a cooperation of three subjects, such as a sign, its object, and its interpretant, this thri-relative influence not being in any way resolvable into actions between pairs* (Peirce 1931-1966: 5.484).

Se, mais concretamente, o conhecimento se pode descrever à luz da orientação sequencial da *semeiosis*, então, são os nexos operatórios em que esta se inscreve que devem ser identificados e descritos, no concreto associativo da vida mental e da comunicação, e não em representações mentais isoladas que depois se combinam mediante um cálculo sobre

elementos simples, não-decomponíveis. Aqui se volta a cruzar Filosofia da Linguagem e da Mente, mas segundo uma nova hipótese-guia.

A nossa proposta teórica apostou na combinação entre a *semeiosis* e a perspectiva operatória sobre sistemas dotados de capacidade cognitiva, de Semiótica e Teoria dos Sistemas.

Tal concepção se fundamenta em uma ideia, que se pode formular, para já, através de um argumento muito simples.

Não existe outra forma de conceber um signo exceto a que coloca os elementos do signo em sequência, ou seja, segundo uma orientação que implica passagem através desses elementos. Porém, signo não pode ser uma entidade mental, mas algo de mais vasto. Mesmo quando isto parece evidente, não se é levado facilmente à consequência de que as nossas concepções sobre o real, por se basearem em signos, se dão através de sequências.

As noções de signo de Charles Sanders Peirce e de Ferdinand de Saussure sublinharam, em concordância, que todo o signo implicava uma relação interna de elementos. No tipo saussuriano o signo era o resultado da comutação de significante e significado e da percepção da sua associação interna por uma mente.

Na Semiótica de Charles S. Peirce, o signo constitui uma relação que envolve os três aspetos do *Representamen*, do Objeto e do Interpretante (R-O-I), com as suas próprias divisões internas e combinações, sem um estatuto exclusivamente mental. Se o carácter triádico da relação sgnica é o que realmente faz um signo, então é porque o signo está somente no caminho que liga o *Representamen* ao Objeto através do Interpretante. Reduccionismo significaria, aqui, perda do próprio signo por perda do caminho sgnico. Assim, é tão importante o caminho sgnico quanto o próprio signo tomado, por exemplo, como um sintoma orgânico, um artefacto ou como um pensamento.

Compreender um signo é, pois, ser capaz de seguir uma sequência. Seguir uma sequência é uma operação (*an action, or influence...*), qualquer que seja o sistema que a concretiza.

Fundamentar esta conclusão pragmatista e aplicá-la ao estudo das operações cognitivas, tal foi o objetivo central deste livro.

Na sua síntese da evolução das “Ciências Cognitivas”, Francisco Varela lembrou a importância da teoria da aprendizagem neuropsíquica de Donald O. Hebb, na transição dos modelos computacionais da cognição baseados em símbolos e relações entre símbolos, mais característicos da primeira geração da Cibernética, para as mais recentes propostas das teorias conexionistas e de redes neuronais.

Segundo as teses de D. Hebb sobre aprendizagem neuronal, os neurónios não formam isoladamente estímulos do sentido psíquico, mas agem em cooperação com outros neurónios, com pesos variáveis segundo a frequência de disparo, para poderem produzir efeitos com ressonâncias psíquicas. Assim se introduzia a imagem de uma atividade cooperante, em rede, dos neurónios e uma visão holística sobre a energia neuropsíquica.

A propósito da mudança de modelos nas teorias da cognição e do nascimento dos modelos conexionistas e de rede, debatia-se F. Varela com as noções de sequência e sequencialidade, que considerou mais típicas das teorias da primeira geração (Varela 1990: 55 e ss.).

Embora se compreenda o que pretende quando considera a imagem de uma linha sequencial (*input-output-feedback* no tipo cibernético da primeira geração) como demasiado restritiva para figurar a multiplicidade de ligações realmente atuantes, em sistemas dinâmicos, multifonte e em rede, para gerar efeitos singulares, no contexto de auto-organização e emergência a partir de complexidade não-redutível, o que no fundo rejeita é a imagem da linha ou, mais propriamente ainda, da monolineraridade.

Ora, o que sustentamos é exatamente o mesmo que F. Varela relativamente à complexidade não-reduzível em certos sistemas dinâmicos e a auto-organização emergencial decorrente. Todavia, a noção de sequência, de múltiplas sequências enlaçadas, pareceu-nos essencial manter e repensar. Continua a não ser possível reconhecer complexidade em sistemas dinâmicos, e nos sistemas dinâmicos produtores de cognição, sem a orientação sequencial das diversas fontes concorrentes para a produção de formas cognitivas. Isto mesmo é confirmado pelo connexionismo e pela noção de processamento distribuído paralelo.

Por isso, a noção de sequência é de manter, muito embora dissociada da imagem de uma linha única, que a tradição das teorias da causalidade suportou e fortaleceu.

Multisequencialidade e nós multisequenciais, eis o que nos pareceu lícito apresentar como imagem exemplificativa no lugar da única linha sequencial que, esta sim, F. Varela justificadamente julgou menos apropriada.

Em síntese, este trabalho articula quatro teses nucleares sobre a função das formas cognitivas, que se vão desenvolver e aprofundar.

Primeiramente, considera-se que o conhecimento e as suas formas dependem do sentido e das suas formas. A noção de sentido, de que se partiu, reflete a definição de Niklas Luhmann em *Sistemas Sociais*, que tomou por sentido a unidade da diferença entre atualidade e possibilidade, apoiando-se, em parte, na Fenomenologia. Veremos a importância que tem esta definição formal de sentido e em que medida ela pode confirmar a tese do carácter sequencial da relação entre cognição e sentido.

Em segundo lugar, sustenta-se a tese da múltipla instanciação da cognição e, por conseguinte, a não-redução das formas cognitivas possíveis às operações neuropsíquicas do pensamento de humanos.

Além disso, uma terceira tese parte do tema da função da cognição para mostrar como os *media* tecno-simbólicos configuram e reorganizam a sequencialidade da cognição em sistemas psíquicos e na comunicação.

Uma quarta tese afirma que as formas mediáticas do sentido e da cognição proporcionam os quadros de referência da observação de observadores e respectivas estratégias comunicativas.

A divisão do trabalho em cinco capítulos não resulta de um procedimento exterior ao ritmo da argumentação, não se devendo encontrar para ela uma explicação didática.

A estrutura do texto é encadeada desde um foco inicial no sistema psíquico, em relação com o seu cérebro e os sinais neuronais, até a um capítulo final, em que se escrutina os *media* da comunicação.

O capítulo 1 torna familiar a terminologia sistémica e permite compreender por que motivo na teoria do conhecimento tradicional se fala, impropriamente, em objetos da cognição. Mostra-se como a noção de causalidade foi responsável pela imagem de uma correspondência ponto-a-ponto entre um interior psíquico e um exterior físico, conexão esta tomada como percepção e conhecimento, propondo-se como o protótipo de todas as formas cognitivas. Demonstra-se como a relação causal é produto do funcionamento sequencial do sistema psíquico na descodificação dos sinais neuronais na corrente sensório-motora e não de uma obrigação de correspondência entre uma imagem interna e um objeto externo. Assim se dá uma explicação para a noção de um meio ambiente interno dos sistemas psíquicos e do carácter psicologicamente construído do meio ambiente externo desses sistemas. Para dar uma resposta aos problemas suscitados pelos excessos da representação causal do conhecimento, procede-se a uma análise da noção de emergência das formas cognitivas e reavaliam-se os contributos e impasses da chamada Neuro-Filosofia.

O capítulo 2 expõe a gênese psicológica da consciência de objeto e confronta-se com propostas contemporâneas sobre a intencionalidade da consciência e a representação no sentido psicológico deste termo, como a Fenomenologia de Edmund Husserl ou a obra de Jerry Fodor, entre outros. Em consequência desse ponto de partida, desdobra-se, depois, em análises sobre as modalidades, confrontando as teorias modais com a transformação a que fica sujeita a noção de existência quando se privilegia a dimensão operatória e sequencial sobre o conhecimento.

O capítulo 3 traça as linhas gerais de uma investigação sobre as noções de acontecimento e de multiplicidade articulada do ponto de vista simbólico e o seu significado para a percepção. As noções de *facto* e de *facto* proposicional tomam aqui o lugar e é frente a ambas que o trabalho se depara com novas exigências teóricas, no sentido de explicar como se formam as configurações factuais nas proposições e como se relacionam com estados de coisas no mundo.

O capítulo 4 é nuclear para a defesa da nossa tese. É aqui que se debate o conceito de sequencialidade do sentido. Tenta mostrar-se como nenhuma representação existe sem remissões de sinais para outros em uma estrutura simbólico-material. São sinais encadeados que formam o significado final atribuído por um sistema ao que conta como representação nas suas operações. Sentir, pensar, querer, enviar e responder a mensagens são remissões, cuja disposição sequencial se vai precisar e ilustrar. Aqui, a exposição segue uma orientação sistemática, em que a ordem teórica dos argumentos vem para o primeiro plano. No entanto, em uma das alíneas, ao se enveredar pelo tema da memória como dimensão da sequencialidade psíquica, recorreu-se a uma exemplificação da História da Ciência, com o pequeno estudo sobre a memória alternada nos casos clínicos de Pierre Janet.

O capítulo 5 dedicado ao que chamámos “quadro mediático” termina o livro. Aqui se apresenta a sequencialidade do sentido diretamente nas formas comunicativas e se explica como operam as formas cognitivas agregadas a operações de comunicação. Os *media* como meios técnico-simbólicos da comunicação, eis um dos temas investigados. Para o desenvolver foi necessário ter em conta a noção de tecnologia, defini-la e descrever criticamente o uso da linguagem da causalidade, quando se trata de referir o prolongamento do organismo humano nos instrumentos protésicos da técnica. Aqui se abordaram algumas transformações mediáticas de cuja evolução se faz depender uma alteração substancial dos quadros da experiência e das formas cognitivas – as redes cibernéticas e o aparecimento de novas possibilidades das superfícies gráficas de inscrição, em que se vão apoiar as próximas revoluções da escrita e do uso da linguagem natural. No que diz respeito ao conceito da tecnologia não foi possível desenvolver, com o detalhe que merecia, a relação entre tecnologia e jogos. As indicações ficaram esquissadas, à espera de uma retomada oportuna.

### **Advertência ao leitor**

Este trabalho não foi desenvolvido segundo as exigências de erudição e de aparato crítico de uma dissertação, no sentido escolar do termo. Isso se deve a que não é uma dissertação, mas também ao facto de se ter optado por uma exposição o mais livre possível de referências bibliográficas. A Bibliografia e as notas foram reduzidas ao que foi diretamente mobilizado para a escrita e ao que vai ser estritamente necessário para a compreensão dos argumentos no corpo principal do texto.



## 1. Duplo meio ambiente psíquico e opacidade referencial

Na longa tradição das teorias do conhecimento há duas tendências que mais expressivamente permeiam as diversas combinações doutrinárias sobre a relação entre objetos da realidade extramental e percepção.

Uma primeira, a mais antiga, iniciada no realismo da Filosofia grega clássica, que considera que o espírito humano, mente ou alma retém do objeto extramental, pela sensação e pelos seus fantasmas imaginativos, aspectos que explicam o conhecimento adequado do mundo em redor e do objeto em particular ao nível das ideias intelectuais. Salienta-se nesta visão a continuidade entre o objeto extramental e os processos da sua elaboração psíquica como um desenvolvimento cumulativo a que se acrescenta a explicação causal que vai do exterior material, existente, ao interior mental, ideal.

Uma segunda tendência, que não é menos antiga, a dar crédito a alguns intérpretes da História da Filosofia, veio destacar, no tipo de existência ideal das concepções mentais, uma autonomia em relação ao objeto material da existência extramental, que explicaria a eventualidade de pensamentos sobre seres extraordinários ou objetos impossíveis e incompatíveis com o mundo material, mas existentes na mente. A existência mental seria de um tipo intencional. Na época moderna, a sua estrutura remissiva foi redescoberta por Franz Brentano e aprofundada por Edmund Husserl e é muito sinteticamente formulada na relação “noese-noema” da intencionalidade da vida psíquica.

Na Fenomenologia esteve presente uma transformação das concepções da intencionalidade da escolástica numa direção não-realista da teoria do conhecimento, mas esta via não destruiu ou comprometeu definitivamente as soluções mais favoráveis ao realismo.

A Fenomenologia revela, em vários dos seus desenvolvimentos, uma recusa ou, pelo menos, grandes reservas frente ao naturalismo do realismo ingênuo. Isso deve-se à reformulação por E. Husserl da Filosofia Transcendental que evoluiu, de forma consistente, desde as Lições de Göttingen até ao posicionamento transcendental, renovado do ponto de vista da técnica fenomenológica da redução, nas *Ideias*.

As teorias psicológicas de finais do século XIX, que viabilizaram o perfil epistemológico da Psicologia Experimental, referiram o valor das dimensões orgânicas na gênese do sentido psíquico gerando, assim, o terreno das explicações causais no *continuum* orgânico-psíquico. Foi este clima epistemológico que fertilizou o terreno do que E. Husserl descreveu como naturalismo ou atitude naturalista na sua crítica dos fundamentos da Psicologia científica.

Com a identificação da intencionalidade da consciência, tenta a Fenomenologia a subtração do sentido psíquico em relação ao modelo causal do *continuum* orgânico-psíquico. Foi um modo de procurar para a Psicologia uma base epistemológica e ontológica diferente da que lhe estava prometida com a inclusão do objeto desta disciplina no número dos seres naturais, por via da Psico-Física Experimental. Aqui, a via seguida por E. Husserl parcialmente se aproximou dos caminhos explorados na tradição do espiritualismo francês e na obra de Henri Bergson, desde os *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, embora terminando em conclusões muito diferentes e até contrárias ao bergsonismo.

Ao contrário do empreendimento de Henri Bergson, de William James, de Pierre Janet e de outros autores que desenvolveram as suas ideias no clima intelectual da germinação da Psicologia Experimental moderna, de situar predominantemente a autonomia do psiquismo na orientação horizontal da corrente da consciência, continuando e transformando o associacionismo, o modo como E. Husserl enquadrou a vida psíquica em redor da

intencionalidade e da relação noese-noema, não obstante as noções de horizonte, de apresentação e copresentificação, ficou desde o início dependente da procura de uma fundamentação para a Lógica, uma vez que esta era a disciplina que, em concorrência com a Psicologia da época como disciplina experimental do pensar individual, definia as leis gerais do pensamento.

Ao combinar a fundamentação da Lógica com as bases de uma Psicologia Fenomenológica das vivências intencionais, o ponto de ancoragem da Fenomenologia no seu estudo da consciência tinha de ser a forma do pensar já estruturada sob ponto de vista judicativo. Por isso, o interesse de E. Husserl pelo associativismo psicológico foi diminuto, as próprias leis psicológicas da associação foram tidas como um assunto sem relevo fenomenológico, transcendental, e a orientação sequencial da corrente de consciência teve de se subordinar à forma ideal da simultaneidade noese-noema mesmo quando o tema foi o da “Consciência Interna do Tempo”. Para ele, o objeto intencional mais não é do que o produto da doação intencional de sentido, mas segundo o molde proposicional em que a consciência de algo se exprime ou pode exprimir. A identificação da expressão judicativa do pensamento com o produto da doação intencional do sentido psíquico, no “é” copulativo, coroava assim a longa carreira do estudo do juízo como modelo da investigação do pensar e do ser, desde Aristóteles, não obstante todas as precauções a respeito dos suportes metafísico e gnosiológico da teoria do juízo do realismo ingénuo do legado clássico.

Nos ensaios da década de 1860 de Charles S. Peirce sobre a dedução das categorias, parcialmente motivados por um confronto com a Lógica de Immanuel Kant na *Crítica da Razão Pura*, por suporem que a dedução lógica das categorias tinha aí ficado por aprofundar, podiam já encontrar-se

demarcações relativamente à teoria clássica do juízo e à sua interpretação por I. Kant.

De facto, o pai fundador do pragmatismo antecipava, nessa época, a sua ideia geral de que o pensamento é signo e o Homem é signo mostrando como o juízo é, nele mesmo, uma articulação de signos ou de dimensões do signo, não sendo concretizável uma dedução lógica das categorias sem considerar a estrutura de signo que subjaz a toda a representação intelectual. Já aproximava da estrutura de signo a forma remissiva da representação em geral, que identificava com o pensamento.

Não é fácil situar um ponto certo na sua obra em que o pensador teve consciência de que com a sua Semiótica se estava a afastar da noção convencional de representação, de modo irremediável. O que é certo é que a partir dele se tornou um tema promissor a questão de saber como o pensar se organiza interiormente segundo a estrutura do reenvio de sinais. Porém, a investigação do pensamento e da consciência segundo a sua estrutura semiótica impõe investigações cruzadas sobre sistemas psíquicos autorreferenciais e sobre os nexos semióticos entre sistemas psíquicos e outros tipos de organização de sinais que adquiriram autorreferencialidade, como sistemas orgânicos ou físicos, o que ultrapassa essas primeiras formulações do séc. XIX tardio.

Neste trabalho vai tomar-se a primeira linha doutrinal do realismo clássico como uma explanação naturalista e causal da cognição e a segunda como um grupo de teorias sobre a intencionalidade da consciência, representadas na Fenomenologia de E. Husserl e em orientações contemporâneas que invocam a doutrina da intencionalidade. Entre ambas as linhas é possível encontrar pontos de conexão e compromissos. Contudo, não dizem as mesmas teses sobre o significado da consciência.

Ver-se-á que nenhuma delas está apta a descrever o processamento dos elementos *reais* da cognição nos sistemas psíquicos segundo a exigência de

uma descrição semiótica da consciência na sua relação com o meio ambiente cerebral e com o meio ambiente da experiência natural de um sistema psíquico individuado.

Daí ter de se isolar uma terceira orientação, que se identifica com a que se propõe neste trabalho.

A primeira dessas linhas teóricas apresenta fragilidades mais evidentes do que as concepções sobre intencionalidade e estas últimas podem ser consideradas como pontos de partida de uma descrição mais apropriada sobre os componentes *reais* dos sistemas psíquicos, mas apenas mediante uma reelaboração em que a estrutura de sinal e o reenvio sequencial de sinais da consciência se têm de evidenciar.

O ponto angular da presente investigação está na tese de que há sistemas psíquicos individuados e só no processo dessa individuação, mediante a formação de padrões e hábitos associativos de sinais, se pode compreender a criação de cognição no sentido psíquico do termo.

Toma-se a individuação dos sistemas psíquicos como equivalente a autorreferência desses sistemas e fonte da sua clausura na atribuição de sentido às vivências psíquicas.

Para o ponto de vista agora a propor há vantagens evidentes em articular sistema e sinal, ou seja, no plano metódico, Teoria dos Sistemas e Semiótica. Uma dessas vantagens é imediatamente visível. A compreensão semiótica dos processos psíquicos oferece uma mediação mais adequada entre comportamento e cognição, que a Psicologia clássica só conseguiu articular com muitos artifícios, como se percebe das discussões sobre faculdades e instintos, sobre inatismo ou caracteres adquiridos.

Por elementos *reais* dos sistemas psíquicos se entendem aqueles componentes que fazem efetivamente parte da corrente de consciência sem suposições sobre a referência a algo de transcendente, na aceção de externo ao sistema de referência individuado. Por elementos *irreais*

compreendem-se as referências ao meio ambiente que se podem gerar nos elementos *reais* em virtude da orientação particular das sequências psíquicas.

## 1. 1. Sinais e sequências

Um novo exame da sensibilidade segundo uma perspectiva semiótico-sistêmica da consciência é uma obrigação perante os impasses do pensamento contemporâneo na proposta de um conceito operatório do sistema psíquico. Desse exame depende a perspectiva de conjunto sobre o caráter sequencial e conectivo da vida psíquica, que aqui se defende.

Por perspectiva representacional da consciência num sentido convencional entendemos aquela que concebe a consciência como uma caixa de impressões em que se reproduzem características de objetos, dados como tais, sem construção psíquica, num mundo tomado como independente da percepção. A consciência de impressões sensíveis é então receptiva e passiva e dela partem os pilares seguintes na edificação do conceito espontâneo de realidade do homem comum.

Esta é uma caracterização forte e impressiva da teoria representacional convencional, que serve para estabelecer uma imagem de referência sobre o que nos diz a reflexão espontânea sobre conhecimento e percepção, quando reflete sobre a formação do conhecimento.

A reflexão espontânea sobre a percepção não se desenvolve só numa comunidade não científica. Ela não afeta apenas a maneira de pensar do que E. Husserl chamou “atitude natural”. Não obstante a sofisticação dos procedimentos analíticos e das metodologias, o conceito de objetividade das ciências e das comunidades científicas não abandonou substancialmente a crença num mundo externo com propriedades que a consciência volta a formar quando produz conhecimento ou quando simplesmente percebe o que a rodeia. Se olharmos na direção da Filosofia encontramos, sem dúvida, inúmeras precauções contra a imagem da consciência como caixa de impressões, mas até que ponto elas são

consistentes e não caem em tentações reducionistas, eis o tema que precisamente há que enfrentar.

O conceito de representação que se usar em determinados pontos deste trabalho deve ser previamente depurado da visão externalista da coisa e da consciência como o interior de uma caixa em que estão imagens de coisas. Só depois desta depuração é que representar e representação podem ter um uso conveniente e concordante com o nosso entendimento e se pode diferenciar da versão do realismo ingénuo da reflexão espontânea.

Defendo que a consciência está organizada segundo remissões internas de elementos, desde formas elementares até às mais elaboradas, de que dependem as induções mais simples até à cognição organizada nos seus diferentes níveis de sistematização diagramática. Sustento que a sensibilidade já fornece um protótipo desta orientação sequencial, eventualmente o mais sintomático para a ilustração do tipo de conectividade que encontramos nos elementos da consciência.



## 1. 1. 1. Como se vê e como se percebe

### 1. 1. 1. 1. Fenomenologia e Física – o *sensorium* humano

Do ponto de vista macroscópico, a matéria apresenta-se em estados, variáveis essencialmente graças a pressão e a temperatura. A química dos estados físicos da matéria enumera hoje mais do que os três estados sólido, líquido e gasoso. Estes últimos, contudo, são aqueles que mais importância tiveram no entendimento da ancoragem física da fisiologia sensorial, mesmo que se possa supor que o plasma, por exemplo, tem uma presença física cósmica maior que os outros estados.

Isto se deve a que os três estados tradicionais são os que se reconhecem imediatamente no meio terrestre, aquático e aéreo em que as espécies animais desenvolvem as suas atividades, autoconscientes no Homem.

Para o Homem como espécie animal esses meios são as molduras em que a informação da realidade física, mais vasta, é selecionada na perspectiva da fisiologia dos órgãos sensoriais.

Chamemos-lhe meios naturais da percepção e à informação que reportam aos sistemas perceptivos, informação sensorial.

Como veremos com mais detalhe, não se pode falar de informação sem uma estrutura de sinal e o sinal supõe já uma relação básica de endereçamento em que o sistema, por muito elementar, ganhou autonomia estrutural em relação ao meio.

O que ocorre em virtude da mediação destes sinais é fisiológico-sensorial, pode ser conscientemente organizado e mobilizado para o *drifting* animal nos meio ambientes. A informação assim selecionada e orientada traduz-se em sentido para o sistema de referência e aqui se pode traçar a distinção entre o plano físico e o fenomenológico sobre a existência. Nesta perspectiva

naturalista não constitui um mistério insondável o nascimento da consciência nas espécies animais e no Homem em particular.

Entre as espécies animais, na ontogénese, o Homem começa a relação sensorial com o meio na dependência da sucção e da sucção-respiração, numa combinação de sensores sensoriais orais-nasais muito poderosos. Mesmo que se admita que o sistema háptico está espalhado pela pele e que as mãos já possuem uma função de exploração no recém-nascido, é sem dúvida por associação aos movimentos da sucção e da respiração.

A ligação estreita que James Gibson pretendeu encontrar entre gustação e olfação pode ter aqui um fundamento (Gibson 1966: 14).

A polarização simbólica que a sucção-respiração estrutura foi estudada, inclusivamente na Psicologia Clínica, e aqui se podem identificar sinais interoceptivos e exteroceptivos, projeções e memórias de ligação a fragmentos do meio com valor emocional-sensorial, que possuem como principal utilidade apoiar a génese e fixação da diferença entre o interior e o exterior orgânico, entre sistema e meio.

Os sinais sensoriais nada conhecem ainda de substâncias físicas externas ao sistema sensorial, a que o animal totalmente desenvolvido vai chamar objetos e, no entanto, a adaptação anatómica dos órgãos a funções de exploração está já em progresso.

A evolução do sistema sensorial aperfeiçoará os sensores no sentido de os adaptar a funções exploratórias do *drifting* animal e a reconhecer símbolos de criação social. Todavia, não é possível concluir que o sistema sensorial evoluiu para conhecer a realidade física, como tal.

O que chamamos *sensorium* é a organização fisio-psicológica que permite caracterizar a codificação sensorial dos três meios terrestre, aquático e aéreo, na suposição das suas ligações aos três estados sólido, líquido e gasoso, na forma dos órgãos sensoriais. A inspiração vai para a Ecologia da

Percepção de James Gibson, embora com várias retificações às suas propostas.

Na correlação entre meios e sensores fisiológicos não se ligam coisas a impressões, mas possibilidades do meio a disposições sensoriais codificadas, como a que se percebe na relação entre sinais-impulsos e sinais consequenciais.

A visão codifica sinais devido à exposição dos olhos e das superfícies observadas à radiação de luz solar através do ar e da água, na proximidade de fontes luminosas, mas não através de substâncias terrestres desprovidas de luz ou impedindo a difusão de luz.

O olfato codifica sinais através do ar relativamente a fontes sólidas ou líquidas e está associado aos ritmos respiratórios.

A gustação codifica sinais em sólidos e líquidos, mas não no meio aéreo. Daí poder afirmar-se uma complementaridade entre gustação e olfato.

O tato espalhado por toda a pele, mas funcionalmente exagerado nas mãos, percebe sinais em todos os estados.

Ouvir implica o meio aéreo ou o líquido, mas a impenetrabilidade do estado sólido torna, no limite, impossível a propagação de sons.

Relativamente ao meio aéreo, a organização do *sensorium* é tal que os sinais codificados, quando não são visuais, podem ainda ser acústicos, tácteis ou olfativos.

Quanto ao meio terrestre, os sinais serão tácteis ou gustativos, indiretamente olfativos e indiretamente visuais.

O meio líquido é codificado pela visão, gustação, audição ou tato, mas não em imersão olfativa.

A capacidade de omnicodificação do tato torna-o um órgão excepcional. As explicações do mecanicismo moderno dos séculos XVII e XVIII remetiam para o nexos entre tato e movimento, tato e manipulação. O sentido háptico pode, assim, parecer o sentido do movimento.

Creemos que é mais adequado tomá-lo como a ilustração no *sensorium* da articulação da informação aferente e eferente e dos sinais orgânicos correlativos.

Mediante o tato, a codificação sensorial facilita a passagem de informação e sentido do plano sensorial para a ação, embora não seja apenas o tato o responsável por isso. As funções hápticas, contudo, estão especialmente habilitadas a concluir os passos graduais do involuntário no voluntário nos movimentos e nas ações.

Codificação sensorial significa capacitação para a ação e possui, simultaneamente, um caráter semiótico e operatório. O *sensorium* é um sistema semio-propulsor.

Mediante a orientação operatória, os sinais de valor sensorial especializado adquirem um sentido orgânico-motor global, sinais de certos órgãos podem sinalizar para sinais de outros órgãos sensoriais, gerando-se codificações cruzadas e retro-codificação em meios diferentes. De que se pode inferir que fazemos imagens de sensações tácteis, tocamos em imagens ou outras combinações.

A consciência em sentido psicológico é descrita como um processamento de interpretações psíquicas de sinais, originalmente neuronais, no que se chama convencionalmente sensações, percepções, imagens ou formas sensoriais mais complexas, relacionadas com emoções e com o sentimento de permanência adquirido no tempo sensorial.

Nesta caracterização não se pode ver na codificação sensorial uma estrutura representativa, em que se uniu um sinal e a sua denotação, em que o sinal pertence à dimensão psíquico-orgânica e a denotação ao lado físico da existência.

O *sensorium* é já dotado de complexidade não redutível a representação por pares e não está desligado do fluxo eferente.

No nosso entendimento, é a associação estreita entre a codificação de sinais sensoriais, segundo especificação funcional de órgãos, e recombinação funcional de sinais, entre órgãos, pelos imperativos da orientação para a ação, que define uma Fenomenologia e a autonomia das descrições fenomenológicas dos sinais conscientes, como sensações, percepções e imagens, relativamente à descrição física da existência.

Nas interpretações computacionais dos processos mentais se gera a impressão de que há em todos os acontecimentos mentais um cálculo com símbolos elementares, seus representantes materiais e operações lógico-matemáticas. Até que ponto esta imagem é ou não muito forçada para afigurar o que é um cérebro em sentido biológico, é o que muitos autores discutem.

As teorias computacionais são conscientemente metafóricas e analógicas, voltadas para as tecnologias da simulação dos processos neuropsicológicos, por isso os seus defensores não podem ser acusados de ingenuidade ou de comparações deslocadas.

Porém, não deixam de alimentar, com a noção de símbolos sobre que se computa, a ideia da associação binária entre o símbolo representativo e um estado objetivo, com a teoria representacional implícita.

O interessante destas teorias não estará muito provavelmente na sua insistência na forma binária do nexa representativo dos símbolos do cálculo, com as suas duas partes representadas em isolamento uma da outra. Pode, contudo, esperar-se que, de uma reavaliação da sua noção de cálculo, resulte uma perspectiva sequencial do processo neuropsíquico, em que cada sinal só vale e só computa na série segundo o que a própria série dispuser. Regressaremos a estes temas na secção própria.

Esta nossa maneira de ver resulta de uma maturação teórica, que deliberadamente se afasta da compreensão representativa sobre o

*sensorium*. Sobre como se desenvolveu esta maturação na história do pensamento, é algo que requer aqui uma breve nota.

### **1. 1. 1. 2. A autonomia teórica da fenomenologia sensorial e o domínio físico da existência**

Relativamente ao estatuto de uma fenomenologia da percepção, a corrente do chamado “espiritualismo francês” refletiu sobre os inconvenientes da redução dos elementos da dimensão sensório-psíquica aos componentes físicos da dimensão anatomo-fisiológica da sensação.

Os filósofos e psicólogos que se integram nessa corrente são contemporâneos da afirmação da Psicologia Experimental e dos impasses teóricos da lenta emancipação frente ao conceito metafísico de alma como unificador da diversidade psíquica e substância; da demarcação entre o psíquico e o físico, em que a possibilidade de reconhecer um campo próprio à consciência ainda dependia do associacionismo; ou as disputas sobre a função do eu e da personalidade na corrente de consciência.

Neste domínio teórico, os temas que percorrem os trabalhos da segunda metade do séc. XIX deviam ser reconhecidos, no contexto da História da Ciência, como contribuições para clarificar o sentido da realidade psíquica e da experiência sensorial e não só como tópicos de teoria do conhecimento. Na filosofia francesa da época moderna encontram-se já sinais da autonomia do plano sensório-psíquico relativamente à existência em sentido físico no *Tratado das Sensações* de E. Condillac.

Estes ensaios de reconhecimento da autorreferencialidade da dimensão sensório-motora-psíquica alimentavam-se na mesma têmpera com que, no contexto nacional alemão, J. W. Goethe empreendia as suas pesquisas sobre a visão, o prisma ótico de refração da luz e o círculo das cores, em contraste com a teoria ótica de Newton, publicadas com o título genérico de *Teoria das Cores* (1810). Aqui se exprimia a tese da construção subjetiva do sentido da cena visual e das cores, logo nos seus elementos sensoriais, tendo em conta a situação do observador.

Para dar conta do tema da formação gradual da consciência subjetiva na matéria viva a partir de condições impessoais, gènesse esta que faz girar em redor da noção de hábito, *Do Hábito* (1838) de Félix Ravaisson, é percorrido pelas alternativas da matéria e forma; diversidade e unidade; passividade e atividade; recetividade e espontaneidade, típicas do criticismo kantiano, cuja síntese reside, para o autor, na capacidade livre de enfrentar a partir de si a mudança na natureza. A consciência pessoal afirma-se num ser vivo quando os fatores que se tornaram parte integrante da individualidade mediante a recetividade e passividade sensíveis são assumidos espontaneamente na subjetividade da pessoa. O eu permanente, como personalidade, significa, por isso, a capacidade de situar nos fatores formativos de si algo que, em cada caso, seja responsável pela iniciativa das ações, envolvendo nisto um enfrentar da resistência da matéria, no *conatus*. Daí que o filósofo defina consciência como esforço (“o tipo completo e abreviatura da consciência” (Ravaisson 1838: 19). A diferença entre sensação e percepção passa pela subordinação do sentir à inteligência, que o autor representa na subordinação do tato ao poder da vontade. Como meio-termo entre natureza e espírito, é o hábito que concretiza a síntese psicológica das dualidades que se desenvolvem no espaço da diferença entre a natureza inorgânica, vida pré-consciente e a liberdade reflexiva da vida pessoal.

Também sob inspiração kantiana, Jules Lachelier no seu estudo sobre *O Fundamento da Indução* (1871) invocava o pensamento como único responsável pela relação entre a necessidade das leis e a contingência dos factos. Fora dos fenómenos e sem apoio de entidades distintas dos fenómenos, não resta senão o próprio pensamento que, na reflexão sobre si mesmo, se descobre como a única fonte da regularidade imposta aos factos, é uma das suas teses centrais sobre a indução. J. Lachelier sublinhava, assim, aquele que é o núcleo doutrinal indeclinável do



idealismo: o círculo entre o pensamento e as condições de doação para nós dos fenómenos sensíveis. O enigma da indução residia precisamente em como justificar a aplicação de leis universais aos fenómenos particulares e contingentes do mundo sensível. Só subsiste como mistério numa Filosofia que parte da heterogeneidade real entre experiência e pensamento e que imagina que alguma coisa se pode dar a uma inteligência que não possa ser desde o início reconhecida segundo princípios intelectuais. É na continuação da sua resposta idealista ao problema da indução que o filósofo avança o tema, que igualmente nos interessa, do emparelhamento entre a serialidade das sensações e a estrutura formal de integração do sujeito. O tópico da indução dá uma ideia ainda redutora da importância da serialidade do pensar, mas demonstra como a Gnosologia moderna a teve diante de si.

Na discussão de doutrinas suas contemporâneas, em “Metafísica e Psicologia” (1885), J. Lachelier enfrentava o problema do significado de uma Fenomenologia (com o nome de Psicologia) autónoma da Física e da Metafísica. Aqui, a sua posição distancia-se de Kant, num ponto da máxima importância. Ao recusar o númeno como uma realidade independente da consciência do sujeito, revela como a noção de independência da coisa só pode ser construída intelectualmente na dependência de uma modificação da consciência, em que os conteúdos da sensação se tornaram temáticos para si mesma, no que se designa por consciência da consciência. Contrariamente a Victor Cousin, o pensamento não é uma forma da representação, mas sim “a ação de dar às nossas representações um valor objetivo” (Lachelier 1885: 172).

A origem da ideia de extensão é uma das questões mais debatidas neste contexto.

Discute-se, especialmente, se a extensão é diferente de outras qualidades sensoriais. A consciência de certos objetos está acompanhada das notas da

exterioridade e independência, que associamos à extensão material, independente de nós, porque não conseguimos reduzir a extensão a um aspecto da nossa consciência. Sabe-se que as escolas de Gnosiologia se dividem no valor a atribuir à extensão. Porém, há uma questão prévia que consiste na identificação da origem dessa propriedade, que não pode ser outra a não ser a própria consciência. É esta circularidade que é impossível romper, pois se a extensão parece ter de se atribuir a esses objetos, ela não deixa de ser uma ideia formada na consciência e não na própria extensão. “A extensão não pode existir nela própria”, acrescenta (Lachelier 1885: 128). A razão para isso está em que o extenso como tal não pode ser determinado fora da conexão partes-todo e esta relação pertence ao espírito. J. Lachelier pretende que, sem a formação psíquica do nexos todo-partes, falar em extensão é abstrato. A divisibilidade infinita é uma propriedade das coisas extensas, que também não ajuda a sair da abstração do extenso enquanto tal. Em que ponto ficaríamos na divisão? A continuidade fica posta em causa, embora o contínuo seja uma propriedade das coisas extensas. Daqui resulta que não pode existir uma extensão que não seja a extensão tal como a concebemos no espírito, pelas sensações e sua elaboração psicológica. A crítica da extensão do realismo conduz, por fim, o filósofo a uma das teses mais interessantes do ensaio. A noção de objeto teve de se formar subjetivamente a partir das sensações, especialmente da colaboração entre visão e tato, mediante uma projeção das qualidades das mesmas sensações no exterior do espírito. É desta maneira que a sensação adquire o valor de objeto e sujeito da consciência, ao mesmo tempo.

O mecanismo que garante a duplicação da sensação para a consciência é o da projeção no exterior. Para a concretizar entram em concerto a propriocepção e o significado específico das qualidades sensoriais. Além disso, a formação do objeto na exterioridade implica o movimento espiritual

da consciência novamente sobre as suas representações. Só assim é possível ir da Psicologia à Metafísica, do pensar ao ser, conclui.

Embora excessivamente centrado na representação da consciência à luz do tema da unidade na diversidade, Émile Boutroux, na tese sobre *A Contingência das Leis da Natureza* (1874), apontava já as vias das futuras teorias emergenciais sobre os sistemas biológicos na sua maneira de tratar as relações todo-partes, movimento espontâneo-causalidade ou função-matéria (Boutroux 1874: 77 e ss.).

Das três perspectivas teóricas da matemática, da física e da biologia sobre a natureza, é esta última que afirma a precedência do movimento sobre a matéria e da mudança sobre o ser. Nos seres vivos, entre a função e a matéria se cria uma autonomia que só se explica pela espontaneidade dos movimentos vitais. E entre a organização viva e o sentido psicológico ocorre uma diferenciação semelhante, que apenas se pode explicar pela originalidade e irreducibilidade da consciência pessoal entre os fenómenos da vida (Boutroux 1874: 102).

Na segunda edição do primeiro volume dos *Ensaio de Crítica Geral* (1875, reed. 1912), a respeito do começo da Lógica, desenvolvia Charles Renouvier uma doutrina sobre os fenómenos como representações da consciência.

Aqui, o conceito de representação não se descrevia sem o de relação. Esta não pode deixar de remeter para conceitos análogos, ou seja, para outras representações, pois uma relação de algo com outra coisa totalmente heterogênea à primeira não pode ser reconhecida, na medida em que para ser reconhecida já tem de ser representada. As representações estão assim associadas umas com as outras no espírito, sendo que umas são originais ou “dadas por elas mesmas” e as outras são dependentes das originais.

Deste modo, é como ciência dos fenómenos, como tudo o que se dá à consciência na forma da representação, que tem de começar uma Lógica como teoria do pensar.

Embora aqui não se trate de sensações nem de percepções é o mesmo círculo dos elementos da consciência das teses de J. Lachelier que está em causa. Nos finais do séc. XIX é à obra de Henri Bergson que se deve a atitude teórica sobre a consciência, que William James retomou e comentou, por seu lado, definida como um “anti-intelectualismo”.

A revalorização da sensibilidade e da experiência concreta opõe-se, segundo esta maneira de ver, à crença num entendimento superior abstraído do fluxo temporal em que as representações se sucedem.

Do programa do anti-intelectualismo bergsoniano e jamesiano fazia parte a restauração dos direitos do saber imediato e do sentimento de si; a noção de que a experiência se dá na continuidade e como em um fluxo associativo; a rejeição do entendimento como faculdade teórica separada do interesse cognitivo e a tese da sua função essencialmente prática; o sublinhado do contraste entre o mundo do conceito, que é discreto, e o mundo da experiência, que é contínuo.

A rejeição completa do platonismo é o que, em suma, se pode esperar desta proposta.

A primeira parte de *Os Dados Imediatos da Consciência* (1889) contém uma avaliação crítica da Psico-Física da época (Gustav T. Fechner e Joseph R. Delboeuf) e o exame da questão de saber se é possível uma medida da intensidade dos estímulos das sensações. O tema das intensidades vem ligado à discussão do valor representativo da consciência e da sensação em especial.

O raciocínio da Psico-Física estava muito difundido e revelava o modo comum de conceber a relação entre sensação, estimulação e fontes externas da estimulação, à luz do chamado “paralelismo psicofísico”. Como veremos, trata-se de uma variedade de nexos causal aplicado a relações entre elementos da consciência e fontes físicas de estimulações nervosas.

Assim, previsivelmente, a uma variação da intensidade do estímulo nas terminações nervosas de um sujeito deveria corresponder alguma variação na sensação.

A discussão do filósofo começa por se orientar para a distinção entre o plano quantitativo (da intensidade) e o qualitativo (da sensação para a consciência) e, a propósito, para a identificação das insuficiências da ciência da época. Porém, rapidamente se transforma numa descrição da relação entre consciência e corpo orgânico, envolvendo as dimensões da estimulação, da representação e da emoção no ser consciente de sensações. H. Bergson cita abundantemente os trabalhos psicológicos de W. James, particularmente os que envolvem os efeitos periféricos da estimulação e o artigo sobre “O que é uma Emoção”, no sentido de concluir pela emoção como expressão sintética de sensações orgânicas, contra o ideal psicofísico de ligações ponto-a-ponto da imagem do estímulo seguido de resposta.

A Psico-Física justificava as suas mensurações e a noção de intensidade psicológica no quadro estímulo-resposta e na ideia de paralelismo de nexos causais, mas tudo se passava em redor de pontos discretos e o significado da continuidade psíquica era simplesmente eliminado. Supôs-se que se podia reduzir o contínuo ao discreto e, assim, obter uma solução palpável para o problema eleático da divisibilidade infinita das grandezas extensivas. A experiência interior da emoção demonstra uma metamorfose psicológica contínua do sentimento interno concomitante das modificações orgânicas, na medida em que vão sendo apercebidas pela consciência, desde o abalo orgânico coincidente com a emoção propriamente dita até à ideia da emoção e a sua retrocessão orgânica.

Nesta metamorfose não é concretizável uma medida que dê conta da passagem dos estados orgânicos uns nos outros. Aliás, é o valor psíquico atribuído à diferença e ligação entre interioridade e exterioridade que se torna progressivamente esbatido, assim como se confundem gradualmente

os limites entre o corpo orgânico e os movimentos dependentes da causalidade mecânica no eixo sensório-motor.

A interioridade do exterior, que continua a ser desenvolvida em *Matéria e Memória* (1896) em redor do significado da imagem e do movimento, tentando superar o idealismo e o realismo gnosiológicos, comporta a parte de verdade do bergsonismo tal como a sua fragilidade.

Contrariamente às teses centrais do bergsonismo sobre o valor psicológico do contínuo não se ganha a conexão entre os elementos da consciência, chamem-se eles representações, concebendo-se como unidos numa massa sem diferenciações em constante devir.

O autêntico desafio está em mostrar como o sentido psíquico, na sua progressão, forma a consciência de objeto ou o meio ambiente da referência das suas operações, como o discreto gerado a partir do contínuo. Veremos como é isso possível ao longo de toda a parte 1. deste trabalho.

A obra de Ernest Mach teve uma influência significativa nas primeiras décadas do séc. XX, sobretudo no que se refere aos *Contributos para a Análise das Sensações (Beiträge zur Analyse der Empfindungen)* de 1886.

O livro é um escrutínio crítico da ideia de permanência no que se refere à existência externa, dita física, como no que concerne o eu. O autor salientava a importância da variedade e complexidade interna da vida psíquica para demonstrar que esta não tem de estar dependente da existência exterior, independente, de corpos dotados de permanência.

Uma das inspirações para sustentar esta crítica do conhecimento é o pensamento de Théodule Ribot que, alguns anos antes, empreendera análises da consciência na relação com o corpo orgânico baseadas numa perspectiva associacionista da vida psíquica.

A influência de E. Mach em William James está comprovada e espera um exame competente. O seu papel na formação do behaviorismo americano, por mediação de Jacques Loeb, está documentado.

O programa antimetafísico facilmente inferido da *Análise das Sensações* terá igualmente inspirado os autores do “círculo de Viena”, nomeadamente Rudolf Carnap.

A releitura da obra promete à História da Filosofia do séc. XX surpresas e incentivos para explorar nexos eventualmente ainda por aprofundar.

Para o que nos importa agora, o livro de Ernest Mach é um exercício teórico-crítico que, modificando ideias do fenomenismo de David Hume, nos apoiam na tese da autonomia do campo da consciência como autonomia de um sistema, mesmo que com as limitações decorrentes de uma visão fisicalista formulada segundo preferências positivistas.

Os *Contributos para a Análise das Sensações* de Ernest Mach começavam com a ideia geral de que uma parte do tema da formação da sensação teria a sua resposta no desenvolvimento da Biologia, especialmente da Fisiologia dos órgãos sensoriais. É compreensível que E. Mach remeta para Gustav T. Fechner como o seu inspirador no ensaio de investigação das bases psicofisiológicas da sensação, assim como para Ewald Hering e Johannes Müller, devido à grande divulgação das obras destes autores na época.

Um dos temas fundamentais que E. Mach tenta resolver desde o início da obra é o da génese da noção de permanência dos corpos a partir da experiência interior da variedade em sentido psicológico.

A ideia de permanência parece ser a que mais próxima está da realidade física e, portanto, se descobrirmos a génese psicológica da nossa ideia de permanência podemos talvez descobrir, também, o ponto de contato entre o mental e o físico. A formação da noção de corpo é o fruto da permanência relativa do sentido psíquico em que um conjunto de nexos de elementos psíquicos se agregam, como as sensações, as emoções, volições ou sentimentos. Desta agregação e da estabilidade relativa que dela resulta, em virtude, também, de várias projeções imaginárias e da consciência de

imagem, se formam traços mnésicos que vão ter a sua expressão na linguagem, especialmente na frase declarativa e, desde logo, nos nomes.

E. Mach considera que não é possível retirar da experiência em sentido psicológico a noção de uma permanência absoluta. A permanência remete, portanto, para uma “economia da representação mental”, ou seja, para a tal estabilidade relativa do sentido interno.

A mesma ideia restritiva sobre permanência que se aplicou ao corpo tem de ser aplicada ao “ego”. Assim, as duas polaridades da relação tradicional de conhecimento, o corpo e a unidade do processamento mental do ego, são geradas em conformidade com esta permanência relativa, como conceitos de duas substâncias.

Ora, a teoria antiga das sensações articulou-se por cima desta ideia de substância, entendida como permanência absoluta, independente do psiquismo e não como uma noção fenomenal. As sensações foram descritas como apreensões de aspetos isoláveis das substâncias corpórea ou mental, sendo estas independentes da experiência fenomenal. Na expressão tradicional sobre o conhecimento sensorial tudo o que se pode apreender com as sensações são aspetos dessa base substancial permanente. Nesta reconstrução sobre o significado da teoria antiga das duas substâncias E. Mach segue o diagnóstico de David Hume e chega a conclusões muito próximas quanto ao valor da experiência fenomenal frente às determinações metafísicas.

Se retirarmos a fenomenalidade aparente à experiência sensorial restará o equivalente a um resíduo, a que E. Mach chama a “monstruosa noção de uma coisa-em-si”. Quando a sensação é concebida como o resultado ou efeito da substância corpórea nos órgãos sensoriais de um sujeito, as próprias sensações são tomadas como efeitos da substância e, nessa medida, são como símbolos mentais da substância. Esta noção metafísica gerou o hábito de opor como princípios antitéticos o corpo e a mente. É



precisamente contra uma tal consequência dualista, tanto em Metafísica como em Gnosiologia, que E. Mach se manifesta.

Em contraste, propõe a tese da homogeneidade dos aspetos físico-fisiológicos e psicológico-mentais das sensações. O que importa investigar é, então, o tipo de conexão interior de todos estes elementos, o modo como eles estão organizados e associados. Este complexo de elementos é um todo homogêneo e não deve conceber-se como distribuído dualisticamente em parte física e em parte mental. A consequência principal da tese da homogeneidade está, no entanto, explicada com referência ao *ego*. É a este propósito que E. Mach pode afirmar que se o *ego* desaparece, morre, todos os elementos associados às sensações e as próprias sensações desaparecem também. Assim, o *ego* é como que uma unidade funcional (“unidade prática”) do processo sensorial que só em referência a este pode efetivamente ter lugar. Estão correlacionados.

Contudo, o hábito de representar como independente o que só tem existência funcional e as consequências disso na Metafísica levam a crer que o *ego* também existe por si mesmo num universo à parte do processo sensorial concreto. Se a noção de representação foi usada nesta tradição metafísica para referir a simbolização mental de algo de não-mental, E. Mach, contrariamente, retém do conceito de representação apenas o tornar novamente presente à consciência algo que está inserido nas formas psíquicas e possui as características de elemento da corrente de consciência. Retoma um estilo familiar ao fenomenismo de D. Hume.

A referência a factos psicológicos opostos a factos físicos tem, portanto, de ser primeiramente analisada. O que faz da cor um facto físico é a observação do seu contexto físico na relação com as fontes de luz, por exemplo. Na medida em que a observação se concentra, agora, nos efeitos percebidos do impacto da luz na retina se deve, então, falar em sensação na aceção psicológica (Mach 1914: 17).

Ora, E. Mach parece não estar totalmente ciente do valor que assim empresta à noção de observação, embora afirme que não é a realidade em si, mas a “direção da nossa investigação” que diferencia os domínios (Mach 1914: 18). É nesta que recai a possibilidade da distinção entre o facto físico e o psicológico.

O nosso crítico não é muito claro quanto ao que considera ser o seu “princípio do paralelismo completo do psíquico e do físico”. Se com isto pretende dizer que a atividade cerebral é um pressuposto dos estados de consciência, trata-se de uma evidência. Porém, com isso, não se pode querer dizer que há um acesso na consciência à atividade cerebral e que esta, enquanto tal, pode ser um conteúdo daquela. É um suporte, uma condição, um acompanhamento, mas não um objeto ou objeto-causa.

Faltou a este respeito aprofundar a diferença entre o processamento psíquico da atividade cerebral e a atividade cerebral enquanto objeto de uma observação psicológica ou científica.

Se retivermos como campo de distinções o que se articula entre o físico e o psicológico a “investigação” não pode deixar de ter um valor psicológico. Quer dizer que é do interior dos factos psicológicos que se pode obter o sentido da distinção entre o psicológico e o físico para uma consciência. Por isso, deve-se concluir que o campo da consciência é o que é provido da capacidade para distinguir o psíquico do físico e não é possível proceder a esta distinção do lado do físico, como teremos ocasião de recapitular mais adiante.

O domínio sensório-motor e o da fisiologia dos órgãos sensoriais está implicado no processo da sensação, mas a sua assimilação integral aos factos psicológicos ou aos físicos é problemática. A visão e o tato envolvem processos sensoriais mediante os quais se constrói a própria diferença entre o físico e o psicológico assim como o seu “paralelismo”.

Um fenómeno da consciência representado e um fenómeno vivido na sua atualidade apenas se podem distinguir em virtude do grau de nitidez ou tendo em conta os elementos que são efetivamente conectados pela consciência para formar um sentido psíquico final.

Além disso, a relação interna entre consciência e eu se deve a que não é imaginável elementos da consciência sem um vínculo aperceptivo habitualmente chamado eu, que serve de unidade operatória do conjunto da vida psíquica.

Pelo contrário, a hipóstase do eu é uma consequência de um pensamento metafísico que não é justificado pela análise dos elementos da própria consciência. Mais uma vez, o critério da distinção e da fixação do que é objetivo segundo a consciência só nesta se pode dar. Na consciência nada se dá de equivalente a um eu como elemento da corrente psíquica. Se esta tese negativa explica a rejeição do eu como hipóstase metafísica, já a ideia de um centro prático funcional implica a ideia complementar do carácter propositivo da orientação do eu para os seus conteúdos de consciência. São os propósitos práticos, a atividade do sujeito e o carácter finalístico na formação do centro funcional, que explicam a economia de elementos da consciência. A semelhança com a teoria da consciência de W. James é muito evidente.

E. Mach considera que o modelo fisicalista é o mais indicado para estudar a consciência, mas mesmo quando introduz as referências ao evolucionismo de Charles Darwin não é compreensível que o psíquico se possa assimilar ao físico sem as cautelas devidas. Aqui está uma das suas limitações.

O psicológico começa quando se estudam as alterações internas a variações fisiológicas no processo sensorial, tal parece ser a tese do autor. Mas quando se procura explicar a sede da unidade funcional do sistema psíquico, no eu, é adicionada à variabilidade interna da experiência psíquica, que corre em “paralelo” com a variabilidade físico-orgânica, um princípio de

estabilização e de economia, que evidentemente não resulta do referido paralelismo.

Há dois aspetos a salientar e a discriminar mais adequadamente.

O primeiro é o tema da formação do eu na corrente psíquica como uma unidade funcional da consciência, responsável pela permanência relativa. O segundo é o problema da percepção da própria continuidade desse eu. A deficiência na equação destes dois aspetos esbateu a distinção entre génese psíquica interna e fixação por observação do produto dessa génese.

Percebemos assim como a época da autonomia da Psicologia como ciência comporta dificuldades teóricas na equação do que equivocadamente se chamou “paralelismo psicofísico”. São as dificuldades inerentes à ideia de uma Fenomenologia da Consciência que, de seguida, se continuam a examinar a respeito do estatuto fenomenológico da visão.

### 1. 1. 1. 3. Ver, sentir, mover-se

Algumas investigações em “Teoria da Visão” têm permitido confirmar a tese do caráter seletivo da organização da sensibilidade e especialmente da formação dos objetos da experiência visual. A noção de que o olho humano é um dispositivo cujo valor cognitivo consiste em reproduções exatas de cenas exteriores no equivalente a quadros visuais contendo objetos é, hoje, uma perspectiva abandonada.

Esta ideia equivalia à crença no caráter essencialmente passivo dos órgãos sensoriais, ao lado da tese geral sobre a estrutura reprodutora da sensibilidade. Os conceitos sobre a passividade sensível e o seu valor reprodutor relativamente à cena objetiva não têm, atualmente, defensores. No seu lugar vemos delinear-se um modelo de análise da visão que assinala a complexidade da formação das imagens visuais na retina, tendo em conta, no plano macroscópico, as variações que se dão na composição progressiva da imagem desde as dimensões pré-atencionais aos vários tipos e papéis desempenhados pela atenção na modificação de proto-objetos em objetos visuais no sentido próprio, a formação de focos dependentes da locomoção e o papel desempenhado pela memória no estabelecimento de analogias e na organização de centros focais responsáveis pela distribuição de formas visuais.

Na semiogénese das formas sensíveis está contido o que se pode descrever como Fenomenologia do mundo sensível.

No terceiro capítulo, § 26, sobre “perceção visual”, “perceções em geral”, do influente tratado sobre *Fisiologia Ótica*, Hermann von Helmholtz identificava as impressões sensoriais visuais nas terminações nervosas das duas retinas com a formação de representações sobre “a existência, a forma e a situação de objetos externos”, sob influência da luz (Helmholtz 1867: 428).

Nisto, acolhia a herança da noção representativa sobre as impressões visuais e a percepção em geral.

Todavia, a noção de representação que o cientista mobilizou é menos ingénuo que aquela que supõe uma afiguração direta de dados externos.

Do seu ponto de vista, a representação de um objeto externo visual, com as características que lhe atribuímos na visada, localizado em determinado local no espaço, é fruto de inferências inconscientes e de juízos conscientes e não corresponde a uma reprodução.

No seu contributo para a teoria do conhecimento sensível visual acolhe sobretudo a crítica kantiana do conhecimento, o dualismo de forma e matéria, subjetividade e objetividade, a ultrapassagem por Kant dos impasses do inatismo e do empirismo e a receção do criticismo na obra científica de Johannes Müller, na investigação deste sobre especificidade dos órgãos sensoriais (Helmholtz 1867: 456).

No desenvolvimento das análises sobre as ilusões óticas avançava a tese de que a formação do juízo sobre a forma de determinados objetos do mundo exterior ocorria mediante “atividades psíquicas” que são, em grande parte, inconscientes (Helmholtz 1867: § 26 430).

Ora, não pode haver qualquer medida de comparação da imagem sensorial com o objeto externo. Não temos acesso ao lado de fora do objeto, mas sempre já ao que nos surge como impressões sensoriais, visuais, acústicas, tácteis, etc. Assim, deve afirmar-se que há um conjunto de ilações, de que depende a formação da imagem, a que não temos acesso. O modo como por meio dessas inferências chegamos a postular a causa da imagem em um objeto externo não é, também, consciente.

Com propriedade, só a conclusão de todas estas inferências na representação final é que se pode chamar consciente.

Uma das ideias importantes e posteriormente influentes que o autor defende ao examinar, entre outros aspetos da percepção visual, a perspectiva

binocular, é a do embutimento do visado atual na recordação e experiências anteriores da percepção visual. Numa fórmula, teria de se dizer que ninguém vê sem algo de já visto.

Na medida em que o objeto físico, exterior, não pode nunca ser comparado com o objeto percebido, sem fazer intervir inferências que pertencem ao sentido já adquirido da experiência visual, H. Helmholtz considera que o objeto percebido deve ser entendido numa aceção simbólica (Helmholtz 1867: 442).

É em redor destes símbolos dos objetos externos que se geraram as controvérsias filosóficas sobre adequação ou inadequação entre as representações e o ser externo desses objetos. Porém, considera que se não é possível uma investigação integral da correspondência e se devemos continuar a falar das impressões sensoriais como “símbolos naturais” dos objetos exteriores, só há uma resposta ao problema de saber como se realiza a correspondência ou alinhamento. Essa resposta está na relação prática entre sujeito e mundo. Estes sinais naturais são usados para regular os “nossos movimentos e ações”, dependendo de aprendizagem. Aprendizagem e uso são as modalidades em que se consolidam as impressões. Só mediante elas é possível atribuir significado às impressões, o que quer dizer que é também por elas que se deve encontrar uma saída teórica para as disputas das escolas gnosiológicas rivais do empirismo e do inatismo.

É, por conseguinte, uma tarefa improfícua tentar encontrar uma correlação ponto a ponto entre os acontecimentos naturais e as relações entre as imagens sensoriais. Não há qualquer “harmonia pré-estabelecida” entre o pensamento e a natureza.

A relação entre espírito e natureza é reconhecida como um signo associado à orientação instrumental da própria relação.

O nexó simbólico entre as formas sensoriais e as formas físicas adquire uma permanência psíquica em parte descrita na noção de hábito e em parte reconhecida na força associativa das impressões e das ideias, que continua a operar no psiquismo mesmo na ausência de uma representação consciente de todas as associações. A forma judicativa a que chegamos sobre as características dos objetos externos e respectivas ligações é um produto de atividade inferencial. Mas esta atividade é, segundo o autor, largamente inconsciente e não possuímos capacidade de elevar ao juízo consciente as ligações que o espírito usou para chegar aos resultados conscientes a que chegou, mas que se conservam na memória.

Em 1950, James J. Gibson publicava *A Percepção do Mundo Visual (The Perception of the Visual World)* com que o autor iniciava uma carreira teórica no domínio da teoria da percepção visual, mais tarde apelidada de “ótica ecológica”, tendo em conta as reformulações sucessivas.

*Os Sentidos considerados como Sistemas Percetivos (The Senses Considered as Percetual Systems)*, de 1966, e *A Abordagem Ecológica da Percepção Visual (The Ecological Approach to Visual Perception)*, de 1979 (1986<sup>2</sup>), são prolongamentos dessa obra.

Um dos temas do livro de 1966 parece vir em continuidade com teses que encontrámos em H. Helmholtz sobre a influência da memória involuntária na percepção. James Gibson defende que pode haver percepção sem consciência sensorial explícita relativamente ao objeto da sensação. Deve então distinguir-se entre informação da percepção e informação sensorial. Esta última pressupõe consciência sobre que órgãos sensoriais foram ativados na formação da percepção. J. Gibson retoma o tema clássico da visão dos cegos para contestar que tenha de haver consciência sensorial para haver percepção e informação percetiva: os cegos processam informação relativa à percepção visual sem possuírem sensações visuais.



Como projeto teórico, a Ecologia da Visão depende de uma distinção de base sobre a qual se podem reconstruir muitas das consequências de nível descritivo sobre a visão e a percepção.

Essa distinção é a que ocorre entre energia e informação, entre sistema de processamento de energia e sistema processador de informação.

É uma convicção dos que adotam uma estratégia analítica semelhante à de J. Gibson que o estudo da visão é um estudo sobre detecção, recolha e processamento de informação, associada a fluxos energéticos, mas que não possui nestes últimos a sua caracterização funcional.

No plano anatomo-morfológico, a linha distintiva entre energia e informação é situada por J. Gibson entre células recetoras e órgãos (Gibson 1966: 186).

Embora o conceito de informação seja mantido numa aceção naturalista é entendido de duas maneiras, consoante se fala de “informação sobre algo”, invariante ambiental ou evento, ou de “informação como estrutura”, como disposição geral que apoia na discriminação de invariantes e de linhas de orientação no meio ambiente (Gibson 1966: 245). O psicólogo refere a teoria matemática da informação na parte final do livro de 1966, mas não é a quantificação da informação que lhe interessa.

O uso não quantificado da informação permite dizer que a percepção se move num plano informacional, quando extrai de formas do meio ambiente indicações para a ação. J. Gibson deixa o uso do termo informação demasiado solto, mas compreende-se que com este se pretenda indicar o valor para um agente das operações de discriminação entre possibilidades do *drifting* animal no meio ambiente respetivo.

A percepção pode ser analisada no prisma da fisiologia dos órgãos sensoriais e respetivas ligações nervosas. Contudo, os problemas que aqui se podem encontrar são o do isolamento dos órgãos do processo concreto da

percepção e o da abstração (laboratorial) da relação entre sensação, objetos e movimento.

Os padrões neuronais formados na sensação de um órgão sensorial de um animal isolado, do ponto de vista laboratorial, para estudos fisiológicos, não se podem comparar com os resultantes do complexo cabeça-olho num animal em movimento e desperto para um meio ambiente cambiante.

H. Helmholtz já havia chamado a atenção para o complexo cabeça-olho, os movimentos oculares e os problemas de gênese no movimento da imagem estereoscópica. J. Gibson acrescenta-lhe os temas da sinestesia e colaboração entre sistemas perceptivos.

O cérebro tem, evidentemente, um papel central no processamento da informação visual e sensorial em geral. Porém, não se pode julgar que se descrevem percepções do ponto de vista do completo processamento neuronal sem o “sistema da percepção em atividade” (Gibson 1966: 5), quer dizer, uma vez mais, através da articulação sensório-motora. É neste ponto que o ecólogo da percepção se opõe a um modelo computacional convencional do processamento da informação neuronal, que vê no cérebro apenas um sequenciador da informação sensorial do organismo, de acordo com a análise de tratamento de dados. Ao contrário, na sua concepção, o cérebro orienta o organismo na seleção da informação ambiental alterando dinamicamente os significados dos fluxos de entrada e de saída.

A noção de meio ambiente possui uma tradição na teoria dos sistemas, que está longe de ser invariável. Não obstante, a formulação básica deste conceito na obra de J. Gibson não é, no prisma metodológico, sistémica.

A sua teoria do meio ambiente começa por assentar na tradição antiga dos quatro elementos da composição da terra, na diferença entre estados sólido, líquido e gasoso e na orientação para o mundo, típica do homem pré-moderno, baseada em coordenadas naturais e respetivas oposições diferenciais, anteriores à revolução científica do séc. XVII. É por isso que a

noção de “animal terrestre” vem para o centro e é ela que, em todo o rigor, lhe serve como definidora do organismo sensitivo para aquele meio ambiente, em que além dos estados da matéria se encontram outros organismos animais e vegetais.

A diferenciação do ecológico e do físico é de certo modo incerta, se assumirmos a ideia da Física como saber integrador de várias disciplinas. É por isso que é recomendável perceber a singularidade dos nexos ecológicos no lugar de discorrer numa direção reducionista, cujo único préstimo está na ilusão do saber unificado, em que a Física ocupa o centro.

A ótica ecológica não reduzida aos componentes físicos poderá reconhecer-se como um domínio no programa mais geral de uma Ecologia da estimulação sensorial.

Interessa identificar os motivos que levam a autonomizar o domínio ecológico, na medida em que o seu interesse não está no antirreducionismo por si mesmo, mas na abertura para resituar a Fenomenologia sensorial.

J. Gibson identifica problemas ontológicos decorrentes do reconhecimento da autonomia da dimensão ecológica, logo nas suas fundações.

Um deles é o da definição do conceito de realidade, quando se considera que o comportamento molecular da matéria não consegue explicar tudo o que ocorre na estimulação da retina e no comportamento sensitivo dos organismos. Veremos, na secção própria, como se pode dar um contexto a estas questões nas teorias da emergência.

Para J. Gibson, o que não pode ser reduzido na relação entre o meio ambiente e o animal está na estrutura de rede da informação neuronal padronizada; no carácter holístico das remissões entre elementos; na quase-socialidade dos habitantes do meio ambiente, que se reflete no que designa por “estimulação social” e na evolução seletiva.

Nós acrescentaremos a forma sequencial do significado atribuído às percepções, especialmente aquela que é notória nos processos de

aprendizagem e que J. Gibson identificou a propósito da ligação entre cenas visuais no meio ambiente geográfico (Gibson 1966: 206-208).

Um segundo tema, que ainda se situa na autonomia da dimensão física em relação à ecológica ou fenomenológica, é o do estatuto da estimulação sensorial.

A interpretação reducionista dirá que o estímulo sensorial reside na fonte externa, explicada em elementos físico-químicos, que no caso da visão reside na fonte de luz. A tese contrária tem de partir do equivalente à distinção tradicional entre fenómeno e essência e conceber a estimulação como o que já ocorre no e pelo sistema orgânico. É esta ideia que, na terminologia neurofisiológica de J. Gibson, verte os estímulos em “padrões e transformações da energia nos recetores” (Gibson 1966: 28).

As consequências da tese de que os estímulos não estão logo nas fontes são vastas. Antes de tudo, é aqui que se pode situar o corte emergencial do sensorial (e da estimulação visual, em particular) em relação ao que, por diferenciação, se chamar realidade física. É também nos “padrões e transformações” que se desenvolve o que conceberemos como sentido psíquico, cuja densidade decorre da ordenação sequencial das respostas orgânicas à informação neuronal associada aos estímulos.

Além disso, a atitude não-reducionista, ao se voltar para o sistema sensitivo como sistema situado numa rede ecológica, está menos dependente das ilusões do modelo causal fiscalista. É no sistema psíquico que se vai passar a detetar o valor do estímulo para a organização interna do próprio sistema e a distinção entre os estímulos efetivos e os disponíveis no meio.

Assim, se pode integrar na teoria dos estímulos as reações interiores dos organismos e os estímulos internos de um tipo orgânico. O posicionamento ativo do sistema na seleção e obtenção do estímulo é um pressuposto da autorreferencialidade psíquica que, contudo, o ecólogo não desenvolve.

No nosso ponto de vista, não há estímulos impostos a um organismo se falamos em sistemas orientados sequencialmente. A diferença em relação a J. Gibson está em que, no entendimento do presente trabalho, o estímulo efetivo, aquele que foi selecionado pelo organismo nas suas atividades no meio ambiente, só se pode reconhecer quando se ativa a elaboração psíquica ou comportamental do significado, ou seja, quando uma informação inicial sofre um processo de elaboração identificado pela sequência de sinais associados a um primeiro sinal. Para o reconhecimento da elaboração psíquica não é recomendável a abstração dos elementos anatómicos frente às funções ou dos nexos eferentes relativamente aos aferentes, ou da percepção externa frente à percepção interna.

Recomeçando pela noção de estímulo. Um estímulo é um sinal para a ação, um traço que se tem de prolongar. Um estímulo visual é um traço visual. O seu valor não pode ser medido por simples grandezas físicas, a ser concebido como sinal para a ação sensorial de todo o sistema. É, contudo, óbvio que acontecimentos do meio ambiente se podem suceder como condições mecânicas, químicas ou fotoelétricas de estímulos sensoriais.

Daqui se infere que, se podemos entender estímulos como sinais para um sistema, temos então de pressupor o sistema numa aceção não causal ou só condicionalmente causal. O sistema na relação de estimulação não está como o efeito para a causa externa nem na visão nem em outras elaborações psíquicas de outra informação sensorial. Este é o ponto de partida para quem procura clareza quanto à embraiagem da informação no sentido consciente nos sistemas psíquicos.

As noções gibbsonianas de reentrada e de fluxo reafereente refletem a posição do sistema no modo como este se organiza para poder receber informação sensorial, de tal modo que a fórmula não pode já ser *sem informação não há sistema*, mas sim *sem a organização do sistema a informação não é processada*.

Admitir que o sistema está autoimplicado na estimulação, no *scanning* visual de cenas, no exemplo da visão, é apontar o terreno da autorreferência. O que é necessário, mas não suficiente.

É preciso ainda mostrar como da autoposição do sistema decorre não apenas a embraiagem da informação, mas a história da sequencialidade desse sistema. É a história das seqüências da informação e das modificações da informação em sentido que não se desenrola no plano causal, em que se põe de um lado o sistema e do outro a fonte da estimulação segundo o molde físico do nexo causal.

Todo o interesse se concentra, então, em seguir a sequenciação da informação e do sentido no sistema.

Pode, assim, haver uma descrição física do processo sensorial?

Se esta pergunta pode parecer radical é apenas porque não se percebeu ainda o alcance da autorreferencialidade.

O físico pode dizer que foi aquela fonte luminosa que produziu aquele sinal visual. Pode considerar-se que este trabalho de identificação já envolve muita complexidade. Mas é aqui que ele se tem de conter. Tudo na sensação começa em algo que se diz ter tido valor de início para uma série, segundo o espaço-tempo do observador físico, mas evolui segundo uma história própria, simultaneamente história da sequencialidade e história da seletividade prática do sistema estimulado, quer dizer, do sistema posto em ação.

O estímulo segue nessa história a sua própria via e é nesta que ele adquire um valor, que nunca é diferente do que lhe for fixado pelo próprio sistema emergente dessa história, com exceção do significado que for estipulado por um observador externo.

O próprio J. Gibson, ao analisar o estímulo, evidencia o seu caráter de padrão, o poder ser ativamente procurado pelo animal no meio,

metamorfosando assim padrões primitivos, e o facto de possuir uma “ordem sucessiva” ou “estrutura sequencial” (Gibson 1966: 40).

Mais recentemente, recolhendo os contributos de J. J. Gibson, mas indo numa direção expressamente tecnológica, a obra de David Marr sobre “Teoria da Visão” (*Vision – a Computational Investigation...*) apresentava uma síntese dos progressos realizados na investigação neurofisiológica sobre a visão, assim como sobre os modelos da chamada “visão de máquina”. Devido à orientação computacional na reconstrução da percepção visual, a sua investigação baseia-se no conceito de informação. Na continuação de trabalhos de investigação da década de 1970, os estudos de “visão de máquina”, em que o próprio se envolveu, estiveram centrados na questão de saber como extrair de disposições físicas de superfícies, vértices e sombras e condições de iluminação um “algoritmo eficiente para interpretar uma imagem atual” (Marr 2010: 17).

Os problemas formulados aqui, com base em condições tecnológicas bem definidas, podem ser concebidos como problemas de modelização da visão nos seus elementos decomponíveis e das condições da sua interpretação para um cérebro biológico.

Um dos conceitos que permite estabelecer a conexão entre modelização computacional da visão e visão num cérebro biológico é o de representação. Sobre isto há, no entanto, muito a debater numa perspectiva que não é diretamente tecnológica.

A definição de representação que D. Marr usa está longe de se assemelhar à noção convencional da imagem reprodutora, que “representa” os objetos exteriores à mente. Diz-nos que “a representação é um sistema formal para tornar explícitas certas entidades ou tipos de informação em conjunto com a especificação de como o sistema faz isso” (Marr 2010: 20). O resultado de uma representação é uma descrição da entidade.

É de notar que o peso nestas definições de representação e descrição vai para o próprio método que leva à descrição, ou seja, o “como o sistema faz isso”, com um valor operatório e funcional forte. Trata-se de um sistema formal configurável do ponto de vista tecnológico.

A representação de uma forma espacial depende de um esquema, como grupo de símbolos em relação funcional entre si, para descrever certos aspetos dessa forma em conjunto com as regras de aplicação desse esquema a formas particulares (Marr 2010: idem).

Não obstante o carácter circular de algumas destas noções, o que se pode reter é que as representações são esquemas simbólicos, cujo significado está largamente dependente do modo como os símbolos, que estão para certas formas, são tornados operatórios mediante regras.

O que uma máquina faz ao representar é processar informação. Processamento de informação requer sequências em que certos dados de entrada se modificam em dados de saída, segundo regras que habitualmente se compreendem como algoritmos.

A extração de informação visual de superfícies do meio ambiente sensorial liga-se a fatores como a estereopse, apreensão de sombreados, contornos e texturas e movimento da visão segundo saliências produzidas pela modificação cinética da atenção.

A relação símbolo-objeto está atravessada pela relação regras-operações, concluímos nós, em síntese. É assim que a máquina pode ler e escrever segundo associações expectáveis de símbolos.

Em geral, para poder funcionar um modelo computacional tem de reunir elementos de base. Entre estes está um elenco prévio em que vemos ligados um conjunto finito de símbolos a um outro conjunto finito de objetos, que esses símbolos representam. Uma tal associação não se poderia concretizar se não entrássemos, também, na posse das regras que ligam tais símbolos



em operações, cujo estatuto deriva das possibilidades combinatórias das mesmas regras em sequências dinâmicas.

Modelos computacionais são sequências diagramáticas de tipo tecnológico. O seu *design* será modelizador de operações reais de percepção se as sequências diagramáticas e as da percepção natural se cruzarem em características fundamentais. D. Marr e outros consideram que a oposição entre computação paralela (cérebro biológico) e serial (maioria dos diagramas computacionais) não é tão radical que impeça a modelação.

Para o modelo corresponder ainda a uma teoria adequada sobre a percepção é preciso que o perceber, a percepção visual em especial, não fique limitada à relação símbolo-objeto ou mente-coisa. Da descrição diagramática do modelo computacional se deve poder ir até uma descrição pragmática da percepção natural.

Na nossa maneira de ver, que importa sobretudo numa perspetiva filosófica e não de construção tecnológica de modelos, só uma teoria bifacial, sequencial-diagramática e sequencial-pragmática, está em condições de articular o que de um lado é o modelo computacional e do outro as operações percetivas de um cérebro biológico no seu meio ambiente.

Neste sentido, se interpretadas a partir do nosso prisma de análise, as teses sobre ecologia da percepção de J. Gibson e as ideias de D. Marr não são opostas. É este último que o reconhece, mesmo se com algumas reservas.

Apoiando-se em estudos da década de 1970 sobre os subsistemas da visão da mosca, D. Marr considerou que a visão forma diferentes representações consoante as espécies e os propósitos respetivos. É na prossecução dos objetivos específicos que os animais formam tarefas relacionadas com processamento de informação (Marr 2010: 34), que se podem fixar em subsistemas visuais, mais ou menos especializados, articulando-se assim a exploração propositiva dos meios-ambientes com a estrutura das conexões das redes neuronais. Acrescentava ainda que as representações visuais

resultantes da orientação propositiva não se podiam considerar totalmente coincidentes com propriedades do mundo objetivo.

As exigências teóricas, descritivas e as consequências tecnológicas de uma teoria física da visão podem ser rigorosamente coincidentes com a descrição naturalista da visão? Podem retificar-se os desvios produzidos entre a descrição naturalista do ver e a descrição científica apostada na reconstrução tecnológica da cena visual a partir de características objetivadas das imagens, de regras para a computação e de resultados planeados?

Há problemas relativos ao estatuto da visão que não se podem resolver nos limites fisicalistas. Algumas dessas dificuldades resultam do valor do movimento não planeado na visão natural e nas imagens naturais, da simbiose do interior e do exterior nas sequências sensório-motoras e da implicação do tempo e da velocidade da cena instantânea na formação da identidade dos objetos nos esboços de cenas visuais.

O tema da presença da técnica na formação de imagens naturais levou pensadores, historiadores e artistas a conceitos sobre o que se contém na representação pictórica, nos trabalhos de Erwin Panofsky, Nelson Goodman ou Ernest Gombrich, por exemplo. Embora haja, por vezes, nestas conceções uma tendência para abstrair os dois domínios da visão natural e da visão geométrica, assumindo esta tal como foi gerada nas teorias da perspectiva, uma interrogação de fundo está sempre implícita.

É a interpenetração entre os dois tipos de visão que pede uma análise.

A tese de um isolamento entre a visão natural do animal terrestre de J. Gibson e a visão modificada geometricamente da ciência e dos artistas tem de ser recusada e desta recusa tiradas as consequências. A permeabilidade entre natureza e técnica, entre visão natural e visão construída não se dá apenas na teoria da visão, mas no perceber concreto. O animal terrestre, como o conhecemos, não vê hoje o seu meio ambiente como o percebiam

os gregos pré-socráticos, teorizadores dos quatro elementos. Se o ver terrestre se transformou primeiramente no ver da perspectiva fixa das construções pictóricas do Renascimento para evoluir mais recentemente para a visão háptica das tecnologias tridimensionais e de realidade aumentada, é porque o animal terrestre evoluiu para uma espécie que não só manipula meios técnicos como percebe por eles.

O que a visão vê é sempre mais do que aquilo que está numa imagem fixa. Esta conclusão parece paradoxal. Mas o que ela nos diz é que para haver imagem são necessários fatores de um tipo não imagístico, que se mostram na imagem no seu sentido abstrato, como representação de uma cena.

Se é assim, então as imagens não são aquilo de que é feita a visão da atitude natural. Elas são os quadros a que nos referimos para falar do que se viu. Para se saber o que se faz quando se vê é necessário ir da crise da imagem como duplo do objeto até à crise da própria imagem como construção proposicional sobre o que se vê.

A dinâmica de cena na visão natural está envolvida em processos sensório-motores não redutíveis. São estes que o quadro pode eventualmente reter nas chamadas características da imagem como cor/intensidade, textura, sombreados e contornos, entre outras, como aparências do movimento.

A visão natural sugere no lugar da imagem-quadro a noção de uma imagem-membrana. Aqui, uma membrana é como a película que molda a fronteira do observador e da cena e que emerge de um como do outro lado da divisória. A sua elasticidade adapta-se à dinâmica de cena como se ela fosse uma só, com o movimento do observador e o movimento das formas. Tal película adere ao que é visto na cena e forma-o como se dele fizesse parte. É esta inclusão da membrana na cena que nos permite dizer que visualmente nos movemos em imagens. Ora, mover-se em imagens não é representar imagens. A diferença é notória, mas facilmente esquecida. Se, de facto, é em imagens que se desenrola a exploração do meio ambiente e

este se tem de definir, ele mesmo, por fim, como imagem móvel, o que se vê na visão natural é a película envolvente do organismo sensitivo. Uma tal membrana sensorial é visual, táctil, olfativa, auditiva ou gustativa. Nas imagens visuais da visão natural um invólucro visual impalpável se estende desde o olho em movimento às formas do mundo circundante, nestas se selando a localização móvel do observador. É na imagem-membrana que se cruzam o observador, o movimento e a cena, sempre segundo as secções limitadas que, em cada caso, apontam para o que está ao alcance.

Na imagem-membrana gera-se a impressão de transparência ou de um acesso direto a um lado de lá, que vemos imobilizado na imagem-quadro. A película sensório-motora que nos cerca e envolve é a única medida subjetiva para a realidade percebida. Pode usar-se, a propósito, a noção de uma cápsula corpórea, mas como evitar contaminar esta com a noção teórica de um corpo-objeto? A membrana sensorial é diferente, pois nela é já o estar fora do seu corpo sensorial de um observador, que se evidencia. Tome-se como exemplo a noção de dinâmica de cena visual, em que não é tanto o corpo próprio que vem para o centro, mas antes o que acontece ao percipiente em secções móveis da percepção formadas em consequência da localização relativa do mesmo percipiente.

A imagem-quadro aponta para o lado de fora do invólucro visual móvel e fixa-o em caracteres. Mas mesmo ao se fixar, a cena não perde os traços da sua anterior ambiguidade de imagem no movimento de um percipiente coimplicado no modo como vê.

A imagem-meio que se formou em consequência da evolução tecnológica é um terceiro tipo, que traz em si a ambição de transformar imagens-quadro em imagem-membrana. Representa, por assim dizer, o sonho tecnológico de levar o animal terrestre a ver como a tecnologia quer que ele veja.

## **1. 1. 2. Bio- e Neurosemiose**

### **1. 1. 2. 1. “influir em...” ou “causar”**

Pelo facto de os elementos do meio físico e do neuropsíquico serem heterógenos formam-se temas como o da “relação” entre pensamento e realidade ou mente, cérebro e “realidade”, cuja dificuldade se deve a não haver verdadeiramente aqui uma relação, no sentido próprio do termo, ou nexos entre elementos que possuem entre si alguma semelhança qualitativa, como elementos da consciência em conexão com outros elementos da consciência ou elementos físicos com outros deste mesmo tipo.

Deparamo-nos com um problema gramatical quando usamos relação em geral ou mais restritivamente relação causa-efeito para indicar um nexo entre elementos que pertencem a sistemas de tipo heterógeno. Pois, se a causalidade é um tipo de relação importa que se acrescente que ela só se concretiza para um observador segundo o diagrama causal por ele construído.

A constatação mais ingénua, mas não obstante certa, indica que não há nenhum acesso psíquico ao cérebro nem inversamente e não podemos imaginar como é que a partir de coisas situadas no espaço extramental se formam imagens na mente a não ser por mediação da comunicação nervosa no cérebro.

Se o meio externo só é psiquicamente acessível graças ao meio cerebral interno das unidades orgânicas é necessário compreender como se processa a tradução da estimulação das fibras nervosas no sentido psíquico. A estimulação nervosa que se desenvolve mediante neurotransmissores e neuromoduladores entre o sistema nervoso periférico e o sistema nervoso central não é diretamente estimulação da consciência, mas opera em outro âmbito em que, no ponto de partida, estão situados os recetores nervosos

de tipo mecânico, térmico, químico, eletromagnético ou as terminações nervosas livres recetores da dor. O que genericamente caracteriza a relação com o mundo exterior pela mediação do sistema nervoso possui a característica da diferença entre impulsos nervosos. Estes estão ou não estão presentes, possuem ou não uma determinada carga e são ou não portadores de determinada informação química. Estimulação nervosa ocorre substancialmente em redes remissivas neuronais, dotadas de uma sequencialidade dependente de níveis de carga e descarga sináptica e da organização interna dos neurónios nas respetivas regiões de referência para a observação externa, mas que não se pode explicar mediante os seus efeitos na consciência. O emprego de “causa” e “efeito” a propósito desta conexão entre a estimulação das células nervosas e os estados conscientes é verdadeiro apenas para o observador dessa conexão entre “causa” e “efeito” num lado e no outro. Mas só muito hipoteticamente pode descrever o que a consciência toma como causa da sua percepção atual. A observação e registo de uma influência do somático-cerebral num estado mental não conta como tal para esse estado mental, mas sim para o observador externo que fez a observação e o registo do que só nessa observação e registo tem o valor de uma “influência” de algo em algo.

É esta observação na terceira pessoa a responsável pela descrição da sensação como uma relação entre um conteúdo e um continente, pela criação da imagem de coisas dentro de coisas e do sistema psíquico como caixa de coisas ou objetos. Esta descrição é vibrante nas teorias sobre causalidade neurofisiológica conhecidas na história do pensamento, particularmente desde a Psico-Física do séc. XIX até a algumas sobrevivências nas correntes contemporâneas nas neurociências.

O que se desenvolve na pele como limite imaginado entre o exterior e o interior orgânico, segundo as características do sistema nervoso, é inconsciente. Sabemos, contudo, que dessa rede de reenvios nervosos

depende o processamento consciente dos sistemas psíquicos, começando pelo sistema sensório-motor. A vida psíquica processa sinais em impulsos e em sensações. Quando esta tradução ocorre e nos fixamos nos seus produtos, moções ou sensações polarizadas mediante operações de um tipo particular, estamos em pleno sentido psíquico. Passou-se da camada inconsciente da estimulação nervosa para outra em que se diz que há consciência. Sobre o que ocorreu reina mistério. Todavia, o nexo causal e a referência a uma influência são admitidos e usados como explicações.

O nexo causal tem duas faces. Na relação entre impulsos nervosos e sistema psíquico essas duas faces representam domínios com valor muito diferente entre si.

Isto é percebido numa fórmula: está vedado à estimulação nervosa como causa o acesso aos seus efeitos conscientes; enquanto à consciência está vedado o acesso às suas fontes neurológicas, como tais, exceto numa observação de terceira pessoa como a que se realiza mediante aparelhos.

Os sistemas psíquicos providos de inteligência humana ou de outro tipo de inteligência dotada das capacidades para o efeito podem modelizar o encadeamento de um ponto ao outro e associar ocorrências num meio a ocorrências no outro. Ora, isso requer já, precisamente, processamento psíquico e sentido psiquicamente organizado. Não conseguimos imaginar uma redução inversa do sentido psíquico já organizado até à estimulação nervosa. Além disso, correlacionar ocorrências de um campo com o outro não é o mesmo que perceber como se alteram os elementos do tipo físico-químico nos elementos da vida psíquica.

É muito possível que esta mudança não ocorra no instante da estimulação nervosa, mas exija diferimento, uma dada sequência de estímulos assim como de respostas conscientes, com impacto retrocessivo no sistema nervoso, o que significa que depende de algum tipo de conexões do sistema psíquico, que só este está em condições de ocasionar ou estruturar. Este

aspecto é o que parece indubitável. A rede remissiva sequencial da estrutura neuronal do sistema nervoso, que se exprimiu na metáfora do disparo sináptico, constitui-se como um estar-para-outro-ponto de tipo remissivo, sequencial.

Contudo, as sequências neuronais não produzem diretamente sequências psíquicas nem as sequências psíquicas que um observador isole como tendo sido influenciadas por uma sequência neuronal tomam esta como sua causa ou razão de ser. Só a respeito do produto consciente da atividade psíquica se podem indicar áreas de estimulação cerebral como sua fonte, origem ou causa ou como se queira dizer. Ainda assim, se tem de acrescentar que a ligação causal eventualmente identificada está sempre em recomposição, devido à retrocessão constante do psicológico no cerebral.

Uma vez desperta pela corrente neuronal do córtex que a liga ao meio ambiente dos seus econichos, pelo movimento do corpo, a consciência opera no quadro de um sistema de decodificação de sinais orgânicos e orgânico-periféricos para continuar a associar os seus próprios elementos e ligar a estes tudo o que possa aperceber como fonte de informação. É assim que o sistema psíquico sobrecarrega com a sua marca autorreferencial os sinais neuronais e ainda os que associa, mediatamente, aos econichos.

O que constitui as sequências neuronais e as suas linhas e áreas de conexão eletroquímica é, como tal, inacessível para a consciência. Esta apenas gera respostas psíquicas para as incógnitas que lhe aparecem nos efeitos orgânicos dos disparos neuronais, como impulsos.

A vida psíquica responde à cifra do seu corpo, se assim podemos dizer. Forja, a partir dos seus próprios recursos psíquicos e motores, um sentido para a sua cifra corpórea.

É ao formar este sentido que a consciência se torna verdadeiramente no que é. Para formar sentido psíquico a partir da sua cifra a consciência não tem diante de si um único caminho já traçado, mas várias possibilidades, de



cuja combinação e em cuja escolha a consciência joga o que ela vai poder ser nos momentos seguintes de uma história. Relativamente às possibilidades de atribuição de sentido, o corpo põe a consciência numa variabilidade relativa. Chamou-se a esta variabilidade memória motora, involuntária, ou ainda sensação sem percepção.

Tais designações serviram para indicar como o sentido psíquico estava disparado desde sequências neuronais e condições neurais gerais que pediam chaves psíquicas e psicomotoras decifradoras.

A gnosiologia comum sobre a linha indutiva que leva dos “objetos” físicos situados nos econichos até à corrente neuropsíquica e desta até à formação da consciência de impressões, na corrente de consciência, converte a observação de um observador não-implicado nesta linha sequencial no que é, originalmente, a génese do sentido psíquico a partir da corrente neuronal, como uma retomada de sinais de um tipo por sinais de outro tipo ou padrões neuronais por formas conscientes da vida psíquica.

Como funciona esta conversão e o que ocorre nela?

É da maior importância o esclarecimento do dispositivo de observação assim constituído. Chamemos-lhe a *forma geral da observação*. A forma da observação é semelhante ao mecanismo da objetivação psíquica de elementos da corrente da consciência, mas ela não se pode reduzir a um tipo exclusivamente psíquico, ocorrendo observações e dispositivos observacionais em diferentes tipos de sistema, desde os neuronais, aos psíquicos, aos artificiais até à comunicação, desde que elementos conectados uns com outros em sequências possam tomar características de estados de alguns para se conectarem com outros.

A ligação entre objetos físicos e corrente neurofisiológica só pode estabelecer-se com recurso a algum tipo de observação, que gera respostas. Nesta observação, um sistema isola formas de um meio ambiente externo singularizadas segundo características definidas e associa, segundo

parâmetros espaço-temporais, a presença dessas formas a respostas neuronais no outro polo, que está igualmente isolado, mas que é concebido como um sistema dinâmico de reenvios internos, ao contrário do caráter fixo e isolado que se atribui às formas macrofísicas da percepção no conceito vulgar sobre a referência externa da percepção. A razão de ser de os elementos do sistema neurofisiológico se darem em sequência prende-se com a sua organização interna, igualmente descoberta por observação.

Seguidamente, a corrente neurofisiológica liga-se a respostas e a estados mentais a que se atribui a característica da consciência, pelo facto de serem estados que podem ser retomados em outros estados do mesmo sistema psíquico.

O que chamamos consciência não é significativamente distinto da capacidade que têm os estados mentais de remeterem para outros estados mentais, de se retomarem e prosseguirem no modo da autoidentificação, ou seja, duplicarem-se para dentro deles mesmos. É por isso que, por analogia com a corrente neurofisiológica, é legítimo descrever a consciência como uma corrente.

O que se chamar “objeto físico” tem predicados que só podem ser acedidos na forma da observação assim gerada. Contudo, este acesso ao “físico” pode ocorrer de duas maneiras e não só de um modo e é a combinação destes dois modos que, muitas vezes, confunde a gnosiologia vulgar.

Na medida em que o elemento físico é o objeto do experimento de uma inferência físico-neuronal-psíquica ele já é tomado nas dimensões que são aquelas que vão ser ou podem ser retidas mentalmente. É evidente que, assim, não se tem o elemento físico *enquanto tal*. Este será o *físico do neuropsíquico* ou, melhor, da observação da *inferência neuropsíquica*.

Fora da observação desta inferência e dos dispositivos do modelo cognitivo para isso disponíveis, o que se dá ou não de um ponto de vista físico, nas “próprias coisas”, tem de ficar posto entre parêntesis.

É a Física que vai estar interessada em desembaraçar a objetividade física da contaminação com os elementos do subsistema sensorial dos sistemas psíquicos, descarregando-a da autorreferencialidade psíquica e dos paradoxos autorreferenciais que decorrem de uma consideração genitiva do “físico do psíquico”. Para aceder ao físico fora de parêntesis será necessária outra forma de observação, chamemos-lhe observação II, que não é aquela que se postulou na linha inferencial físico-neuropsíquica, mencionada como observação I.

A observação II abstrai da inferência físico-neuropsíquica e toma os nexos internos da energia-matéria como sendo o que define o objeto físico, já desaparadoxizado das influências dos sistemas psíquicos envolvidos na própria observação e liberto de *qualia* psicológicos. Então, a forma de observação de que o físico dispõe é um tipo especial, cuja autorreferência só pode estar na própria teoria física, que indica como se fizeram as medições, em que posição relativa dos observadores-mensuradores e sob que pressupostos no *stock* cognitivo e na comunicação científica de grupos de pesquisa. Uma meta-descrição das teorias físicas pode indicar estas dimensões e estudá-las como o domínio autorreferencial da teoria. O resultado do estudo meta-teórico indicará, para um tempo determinado da História da Ciência, como se tem de proceder para apreender os aspetos físicos da ligação neuropsíquica, como elementos desaparadoxizados da autorreferência psicológica.

O dispositivo observacional gerado em consequência da linha inferencial físico-neuropsíquica reelabora o físico nos termos necessários para isolar o que do mundo externo à mente é, para a mente, o seu objeto. Quando dizemos, numa consequência posterior, que a mente capta coisas do mundo externo fixando-as em imagens mentais usamos a perspetiva da mente como caixa de coisas e a idealização de umnexo causal invertido. Isto se deve a que a atividade psíquica foi retomada nela mesma e fixou nela

própria um resultado da inferência físico-neuropsíquica – a imagem interna de coisas-de-fora - como se operasse na modalidade da observação II.

A proximidade da forma geral da observação aos atos da consciência torna possível esta combinação entre o que foi indutivamente fixado por um observador II e o que a mente passa a conceber como o seu próprio nexos com o meio ambiente, segundo o tipo da observação I. Pode seguir-se a ideia que temos visões mentais de coisas *realmente* exteriores ao nosso espírito, como se o de-fora estivesse no de-dentro ou como se a diferença entre os dois tivesse já sido apagada e assim vencida a autorreferencialidade psíquica. Eis o que sugere a representação da mente como caixa de coisas, dentro da qual é possível fazer descrições como se a caixa não existisse.

Esta possibilidade refere-se à auto-objetivação da consciência, à possibilidade de a consciência se representar ou mesmo confundir com os seus produtos, que se desparadoxizaram ou são concebidos sem paradoxos autorreferenciais. Assim se explica por que se fala em objetos ou coisas e em relações entre eles.

Não é justificado partir deste último mecanismo e descrever o resultado da inferência indutiva físico-neuropsíquica como algo de indiferente, em que se desenvolvem continuamente os mesmos elementos desde o polo de partida até ao polo de chegada do nexos.

O que acontece é o seguinte. A corrente da consciência é retomada no seu modo objetivado para permitir que se descreva como objetos físicos de um meio ambiente exterior o que não podem deixar de ser os objetos formados internamente no encadeamento psíquico. Isto significa que na formação do objeto intervêm sempre pressupostos sistêmicos dos sistemas psíquicos, individuados do ponto de vista orgânico, que contaminam com a sua autorreferencialidade o que se apresenta como de-fora.

A inferência causal *real* é, assim, não do físico para o psíquico, mas do psíquico para o físico. Quando se pretende descobrir a resposta mental a

variações físico-neurofisiológicas é sempre já no mental que nos situamos, simplesmente porque o polo final da inferência determina o que para ele é o sentido final da própria inferência. O físico deve então ser representado como o *irreal* da produção consciente de sentido e da sua autorreferência. A observação I opera como um esquema inferencial para ligar elementos heterogêneos de sistemas relativamente autônomos, como se houvesse uma modificação contínua de um lado ao outro. A observação II constrói esquemas inferenciais entre elementos homogêneos. No que se refere à inferência físico-neuropsíquica, a observação I não ultrapassa a sobredeterminação autorreferencial dos elementos que enlaça, levando em conta que ela só se conclui uma vez formado o sentido psíquico da própria conexão desses elementos. Pelo contrário, a observação II foi aperfeiçoada para se desenvolver sempre entre o mesmo tipo de elementos e, por isso, não opera transgressões significativas de autorreferencialidade, parecendo imune a paradoxos autorreferenciais, com a única exceção dos que podem decorrer da reflexão da própria teoria de enquadramento.

Segundo a observação I do sentido psíquico, podemos imaginar que se descobriu uma frequência entre o que ocorre em um ponto do nexo inferencial  $a$  e o que aparece espelhado no polo psíquico  $b$ , como sua representação, mas esta frequência dificilmente pode ser tida como autêntica causalidade, no sentido da Física, segundo uma observação II, se percebemos que é já de um modo construído do ponto de vista psíquico que o  $a$  é tomado como causa de  $b$ . Assim, aspetos da atividade psíquica estão supostas no não-psíquico para descrever novamente a causa desse psíquico, perdendo-se, neste círculo, o que se pretendia demonstrar com o recurso à linha inferencial físico-neuropsíquica. É nesta ilusão de uma causalidade sem autorreferência que opera a gnosiologia vulgar do realismo ingênuo.

Se imaginarmos que se descobriu um conjunto de partículas que é tido por responsável pelo comportamento das partículas da atual microfísica, mas

que pertence a uma ordem não-física, chame-se transfísica- $\alpha$ , e se queremos investigar a ligação sequencial entre ambas ficamos com uma questão semelhante à que definimos quando procurávamos a ligação físico-neuropsíquica, se atribuímos às partículas da transfísica- $\alpha$  autossuficiência, clausura causal e complexidade não redutíveis à microfísica, tal como os elementos do domínio psíquico possuem autonomia e complexidade não redutíveis aos elementos de outro domínio designado por neurológico e ao outro designado por física da percepção. Também aqui a observação I não equivale à observação II e o que conhecemos com base nesta das partículas atuais na microfísica não se pode aplicar a uma inferência de fenómenos da transfísica- $\alpha$  para a microfísica segundo exigências de uma observação I. Na medida em que é a forma da observação que constitui o que para ela é causalidade e ainda a distinção entre causa e efeito, podemos concluir que o conceito de causalidade das observações I e II opera aparentemente segundo a mesma forma geral, mas não com elementos do mesmo tipo ou da mesma ordem autorreferencial. É por isso que uma clarificação conceptual rigorosa exigiria a diferenciação entre uma causalidade I e uma causalidade II. Para as regularidades contadas como regularidades causais da observação I seria mais apropriado falar-se em ressonância em vez de causação.

Ora, a ressonância é um efeito que só chega a produzir-se como tal no ponto de chegada do nexos causal ressonante, segundo condições especiais de indução e absorção ou anexação intersistémicas, que envolvem uma semiose intersistémica, sempre envolvida em autorreferencialidade, como a que se articula desde os disparos sinápticos até aos estados mentais. Implica, sobretudo, que se pressuponha que apenas no produto remissivo se encontra o significado da própria remissão, pois só aqui é que a autorreferencialidade da totalidade das sequências se constitui.

A existência de condições de ressonância entre indução e absorção causa-efeito é notória entre sistemas neurofisiológicos e psíquicos, precisamente em virtude das clausuras sistêmicas envolvidas e do seu acoplamento obrigatório. Veremos que a proposta de modelagem semiótica das ressonâncias intersistêmicas permite chegar a conclusões sobre indução e anexação no nexo causal e sobre influência diferida e indireta, mais adequadas do que a admissão de um único modelo causal dotado de uma influência direta, sem mediações e em que o diferimento causal não é tido em conta para explicar as diferenças nem os problemas resultantes da autorreferência.

Além disso, como se vai mostrar mais adiante, a clarificação semiótica dos efeitos ressonantes tem a vantagem de colocar mecanismos de codificação e decodificação de sinais orgânico-psíquicos no lugar da antiga terminologia da causalidade da gnosiologia do realismo ingênuo, influenciado pela imaginação mecânica sobre causas e efeitos, que não conseguiu ultrapassar o desconforto de não saber lidar com relações entre sistemas autorreferentes, em que o diferimento e a decifração de sinais é primária para descrever o nexo causal e em que está presente, de modo desenvolvido ou incoativo, o mecanismo da decodificação.

Na base neurológica encontramos informação e ainda não sentido psíquico na aceção comum de psíquico ou consciente. Podemos falar de informação porque a abertura ao meio ambiente externo dos organismos sensitivos está já estruturada segundo a capacidade seletiva dos recetores pós-sinápticos e dos diversos fatores de ordem eletroquímica dos fluxos neuronais, de que depende a coordenação dos fluxos aferentes e eferentes no organismo.

O conceito de informação é usado analogicamente para o que tem lugar em neuromoduladores, neurotransmissores, cargas elétricas e respostas químicas. Pode ainda falar-se em informação porque a ativação neuronal é

maioritariamente lida a partir de impulsos ou de disparos sinápticos a que se atribuiu um lado descontínuo e digital na fonte do disparo, um outro que pode ser lido como contínuo/digital no processo de transmissão axónica e outro digital e descontínuo na receção pós-sináptica, sujeita a limiares probabilísticos de resposta, do “tudo ou nada”.

É nesta medida que se tem aplicado o conceito de informação, e mesmo o de mensagem, para descrever a transmissão dos impulsos nervosos nos nexos sinápticos. Os sinais emitidos, transmitidos e recebidos nas células nervosas obedecem a mecanismos de codificação e decodificação de tipo infraconsciente, mesmo se ainda nos é muito difícil usar, com todas as consequências que se impõem, a noção de um código neste campo.

É inequívoco que essas trocas podem ser concebidas como nexos entre sinais. Desde logo, entre sinais de saída e sinais de entrada que se reconhecem do duplo ponto de vista probabilístico e operativo. São já, no sentido que pretendemos demonstrar, permutas semiósicas de uma complexidade assinalável baseadas em elementos físico-químicos dispostos na estrutura das unidades orgânicas de um modo funcionalmente adaptado. Pode, a seu respeito, usar-se o conceito de signo e, como se disse anteriormente, é adequado descrever algumas dessas trocas, uma vez identificadas, à luz dos tipos de signos que Charles S. Peirce classificou nos *qualisignos*, *sinsignos* e *legisignos*, ou seja, ao nível da categoria da primeidade, embora sem excluir as diversas passagens para níveis semiósicos de secundeidade e terceidade. Assim se admite uma larga *semiose* infraconsciente, pré-verbal e pré-intencional. Evidentemente, o uso de signo e de semiose para estas remissões e para a informação correspondente implica que não se restrinja “signo” a um recetáculo material de uma ideia do sentido psíquico já amadurecido. Signo designa a forma da remissão sequencial no que nela se desenrola entre patamares indutores e outros de anexação causal segundo elos de semiose no



*continuum* semiósico. A sequencialidade semiósica pode tomar-se como molde causal, substituindo com vantagem o molde causal-temporal do anterior-posterior da tradição clássica da *Física* aristotélica.

Veremos, mais adiante, em que consistem tais vantagens.

Esta ideia concorda, no essencial, com a noção que nos indica que desde a fonte neurofisiológica que os sistemas psíquicos (de humanos, no caso particular) são disparados para os momentos seguintes e que este disparo é uma característica da formação e desenvolvimento do sentido psíquico.

Relativamente ao sentido psíquico, a fonte neurofisiológica no seu grau zero de significado psíquico pode ser identificada com o nível do *representamen*, R, no diagrama R-O-I da semióse (Charles S. Peirce) e, nesta medida, pode caracterizar-se como fonte de informação. Como tal, a fonte pertence a uma dimensão proto-psíquica dado o pressuposto do fechamento autorreferencial da consciência, que teremos ainda de explicar e desenvolver.

Na transmissão infraconsciente de informação há processos semiósicos em que os organismos identificam e mobilizam sinais para gerar respostas a estímulos internos ou externos, para formar ou confirmar rotinas orgânicas. Estes processos são plásticos. Pode falar-se de uma aprendizagem orgânica. Não obstante a base físico-química ser formada pelos mesmo elementos de base e, nessa medida, se repetir na espécie para a constituição da fisiologia dos órgãos, as rotinas sofrem variações individuais que afetam o significado das diferentes células nervosas na produção de certas respostas.

Os sinais desta camada são assimilados na rede orgânica de conexões e após suficiente aprendizagem permitem ao organismo lidar com estímulos do meio ambiente externo mediante as rotinas internas ao organismo.

A modulação entre estimulação e respostas pode ocorrer de forma quase-padronizada ou mesmo integralmente padronizada, porque os sistemas

psíquicos possuem nessas rotinas esquemas de coordenação entre o fisiológico e o que é propriamente consciente da vida psíquica.

As rotinas não estão padronizadas segundo nexos inalteráveis nos neurónios individuais, registam-se ganhos e perdas de ativação local neuronal, mortes, mudanças de investimento e novas orientações em redes. Todos estes fenómenos são bem conhecidos da literatura de divulgação.

Pelo facto de não serem concebíveis os processos conscientes sem a base neuronal e orgânica, argumentamos de um ponto de vista causal ao estabelecer uma ligação de condição a condicionado entre essa base orgânica e os processos psíquicos conscientes como atos voluntários, sensações seguidas de objetivação de conteúdos ou, ainda, pensamentos complexos como longos diagramas em raciocínios, desde que não alterados por observações do tipo II.

Imagine-se que não sabemos nada, ainda, sobre a influência da atividade cerebral na corrente de consciência. Partamos do princípio, não inédito no passado da história do conhecimento humano, que o cérebro nos é totalmente desconhecido. Nestas condições cognitivas a ideia de umnexo causal entre fisiologia cerebral e consciência não se pode formar.

Não obstante a ignorância da teoria, o sistema psíquico continua a poder ser descrito segundo formulações semelhantes às de Aristóteles e a consciência pode ser entendida como um resultado da influência exclusiva do meio ambiente externo, que influi na mente com as características naturais que a própria percepção descobre nesses objetos. Estas descrições não são incompatíveis com o modo como os elementos da consciência, como sensações ou moções voluntárias ou pensamentos sobre coisas, se organizam e orientam para esse meio ambiente externo, à luz de uma determinada perspectiva da relação entre sistema e meio. O que elas não garantem é a compatibilidade com as exigências da observação científica de todos os nexos causais para a Ciência moderna. Nestas condições, o que se

tomou por meio ambiente externo povoado de objetos coincidentes com os resultados da atividade psíquica é o meio ambiente gerado por essa atividade psíquica e assim projetado pela consciência, o que só é descoberto realmente como um condicionamento autorreferencial quando o tipo de observação I se confronta com o tipo II da Ciência.

A noção de imagem mental é a face mais imediata desta projeção ingênua assim como o apagamento da sua fonte no próprio trabalho psíquico ou, mais exatamente, neuropsíquico.

Daqui se segue *i)* que teve de surgir na História da Ciência a noção de que o cérebro como meio ambiente interno ou orgânico de sistemas psíquicos tem um valor para a geração da consciência, daqui decorrendo a crença num nexo causal entre elementos psíquicos e neuronais, segundo o tipo de observação II, que envolve a desaparadoxização da autorreferência; *ii)* a consciência se descreveu, também, sem recurso a esta explicação causal do neuronal no psíquico, mas de acordo também com uma observação II, quer dizer, centrada na ligação causal dos seus próprios elementos, no associacionismo, intrapsíquico, das impressões e ideias; *iii)* na forma do seu processamento rotineiro a consciência não está voltada para os sinais da camada inconsciente do processamento orgânico da informação, não tem essa semiose como objeto ou como molde organizador das suas próprias operações, mas se refere a outros elementos constitutivos da consciência; *iv)* a observação psíquica da *semiose* orgânica inconsciente corresponde a uma modificação da forma da observação em geral e é um processo cujos resultados só possuem sentido para a consciência, segundo moldes que envolvem autorreferencialidade, à luz de uma observação I; *v)* uma explicação causal sobre influência macrofísica-neuropsíquica não é uma ilustração do funcionamento operatório dos sistemas psíquicos nas conexões internas dos seus elementos, de uns conscientes a outros conscientes e destes aos inconscientes, que implicam sempre

autorreferência e observação I, mas uma conclusão obtida em modelos teóricos em que se estipularam correspondências entre os elementos de diferentes proveniências sistêmicas, assim justificando observações do tipo II para tais correlações.

À luz destas restrições ao alcance das explicações causais se compreende que a ideia de uma tradução de processos internos à fisiologia cerebral nos fenômenos da consciência descreve a observação consciente desse nexos causal em uma observação de terceira pessoa, como se disse anteriormente. Porém, não descreve o que a consciência é ou o que faz ou mesmo o que para a consciência está em vez dos objetos do meio ambiente externo – não clarifica o que psiquicamente vale como primeiras impressões.

Ao descrever a situação em que, para um observador sempre limitado, dada uma certa intensidade de excitação orgânica, se seguem estados conscientes, nos aproximamos de padrões ou regularidades causais com significado estatístico, mas não transmutamos a fisiologia em consciência, pois uma impressão consciente para a consciência não é um estado orgânico, mas psíquico. Mesmo que esteja alguma coisa no corpo este algo tem de ser psiquicamente decodificado. Quer dizer que o que está de-fora é indecível ou determinado segundo a rede conectiva da semiose psíquica dos sistemas psíquicos, desde a conexão sensório-motora até à ligação dos pensamentos com base em esquemas temporais com referência eventual a formas linguísticas.

No sentido psíquico, a existência dos objetos do meio ambiente psíquico está em acordo com a forma da percepção desses objetos e os seus mecanismos de decodificação. Não é apropriado dizer que uma coisa é a nossa percepção e outra, diferente, os próprios objetos. No entanto, daqui não se pode retirar nenhuma tese de alcance ontológico radical sobre a necessidade física. Este é um erro comum nas teorias filosóficas realistas

sobre a cognição. O que se pode afirmar é que a percepção humana, ao formar os objetos de determinada maneira, coincide com determinadas possibilidades do meio ambiente físico, precisamente aquelas que tornam a experiência perceptiva do mundo concretizável. Porém, a realidade física não se esgota nas possibilidades da percepção humana e, por este motivo, não é legítimo dizer que o objeto físico é, na sua realidade física, *em si*, tal como o vemos. Esta conclusão não quer dizer que tenha algum valor para a organização psíquica da percepção o conhecimento das regularidades estatísticas da Física das partículas. Pelo contrário, o que se afirma é que no modo como os sistemas psíquicos constroem os seus meios ambientes as possibilidades do real físico não são tidas em conta, o que não quer dizer que elas não possam ser construídas em modelos teóricos pelo físico para outros propósitos diferentes dos da percepção do mundo circundante, segundo os propósitos e funções especificados na “atitude natural”.

Podemos então falar, consistentemente, em uma opacidade referencial da física ou neurofisiologia da corrente de consciência nos sistemas psíquicos ou em uma referencialidade indireta, no sentido em que por referência se entende o que está de-fora na aceção realista radical de um meio ambiente externo meta-cerebral e cerebral físico, microfísico ou neurofisiológico.

Somos levados a rever, nestes termos, o conceito tradicional de metafísica acalentado pelo realismo ingénuo, que acredita no real desparadoxizado das ligações autorreferenciais. Metafísica é a crença segundo a qual se pode evitar a barreira psíquica, da organização interior dos sistemas psíquicos (observação I) ou da teoria da objetividade da Física (observação II) para aceder ao de-fora.

Sob o mesmo conceito de metafísica se pode entender a crença na continuidade de elementos ou de estrutura entre esse de-fora e os elementos e estrutura dos sistemas psíquicos ou das teorias.

No seu conceito de objeto identificado com um elemento do de-fora, as concepções metafísicas abstraem do processamento do sentido psíquico na formação da consciência de objeto e, nesta medida, estão alimentadas no suposto de que a autorreferência psíquica não possui uma efetividade própria. A metafísica numa aceção muito restrita, mas determinante, é a ignorância do papel da autorreferência, fortalecendo a crença do realismo ingênuo no dado imediato, na caixa de coisas da mente, uma vez transmutado do produto da atividade psíquica, na sua conectividade, no de-fora.

## 1. 1. 2. 2. Reduccionismo e causalidade

Algumas teses fundamentais da neurofilosofia popular, ou da que se divulga em certos livros de grande circulação sobre o cérebro e a sua influência nos comportamentos, emoções e pensamentos, são relíquias de teorias que derivam, por sua vez, nas formulações modernas, de sonhos reducionistas do mecanicismo dos séculos XVII a XIX, alguns deles associados à moda científica das localizações cerebrais da Frenologia, ou daquelas teses de fundo científico mais robusto, ousadas para o seu tempo, sobre a “personalidade orgânica” de Théodule Ribot e seus seguidores, na época do nascimento da Psicologia Experimental de finais do século XIX e princípios do seguinte.

Tome-se a orientação de fundo da proposta epistemológica de Patricia Churchland (em *Neurophilosophy: Toward a Unified Science of the Mind*, 1986). Consistia esta na tese geral reducionista aplicada aos conceitos, descrições e princípios gerais semelhantes a leis, que se desenvolvem na Psicologia, sob supostos dualistas mente-cérebro, relativos à relação entre o psiquismo (vivências psíquicas e comportamento) e o cérebro.

Na perspectiva da autora sobre o alcance dos processos neurológicos afirmase, basicamente, que a Ciência Física e a explicação de tipo nomológico têm vantagens sobre outros tipos de descrições ou teorias, que a evolução normal da Ciência vai na direção das explanações nomológicas, que o comportamento humano não é uma exceção a tal regra e que na fase futura, avançada, da explicação científica de um domínio hoje ainda por explorar tudo se reconduzirá a leis do domínio físico.

Para poder sujeitar o comportamento a uma investigação nomológica é necessário reduzir certas dimensões das teorias psicológicas correntes a dimensões de uma teoria integralmente fisicalista. A tese filosófica geral é materialista e traduz-se na ideia de que essa redução é não só recomendável

pelas necessidades da explicação física da realidade, como também por refletir uma condição que é ontológica, de um modo que só a nova teoria pós-reducionista estará em condições de expor.

O diagrama completo da redução e dos efeitos de translação da teoria de importação para a teoria de exportação implica o ideal de uma descrição fisicalista completa do comportamento humano, que só o futuro poderá ditar. Além disso, supõe a equação dos tipos possíveis de teorias dualistas. São consideradas, essencialmente, duas variedades.

Um primeiro tipo que professa o dualismo das substâncias - "substance dualism" - que, em todo o rigor, se pode considerar a variedade bi-substancialista da tradição clássica e cartesiana. Uma segunda variedade que sustenta o dualismo das propriedades - "property dualism" (Churchland 1986: 316-317). Não se aprofundam as várias teorias emergenciais ou sistémico-emergenciais.

Tal como se apresenta esta Neuro-Filosofia, na versão de livro de grande divulgação, mas com preocupações metodológicas e analíticas, a tese de que lidamos com uma Psicologia corrente ou popular no discorrer sobre alma e corpo do homem comum retoma as ideias de Wilfried Sellars sobre o valor do saber espontâneo do Homem-no-Mundo na sua relação com as construções científicas da realidade. Modifica-as na medida em que demonstra que a Psicologia popular ou o tal saber espontâneo sobre alma-corpo opera do mesmo modo que uma teoria de aparência científica. Um dos aspetos em que mais concretamente se revela a orientação explanatória ou descritiva da Psicologia popular está na formulação de hipóteses explicativas sobre o comportamento. Com o intuito de justificar a sua tese reducionista sobre as teorias psicológicas que, uma vez avaliadas, se deviam converter em teorias neuropsicológicas de um domínio físico, pretende a autora que na Psicologia popular corre a versão de um dualismo alma-corpo segundo o qual o comportamento se tem de explicar por razões



e não por causas no sentido fisicalista habitual de causa e causalidade. Assim se teria gerado a noção de que as razões para fazer  $p$  acreditando ou desejando que  $q$  eram explicações adequadas e suficientes de decisões práticas de agentes, mesmo que não se tivesse formado um quadro causal no sentido neuropsicológico ou fisicalista.

Com a diferença entre causas e razões considera que essa Psicologia popular consagrou o dualismo alma-corpo como a Ontologia da sua teoria psicológica. Além disso, a autonomia das razões frente às causas justificou também a rejeição pela mesma Psicologia popular do reducionismo teórico das teorias psicológicas às teorias neuropsicológicas.

Considera-se que se, por um lado, é legítimo falar-se em razões ou racionalidade nos nexos entre estados mentais e decisões não é justificado concluir-se, por outro, que as ações não são causadas por razões.

É claro que se alguém atender ao uso de “causa” este pode incluir o uso de “razão”, se o significado a reter for o de “influir em...” ou “produzir”. Ora, por isso mesmo, pode ser uma discussão inócua saber se deve usar-se o termo causa ou o termo razão para explicar o nexo entre certos estados mentais e decisões práticas. O alcance dos argumentos da autora não é só esse, mas este é um resultado pretendido.

A grande dificuldade do “materialismo eliminatório” defendido nesta obra está simplesmente em que para argumentar sobre a necessidade de reduzir as construções da Psicologia popular sobre os processos mentais a dimensões dos processos neurais requer e mobiliza essas construções mentais, a mais evidente das quais é a ideia psicológica de teoria, uma das elaborações mais típicas das formas e processos mentais, incluindo a polarização sujeito-objeto e as distinções causa-efeito, antecedente-consequente. Todas estas elaborações são construções mentais, mesmo que para elas se tenha uma pretensão reducionista. Reduzir é uma operação teórica que mobiliza todas essas distinções.

Se um dia se chegar a constituir a tal teoria neuropsicológica integrada a coroar o programa reducionista é muito possível que se forme uma nova imagem do cérebro, do psiquismo e da consciência. É, contudo, indubitável que esta será uma teoria e uma construção da consciência, mas não um facto ou acontecimento neurológico.

Quer dizer que enquanto teoria do cérebro a finalidade da redução não pode ser a de converter o próprio cérebro em representação consciente, depois de se haverem, finalmente, destruído todas as ilusões da Psicologia popular. Poderemos, um dia, seguir em tempo real o que acontece nas redes de sinapses quando sentimos, nos emocionamos, acreditamos, ajuizamos, desejamos, decidimos e, em suma, pensamos. Mas o ato de seguir em tempo real o que acontece num plano dos acontecimentos (A) por parte de um observador (O) é o que traduz o mais próprio da consciência. A redução de O a A é impraticável após um dado limite, que é precisamente o limite imposto por haver necessidade de observar, registar resultados, atribuir sentido e iniciar ações em consequência. O verdadeiro materialismo consequente sabe disto há muito tempo.

Com esta correção pretende dizer-se que o programa reducionista dos Churchland, como projeto de uma teoria futura neuropsicológica, não comporta em si mesmo nada de injustificado. A sua muito provável inexatidão está em crer que uma teoria, mesmo reducionista e monista, pode evitar a diferença entre teoria e objetos da teoria, entre consciência e “objetos” da consciência, entre A e O. Esta diferença tem um estatuto para os sistemas psíquicos, para a consciência, mas não pode ter um significado para os processos neurológicos em si mesmos. Crenças, desejos e todas as outras categorias relativas a operações mentais são construções baseadas no modo de operar de um sistema, que funciona mediante diferenciação frente ao que não o define do ponto de vista das suas operações e elementos e que ele concebe como o seu lado externo. Pelo contrário, não

há um lado externo frente a outro interno nas conexões fisiológicas do organismo.

A autodiferenciação do psíquico que ocorre segundo os moldes da forma-objeto, da forma-tempo e da forma-causal inclui a relação com o que se chama cérebro, mesmo que se saiba que não pode haver processamento de estados conscientes sem atividade neuronal concomitante e que, por isso, a relação entre um interior-mental e um exterior-cerebral, entre o *self* (ou subjetividade) como unidade de operações psíquicas e o objeto-cérebro será sempre, a propósito, equívoca, pois na verdade o termo relação pode não ser o mais indicado entre dois polos claramente assimétricos na relação. Só que este equívoco representa o preço a pagar por haver representações em geral assim como o que se chamou intencionalidade da consciência.

À integração das três formas da consciência (forma-objeto, forma-tempo e forma-causal) segundo equilíbrios precários chamamos forma da representação e vemos nesta última a condição da diferença entre A e O. Na presente proposta, o cérebro não é um primeiro causal da consciência ou dos estados mentais, a que estes se têm de reduzir, mas o conjunto dos sinais físicos da consciência, como veremos adiante com mais detalhe.

Começemos por uma revisão de posições teóricas.

Na continuação dos trabalhos sobre Filosofia da Linguagem e Intencionalidade (Searle 1983), nas suas *Reith Lectures* John Searle discutia, já em 1984, as relações entre mente e cérebro num quadro vasto de questões filosóficas populares sobre conexões entre a mente e o universo, a causação intencional das ações ou o alcance das teorias sobre Inteligência Artificial (IA). As discussões e confrontações do autor com o que eram ambições reducionistas têm por finalidade sustentar uma perspectiva neurobiológica sobre a relação mente-corpo, de tipo essencialmente não-dualista, mas suportando algumas conclusões dualistas num sentido enfraquecido.

Depois de introduzir as quatro características da existência em sentido mental (consciência, intencionalidade, subjetividade e causalidade mental) tomou para exame a ideia comum de que a consciência estava para com o cérebro numa relação de tipo causal, como quando se diz que os estados conscientes são causados pelo cérebro.

Não obstante referir o caráter grosseiro da visão causal da relação entre cérebro e mente (corpo e mente), não chega a desenvolver o núcleo paradoxal dessa visão nem diz por que razão afinal acha que a causalidade não é aqui a relação mais apropriada.

Quando tenta dar algum sentido a tal nexos causal refere a distinção entre micro e macro-propriedades ou entre micro e macroestruturas na Física. Assim, o que a consciência sente ou percebe seria uma expressão macroestrutural de uma realidade mais vasta, microestrutural, do cérebro e das impressões apreendidas no cérebro. A analogia seria dada pela percepção de solidez de um objeto a nível macroestrutural frente às características microfísicas desse objeto, em que o microscópico causaria o macroscópico, assim como o que acontece no cérebro causa o que ocorre na mente. Até que ponto isto é uma imagem recebida, que o autor reproduz com uma certa distância, ou o fruto de uma reflexão própria, não se percebe com nitidez.

O filósofo seguia na sua explicação uma variedade de teoria emergencial da consciência e da mente, segundo a qual o domínio mental é dependente do ponto de vista causal da atividade neuronal, mas com algumas restrições nas consequências ontológicas, na medida em que os estados conscientes não se podem entender como possuindo, neles mesmos, como atos psíquicos, características neurofisiológicas reais.

Se a tese de J. Searle é a de que a existência mental, com as suas quatro características, é a expressão da fisiologia cerebral e não uma substância separada, na aceção cartesiana, acaba, por infelicidade, a traduzir a sua

perspetiva nos mesmos quadros conceptuais e figurativos da tradição dualista, em que se inclui a objetivação do nexos causal como alguma coisa de-fora da mente e de que a mente seria o resultado e não o agente construtivo.

Assim, não se sublinha o facto de que a representação causal do nexos entre dois fenómenos ou propriedades, micro ou macroconstituintes, ou como se lhe queira chamar, é um facto da consciência, é o modo de operar da consciência ou uma conclusão da teoria. Daqui resulta a dificuldade ou mesmo impossibilidade em evitar modelos, metáforas ou analogias “mentais” na descrição do que se desenrola entre um campo e o outro. Mais importante que isto, gera-se a impossibilidade de imputação a esses modelos, exclusivamente, do que pode ser tido como uma inexatidão.

A ordem causal é já ordem da representação e pertence, por conseguinte, ao sentido psíquico e à sua forma da representação ou a estipulação teórica. A modelização das conexões opera num âmbito que é diagramático e tem forçosamente um valor de estipulação para o que se possa identificar ou no cérebro ou na mente como ocorrências em um, ou nos dois, dos campos situados no diagrama.

Nestes termos, o problema da relação mente-corpo está mal colocado.

Não se deve tratar de ilustrar que o cérebro causa a consciência como a microcondição causa a macroconsequência. Tem também um interesse limitado afirmar que os fenómenos da consciência se reduzem a expressões da vida ou são, em si mesmos, aspetos da fisiologia cerebral. Que é assim não parece ser contestado por ninguém.

Pode até temer-se que os autores empenhados nesta demonstração criaram adversários teóricos imaginários ou, mais concretamente, à imagem das oposições teóricas, como monismo e dualismo ou idealismo e materialismo, em que eles se acabaram por situar para desfazer as próprias dicotomias que condenavam.

A formulação adequada do problema da diferença e redutibilidade entre mente e corpo reside primeiramente no reconhecimento de que a relação de uma espécie animal para com o seu cérebro, entendido como sistema seletor de informação, é expressa com base nas formas que resultam dessa mesma seleção.

O cérebro é um sistema seletor de informação, admitamos. Se é assim, é como tal que ele opera para com a sua dimensão psíquica, por um lado, e para com os seus componentes físico-químicos, por outro.

Os seus constituintes físico-químicos e respetiva expressão biológica não se comportam para com a consciência como uma dimensão microfísica para com outra macrofísica, simplesmente porque esta imagem é demasiado grosseira para dar conta de que um fenómeno da consciência, depois de analisado, não se consegue decompor em elementos físico-químicos, mas também, e sobretudo, pelo facto de o ato de análise e decomposição recorrer sempre às formas da consciência que se pretendem analisar e decompor.

Na tentativa de relacionar (ou mesmo reduzir) o mental ao não-mental há sempre a autopressuposição do psíquico e da forma da representação.

Afirmar esta ideia não é defender nenhuma modalidade de dualismo metafísico ou de propriedades, como aconteceria fatalmente na visão de Patricia Churchland. É, isso sim, identificar seletividade e processos onde se haviam colocado entidades, substâncias ou, mais modestamente, como preferiu John Searle, "realidade objetiva".

Por essa razão, se deve insistir na ideia de que estes autores ficam presos dos dualismos que condenam. Voltaremos a este assunto mais adiante, a propósito do estatuto das teorias da emergência.

Então, o que é realmente importante é perceber como é que a fisiologia das células nervosas, com base em componentes físico-químicos, produz sinais e acompanha o processamento de um tipo determinado de sinais, que são

aqueles de que a espécie humana se serve para, nomeadamente, entre outras coisas, interpretar esse mesmo processo em modelos conceptualmente sofisticados.

Ao prosseguir o seu exame e no sentido de, em última análise, defender a sua visão da dependência biológica dos processos mentais à luz de um emergencialismo fraco (a sua Emergência<sup>1</sup>), J. Searle apreciava muito criticamente o “cognitivismo”, que fazia decorrer das teorias contemporâneas sobre Inteligência Artificial. Ora, é sobretudo neste ponto que se revela a sua débil discussão do papel modelizador da teoria, do uso da analogia e das metáforas e as imprecisões quanto a reducionismo ou não-reducionismo.

O famoso experimento do quarto chinês servia para demonstrar a convicção de que não era possível a um computador digital aprender uma língua tendo apenas em conta o conhecimento de regras sintáticas e um programa para orientar lances operatórios. Sem a intencionalidade e a componente semântica do uso dos termos e das proposições não existe competência linguística nas línguas naturais, segundo o crítico, e, por conseguinte, a simulação algorítmica da sintaxe não se consegue traduzir em regras semânticas, no sentido próprio, do reconhecimento contextual dos significados.

Mesmo se não clarifica por completo o que entende por significado, J. Searle insiste várias vezes na sua tese nuclear segundo a qual sem a dimensão semântica não há conhecimento de línguas e, por isso, deveria cair por terra a ambição do programa cognitivista de encontrar a convergência de modelos entre línguas formalizadas, programação de computadores digitais e línguas naturais, à luz da característica comum de “seguir regras” de índole exclusivamente sintática.

A analogia do computador e da mente, que teria servido ao behaviorismo e ao cognitivismo para se distanciarem da tradição bisubstancialista, é agora

por ele atacada em nome de um resgate da intencionalidade da consciência e da semântica.

Ao se afirmar que as teses cognitivistas são novas expressões da crise behaviorista também se sustenta que a comparação da mente com o computador introduz um terceiro termo desnecessário entre a neurofisiologia do cérebro e a mente, caracterizado pelas operações dos programas condicionais da máquina e pelas regras sintáticas das línguas.

Embora não seja muito evidente que os modelos cognitivistas introduzam sempre, de facto, mais um termo de mediação entre o orgânico e o psíquico, a sua ambição está numa redução do semântico ao sintático e da intencionalidade à condicionalidade algorítmica de uma “máquina de Turing” universal. Porém, J. Searle no intuito de, aqui, rejeitar a tese do adversário não se dá conta, pelo menos no texto explícito, de que o essencial está em compreender a formação de estruturas no cérebro que refletem a incorporação do semântico no sintático e da intencionalidade na condicionalidade algorítmica dos nexos sinápticos, segundo o que é possível reconhecer nos atuais modelos probabilísticos.

Há um outro motivo para considerar que nem J. Searle está certo na sua crítica do cognitivismo nem este acerta no seu modelo de mente, se nos fixarmos na versão da obra de Jerry Fodor. Ambos parecem conceber os processos mentais como de um tipo cognitivo ou essencialmente cognitivo, mesmo quando referem outras dimensões.

A redução à cognição ou, mais concretamente, às estruturas linguístico-cognitivas em que se articula a intencionalidade comporta inexatidões, se pretendermos uma noção integrada da mente como sistema psíquico completo, precisamente na relação com o cérebro, em que as dimensões sensório-motora, emocional e a volição se têm de enquadrar.

O património comum a J. Searle e às correntes chamadas cognitivistas está nas ideias que estiveram nos fundamentos teóricos das descrições mais



antigas sobre as faculdades da alma, que desta fizeram uma substância organizada internamente para oferecer um conhecimento verdadeiro, traduzido primeiramente em juízos mentais e depois verbalmente expressos. Esta vocação da alma para ajuizar ou conhecer ajuizando segundo conceitos não corresponde ainda, mudadas as circunstâncias históricas e o aparato conceptual, ao que o projeto cognitivista na versão de J. Fodor e na sua teoria das representações como conceitos internos identifica como o essencial da mente?

Se a moldura é a articulação do psíquico com o cerebral, nas ligações aferente e eferente, têm de se levar em conta os diversos subsistemas psíquicos, que interagem em flutuação livre antes de serem coagidos a formarem um conhecimento específico traduzido em proposições. A orientação condicional das formas cognitivas quasi-computacionais só pode formar-se a partir de certas condições iniciais que são aquelas que explicam porque é que a totalidade das possibilidades do sistema se orientou para a produção de representações com determinado valor cognitivo, assim rompendo a sua flutuação livre.

Se os críticos apontaram no inatismo chomskyano da competência linguístico-cognitiva a ignorância da plasticidade da aprendizagem contextual e pragmática das línguas e a abstração da diversidade das ligações sintáticas possíveis entre os módulos gramaticais nas diferentes línguas naturais, isso mesmo devia levar à revisão do significado que a tradição filosófica emprestou à associação da mente com a formação do conhecimento em proposições que é, afinal, o núcleo resistente mais profundo das teorias do conhecimento cujas regras de avaliação parecem residir exclusivamente na Lógica formal.

Como tema epistemológico e ontológico, a relação entre o cérebro e a mente parece presa das alternativas traçadas na causalidade como relação. O tipo causal de relação se impõe quer se opte por uma perspectiva biológica

dos nexos ou pela analogia computacional. A via rigorosa a seguir seria a de abordar a própria causalidade como relação formada no sistema psíquico. Mas não é isso o que se percebe nem no reducionismo assumido de P. Churchland nem no emergencialismo compromissório de J. Searle.

A via interaccional seguida por Karl R. Popper e John Eccles não comporta menos problemas.

Entre os mais diretos responsáveis pela investigação neurofisiológica desenvolveram-se discussões sobre o significado da interação dos níveis físico e mental, como ilustra a que ocorreu entre o antigo colaborador de Karl Lashley, Prémio Nobel da Medicina pelas descobertas sobre funções e capacidades dos hemisférios cerebrais, Roger Sperry, e também John Eccles. Em colaboração com Karl R. Popper, John Eccles desenvolveu desde 1977 o que podemos chamar uma ontologia pluralista de mundos, cujo objetivo principal era o da crítica do materialismo, a que se atribuíra ambições monistas em Metafísica e reducionismo gnosiológico. A teoria dos três mundos (mundo dos objetos físicos e dos estados físicos, mundo dos estados da consciência e mundo do conhecimento objetivo, das representações simbólicas e das teorias) constituía o suporte ontológico de uma “representação diagramática das teorias do cérebro-mente” em que se podiam identificar as possíveis variantes das teorias sobre a relação entre o corpo, a mente e o papel do *self*, desde o materialismo radical, pampsiquismo, epifenomenalismo, teoria da identidade e dualismo com interaccionismo.

De muita relevância na discussão destas variedades teóricas é o estatuto da clausura causal do mundo físico a uma influência externa de mundos com propriedades não físicas, como as decorrentes da vida mental. No sentido de vencer o princípio da clausura causal da Física clássica, a que se atinha o materialismo, John Eccles propunha uma bifurcação no mundo 1, para incluir um mundo material sem estados mentais e um mundo material com

estados mentais acoplados. A convicção era a de que não seria possível manter a clausura rigorosa do mundo 1 na compreensão do comportamento e defender, ao mesmo tempo, uma perspectiva evolutiva da realidade física e biológica.

Esta última comprovava o crescimento da complexidade cerebral (córtex cerebral) no caso particular do Homem e a sua influência retrocessiva no cérebro, particularmente na emissão das vesículas pré-sinápticas (exocitose), segundo poderes causais próprios, a que havia que se atribuir um estatuto.

Para dar uma explicação da relação entre atividade neuronal no cérebro humano e estados conscientes, segundo a direção aferente, os trabalhos de K. R. Popper e de J. Eccles recorriam às duas características da padronização das trocas sinápticas e organização em rede dos disparos sinápticos. A estas duas características associavam, na orientação retrocessiva do mental para o cerebral (córtex), a função de unificação voluntária do *self*. Padronização, estrutura de rede e unificação voluntária do *self* formavam os núcleos funcionais e estruturais básicos, mediante os quais se pensava que se podia sustentar uma forma de dualismo interativo entre os dois domínios do mundo 1 e do mundo 2.

Uma revisão dos argumentos se encontra na obra de John Eccles *How the Self controls its Brain* (1994). A polémica revela o alcance do vocabulário da emergência, da relação partes-todo e da causalidade retrocessiva, sobretudo a respeito dos mecanismos da atenção e da vontade na relação com a probabilidade de emissão vesicular na atividade neuronal. A retrocessão do psicológico no físico é assinalada como “a mente que move matéria no cérebro”, segundo expressão de R. Sperry (Eccles 1994: 48).

J. Eccles pretendia que em determinados patamares de excitabilidade neuronal é possível defender a ideia de uma influência quântica dos estados mentais sobre as sinapses e gerar modificações nos padrões de interação

neuronal, em localizações específicas no córtex, identificadas com o lugar de ação do *self* no cérebro, concretamente na emissão das vesículas pré-sinápticas nos botões sinápticos.

O mesmo cientista colocava um peso muito substancial na análise dos fatores quânticos e probabilísticos da ativação e saída das vesículas pré-sinápticas nos botões sinápticos das células neuronais piramidais do córtex, mas não associava os resultados estatísticos com a função de transmissão de sinal do sinal sináptico. Centrava-se na probabilidade das ocorrências das emissões vesiculares, mas não chegava a traduzir como é que elas se processam para originarem os efeitos nas cadeias seguintes da transmissão. Tudo como se não houvesse sinais nem transmissão de sinais e, por conseguinte, abstraindo da estrutura de sinal no corredor neuropsíquico.

No que se refere à causalidade neuropsíquica, a sua tese é que se pode dar uma explicação quântica para a formação da consciência e do seu envolvimento na causalidade retrocessiva.

O raciocínio que pretende justificar o dualismo interaccional pode resumir-se no seguinte.

J. Eccles considera que o campo probabilístico da Mecânica Quântica não envolve nem energia nem matéria. É neste campo probabilístico que pode, eventualmente, gerar-se uma troca com níveis conscientes do campo da probabilidade, como modos não materiais dessa probabilidade. Os estados mentais podem igualmente interagir com as suas condições sinápticas alterando para dada emissão vesicular o seu grau de probabilidade, não estando em risco a violação da lei física da conservação da energia. A noção de probabilidade estimada para uma dada transmissão, entre habitualmente 0,5 e 1, é tida também como a variação essencial para a explicação da interação de campos entre neurónios corticais e mente na dupla direção e, nesta medida, o conceito de probabilidade representa o de uma possibilidade de mediação entre mente e mundo físico.

É difícil evitar a estranheza de ver as probabilidades jogarem a favor de um desaparecimento misterioso da matéria e da energia para dar lugar a um campo físico, que não é nem material nem energético, mas mental. É como se a consciência e o campo mental tivessem ocupado um domínio deixado livre pela matéria e energia.

Não obstante se conceder todo o crédito científico à Mecânica Quântica, o problema com a correlação neuropsíquica com base probabilística está em perceber em que condições ocorreu realmente a ocupação de lugar do neuronal no psíquico e deste naquele. Sem levar em conta a estrutura de sinal e a constituição ontogenética dos meios ambientes sensoriais é um artifício fazer depender de puras variações probabilísticas o nascimento das qualidades da experiência da vida psíquica.

A objeção antecipa-se logo se recordarmos que a probabilidade não consegue dar conta da ligação entre aquilo que se começou por apresentar de um modo heterogéneo, como de um lado o físico e do outro o mental. A tese de que os acontecimentos mentais, como as intenções de agir, podem influenciar a probabilidade de transmissão das vesículas pré-sinápticas é uma intuição valiosa na modelização da causalidade retrocessiva. Porém, só é teoricamente viável como hipótese se se introduzir a estrutura e funções de sinal como a autêntica mediação entre o campo físico da energia e matéria e o campo mental, à luz do que se vai propor neste trabalho.

Na medida em que se considera as trocas entre o mental e o neuronal do ponto de vista do endereçamento bidirecional de sinais, descodificáveis nas duas extremidades segundo seletores dos campos respetivos, percebe-se todo o alcance da ideia de lidar com as probabilidades de descarga vesicular mediante atos voluntários, que sinalizam um sim, um não ou um talvez. Se não for assim, a intervenção do mental no neuronal mediante o jogo das probabilidades é ou misteriosa ou demasiado abstrata, o que não quer dizer que seja falsa.

Ora, admitir que são sinais que, associados à sua própria probabilidade de ocorrer, formam efetivamente o corredor do neuronal até ao mental significa não dar crédito ao dualismo de alcance metafísico.

Não há aqui duas substâncias nem dois mundos, que depois se colocam em interação, mas sim a gradual auto-organização da complexidade que, alcançado certo nível, gera autonomia compensada pela semiose da troca de sinais.

### **1. 1. 2. 3. Os sinais propagam informação em sentido**

Aceitemos, provisoriamente, que a atividade neuronal se pode descrever como processamento de informação e que a consciência, nas suas dimensões mais manifestas e na medida em que requer a formação de modelos do meio ambiente extracerebral (ecológico), se pode definir como sentido psíquico. Pode acrescentar-se que a comunicação forma nas suas próprias séries sequenciais sentido adicional mobilizando meios simbólicos densos.

Assim, é claro que há uma diferença entre sinais interneuronais e sinais da consciência, embora não saibamos, ainda, ver em que consiste concretamente tal diferença. Há, além disso, o problema da modificação de sinais entre estes dois domínios, uma vez que sinais conscientes são sempre acompanhados por redes mais ou menos extensas de sinais neuronais.

Por analogia com a terminologia biológica, chamemos a esta última dificuldade o problema da transdução de sinal do neurofisiológico para o psíquico.

Há sinais orgânicos, em geral, na medida em que uma diferença entre presença ou ausência de estímulo é percebida e para ela formada uma resposta. As investigações sobre o cérebro e os variados modelos das Ciências da Cognição aceitariam esta ideia geral, mesmo quando não recorrem à semiose como analogia preferencial, mas a modelos computacionais.

A distinção básica com que opera a atividade neuronal na sinalização interna assim como a condição para que se dê qualquer sinal está na percepção da diferença entre atual/não-atual na estimulação – algum estímulo ocorreu ou não ocorreu. Esta diferença, por insignificante que pareça, é massiva no seu alcance. No cérebro e no sentido consciente ela está sempre a formar-se, a decair e a refazer-se. Uma imagem grosseira veria aqui num ponto da

atividade neuronal criar-se uma resposta para uma ocorrência em outro ponto.

Só a distinção atual/não-atual (ocorre/não-ocorre) não é suficiente, contudo, para formar um sinal. Para que este se construa é necessário que a distinção anterior seja percebida como tal e a distinção só é formada, como tal, se tiver sido efetivamente percebida. Quer dizer que percepção de sinal e sinal são concomitantes. Algo ocorre ou não-ocorre na medida em que é percebido como ocorrendo ou não-ocorrendo, eis o que pode ser chamada sinalização e percepção de sinal. Sinais que não são percebidos não são sinais, é um truísmo com um alcance nem sempre reconhecido. Do mesmo modo, a distinção entre atual/não-atual só é dada na medida em que há uma réplica ou réplicas. Para que a percepção da diferença ocorra a sua réplica tem de estar desenhada. Para esta última é essencial a repetição. Uma só vez não chega para criar uma distinção, na medida em que não cria a repetição da réplica e a diferença aparente logo se apaga. A repetição forma o que a Psicologia do Comportamento chamou reforço. Reforço indica a aquisição de sinal ou, circularmente, o facto de a percepção do sinal se ter efetivamente concretizado com base na repetição e eventualmente ter originado uma estrutura. Aqui, pode ser já muito artificial distinguir entre reforço e aquisição de sinal.

Na medida em que a estrutura de sinal se reproduz e se conjuga com outras formações semelhantes de sinais, fala-se em padrões e em padronização. Um padrão é uma ligação duradoura entre sinais obtida por replicação das suas linhas sequenciais no tempo ou no espaço.

A padronização espacial está documentada no mundo físico em diversos exemplos. Certas formações minerais e geológicas oferecem ilustrações de linhas regulares repetidas em minerais ou em partes rígidas e moles de corpos de animais.



É exemplo da padronização temporal a correlação neuronal de certas células nervosas na estimulação e resposta em concerto assim como na articulação entre fluxos aferentes e eferentes. Diversos tipos de automatismos de alcance neuropsicológico se associam à padronização, alguns deles muito estudados na Psicologia Clínica e Experimental dos finais do séc. XIX sob a designação de “Automatismo Psicológico”.

Adicionalmente, ao se dizer que só há sinal quando uma ocorrência é percebida como sinal num outro ponto implica também afirmar que o valor de sinal só é adquirido se o *para quê* do sinal se mantiver. A sinalização só se consolida se a série contínua da orientação final em que o sinal está incluído for operatória, quer dizer, na medida em que uma função for cumprida.

Pode gerar-se uma coreferência de processos orgânicos e psíquicos ao nível dos sinais. Porém, há uma modificação do plano inconsciente no consciente, que ainda tem de ser enfrentada. Com isto não se infere que os chamados estados mentais pertençam a um reino à parte, como se aqui estivesse uma substância diferente do corpo ou da atividade neuronal. Nada de onticamente separado do cérebro acontece nas unidades orgânico-psíquicas.

Não obstante, devemos tentar perceber se a *semiose* orgânica tem alguma conexão com a *semiose* psíquica e qual é ela. O único fundamento em que nos podemos apoiar para articular o processamento orgânico de informação com o processamento psíquico reside em enlaçamentos da própria *semiose*. Na literatura especializada foram descritos inúmeros exemplos de processos de conservação, adaptação e evolução de unidades orgânicas na dependência de competências semióticas mais ou menos especializadas para receber e emitir sinais. Aqui se descobrem fenómenos equivalentes ao que no plano linguístico se chamou codificação/descodificação, embora não com base em códigos conscientes e socializados. De Jakob von Uexküll a

Roger Mucchielli, passando por Maurice Merleau-Ponty, das teorias ecológicas da significação orgânica até às conceções semio-gestaltistas e aos ensaios contemporâneos de Bio-Semiótica se desenvolveu uma linha teórica voltada para o reconhecimento de competências semióticas nos organismos, em que a noção de código foi tida em conta, nexos semiósicos de natureza genética, intrassistémicos, na própria unidade orgânica entre órgãos e sistemas, e ecológicos.

Os códigos são estruturas seletivas, adquiridas na evolução de um sistema ou passado para este por replicação génica, por exemplo, que traduzem sinais em sinais ou sinais em ações ou em formas, segundo uma ordem condicional. Podem ou não estar integrados em programas mais extensos de tratamento de informação, em que se padroniza a tradução de sinais. É um facto que os códigos operam na leitura e interpretação da informação herdada, da informação proveniente de processos endógenos e da que emerge da relação com o meio ambiente extraorgânico.

Um sinal é um indicador na presença do qual, assumidas certas condições de estado de um sistema, se seguem respostas em uma unidade dotada de capacidade para estruturar sequências em rotinas. Este sistema pode ser orgânico, a unidade referida pode ser uma unidade orgânica e os sinais processados sinais orgânicos.

A estrutura de sinal contém elementos e relações entre eles que a aproxima da forma geral de um algoritmo. Por forma geral de um algoritmo entende-se um cálculo em que genericamente se diferencia elementos de um fluxo de entrada, um processamento e elementos de um fluxo de saída. Não é só na estrutura triádica que acaba a analogia entre estrutura de sinal e estrutura algorítmica. Se analisamos o processamento no algoritmo vemos que nele se encontram regras de transformação dos fatores do fluxo de entrada nos de saída. Nos sinais e na semiose estas regras são muitas vezes códigos, mais ou menos formalizados e desenvolvidos, que indicam como é

que a sinalização pode ter lugar tendo em conta a base material dos sinais e o que vai acontecer em consequência da perceção de um sinal numa série orientada.

Portanto, não é uma suposição vaga a tese de que a semiose computa e de que a computação recorre a sinais ou símbolos. Tal decorre, simultaneamente, da estrutura do algoritmo e do sinal.

Importa aqui invocar, de novo, a ideia de *semiosis* do filósofo americano como a relação entre um *Representamen*, um Objeto e um Interpretante, como a descrição mais habilitada para descrever a continuidade entre sinais localizados em processos orgânicos inconscientes e involuntários e outros que pertencem à vida psíquica inteligente e voluntária, entre automatismo e vontade. Na classificação semiótico-categorial de Charles S. Peirce os sinais dotados da capacidade de transmitir informação de processos orgânicos podem ser *qualisignos*, *sinsignos* ou *legisignos*. Estes ligam-se com signos de outras classes em que se cruza a base física da significação com outras dimensões materiais, técnicas, da vida consciente e da linguagem verbal.

Mesmo quando os sinais na sua função indicativa não chegam a ligar-se a automatismos nas unidades em que têm lugar, é de presumir que desempenham para essas unidades o papel de mecanismos de substituição do tipo “algo está para outra coisa”. Assim, mediante reconhecimento e processamento de sinais, as unidades usam sinais no lugar de outra coisa ou referem algo no lugar de outra coisa. Podemos dizer que o funcionamento substitutivo dos sinais é a forma elementar do processamento semiótico. No entanto, há que ter algumas cautelas.

Há *semiose* orgânica baseada na identidade entre sinal e denotação do sinal, em que o sinal não remete ou substitui outra coisa, ou seja, não tem reflexibilidade. A geração da diferença entre sinal e denotação do sinal depende da formação de uma diferença dentro da unidade orgânica ou de

subdomínios do processamento orgânico da informação, em que o que um sinal vale depende da capacidade do seu reconhecimento pelo elo ou elos seguintes de uma série ou sequência de transmissão dos próprios sinais. O sinal pode não estar no lugar de outra coisa, mas ser simplesmente recebido em outro ponto em um encadeamento.

Em rigor, afirma-se que a ligação denotativa de um sinal para com o seu domínio de denotação, o seu “outra coisa” no “algo está para outra coisa”, depende da capacidade orgânica ou psíquico-orgânica para associar, regularmente, esse sinal a um circuito de descodificação, por muito básico que este seja.

Existe uma grande variedade de eventos orgânicos dependentes de reconhecimento e integração de sinais de um dado  $x$  para uma consequência  $y$  e a própria mudança de estado local em processos orgânicos pode ser entendida segundo um processamento de sinais ou, em outra terminologia, como um cálculo.

O uso de sinais inclui as modalidades do encadeamento serial, em que se podem identificar os sinais propriamente substitutivos, *mimésis* de sinais com sinais e várias combinações de sinais substitutivos e miméticos que resultam na organização de rotinas e automatismos em sequências orgânicas. No caso dos sinais substitutivos o que os sinais indicam não é função da sua identidade com o indicado ou denotado, mas no caso de mimetismo isso pode ocorrer. Em geral, o que um sinal indica depende daquilo que acontece na unidade em resultado do reenvio do sinal para o seu domínio denotativo. O valor para a unidade do reenvio do sinal para a sua denotação é o que define a estrutura indicativa do próprio sinal, seja ele um sinal mimético ou de um tipo substitutivo. A unidade está por isso implicada no modo como o sinal sinaliza, mesmo que a autorreferência não seja de um tipo expresso e consciente. Sensações e impulsos encarnam a estrutura do sinal no caso em que há identidade entre sinal-impulso ou

sinal-sensação e a dualidade é criada no elo seguinte do processamento ou no caso em que o sinal está no lugar de outra coisa. O efeito substitutivo depende do efeito serial ou da capacidade do sinal em se ligar a outros sinais no mesmo sistema de referência.

A sensação consciente articula-se na moldura dos sinais neuronais e áreas cerebrais correspondentes e promove-a para desenvolver as consequências da informação sensorial em outros níveis da organização da unidade, como por exemplo nas respostas involuntárias, em emoções ou pensamentos. No caso do organismo humano a junção sinal-sensação-emoção está clara quando confrontamos respostas comportamentais e cognitivas como alertas, antecipações ou, ainda, na eventualmente mais complexa negação de situação.

O estudo do comportamento nas fórmulas mais básicas da estimulação pavloviana segue este suposto. Aqui se percebe também a ligação dos sinais-sensação com os sinais-impulso. Porém, a circunstância não prevista nos esquemas elementares pavlovianos refere-se ao caráter simultâneo e de acompanhamento da atividade neuronal e das ocorrências orgânicas das impressões-impulso, o que coloca várias dificuldades às representações lineares, temporais-causais, da relação neuropsíquica.

Nas formas mais complexas das ligações assim como nas mais simples não se infere que, para indicar, um sinal tenha de ser sempre, ou por definição, idêntico ao domínio da sua denotação. O seu valor denotativo não lhe advém da semelhança com o objeto ou evento, mas do que a sequencialidade do seu reenvio dentro da unidade lhe imputar. Quer dizer que uma unidade orgânica está voltada sempre para o momento seguinte do encadeamento serial e que é neste que aos elos anteriores se atribui valor e significado assim como o alcance da flexibilidade relativa da estrutura de sinal dos diferentes sinais.

Então, não se pode falar de um valor representativo da sensação ou da percepção se por isso entendermos a identidade com fragmentos de um meio ambiente externo. A passagem ao elo seguinte caracteriza, aliás, a possibilidade de integrar o valor da sensação isolada nas restantes operações da unidade, de tal modo que sem uma tal integração esta ou aquela sensação não existe para a unidade ou apenas é de modo incoativo. Desde as ligações presentes nos disparos sinápticos até aos nexos e diversas associações com suporte físico-químico de importância macro-orgânica nas unidades identificamos no estar conectado sequencial uma característica central da organização dos seres vivos dotados de um sistema nervoso e de capacidade sensorial.

Tradicionalmente, as diversas ligações orgânicas foram escrutinadas sob o conceito de uma causalidade mecânica, o que dificultou a identificação das trocas semiósicas presentes em tais nexos, na imanência da transmissão da informação. Se em vez do antigo molde mecânico da *causa-efeito* sequenciarmos a relação entre a base orgânica e a corrente psíquica na forma *sinal-orgânico-descodificação-sinal-psíquico* (ou, abreviadamente, informação-sentido) conseguimos pelo menos ultrapassar a barreira da distribuição autorreferencial dos dois níveis – o orgânico e o psíquico e ganhamos, eventualmente, um conceito mais conveniente de causalidade semiósica.

Por outro lado, o estar encadeado e o *seguir-se a...* típico dos processos sensoriais e dos sistemas psíquicos, foi reconhecido por exemplo na noção tornada comum, depois de William James e de Henri Bergson, da “corrente de consciência”. Se esta imagem parece a muitos bem ajustada à descrição da consciência é devido à presença de uma dimensão que aqueles dois autores não apontaram, que reside na estrutura de sinal em que essa corrente se baseia. Não obstante, foi notável o progresso feito por ambos no sentido de ultrapassar a noção tradicional de imagem-reflexo e de a

substituir por noções como fluxo e pela visão conectiva sobre o sentido psíquico. Trata-se de uma perspectiva não-metafísica sobre a relação entre a consciência e o de-fora.

Não se sublinha nunca em demasia que a noção de sinal não pode servir para reforçar, mesmo que indiretamente, a impressão de uma sequencialidade causal, monolinear, do neuronal e do psíquico.

A estrutura de sinal que garante o poder remissivo à corrente de consciência explica o estar para outra coisa ou o em vez de outro da existência em sentido psíquico.

Este predicado, descrito sob o nome de *intencionalidade*, de Franz Brentano a Edmund Husserl, não possui como característica essencial a polarização noese-noema. Não é na “visada de...” intencional que está a originalidade da existência em sentido psíquico, se pode falar-se aqui, apropriadamente, em *existência*. A “consciência de...” e a sua polarização são já o resultado final da sequencialidade da consciência e dos processos psíquicos não conscientes que se modelam na estrutura de sinal e que se condensam, por fim, em redor de um *quê*. Sem os reenvios que se constituem mediante a forma do sinal não pode haver qualquer polarização da consciência, pois o ser “consciência de...” implica sempre a abertura ao momento seguinte na cadeia em que o *quê* do ato da consciência se vai concretizar. Porém, nos reenvios não está presente nem o *quê* da própria sequência, pois as sequências não têm qualquer quiddidade, nem necessariamente o termo dessa sequência. As sequências psíquicas mantêm-se no curso suficiente para transformar informação em sentido psíquico e, mediante isso mesmo, garantem a coerência da própria sequência. É sempre o momento seguinte que torna isto possível. É também esta característica de estar orientada para o momento seguinte que faz da propulsão psíquica do sentido uma corrente aberta. Estes os motivos para considerarmos desajustada a menção a uma existência intencional, na mente, pois nas correntes psíquicas não há

existente algum, não há uma essência ou *quid* representativo, mas sim ligações e reenvios.

A tese sobre a subordinação da intencionalidade à sequencialidade reflete o caráter aberto da vida psíquica e o alegado caráter de horizonte do visar intencional. Numa formulação negativa a tese diz-nos que *uma sequência não é um objeto ou essência* como quer que se entenda o conceito de um objeto mental. De um modo positivo isto significa que não há sinais fora de sequências nem sequências sem a estrutura de sinal associada aos seus elementos.

Ainda que reconheçamos a face psíquica dos sinais neuropsíquicos como de um tipo específico e autónomo a correlação neuropsíquica não cessa com a formação de sequências da consciência ou com o pensamento. A sequencialidade neuropsíquica é sempre de um tipo cruzado e retrocessivo e, nessa medida, a estrutura de sinal e as respetivas sequências abrem-se numa dupla direção.

Se a estrutura de sinal acoplada à sua expressão algorítmica acompanha a existência em sentido psíquico é porque ela é inerente à forma geral do reenvio em que se baseia a vida psíquica, consciente e inconsciente.

A intencionalidade é a característica da polarização dos atos de consciência em redor dos seus objetos intencionais. A perspetiva sobre a consciência que daqui resulta abstrai os atos conscientes polarizados por um *quid* da atividade psíquica e dos seus componentes orgânicos. Abstrai dos nexos sequenciais para reter apenas aquela polarização que coincide com a forma temporal da atualidade da declaração predicativa, em que o significado espiritual coincide com o seu veículo físico e com os conceitos nos juízos.

É nesta medida que consideramos que um pensamento pós-fenomenológico será, também, uma consequência da crítica da abstração do objeto intencional da sua semiose psíquico-orgânica.



A autoinclusão da unidade orgânica nas sequências orgânicas e psíquicas ilustra-se no facto de certas sequências psíquicas ligadas a determinados sinais orgânicos estarem mantidas ou prosseguirem o seu poder de ligamento.

Nas sequências psíquicas, o molde semiósico da sensação explica por que uma excitação corresponde a determinados estados psíquicos e orientação da vida psíquica. Uma tal orientação não pode caber na atenção consciente, o que significa que a série não só está em aberto como há vários aspetos dela que não se tornam nunca conscientes, mesmo que tenham o valor de elementos psíquicos para o sistema psíquico e não de elementos estritamente orgânicos. Diversos cruzamentos se podem estabelecer do orgânico para o psíquico e *vice-versa*, mas o que caracteriza um elemento como psíquico não pode ser garantido na atualidade da vida consciente atenta e polarizada por objetos intencionais e respetivos correlatos judicativos.

Nem toda a consciência é consciência claramente objetivada e muito menos se pode reduzir a vida psíquica à vida da consciência definida como consciência de objetos. A própria descrição da atenção consciente deve alertar-nos para o facto de o foco da visada atencional implicar a moldura sequencial em que está situada a vida consciente, estando esta última incluída na vida psíquica mais ampla.

Não há atenção nem focagem sem as conexões mais gerais e sem o estar referido a... sequencial da estrutura de sinal. Há, portanto, uma diferença significativa entre a crítica do modelo tradicional da cognição com base na ideia de intencionalidade da consciência da Fenomenologia e a crítica sequencial-pragmática. A intencionalidade não difere de um mecanismo bipolar semelhante ao da relação sujeito-objeto das teses realista ou idealista.

O que, diferentemente, nos parece adequado dizer sobre a cognição como tecnologia psíquica é que não repousa em objetos, mesmo que estes sejam tidos por objetos intencionais, mas sim na conexão orientada dos momentos que fazem parte da corrente da consciência, em que ocorrem certas condensações momentâneas de sinais. A tradução da corrente de consciência em objetos intencionais é já fruto das operações decorrentes da cognição como processamento relativamente autónomo e das imposições decorrentes do cálculo lógico associado às regras da tecnologia lógica de avaliação cognitiva dos argumentos e raciocínios. A tecnologia psíquica não se reduz à tecnologia da avaliação lógica de argumentos. Por isso, o conceito de cognição, psíquico-orgânico, tem de ser reconhecido num horizonte mais amplo que o tradicional contexto da Lógica.

Estas condensações dos fluxos sequenciais, em que se identificam séries com antes e depois, explicam-se pelas condições operatórias em que atuam as unidades orgânicas, no contexto das quais se formam propósitos, que podem ser usados no manobrar do processamento cognitivo.

O estudo sobre a formação psíquica da ideia de um tempo psíquico, que não parte do privilégio da atualidade da visada intencional, predicativa, mas sim da orientação sequencial da vida psíquica, recorrerá à noção de séries orientadas no lugar de um tempo linear e homogêneo. Este último dá resposta a uma necessidade da Lógica como dimensão avaliativa da tecnologia cognitiva, mas não pode oferecer uma imagem adequada sobre a vida psíquica na sua processão multilinear, sempre sujeita a processamento paralelo.

A atenção consciente e a concentração das sequências psíquicas em momentos distribuídos segundo o antes e o depois são frutos de uma génese e nada de equivalente a um estado natural dos sistemas psíquicos. A vida psíquica não gravita em redor de qualquer presente intencional, de um *quid* predicativo. O contrário disto estará mesmo mais próximo da sua

conectividade característica, da sua articulação estrutural com os momentos seguintes, mas em que a noção de blocos temporais definidos não está ainda formada. A sua polarização torna-se vertical, com o objetivado nas suas sequências, na medida em que a sua remissão horizontal o exija e não inversamente. Portanto, isso ocorre segundo um projetar conectivo, que é diferente das estruturas temporais definidas do antes e do depois no manobrar cognitivo.

O que depois de E. Husserl se chamou “Consciência Interna do Tempo” representa uma modificação da orientação interna da consciência segundo uma especialização da sua semiose, em subordinação à pauta que discrimina retenções, intenções e protenções e, nesta medida, supõe qualidades que fluem e se identificam em fases temporais definidas. No entanto, o “tempo imanente” não define por si só a forma da autoadoção da consciência nas retenções, intenções e protenções. O poder de ligação da consciência é anterior e independente das formas temporais discriminadas em que certas qualidades estão sincronizadas com momentos (qSt – qualidades sincronizadas com a medida do tempo). Uma consciência delirante sem um conceito definido de tempo não é menos consciência de alguma coisa. Esta liga sinais internos de proveniência exclusivamente psíquica ou psíquico-orgânica, prossegue fazendo associações, alimenta e liga emoções.

Na Filosofia moderna, foi fruto do cartesianismo a crença de que para haver consciência no sentido próprio tinha de haver evidência ou tipos degenerados de evidência, isto é, tinha de se dar o modelo da polarização vertical dos atos psíquicos pelo *quid* objetivo, de que provinha o seu conteúdo, como se este pudesse ser desligado da descodificação por outros atos psíquicos e abstraído da interpretação.

O indivíduo delirante no seu delírio não processa menos sentido psíquico que aquele que coincide com o pensador de evidências do cartesianismo -

o alienado tem um sistema psíquico que processa sentido psíquico. Isto mesmo foi aludido por Pierre Janet a respeito dos conceitos de memória e de tempo nos casos de dissociação psíquica profunda nos seus estudos clínicos, a que voltaremos neste trabalho. Reconhecer processamento psíquico e, por conseguinte, atos conscientes, no delírio tem as suas consequências na clarificação do conceito psíquico-orgânico da cognição. Podemos dizer que o delirante não conhece o que lhe aparece na sua corrente de consciência?

Por outro lado, a ideia muito difundida segundo a qual as sensações são sempre conscientes pode ter de ser corrigida, se o seu alcance não for circunscrito ao que da sensação se tornou núcleo do foco atencional já depurado do envolvimento motor da unidade orgânica e da potencialidade do processamento paralelo coassociado. Devemos ter em conta os fenómenos de ressonância sensorial que não são menos importantes na formação da forma sensorial. Segundo essa ideia difundida, parece justificada a restrição da correspondência entre sinalização e processo sensorial ao suposto do caráter consciente da sensação, como consciência de objeto. Neste caso, só uma parte dos sinais e da estrutura de sinal pode coincidir com o processo sensorial, a saber, os sinais conscientes ou intencionais coincidentes com o foco atencional. É evidente que esta restrição é incompatível com o que já descrevemos sobre o valor da sinalização e do processamento paralelo sensório-motor. O que em tese se defende é que em toda a extensão da sensação, no que dela pode ser retido nas unidades orgânicas na forma das sequências respetivas, a sensação se articula no molde da estrutura de sinal. Por conseguinte, é necessário distinguir entre retenção orgânica ou psíquica e consciência do retido. É desta última que parte a arquitetura cognitiva reconhecida no *quid* intencional, mas em paralelo há muito mais a ocorrer.

No processamento da informação sensorial a base neurocerebral não está diretamente ligada a conteúdos de tipo consciente, parcialmente representativos ou tidos como representativos de objetos completos da percepção. Mesmo sabendo que certos padrões perceptivos podem ter origem diretamente na estimulação neuronal, segundo alguns experimentos da neurofisiologia contemporânea, este tipo de estimulação com os seus efeitos psíquicos na formação de imagens-respostas automáticas não se aplica a toda a percepção. É indubitável que aí se dão certas seleções que possuem já a característica de sinalizações, que de certo modo são anteriores ao sentir corporal, que é possível aperceber consciente e reflexivamente.

Ao nível neurocerebral há indícios de que o valor de determinada estimulação depende da sequência neuronal em que está situado o impulso singular. Nas manifestações sensoriais no corpo a sensação é acompanhada de consciência quando há a captação do acontecimento sensorial. No entanto, esta apenas apreende o efeito instantâneo da sensação no *sensorium* psíquico-orgânico ou o valor da ressonância sensorial na “atualidade” da consciência. Porém, a sensação é mais que esse efeito instantâneo. Seria assim se a sensação não fosse sequencial nem estivesse ligada à estrutura de sinal. Na medida em que os processos psíquicos são essencialmente fruto de ligações, a sensação está também sempre ligada aos seus efeitos nos momentos seguintes, nos seus prolongamentos sequenciais orgânicos e psíquicos e também segundo as retrocessões do psíquico no neuronal.

Por isso, o que uma sensação é depende do momento seguinte da associação de sinal e da estabilidade relativa na ligação neuropsíquica, o que não representa um único ato simples, indivisível e instantâneo de apreensão como se conclui da descrição ingênua, que diz que na percepção se apreendem objetos ou coisas.

Pelo facto de as séries e redes dos disparos neuronais estarem relativamente autonomizadas das séries psíquicas se segue que temos ainda de equacionar o tema da autonomia e ligação entre sequências, o que tem óbvias implicações em sequências como as sensoriais, que são de um tipo bifacial, retrocessivas. A sequencialidade sensorial não corresponde a uma série única. Envolve uma composição multisserial. Mesmo se nos fixamos apenas na face psíquica percebemos que a sensação está sempre voltada para o momento seguinte das suas séries e depende deste para se caracterizar e consolidar no que se considerar o sentido intencional, final ou objetivado como tal, do ato consciente, como sensação associada a emoções, a pensamentos, a ações e reações, etc.

Não é possível conter no objeto de um ato consciente ou numa definição simples o poder de encadeamento da sensação. A ressonância é um fenómeno psíquico de enorme relevo que penetra a consciência e dá conta da ligação neuropsíquica retrocessiva. O que nela se exprime é esse poder de encadeamento que prossegue mesmo depois de ter desaparecido o que foi interpretado como causa ou ponto do disparo sequencial. Efeitos ressonantes desenvolvem-se entre séries orgânicas e séries psíquicas. O que no processamento sensorial foi retido em sequências orgânicas pode ter expressão psíquica por meios mais ou menos indiretos em sequências psíquicas cruzadas. Este cruzamento é indício de que os sinais psíquicos e os orgânicos estão ou podem estar intersetados, mas não de um modo rigorosamente sincrónico em toda a extensão da correlação neuropsicológica. Os efeitos ressonantes são dos mais interessantes a este propósito, pois despertam a atenção para o tema da memória e revelam como não é correta a ideia de uma tradução ponto a ponto do orgânico no psíquico. A capacidade de projecção no elemento seguinte da sequência de elementos anteriores deve ser admitida e tema de esclarecimento particular, sem que daí decorra qualquer tese sobre virtudes ocultas da

memória ou sobre um obscuro poder da latência mnésica. Tudo o que o anterior de uma sequência conseguir projetar só será reconhecido no seguinte e sempre de acordo com a modelização deste seguinte e da sua seletividade recetiva.

Os elementos que presidem à transmissão de sinais nas células orgânicas, e especificamente nas células nervosas, não têm nenhuma característica que os aproxime de elementos do processamento consciente da informação. Quer dizer que a estrutura de sinal é ela própria encarnada em meios diferentes. A interseção de sinais de ambas as sequências não se dá num meio homogéneo. O que se disser sobre uma transdução de sinais orgânicos em sinais psíquicos presume, por conseguinte, explicações prévias.

Devido à estrutura do processo neurotransmissor a receção da informação dos sinais que podem adquirir significação psíquica não está sincronizada com a fonte emissora, sendo o desvio mais ou menos acentuado consoante os tipos de sinais.

Quer dizer que a latência, um determinado tipo de diferimento é, aqui, um fenómeno de estrutura assim como a ressonância.

Admitir que o diferimento é inerente à disposição estrutural do funcionamento psíquico e dos mecanismos neurofisiológicos é também negar um valor de reflexão direta ou de representação da corrente neurofisiológica na corrente da consciência, o que não significa que ambas as sequências não estejam embraiadas. Mas embraiagem não é uma sincronia rigorosa, mesmo que se deva falar em concomitância em muitos processos.

Uma visão causal sobre a determinação orgânica da corrente psíquica, nomeadamente a que se refere à base neurofisiológica das vivências psíquicas, será tão inadequada para descrever os nexos semiósicos entre os planos fisiológico e o psíquico quanto a perspetiva que traçava uma ligação

causal equivalente entre objetos situados no meio ambiente físico e as suas representações nas imagens perceptivas das diferentes espécies animais.

É por isso que se tem de sublinhar, mais uma vez, que o modelo temporal-causal convencional não é o modelo semiótico.

Em uma determinada orientação as sequências psíquicas organizam-se em resultado das séries neurofisiológicas e podem considerar-se prolongamentos da estimulação das células nervosas. Certos reflexos musculares na articulação aferente-eferente acompanhados de prazer ou dor possuem notoriamente esta característica, de tal modo que este fenómeno de emparelhamento neuropsíquico parece indicar uma relação direta entre a presença de fragmentos do meio ambiente externo, a estimulação nervosa e a resposta interna. Não obstante esta imagem da influência imediata do exterior no interior ignorar o encadeamento em rede das células nervosas e a sua ordem sequencial própria, com seleções diversas nos disparos nervosos, omite sobretudo o facto de que a noção de uma influência de algo em outra coisa reflete já o modo de operar do próprio sistema psíquico, assim como da estrutura de sinal, na objetivação do mundo externo que lhe serve de referência causal. É, por conseguinte, uma imagem psíquica do não-psíquico enquanto causa do psíquico; o interior do exterior que causa o interior.

A estrutura de sinal possibilita a compreensão do fluxo retrocessivo do neuronal e do psíquico e facilita-o, na medida em que mantém a plasticidade necessária para consentir nexos automáticos, em que a forma da indicação do “estar para outra coisa” quase se apaga, e outros modos, mais diferenciados, de encadeamento, em que a estrutura de sinal pode ser refletida nos seus elementos. É graças a este ser plástico do sinal que nos comportamos com as redes neuronais dos nossos cérebros como se elas não estivessem aí a fazer permanentemente o seu trabalho. Ou, então, é ainda essa flexibilidade que explica por que a consciência na sua atribuição de



sentido está sempre em aberto relativamente ao que representamos como sinais eletroquímicos dos disparos neuronais.

### 1. 1. 2. 4. Estrutura e Funções de sinais

Prefiro designar por sinal a relação R-O-I nas ligações semióticas infralinguísticas e em geral involuntárias. Reservo o termo signo para conexões semióticas que envolvem elementos convencionais e, por assim dizer, “voluntários”.

A terminologia serve apenas o propósito de ilustrar uma tese e nada tem contra o uso de outras designações ou mesmo contra a indistinção no uso do termo signo (para os nossos signo e sinal) bem evidenciada na classificação das classes básicas dos signos de C. S. Peirce. No nosso uso terminológico, o signo é reservado apenas para os três tipos peirceanos do rema, do dicisigno e do argumento. As classes de signos geradas na primeiridade e na secundeidade, como qualisignos, sinsignos, legisignos, ícones, índices e símbolos serão designados pelo termo genérico de sinal.

Como se disse antes, em todo o sinal cooperam os três elementos do *Representamen*, do Objeto e do Interpretante. Esta relação é interior ao sinal e ao signo. Lê-se tal encadeamento como: *algo está para outra coisa segundo o que permitir identificar o nexos dos dois primeiros*. Pode também escrever-se, simplificada, que *a* está para *b* mediante *x*.

O facto de a Semiótica de C. S. Peirce ter insistido na forma trirelativa não é accidental. Sem o interpretante o sinal não seria identificável e um sinal não identificado não é sinal algum. Quando dizemos identificação de sinal dizemos então interpretante de sinal. Este não existe de fora da própria sinalização ou do próprio signo. No fazer sinal está já incluído o mecanismo ou regra que tornou possível o reenvio característico do nexos entre *representamen* e objeto.

A corrente neurofisiológica descrita segundo os dois parâmetros das frequências e das intensidades dos disparos neuronais pode ser entendida como série de transmissão de sinais de um modo que nada tem de

metafórico ou analógico, como se indicou atrás. Nas redes em que se dá um concurso excitatório das células nervosas segundo processamento de informação em paralelo se encontra sinalização mediante uma base material eletroquímica, que não é apenas o revestimento somático dos sinais, mas é a própria sinalização. A diferença entre invólucro do sinal e conteúdo do sinal não tem aqui lugar.

Na larga semiose neurofisiológica está uma boa ilustração de como a noção de signo como incorporação de uma ideia num portador vocal é extremamente limitada.

Na semiose neuronal em rede a análise deteta sinais em fluxos indutores que se distinguirão de sinais em fluxos difusores. Mostra-se como a modificação de sinal ocorre, de facto, se compararmos os estados dos sistemas nos sinais indutores com as respostas que se detetam nos fluxos difusores e nos efeitos finais resultantes, especialmente se estes forem novos sinais. Quer isto dizer que entre os dados de entrada e os de saída se regista uma transformação e que, aliás, o próprio fluxo não teve outro significado a não ser o de gerar uma tal mutação.

Se isto for tido como motivo de uma análise mais detalhada podemos caracterizar três funções elementares dos sinais nos seus fluxos.

Uma primeira função se refere à conexão simples entre nós – um sinal tem por função relacionar pontos situados em nós relacionais de rede a uma distância relativa uns dos outros. Esta função conectiva pode ser quantificada e analisada nas suas frequências.

Uma segunda função é a já conhecida da perspectiva comum, que diz que um signo (sinal) reporta algo para alguém ou algo para algo. A função de reporte nos sinais das redes neuronais envolve o laço da potenciação/ativação dos nós seguintes segundo o nível de carga que se registar nos fluxos indutores na sua receção. Pode então afirmar-se que a mensagem neuronal foi reportada para os elos seguintes.

Uma terceira função designa-se por função de transdução de sinal. A palavra latina *ductio* que compõe transdução significa conduzir. Por transdução entende-se levar por diante o sinal através de uma diferença modificadora *i)* do próprio sinal quando atinge o seu alvo e é recebido e *ii)* do valor do sinal nos nós-alvo para a totalidade do sistema. É aqui que nos deparamos com modificações na base material do sinal mediante mudanças na interpretação do sinal. O sinal muda ao ser interpretado, mas com esta mudança altera-se também o nó seguinte no valor que representava para o sistema como um todo.

O alcance da transdução de sinais pode ser mais ou menos extenso consoante o sistema que se estiver a analisar. Um dos factos notáveis da transdução está, porém, em que ela permite identificar alterações qualitativas e a formação de uma comunicação intersistemática ou entre unidades orgânicas distintas do ponto de vista numérico. Um caso banal de transdução de sinal se ilustra na mais elementar comunicação entre animais, em que sinais emitidos por um deles associa à função de reporte e à de conexão a de modificação de disposições sensório-motoras (comportamentais) no outro organismo a quem é enviado o sinal comunicativo.

## 1. 1. 2. 5. Neurosinais e Redes

Ao representar a diferença apercebida entre presença-ausência de alguma coisa para outra coisa na forma dessa mesma aperceção, o conceito geral de sinal é um modelo que se pode aplicar a qualquer tipo de realidade, que obedeça a esta estrutura básica. Na medida em que o sinal se pode reconstruir segundo a sua frequência, a sua estrutura pode ser estudada de um ponto de vista estatístico e, nesta medida, o sinal é informação.

São estas duas ideias muito rudimentares que sustentam os modelos neurocomputacionais, embora abstraindo da estrutura e funções de sinais. No caso da informação neuronal as noções como codificação e decodificação são, reconhecidamente, de grande complexidade. Não se pode falar de um único código do processamento da informação neuronal no cérebro e não apenas em virtude da diversidade anatômica das células nervosas envolvidas. Quando se refere um processamento neuronal da informação está a referir-se com o termo informação o que ocorre nos fluxos eletroquímicos das células nervosas, quando o organismo se ativa funcionalmente para o desempenho de alguma atividade. Termos correlativos são o de representação neuronal, circuitos de informação neuronal e computação.

Uma das conclusões dos esquemas germinais das neurociências e do seu desenvolvimento posterior é a diferença entre mecanismos de codificação e decodificação da informação neuronal nos neurónios individuais e nos cachos interferentes. Mas parece certo que não há um único código para enviar e para receber a informação neuronal na fase pré- e pós-sináptica. Além disso, a modulação da informação é um processo em que interferem fatores de codificação-descodificação inerentes ao próprio espaço das redes neuronais e outros que decorrem do meio ambiente extraneuronal, da situação do organismo nos contextos respetivos, e ainda da atribuição

psíquica de sentido (reações musculares, atos voluntários, emoções, pensamentos, etc.) com a sua retrocessão na direção neuronal. Uma das dificuldades ou exigências está em não examinar o conceito de informação como se tratasse de um objeto ou de uma coisa. Não se pode objetivar a informação sem a perder. Foi esta convicção que motivou a perspectiva diferencial sobre a informação adotada por Gregory Bateson, que também esteve no berço da teoria matemática da informação, nos trabalhos de Ralph Hartley, de Claude Shannon e Warren Weaver.

Não se deve estranhar as enormes dificuldades do mapeamento científico da relação neuropsíquica em modelos teóricos. Teriam de se imaginar vários modelos e não um só. Não obstante, cientistas e filósofos mobilizam noções e concebem diagramas, que pretendem atingir um significado geral.

Justifica-se, neste ponto, um pouco de história destas ideias.

O termo “conexionismo” foi usado por Edward C. Tolman no título de um artigo de 1936, mas a inspiração para o seu uso pode recuar-se aos experimentos de Ivan Pavlov e seguramente a Edward Thorndike nas suas reconstruções da aprendizagem animal (1898), em que as explicações do associacionismo psicológico para o sentido psíquico e comportamental e as noções de sinal-impulso e de sinal-percepção se começavam a cruzar no escrutínio da aprendizagem em animais, em condicionamento laboratorial, e em humanos.

Na primeira metade do séc. XX, o associacionismo psicológico continua a ser uma teoria poderosa na explicação do sentido psíquico e da aprendizagem e ligou-se aos modelos behavioristas assim como à *Gestalttheorie*.

Desta presença nos dão conta conceitos como o de “aprendizagem sequencial”, que foi uma noção suscitada nas ciências do comportamento nos seus começos nos trabalhos de neuropsicólogos como Karl Lashley, que escreveu um estudo de apreciação crítica sobre a sequencialidade

comportamental nos primeiros behavioristas - “The Problem of Serial Order in Behavior” (1951).

Na época, James Watson e Margaret Washburn haviam sugerido uma explicação serial em que a corrente das frases e dos pensamentos se enlaçavam como em uma série, na medida em que elos de um dado ponto preparavam e antecipavam os elos de pontos seguintes. Assim, o significado de uma palavra consistia na série associativa que ela suscitava, no que se tinha de considerar a articulação entre a inteligência, a linguagem e as atividades motoras, diretamente intervenientes nas séries dos elementos fonéticos da enunciação de palavras ou de frases, mas também na ordem sintática da colocação dos termos. K. Lashley considerava que as teses dos psicólogos contemporâneos sobre a orientação do comportamento à luz do esquema temporalizado input-estimulação-output não eram suficientes para explicar a ordem das sequências e a sua determinação causal dos elementos das séries motoras e linguístico-motoras.

O problema estava em que nos behavioristas convencionais a sequência derivava dos elementos e não era possível imaginar uma ordem resultante da própria estrutura da conexão. Ora, segundo a sua perspectiva, a sintaxe não podia decorrer dos elementos, mas tinha de se entender como um padrão que se lhes impõe.

O tema tornava-se então o da formação de padrões, de que os padrões sintáticos são um exemplo, e o de perceber que tipo de supostos neuronais se têm de introduzir para os explicar. O neuropsicólogo sustentava que se podia adaptar a questão da padronização sintática da linguagem ao tema geral da organização serial da corrente neuropsíquica.

*This is the essential problem of serial order; the existence of generalized schemata of action which determine the sequence of specific acts, acts which in themselves or in their associations seem to have no temporal valence* (Lashley 1951: 122).

Até que ponto K. Lashley teve consciência da estrutura antecipatória da ligação entre os elementos de uma ordem serial pode ser um assunto ocioso. Todavia, é um facto que do reconhecimento integral da unidade entre operação e disposição antecipatória dos seus elementos segundo uma estrutura depende algo de essencial na compreensão das sequências transformadas em padrões.

No plano sensório-motor, a observação das posturas do corpo sublinhava a unidade entre a organização em rede dos neurónios e a formação de padrões do comportamento muscular e de reflexos do corpo próprio com expressão espaço-temporal, não sendo possível isolar linhas seriais separadas das conexões de rede com outras séries. Deste modo, resultava claro para o autor que era a rede neuronal na sua capacidade de estruturação padronizante que determinava o valor de cada série muscular ou sensorial, sendo que da sua ação resultava o que, saltando além da soma de partes, chamou a “polarização do sistema inteiro” (Lashley 1951: 126).

O cérebro possui uma atividade neuronal permanente e o autor rejeitou, por conseguinte, a ideia de repouso cerebral seguido de ativação localizada para efetuar certas ações em séries específicas após o qual logo voltava o estado de repouso. A noção de transmissão nervosa de impulsos tem de levar em conta a rede neuronal completa e a sua variação estatística na realização de certas operações de tipo sensório-motor particular. Porém, a relação do global com o local não pode ser eliminada a favor de um exame abstrato do que se dá localmente.

O estudo dos ritmos é outro exemplo de aplicação da padronização serial. O importante na investigação da formação destes arranjos seriais está em ter de encontrar para eles uma explicação neurológica com base num sistema dinâmico, que não está em repouso nem tem uma passagem causal externa, simples, do repouso à atividade, está estruturado em rede, é



integrado do ponto de vista central e é concebida como um “composto de muitos sistemas em interação” (Lashley 1951: 135).

Os trabalhos de K. Lashley, que se desenvolviam já desde aproximadamente duas décadas antes do artigo sobre Ordem Serial, iriam ser determinantes na génese da obra de Donald O. Hebb, *A Organização do Comportamento* (*The Organization of Behavior*), de 1949, por muitos considerado o título fundador da teoria conexionista da aprendizagem neuronal. Ainda nesta fecundação de ideias há que situar o trabalho de Warren McCulloch e Walter Pitts, de 1943, com o título curioso de “Um Cálculo Lógico sobre as Ideias Imanentes na Atividade Nervosa” (“A Logical Calculus of the Ideas Immanent in Nervous Activity”).

O artigo de W. McCulloch & W. Pitts tinha como objeto as regras de transmissão de sinais nas células nervosas e entendia-se como um contributo para a Neurofisiologia teórica.

Que modelo lógico construir para modelizar as conexões das células nervosas?

A resposta a esta questão envolvia uma descrição fisiológica da transmissão de sinais sinápticos, condições fisiológicas dos disparos, tempos de reação, atrasos, excitação e inibição e limiares de excitação. Incluídas aqui tinham de estar, também, as regras lógicas seguidas ao longo do processo de transmissão em que neurónios respondem a estimulação proveniente de outros. O artigo propunha-se analisar estas condições simultaneamente lógico-fisiológicas, distribuindo as regras lógicas por operações guiadas por oposições binárias - 0/1; falso/verdadeiro - atribuindo à base físico-química a execução material de tais operações.

Dois aspetos mais gerais e fecundos do modelo de 1943 na História da receção foram: *i)* a equivalência entre o funcionamento de cada neurónio e uma proposição; *ii)* o uso da metáfora da rede para exprimir como cada

neurónio se liga aos demais sob condições especificadas de disparo neural incluindo limiares de receção.

Seguia-se, nesse texto, um raciocínio elementar. Se as relações fisiológicas entre diferentes neurónios podem ser comparadas a relações entre proposições, aceitando que a lógica proposicional tem um arrimo sólido na distinção 0/1 do cálculo lógico, então as relações entre os neurónios podem ser modelizadas segundo o cálculo proposicional. O artigo é explícito e claro sobre o alcance apenas formal e não factual da comparação neurónios-proposições.

Na medida em que o sistema a modelizar é um sistema de fluxos, de cargas (pesos e limiares) e de memória, pelo menos dois problemas se podem, de facto, em síntese, formular acerca da adequação da analogia entre uma sintaxe de redes neuronais e conexões proposicionais.

O primeiro problema é identificado pelos dois autores como a dificuldade da “facilitação e extinção”. O segundo representa a complexidade de uma descrição apropriada sobre a aprendizagem neuronal.

A facilitação e extinção estão relacionadas com as modificações dos limiares de resposta neuronal às condições eletroquímicas dos nexos. A aprendizagem neuronal era reconhecida neste trabalho como uma “mudança contínua”, que sobrevivia na memória neuronal mesmo em circunstâncias de aparente desligamento do sistema nervoso, como no sono ou no coma.

Contudo, o reconhecimento e o sublinhado da distinção real entre modelo e facto, que se infere destas duas dificuldades, parece não invalidar a aplicação de regras válidas num plano lógico na tradução do neuronal em lógico.

No terreno das exemplificações, o artigo recorre ao caso da mudança de sinal de uma experiência sensorial no seu contrário, na presença do mesmo estímulo externo. É o que acontece na passagem de uma sensação inicial de

calor imediatamente consequente à colocação de um pedaço de gelo em contacto com a pele, antes de a pele começar a sentir frio. Trata-se de uma ilusão, pode afirmar-se.

Para os dois autores, esta situação esclarece-se bem se a formação da ilusão for modelizada em redes neuronais concebidas com base em relações simuladas com operações lógicas. Da modelização de um acontecimento neuronal como este decorre a tese de que a relação entre percepção e “mundo externo” (em “perceptrons”) é dependente da estrutura da rede neuronal, em que se têm de incluir os diferentes laços lógicos entre as “proposições” e os limiares de resposta atingidos localmente, consoante os valores dos disparos com valor excitatório ou inibitório para os momentos seguintes das sequências. Em consequência, dá-se a articulação entre as vertentes aferente e eferente de um sistema nervoso. O que assim se propunha era um modelo estrutural baseado em regras de sequenciação para percetrões localizados em redes.

O texto formulava ideias que têm vindo a assumir importância entre os conexionistas, mas também, parcialmente, entre os proponentes de um reducionismo neurofisiológico do sistema psíquico.

Com efeito, se, à luz dessas noções, imaginamos um psicónio (termo formado à imagem de neurónio), este não representará outra coisa a não ser a atividade do neurónio. Tal é uma das primeiras ideias centrais a reter do artigo na perspetiva cognitiva.

Outra, é a ideia de que o nexa entre acontecimento local e consequência em rede é o que pode justificar a analogia entre o plano proposicional-cognitivo e o âmbito físico-químico das sinapses. Nesta direção ia ainda a convicção de W. McCulloch e W. Pitts de que a máquina de Turing e as suas condições de computação estavam próximas das que ocorriam nas redes neuronais biológicas. Deixava-se aqui aberto o campo da construção de

redes neuronais artificiais e o terreno da Inteligência Artificial (I. A.) com as suas diversas aplicações tecnológicas, hoje conhecidas e em expansão.

Porém, abria-se um terreno duvidoso, ou pelo menos frágil do ponto de vista teórico, em que se cultivou, em grande proximidade, a ideia de que os funtores lógico-proposicionais podiam modelizar as operações de uma máquina de Turing e de que esta era o análogo perfeito do percetção nervoso.

Críticos dos modelos computacionais da mente como John Searle, Francisco Varela ou George Lakoff, embora sob prismas diferentes, duvidaram que se pudesse decompor e descrever um sistema dinâmico como o cérebro biológico em unidades discretas, com estatuto representacional, distribuído internamente de forma binária, operando como uma máquina lógico-proposicional (Searle 1984; Varela 1991; Varela in Poerksen 2004: 86 e ss; Lakoff & Jonhson 1999).

Sob menos reservas, as duas noções determinantes para o estudo das redes tornavam-se a da memória global com efeitos locais pela padronização de disparos e a da aprendizagem neuronal em rede com aplicação local em áreas definidas.

Nos desenvolvimentos posteriores do modelo do percetção, a reconstrução diagramática das ligações sinápticas dos neurónios artificiais inspirou-se no modelo multicamada. Assim se ganhava uma outra ordem de complexidade e se tornava o modelo inicial mais operatório.

De forma elementar se distinguiu entre neurónios da camada de entrada, neurónios da camada oculta e neurónios da camada de saída. O que os ligam são sinapses representadas por linhas de fluxo a que se atribuem pesos diferentes na estimulação dos nódulos seguintes segundo limiares definidos de receção da informação.

A noção de memória neuronal vai ser localizada nos pesos sinápticos de ligação entre as camadas de entrada, dos neurónios ocultos e de saída. A

aprendizagem pode quantificar-se, na rede multicamada que se isolar, no desvio, sujeito a correção na chamada *backpropagation*, entre valores de entrada e valores de saída (desejados frente a registados) do sistema completo, por meio de um algoritmo de aprendizagem.

No tema do artigo dos dois pioneiros não podia caber o exame do alcance da metáfora da rede aplicada ao campo psíquico propriamente dito. Contudo, este é, de facto, o tema a enfrentar, que inclui saber como reformar a antiga descrição bipolar da intencionalidade (ato-objeto) tendo em conta a metáfora da rede.

Do interesse desta discussão nascem temas tão decisivos como o de saber se os psicónios são proposições já formadas e, se assim é, como é que na formação de “proposições” incluímos as redes, assim evitando o suposto de unidades separadas do sentido psíquico à imagem de neurónios desligados. Por outro lado, se a intencionalidade é proposicional, não pode ser uma ligação bipolar entre um ato da consciência e o objeto desse ato, mas uma sequencialidade com efeitos retrocessivos.

Na evolução das teorias neurofisiológicas na sua relação com a Psicologia teve o seu papel a *Gestalttheorie* ao salientar, nas décadas de 1930-1940, o facto de a estimulação sináptica envolver transmissão de sinais organizada em padrões e dependente de padrões reticulares em vez de pontos isolados em ligações ponto a ponto. K. Lashley referira esta conclusão no contexto dos seus estudos sobre memória e aprendizagem neuronal e um ensaio de síntese entre análise do comportamento e *Gestalt* esteve presente nos originais trabalhos de Edward Chace Tolman.

A aprendizagem neuronal depende do que se processar na rede global e não nos nódulos ligados ponto a ponto segundo uma causalidade unilinear de tipo não-associativo, em que A causa B sem concurso de cocausas. Os campos elétricos que eram descobertos pelo mapeamento por EEG punham em relevo o facto de estimulações continuadas em determinada direção

formarem memória segundo padrões, traduzindo-se os padrões de transmissão em aprendizagem.

No seu *The Organization of Behavior*, Donald Hebb (1949), ao rever a literatura neurofisiológica do seu tempo, chamava a atenção para o que tomava como consequências revolucionárias do estudo das condições neurológicas do disparo sináptico para a teoria psicológica do comportamento, envolvendo questões como tempo de transmissão entre sinapses e as conexões pré-existentes entre neurónios. O principal efeito dos novos estudos era o abandono de uma visão linear do estado da transmissão sináptica no cérebro para o comportamento. A perspectiva molar da relação entre cérebro e comportamento devia substituir-se à anterior, mas ainda persistente, visão molecular. Por outro lado, uma síntese tinha de ser feita entre a perspectiva configuracionista da *Gestalttheorie* sobre a percepção visual e a perspectiva conexionista.

Passados mais de 50 anos sobre a publicação da obra, estas não são teses falsificadas. Trata-se das bases da teoria de redes e a defesa da complexidade da transmissão dos sinais neuronais. É aí afirmado que as percepções não são simples, mas complexas, que têm um valor aditivo, que dependem parcialmente da atividade motora e o sistema aferente concorre com o eferente na formação de representações, que a compreensão da relação local-global nas excitações nervosas tem de ser novamente equacionada para além da proposta gestaltista e, mais decisivo no nosso prisma, que “a aparente simplicidade (das percepções finais) é apenas o resultado final de um longo processo de aprendizagem” (Hebb 1949: 17).

Procurando uma síntese para esta obra difícil, há três ideias recorrentes na literatura posterior que recolheu de *The Organization of Behavior* a inspiração central. 1. Trata-se do que ficou consagrado como a tese da plasticidade neuronal, que havia sido sistematizada pelo autor apenas na ideia seguinte: *When an axon of cell A is near enough to excite B and*

*repeatedly or persistently takes part in firing it, some growth process or metabolic change takes place in one or both cells such as that A's efficiency, as one of the cells firing B, is increased* (Hebb 1949: 62). A discussão posterior da LTP (*long term potentiation*) neuronal, na década de 1970, recuperou esta ideia. A “regra de Hebb” foi depois aplicada à engenharia das redes neuronais artificiais com vista a representar o ajustamento dos pesos relativos dos disparos dos neurónios artificiais na aprendizagem neuronal. 2. Uma segunda linha de ideias pode designar-se por “teoria da associação” e tenta mostrar que há neurónios que colaboram uns com os outros no sentido de disparar em conjunto na direção de outros neurónios. O que D. Hebb afirmou é que há tendência para uma assembleia e colaboração neuronal para produzir certos efeitos de rede que potenciam respostas neuronais determinadas. Uma vez organizadas estas conexões associativas são geradas ideias e imagens concomitantes no plano do sentido psíquico, que persistem para além do tempo inicial da sua génese. Esta persistência é interpretada como memória neuronal e o sistema gerado pela assembleia de células é um sistema fechado. A associação celular dos neurónios contribui para a facilitação da relação interneuronal e é esta facilitação que está na base do que se chama psicologicamente atenção. 3. A terceira orientação consistiu na teoria da “sequência de fase”. Sumariando para os nossos propósitos, trata-se da ideia de que os neurónios disparam segundo nexos sequenciais entre nódulos e só captando os nexos dos diferentes nódulos se está na posse da informação neuronal.

Diferenciando-se da *Gestalt*, D. Hebb, nos seus comentários a Wolfgang Kohler, corrige a tese de que a perceção visual seja, logo de imediato, a apreensão de totalidades visuais ou figuras, o que conduziria a alguma modalidade de inatismo figurativo generalizado a todas as figuras e largamente imune à aprendizagem. Ao contrário, sustenta que a figura se forma num processo gradual de aprendizagem das formas, processo esse

que tem as duas características de ser aditivo e serial (*additive, a serial reconstruction*).

O estudo da percepção visual das figuras ambíguas revela como a diferenciação entre figura e fundo inclui elementos de padronização que são inatos. Segundo os dados experimentais conhecidos, o comportamento de roedores e do homem perante certas figuras primitivas seria semelhante, sem recurso a aprendizagem e a variação. As Teorias da Forma usavam esses dados experimentais para concluir que a dimensão sensorial da experiência visual se devia a estruturas neuronais inatas que eram ativadas na presença dos estímulos certos. Parecia que se erguia para os adeptos da *Gestalttheorie* uma oposição entre o inato da estimulação sensorial com resposta padronizada e o adquirido da articulação motora do corpo no espaço-tempo. A chamada de atenção por D. Hebb para o papel da atividade motora no reconhecimento de figuras, desde logo o movimento dos olhos, serve o propósito de reposicionar a atenção psicológica, ao lado da aprendizagem, na percepção visual, sem negar a existência e contributo das estruturas inatas padronizantes. A formação da identidade e o reconhecimento por associação da mesma figura frente a outras requer um processo de aprendizagem dirigido pela atenção, com recurso forçoso ao movimento do corpo com a correspondente variação na estimulação sensorial, o que é habitualmente comprovado na vida quotidiana, mas a que não está atenta uma modelização baseada apenas em estruturas inatas ou abstraída da copenetração entre o sistema motor e o sensorial.

Das conclusões do autor com base em exemplificações com figuras geométricas simples salienta-se aquela que refere o carácter gradual da aprendizagem das formas perceptivas, envolvendo movimento, e o facto de a impressão de automatismo perceptivo ser uma consequência de um caminho na aprendizagem que se rotinou e gerou hábitos da percepção, encurtando com isso o tempo do reconhecimento das mesmas formas pelo



cérebro, e não tanto uma justificação para a conceção inatista sobre padronização.

A noção de sequência de fase foi usada nos circuitos elétricos para referir o percurso seguido numa determinada sequência elétrica até atingir o seu pico máximo. Por analogia, a noção de sequência era tratada no capítulo V da obra a propósito da percepção do objeto visual. O conceito de “sequência de fase” reflete a dimensão sumativa da percepção visual e a sua dependência em relação aos movimentos, à padronização e à aprendizagem. Aqui, o que se pretende é mostrar como a percepção visual depende de cachos associativos em determinadas células nervosas, que recorrentemente produzem o mesmo padrão visual ou sensitivo, o qual tende a reproduzir-se na presença de estimulação semelhante. O neuropsicólogo inferia que não bastava a produção ocasional de um padrão sequencial de disparos nervosos encadeados em certos setores do córtex, mas que eram necessários episódios recorrentes das mesmas sequências para gerar uma figura visual, o que envolve flexibilidade sensorial.

Consequentemente, a imediatidade com que as formas parecem ser dadas à percepção visual é uma construção tardia da consciência e do comportamento relativamente ao que foi adquirido ao longo de uma vasta experiência (Hebb 1949: 48), em que a relação partes-todo se construiu gradualmente. Com base numa reconstrução do processo sensorial no seu desenvolvimento, o autor considera que toda a percepção começa com o vago.

Do ponto de vista dos exemplos da percepção de figuras geométricas, os polígonos são estruturados na visão graças à aprendizagem da localização dos ângulos e vértices e é partindo destes que as figuras completas se formam como totalidades. As figuras só ficam claras do ponto de vista perceptivo quando a aprendizagem se torna hábito e automatismo. Contudo, o apuramento da clareza das figuras depende sempre dos movimentos dos

olhos e da atenção (Hebb 1949: 101). Assim se pode descrever uma articulação circular e retrorreferencial entre os movimentos e a sua seletividade, a localização extracerebral da fonte da sensação e a seletividade dos cachos associativos nos neurónios, em condições definidas de disparo e receção neuronais.

James. L. McClelland, D. E. Rumelhardt e G. E. Hinton no capítulo introdutório do volume pioneiro sobre processamento distribuído paralelo (PDP), "The Appeal of Parallel Distributed Processing" (1986) reafirmavam o carácter sequencial do pensamento (McClelland: 1986 12), partindo de uma literatura vasta, consolidada sobretudo nas décadas de 1960-1970, em diversos domínios científicos.

O artigo inicial da obra coletiva sustentava uma explicação dos níveis superiores do ordenamento sequencial do pensamento e da cognição em termos emergenciais, retomando a propósito a literatura científica sobre emergência e auto-organização nos sistemas complexos.

Em defesa do seu modelo de inteligência e aprendizagem, os autores constatavam que os computadores artificiais não tinham ainda atingido o nível do cérebro humano em complexidade e rapidez no exame de problemas e consequente resolução de tarefas, por não terem alcançado o refinamento suficiente na sua arquitetura interna. O motivo da deficiência não estaria, por isso, no *software* usado nas máquinas, mas sim na ausência de um processamento paralelo realmente desenvolvido e operacional. A capacidade para ter em conta ao mesmo tempo várias fontes de informação ambiental e a faculdade de as cruzar e processar em simultâneo é o que realmente diferencia um cérebro humano de um computador.

No artigo sobre PDP os exemplos iniciais de processamento paralelo iam para a sequência dos movimentos na escrita de letras em um teclado, em que atuam fatores inibitórios e excitatórios, segundo as premissas da codificação do neurónio artificial de McCulloch & Pitts, para a mútua

influência da estrutura sintática de certas frases na formação do significado ou deste último na ordenação sintática correta das frases ou, ainda, para a descodificação de informação visual. Na época do artigo seminal a modelização da cognição segundo PDP podia ser entrevista nos domínios de investigação do controle motor, na percepção, memória e linguagem (McClelland: 1986 13).

Uma das hipóteses do PDP consiste na ideia de que o sistema nervoso de humanos sustenta mecanismos cognitivos de seleção e processamento de informação em que o valor das premissas é alterado à medida que se desenvolve o conjunto. Está implícito o valor que se tem de atribuir à latência neste processamento de tipo configurativo e sequencial, em que o cruzamento do implícito e do explícito na modelização do significado completo da experiência vai alterando os significados atribuídos aos dados e às entradas nas diferentes etapas do processo cognitivo.

Outra hipótese é a de que a memória não representa um armazém de representações em que não há qualquer diferença entre o que uma representação vale no longo curso e o que é essa representação no momento atual em que é ativada. Aqui, a proposta do PDP vai ao encontro de visões construtivistas sobre a memória. Uma representação é um padrão sequencial. A memória é a conservação das ligações que tornam possível a reativação do mesmo padrão. No entanto, os pontos em que a sequência é ativada não precisam ser absolutamente simétricos. Daí que se diga que aquilo que se conserva são forças de conexão (McClelland: 1986 31) e não as próprias representações. Uma das consequências desta ideia está no valor de retroação dos processos atuais de tratamento da informação sobre o que o sistema entende como a sua memória, podendo gerar correções nos pesos das conexões para gerar padrões desejáveis.

A importância que teve o estudo da memória associativa pode ser reconhecida nos exemplos referidos pelos autores acerca de ligações entre

representações visuais e olfativas de determinados objetos. Se a padronização visual-olfativa ocorre em virtude de associações de nódulos, modelizar a aprendizagem visual-olfativa, segundo PDP, é saber determinar em que nódulos se deve intervir com vista a estimular ou a inibir certas conexões assim mudando os pesos relativos assumidos pelas conexões locais na produção do padrão global visual-olfativo. Como se referiu, a chamada “regra de Hebb” terá sido uma das primeiras fórmulas da modelação do local e do global na aprendizagem e havia sido inspirada nas noções psicológicas sobre a memória associativa.

O sucesso dos modelos baseados em PDP mede-se pela quantidade de aplicações de engenharia proporcionadas pela metáfora das “redes neuronais artificiais” em diversos domínios, em que é necessário levar em conta o cruzamento de fontes de informação com pesos relativos e diferenciados na formação de uma informação final ou de uma tomada de decisão final. Os compêndios teóricos e outros dedicados a aspetos técnicos de construção de redes seguiram-se aos estudos da década de 1980, abundantemente.

Um dos temas carecido de aprofundamento era o da convergência entre a modelização computacional e as dimensões biológicas do modelizado cerebral, domínio prometido à investigação praticamente desde o artigo seminal de McCulloch & Pitts.

Nesta direção foi, entre outros, o compêndio de Thomas Trappenberg, que aqui se vai tomar como síntese das atuais direções neste domínio.

No seu compêndio *Fundamentals of Computational Neuroscience* (2002, 2010<sup>2</sup>), T. Trappenberg retomou o programa de uma “Neurociência Computacional” para modelizar o funcionamento neuronal em rede tendo em conta as diferentes áreas cerebrais e o tipo de células neuronais de cada uma, mas mostrando como em certas operações as áreas trabalham cooperativamente e ajustam os neurónios individuais a fins operatórios

segundo uma plasticidade relativa. À luz das teses sobre “processamento distribuído paralelo” (PDP), teoria de redes, complexidade emergente e adaptabilidade o objetivo do autor foi oferecer um modelo de “como o cérebro funciona”, entendendo por modelo um sistema simplificado de elementos situados em processos reais, que se presta a testes experimentais (Trappenberg 2010: 7).

Tendo em conta o que se conhece do cérebro humano os modelos a desenvolver têm de refletir escalas diferenciadas, indo desde o neurónio simples, às redes neuronais até às organizações cerebrais de tipo arquitetónico (Trappenberg 2010: 8).

O alcance da modelização computacional mede-se, antes de tudo, pelo extenso valor analógico do conceito de informação para representar as transmissões e dinâmicas neurológicas. Como vimos já, a noção de informação pode servir este objetivo se levarmos em conta o sinal e a estrutura de sinal e não de um modo abstrato.

Em segundo lugar, a noção de unidades de processamento usada nos computadores é considerada apta a descrever os padrões de transmissão e receção sinápticos.

Além disso, este nível da analogia entre o artificial e o natural é o que permite referir “sistemas baseados em regras” (*rule-based systems*) em um caso e no outro (Trappenberg 2010: 9).

Uma conclusão a reter da analogia é que a informação neuronal para se propagar tem necessidade de níveis de organização que vão muito além do que se passa no plano do neurónio singular ou interneuronal. Basta um número reduzido de neurónios em comunicação para se formar uma estrutura de rede, que revela um comportamento não-redutível a unidades simples (Trappenberg 2010: 4), dependente de laços interneuronais e de uma mais vasta arquitetura em que a relação global-local tem de ser atendida. É aqui que se dão fenómenos que se têm de descrever como

“propriedades emergentes” de um tipo adaptativo. Na verdade, é a conjugação de emergência e adaptabilidade que configura este tipo de sistemas como autênticos sistemas biológicos capazes de aprender e em que se dá a incorporação das regras sintáticas que se podem investigar em termos formais.

Pode considerar-se o tema básico da “Neurociência Computacional” a justificação da tradução das trocas eletroquímicas nos canais sinápticos, nos tempos da excitabilidade ou inibição, em informação. Tem de se recuar até à transmissão sináptica singular para saber se a informação é o termo próprio para caracterizar essa transmissão de base eletroquímica. Numa aceção mínima, o que permite tal tradução é o facto de, encontrando-se o sistema nervoso permanentemente ativado, ele poder ser localmente alterado e sujeito a mudanças, que podem ser avaliadas em tempos de resposta de potenciais de ação. A sua abertura condicional, seletiva, ao que ocorre no elo seguinte das membranas sinápticas é o que justifica o uso do termo informação a respeito da transmissão neuronal.

De facto, nesta última, a distinção presente/ausente, atual/não-atual, que assinala a ativação/inatividade nos elos recetores, o seu “tudo ou nada”, depende dos seletores quantitativos-temporais nos canais voltados para elementos eletroquímicos. Estes aspetos da modelização tinham já sido considerados no neurónio de McCulloch & Pitts. Na influência da membrana pós-sináptica entram fatores de índole físico-química que não possuem a mesma importância na estrutura informacional da relação sináptica. É por isso difícil ou pelo menos artificial identificar sem dúvidas, no meio ambiente neuronal, o que entra na estrutura da informação e o que fica de fora.

Na versão de teoria de rede (PDP) de T. Trappenberg a unidade mínima da geração neuronal de informação é um nó funcional (*node*) (Trappenberg 2010: 79-80). O nó representa uma versão do neurónio de McCulloch & Pitts

e leva em conta as especificações de outros modelos matemáticos aplicados às dimensões especificamente biológicas da transmissão neuronal, como as funções de Hodgkin-Huxley (Trappenberg 2010: 32 e ss.).

Na sua notação, a razão para não identificar um nó funcional com um neurónio reside no facto de o nó ter de possuir uma ligação estatisticamente relevante com uma subpopulação dada de outros neurónios (Trappenberg 2010: 80), que explica a sua ativação em determinadas ligações para formar respostas. O nó neuronal é um “nó sigma” se as suas ligações com os outros neurónios se decomuserem à luz de um esquema *inputs-nó-output*, em que os inputs do nó são provenientes de vários canais (sinapses), mas produz somente um output.

Um nó-sigma possui as seguintes propriedades gerais. Nos fluxos de entrada os diferentes canais possuem diferentes pesos, o que resulta em diferentes forças na ativação final do nó de referência. Para a sua medida oferece o autor um esquema dividido em três etapas (Trappenberg 2010: 80) em que se procura mostrar como se chega à soma dos inputs dotados de pesos relativos e de que modo essa estimativa permite o cálculo do output do nó. Este é redistribuído por uma rede formada por outros nós situados em subpopulações de neurónios (Trappenberg 2010: idem). As funções de ativação dos nós elencadas pelo autor são as que devem ser seguidas no estudo da correlação inputs-nó-output, nos diversos tipos de articulações dos nós neuronais com redes (Trappenberg 2010: 81).

Em síntese, o que de um ponto de vista matemático T. Trappenberg volta a ilustrar na sua noção de “nó sigma-pi” é que muitas das interações interneuronais, em nós específicos, não se podem descrever segundo uma função linear. A força conjugada dos inputs pré-sinápticos no nó é calculada num “somatório de termos multiplicativos” e é este que traduz a resposta efetiva na ativação pós-sináptica dos canais iónicos (Trappenberg 2010: 85) quer se trate de canais inibitórios ou excitatórios. Há valores informativos

nos canais em que se processa o potencial de ação na medida em que aí se desenvolveu uma razão entre sinais eletroquímicos, tempos de resposta pós-sináptica e posição relativa dos nós na rede neuronal.

Mas deve acrescentar-se a este modelo que, uma vez identificado e eventualmente reconstruído, é este complexo que forma a estrutura de sinal para certas respostas neuronais dos nós de referência.

Conceitos como codificação e decodificação são tratados em termos probabilísticos, lendo-se de um lado como probabilidade dos estímulos (codificação) e probabilidade das respostas para aqueles estímulos (decodificação) nas ativações neuronais em determinadas populações neuronais de certas regiões cerebrais (Trappenberg 2010: 107-108).

É a respeito dos processos de codificação da informação que se justifica o emprego da noção de PDP - a informação no cérebro está sempre sujeita a distribuição de neurónios que disparam associativamente e cuja informação é decodificada segundo limiares de excitabilidade. O que se passa no cérebro pode ser descrito como um processo de aprendizagem probabilístico.

Atribuímos ao modelo estatístico as características do comportamento biológico do cérebro e inversamente. Este esclarecimento possui um valor epistemológico e metodológico, mas não pode deixar de descrever um paralelismo construído entre modelo matemático e biologia cerebral. Nesta última, o valor da plasticidade neuronal tem de ser adequado às restrições genéticas que inclusivamente obrigam a estudar seriamente o tema do grau de coerção genética do associativismo neuronal (Trappenberg 2010: 147).

Os modelos conexionistas começaram por se afirmar em redor de esquemas de processamento prospetivo de informação (*feed-forward*), à luz das ligações entre nódulos de input, nódulos ocultos e nódulos de output. Aparentemente, este esquema básico não levava em conta as modificações na informação neuronal decorrentes do contexto, o que tem uma



importância inestimável para perceber como se constrói conhecimento do meio ambiente, cruzando-se a informação ambiental e a informação neuronal.

O exemplo do autor vai para alguém que observa um outro observador atento e detalhado de um dado edifício de uma cidade, o qual é tido inicialmente por um interessado em arquitetura. Mais tarde, devido a informação adicional, o mesmo observador é identificado como um suspeito de assalto a residências. A nova fonte de informação pode entrar no modelo PDP, se se juntarem nódulos contextuais aos nódulos de input na influência dos nódulos ocultos e assim se regenera a sequência cognitiva relacionada com a informação ambiental disponível. O conhecimento com base no contexto pode então entrar no conjunto das variáveis dos nódulos de input de qualquer sistema modelizado segundo PDP.

A enorme complexidade da modelização dos contextos sensório-motores e cognitivos gerais nos inputs de entrada de um sistema psíquico serve para enfatizar que a atividade do cérebro no desempenho de tarefas de relativa complexidade envolve não apenas uma rede, mas um complexo interconectado de redes assim como o que se puder reduzir a um *stock* informativo sobre o meio ambiente (Trappenberg 2010: 254 e ss.).

É um tal sistema interconectado de redes multicamada que permite descrever os fluxos de entrada e os de saída na rede global, calculando também as seleções ocorridas nos neurónios intermédios. Além disso, quando orientada para fins particulares, a modelização das redes permite determinar que modificações se evem estabelecer nas seleções dos neurónios da camada oculta para formar o que os tecnólogos da aprendizagem chamam de “deep learning”.

Uma literatura abundante com muitas aplicações técnicas foi desenvolvida neste domínio. Uma delas foi a aprendizagem linguística, ensaiada recentemente por Marc F. Joanisse e James L. McClelland.

Os modelos PDP podem aplicar-se à aprendizagem das línguas, mas não podem deixar de se confrontar com um tema de base, que é o da transdução de sinais neuronais em sinais das línguas ou signos linguísticos e a aprendizagem com valor retrocessivo ou “deep learning” na aceção do PDP. É a este respeito que se tem de sublinhar, novamente, a importância da semiose pré-verbal assim como os mecanismos retrocessivos na aprendizagem socializada das línguas relativamente a esse campo pré-verbal. Este terreno por explorar parece-nos tentador.

### 1. 1. 2. 6. Causalidade semiósica

A relação causal pode ser entendida a partir das funções de sinal para um sistema dotado de cognição e assim reconfigurada numa aceção não mecânica -  $a$  produz  $b$  segundo  $x$  ou nas condições interpretativas de  $x$ .

Se na relação causal o interpretante, como identificador de sinal, parece ser dado de fora da relação, no sistema cognitivo dotado de capacidade para a identificação, isto nem sempre é deste modo.

Quer dizer que a causalidade possui diferentes registos e que um desses é o de uma relação em que o identificador aparece de fora, de um ponto de vista que aparenta ser estipulativo para com a própria relação. Muitas vezes não conseguimos perceber a ligação interna dos três elementos R-O-I e estipulamos que os nexos decorrem das finalidades cognitivas de um modelo cognitivo da realidade e não mais do que isto.

No entanto, o interpretante pode ainda ser entendido de um modo não estipulativo na relação causal. Quando vemos que a repetição de um dado evento  $a$  acima de um número  $n_{+1}$  de réplicas ou em um intervalo de intensidade  $i_{x-y}$  produz  $b$ , é a própria frequência ou intensidade que servem de interpretantes. É isto mesmo que forma a ligação de sinal comonexo causal se a frequência ou intensidade, nas suas repetições, continuarem a produzir a própria ligação de que são a expressão identificadora.

A repetição causal aparece assim como repetição da identificação de sinal e esta tanto serve para continuar internamente a própria ligação como para a representar do exterior, segundo as finalidades cognitivas dos sistemas respetivos.

A causalidade neurofisiológica aparenta a relação de sinal em todas as suas características conhecidas e os interpretantes neurofisiológicos aparentam a dupla dimensão da frequência e da intensidade, em que os modelos matemáticos baseiam as suas medidas.

É no molde semio-causal que a causalidade como nexu estipulativo dos modelos cognitivos das neurociências contacta com o neurónio biológico efetivamente existente no cérebro.

Um tema conexo é o da relação semiósica modificadora do tipo de sinal. Este assunto é da maior importância na investigação do que temos entendido por transdução de sinal, segundo a terceira função do sinal.

Na medida em que se defrontam sensorialmente com os seus meios ambientes sensoriais, as unidades biológicas estão duplamente pressionadas para modificar os sinais neuronais. A relação sensorial das unidades orgânicas com os meios ambientes produz largos efeitos retrocessivos sobre os impulsos semiósicos neuronais. Se não estivessem abertas aos meios ambientes sensoriais as unidades orgânicas não poderiam atribuir qualquer valor ao processamento interno e pode mesmo questionar-se se teria sentido falar de cérebros na aceção biológica, não obstante um cérebro ser, do ponto de vista das suas operações internas, um sistema fechado.

É a retrocessão semio-causal da abertura sensorial do organismo sobre a informação neuronal interna que provoca a transdução dos sinais neuronais em sinais psíquicos. É esta ocorrência complexa, mas banal e não milagrosa, a que se chama nascimento da consciência.

A transdução de sinais neurofisiológicos em sinais conscientes é o que qualifica a semiose neuropsíquica. Frequências e intensidades podem então ser interpretadas como formas e eventos situados num meio ambiente extracerebral, assim como na vida interior. Em consequência da transdução de sinal são formadas, concomitantemente com a atividade neuronal, associações mentais. Estas são como símbolos involuntários que modificam a impressão neurofisiológica em estados conscientes em pontes contínuas bidireccionadas.

A vida psíquica conhece várias modificações deste tipo, sobretudo nos hábitos, em que se vê como a simbolização involuntária consegue gerar frequências em comportamentos e em representações a estes ligadas, de tal modo que assim se garante a previsibilidade nos nexos entre vida consciente e atividade neuronal. Aqui se pode notar uma passagem gradual da repetição neurofisiológica na repetição estruturada do ponto de vista psíquico. Neste plano de interseção, a estimulação da repetição atua nas duas direções formando-se em consequência um arco semio-causal entre os sinais neurológicos e as suas redes e os sinais de tipo representativo da vida consciente voltados, enquanto representações de formas, para os meios ambientes sensoriais.

## 1. 2. Diferimento e emergência

“Diferimento e Emergência” pretende dar resposta a alguns equívocos sobre relações entre sistemas, quando se descrevem na terminologia da causalidade. Os principais sistemas envolvidos nestes problemas são o cérebro como sistema de redes neuronais, o organismo como sistema biológico, o sistema psíquico como sistema da consciência em que se processam representações sensoriais e intelectuais, moções voluntárias e pensamentos e os sistemas sociais como processadores de comunicações autónomas das formas intencionais da consciência.

A Epistemologia fisicalista representa um conjunto de versões, coerentes entre si, sobre Teoria da Ciência, que ambiciona dar uma imagem da totalidade de todas as coisas segundo a linguagem da Física como disciplina orientadora. Aqui se reproduzem teorias sobre as influências de níveis de realidade em outros, que combinam conceitos e descrições dos domínios científicos das ciências particulares e o vocabulário e teorias da tradição metafísica e das gnosiologias do passado.

Na Física clássica, desde que sejam conhecidas as condições iniciais de um sistema delimitado no espaço e no tempo, em equilíbrio, caracterizadas as condições de moldura de certos movimentos ocasionados por forças mecânicas, estão também determinados os efeitos e a orientação dos graves em movimento.

Ação e reação referiam-se na categoria da relação da *Crítica da Razão Pura* de Kant para dar conta desta orientação fisicalista. O fisicalismo representa a amplificação do significado da causalidade para âmbitos de realidade que dificilmente se podem descrever já como contendo elementos e relações do movimento.

Nesta ambição, a Epistemologia fisicalista moderna apresenta todos os traços do que se chamou “Filosofia espontânea dos cientistas”. Neste

campo, reducionistas e pluralistas, materialistas e não-materialistas, defensores da emergência, emergencialistas fortes e fracos, todos sugerem o seu modelo de teoria do tudo, regidos pelas duas crenças fundamentais na Física como ciência fundamental e na causalidade como relação universal.

O desacordo entre as versões da teoria do tudo, da causalidade e da emergência pode dar a impressão de que em matéria de Filosofia ninguém encontra a paz, mas, neste caso, os problemas começam logo com a falta de exame da adequação do vocabulário das ciências para descrever relações dentro do que, por todos, é referido como complexidade.

Na longa História da Ciência sempre houve explicações aproximáveis do que no séc. XX se começou a reconhecer como emergência, fenómenos emergenciais, propriedades emergentes, padrões emergentes, etc., à medida que crescia a percepção da complexidade, da irreversibilidade e do diferimento e carácter indireto das expressões da relação causal. Certas comparações de processos químicos com desenvolvimentos que originavam novos predicados ou configurações de fenómenos inimagináveis nos elementos anteriormente observados nas suas causas estão presentes já nos séculos XVII e XVIII, associados inclusivamente à imaginação popular sobre a fermentação, por exemplo, para depois terem a sua evidenciação nas explicações sobre formações gasosas e reações químicas moleculares.

Na Biologia do século XVIII, sob noções como *Bildungstrieb* ou impulso vital, conhece-se um debate em redor do princípio vital imanente aos seres vivos, que seria irreconhecível na matéria reduzida a uma explicação mecanicista em que o composto se reduzia nas suas partes a elementos do mesmo tipo, sendo apenas necessário conhecer as regras da agregação, como numa máquina. Aqui se vão reunir os temas sobre o estatuto da epigénese.

As Ciências da Vida apresentavam o panorama de um domínio de investigação em que, para empregar a imagem recorrente, “o todo parecia

mais do que as partes” colocando-se desde o século XIX, por várias vezes, o tema do estatuto desse acréscimo, podendo significar uma porta de entrada do mistério ou dos desígnios da Criação no mundo fechado, do ponto de vista causal, da Mecânica clássica estando esta garantida, na sua exatidão, pela gravitação universal de Newton.

No século XIX, quando K. Marx procurou explicar as relações entre a infraestrutura económica e a superestrutura da sociedade não fez mais do que um modelo emergencial de relações entre elementos situados em patamares distintos da realidade social, mas associados segundo diferimento causal e influência oblíqua, que tolerava autonomia das esferas e um condicionamento retrocessivo dos efeitos para as causas. O “materialismo dialético” sugeriu, a seu tempo, os conceitos de salto quantitativo e de salto qualitativo para descrever os fenómenos de criação de autonomia a partir da mesma base do mundo material, físico, que hoje muitos autores emergencialistas não ousam citar, mas usam em abundância para continuar a defender um materialismo reducionista.

Mesmo quando optou por uma explicação fisicalista, a Psicologia científica de finais do século XIX ofereceu também vários exemplos de uma atenção à mudança de arranjo e significado entre fenómenos da vida psíquica, quando a explicação causal sofre desníveis na sua disposição linear, típica da Mecânica clássica, para dar lugar a diferenças entre latente-manifesto, inconsciente-consciente ou orgânico-mental.

Por outro lado, já no séc. XVII, o ideal cartesiano da discernibilidade rigorosa das duas substâncias, extensa e pensante, que para muitos representa o modelo oposto da emergência, se podia compreender como uma resposta, em Metafísica, ao problema da redutibilidade de todas as leis científicas à explanação resolutivo-compositiva da Física. O dualismo cartesiano seguiu o mesmo ideal de ciência que também inspira muitos dos que argumentam hoje contra o bisubstancialismo cartesiano, na sua defesa de um real



pluralismo de ordens, o que vai tornar a discussão sobre o alcance do dualismo metafísico um tema interno às concepções fisicalistas da realidade. Química, Ciências da Vida e Antropologia, Ciências da Sociedade e Economia são os campos em que os exemplos e os ensaios de explicação com base no vocabulário da emergência se reconhecem e em que se discute o alcance do ideal fisicalista de redução. Em competição com o reconhecimento de fenômenos causais diferidos e indiretos, a ponto de se perder o fio da causalidade, o princípio geral da redução quer ligar os três aspectos explicativos, descritivos e ontológicos das teorias do tudo a partir da Física como ciência fundamental. Ambiciona-se alcançar primeiros irreduzíveis que sejam tais nesses três aspectos. A Física newtoniana da gravitação universal podia servir de modelo ideal de primeiros princípios de todas as coisas e, portanto, à gravitação, como macromecanismo subjacente a toda a realidade, se podiam reconduzir, em última análise, quaisquer fenômenos observáveis, incluindo os biológicos ou mesmo os sociais.

Com reducionismo explícito ou sem ele, a propósito de regiões ontológicas muito variadas e recheadas de processos complexos, que impedem as generalizações, se criou uma familiaridade semântica em redor do uso de certos termos, como desde logo o de causa, que parece, hoje, indicar um consenso sobre uma teoria geral da emergência.

A impressão de uma familiaridade no vocabulário desta Filosofia espontânea está longe de resultar de consistência teórica. Nas formulações mais recentes não está decidido se a emergência vai servir para salvar o monismo explicativo da Física de uma concepção mais agressiva sobre pluralismo das instâncias emergenciais ou se para formular esta última ou alguma versão de dualismo no que se refere, particularmente, à relação mente-corpo. Não está esclarecido se falar em emergência tem ainda algum sentido quando os fenômenos em análise apresentam uma tal

complexidade que remontar até condições iniciais físicas se pode tornar um expediente dispendioso e deselegante em termos descritivos.

Decida-se a favor ou contra um pluralismo de ordens, a concentração no tema muito antigo da relação entre o espírito e a matéria comporta a ilusão de um *continuum* antropológico e de que é possível articular em redor da unidade do Homem, em particular do enigmático problema do nascimento da consciência a partir da neurofisiologia cerebral, as principais questões da complexidade.

A ideia banal de que a natureza é mãe de todas as coisas fundamenta um naturalismo universal que não põe barreiras ao que se entende por natural, a não ser no sobrenatural divino que é, contudo, ainda representado por contraste. Quando ao naturalismo se vem juntar a visão evolucionista surgem as perspectivas ambiciosas sobre seleção e *design* que tudo explicam, porém nada em detalhe.

Nestas tentativas há tanto de ambição quanto de ingenuidade teórica, sobretudo no que se refere ao alcance autorreferencial das teorias científicas envolvidas nas discussões e à luta entre disciplinas e respetivos modelos. É duvidoso que sob a noção de um naturalismo evolutivo irrestrito se tenha dado uma verdadeira atenção à complexidade e, com esta, à geração de autonomia.

Da literatura ampla, que se vem adensando desde a época do emergencialismo Britânico, em que se cruzam a linguagem da Ontologia clássica com teorias científicas contemporâneas, é possível identificar imediatamente três níveis de aplicação das discussões teóricas: o nível das *propriedades* (1.2.1.), da *auto-organização* (1.2.2.) e dos *sistemas* (1.2.3.). Destes três patamares se distingue ainda o quarto âmbito da *reflexão e estruturas cognitivas* (1.2.4.).

### 1. 2. 1. Propriedades

Em todas as ciências em que se aplicou o vocabulário emergencial foi referida a existência de “propriedades emergentes”. A descrição destas novas ocorrências, “não esperadas” no quadro básico da teoria física de moldura, constituiu uma prova da existência da emergência num sentido geral.

O que é uma propriedade?

Uma resposta não prevenida diria que propriedade é um fenómeno ou um efeito de processos. Assim, as chamadas propriedades podem ser esperadas e antecipáveis ou não-antecipáveis e inesperadas. Superveniência e propriedades emergentes dependem de observações de ocorrências.

Esta descrição do que é uma propriedade parece, em muitos casos, suficiente para os teóricos da emergência.

Tornando reflexiva a referência a propriedades, se tem de afirmar, no entanto, que o comportamento dos fenómenos, a sua regularidade, é um registo de observações e que, nas teorias científicas, as observações estão articuladas em descrições.

No sentido em que elas importam para caracterizar a complexidade em sistemas, a existência de propriedades *i)* decorre das inferências teóricas que estabelecem valores e significados para fenómenos em observações e *ii)* de inferências na mesma teoria ou entre teorias distintas em que, sob o efeito de variações no sistema de base da teoria fundamental (também chamada microteoria), propriedades (fenómenos) já registadas por observações não se continuam a apresentar, mas em vez dessas outras ou não se apresentam na mesma configuração primitiva.

Uma ontologia das propriedades sem teoria é equivalente a realismo ingénuo ou Metafísica vulgar. O emergencialismo nem sempre parece prevenido contra a eventualidade da tentação realista radical, decorrente

da crença na existência de propriedades emergentes, como tais, independentes da teoria e da sua orientação normativa para os factos. Além disso, nas várias versões de emergencialismo, fraco, forte, redutivista ou não-redutivista, os maiores problemas refletem as divisões disciplinares e o muito discutido problema da unidade da Ciência. Estes se tornam notórios quando se examinam as propriedades decorrentes de inferências (ii) entre teorias distintas, em que uma delas é tratada como teoria fundamental (ou micro em contraste com macroteoria) e em que as variações no sistema de base são tão flagrantes, que se é levado a admitir uma mudança ou salto de sistema ou uma realidade totalmente nova. Mas o que é aqui o novo? O alcance da novidade é frequentemente a única coisa de que se fala quando se usa o vocabulário emergencial.

Quando é assim, propriedades emergentes são vistas como fenómenos produzidos por uma outra organização com uma nova ontologia a exigir novo enquadramento teórico e observacional. Entre a Física e a Química, a Química e a Biologia e entre a Biologia e a Psicologia se pode retratar este deslizamento entre propriedades, ontologias, teorias (micro e macro) e disciplinas.

Se as novas propriedades interagem com as do sistema de base da teoria fundamental, os emergencialistas referem uma causalidade retrocessiva (*downward causation*).

Carl Hempel e Paul Oppenheim viram uma das fontes das teorias da emergência na situação em que certos factos não encontraram *ainda* uma explicação a partir de microteorias e de microelementos destas teorias, pelo que se abrem zonas de indeterminação ou de inexplicável, principalmente em termos causais. É por isso que salientam o carácter de “novo” dos fenómenos que ainda não estão explicados de um ponto de vista microteórico. Sublinhe-se que é novo não num plano ontológico, mas no modelo da teoria de referência.

Outro aspeto determinante da explicação emergencial está na relação partes-todo. Para esta última concorre uma adequada definição de todo e a certificação de que ao se falar de partes se está, de facto, perante partes que podem constituir aquele todo. Este aspeto é muito importante se tivermos em consideração a especial dificuldade de saber se podemos considerar o sentido psicológico ou a vida consciente como um todo congruente de partes e cujas partes são elementos neurofisiológicos. Num todo podem existir características que só se podem explicar como “novas” e outras que continuam a poder reduzir-se a características do sistema de base.

Noções como “força” de certos componentes na microbase e na macroexpressão não podem ser comparadas se não se identificarem as relações em que os elementos estão num caso e no outro. Mas o que ambos os autores sublinham é que esta comparação só pode ser estabelecida com referência a teorias desenvolvidas nos dois níveis. Quer dizer que sem a mediação das teorias dos níveis não é possível tirar-se conclusões sobre o que emerge, no sentido de ser novo e não previsível no que já se conhecia (Hempel & Oppenheim 2008: 64).

Por seu lado, Jaegwon Kim, um estudioso do emergencialismo, sustentou que se não se clarificar se podemos ou não funcionalizar as propriedades e as suas relações, que tomamos por emergentes, no plano das propriedades e relações que ocorrem no micronível, não podemos decidir se alguma coisa é realmente emergente ou não. O critério do emergente como propriedade de um novo nível de realidade é a não-funcionalização do macro- no micro-, o que sem dúvida é um modo operativo e consistente de resolver a questão da emergência (Kim 2008a: 138-139), mas difícil de concretizar.

Poderá falar-se de emergência a respeito do aparecimento da experiência em sentido psicológico frente à Física, mas já não é possível sustentar-se uma não-funcionalização massiva no domínio químico ou biológico

relativamente à Física. Sobre a Biologia é um assunto discutível saber se as leis biológicas se podem reduzir a leis dos microdomínios da Física e da Química, mas muitos autores parecem acreditar que esta redução é de facto viável e totalmente credível, considerando que temas como o da teleologia e crenças vitalistas não possuem qualquer utilidade explicativa. No entanto, mesmo fora de hipóteses vitalistas há fenómenos de auto-organização biológica cuja disposição causal das partes constitutivas altera o alcance de uma descida nas causas até aos graus mais remotos.

No caso da experiência em sentido fenomenológico, ou seja, dependente de vários fatores de atribuição de sentido por um *self* aos conteúdos fenoménicos da vida psíquica, parece em princípio admitir-se algum grau de reprodutibilidade funcional, mas ainda que esta ocorresse na modalidade de Inteligência Artificial, por exemplo, ela tomaria os elementos da experiência fenomenal nas suas expressões cognitivas mais reduzidas e mesmo assim sem gerar um consenso entre os especialistas no que se refere ao tópico da consciência.

Nas teorias emergenciais mais comuns a realidade está organizada como uma disposição hierárquica de níveis. Em linguagem ontológica e abstraído da autonomia teórica das ciências, J. Kim imagina em cada nível dois componentes - entidades e propriedades. As propriedades são características das entidades.

A capacidade de cada nível para manter coesão nos seus dois componentes está na articulação mereológica das partes e do todo. O encadeamento de níveis emergenciais se produz porque se registam alterações de propriedades no composto mereológico de um nível de base que se traduz em crescimento de complexidade que abre esse nível para níveis superiores. As doutrinas emergencialistas da primeira metade do século XX trouxeram consigo um credo não reducionista ou pluralista sobre propriedades de níveis superiores da hierarquia emergencial em reação contra as tentações

reducionistas do superior ao inferior. O emergente não reduzido devia aparecer como um superveniente, mesmo que depois de admitida alguma superveniência a tentação fisicalista pudesse regressar para novamente discutir o significado da superveniência segundo “realização física” dos emergentes e, sobretudo, evitar o dualismo, no sentido metafísico, da dualidade alma-corpo. Um “monismo fisicalista não redutivista” é a fórmula do sentimento contemporâneo sobre o que deve ser a visão da emergência. Mas também aqui pode estar em curso uma violação da clausura causal da Física (Kim 2008b: 429-430) e assim não se vence o principal problema apontado ao cartesianismo.

Ora, admitindo que se percebeu bem o que se descreveu com os nomes “entidades” e “propriedades”, sabemos que se a correlação partes-todo já havia suscitado problemas lógicos na Metafísica da segunda metade do século XIX, na célebre discussão sobre as “relações internas”, com consequências na formação das primeiras versões do empirismo lógico de Bertrand Russell ou de George Edward Moore, o entendimento da relação interníveis das teorias da emergência não cessaram ainda de levantar mais problemas, dificuldades estas habitualmente formuladas na terminologia causal. A regra do positivismo fora a de reduzir sempre compostos mereológicos às suas partes e, no caso da aceitação de algum fenómeno emergencial, reduzir compostos descritos em níveis superiores de emergência aos elementos dos níveis mais básicos, onde se podia identificar entidades da Física. Na medida em que o positivismo assumiu a linguagem da causalidade da Física como seu modelo, ao mesmo tempo metafísico e epistemológico, se percebe que se queira encontrar um arrimo agregacional na composição das causas, segundo o ideal da Mecânica, construindo-se o próprio conceito de relação, na relação causal e mereológica, à luz da noção de choque ou pressão, por contiguidade e frequência dos fenómenos observados da causa e do efeito. Resulta, igualmente, desta preferência,

que a observação e a descrição das relações não pode ser feita do interior dessas mesmas relações, mas tem de ser estipulada do exterior, pelo observador não-implicado na realidade observada.

A imagem do mundo deste reducionismo causal é dificilmente compatível com o *design* de modelos de emergência, sobretudo em virtude do facto de estes implicarem um sentido forte da ideia de novidade na natureza. Assim se pode trazer para a discussão do estatuto do novo emergencial os problemas lógicos e metafísicos do século XVIII sobre o alcance dos juízos analíticos, sintéticos e relações sintéticas *a priori*. A equação de um “monismo fisicalista não redutivista” pode envolver um assumir de postulados que a mentalidade binária da Lógica formal não consente, o que pode contradizer as disposições lógicas mais comuns dos autores fisicalistas. As dificuldades referidas são implícita ou explicitamente assumidas também por J. Kim, que em consequência se vê obrigado a discutir os conceitos de propriedade e de entidade. Quando o faz é para afirmar que o estatuto definitivo de uma propriedade física é conferido a alguma coisa pela teoria física do domínio respetivo (Kim 2008b: 430). Neste sentido, acrescentamos, sem a referência aos modelos cognitivos que se usam o que define uma propriedade física ou de outro domínio qualquer permanecerá opaco e indeterminado.

Continuemos com as entidades. Uma entidade física tem o estatuto de objeto com os respetivos poderes causais definidos nos parâmetros da teoria física correspondente. Não quer dizer que a entidade não esteja fora da teoria, mas se a sua definição não pode ser separável do espaço, do tempo e da medida, então os respetivos poderes causais não podem ser separáveis do que se atribui ao seu comportamento observado na observação estipulada pela teoria. As propriedades ocorrem do comportamento das entidades, enquanto este é observado segundo estipulações e não independentemente destas. É por isso que parece



impossível desligar entidades de inferências e estas de um quadro estipulativo que indica que algo é na medida em que isso é requerido para fazer uma ligação com outra coisa segundo a inferência respetiva. O mesmo tem de acontecer com as propriedades.

Porém, a visão do monismo não reducionista exige que tudo seja, mesmo que em última análise, “físico”. De onde se infere a necessidade de impedir um sentido de superveniência radical das propriedades, dualista no limite, mediante a noção de “realização física”. Com base nesta se poderia afirmar que as propriedades do nível psicológico *realizam* entidades físicas ou propriedades desse nível físico.

Percebemos que se queira evitar uma alma separada do corpo com a noção de múltipla realização. Mas há aqui a questão lógica de saber como é que podemos continuar a chamar propriedade física a fenómenos de auto-organização biológica, a um ato voluntário ou a um raciocínio. A tentação em que se cai para defender o monismo é como ir decantando uma solução líquida dos aspetos psicológicos até nada mais ficar do que a água cristalina (H<sub>2</sub>O) da sua base física, mediante técnicas descritivas como a da funcionalização do universo mental, de inspiração behaviorista. Assim, a ligação entre propriedades torna-se de novo estipulativa e dependente do observador não-implicado da Física, sendo irrealizável a definição da ligação interior das propriedades dos níveis superiores com as entidades dos inferiores, cortando mesmo o nexu associativo das entidades-propriedades interníveis e, no caso da relação corpo-mente, perdendo-se o nexu subjetivo, interior, das propriedades do espaço mental com a base física, corporal. Com a funcionalização do mental se exprime o psicológico segundo a estipulação dos modelos físicos, afasta-se a modelização psicológica, interna, na primeira pessoa, sobre o corporal e se abstrai do facto de, nos dois casos, se lidar com mecanismos cognitivos em que a diferença dentro-fora, sujeito-objeto se constitui.

As dificuldades epistemológicas e lógicas de posições monistas e dualistas são tão óbvias que o normal é sugerirem-se soluções de compromisso. Todavia, posições de compromisso podem envolver transgressões da lógica binária na alternativa matéria ou espírito. Receio que seja o caso com a própria proposta de J. Kim (Kim 2008b: 433) de um monismo fisicalista que afirma, ao mesmo tempo, um realismo mental.

Na ausência e impossibilidade de uma teoria geral da emergência é inviável concluir se a noção de emergência é ou não incompatível com o reducionismo ontológico e se este é ou não um reducionismo entre teorias. Para atestar a sua distinção entre emergência nominal, emergência fraca e emergência forte, Mark A. Bedau diferenciou entre “propriedades resultantes” e verdadeiras “propriedades emergentes”. As primeiras são facilmente previsíveis tendo em conta o que se conhece do nível microscópico, enquanto as outras apresentam imprevisibilidade e podem estar relacionadas com eventos irreversíveis. Como outros autores, também M. A. Bedau pretende que a emergência forte só se aplica a fenómenos sobre os quais a ciência não se consegue ainda pronunciar e para os quais não foram encontrados quaisquer diagramas redutivos (Bedau 2008). Mas a sua distinção entre o que é resultante e o que é emergente pode ser um apoio para os que defendem o emergencialismo forte ou mesmo formas mais extremas de pluralismo de ordens, que até já dispensam o quadro teórico e a semântica da emergência.

## 1. 2. 2. Auto-organização

A ideia do “paralelograma de forças” parece ter estado na base de intuições iniciais sobre emergência, atribuídas a John Stuart Mill no *A System of Logic*. O paralelograma de forças permitia uma representação da relação causal segundo composição e adição, ou seja, à imagem da conexão mecânica entre elementos integrantes de uma soma de partes.

No caso de formações complexas as regras da inferência dedutiva não permitem construir o todo a partir da análise das partes seguida de composição agregacional. É esta constatação que leva à ideia comum de que o “todo é maior que as partes”, às chamadas leis heteropáticas ou à noção de novidade dos compostos, em que elementos novos aparecem.

Para poderem ter alguma utilidade heurística as ideias sobre propriedades resultantes ou emergentes têm de ser discutidas em associação com o tema da auto-organização e geração de autonomia.

O limiar entre um sentido fraco e um forte de emergência pode eventualmente decidir-se na discussão do alcance da auto-organização como um tipo espontâneo de ordem, que adquire temporalmente consistência gerando nova complexidade mereológica, não redutível segundo o modelo do “paralelograma de forças”.

A Sociologia e a Economia podem aqui ilustrar com acontecimentos de aquisição de complexidade em que as ações individuais intencionais participam, mas como elementos parasitários de mecanismos que já ganharam autonomia, sobretudo de nível simbólico e comunicativo, como acontece nas trocas económicas fortemente mediadas por osciladores quantitativos de oferta e procura, em que são os valores alcançados nas escalas que praticamente ditam os lances dos jogadores. A intencionalidade como parasita da comunicação económica simbólica devia mesmo, nestes casos, substituir a noção tradicional de emergência de ordem espontânea.

Acoplamentos e parasitagens podem referir-se também entre consciência e cérebro, sem temer exageros metafóricos.

Não é apenas quando não se consegue seguir o fio condutor da ligação causal completa de um plano físico a outro ou do físico ao não-físico, que se justifica o uso da auto-organização e de análogos das propriedades emergentes. Pode não ter qualquer utilidade descritiva o recurso a explicações redutivas e serem estas a contrariar o princípio da “navalha de Ockam”.

O funcionamento dos autómatos celulares do “Jogo da Vida” de John Conway serviu a M. A. Bedau, e muitos outros (como Daniel Dennett), de exemplificação de um agregacionismo de lances explicativo da geração de ordem espontânea, tido como a forma mais pacífica do emergencialismo fraco. O funcionamento de modelos deste tipo é muito básico, com vários agentes em interação e ações reguladas por opções binárias, mas o comportamento final torna-se progressivamente complexo, formando regularidades e padronização de comportamentos antecipatórios. Ora, o motivo que mais seduz estes autores nesta simulação está em que não é impossível percorrer em sentido inverso a corrente que levou até aos níveis de maior complexidade. A ilusão do espaço contínuo causal é perfeita.

Um aspeto de interesse no que M. A. Bedau chama a sua versão fraca do emergencialismo está em que o micronível é constituído por interações entre elementos que têm as características de associações entre linhas causais em PDP. É isto que explica que se possa referir um adensar de complexidade, pois as linhas procedem de várias direções autónomas, que apenas se encontram ao se formarem os novos fenómenos.

O emergencialismo fraco defende que não há emergência sem redução, mas tem em consideração a complexidade das linhas retrocessivas até chegar aos nexos completos dessa redução.

A dificuldade com esta explicação está simplesmente em que, em determinados sistemas, a dificuldade em voltar atrás na corrente pode ser tão grande que torne a tarefa irrelevante. Em outros casos, como na Teoria da Sociedade, a busca de condições iniciais físicas não faz qualquer sentido ou serve apenas para lembrar que, como agentes de comunicação, somos todos terrenos e mortais.

Stuart Kauffman preocupou-se em formular a sua convicção sobre autonomia da Biologia em relação à Física tomando por ponto de partida a impossibilidade de reduzir as funções dos organismos a condições iniciais e a condições de fronteira dos sistemas físicos newtonianos clássicos. O seu exemplo da função do coração no bombear sangue para o corpo é bem conhecida. O coração que bombeia sangue representa a função biológica que não pode ser reduzida a leis físicas agregativas. Em *Investigations* (2000), depois de duas obras seminais em Biologia teórica, regressou S. Kauffman ao seu conceito de organismo e de relação partes-todo da *Crítica da Faculdade de Julgar* de Kant e ao tema de Charles Darwin da pré-adaptação dos caracteres funcionais adquiridos por seleção natural, para apontar a inabilidade da Ciência clássica em dar continuidade às suas tentações reducionistas, no que se refere à complexidade das funções biológicas. Daqui decorre a noção de “clausura funcional”.

Porém, convinha sublinhar que na função biológica o que não é redutível não são os elementos físico-químicos das células dos tecidos de que são feitos os órgãos, mas sim a própria operação. No núcleo duro dos argumentos de S. Kauffman está um emergencialismo operatório e, por conseguinte, uma “clausura operatória”.

Na medida em que se consegue identificar um patamar operatório distinto daquele em que opera a causalidade da Física clássica, como na noção de função, se pode referir auto-organização.

No quadro da auto-organização são retomados os predicados que a tradição emergencialista tinha identificado nas estruturas emergentes como irredutibilidade, a não previsibilidade, a explicação holística das novas disposições do todo e das partes resultantes da clausura operatória.

Um dos aspetos mais decisivos da auto-organização não agregativa está na formação de autonomia direcional dos todos. Por esta, entendo a capacidade para formar um centro articulador de operações, sendo estas definidas pelo critério de clausura operatória suficiente. O centro de articulação pode ser dotado ou não de consciência.

Isto foi discutido também por S. Kauffman. Segundo este, a formação de agentes moleculares autónomos é o que garante a diferenciação do biológico frente ao físico, mas para que isto ocorra é necessária uma acumulação de organização molecular e de complexidade que só acontece em patamares que se têm de considerar emergenciais num sentido forte do termo. Já se pode falar em agentes autónomos a nível celular. Em Biologia, o que define o tal agente que age “por sua própria conta” é um sistema molecular autorreprodutor, apto a desenvolver um ou mais ciclos de trabalho termodinâmicos (Kauffman 2000: 8).

O conceito de equilíbrio não ajuda a caracterizar este agente autónomo. Daí ter de se partir para o mínimo de estrutura inicial da auto-organização, que o autor concebe como tendo uma estrutura de rede química (em autocatálise). A propriedade da autocatálise coletiva é o que promete oferecer uma resposta coerente ao problema sobre a origem da vida e sobre a formação de agentes capazes de agir “por sua própria conta”. O centro da questão está em avaliar como proteínas que têm determinadas sequências de aminoácidos se copiam para fora delas mesmas e mutuamente se estimulam na cópia uma da outra, de modo cruzado, no sentido de acelerar a sua autorreprodução. Na medida em que esta possibilidade pode ser estudada numa coletividade superior a duas proteínas se podem imaginar

redes de reações químicas com muitas mais proteínas, cujos elementos estão presentes para assegurar a autocatálise do conjunto (Kauffman 2000: 15). É isto que o autor designa por autocatálise coletiva. De onde surge a tese mais geral que afirma que atingida uma determinada densidade na população de uma rede de proteínas, em que cada proteína pode contribuir para formar sequências de aminoácidos ainda mais extensas que as iniciais, se deve poder falar em uma elevada probabilidade de constituição espontânea de cachos autocatalíticos de moléculas.

Autocatálise química pode representar a autorreferencialidade necessária, embora ainda não suficiente, para estruturar formas mais complexas em que a unidade de direção operatória é novamente retomada.

### 1. 2. 3. Sistemas

Se a auto-organização pode conduzir a uma expansão cada vez maior de complexidade é mediante aquisição de autonomia funcional e de especialização funcional. É na descoberta da relação entre autonomia, especialização e seletividade para funções que a teoria da evolução pode ser prestável. Contudo, esta tem de supor já um patamar de desenvolvimento de sistemas dotados de clausura operatória. Nesta medida, a teoria da evolução é histórica e *a posteriori*, pois parte de níveis adquiridos de complexidade e autonomia para descrever os processos da sua aquisição gradual.

As dificuldades das descrições emergenciais dão-se precisamente entre domínios em que se pode conceber clausura operatória, como acontece entre sistemas de redes neuronais e sistemas psíquicos.

A própria ideia de uma clausura causal dos sistemas físicos só ganha significado desde que o físico seja contraposto a outro domínio, disjunto quanto à qualificação e reprodução das suas operações. A conveniência do uso do vocabulário da emergência discute-se especialmente nestes casos.

Por conseguinte, a aquisição da autonomia sistémica tem de ser discutida quando alguém se dispõe a investigar coisas como a novidade da consciência no mundo da matéria, sabendo que não pode jamais desligar a consciência da neurobiologia.

Avancemos, então, com estes pressupostos.

Em um trabalho posteriormente muito citado dada a invulgaridade de experimentos teóricos em redor de *zombies* e de homens (*The Conscious Mind*, 1996), David J. Chalmers passava em revista teorias cognitivas (Bernard Baars e Daniel Dennett), neurobiológicas (Francis Crick, C. Koch e Gerald Edelman), físicas (especialmente Roger Penrose) e evolutivas (baseadas no suposto da “seleção natural”) sobre os estados mentais, no



sentido de averiguar se alguma delas estava em condições de dar uma explicação do problema difícil da irreducibilidade da experiência pessoal da consciência em relação aos factos, averiguação tanto mais importante quanto mais se adensavam as sugestões sobre múltipla instanciação.

A distinção entre conhecer e experienciar, que o autor desenvolve quando separa a realização física em um computador de estados cognitivos de agentes psíquicos e o que estes últimos experimentam nos seus estados conscientes na primeira pessoa, é a que orienta uma parte substancial da investigação sobre a autonomia e novidade da consciência num mundo material.

É a interioridade dos estados conscientes que os torna pessoais, na aceção rigorosa de estados subjetivos individualizados. A simulação de estados conscientes em máquinas pode mimar nexos e poderes causais entre representações, assim como funções, mas não o sentimento interno, propriamente dito, acerca das vivências que *me* pertencem.

Dir-se-ia que máquinas que pensam são como réplicas das leis gerais do associacionismo psicológico nos limites simbólicos e operacionais da linguagem de máquina. Não obstante a semelhança, o carácter de *meu* das representações e do próprio fluxo interno do pensar escapa-lhes. Esta a conclusão da linha de argumentos que mobiliza a diferença entre experienciar internamente e conhecer ou modelizar na terceira pessoa estados conscientes.

Esta maneira de argumentar e de distinguir entre o psíquico e o não-psíquico nada tem de novo, encontrando-se esquisada nos fundamentos da Psicologia Descritiva de Wilhelm Dilthey.

Ora, a noção de personalidade dos estados conscientes como início de argumentos que concluem pela defesa de uma ideia emergencial sobre os estados mentais requer muitos esforços de análise e é, em si mesmo, um ponto de partida insuficiente ou mesmo inadequado se os

desenvolvimentos forem inconsistentes ou excessivamente artificiais e imaginativos. Lembre-se que uma conclusão favorável à emergência não quer dizer nada de definitivo quanto à admissão da autonomia de um sistema particular.

Raciocinando de outro modo, não deixa de ser menos verdadeiro que assumir o caráter interior das vivências psíquicas pode representar um demissionismo explicativo. Não é possível não objetivar a consciência ao torná-la tema de curiosidade teórica, pois é também irrealizável referir estados psíquicos conscientes sem os formar, ao menos interiormente, como objetos para nós. Sendo assim, o problema da objetivação da consciência tem de se formular de outro modo.

É segundo uma maneira de ver muito especial que se tem de sustentar que a objetivação não revela a consciência. Ora, essa maneira de ver não é a de D. Chalmers.

Segundo a perspectiva sequencial do sentido psíquico a consciência não é objeto. Todavia, isto não quer dizer que as sequências não processem “objetos” em determinados estádios interpretativos das correntes psíquicas. Afirmar que uma coisa é o conteúdo objetivo de um estado subjetivo e outra a subjetividade experiencial desse estado pode não ter qualquer consequência interessante.

Mais ainda que isso, a afirmação de que o caráter de *meu* das representações e da consciência do fluxo não se pode mimar no exterior é, em diversos aspetos, duvidosa. Se o que se quer dizer com isso é que, em geral, a personalidade dos atos conscientes não se pode simular a tese será falsa. A personalidade dos atos de consciência, em geral, pode representar-se na modalidade da autorreferência operatória das máquinas, na Inteligência Artificial, ou mesmo dentro da mesma unidade orgânica, como acontece, espontaneamente, nos casos clínicos conhecidos de múltipla

personalidade, em que eus surgem e se responsabilizam pela representação da unidade das múltiplas correntes psíquicas.

Se o pretendido é que é *este meu* singular dos atos *desta minha* consciência que fica de fora, então o que se está a dizer é que os sistemas psíquicos são individualizados do ponto de vista numérico, podendo eventualmente recolher-se para a discussão da individuação numérica um antigo tema da Metafísica.

Resta, então, como núcleo resistente da personalidade dos estados conscientes a sua individuação numérica - tu não podes ter as minhas representações, logo estas são pessoais. Digamos que com isto se avançou pouco, pois não se vê o que é que, numericamente, me distingue a mim de uma máquina da Inteligência Artificial ou de um outro eu dentro de mim mesmo, em que se concretizou a unidade da autorreferência de um ponto de vista operatório. A individuação numérica leva-nos a um ponto em que novamente fica em suspenso o que permite diferenciar uma consciência humana de um autómato e uma consciência humana de outra.

Não se vê que não se possa atribuir analogicamente consciência (*awareness*) a máquinas e mesmo consciência pessoal na aceção de modelos operatórios da autorreferência. Segundo a nossa maneira de ver, a solução para o enigma da diferença está na representação global que podemos fazer dos sistemas psíquicos de humanos e de autómatos ou de pessoas integralmente funcionais de personalidades-fragmento, ocultas dentro de nós, à luz das respetivas estruturas sequenciais da consciência.

É a estrutura das sequências que é diferente no caso da consciência de humanos e na de autómatos, na da pessoa que comunica com outras pessoas da que se oculta na obscuridade da vida psíquica e não a qualidade de “meu” de estados internos. Na Psicologia introspetiva, a procura do eu dificilmente deixaria de apontar para um portador interior dos estados internos, de que eu seria o possuidor, mas não as máquinas.

A série sequencial da consciência (*awareness*) dos autómatos e a ligação à sua autorreferência é de um tipo lógico e definida tendo em vista funções e operações previamente esquematizadas em diagramas de fluxo. Os *zombies* apresentam do ponto de vista comportamental uma estrutura semelhante, com a diferença de que é mais empobrecida, graças ao enorme estreitamento da finalidade da sobrevivência dos componentes biológicos dos seus corpos - são máquinas que se alimentam de carne e nisso cumprem, sem falhas, um programa lógico, que a isso se resume.

Ora, o ponto é que as sequências de uma consciência humana não são sequências lógicas. Não estão programadas pela diferença entre errar e acertar, pois errar pode, nas oportunidades em aberto das ações, traduzir-se em acertar. Esta diferença joga-se, também, no modo como a autorreferência dos sistemas psíquicos de humanos é formada do interior do seu tipo muito particular de sequencialidade. Na medida em que lidam com um caudal de informação distribuído de proveniências variadas, não-reduzíveis e não-computáveis em todos os elementos no momento em que chega à consciência, não só a seletividade no ponto de partida tem de ser distribuída de uma forma adaptativa e plástica, mas os outputs estão associados a condições ambientais que constantemente modificam os valores de entrada e o significado atribuído internamente ao processamento da informação inicial. Isto mesmo foi descrito como uma máquina com capacidades extraordinárias. Mas a razão de ser do espanto está apenas em se comparar o sistema psíquico de humanos a máquinas lógicas. As sequências psíquicas de humanos são séries contingentes formadas para responder a informação que chega de forma grosseira e é processada de forma grosseira e cuja matéria são sinais.

O que podemos imaginar como situado dentro de todas essas inúmeras séries sequenciais é um articulador de sequências, um feixe ou unidade de

direção operatória potenciado de uma determinada maneira, como se referiu atrás a propósito da autocatálise químico-biológica de S. Kauffman. As considerações sobre a diferença entre o plano da consciência e o plano físico, funcional ou estruturalmente considerado, levaram D. Chalmers a identificar um *explanatory gap* (Chalmers 1996: 105) entre os fenómenos da consciência e o mundo tal como é explicado pela ciência segundo o modelo da causalidade física. Assim, é a existência do *gap* que requer a introdução de princípios de ligação extraordinários, portanto não imanentes, entre os planos físico e consciente. A noção de emergência aplica-se ao efeito de ligação (segundo *bridging principles*) que então se tem de formar entre fenómenos de campos distintos do ponto de vista ontológico, como o domínio físico de existência e a consciência. É então que se podem referir novos “factos brutos” a respeito da vida psíquica consciente emergente das conexões causais presentes na realidade física. Estes novos factos podem assim reconhecer-se como emergentes, no sentido em que são supervenientes relativamente à causalidade física, no sentido forte do termo superveniência.

Alegadamente destruída a possibilidade de múltipla instanciação e de redutibilidade funcional da personalidade da consciência, pretendia D. Chalmers manter a dimensão física da consciência, porém como “base” (*physical basis of consciousness*) da vida psíquica. Esta noção de “base”, decorrente de visões típicas do séc. XIX, já inicialmente referidas, parece-nos, aqui, especialmente desajustada.

O que D. Chalmers recusa ao apreciar criticamente as obras de B. Baars e de D. Dennett é que seja suficiente dar uma razão para estados mentais a partir do não-mental, uma vez que os estados mentais são sempre acompanhados de consciência. Assim se cria a impressão de que, além desses estados, há o predicado da consciência, para o qual não foi ainda encontrada uma explicação.

As teorias neurobiológicas oferecem o mesmo panorama (Chalmers 1996: 115 e ss.), ao sugerirem correlações entre a dimensão neurobiológica e os estados mentais sem darem uma resposta ao problema de saber por que razão de processos neurofisiológicos resulta a consciência associada a estados mentais. Decorre a conclusão de que as “questões duras” ficam sem resposta e que a consciência permanece um mistério.

A sua proposta de saída destas perplexidades é a defesa de um dualismo de propriedades.

Segundo este, a consciência é uma propriedade que se desenvolve no mundo, mas que não é redutível a propriedades conhecidas desse mundo. O dualismo das propriedades é um modo de se esquivar a um dualismo completo das substâncias, de inspiração tipicamente cartesiana. Não é um dualismo de propriedades “fraco”, mas “forte”, pois assume a diferença qualitativa entre propriedades do mundo físico e a propriedade do ser da consciência (Chalmers 1996: 125).

A noção de propriedade tal como é usada por D. Chalmers é semelhante à que se encontra em outros autores quando usam a expressão “propriedades emergentes” nas teorias sobre auto-organização de sistemas biológicos. Há, contudo, diferenças, na medida em que o “dualismo naturalista” do autor pretende que a propriedade do ser consciente não é só uma expressão improvável de um nível básico de realidade, mas algo de novo.

Ainda assim, a noção é pouco clara. Haveria que manter um naturalismo de fundo, monista em última análise, a indicar que não se criou uma substância diferente do mundo natural ao falar-se em propriedade nova. Na medida em que o físico permanece sempre logicamente distinto do psicológico no plano das “propriedades”, não se vê bem o que distingue esta posição do conceito cartesiano de atributo das substâncias e da diferenciação das duas substâncias mediante os seus dois atributos – o pensamento e a extensão.

A defesa do dualismo das propriedades por este autor é uma oportunidade perdida para tentar perceber que enlace interno pode haver entre a informação neuronal e o sentido psíquico consciente que não caia, justamente, em dualizações.

No nosso ponto de vista, a imprecisão dos dualismos envergonhados está simplesmente em não assumir a clausura operatória dos múltiplos sistemas. Há autonomia biológica porque tal deriva descritivamente da necessidade de dar conta da “clausura funcional” nos sistemas biológicos que adquirem auto-organização suficiente e capaz. Há autonomia psíquica porque isso decorre da autorreferência de sequências da consciência, expressas como sequências individuadas, pessoais, e capazes de articulação duradoura, numa aceção não-lógica.

O que se tem de descobrir é como é que alguns destes sistemas se alimentam parasitariamente de dimensões e elementos uns dos outros sem que isso sacrifique a autonomia funcional, a autorreferência de operações e a existência de centros de direção.

Gerald M. Edelman escreveu vários livros (como *Second Nature - Brain Science and Human Knowledge* 2006) dedicados à divulgação da neurociência de inspiração biológica, cuja principal preocupação era dar uma resposta ao enigma da transformação do que se podia registar no campo da atividade neuronal na consciência e nos *qualia* da vida psíquica. Na sua proposta de Darwinismo neuronal são passados em revista os grandes temas das neurociências, desde condições de ativação sináptica, conectividade neuronal, localizações cerebrais e química neurológica para averiguar se eram viáveis os modelos computacionais conhecidos sobre o cérebro e se os mesmos podiam continuar a ser mobilizados para compreender a relação entre os processos superiores do neo-córtex, *qualia* psicológicos e atividade motora.

G. Edelman considera que muitas das extrapolações das neurociências se fundaram na ilusão do isolamento cortical do cérebro em relação ao eixo córtico-talâmico, envolvendo processos e maior complexidade, mas também mais próximo do que é necessário ter em conta quando avaliamos as interações dos organismos com os seus meios-ambientes sensório-motores (Edelman 2006: 102-103).

A sua recusa de um modelo computacional do cérebro pretende mostrar como a atividade neuronal é altamente individuada, integrada no que se refere à articulação local-global e essencialmente um tema de biologia e não de lógica ou de relógios (Edelman 2006: 21). Contudo, não se esclarece por completo se a rejeição dos modelos computacionais afeta a possibilidade de representar certas ligações neuronais do ponto de vista algorítmico, o que pode ser muito conveniente e não contraditório com a admissão do carácter biológico do sistema em questão.

De um modo mais positivo e sem reservas, G. Edelman refere o conceito de sinal como estrutura de ligação entre o cérebro e o lado exterior dos nichos ecológicos dos organismos (Edelman 2006: 24-25). Em consequência da rejeição da visão computacional o programa do Darwinismo neuronal propõe, entre outras coisas, a substituição do conceito de instruções neuronais por seleções neuronais, o que parece mais adequado para lidar com a complexidade biológica do sistema em questão.

A comparação das operações cerebrais com o sistema imunitário seria também estimulante para caracterizar a escala seletiva em que os neurónios operam quando disparam ou recebem informação de outros, levando a ver o cérebro como “sistema seletivo”.

O importante nas ideias de G. Edelman, para o nosso ponto de vista, está nas duas outras teses que complementam a da seletividade neuronal.

A primeira diz respeito ao facto de a seletividade se exprimir em sinais e na mudança na emissão ou receção de sinais na transmissão sináptica.



A segunda é a tese da reentrada (*reentry*) de certos sinais de circuitos neuronais, que ilustra a flexibilidade bidirecional de certos tipos de relações neuronais (Edelman 28-30), com vista a realizar um conjunto vasto de discriminações perceptivas em que a seletividade do cérebro se aperfeiçoa e desenvolve. Com os fenómenos de reentrada G. Edelman tem em conta, sobretudo, o que ocorre nas trocas neuronais do que designa por núcleo talâmico-cortical (Edelman 2006: 144).

Os *qualia* da vida psíquica surgem como resultantes finais da interação neuronal dos neurónios do núcleo cerebral do tálamo e do córtex e estão por um lado dependentes da diferença entre factos de consciência pré-reflexivos e reflexivos (*high-order consciousness*) e, ainda, das conexões simbólicas das vivências psíquicas.

A construção sistemática do nosso autor assenta na distinção entre o que chama dois tipos de pensamento - reconhecimento e produção de padrões e pensamento lógico (Edelman 2006: 103).

Há ainda muito trabalho a desenvolver para identificar e descrever os fenómenos semióticos da padronização e os diferentes enlaçamentos com o pensamento lógico. Tipos de padronização podem ser os já conhecidos da *Gestalttheorie*, a organização serial de palavras e, de efeitos massivos na reprodução da ordem sociocultural, as classificações.

G. Edelman propõe uma epistemologia naturalizada com base em Willard O. Quine e em Jean Piaget, no sentido de representar o conhecimento essencialmente segundo o princípio da organização seletiva da experiência humana (Edelman 2006: 47-52). Diferentemente de W. Quine ou J. Piaget, considera que se deve ir na direção de uma epistemologia baseada no cérebro e na seleção cerebral.

É precisamente aqui que o neurofisiólogo extrai do que considera o seu Darwinismo neuronal a tese de que o cérebro não evoluiu para produzir conhecimento, segundo um desígnio natural: (...) *the brain, as a*

*fundamental structure for elaboration of knowledge, was not designed for knowledge* (Edelman 2006: 54).

A evolução não dá instruções, tal a conclusão seguinte da sua ideia. É uma noção-guia da sua obra que se pode traduzir negativamente na tese de que a seletividade não pode ser entendida como uma preceptiva. A perspetiva sobre seletividade é epigenética, o que para o autor quer dizer que os organismos na sua individualidade estão expostos aos sinais do corpo e dos nichos ecológicos e é nesta articulação que pode ter lugar a seletividade em sentido biológico e evolutivo. Os mapas do cérebro e a construção das conexões sinápticas acompanham a seletividade ambiental traduzida nos sinais respetivos (Edelman 2006: 56). Daqui decorre que *being selectional systems, brains operate prima facie not by logic but rather by pattern recognition* (Edelman 2006: 58). No lugar do que se chama habitualmente cálculo lógico prefere o autor colocar mecanismos associativos.

Contudo, há na sua tese indecisões.

Quando se diz que o cérebro é um sistema de reconhecimento de padrões parece-nos muito próximo de uma descrição de um sistema cuja estrutura assenta em sinais e nas respetivas sequências nos moldes do endereçamento. Portanto, neste ponto particular, a sua intuição pode ser um incentivo a uma modelização semiótica das transações neuronais e entre as redes neuronais e a consciência.

Ora, o que se pretende com o afastamento da “lógica”? Naquela afirmação podem alojar-se muitos equívocos consoante o que se entenda por “lógico”. Se por lógico se entende computação massiva com base em funtores lógico-proposicionais parece-nos evidente a sua inadequação para retratar um sistema biológico como o sistema nervoso. Este é, aliás, um vício da representação lógico-cognitiva redutora da neurofisiologia do córtex cerebral.

Na medida em que se pode falar em regularidades na formação de padrões, e não há padrões sem regularidade, há pelo menos regularidades que podem ser identificadas. Operando com base em emissão e reconhecimento de sinais de suporte eletroquímico deve falar-se em condicionalidade recíproca adquirida nas sequências sinápticas sinalizadoras. A bicondicionalidade presente nos disparos sinápticos entre pontos emissores e recetores é um análogo da estruturação lógica ou pode ser nesta representada. Deve respeitar-se, a propósito dos modelos lógicos, a distância que vai entre o modelo e o que o modelo afigura dos eventos reais.

Saber se há mais mecanismos nas transações sinápticas que se podem afigurar em modelos notoriamente computacionais subordinados a regras lógicas e a operações com funtores, indo além da bicondicionalidade, só pode avaliar-se nos casos concretos da geração de padrões. Para nós, o importante é que será sempre a padronização e a forma de sinal embutida na bicondicionalidade pré- e pós-sináptica que dão o ponto de apoio a tais testes, o que é uma confirmação de que a estrutura e funções do sinal são pressupostos obrigatórios quer se enverede por uma modelização computacional de certos padrões ou por uma descrição biológica.

Assim nos vamos aproximando do que pode entender-se por enlace interno que pode haver entre a informação neuronal e o sentido psíquico consciente, que atrás se considerou ausente da tese do dualismo de propriedades.

Já se referiu que uma das modalidades assumidas pela projeção e receção de sinais não intencionais é a padronização. Vários estudiosos de neurofisiologia indicaram como propriedade de certos disparos e conectividades neuronais a formação de padrões eletroquímicos. Estes são mesmo tomados como referências diretas nas técnicas da estimulação elétrica do córtex para alterar os potenciais de ação neuronais.

Ora, um dos pontos articuladores da emergência pode ser o da padronização. Foi por aqui que James P. Crutchfield, num artigo para o coletivo de M. A. Bedau e P. Humphreys sobre a Emergência, começou uma análise convincente de fenómenos emergenciais.

Na padronização destacou essencialmente três características: coerência na relação dos elementos, auto-organização e emergência (Crutchfield 2008: 270).

À luz de alguns exemplos, concluiu que muitos dos padrões que nos cercam só podem ser tidos como padrões na medida em que exista a seu respeito uma clara estipulação, em que participa o *self* de um observador. Concluimos nós que nisto se presume a ideia de que a padronização atua como um sinal ou conjunto de sinais, pois não só o padrão é um sinal como só como sinal para algum observador é que o padrão se pode considerar estipulado como tal.

O interessante dos padrões é que eles se podem tornar reflexivos para o próprio sistema em que ocorrem e este último pode “capitalizar” o seu próprio desenvolvimento com base na reentrada dos padrões. A isto chama o teórico “emergência intrínseca” (Crutchfield 2008: 272).

Este tipo de emergência em vez de colocar o observador do lado de fora do sistema inclui-o no seu lado interior. A internalização da observação deve ser escrutinada com base na identificação dos padrões ou modelos com que esse observador opera para desenvolver o sistema a partir de elementos do próprio sistema e a partir de outros que são gerados pela sua auto-observação.

Quando J. P. Crutchfield considera que um dos temas importantes da modelização na emergência intrínseca é o de saber como é que um sistema, definido como uma unidade em que há comportamentos dos seus componentes sujeitos a variações, distingue entre ordem (regularidade) e variação, informação e ruído para poder processar os seus passos internos

seguintes, atinge precisamente o ponto que devia atingir, pois esta diferença só pode ser resolvida numa teoria dos sinais involuntários intrassistémicos, potencialmente padronizantes, que complemente a abordagem estritamente estatística da teoria clássica da informação. Quer dizer que os modelos de observação interior dos sistemas com emergência intrínseca se têm de regular por mecanismos de sinalização reflexiva dos padrões identificados pelos elementos do próprio sistema para processar os momentos seguintes desse mesmo sistema e que é nesses mecanismos que a computação da ordem e da variação pode ter lugar.

O autor lembra a importância que tem a memória na definição do que caracteriza a capacidade do sistema para refletir sobre a padronização. Considera, por outro lado, e esta confissão é precisamente, também, muito significativa, que a Física tal como a conhecemos não possui instrumentos adequados para tratar o problema da percepção e quantificação dos valores do acaso e da ordem em sistemas complexos e dinâmicos.

O contributo talvez mais indiscutível, e creio que aceite pela generalidade, está na sua caracterização das dimensões fundamentais de um “cálculo da emergência”. Essas dimensões são isoladas como “i) uma teoria dos sistemas dinâmicos que integre o tempo e a aquisição de estruturas (“estruturas geométricas”) pelos sistemas ao longo do tempo; ii) as noções de mecanismo e estrutura da teoria da computação; iii) inferência indutiva para servir de contexto estatístico da deteção de novidade” (Crutchfield 2008: 278).

O seu esquema de cinco níveis de processamento interno da informação para o observador interno é um esquema de um emergencialismo gradual intrínseco de formação de modelos cognitivos a partir de padrões iniciais.

Os cinco níveis vão desde o sistema no seu dinamismo comportamental, ou seja, temporalmente modulado, a verificação da modelização desse comportamento, a existência de um observador que deteta regularidades e

“constrói um modelo baseado em conhecimento prévio”, uma coleção de agentes que interagem e se relacionam com o seu meio ambiente e cientistas que criam universos artificiais que fazem modelos das estruturas emergentes desses sistemas dinâmicos.

J. P. Crutchfield concluiu que o modelo da emergência intrínseca é o único verdadeiramente “emergencial” pelo facto de ser imanente, sendo que todos os outros implicam um regresso ao infinito de observadores externos que vão registando padronização sucessivamente (Crutchfield 2008: 279), sem se mostrarem afetados por ela.

No que se refere à articulação dos planos neuronal e psíquico, para esta imanência da “emergência intrínseca” ser realista, e não ficar restringida a um modelo mecânico no qual por vezes o inventor da expressão a parece querer conter, ela tem de se desenrolar no plano daquilo que cria o equivalente à reflexibilidade intrassistémica, quer dizer, mais uma vez, na estrutura de sinal que liga os elementos sinalizadores e o para quem do sinal, no endereçamento, no meio ambiente interno do sistema ou na fronteira intersistémica.

Adicionalmente, para compreender os estados mentais formados com os padrões neuronais tem de se perceber o que ocorre na transdução dos sinais neuronais nos sinais psíquicos, na processão intersistémica, sendo que é assim que se desenrola a “emergência intrínseca” do psíquico a partir do neuronal. Aqui, uma dificuldade poderá estar, como já se disse, no abuso da terminologia causal, que imagina primeiro sinais neuronais seguidos de estados mentais, à imagem do diagrama causal (antes-depois/causa-efeito). O vocabulário emergencial não prevenido a respeito das inconveniências da causalidade pode, também, ser insuficiente.

Em vez disso, a semiocausalidade tem óbvias vantagens, pois permite representar fenómenos de parasitagem intersistémica e de mutação de

sinais devida à parasitagem, justamente como uma “emergência intrínseca” semiótica.

Os sistemas psíquicos respondem a sinais de dois meios-ambientes, extracerebral e neuronal-mental, e não só de um. Daqui tem de decorrer autonomia operatória para processar informação que possa ser operacional em ambos. De onde resulta a impressão de uma barreira na sequência causal da região neuronal para o campo da consciência e as quebras de transitividade causal quando se referem qualidades da consciência, como estados de espírito descritos na primeira pessoa.

Pode ter de se eliminar a emergência para dar conta da autonomia circular de elementos de sistemas psíquicos em resposta a pressões de um meio ambiente externo, distinto do meio ambiente neuronal-mental. As respostas psíquicas às demandas do meio ambiente extracerebral são condicionadas pela estrutura dos sinais psicológicos e pela complexidade das suas remissões.

A questão da autonomia operatória em sistemas abre-se para o problema da unidade do sistema e para o tema da reflexão da unidade. A Psicologia e as teorias filosóficas referiram aqui o *self*.

O *self* pode entender-se na aceção de personalidade e a seu respeito tentar saber se possui um alcance ontológico ou apenas funcional. Se uma Ontologia do *self* parece irrealizável sem um procedimento dogmático, resta averiguar que funções se atribuem a um *self*.

Se pudermos identificar estas funções podemos atribuir *self* a animais e à matéria, tal como, evidentemente, a homens.

No entanto, abrir a identificação do *self* desta forma equivale a uma amplificação ontológica, que não o restringe a uma unidade do sentido psíquico. É nesta abertura que, numa primeira aproximação, se retém dele a nota da unidade reflexiva.

Se a amplificação ontológica do conceito de *self* mostra como opera a unidade da reflexão em sistemas, não se pode permitir que, com base nesse alargamento, se afirme que se podem reduzir processos mentais ou psicológicos a acontecimentos físicos de uma máquina ou de animais. São planos diferentes.

A simulação do *self* mental num mecanismo é uma possibilidade graças ao princípio da múltipla realização, que é indiscutível. Mas outro tema é o da redução *real* do psicológico ao físico, no que diz respeito ao significado das operações realizadas. Pode, quando muito, afirmar-se que a consciência e o *self* em sentido propriamente psicológico são um tipo especial de máquina, invertendo-se a direção da analogia. Não há aqui qualquer tipo de objeção. Só que o tipo de máquina reflexiva geradora de uma unidade da reflexão que a consciência e o *self* psicológicos concretizam não coincide no significado das suas operações internas com as operações de uma máquina artificial, construída para simular elementos e acontecimentos mentais.

Uma assimetria semelhante à que se encontra entre elementos e eventos psíquicos e elementos e eventos artificiais verifica-se entre o que se desenrola entre um *ego* e um *alter* humanos em geral, uma vez admitido que a consciência psicológica é de um tipo irreduzivelmente pessoal e, por isso, é dotada de atribuição de sentido não repetível.

Seria também cair numa conclusão não dedutível do precedente a afirmação de que a consciência e o *self* psicológicos são milagres, eventualmente explicáveis nos mistérios da Criação.

O filósofo E. Jonathan Lowe sustentou que o carácter de “meu” aplicado aos sistemas em que se simula a consciência psicológica pode até certo grau ser ele mesmo simulado (Lowe 2010: 129), mas daqui não se pode concluir que os elementos e eventos dessa simulação são psicológicos e coincidem com o “meu” eu psicológico, quando alguém afirma que estes são “os meus pensamentos”. Na realidade, em todo o rigor, a tese do pluralismo da



instanciação do *self* acaba por militar a favor da clausura dos sistemas psíquicos, como esse tipo especial de máquina a que se chama consciência e onde se identifica um eu particular, como responsável pela representação da unidade reflexiva. Nada disto põe em causa a legitimidade da simulação da consciência. Não pode é dizer-se que, tendo simulado, se conseguiu reduzir o psicológico ao artificial, pois com a palavra redução só se teria entrado num jogo de palavras estéril.

É justamente o carácter de “meu” dos eventos psicológicos que os torna psicologicamente fechados, como serão fechadas todas as eventuais instâncias em que “meus” pensamentos e “minhas” ações se traduzam artificialmente. Ter concluído que o “meu” se pode exemplificar num tipo especial de máquina é dizer que o “meu” psicológico é outro tipo especial de máquina, ou sistema, tão fechado quanto o anterior em que se fará a simulação. Nada mais se disse para além disto.

A ontologia do eu e do meu, se quer falar-se aqui em ser, refere-se aos meus atos de consciência. Que outro tipo de ser podia estar em causa aqui? Termos como ser, existência, ontologia nada acrescentam à questão da singularidade do eu psicológico, quando este se identificou na sua relação para com as operações que representa pela função da unidade reflexiva.

Por conseguinte, não levará muito longe o inquérito que procura a localização ontológica do *self*, na matéria, no cérebro, nos disparos neuronais, no corpo-próprio, na interioridade, etc.

Uma teoria do *self* tem de o recolocar no quadro da estrutura de endereçamento típica da estrutura de sinal. Se o fizermos, tornar-se-á mais claro que o centro de coordenação funcional que é a pessoa psicológica se forma gradualmente em resposta à solicitação de um a quem se destinam sinais neuropsíquicos.

O *self* emergirá como um destinatário das sequências neuropsíquicas.

É aquele a quem estas pedem uma chave interpretativa e de integração. Com base nesta nova fórmula se desvanecem muitos mistérios das teorias filosóficas do passado sobre a identidade e permanência do eu. Não se ganha nenhuma entidade nova, mas também não desaparece simplesmente a função articuladora, que normalmente ligamos à noção de personalidade. A pessoa psicológica é, simplesmente, um destinatário emergente de sinais neuropsíquicos.

Que se trata de um *self* único, em cada caso psicologicamente avaliado, deve parecer evidente, pois as condições de formação de hábitos e atitudes que provêm desde os disparos neuronais e da situação geral orgânica não são reprodutíveis e formam configurações histórico-biográficas singulares com atribuição de sentido irrepetível.

## 1. 2. 4. Reflexão e Estruturas Cognitivas

Entre as propostas já referidas de descrição teórica da relação entre neurofisiologia do cérebro humano, especialmente talâmico-cortical, e os estados mentais conscientes, encontra-se a de G. Edelman. Viu-se que o seu Darwinismo neuronal recusa o entendimento do cérebro humano como um implemento evolutivo formado para produzir conhecimento. A formulação é, concretamente, a de que *o cérebro é fundamental para a elaboração do conhecimento, mas não foi produzido para essa finalidade* (Edelman 2006: 54).

Outras formulações igualmente favorecidas pela inspiração em C. Darwin vão em sentido diferente e apostam, de um modo mais notório, na tese de que a evolução das conexões neuropsíquicas obedece a um *design* cognitivo.

Daniel Dennett, nos seus modelos teóricos sobre a mente, Bernard Baars, com a “Global Workspace Theory”, são proponentes de descrições teóricas do corredor neuropsíquico, em que a meta cognitiva do sistema psíquico está suposta e em que há um *design*. O fim último dos acontecimentos no arco neuropsíquico é a cognição.

Ao professar um rigoroso monismo sobre o “mind-body problem” mobilizou D. Dennett o seu modelo de estruturação alternativa de caminhos ou “Multiple Drafts Model”, como uma modalidade de PDP para a consciência, entendida de um ponto de vista essencialmente cognitivo. No seu *Consciousness Explained* era dado algum relevo à analogia, presente na Filosofia Moderna em muitos autores, entre a consciência e um espetáculo teatral. Tal como acontece nos modelos cognitivos de B. Baars, das várias ocorrências históricas da analogia é retida por D. Dennett a que permite representar um alegado “modelo do Teatro Cartesiano”, em que a consciência é comparada a uma relação entre atuações num palco e

espectador. Neste espetáculo desfilam perante o eu diversas imagens, o espectador é tomado como isolado da cena e como fonte, não objetivada, do ver. Em contraste com esta maneira de conceber a consciência está a proposta de um modelo narrativo, em que a distinção entre aparência-realidade já não parte dos supostos cartesianos e em que as condições neuronais em que a cognição se forma parece ser o dado mais importante a ter em conta, assim se pretendendo vencer o dualismo alma-corpo.

A mente é concebida como um editor de estados conscientes, que continuamente realiza interpretações sobre esses estados e os orienta de modo narrativo.

Sobre a faceta cognitiva, em sentido restrito, da orientação narrativa do material psíquico a tese não oferece desvantagens. Porém, D. Dennett imagina no corredor neuropsíquico qualquer coisa de equivalente a um processo seletivo darwinista *real* em que se acabam por afirmar aquelas representações mais aptas para virem à boca de cena, não só no prisma psicológico-cognitivo, restrito, como neuropsicológico, mais amplo.

Vista de um ponto de vista rigoroso, a tese de um darwinismo *real* de luta do mais apto tem consequências desastrosas, por não se usar de um critério epistemológico diferenciador de predicados estipulativos de uma teoria frente ao comportamento *real* de variáveis neuropsicológicas.

Além disso, a versão cognitivista da estruturação da consciência envia a fonte motora da atenção da consciência. Isto mesmo é referido por G. Edelman, mas na continuação de temas da Psicologia de finais do século XIX e da obra de H. Bergson. Se não for tido em conta o campo articulador sensório-motor, o terreno completo háptico-visual, não só não se compreende como se origina o foco atencional como também se perdem os nexos estruturantes, aferente-eferente, entre o psicológico e o neuronal, pondo assim em risco as boas intenções do monismo naturalista. Ora, no campo sensório-motor não há qualquer luta do mais apto, no sentido

puramente cognitivo, e os processos conscientes misturam-se com os inconscientes, sendo que a noção do atual na consciência só pode ser formada retrospectivamente e com base na informação limitada que emerge de um tal campo articulador.

As Ciências Cognitivas podem encontrar a sua legitimidade na imaginação de um “monismo” materialista ou naturalista, segundo perspectivas em que a Psicologia não se isolaria das demais Ciências da Natureza.

É natural que as Ciências Cognitivas “monistas”, que assim tinham ficado de consciência tranquila, se incomodem tanto com o antepassado S. Freud, esse outro admirador de C. Darwin, e o seu inconsciente.

Se as estruturas cognitivas têm de ser mencionadas a propósito da discussão da literatura emergencial é porque a cognição representa uma dimensão da clausura sistémica. É a respeito desta última que ela tem de se situar, nomeadamente quando se trata de sistemas psíquicos e de clausura psíquica. O desafio está em uma teoria do pluralismo sistémico, que não tenha de recuperar, a cada passo, as dicotomias das teorias do conhecimento herdadas da modernidade, de muito pouco interesse numa pesquisa operatória dos sistemas e, ao mesmo tempo, possa identificar e descrever condições evolutivas específicas do domínio sistémico de referência sem ter de se expor às dificuldades e inanidade de um evolucionismo global.

Conhecer é formar representações que garantem previsibilidade na transição entre estados. De um ponto de vista operatório, é uma tal garantia de previsibilidade que permite identificar estruturas cognitivas em sistemas. Representações em sentido cognitivo são sempre sinais que orientam a dinâmica dos sistemas para os seus momentos seguintes. Na medida em que falamos em cognição, em sistemas psíquicos, a noção de representação-sinal assume evidentes contornos mentais e foi nessa

medida que a palavra representação adquiriu as repercussões semânticas, que hoje lhe reconhecemos.

Evidentemente, o conhecimento pode revestir-se de formas teóricas completas e isso na medida em que os níveis reflexivos das representações-sinal se retomam e ganham uma progressiva autonomia em relação ao dinamismo de base do sistema. Tendo em conta que os sistemas psíquicos adquiriram, entre todos, o estatuto de referência da consciência é normalmente em redor de estados mentais e suas retomadas reflexivas, que se concebem as formas teóricas do conhecimento que, uma vez estabilizadas, servem para definir todo o conhecimento.

Porém, se é certo que o conhecimento que se localiza no funcionamento dinâmico dos sistemas psíquicos foi aquele que adquiriu um significado reflexivo e teórico mais evidente, não se pode deixar de admitir formas cognitivas fora da instanciação psíquica. O reconhecimento de análogos da cognição psíquica fora de sistemas psíquicos tem, aliás, a maior importância na nossa proposta teórica e, por isso, nele insistiremos.

Em consequência, não só é limitador reduzir as vivências psíquicas a correlatos cognitivos como é inadequado reservar exclusivamente as estruturas cognitivas aos sistemas psíquicos.

A vantagem do nosso modo de ver está, antes de tudo, em que ao formular a múltipla instanciação de máquinas cognitivas traduz concretamente por que motivo o sistema psíquico recorre a elementos de processamento cognitivo como símbolos linguísticos ou matemáticos, juízos ou diagramas. Estes elementos podem ser apropriados por outros sistemas não-psíquicos, como sistemas sociais, ou por estes dispensados sem que a cognição deixe de ocorrer com outros elementos e meios próprios.

Existem, portanto, máquinas cognitivas que não articulam proposições e não dependem de um cálculo proposicional ou lógico no sentido habitual. Nesta medida, não estão associadas ao que se vai chamar avaliação lógica

da cognição, como acontece na cognição associada à consciência nos sistemas psíquicos.

Nos sistemas sociais vemos organizar-se aprendizagem e, por conseguinte, identificamos cognição que, muito embora mantenha nexos parasitários com proposições da linguagem natural, não se pode considerar cognição submetida a avaliação lógica. Se os fenómenos de aprendizagem podem ser identificados em vários sistemas para além dos sistemas psíquicos e sociais, isso quer para nós dizer que nesses domínios, em graus variáveis de estruturação interna, ocorre cognição.

A cognição associada a avaliação lógica é um setor particular da cognição, essencialmente voltado para a validação de teorias. Nesta medida, é falta de clareza confundir o que são exigências lógicas sobre condições de formulação proposicional de teorias com a autorregulação cognitiva das operações dos sistemas e, por exemplo, em consequência disso, imaginar que nestes há uma racionalidade lógica a atuar.

A tradição filosófica fomentou na Epistemologia a ideia da exclusiva instanciação proposicional da cognição. A Lógica formal como conjunto de regras da validade do conhecimento formulado em proposições podia assim assumir o papel de avaliador universal de máquinas cognitivas. Como se disse, trata-se de uma generalização abusiva que advoga a viabilidade de avaliação lógica para as operações cognitivas muito vastas em sistemas que não são baseados em linguagem natural nem em símbolos formalizados a partir da linguagem natural.

## 2. Formação de objetos e consciência de objeto

### 2. 1. Na corrente sensório-motora

Há na noção de que a vida consciente começa na sensação uma parte inequívoca de verdade, se por sensação compreendermos o conjunto de traços psíquicos da atividade sensório-motora dos organismos e do organismo humano em especial. As consequências deste ponto de partida nas teorias sobre a “alma tábua rasa” serão já muito menos adequadas.

Na gênese concreta da sensação que acompanha a atividade sensório-motora, os animais e a espécie humana em especial obedecem aos imperativos da motilidade do sentido neuropsíquico. Estes são mais complexos do que se possa imaginar numa primeira impressão e formam, por si próprios, a razão de ser do estar orientado da consciência, mesmo se não existissem objetos físicos de um mundo externo, tal como os conhecemos, e se a vida psíquica não estivesse articulada com a sua própria tecnologia cognitiva.

Se concebêssemos uma consciência ligada a um cérebro estimulado, mas sem informação sobre a configuração empírica do mundo externo, teríamos ainda de a conceber como uma realidade dinâmica orientada para os seus momentos seguintes, mas a que nenhum padrão se conseguia ligar de um modo consistente. É na verdade esta orientação para o posterior que configura o que pode ser reconhecido e dito sobre a realidade da consciência. Acrescente-se que esse dinamismo interior se dá habitualmente entre limites que são os que se reconhecem segundo diferenças na estimulação neurosensorial.

O efeito de *framing* perceptivo combinado com o movimento tem uma tradução psíquica de grande alcance. A unidade orgânica percebe sempre para o momento seguinte do que lhe é imposto pela mudança de *frame* na



relação com o meio ambiente sensorial. Não é possível conceber um sistema psíquico na sua orientação consciente para percepções sem este estar-para-o-momento-seguinte do encadeamento neurosensorial.

Se o sistema psíquico vem disparado das fontes neurofisiológicas a sequência psíquica pode comparar-se a uma modificação de estados do sistema psíquico, desde um estado inicial de disparo efetivo a um estado projetado e a um estado refletido.

*Disparo -> Estado projetado -> Estado refletido*

Entre os dois últimos estados forma-se uma relação íntima, explicada pelo facto de em estados de consciência não haver acesso aos resultados psíquicos da projeção sem a reflexão. O modo como a reflexão fornece a chave do estado projetado pode chamar-se, com alguma razão, ob-jecto do sentido psíquico. Este é o produto final do trabalho psíquico. O estado refletido representa na sequência o valor que a própria sequência adquire para o sistema e pertence, em termos semióticos muito genéricos, ao nível dos interpretantes da sequência R-O-I. É também com base nos estados reflexivos que a consciência se pode reportar a ela mesma como portadora de uma história do seu próprio sentido.

Mas este ob-jecto psíquico particular não é ainda o ob-jecto da tradição gnosiológica. Este último depende das formações judicativas tal como se estruturam na dependência da ordem sintática das línguas naturais ou formais.

No que importa agora sublinhar, um sistema psíquico sem propulsão, estático, é uma contradição nos termos. Não só não existe nenhum olho estacionário nem órgãos sensoriais imóveis, como o facto de nos movermos, no sentido comum desta noção, transmuta a posição do interior e do exterior na visão, no tato, audição, etc., e os ângulos que serviram para a padronização neurosensorial giram em redor do eixo do corpo movente.

Esta ideia é menos intuitiva do que a anterior, que afirma que só há consciência porque um ato consciente está voltado para o posterior numa constante propulsão, como a que se prolonga do estado inicial para o estado projetado do sistema.

Ao se mover o olho projeta no que vê a posição em que vê. Esta, porém, não está fora da visão, mas faz parte dela. O que se verá no posterior da sequência visual será função do projetado anteriormente e da sua estrutura posicional com os seus pontos cegos. Quer dizer que a atividade sensório-motora traz consigo uma memória da distinção entre auto-/heterorreferência que está sujeita a uma constante reorganização polarizada pelo eixo corporal.

A projeção do *como se vê* está assim incluída na formação do *que é visto* não tanto de um ponto de vista estacionário, como *coisa* percebida, mas enquanto se faz sentir no posterior da deslocação sensório-motora. No posterior, a modulação da diferença do exterior e do interior, quer dizer, a sua compenetração, é prosseguida e só na medida em que ela se consolida é que pode ter lugar a apreensão psíquica dos atos de consciência, por exemplo na rememoração. A memória é já a ligação do estado projetado no estado refletido.

Um panorama revivido conscientemente é agora o interior de um interior-exterior que emerge como efeito de um trabalho psíquico de inúmeras remissões internas. Se ao invés de propulsão para o posterior os sistemas psíquicos fossem estáticos e diretamente referidos a “objetos” ou coisas, pensar qualquer coisa era pensar sempre o mesmo da mesma maneira e, portanto, o trabalho da memória e da imaginação seria inexplicável. O que sustento é que os sistemas psíquicos estão originalmente lançados para os seus estados seguintes e não há maneira de situar o sentido do que uma coisa é para eles sem referir o modo como essa coisa é retomada, sob mutações, na corrente psíquica. Ora, a retomada de algo na corrente

psíquica envolve o sentido, mutável, retido nessa corrente sobre esse algo particular.

É a isto que chamo a modulação da auto- e da heterorreferência psíquicas. Há em tal modulação um exercício da memória desconhecido nas descrições tradicionais sobre o seu papel psíquico. Este exercício é o que torna possível a relação entre estado refletido e estado projetado.

Veremos mais adiante o quadro mais completo do significado psíquico da memória.

O papel da memória não é conservar traços das coisas, mas propor o quadro de modulação da auto- e heterorreferência do estado do sistema psíquico e disponibilizá-lo para os estados seguintes do sistema. A memória não é um *stock*, mas a condição do estado seguinte no anterior. Isto significa que a própria memória depende do posterior e da progressão concreta do sentido psíquico para este posterior. A comprovação de que mudamos as nossas memórias explica-se nesta abertura do quadro de modulação auto- e heterorreferencial da consciência para o ulterior processamento de sentido psíquico. Quer dizer que o *como* autorreferencial modifica sempre o *quê* heterorreferencial, no momento seguinte, e que ambos se encontram desde o início em convergência instável, embora num quadro. O interesse psíquico da memória está em tornar possível a gênese psíquica da consciência de objetos num molde suficientemente plástico para as retomadas do processamento da consciência nos estados refletidos do sistema psíquico. A rigidez seria aqui um obstáculo.

A nota da identidade que é habitualmente atribuída à constituição da objetividade, ao *quê*, emerge de um tal quadro. Esta ideia leva pressuposto que não seja possível descrever a identidade como o resultado de traços de coisas do mundo externo que se conservam em réplicas imagísticas na consciência. A discussão da nota da identidade impõe a apreciação do modo como nos sistemas psíquicos se criam denotações internas com recurso ao

quadro da memória. Mas valorizar este último é, de certo modo, pôr em risco o alcance das antigas noções sobre causalidade e poderes causais na relação com os objetos do conhecimento.

Das diversas possibilidades de geração de ligações válidas para a formação de conexões relativamente estáveis no mundo físico só um número muito reduzido se traduz em conexões objetiváveis para sistemas psíquicos do tipo do que temos vindo a descrever, em analogia com o que se conhece do sistema psíquico dos humanos.

Há, portanto, nexos relativamente estáveis nos sistemas físicos, no nível descritivo em que o observador físico se situa, sem poderes causais nos sistemas psíquicos.

A possibilidade em sentido físico não é a possibilidade em sentido psíquico e uma não se reproduz mediante a outra. Sistemas baseados no processamento de energia só evolutivamente se equilibraram com sistemas processadores de sentido. Fora desta copossibilidade evolutiva, que apenas se aplica em determinadas regiões do fluxo de energia e da motilidade do sentido psíquico-orgânico, não há nada no real que permita identificar uma tradução direta de energia em sentido psíquico ou do sentido em energia.

A representação antiga do mundo físico dependia exclusivamente dos nexos psíquicos e comunicativos que permitiam antecipar e aperceber as formas estáveis dos sistemas físicos, segundo o conceito de objeto dos sistemas psíquicos humanos e à luz da forma da proposição existencial declarativa. Sem o conhecimento da matéria-energia para além da informação sensorial limitada dos corpos naturais de humanos era de esperar que o que se entendia por possibilidade física estivesse garantido no que os sistemas psíquicos humanos apercebem como tal na sua encarnação sensorial.

As coordenadas simplicidade<->multiplicidade, realidade<->virtualidade, atualidade<->possibilidade e sucessão<->simultaneidade são dependentes dos sistemas de referência em que as observações estão incluídas. Tal tese

é uma consequência parcial da ciência moderna no seu processo de desacoplamento da forma sensorial dos sistemas psíquicos de humanos relativamente aos sistemas físicos baseados no processamento de energia. Creio que este aspeto não foi suficientemente escrutinado. Mas ele é importante para se perceber que aquelas coordenadas modais não dizem respeito a um sistema universal do real, antes dependem do modelo de observação e do sistema observado.

Com a evolução da Física moderna os sistemas físicos conheceram uma progressiva independência em relação ao tipo de observação da realidade externa característica do observador comum com o seu aparelho sensorial e, sobretudo, com o ajustamento entre sequências sensoriais e a comunicação mediante a linguagem predicativa.

A Física moderna não toma por real o que a frase predicativa alinhada com o conhecimento sensorial imediato capta do mundo e declara pela linguagem. Nesta medida, a Física não comprova o naturalismo de certos filósofos, embora também não o desminta. Mostra que o mundo da Física depende de uma estrutura descritiva artificial destinada a captar o real que não foi vocacionada para comunicar mediante frases a experiência sensorial de sistemas psíquicos humanos.

A este respeito, a matematização da natureza não representa apenas um avanço na precisão e rigor nas descrições dos fenómenos e nos registos das observações, mas é uma alteração profunda no modo de conceber a participação dos sistemas psíquicos humanos na elaboração das leis da natureza. As possibilidades da matéria e as coordenadas da observação física da realidade não estão alinhadas com as coordenadas similares da organização dos sistemas psíquicos humanos.

A percepção natural que foi tomada como molde do conhecimento do real não penetra assim na matéria ou na realidade física no seu todo, mas apenas naquelas dimensões que dão o suporte material dos nichos sensoriais da

espécie humana. Só na medida em que o resultado do conhecimento sensorial é comunicado em frases do tipo existencial declarativo a percepção natural pôde ser utilizada na História da Filosofia como um modelo de conhecimento do real. Na verdade, o que se chama percepção natural ou fenómenos da consciência natural não é outra coisa de diferente do molde linguístico-declarativo a que se sujeita a percepção. São apenas estas possibilidades da realidade física da matéria que se dão em íntima conexão com as faculdades sensoriais inatas da espécie e da comunicação linguística, mas não a matéria *em si*. As concepções físicas da Antiguidade, nomeadamente as que percorrem a *Física* de Aristóteles, entendem-se, neste contexto, como ideias sobre a realidade física da estrutura sensorial da espécie, como uma Física da percepção imediata dos sistemas psíquicos humanos. A Lógica aristotélica continua a Física ao mostrar como deve a linguagem ser disciplinada para comunicar a experiência sensorial dentro da mesma espécie.

Frente à Física e à Lógica do pensamento aristotélico e em confronto com as representações da matéria do mundo antigo, em geral, dispomos a forma da observação da Física matemática e a sua construção autónoma das coordenadas do sistema físico como um conhecimento diagramático e técnico sobre o real além da percepção, já não condicionado pelo alcance sensorial de uma espécie animal particular.

Foi a Ciência moderna que revelou a relativa autonomia das formas sensoriais da espécie frente às relações geradas no interior da matéria. É nesta medida que não nos devemos contentar com a ideia corrente segundo a qual a Ciência estende a nossa percepção. Estender, aumentar ou ampliar são vocábulos que não ajudam a perceber o alcance da observação da matéria-energia na Física moderna. A atividade da Ciência não está focada em sentir ou perceber a realidade. A ciência não é um fenomenismo nem pede uma Fenomenologia. Se ela tem de dar conta das possibilidades das

formas da matéria, não é sentindo-a ou percebendo-a que consegue esse fim. O recurso à semântica do sistema psíquico para descrever as operações da Ciência é, por isso, de um tipo puramente analógico.

Na medida em que a formulação matemática assegura à Ciência um quadro do real claramente distinto da linguagem declarativa, como uma *modelização quantitativa de possibilidades*, assim se rompe com mais um vestígio da visão antiga da Ciência em continuidade com as formas do sistema psíquico de humanos. O modelo das possibilidades é enormemente expandido em vez de se contrair, o que significa que o mundo da nossa percepção está longe de se poder considerar o único mundo percebido possível.

É muito duvidoso que a imagem aparente dos sistemas físicos em que se movem os organismos humanos nos seus nichos ecológicos, como fenomenologia da física, possa ficar imune à construção científica da realidade. Defender a posição de uma imunidade, mesmo que relativa, das imagens aparentes frente à modelização científica é esquecer o papel da tecnologia na transferência do “construído” para o “natural”.

O que se deve tornar claro, para já, é que a possibilidade física não coincide com a possibilidade da percepção obtida no corpo próprio do animal humano. O ser físico não é ser sensorialmente percebido no perceber natural da espécie. As estruturas modais são plurais.

## 2. 2. Intencionalidade

### 2. 2. 1. Representar

Quando a gramática dos termos “causa”, “efeito”, “antecedente”, “consequente”, “reduzir a...” das explicações causais atinge uma determinada sofisticação passa-se para o estudo dos modelos diagramáticos em que as estipulações causais são geradas, mesmo quando não se reconhece claramente que estamos num plano diagramático que mobiliza atributos e nexos desse plano e não a descrever fenómenos e relações nas próprias coisas.

Nas Ciências da Cognição esta passagem é notória quando, por exemplo, vemos introduzir-se a analogia do espaço cérebro-mente como espaço de computação de símbolos e nexos entre símbolos, sem a conveniente precaução, devida à analogia, no uso que dela se faz. Entre outros aspetos deixa-se por esclarecer o problema da realidade do tipo de símbolos com que as máquinas cognitivas operam no espaço cérebro-mente.

Os leitores do clássico de Gilbert Ryle *The Concept of Mind* (1949) não esquecem a necessidade de militar a favor de uma perspetiva integrada do espaço cérebro-mente, em que o agir pode assumir primazia e em que a noção de duas substâncias separadas e as existências dentro da mente são rejeitadas. A obra de Gilbert Ryle ajudou a aproximar a crítica do mentalismo das significações das *Investigações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein e a teoria da intencionalidade da Fenomenologia de Edmund Husserl, reelaborada por Martin Heidegger.

Aparentemente, o inatismo e representacionalismo de Noam Chomsky, de Jerrold Katz ou de Jerry Fodor pretendem ser resistências ao que nos parecem as evidências de G. Ryle. Essas resistências, umas mais e outras menos inspiradas no modelo cartesiano do conhecimento, servem-se



inequivocamente do quadro aristotélico da teoria da proposição do *De Interpretatione* e em última análise da concepção platônica do discurso da alma consigo mesma, que prosseguiu a sua carreira na noção de pensamento de Gottlob Frege.

É segundo esta inspiração que se devem considerar as analogias do pensamento com a computação em formulações bem conhecidas de Jerry Fodor. Compreende-se que o intuito pode ser o de colocar operações e dinamismo no que era o representacionalismo estático da tradição cartesiana sobre a intuição das ideias claras e distintas, dentro de cada um. Se conseguir formular-se uma teoria da relação intencional em que as representações mentais se ligam com outras segundo regras equivalentes às do espaço geométrico, então os princípios lógicos são logo inferidos do funcionamento psicológico e são princípios cognitivos e não só regras de um cálculo artificial muito particular, como aquele que afiguramos na lógica das proposições não-analisadas.

A analogia do pensamento com um cálculo lança fundas raízes na História do Pensamento e seria fastidioso elaborar aqui um escrutínio histórico completo.

Um dos elos na interminável cadeia inspiradora da analogia, que chega aos nossos dias e ao estádio atual das Ciências Cognitivas, está em um artigo de Alan Turing, de 1950, "Computing Machinery and Intelligence", que começava por lançar a questão de saber "se podem as máquinas pensar".

Imagine-se a situação de um jogo entre três personagens A, B e C, um homem, uma mulher e um interrogador, em que este último, separado dos restantes por um quarto fechado, tenta descobrir qual dos outros, A e B, é a mulher ou o homem, mediante respostas escritas a perguntas. Pode-se prosseguir e convencionar que para A o objetivo do jogo é simular a sua identidade, para C descobrir as identidades e para B ajudar C. O interesse começa quando se sugere a substituição de A por uma máquina e se dá início

ao que Alan Turing chama “jogo da imitação”. O termo “máquina” é demasiado vago para o aparelho que deve ser posto no lugar de A. Por isso se esclarece que essa máquina é um “computador digital”. A questão de saber se uma máquina pode pensar se torna assim no problema de saber se um computador digital pode pensar. Mesmo nos termos em que o elabora A. Turing em 1950 este enigma exige a análise de subenigmas, como saber se o computador digital tem uma estrutura física adequada para o jogo, em caso positivo se está programado para jogar com os símbolos e operações próprias para concretizar a imitação. A possibilidade de um computador digital imitar o comportamento verbal de um jogador humano depende da resposta positiva à questão de saber se há aspetos do comportamento verbal de humanos que podem ser reproduzidos em símbolos de linguagem máquina, sendo certo que entre estes e os símbolos da linguagem ordinária se podem traçar equivalências.

O jogador A reduzido a um operador de sequências verbais pode ser modelizado nas três dimensões da estrutura do computador digital – armazenamento, unidade executiva e controlo. A. Turing mostra, com clareza, que o que o computador digital mima do comportamento verbal é não só a capacidade de representar e interpretar símbolos, mas, sobretudo, o mudar de estado consoante o nível de representação/interpretação alcançado até chegar ao fim de uma sequência previamente definida, à luz de uma sequenciação pautada por estados discretos. É esta última característica, aliás, que leva o autor a definir o computador digital como uma “máquina de estados discretos”.

O jogo da imitação com as suas regras, interpretações e lances é o quadro dinâmico mais propício para indicar como a inteligência humana e a sua expressão verbal se estruturam num terreno operatório, essencialmente sequencial, tal como as mudanças de estado no computador digital e, só assim, podem ser entendidas como um cálculo.

Porém, o que a analogia computacional pode revelar e ao mesmo tempo encobrir, com o foco que eventualmente põe no produto do cálculo e no conhecimento final, está em que o alcance do cálculo vem sempre das mudanças de estado da máquina. Se no computador essas mudanças são programadas e obedecem a regras que residem na memória do sistema, é já mais complexo e aberto à grande aleatoriedade de fatores ambientais e à estrutura dos circuitos neuronais concretos a sequenciação sensório-motora dos organismos biológicos. Do mesmo modo que a passagem dos estados da máquina é de um tipo sintático e não possui, como tal, um conteúdo, o mesmo acontece com a base sensório-motora e neurofisiológica dos organismos biológicos.

É positivo o facto de os modelos computacionais da cognição, que se inspiraram depois na proposta de A. Turing, se basearem na imagem da sequencialidade dos estados computacionais. Mas isto implica a tese de que nem tudo na cognição é conteúdo representacional e que a sintaxe, entendida como conceção das mudanças de estado de um sistema, não é redutível a representações.

Mais próximo de nós no tempo, Zenon Walter Pylyshyn, em um artigo muito citado, "What is Cognitive Science" (1998, 1999), havia sugerido que o essencial do projeto cognitivista estava na comparação entre a mente e um computador. Quando formulava mais concretamente a questão sobre que tipo de computador era a mente declarava que a mente, assim como os outros computadores, "manipulava símbolos" e códigos simbólicos (Pylyshyn 1999: 9). Conhecimento (representações) e arquitetura cognitiva são os dois recursos centrais da mente quando analogada ao computador. Nesta imagem, a autêntica novidade de A. Turing não reaparece. Com o termo "arquitetura" não se afigura a mudança de estados, que é o que configura um cálculo como operação concreta.

Quando Z. W. Pylyshyn cita o artigo de A. Turing para dizer que este foi um pioneiro no reconhecimento da plasticidade do “computador digital” como máquina universal, contrasta esta posição com a de Wolfgang Kohler e o gestaltismo clássico, que considerara impraticável a simulação de inteligência nas máquinas pelo facto de estas serem incapazes de representar o dinamismo. Para Z. W. Pylyshyn, seguindo aqui A. Turing, a rigidez topográfica evidente dos computadores não os impede de reproduzirem ou formarem séries dinâmicas.

Para compreender como é que a um computador pode ser atribuída a tal plasticidade é importante perceber que para além dos tradicionais inputs que são traduzidos em outputs, a “máquina universal” de Turing tem ainda de conter um mecanismo conversor de símbolos, que mais não é do que a capacidade de interpretar tais símbolos. É assim que se pode dizer que a plasticidade é resultante da interpretação ou do que se chamou “poder de designar” que, em linguagem da gnosiologia convencional, equivale a representar.

A modificação terminológica de uma transição operatória entre estados em um “poder de interpretar” ou “poder de designar” não é convincente e mesmo equívoca quanto aos propósitos. Se é certo que a oposição entre aspetos topográficos e dinâmicos parece ter sido vencida na máquina de Turing, isso é devido ao nexa entre sequencialidade e representação que se conseguiu formar. “Poder de...” aponta para uma potência obscura aí onde se pode mostrar que dispositivo sequencial se formou ou está operatório.

Ora, uma disposição operatória nunca se reduz a um conteúdo representacional. Conteúdos representacionais, designação ou interpretação de representações em outras representações dependem de operações da “máquina universal”, mas dizer que se tem o que se queria quanto à cognição quando se indicam as representações finais é não se ter

ainda nada quanto ao processo concreto que as mudanças de estado num computador digital ilustram.

Em *The Modularity of Mind* (1983) foi o próprio J. Fodor que duvidou que alguém tomasse seriamente o cérebro, no seu todo e em todas as operações psíquicas, como equivalente a uma máquina de Turing. A imperfeição dessa analogia se devia ao caráter biológico dos processos neuronais (Fodor 1983: 36), embora o mesmo autor sustentasse a validade da analogia no plano da arquitetura virtual das ligações lógicas da computação cerebral.

Assim, segundo a sua maneira de ver, seria possível conceber de um modo computacional as dimensões inatas do processamento mental, a partir de representações elementares, e a aprendizagem resultaria na “morfologia neuronal específica e elaborada” (Fodor 1983: *idem*). Até aqui tudo parece de certo modo adequado no plano da modelização, embora muito incompleto no que se refere a um teste de realismo biológico do alcance da analogia.

Um problema começa por ser o da noção de “operações elementares” também traduzidas por “capacidades computacionais primitivas”. Um segundo e mais difícil é o problema de caracterizar os símbolos com que essas operações elementares lidam. Um terceiro problema é o de saber por que razão, afinal, se restringe o alcance da máquina de Turing para os organismos biológicos. Este último motivo não fica completamente esclarecido.

Sabemos que para caracterizar os símbolos da alegada atividade computacional da mente, assim como as suas operações, mobilizamos já sentido psíquico articulado com significações naturais de termos, de uma semântica ambiental, contextual, pelo que é na prática inimaginável como reconstruir a computação mental com os símbolos da linguagem vulgar, mas rasurados da semia habitual, como se representassem conceitos numa árvore porfiriana.

Nas suas duas faces, este projeto significaria a redução *i)* das operações neuronais de um tipo essencialmente biológico a operações da sintaxe lógica das proposições não-analisadas ou à sintaxe da máquina de Turing (reprogramada para estes símbolos) e *ii)* os semas naturais dos termos da linguagem corrente a semas porfírianos de uma árvore conceptual com ramos mais próximos de uma raiz inata e outros mais afastados, mas associados entre si.

As ambições do modelo lógico-sintático de computação são de tal ordem que implicam a admissão da universalidade das regras da Lógica formal para processos que ocorrem fora de línguas formalizadas, a partir da linguagem vulgar. Convém não esquecer que a formalização da sintaxe lógica ocorreu tendo em conta as características semânticas e sintáticas das línguas naturais, da extensão e compreensão da lógica dos termos, para não falar em certas pressuposições pragmáticas que podem ser relevantes. Se não parece legítimo aplicar-se, sem metáfora, a este cálculo interior alegadamente processado nos neurónios os símbolos da linguagem vulgar, então os símbolos do cálculo interior estão ainda por determinar num sentido não-analógico. Como é possível, então, referir-se, a seu respeito, uma sintaxe equivalente à que conhecemos nas línguas naturais formalizadas baseadas nos respetivos símbolos? Tal hipótese implicaria reduzir as línguas naturais e seus símbolos às línguas formalizadas e seus símbolos e estes, finalmente, às operações de um pensamento puro que, alegadamente, se daria nos neurónios ou, mais concretamente, entre os neurónios e o pensamento expresso em proposições pseudo-naturais.

Do legado da linguística de N. Chomsky resultou o problema de saber se as bases linguísticas inatas são de facto estruturas cognitivas no sentido próprio do termo. A distinção entre informação e conhecimento deve ajudar a situar aqui as devidas diferenças. É aqui que igualmente nos temos de defrontar com o tema da intencionalidade.

Contudo, seguindo o mesmo legado, há uma pergunta que se coloca, que é a de saber se a mente está organizada na mesma orientação da relação proposicional, na ligação sintagmática sujeito-predicado. A mente tem uma estrutura proposicional, neste sentido?

A fonte na literatura clássica desta questão remontaria ao *Ménon* de Platão e à noção de que temos um conhecimento prévio, em nós, que está organizado do ponto de vista proposicional, acrescenta o autor. Noam Chomsky, alegadamente, passou da tese do inatismo de estruturas linguísticas para o inatismo de processos cognitivos e ainda no sentido oposto. Ora, esta reversão tem de ser novamente validada segundo o programa da modularidade mental.

Um problema adicional, mas determinante do ponto de vista psicológico é o da formação do comportamento. Na sua avaliação da Psicologia das Faculdades, lembra J. Fodor que o tema do comportamento foi sendo desenvolvido como resultado do cruzamento de diferentes faculdades. Porém, na perspectiva neocartesiana ou chomskiana parece mais difícil identificar como é que o comportamento resulta do conhecimento endógeno.

Há, então, duas questões.

A primeira, que se enuncia: “Como é que a estrutura do pensamento reflete a estrutura proposicional?” (“How does the structure of thought come to mirror the propositional structure?”).

Há ainda outra, que interroga: “Como é que a estrutura do comportamento reflete as estruturas proposicionais com que se conhece?” (“How does the structure of behaviour come to mirror the propositional structures that one cognizes?”).

Os neocartesianos individualizam as faculdades psicológicas recorrendo à estrutura proposicional de base de cada uma delas. É com o suporte deste conteúdo proposicional que toda a atividade do espírito se pode construir e

fundamentar, como ilustra a via de uma análise regressiva que vai das formas finais para primitivas.

Frente a esta tendência, dita neocartesiana, J. Fodor propõe que a individuação das faculdades mentais se faça a partir dos seus efeitos. A isto chama um tipo de individuação funcional das faculdades.

Perfilam-se, então, duas versões da teoria das faculdades psicológicas – a teoria das faculdades como crenças em... e a teoria das faculdades como mecanismos relacionados com funções. A ideia de que a mente está estruturada em mecanismos voltados para funções põe a tónica nos efeitos gerados na mente mais do que nos conteúdos proposicionais a que a mente está fixada na relação tipificadora da crença em....

Voltando o leitor para a História da Psicologia, o autor recordava a diferença entre as perspetivas sobre as faculdades dos teóricos das faculdades como capacidades, segundo um modelo horizontal, e aquelas que se baseavam nas localizações cerebrais, segundo uma arquitetura cerebral-mental, vertical. Além destas, referia com estima o associacionismo, identificado com as leis associativas das impressões e ideias de David Hume, lembrando, contudo, que o modelo inspirador do associacionismo de D. Hume fora a Física do seu tempo e não um modelo computacional no sentido atual da expressão.

A organização horizontal das faculdades mentais é aquela que J. Fodor liga à sua “funcionalidade”. Esta pode ser reconstruída à luz da noção de uma computação. A esta luz, a função típica das faculdades cognitivas consiste na transformação computacional de representações.

Segundo a ilação de J. Fodor, as teorias contemporâneas em Ciências da Cognição são teorias computacionais da mente de um tipo funcionalista.

Na sua própria versão, tal quer dizer que os processos psíquicos são constituídos por uma série de transformações de representações, cujos



mecanismos obedecem a operações elementares sobre símbolos elementares atômicos referentes a representações não-decomponíveis.

O estudo destas operações básicas foi feito pela Lógica contemporânea (Fodor 1983: 29) e uma das notações mais conhecidas para a sua investigação foi a “máquina de Turing”. Com base nos avanços da Lógica contemporânea e dos modelos inspirados na máquina de Turing foi possível às Ciências da Cognição identificar na mente um conjunto básico de elementos (símbolos) a computar, assim como as operações em que esses elementos entram como dados de entrada (Fodor 1983: 29-30).

O molde geral das modernas teorias da cognição pode ser tomado como uma versão nova do associacionismo (Fodor 1983: 30). A convergência entre associativismo e visão computacional da mente pode eventualmente ir até ao ponto em que no associativismo o que eram ideias a produzir outras ideias, com referência a processos reais do mundo da existência extramental, segundo regras de ligação, chamados princípios da associação das ideias, corresponde, nos modelos computacionais, à passagem de estados de uma “máquina de Turing”.

*Perception, memory, thought and the rest of the faculty psychologist's brood can then be accepted as distinguishable aspects of mind (specifically, as distinct mental processes) without abandoning the basic associacionist premise that practically all of the mental life is “assembled” - i.e., put together from some relatively simple and uniform population of psychological elements* (Fodor 1983: 30).

Continuemos a examinar as propostas de J. Fodor, com o propósito de as diferenciar das nossas ideias.

Em um trabalho mais recente que *The Modularity of Mind, Concepts* (1998), definia J. Fodor o significado como conteúdo de um conceito e apresentava a “posse do conceito” como um tema mais decisivo que saber o que é um conceito, traduzindo e clarificando esta questão naquela. Todavia,

sublinhava que, tradicionalmente, saber o que é estar na posse de um conceito era identificar a individuação desse mesmo conceito, ou seja, definir as instâncias concretas em que o conceito se deveria aplicar (subsumir).

Tradicionalmente, diz o autor (Fodor 1998: 3), foi interpretado “ter um conceito” como significando o mesmo que “ter uma realidade mental de tipo particular”, estar na posse de algo de mental particular. Opõe esta existência mental particular a possuir determinadas capacidades. Esta versão do que é ter um conceito é mais próxima de uma orientação pragmatista do que aquela que refere apenas a posse do conceito como uma referência a estados internos de um tipo mental. Segundo o seu programa deve ser repensada a presunção de que ter conceitos é reunir certas capacidades mentais.

Se passamos de “ter um conceito” para ter um conceito na forma de conteúdo linguístico a interpretação corrente de “ter um conteúdo linguístico” diz que isso corresponde ou se define pelo uso da linguagem ou da expressão particular, tal como usada por um falante. Definir o que é “usada por um falante” remeterá para as competências linguísticas desse falante e, continua, daqui se vai ainda para o que aberta e manifestamente se pode comprovar sobre o modo como esse falante usa a linguagem.

Ora, na proposta de *Concepts* a posse de um conceito tem de ser avaliada segundo uma perspectiva que aí se descreve como “atomista”. Significa que explicitamente rejeita uma versão holística como válida por regra. Também afasta a investigação das capacidades epistémicas, tidas como faculdades de um agir prático.

Esta é a base geral, negativa ou contrastante, da sua teoria RTM – “Representational Theory of Mind”. É um conjunto de teses sobre o que é a mente e o conteúdo mental.

A existência de representações mentais encontra-se próxima da existência conceptual e sobre os conceitos a obra mantém uma posição basicamente inatista, na verdade inspirada em ideias que se podem identificar com Platão umas e, com G. Frege, outras tantas. A relação de um conceito com a “realidade” é dada na equivalência entre um tipo e a sua réplica (*type/token*) e na medida em que falamos aqui em símbolos essa relação é a que se dá entre símbolos de um patamar superior de uma hierarquia simbólico-conceptual para outros de um patamar inferior. Nisto se descobre uma especial proximidade à *diairesis* platónica. Na teoria do pensar, a parte relativa à linguagem reflete o *design* geral de uma conceção que vê nas palavras apenas o revestimento dos conceitos. É esta perspectiva que o obriga a criticar Michael Dummett e a defender a tese de que a sistematicidade linguística é derivada e não original.

Destes postulados muito genéricos e, na nossa maneira de ver, justificados de um modo muito provisório, seguem-se algumas posições teóricas com alcance numa teoria da intencionalidade, o último refúgio da semântica de John Searle.

A tese 1 diz que a explicação de tipo psicológico é de um tipo normativo e com isto se quer dizer que ela se refere às leis que regem as relações de tipo causal entre representações ligadas ao respetivo conteúdo intencional. Os estados mentais estão ligados a conteúdos intencionais. Os estados mentais estão relacionados com outros estados mentais por leis causais. O exemplo vai para os desejos, as crenças, indicadores de preferências, etc. na sua relação com conteúdos proposicionais, como atitudes proposicionais. Assim, é levada a sério a noção de que há leis da relação intencional entre conteúdos mentais e estados mentais (Fodor 1998: 6-7).

A tese 2 afirma que há portadores primitivos de conteúdo intencional e esses são as “representações mentais” (Fodor 1998: 7). Daqui se segue ainda que se tem de referir uma hierarquia de estruturas da

intencionalidade. Assim, a intencionalidade das representações mentais é a prioritária. Segue-se-lhe a intencionalidade das atitudes proposicionais e, por fim, a intencionalidade associada às línguas naturais.

As “representações mentais” são equivalentes ao que os empiristas chamaram Ideias. Representações mentais são “particulares mentais” providos de *poderes causais* e passíveis de *avaliação semântica*. O nosso autor só não aceita chamar ideias às suas representações mentais para evitar a noção de imagem que ele vê associada à noção empirista de ideia. Todavia, não chega a explicar, concretamente e com algum detalhe, o que há de mal com a noção de imagem.

A “avaliação semântica” deve entender-se no quadro da semântica de G. Frege, em que o significado (*Bedeutung*) dos conceitos se identifica com os seus referentes, *grosso modo*. Os “poderes causais” são os que refletem as relações sintáticas que ocorrem quando as representações se ligam a outras representações e a atitudes. Aqui, a inspiração já não vem de G. Frege, mas sim de A. Turing e da interpretação que *Concepts* lhe atribui sobre as relações entre representações como nexos sintáticos reprodutíveis em linguagem-máquina.

*“Aprender uma língua equivale a estabelecer uma ligação causal entre o que as proposições dessa língua significam ou estão intencionalmente para... e os pensamentos que se desenvolvem em concomitância”* (Fodor 1998: 9). A tese extrema que é enunciada por J. Fodor diz mesmo que, no caso do Inglês como língua natural, por exemplo, a língua não tem semântica. Toda a semântica das proposições da língua inglesa lhe advêm dos conteúdos mentais. Esta é uma consequência da hierarquia da intencionalidade da teoria da representação mental (RTM) - a semântica das proposições das línguas naturais depende das atitudes proposicionais e estas das tais representações mentais.

É então compreensível a tese 3, segundo a qual pensar é computar entre representações ou símbolos de representações (Fodor 1998: 9). Em defesa desta tese são invocados David Hume e Alan Turing.

De D. Hume retira a noção de que as ideias estão ligadas umas às outras por nexos causais e de A. Turing pede emprestada a noção de que pensar é um tipo especial de cálculo. Para o seu propósito retém da ideia de cálculo de A. Turing a proximidade entre cálculo e causalidade - calcular é causar ocorrências entre pontos que se podem diferenciar. Esta ideia deve mesmo considerar-se um dos núcleos da construção da teoria mentalista da representação. A relação entre representações e atitudes proposicionais vai mudando na medida em que os poderes causais desses componentes forem computando, sempre segundo regras de um tipo sintático.

De onde a tese 4 - o significado consiste em informação. Se compreende também a derivação da tese 5 - o que permite distinguir entre conceitos coextensivos deve estar “na mente” (Fodor 1998: 15).

Conceber uma coerência entre a teoria de G. Frege sobre a individuação dos conceitos através do sentido e da referência e as ideias atribuídas a A. Turing sobre a computação do pensamento é o que, alegadamente, se pode fazer de melhor em Ciência da Cognição (Fodor 1998: 22).

Ainda em torno de autores exemplificativos de posições teóricas, J. Fodor acrescenta uma conclusão ao precedente, identificando-se aqui com a tese 6, que sustenta que as representações mentais, assim entendidas à luz da coerência entre G. Frege e A. Turing, vão no sentido da ideia de que as representações mentais não possuem nem uma multiplicidade interna nem estrutura, sendo os conceitos como átomos, ou seja, não-analisáveis. Chamemos-lhe o postulado da analiticidade das representações mentais.

Se a sua posição sobre a semântica de G. Frege vai numa direção francamente não-contextual do significado (*Bedeutung*) pondo com isso em risco o alcance da dupla semântica que se podia inferir de alguns passos de

“Über Sinn und Bedeutung”, é também problemática a coexistência pacífica com A. Turing, pois o poder heurístico do artigo de 1950, deste último, reside na visão operatória sobre a cognição, aberta pela analogia com o computador digital como máquina de transitar entre estados discretos.

Como se referiu já, acima, uma disposição operatória nunca se reduz a um conteúdo representacional. Mas o programa de J. Fodor tem precisamente essa intenção final de reduzir a forma operatória às potencialidades que se atribuem a conteúdos *a priori* dos conceitos. Pode haver uma desarticulação entre o que se diz sobre a importância das regras sintáticas-operatórias e a ideia de representações não-analisáveis. O que se salva não é a sintaxe nem exatamente a eventual articulação semântico-sintática do significado, mas a Metafísica platónica das essências como ideias ou conceitos presentes na mente em geral.

A relação intencional que se pode conceber nestes termos é a que ocorre entre *type* e *token*, entre *eidos* e figuração sensível, entre conceito, enquanto tal, e conceito enquanto pensado por uma mente individual.

De um modo vincadamente não-inferencial, o autor de *Concepts* concentra parte da sua obra na justificação do seu atomismo conceptual e do princípio da composicionalidade.

Para ele conceitos são categorias pelo facto de se aplicarem a objetos do mundo empírico que são tidos como suas instâncias ou individuações. Assim, podemos, a propósito, falar em “condições de satisfação” dos conceitos quando os aplicamos a alguns objetos e dizer que *p* é uma instância de *P*, porque tem *P* – “franginhas” é um cão, porque é uma instância de “Cão”, porque tem “caninidade”.

Como é que conceitos se conjugam com outros conceitos? É este tema que se resolve na sua doutrina da composicionalidade, deliberadamente defensiva quanto a intrusões de carácter inferencialista.

O princípio da composicionalidade sustenta que as representações mentais entram em relação com outras representações, ou que umas saem de outras por composição.

“Que vai chover” representa uma crença, ou um desejo, um conceito e uma atitude proposicional. Assim se formam constelações sem se sair dos núcleos categoriais de entrada, mantidos nas suas cápsulas atômicas.

Com o princípio ou regra da sistematicidade das representações mentais se defende que as representações mentais, nomeadamente as crenças na sua articulação com as atitudes proposicionais, são sistemáticas em si mesmas e não estão dependentes, para assim serem, da estrutura da linguagem ou da experiência. Mais uma vez uma certa inflexibilidade teórica se segue, pois rejeita por exemplo a ideia, defendida por muitos, segundo a qual a sistematicidade do pensamento se ficaria a dever à sistematicidade das regras linguísticas (Fodor 1998: 26). Para *Concepts* é a composicionalidade dos conceitos e dos pensamentos que pode explicar a sistematicidade e a produtividade causal da linguagem e das atitudes proposicionais.

Por outro lado, a composicionalidade mental implica ainda que se alguns conceitos podem ser aprendidos outros têm de ser inatos. A composição, ela própria, é fruto desta união. O exemplo do autor vai para “vaca castanha” como representação. Em si mesma, ela representa um conceito aprendido, mas que é feito de conceitos que têm de ser inatos.

A discussão sobre este ponto em particular pode evoluir para uma nebulosa de seres inatos, se a pretensão for manter a todo o custo o encapsulamento de átomos conceptuais primitivos, só para salvar a teoria, sem que nunca se consiga desembaraçar o nó do inato e do adquirido nos seus filamentos puros.

Fora do âmbito semântico da derivação de conceitos por composicionalidade, *Concepts* nega validade à noção de que os conceitos primitivos possam ser derivados de inferências (Fodor 1998: 35), ou seja,

que possam ser tidos como conceitos aprendidos. Se fosse certo que os conceitos se formam e se fixam em inferências seria necessário que os defensores desta ideia soubessem identificar quais são concretamente as inferências que se desenrolam para formar tais e tais conceitos. Sem desenvolver bem os seus motivos J. Fodor limita-se a rejeitar a pretensão teórica dos inferencialistas (Fodor 1998: 37).

A razão de ser desta exposição longa sobre as ideias de J. Fodor tem por fim clarificar bem a teoria contemporânea que mais afinidades tem com a noção representacional convencional sobre a consciência e o sistema psíquico.

É evidente que as convicções de J. Fodor, e de outros na sua linha de pensamento, estão em oposição às ideias defendidas no Pragmatismo clássico e pelos neopragmatistas sobre conhecimento, representações e inferências (ex: Robert Brandom).

Qualquer que seja a lista de autores e influências a escolher na tradição do Pragmatismo, bastará reler *How to make our Ideas Clear* para se ter um vislumbre de uma tal oposição entre doutrinas sobre o conhecimento.

O debate em redor do valor a atribuir às representações encapsuladas, que servem de conceitos-categorias, prosseguiu até a um período muito recente em redor de termos como modularidade da mente, funcionalismo, computabilidade. Essa troca de ideias continua a poder servir de indicador do significado que se atribui à noção de intencionalidade nas teorias cognitivas contemporâneas, não apenas nas versões da Fenomenologia de Edmund Husserl ou na de John Searle.

Em *Representation and Reality* (1988) Hilary Putnam assumia a sua posição sobre a modularidade da mente com referência a trabalhos de Jerry Fodor até 1986, particularmente a respeito do tema do chamado “conteúdo restrito”.

Num modo semelhante a W. Quine H. Putnam considera que se deve separar a teoria da referência da teoria da significação e da existência



mental dos significados. Para ele são coisas distintas. Convém, sobretudo, evitar uma teoria redutora da referência. Comunidades de falantes podem ter provas referenciais do uso dos termos diferentes entre si para a mesma palavra, como “ouro”. Desde que em determinados aspetos esses testes coincidam se reúnem as condições para que a comunicação entre os falantes prossiga. Quer dizer que não há um modo universal e direto de ir desde a representação mental para o referente e deste para as palavras que os falantes usam. Estes argumentos serão suficientes para, pelo menos, nos apercebermos da fragilidade da ideia de uma computação universal sobre significados mentais, como seus símbolos primitivos, mesmo que nos estejamos a referir ao conteúdo restrito de representações, em que poderíamos imaginar existirem boas razões para admitir um núcleo irreduzível compartilhado universalmente sobre o qual se pudessem seguir computações e destas a comunicação entre humanos.

Esta discussão prosseguiu, hoje em dia, na Psicologia Cognitiva, em torno de noções como protótipos e categorização, fora do representacionalismo inatista forte de J. Fodor, com Eleanor Rosch ou George Lakoff, entre outros. Em redor da categorização volta-se a colocar o problema de saber se os conceitos são “inatos” ou “aprendidos”, universais ou particulares, mas mais uma vez desconhecendo o problema prévio do tipo de sinais que se trata de investigar quando se fala em “conceitos”, “categorias” ou “protótipos” e o tipo de semiose em que está envolvida a classificação, nomeadamente quando se coloca o tema da confluência entre padronização pré-linguística e formas linguístico-proposicionais.

H. Putnam tem a noção que certos aspetos das definições dos termos estão ligados ao modo como os especialistas usam as palavras e assim se vai formando um núcleo semântico relativamente estável e partilhado. Mas este uso especializado não coincide sempre com o modo como os falantes usam as palavras no dia a dia. Quer dizer que nenhum tipo de linguagem

funciona sem a dimensão pública e cooperativa. Quer dizer que a fixação da referência é necessariamente fruto da socialização e do contexto.

Para nós, esta posição neowittgensteiniana, baseada no critério do “uso”, não é ainda clara quanto ao que se deve tomar por dimensão social e por valor contextual da semântica e pode estar a substituir uma nebulosa inatista por outra de sinal oposto. Ao combinar uso social e contexto não dá conta da autonomia da semântica da sociedade e da comunicação e pode tornar-se uma explicação frouxa para o estudo dos sinais de classificação.

Em *Representation and Reality*, com o seu exemplo quineano de “chooc” para nome de ave da Amazónia em língua tribal sem correspondência em línguas europeias (Putnam 1988: 28), H. Putnam pretendia defender a tese de que quando não há um termo para um objeto, este objeto tem de ser explicado por meio de explanações, sendo que “o que está na mente” não é uma substituição direta do significado ligado aos termos usados pelos falantes.

O exemplo de H. Putnam revela que conhecer o significado de um nome não é olhar para o seu referente imediato ou para a essência mental, categorial, a que associamos esse referente. Conhecer o significado é exprimi-lo, o que implica ensinar como se usa a palavra em certos contextos, mas mais básica e primitivamente, no que importa à nossa tese, supõe remissão de elementos para outros elementos de tipo interpretativo. O que se faz mediante tal envio é colocar certos elementos no lugar de outros. É este efeito de substituição que constitui o que com mais propriedade se chama um signo.

O desenvolvimento do seu experimento mental sobre a “terra gémea” serve ainda para mostrar que em determinadas condições certas descrições sobre espécies animais como gatos podem ser parecidas na nossa terra e em uma terra gémea, as crenças dos habitantes da terra e da terra gémea sobre as propriedades dos gatos, as qualidades das ideias sobre gatos, etc.,

igualmente semelhantes e ainda assim os referentes serem profundamente distintos (Putnam 1988: 36). Daqui decorre que mesmo dada a semelhança no plano descritivo ou na ideação não está garantida a identidade do referente. Por conseguinte, a tese da equivalência entre as noções mentais, os signos e os objetos é falível. H. Putnam conclui, então, que não se garante neste quadro doutrinal a fixação da referência.

A sua teoria da fixação do referente segundo testes validados de acordo com critérios de especialistas pretende ser a alternativa. Contudo, a noção de “especialistas” fica totalmente em aberto ou aguardando um preenchimento pela Sociologia da Ciência, se é que esta última alguma vez pode clarificar o que isso é. O importante é que deve existir algum modo de gerar testes que permitem definir paradigmaticamente o referente. O referente nunca está definitiva e inequivocamente fixado, é a tese o autor, mesmo para os casos em que julgamos ter formulado condições de testes que consideramos rigorosos. Algumas destas ideias estavam presentes em W. Quine, numa formulação mais clara. É, contudo, para Saul Kripke que H. Putnam aponta (Putnam 1988: 38) para explicar como é importante separar entre a fixação da referência de certos termos, como nomes, e o problema do seu conteúdo conceptual.

Na discussão de Hilary Putnam há um problema que fica aparentemente de fora e de cujo exame podem decorrer consequências a militar a favor do carácter interno e inato das representações. Trata-se do tema das classificações.

Em todo o rigor, é aliás deste que depende uma equação mais clara dos temas da cognição prototípica. Devemos, pois, distinguir entre *i*) a fixação do significado de termos por explanações, em interação com outrem, em contextos definidos, em que se chega a acordos sobre o “mesmo” referencial de certos termos; *ii*) a existência, ou não, de classificações

mentais para tais termos, segundo um inatismo, mais ou menos forte, das classificações na espécie humana.

Se a linha de argumentação neowittgensteiniana tem razão quando mostra como se formam os acordos acerca do uso de termos relativamente à sua referência e sobre como se adquire a identidade semântica, na interação comunicativa, ela é menos clara e definitiva quanto à questão de saber se esses acordos decorrem de classificações mentais pré-existentes ou se há acordos semânticos porque eles são *facilitados* pelas classificações mentais partilhadas na espécie humana. Se os argumentos mentalistas não eliminam a aprendizagem e a comunicação da aprendizagem do uso dos termos, também é certo que o uso da comunicação na aprendizagem não exclui as classificações.

Não há nenhuma maneira simples, sem impasses, de resolver a dificuldade *ii)*. Por via empírica e comparativa pode chegar-se a conclusões de alcance mais ou menos geral sobre acordo semântico - na presença de um dado termo e das convenientes explicações sobre o uso as reações contextuais de falantes são idênticas. Mas daqui inferir um mentalismo das representações pode ser ou um brusco salto lógico ou, apenas, um expediente para explicar os resultados dos dados. Somente com base na noção de representação inata interna não é também possível dar-se uma resposta. Pois, afinal, os acordos semânticos entre falantes de línguas diferentes, depois de explicados os termos, são baseados em património categorial inato, prototípico para as suas instâncias empíricas, ou são fundados nas próprias explicações que foram dadas para saber como se usam os conceitos-terminos?

Este impasse pode ser formulado como o embaraço da teoria da intencionalidade.

A única possibilidade que resta para encontrar uma solução definitiva está em descobrir como é possível modelizar o mental como semiótico, as

classificações como sinais de um tipo especial, padronizante, e um trânsito, entre sinais, que vai desde o neurofisiológico ao linguístico, que nos permita afigurar a ligação entre aprendizagens em contextos e a aprendizagem neuronal que depois se fixa na História da espécie, segundo condições mediáticas e tecnológicas definidas. É este o desafio do trabalho atual.

Em *The Modularity of Mind* já se percebia que o modelo computacional tinha de partir da identificação de elementos de base computacionais. O problema continua a ser o de saber se tais elementos existem na mente.

Se é aceitável a visão sequencial da articulação dos elementos psíquicos, a maior dificuldade reside em encontrar umnexo entre eles, de um tipo exclusivamente computacional, sem cair numa redução formalista. Com efeito, não se pode evitar referir as componentes neurofisiológicas e orgânicas, em sentido geral, em que o sistema psíquico está situado ao processar as suas operações. Operações de um computador no sentido de uma máquina construída pelo homem não são operações psíquico-orgânicas, essencialmente porque o computador não está construído para atribuir sentido a sinais orgânicos do mesmo modo que um organismo que cria os sinais e o processamento dos sinais numa mesma unidade. O que os distingue? Vistos, ambos, de um prisma literal, quase tudo.

Porém, essas diferenças devem poder ver-se na competência semiótica dos organismos, que consiste no estabelecimento de nexos internos entre sinais capazes de programar passos seguintes de operações psíquico-orgânicas, após aprendizagem. Só esta competência é que permite o estabelecimento de uma mediação adequada entre orientação propositiva do organismo e do sentido psíquico associado, a percepção de formas com base nessa competência e a computação numa aceção analógica, ou seja, a estruturação e consolidação das respostas psíquico-orgânicas segundo a condicionalidade “se... então” equivalente à da linguagem-máquina.

Difícilmente se pode dar conta da aprendizagem biológica e psíquico-orgânica sem esta mediação, imanente, dos sinais orgânicos, apenas com o recurso à analogia da “máquina de Turing”, válida para máquinas construídas pelo homem e subordinadas a supervisão de um sistema experimentador.

Por competência semiótica não se entende nada de diferente da consolidação de interpretantes para sinais e operações num curso imanente de aprendizagem, em que se têm em conta propósitos definidos do ponto de vista ambiental, aquisições orgânicas com profundidade genética variável e programas condicionais que se assemelham ou podem ser reproduzidos analogicamente em linguagem-máquina, mas ainda assim de um modo restrito a certas operações.

A analogia da “máquina de Turing” é fecunda se com ela se pretender sublinhar a forma condicional da aprendizagem e a sequencialidade da ligação dos símbolos na transição dos estados da máquina, como numa forma algorítmica, mas ela tem ainda de ser aperfeiçoada para integrar a semiose imanente dos organismos e o seu impacto psíquico no corredor neuropsíquico, sem recurso a um sistema experimentador externo diretivo. Se aqui há um cálculo no sentido matemático do termo ou mesmo se a noção de algoritmo é a mais indicada para descrever a aquisição de estruturas de sinal, padronizantes, numa aprendizagem orgânica pode ser uma discussão vaga se não se levar em consideração o modo como se enlaçam concretamente a estrutura do algoritmo e a estrutura do sinal no espaço cérebro-mente.

Para nós é claro que a noção de algoritmo e de uma “máquina de Turing” universal podem ser aproximações válidas para descrever operações padronizadas de sistemas abertos do ponto de vista energético, desde que os organismos se concebam, ao mesmo tempo, como os executores e criadores das suas próprias instruções, segundo uma condicionalidade que

implica abertura à contingência da experiência sensório-motora e não um planejamento lógico, externo, das mudanças de estado.

## 2. 2. 2. Objetos intencionais

Retome-se, agora, da primeira metade do séc. XX, a teoria da Intencionalidade de E. Husserl, a sua noção de objetividade e o contexto da sua diferenciação da Psicologia científica como um conjunto de episódios ilustrativos do impasse nas oposições entre particular e universal, operatório e objetivo, processual e essencial (eidético), psicológico e lógico no escrutínio filosófico do sistema psíquico e da sua orientação para objetos, a que a Fenomenologia chamou intencionalidade, recorrendo a um termo carregado de história.

Nos escritos formadores do projeto fenomenológico das *Investigações Lógicas (Logische Untersuchungen)* está já proposto um modelo de articulação da consciência e do sistema psíquico com a significação e, particularmente, com o núcleo objetivo da significação. É este último que pode definir a intencionalidade da consciência. Os impasses e paradoxos que emergem mais tarde do escrutínio da Consciência Interna do Tempo, nas Lições de E. Husserl de 1905, em relação com a noção de fluxo da consciência, de constituinte e constituído no fluxo, não eliminam o essencial da orientação fenomenológica para o núcleo objetivo do que se doa à consciência como o que define a intencionalidade da consciência como “consciência de...” polarizada.

O exame das imposições da análise psicológica do pensamento à descrição lógica das regras do pensar e a tentativa de as ultrapassar e rejeitar em nome da autonomia da esfera lógica era um percurso necessário que, pela mesma época, se encontrava também nos ensaios de G. Frege sobre a significação e antes mesmo de 1900 no ensaio deste de uma “Escrita conceptual como Língua Formal do Pensamento Puro” (1879). O ideal de saber da Lógica contrapunha-se às explicações psicológicas como a universalidade, certeza e evidência na relação lógica do antecedente e



consequente nas ligações proposicionais se tinham de contrapor à vida psíquica individual sujeita às regras da associação das impressões e das ideias.

Na Lógica, a evidência surgia a E. Husserl como o modelo do conhecimento científico e nas *Investigações Lógicas* identificava-se com a “consciência imediata da própria verdade” (Husserl 1900, 1913<sup>2</sup>: § 6). O realismo gnosiológico deste período obrigava a caracterizar o estatuto da evidência numa aceção ôntica particular, a saber, a da objetividade do que se oferece na evidência e isto mesmo se traduzia na noção do ser da evidência como a situação objetiva existencialmente patenteada ao espírito, a objetividade do ser ou o que está em causa na própria evidência.

E. Husserl considerou que a explicação psicológica dos objetos e operações lógicas era essencialmente deturpadora por se socorrer das atividades e processos psíquicos que tinham de se dar nas mentes individuais, de que era difícil, ou mesmo impossível, fazer derivar leis universais. A Psicologia explicava os fenómenos da consciência como resultados de atividades psíquicas como pensar, ajuizar, conhecer, demonstrar, intuir, perceber, etc., que não podiam desenvolver-se, nunca, fora da individualidade psicológica do mental. Uma Lógica da Psicologia só podia ser uma técnica auxiliar de clarificação, uma preceptiva, que mobilizasse o conhecimento psicológico da mente para formar juízos, de um modo considerado psicologicamente claro e convincente para outrem. É em contraste com esta linha lógico-psicológica da preceptiva que Husserl invocou a obra de Kant e o significado da oposição, neste último, do particular e contingente frente ao universal e necessário. Contudo, assim, em resultado de um enredamento, se pôde gerar a impressão de que a investigação do mental segundo o prisma operatório e dos processos concretos só podia acontecer na particularidade e contingência dos fenómenos empíricos e da consciência psicológica como

acontecer empírico, nada havendo de genuinamente universal a considerar aqui.

As leis lógicas pertencem a um plano ideal que a gênese psicológica empírica desvirtua, pois a noção de validade lógica supõe critérios internos de avaliação que a Psicologia não está em condições de estabelecer segundo a sua ideia de representação psíquica. A exemplificação com a avaliação da validade matemática das inferências aritméticas ou geométricas vem em apoio da aspiração à autonomia das leis lógicas e é por isso que é dotada de sentido a aproximação entre inferências matemáticas e inferências lógicas. Contudo, nesta aproximação não é examinado o conceito de operação nem E. Husserl procurou ver nas operações formas de atividades capazes de fazer a síntese entre o plano empírico e sintético e o puro e analítico. A idealidade das formas e leis lógicas tinha de ganhar o seu terreno sem concessões e, em 1900, é a antiga distinção entre o analítico e o sintético que acaba por desempenhar a função de separar a representação empírica e as inferências correspondentes das representações obtidas mediante inferências lógico-matemáticas.

Nos *Prolegómenos às Investigações Lógicas* ensaiava o filósofo a determinação e descrição das “objetividades lógicas”. É, portanto, em redor do conceito de um objeto particular que tudo se vai decidir no que se refere à sorte da Lógica como disciplina autónoma. Alcançar o purismo da Lógica é atingir o seu núcleo objetivo e presume-se que uma vez na posse deste terminam as insuficiências da perspectiva empírica sobre o conhecimento. A via seguida tinha mais de objetivismo platonizante sobre essências do que de Idealismo Transcendental ou Psicologia Fenomenológica, esta última à imagem do que será depois a orientação escolhida em *Ideias I*.

O árduo do projeto fenomenológico posterior às *Investigações...* vai estar na posição de uma intuição, de um perceber e de um conhecer puros, na ida dos factos às essências, tendo por referência a consciência.

Na fase correspondente a *Filosofia como Ciência de Rigor* a Fenomenologia é compreendida como uma Ciência do Ser. O motivo desse entendimento é já muito claro e está na ideia-guia que faz da consciência uma orientação para objetos, na melhor das palavras, para “coisas”. O sistema psíquico é analogado a um tipo especial de existência, que se traduz na polarização dos seus atos por dados não apenas nos domínios da Filosofia Teórica, mas também nos Valores e na História.

Não é apenas E. Husserl e a Fenomenologia que, por esta época, se deixam afetar pelo prestígio da ideia de objetividade das ciências da natureza e procuram a todo o custo salvaguardar uma igual objetividade para as disciplinas filosóficas, embora segundo um pendor não naturalista. Sendo o pulsar do tempo não deixa de coincidir com a tradição ontológica mais antiga sobre o Ser, onde a Fenomenologia acabou por ir procurar arrimo.

É o orientar-se para..., estar referido a..., polarizado por... da consciência que mesmo que expresso na linguagem do agir imanente da vida psíquica representa para a Fenomenologia sempre um tipo de existência voltado para outro tipo de existência.

É no contexto da *Filosofia como Ciência de Rigor* que o filósofo retoma as suas análises do psiquismo, combatendo a naturalização da consciência que estava em curso na moderna Psico-Física. Nesta demarcação do campo da consciência intencional frente à consciência do naturalismo nos deparamos com uma autêntica luta em redor do significado do Ser.

A situação em que se encontrava a Fenomenologia relativamente ao estatuto ontológico da consciência apenas se explica no contexto histórico vasto da crise da Psicologia Racional da tradição clássica na qual a própria Psicologia Experimental (Wilhelm Wundt) e a Psiquiatria incipiente do século XIX se encaixaram quando, muito ingenuamente, exibiram a objetividade dos seus resultados como um título de emancipação da velha Metafísica.

A referência e a interpretação do *Treatise...* de D. Hume, que E. Husserl trata com especial deferência não só em 1911, dá-nos a medida de uma dificuldade assim como da demarcação fundamental da Fenomenologia frente ao naturalismo. O campo da consciência segundo o fenomenismo humeano era o domínio dos fenómenos internos articulados uns com os outros num fluxo. D. Hume reconheceu bem este aspeto, mas acabou por fazer concessões escusadas ao empirismo naturalista quando situou as impressões empíricas no ponto de partida do fluxo.

E. Husserl considera, neste ponto, que a continuidade das perceções em que um mesmo objeto se apresenta, em toda a variedade de atos de doação, é típico dos seres que se formam na consciência. Uma análise da consciência terá de partir desta imanência e das referências aqui formadas. Por conseguinte, a posição do fenomenismo de D. Hume sobre impressões sensíveis é um vestígio do realismo ingénuo. Porém, ao excluir a determinação pelo objeto externo como uma explicação extrínseca acerca da referência intencional não se deixa de afirmar que a análise imanente da consciência continua a poder ser uma análise do Ser. Os chamados problemas da génese da consciência que estão carregados de naturalismo e empirismo só encontram solução dentro da análise imanente, que tem de começar pelo núcleo intuitivo do ser doado à consciência, na intuição, portanto. É daqui que decorre a tese central de E. Husserl de que é na intuição da consciência como existência psíquica que é possível uma pronúncia sobre o Ser.

Se repararmos melhor, este último princípio fica totalmente por justificar. Da afirmação de que da imanência psíquica decorre a tese do Ser não se infere que o psíquico possa ou mesmo deva ter um estatuto ontológico.

A demarcação operada consiste no seguinte. A orientação metódica da Psico-Física não é a fenomenológica. Aquela é naturalista e caracteriza a Psicologia Experimental, é devedora da atitude natural sobre os seres e é

parte da herança do empirismo. Porém, insiste E. Husserl que a Psicologia naturalista não é uma investigação do ser do psiquismo e que esta última fica prometida à Fenomenologia. No seu programa, a Fenomenologia deve ser a base da Psicologia científica futura, já liberta de naturalismo, e só com base nesta purificação é que a Psicologia se pode um dia aproximar de novo da Filosofia, ambas recondicionadas por uma abordagem nova em Teoria do Conhecimento.

Até à publicação das *Ideias I*, em que o método fenomenológico das reduções se refina, como propedêutica da teoria da constituição, se desenvolve a tendência, já notória nas Lições de Göttingen, de aprofundar o significado da imanência da consciência segundo uma feição idealista. A intencionalidade como expressão da imanência é um dos resultados da elaboração teórica das Lições, de que vai resultar a tese do ser empírico como tese apenas viável mediante a transcendência na imanência da consciência, mais tarde retomada nas *Meditações Cartesianas*.

Nos textos de 1910-1911 investigava-se a inclusão no campo da imanência não apenas do núcleo mais imediato do intuído e dado em pessoa, mas também do que se sugere já como vivência temporalmente distendida, tornando mais espesso o campo imanente da intencionalidade. Em concordância com as ideias sobre tempo imanente, a vivência é mais lata que o intuído instantâneo. A noção do fluxo da vivência pode então tornar-se um dos centros da análise fenomenológica voltada para as conexões internas dos dados intencionais. Porém, ainda assim, tendo ganho esta nítida espessura inferencial, a consciência intencional continua a ser sempre concebida como consciência de objetos, sendo que o idealizado é a coisa na sua verdade ou definição intencional como objeto claramente intuído ou diante dos olhos. A imagem do fluxo, a representação dos esboços imanentes da coisa, toda a disposição da variedade interior da consciência

servem para situar a convergência final para o objeto como a teleologia da vida psíquica.

Uma grande dificuldade estará em saber se uma tal vocação objetiva da consciência é ainda psiquismo ou se, diferentemente, ela mais não é do que a afiguração possível da consciência à medida do conhecimento lógico.

Da vocação para o objeto da consciência intencional e em particular do seu tratamento segundo uma teoria das técnicas fenomenológicas dá testemunho especial o volume das *Ideias I* no exame da diferença entre facto e essência.

Aqui, o filósofo esclarecia que não fora pretensão da Fenomenologia substituir-se à Psicologia ou menosprezar os resultados científicos das investigações experimentais, mas sim alcançar uma modificação de atitude perante a consciência que permitisse justificar a diferença entre a “atitude natural” e a “atitude fenomenológica” e o escrutínio próprio desta última do campo do ser consciente. O que está em causa é, então, o significado de descrição e de descrever quando nos referimos a fenómenos na aceção naturalista ou na fenomenológica. A Psicologia como ciência empírica não requer a mudança para a atitude fenomenológica, o que implica que a sua perspectiva é a de uma ciência de factos naturais e do tipo de objetividade característico dessa posição na orientação para o mundo circundante, segundo o modelo da percepção. Ao contrário de uma ciência dos factos de um mundo circundante, a Fenomenologia situa-se no terreno das “essências”, ganho mediante a técnica da redução eidética. A ida às essências está inspirada no mesmo princípio que dizia que só na intuição é possível pronunciar-se sobre os seres e é, portanto, lícito continuar a dizer que a Fenomenologia pretende ser uma ciência intuitiva do que se oferece “diante dos olhos” desprovido do acidental e contingente. Diferentemente, a Psicologia é ciência das “realidades naturais”, ou seja, de acontecimentos situados em conexões causais. O conceito de mundo é o que

adequadamente caracteriza a situação geral de que partem as ciências como a Psicologia. Mundo é definido como a soma dos objetos de uma experiência possível e de um conhecimento possível por experiência, no quadro do pensamento teórico de que não é possível excluir a causalidade e a percepção.

A recuperação por E. Husserl da demarcação convencional entre o necessário e o contingente é o que justifica o seu refinamento da diferença entre a intuição empírica e a intuição eidética e, com esta, a justificação do novo tipo de objetos que são os que se vão situar na imanência da existência psíquica, continuando sempre a ver na consciência a formação de objetos ora concebidos como seres da percepção ora como essências. A “mudança de atitude” é o acesso a uma nova objetividade e não o fim da ideia de objeto.

A entrada no campo eidético como domínio da “necessidade eidética”, que E. Husserl exprime como um processo na própria consciência, é uma passagem do “real” no “irreal” pela imaginação. Vai ser do tipo de irrealidade intencional do espaço eidético que depois vai depender o conhecimento dos seres da consciência segundo as notas da necessidade e generalidade em oposição à contingência e particularidade dos factos. Uma vez captado, o invariante eidético representa o padrão geral de que se podem extrair variações em que se podem integrar, como casos, os factos. De onde o programa da redução eidética que se desdobra basicamente nas três consequências que levam *i)* do facto à essência segundo um ingresso numa hierarquia de essências (§12) cada vez mais “puras” relativamente à concretização factual dada na intuição empírica; *ii)* à distribuição dessa hierarquia em regiões eidéticas (§9) concebidas como “categorias de indivíduos”, como o “ser consciente” ou “coisa material”, etc., até *iii)* ao posicionamento da Fenomenologia na “região consciência”.

O desenvolvimento destas três consequências é como a clarificação da tese geral do § 2 de *Ideias I* em que o autor afirma que todo o objeto individual tem uma constituição específica que é como um feixe permanente de “predicados essenciais”.

À medida que ingressamos no conteúdo da consciência vamos perdendo as conexões laterais da vida psíquica para nos concentrarmos apenas no ideado, como tal, no que se tomará como o invariante eidético, como se ganhássemos um novo enervamento da vida psíquica. E. Husserl está perfeitamente ciente de que aqui se trata de um processo, de uma técnica, em que elementos reais se combinam com irrealis e o lateral com o central da ideação.

Todavia, para ele, o decisivo não está no processo ou nas técnicas do processo, mas no invariante final, que depois é assumido como o que sempre esteve em causa na cognição. Mesmo que não conclua por nenhuma tese biológica sobre o significado das essências tudo se passa, na descrição do conhecimento, como se elas pudessem ser entendidas como equivalentes das estruturas inatas do nativismo cognitivo. Embora sendo só aparente, esta proximidade perigosa resulta de não se evidenciar que quanto mais longe se vai na determinação do invariante, mais ricas em complexidade são as operações psíquicas a que se recorre no plano imaginário e na estrutura virtual, que assim se ergue para compreender, na imanência da consciência e segundo o *quid* eidético, o real da intuição empírica dos factos.

O § 3 de *Ideias I* aprofunda a identificação daquilo que na essência a liga ao indivíduo, determinando-o como o *quid* do indivíduo. É o *quid* do indivíduo que “é posto como Ideia”. Uma tal referência a um *quid* eidético é muito significativa e explica o que logo de seguida nos diz o autor, quando pretende que se pode converter uma intuição empírica numa intuição eidética. A conversão concretizará a *Wesenschauung*, a intuição da essência.



O *quid* do facto como fim do ingresso na enervação eidética do conhecer apresenta-se como um duplo ideal, pois é nele que o objeto é finalmente posto como objeto intencional e separado do vago da experiência e o real determinado segundo a sua verdade irreal ou intencional. Segundo este último fio, a garantia da adequação do intuído na experiência, como o real da intuição empírica, está na virtualidade das estruturas intencionais doadoras de sentido. Segundo a primeira linha, é só a essência intencional que garante o sentido do ser objetivo adequado do que é apreendido na base sensório-motora do organismo, como uma rede de conexões reais ainda não reduzidas e de inferências diversas.

A diferença entre visão adequada e visão não-adequada da essência, os esboços e o invariante eidético são meios conceptuais ao serviço do aperfeiçoamento da técnica de objetivação do *eidos*. É em conformidade com este objetivo que se pode sustentar que as intuições empíricas são todas inadequadas e indiretas, precisamente por não colocarem a visão diante da essência como um objeto, mas, ao contrário, dependerem de uma exploração inferencial da coisa, cuja razão de ser está na articulação sensório-motora do corpo próprio orgânico, lançado no mundo. A possibilidade de uma gradação contínua na construção da essência que leva desde a intuição empírica até à essência totalmente adequada é invocada e exemplificada para novamente sublinhar que a noção de objeto aplicada à essência não é arbitrária, mas pelo contrário define exatamente o que a essência é quando identificada com o *quid* da coisa.

Da possibilidade da orientação da atenção para objetos que são essências resulta analogamente a noção de juízos sobre essências e de um ajuizar eidético. O exemplo do triângulo e das proposições da Geometria revela como os juízos se podem referir a factos como exemplificações de essências, do mesmo modo que um triângulo desenhado está para o triângulo ideal nas respetivas propriedades. A Geometria é uma boa ilustração de uma

disciplina eidética em que as noções sobre figuras se dão num plano eidético reduzido, baseado na intuição.

O campo judicativo que é explorado em síntese no § 6 de *Ideias I* indica uma articulação virtual de domínios que vão desde o julgar eidético, ao juízo ou proposição eidéticos, a verdade eidética, o estado de coisas eidético (§7) correlato da verdade em sentido eidético e o estado de coisas eidético enquanto é puramente visado, etc. Neste campo reconhece-se o que a Fenomenologia entende por significação ou uma essência do signo e o que concebe como articulação, dentro dos juízos, entre substratos e objetividades sintáticas.

A facticidade está articulada com o âmbito eidético que, como se viu, E. Husserl não deixa de conceber como *a* objetividade. É este estatuto de objeto que o § 10 de *Ideias I* explora. No plano formal, o objeto representa uma “forma vazia” que, enquanto “pura forma eidética”, é depois diversamente preenchida. A Ontologia formal conterà em si as formas de todas as ontologias possíveis e fornece, além disso, a legislação sobre as essências eidéticas materiais. A Ontologia formal, em especial a Lógica, é tomada como a “ciência eidética do objeto em geral”. É aqui que nasce a própria essência do ser objeto segundo a *forma geral da objetividade*. Constituem-se aqui axiomas sobre o significado do “objeto em geral” de um tipo exclusivamente formal. As categorias sobre o “objeto em geral” são analíticas em oposição às proposições sintéticas. Categorias lógicas analíticas são, entre outras, as de número, estado de coisas, relação e identidade, propriedade, grupo, todo/partes, género/espécies, etc.

A distribuição das categorias da Ontologia formal em categorias de tipo lógico e categorias da significação é da maior relevância para o nosso ponto de vista. Se nas categorias lógicas se incluem os domínios anteriormente referidos e orientados essencialmente para o número e relações lógico-formais, já nas categorias da significação posicionam-se as proposições e os

modos proposicionais enquanto nestes se concebem os objetos. A significação e os seus modos estão intrinsecamente associados a objetos, orientados para estes e referem (exprimem) estes.

A noção de objeto atravessa, portanto, toda a esfera categorial, pois também as categorias lógicas e lógico-matemáticas se deixam exprimir com o recurso à exemplificação de objetividades, de que o exemplo das figuras geométricas dava testemunho. Os objetos da significação proposicional possuem, antes de tudo, a sua condição de possibilidades nestas formas para se conceberem como conteúdos de ideações.

É, todavia, sempre a partir de um patamar de objetividades na direção de objetividades de um outro nível que se desenrola o modo de consideração das relações entre o formal, o regional e o factual na dimensão lógica assim como nas categorias da significação.

As essências são na expressão do § 19 as “coisas mesmas” ou o que é doado à consciência segundo o modo de uma originalidade não discutível, em concordância com a ambição cartesiana ou ainda à luz da unidade entre *cogitatio* e *cogitatum*, noese e noema.

Por outro lado, mesmo que distinga no §§ 22 o projeto fenomenológico da tradição do essencialismo platónico, o modo platonizante como constrói a doutrina da consciência doadora originária segundo a metáfora do “eu vejo que...” diz o suficiente acerca da teoria fenomenológica da visão, inspirada na polarização olho-coisa, mas também revela o que, à sua luz, é preciso que se faça para subordinar a vivência psíquica aos ditames da certeza racional, em contraste com o inferencialismo universal do empirismo. E. Husserl mostra como é o conceito de objeto que pode, mais uma vez, estar na base de mal-entendidos sobre o tipo de realidade a que se reporta a visão na “visão das essências”. Explicitando, promove-se um “conceito universal de objeto” como o que definida e claramente entra no campo da consciência, em geral, e pode ser pronunciado em juízos de um modo concordante.

Após o desenvolvimento da redução fenomenológica com as técnicas suspensivas respectivas sobre a transcendência do corpo próprio, do mundo, dos objetos e das outras mentes, que servia o propósito de uma alteração radical da tese da atitude natural, abre-se o campo da consciência pura transcendental coincidente com a imanência. É aqui que se descobre todo o alcance do conceito fenomenológico de objeto. O *cogito* é um “dirigir-se a...” intencional diferente da percepção pré-reduzida mas que é, não obstante, polarizado pela objetividade.

Não há qualquer dúvida que para E. Husserl o característico da consciência é o estar reportado a algo... Contudo, não se deu conta da ambiguidade desta noção da “consciência de... um *quid*”. Na imanência da consciência previa uma análise rica das estruturas e relações intencionais. Porém, esta riqueza dificilmente se pode comprovar se a imanência estiver povoada de objetos ou apenas de relações bipolares noese-noema.

A tese da forma-objeto como forma fundamental do sentido psíquico é o que fere fatalmente a Fenomenologia e a impede de ser um construtivismo consequente sobre operações de um sistema psíquico, dinâmico, com linhas sequenciais dispostas em processamento paralelo e acerca de si mesma como descrição teórica sobre esse sistema.

Pode questionar-se se o *eidós* fenomenológico é realmente o que define a consciência na apropriação psíquica do ser apodítico ou pelo contrário o que, concretamente, define o resultado de uma atividade psíquica, daquela que foi mobilizada pela técnica das reduções fenomenológicas.

Além disso, o modo como a técnica das reduções colocou diante de nós os procedimentos que é necessário desenvolver para chegar a alguma coisa a que se possa chamar essência acaba por ser uma ilustração, involuntária, do caráter complexo e processual da formação da consciência de objeto em geral, incluindo os objetos da atitude natural.

Uma Fenomenologia da Fenomenologia está ainda por fazer, mas dela se espera que dê conta da gênese nas operações descritivas da Fenomenologia de um tipo especial de objeto ou essência intencional, que é o produto da atividade bem definida do fenomenólogo nos seus diferentes passos.

A redescoberta da forma intencional da consciência pela Fenomenologia não constituiu a entrada revolucionária numa nova era na História das teorias sobre conhecimento e sobre a consciência. Como mostrou M. Heidegger depois de E. Husserl, tratou-se de uma atualização de um conceito ontológico, na realidade uma noção da Escolástica, em mutação na época das disputas sobre os fundamentos da Lógica de finais do século XIX. Relativamente à herança das teorias representacionais da consciência, os avanços fenomenológicos são mais compromissórios do que revolucionários.

Nas *Ideias I*, ao caracterizar nos seus momentos o movimento da ida aos fenómenos, nas reduções, revelava-se no *quid* essencial o fundamento e fim desse mesmo trânsito. A causa desse afazer psíquico estava no *quid* intencional e de modo algum ela se atribuía à dinamização das técnicas redutivas. Em suma, o movimento justificava-se pelo dado e não o dado pelo movimento. A passagem do facto à essência era como que posta pela essência e não formada nas descrições fenomenológicas, enquanto tais, no seu desenvolvimento.

A intencionalidade fenomenológica pretendia unir, assim, os dois aspetos do ato e do dado, mas segundo a teleologia da essência, não obstante os detalhes com que E. Husserl nos descreve as reduções e a gênese eidética. Porém, de um ponto de vista estritamente lógico, um ato nunca pode ser reduzido ao seu termo nem este último pode ser considerado a razão de ser do ato que o constituiu. A ida às essências não podia ser compreendida como um movimento até ao que se encontrava de certo modo já estruturado como seu termo, sem contradição.

De acordo com a visão do fenomenólogo, se no movimento do visar intencional se tivesse seguido um caminho diferente o resultado estaria, contudo, sempre lá, no seu estatuto de *eidós*, como o triângulo como tal para os triângulos esboçados no papel, não apenas para objetos geométricos. Eis a conclusão aparente para que aponta o estar reportado a... da consciência intencional reduzida, quando não se escolhe narrar a ação do reportar a..., enquanto tal, o que aqui concretamente sucede, o modo como a consciência exclui e inclui, como se agrupam certas seleções, a concentração da atenção, os processos sensório-motores envolvidos na atenção, etc.. Com uma nova perspectiva do ato se mostra como é imperfeita qualquer síntese definitiva entre a ação do visar intencional e o seu dado, que apenas privilegie o ser objetivo do dado.

Antes de se tentar descobrir as fragilidades teóricas do projeto fenomenológico contrapondo-o ao modo como se constitui a noção de objetividade no “ser-no-mundo”, mediante uma retomada da atitude natural, convinha mostrar como é já na imanência do sentido psíquico que falta à Fenomenologia uma noção conveniente sobre a atividade e dado psíquicos. Se a ida às essências pode descrever algo de adequado sobre a formação de certos objetos teóricos de disciplinas científicas é porque na descrição eidética estamos perante uma atividade psíquica de um tipo técnico particular, que seriou sequências no sentido psíquico de um tipo também particular a cuja conclusão chamou *eidós*. A diferença entre visão adequada e visão não-adequada do § 3 de *Ideias I*, que emparelha com a doutrina dos esboços da essência, revela a preferência pelo dado em prejuízo da atividade. Presume, efetivamente, que é o *quid* essencial que determina a própria condução do processo. Tal privilégio configura uma visão particular sobre o sentido psíquico que não é favorável aos processos mentais na sua complexidade de um tipo não-lógico. Na medida em que E. Husserl se apercebe da diferença entre o plano psíquico e o eidético da

Fenomenologia e pretende privilegiar este último com vista a uma fundamentação gnosiológica da Lógica, tem naturalmente de passar para uma dimensão transcendental e exigir um aprofundamento transcendental das reduções como aquele que levou, no seu percurso, até às *Meditações Cartesianas*.

O difícil enlace entre o ato e o dado da noção de intencionalidade se evidencia, novamente, no que toca à noção de signo da Fenomenologia, no seu início.

A importância do objeto intencional na exploração fenomenológica da consciência estende-se até à teoria do signo e da significação. A primeira “Investigação Lógica” sobre “Expressão e Significação” delineava uma Semiótica das “intenções de significação” cujo fio condutor estava na identificação dos atos de preenchimento do sentido em sujeitos-locutores e na descoberta da plenitude intuitiva do objeto significado na sua relação com as formas da significação e com os meios de expressão, nos termos e nos juízos, concretizando assim o desígnio de uma Doutrina Geral da Representação.

É já nas *Investigações Lógicas* que as referências que o filósofo faz aos grandes temas da Filosofia da Linguagem do princípio do século, como a distinção entre dimensão física e espiritual do signo, sentido, referência, comunicação e intenção de significar, exprimir e indicar, etc., estão articuladas com a teoria fenomenológica do objeto e pensadas com o intuito de aplicar a Gnosiologia da intencionalidade à teoria lógica sobre o juízo e os seus componentes, articulando assim o lógico e o noético, tal como no programa de G. Frege.

É assim que se explica o tratamento da diferença entre análise gramatical e análise da significação, distinções gramaticais e distinções lógicas. (Husserl 1900, 1913<sup>2</sup>: §4 - Primeira Investigação), cuja necessidade é mais uma vez invocada ao lembrar a inconsistência da solução de Franz Brentano.

A significação, propriamente dita, encontra-se do lado das vivências intencionais que são responsáveis pela atribuição de sentido aos termos e às ligações proposicionais entre eles, que são signos do pensamento. A dimensão gramatical pertence ao terreno expressivo da linguagem, em que importa distinguir um domínio associado às formas da significação dependentes diretamente das vivências intencionais e um outro que pertence ao lado externo da proposição, flutuante segundo as circunstâncias exteriores do discurso.

E. Husserl começa por distinguir entre função indicativa e função expressiva nos signos e entre sinal e signo. Usa o conceito de sinal para traços dotados de valor indicativo para outros traços, sem um valor expressivo obrigatório. Se os signos expressivos contêm sinalização e são nesse aspeto sinais, estes últimos apresentam manifestações mais vastas que as expressões significativas. As expressões são definidas como signos que “mantêm uma unidade fenoménica com as vivências exteriorizadas na consciência” (Husserl 1900, 1913<sup>2</sup>: Introdução às Investigações para a Fenomenologia e Teoria do Conhecimento, § 5). Aqui se separa o plano involuntário da indicação do sinal do carácter forçosamente intencional da expressão dos signos. Signos indicativos são algo que serve de sinal para outra coisa para um ser que pensa (Husserl 1900, 1913<sup>2</sup>: Primeira Investigação, § 2). No signo indicativo, a relação de indicação é típica de uma situação em que um sujeito que conhece um objeto é levado à presunção da existência de objetos segundos para que esses primeiros apontam. O nexu indicativo é considerado como um motivo da crença na existência de outra coisa diferente da primeira, mas de que esta dá notificação ao sujeito. A conexão de relação entre o primeiro objeto e o segundo pode ser entendida como um quase-juízo, que consiste na afirmação de que uma tal conexão é existente e dotada de objetividade para alguém. Todavia, na indicação



sígnica este juízo está normalmente implícito e não é verdadeiramente resultado de inteleção.

Ao contrário da estrutura de sinal, as expressões veiculam no discurso pensamentos de um modo intencional. Nisto se diferencia o discurso dos atos involuntários que se podem traduzir em sinais involuntários para outrem no ato de interlocução, como os gestos do corpo não pretendidos pelo sujeito a que só pode atribuir-se um significado mediante imputação externa por um observador.

É a respeito das expressões discursivas intencionais plenas que E. Husserl diferencia as três funções dos signos expressivos da notificação, significação e referência.

Os signos participam no discurso comunicativo na medida em que obedecem à finalidade de manifestar um determinado conteúdo intencional ideado por um locutor e, graças à função notificativa, é possível a alguém ir do signo até às vivências psíquicas correspondentes no interlocutor, embora não possa reviver “em pessoa” o significado que outrem atribuiu às expressões da sua fala, mas somente ter delas o equivalente a uma percepção externa (Husserl 1900, 1913<sup>2</sup>: Primeira Investigação, § 7).

O signo expressivo está situado entre a dimensão da vida psíquica interior com as suas estruturas e orientações para os objetos intencionais e as diversas situações comunicativas, que resultam da vida quotidiana, mediadas pelo discurso e pelo falar e ouvir. O signo cobre as dimensões expressiva e indicativa de toda a estrutura de sinal, mas E. Husserl subordina o dinamismo semiótico ao movimento psíquico típico do preenchimento intuitivo de intenções abertas ao preenchimento ou intenções signitivas. A função referencial de um signo depende do que é referido e este não é outra coisa a não ser o objeto de uma intuição possível. O fazer signo aponta para o seu conteúdo intencional na sua face psíquica da mesma maneira que uma

intenção por preencher na vida psíquica aponta para intuições plenas, em que o objeto se dá “em pessoa”.

Um signo sem objeto a que aponta acaba por ser tão irreconhecível quanto um pensamento sem o seu conteúdo.

O objeto representado no signo é o seu significado e este só se pode definir com clareza se a própria representação for adequada, ou seja, se se aproximar do tipo da representação intuitiva. É esta, então, que, propriamente, doa o sentido pleno ao signo expressivo como o espírito que se atribui uma figura sensível.

Em geral, no ato representativo em que alguma coisa assume o lugar de outra o movimento do tender para... na sua diversidade interna se acha voltado ou mesmo reduzido à forma-objeto que se tomou como o fim desse movimento tanto na vida psíquica em que os atos intencionais se descobrem nas suas polarizações objetivas assim como nos signos, onde expressamente algo está no lugar de outra coisa, em que o representar só vale como tal na medida em que se mantém a unidade da diferença entre o signo e a coisa significada.

O sinal, em que E. Husserl reconheceu as formas involuntárias do indicar, mas também o signo propriamente dito, como sinal voluntário usado no discurso, são formas intermédias da vida psíquica, estão entre a intenção e o intuído. Elas se devem ao caráter não preenchido das intenções na medida em que se exprimem e exteriorizam. A descrição que a primeira “Investigação Lógica” faz de um ato de comunicação, no discurso, reflete precisamente este estado intermédio de uma vida psíquica intencional que se abre a outra propondo-lhe um conteúdo de uma revivência, por meio de signos compartilhados, mas reconhecendo que o revivido só pode ocorrer mediata e inadequadamente.

Este ideal do trânsito na comunicação entre dois fluxos vivenciais é em parte o simétrico do que se desenvolve na interioridade psíquica, em que a

intenção se dirige para o preenchimento intuitivo, só que na comunicação nada pode garantir a identidade entre a revivência psíquica dos outros e as vivências psíquicas originais de um eu. No entanto, E. Husserl continua a definir o signo expressivo como aquele no qual alguém colocou uma intenção de comunicar uma vivência.

O ideal fenomenológico tornava-se, assim, o da subordinação à idealidade da certeza lógica dos domínios da consciência e da comunicação.

É de facto o valor a atribuir à articulação entre as dimensões lógica, psíquica e comunicativa do signo expressivo que se está a jogar ao longo da “Primeira Investigação” sobre expressão e significação. O desafio de formar uma teoria unificada da significação lógica, do sentido psíquico e da comunicação não é vencido.

A orientação teórica da Fenomenologia estava traçada, logo no início da “Primeira Investigação”, com o valor atribuído à diferença entre indicação e expressão, à dimensão involuntária e voluntária no discurso. Depois de propor definir o dinamismo psiquismo em torno da teleologia da intenção e da intuição e de assim colocar no centro do ser consciente o ideal de certeza, da Lógica, ia também subordinar a comunicação à teleologia intencional e o discurso à intenção de “significar algo como algo” do locutor.

A pretensão de encontrar um fundamento cognitivo no ato de pensar para a Lógica transformou-se, no caso da Fenomenologia e em ensaios equivalentes, num sacrifício lógico do pensamento.

Que ninguém pensa segundo as exigências estritas da Lógica sem que isso corresponda a um delirar é uma evidência da vida quotidiana, ainda confirmada pelo facto de o pensamento se poder conformar a essas regras quando nelas reconhece explicitamente as orientações de uma tecnologia. Quer dizer que o pensar é mais vasto e muito mais complexo e variado que o exigido pelas regras lógicas da coincidência entre representações, termos e condições sintáticas da ligação entre termos e proposições.

Aqui, este excuro sobre a Fenomenologia de E. Husserl autoriza uma lição - a cognição não é toda a consciência.

Uma máquina que processe cognição não é idêntica a outra que processa sentido psíquico. Podem ambas atuar em paralelo na mesma unidade biológica, em coordenação ou como se queira considerar a sua articulação, mas os seus processamentos centrais só coincidem em parte.

É por isto que não se tem por adequada a subordinação ou redução do psíquico ao cognitivo quando tratamos de investigar os fenómenos da vida psíquica, consciente e inconsciente, como eventos não-lógicos de um sistema dinâmico.

Levaremos entendida por cognição no sentido psíquico uma tecnologia particular formada na consciência, mas não redutível a esta e incapaz de a retratar integralmente. O processamento central da cognição está orientado para a fixação de objetos intencionais e para a sua tradução em proposições, cujo significado está subordinado a avaliação lógica, à luz dos modelos do cálculo lógico. A dimensão lógica revela-se, assim, uma componente da cognição e só indiretamente está relacionada com a vida psíquica.

Veremos, além disso, que o reconhecimento da cognição como tecnologia distinta dos sistemas em que se incorpora é um procedimento analítico que permite identificar processamento cognitivo em sistemas dotados de elementos não-psíquicos, como sistemas da inteligência artificial, sistemas baseados na comunicação ou sistemas normativos. A cognição pode então operar dentro de sistemas comunicativos fechados relativamente a condições psíquicas e aos ditames do cálculo lógico. De modo semelhante, a cognição desenvolvida nos sistemas de inteligência artificial regula-se por regras de um cálculo diferente do cálculo lógico sobre termos e proposições. Se a Hermenêutica pós-fenomenológica focou as dificuldades de E. Husserl sobre o tema da comunicação e do estatuto fenomenológico do tempo não

esteve empenhada na proposta de uma saída da questão difícil da separabilidade dos processamentos cognitivo (lógico) e psicológico.

Parta-se do modelo dialógico defendido por Hans-Georg Gadamer, da Ética de Emmanuel Levinas ou da desconstrução das teorias do signo de Jacques Derrida, particularmente com *A Voz e o Fenómeno* ou a retomada crítica por Paul Ricoeur dos embaraços decorrentes do uso das metáforas do fluxo do tempo imanente em *Tempo e Narrativa*.

Aqui, se encontramos formulados os pontos cegos da Fenomenologia não vemos uma indicação explícita acerca do alcance da impermeabilidade entre as sequências comunicativas dos signos, sujeitas à padronização comunicativa, e as vivências psíquicas entendidas como significações internas, que se desenrolam entre intenção e intuição. *A Voz e o Fenómeno* de J. Derrida e à sua maneira E. Levinas estiveram muito próximos de observar o tema da autonomia sequencial da comunicação e da consciência, o primeiro no quadro da desconstrução do “querer dizer” da intencionalidade discursiva e o segundo ao emancipar o tema da alteridade pessoal dos quadros analíticos da V Meditação Cartesiana e da constituição fenomenológica da “vida alheia”.

Todavia, a inadequação do sentido da comunicação ao sentido da vida psíquica continuava por explorar com detalhe, assim como o motivo de fundo da diferença entre cognição e vida psíquica. O que de algum modo se conseguiu mostrar foi que a intencionalidade voluntária do sujeito-locutor não podia aplicar-se a toda a extensão dos atos de comunicação. Aqui, a Literatura terá ajudado a perceber os limites do que se chegou a chamar “falácia intencionalista”, que, sem dúvida, era a deficiência a apontar à teoria da comunicação das *Investigações Lógicas*.

Fora do âmbito dos Estudos Literários e da Arte, a argumentação moral e política não só continuou a pretender que a sociedade e a comunicação, nos seus aspetos objetivados, padronizantes e institucionalizados, queriam

dizer alguma coisa, tinham intenções ou se podiam reduzir a intenções de autores individuais ou coletivos com objetivos e planos, apenas um pouco mais complexos do que o presumido em locutores definidos no espaço-tempo de um observador, como, por outro lado, também as Ciências da Cognição não parecem ter dispensado o ideal lógico da certeza como fio regulador da investigação do sentido psíquico em alguns dos seus autores representativos, como se viu a propósito de Jerry Fodor.

O conceito husserliano de signo expressivo é uma noção lógica, apta a dar conta do que um sinal deve conter para representar adequadamente um conceito em um termo proposicional na tecnologia cognitiva de um sistema psíquico. O propósito de formar uma ideia da comunicação, ou mesmo do sentido psíquico, nele inspirado, é redutor do sentido psíquico e da comunicação. O espírito redutor reflete-se logo na forma inadequada de conceber a estrutura de endereçamento da comunicação, como se ela pudesse subordinar-se a intenções dos locutores, nos seus componentes materiais, nos meios simbólicos e situacionais de contexto ou nas atitudes em que o voluntário e o involuntário não contrastam um com o outro.

A Pragmática Linguística e a Filosófica que se inspiraram em teorias não-intencionalistas do signo, nos esboços de Ludwig Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* ou nos diagramas e classificações dos signos de Charles S. Peirce, por exemplo, andaram já muito longe de se subordinar ao que a Fenomenologia da “Primeira Investigação” de E. Husserl havia traçado.

### 2. 3. O mundo da “atitude natural” e a realidade da ciência

Propomos, nesta alínea, um retrato muito breve de algumas das questões suscitadas pela obra de Wilfrid Sellars na sua continuação da análise fenomenológico-hermenêutica do “ser-no-mundo”, de modo a perceber melhor o alcance da Fenomenologia do mundo da atitude natural que, muitas vezes, se associa com o significado do pensamento natural quando não mesmo com o próprio sentido psíquico na sua geração espontânea na relação com totalidades de sentido da experiência do mundo. A clarificação do alcance e limites da Fenomenologia do mundo da atitude natural prepara os desenvolvimentos da alínea 2. 4., em que, no confronto com a literatura filosófica relevante, se ensaia reposicionar a sensibilidade na percepção da totalidade de sentido do conceito de mundo da atitude natural.

Em *Science, Perception and Reality* (1963), Wilfrid Sellars recuperava a noção do homem-no-mundo para descrever a sua própria ideia de um conhecimento da totalidade de sentido da atitude natural. Na sua terminologia, distinguia a perspetiva manifesta ou aparente sobre o conhecimento da perspetiva científica.

Com recurso à intencionalidade e ao que se deve chamar uma Fenomenologia do Sensível pode-se diferenciar entre uma imagem manifesta, a da aparência imediata em que se move o homem comum, e uma imagem científica, a que resulta da construção científica da realidade, fruto da medida e da estipulação de teorias sobre *o que é*.

A noção da imagem do mundo manifesto deve, contudo, diferenciar-se do plano ingênuo da vida de todos os dias e representa algum tipo de reflexão sobre a totalidade do homem-no-mundo. Neste patamar reflexivo, o filósofo americano incluiu o mundo como objeto da Filosofia e como grande tema da chamada “philosophia perennis”.

Considerou, além disso, que uma parte significativa da “Filosofia Continental” e muitas ideias da Filosofia Britânica do *common sense* assim como a Filosofia Americana foram baseadas no plano manifesto, diferentemente de outras correntes, mais centradas na imagem científica da realidade e no valor estipulativo das teorias na fixação do *que é*.

Pessoas e coisas são as categorias básicas da imagem manifesta do homem-no-mundo. Há um dinamismo entre as duas categorias que explica por que a imagem original pré-científica consistia numa crença na personalidade do meio ambiente e por que a Ciência evoluiu desde esse estágio até ao modelo atual com os seus pressupostos na ideia fisicalista de causalidade (Sellars 1963: 12). O conceito de causalidade é um produto da evolução da imagem do mundo pré-científico para a imagem científica da realidade. Só esta última consegue dissociar completamente as pessoas de objetos.

Na Filosofia contemporânea, atribui-se à obra do “segundo L. Wittgenstein” a responsabilidade de aproximar de novo a Filosofia da imagem do mundo manifestativo (Sellars 1963: 15). Neste contributo, houve o reatar de uma ligação das tarefas da Filosofia Analítica com a tradição da “*philosophia perennis*”. Do outro lado das duas imagens da realidade, foi a imagem científica do mundo que mais concorreu para gerar a impressão de que o mundo exterior, captado primeiramente em sensações, era a causa do conhecimento humano, das ideias e da associação de ideias.

*Ciência, Percepção e Realidade* concebe a “*philosophia perennis*” como uma sistematização da imagem manifesta do homem-no-mundo de tal modo que, para os autores integrados nesta tradição, esta construção reverte imediatamente em realidade e realidade vivida. O autor parece não atender ao facto de nesta tradição existir já um mecanismo de objetivação das construções do real, que é aquele que a Ciência moderna vai herdar e continuar. A Física aristotélica tanto é uma imagem manifesta como uma imagem com pretensões científicas e pretender alinhá-la exclusivamente



num dos lados da alternativa é falsear a visão grega clássica sobre a objetividade das representações da ordem do mundo físico e humano.

É para ultrapassar esta dificuldade, velada no seu texto, que o nosso filósofo corrige a sua distinção inicial no sentido de indicar que a imagem manifesta é a que se fixa no mundo perceptível, enquanto a imagem científica é aquela que deliberadamente vai além do manifesto no sentido de uma explicação do próprio perceptível, mas mediante aspetos do real que não são perceptíveis (Sellars 1963: 19).

A imagem manifesta ou aparente recorre exclusivamente a instrumentos de correlação entre as dimensões imagísticas e os objetos da percepção, ao passo que a imagem científica recorre, para além das correlações, a postulações que só as teorias científicas conseguem determinar e fixar. Até este ponto a linha divisória parece recorrer a um critério claro. Veremos que os problemas aparecem quando se descobre que o critério não tem o valor heurístico que se lhe atribui comumente.

Em primeiro lugar, a identificação que o filósofo americano estabelece entre a visão do mundo e do cosmos da “*philosophia perennis*” e a imagem manifestativa do homem-no-mundo, em comum contraste com a ciência moderna, é só parcialmente adequada. Por um lado, a sua imprecisão é devida ao facto de a tradição filosófica clássica ter sido a inspiradora do modelo de objetividade ainda em curso nas ciências modernas. Por outro lado, a “*philosophia perennis*” reflete a imagem manifestativa de um modo diferente da imagem manifestativa do homem comum, em virtude do uso de categorias do pensamento reflexivo que não estão ao dispor do homem comum e de uma visão do mundo como uma ordem estável e em si mesmo inteligível, fruto da projeção do significado das categorias filosóficas nos próprios objetos da experiência imediata. O Homem comum não dispõe de instrumentos conceptuais como os da Filosofia Clássica e os seus interesses na construção do mundo circundante estão longe de poderem coincidir com

o tipo de interesse que atravessava o ideal da “theoria” da Filosofia grega clássica, chame-se-lhe ideal contemplativo ou vida contemplativa.

Wilfrid Sellars não mostra o erro da tese basilar do que chama “philosophia perennis”, que consiste em atribuir existência objetiva à forma como a “theoria” concebe as coisas do mundo da percepção imediata. O problema com a sua tese sobre a proximidade entre a “philosophia perennis” e a forma da representação da “atitude natural” não está só em desligar o mundo da primeira da reflexão teórica objetivadora. Está, também, em não revelar a gênese concreta do conhecimento sensível, em virtude de o haver fixado na forma imóvel, inquestionavelmente dada dos objetos de uma pretensa “ida às coisas” na também pretensa imediatidade do conhecimento natural do homem-no-mundo.

Em consequência da forma como constrói a noção do conhecimento entre o tipo manifestativo e o tipo científico, a obra de W. Sellars tem de se defrontar com o estatuto da percepção e da sensação.

Assim, quando critica as ideias de alguns filósofos que pretendem que os processos neurofisiológicos são o mesmo que processos conscientes ou os estados neurosensoriais a mesma coisa que a sensação consciente (Sellars 1963: 30-31) não parece aperceber-se que o problema não está na identidade dos elementos (neurofisiológicos de um lado e conscientes, do outro) mas sim em o pensamento ou a consciência não ser formada nem conter dentro dela nada a que se possa chamar objetos, a não ser, precisamente, na forma já condensada e reduzida do seu dinamismo. Como se viu atrás, nem sequer se pode, em rigor, afirmar que o processamento de informação neurofisiológica está ancorado em pontos fixos que se podem traduzir nos equivalentes psíquicos de objetos mentais.

Levados pelos pressupostos da “philosophia perennis”, só encontramos coisas na fonte da imagem manifestativa ou da aparência sensível do mundo do “homem-no-mundo”. O que quer dizer que a “philosophia perennis” não

se guia em menor grau que a ciência moderna por postulados. Dizer que o mundo é feito de objetos da percepção é postular que é assim frente à gênese concreta do sentido psíquico que não conhece tal coisa a que se chama objetos, a não ser segundo um modo não original do sentir e do pensar. Os nichos ecológicos em que se dá a percepção não são feitos de coisas, mas sim de vetores de orientação orgânica, sensório-motora, de memória e reconhecimento.

Ora, lembre-se que as objeções às divisórias entre mundo da atitude natural e mundo da ciência, “*philosophia perennis*” e Ciência moderna não envolvem apenas as teses de W. Sellars mas, verdadeiramente, a fonte dessa distinção na Filosofia fenomenológico-hermenêutica.

Um aspeto a reter da crítica do filósofo americano à primazia da construção científica da realidade está na tese da diferença entre o valor qualitativo das imagens e sensações e o carácter não qualitativo do pensamento conceptual da ciência (Sellars 1963: 32-33). Esta ideia parece-nos especialmente ajustada ao nosso propósito de afastar a semelhança ou identidade entre objetivação dos conteúdos conscientes por meio da fixação de nexos causais, entre outros, e o carácter qualitativo da atividade psíquica ligada a tais conteúdos. Com efeito, é por não ter atenção a esta diferença que se pode julgar que identificada a base neurofisiológica dos processos mentais se está, *ipso facto*, na posse desses mesmos processos como constituintes psíquicos.

Na nossa maneira de ver, a ilusão que daqui decorre é a de que não há uma diferença entre sequências psíquicas no seu processamento interno e essas sequências observadas segundo um modo objetivador, que toma o foco externo da objetivação do diagrama estipulativo como semelhante à realidade física exterior aos organismos.

Há uma confusão nas teses de W. Sellars, que consiste em supor que a dimensão qualitativa da vida psíquica se assemelha a crenças na existência

e disposição regular de objetos à nossa volta, tal como eles são apercebidos por uma consciência vulgar do Homem ocupado com atividades práticas, e descritos no conceito de ordem da “*philosophia perennis*”. Na verdade, a própria consciência vulgar e também a “*philosophia perennis*” com o seu mundo ordenado com objetos são já produtos de objetivações teóricas ou para-teóricas.

Procurar encontrar aqui o significado da percepção e da sensação pode não ser a via mais indicada, muito embora se possa dizer que é perante objetos e suas relações instrumentais que o “homem no mundo” está situado. São dimensões diferentes.

Temos de distinguir entre a própria organização qualitativa da consciência e as observações e descrições dessa organização, à luz, por exemplo, de nexos causais entre o que se passa no encadeamento psíquico e o que é tido por sua fonte. A polarização por objetos só ocorre nas observações e descrições com graus variáveis de complexidade e reflexão conceptual. Com isto não se diz que a consciência e a corrente psíquica são alheias ou contrárias à polarização por objetos, mas sim que esta última é uma modificação da própria consciência quando esta se retoma a si mesma e, então, se concebe no modo da objetivação.

É assim possível à consciência processar elementos da corrente psíquica no modo objetivado, mas não lhe é possível evitar o seu próprio encadeamento sequencial, que é primário.

Quer dizer que não é próprio da consciência na sua orientação interna, processiva, ficar retida nos mesmos objetos que vão constituir o foco da atenção sensorio-motora na visão da chamada “atitude natural”, pois o sentido de um objeto só pode definir-se no momento seguinte da corrente psíquica e em articulação com uma multiplicidade de condições ambientais, que nunca estão definitivamente fixadas e em que não se podem excluir condições tecnológicas da percepção e interpretação.

Ora, pretender que a complexa tecnologia cognitiva resultante da Ciência moderna não é uma parte do mundo do Homem comum da visão manifestativa é supor uma essência fixa desse mundo aparente que a oporia ao mundo formado pela Ciência.

São as observações da corrente psíquica, como corrente a que se pode chamar “inferencial”, que podem expressamente reter da consciência o seu “quê”, garantindo uma economia de sentido psíquico que de outro modo não seria gerada. É a partir daqui que se podem iniciar as mais diversas modificações da consciência, como consciência retida sobre objetos, sobre alguma coisa e as diversas acomodações a tecnologias cognitivas.

O conceito de ordem da Filosofia Clássica constitui uma descrição deste modo de observar o processamento psíquico da informação psíquica, mas segundo as condições tecnológicas do mundo grego da Época Clássica.

O que o caracteriza é, antes de tudo, a projeção na objetividade do cosmos da orientação psíquica para objetos segundo o diagrama estipulativo da Filosofia Antiga. Nesta medida, a Filosofia Antiga foi um sistema sobre crenças relativas a ordens estacionárias de objetos físicos ou a regularidades humanas nascidas na vida prática naquelas condições histórico-tecnológicas.

Porém, é frente a esta crença numa ordem, objetiva, exterior e independente, dos objetos formados na orientação psíquica do sentido e da comunicação que ganham relevo crítico as teses sobre a estruturação ecológica da percepção. Como se viu a respeito das ideias de James Gibson, tais teses pretendem que o que se chama objetos só ganha densidade na própria orientação dos organismos. Fora de vetores de orientação que possuem um subsolo semiótico nos próprios organismos e que dependem, por conseguinte, das remissões semióticas correspondentes e de formas tecnológicas associadas ao corpo próprio, não se pode falar de objetos no

sentido habitual dos objetos da “atitude natural” e de relações objetivas entre coisas.

Com a progressiva atenção ao caráter inferencial da consciência e da cognição e com as concepções holistas assiste-se, também, a uma transformação da forma como se descreve a polarização dos atos psíquicos por objetos ou imagens intencionais. É natural que sofra com estas mudanças o prestígio da concepção de ordem da Filosofia grega Clássica ou o que se tome por “philosophia perennis”. Há nesta última e na sua apropriação teórico-narrativa por W. Sellars uma pretensão à ingenuidade, espontaneidade ou à naturalidade que está longe de corresponder à sua natureza estipulativa, dependente de crenças e de inferências sobre crenças e ao seu horizonte histórico e tecnológico.

Nesta medida, o programa de rejuvenescimento da “philosophia perennis” empreendido com vista a restaurar a visão do mundo do Homem comum contra o alegado reducionismo empobrecedor das ciências não só ilude o facto de a objetividade da “theoria” dos antigos ter sido uma influência histórica da objetividade científica moderna como ainda desconhece o facto de a “philosophia perennis” não coincidir em nenhum aspeto concreto com o mundo da “atitude natural” do Homem moderno, que habita uma realidade dominada pela tecnologia que a ciência moderna gerou. É assim muito discutível a ambição de conceber o sistema da “philosophia perennis” como a base reflexiva da visão imediata do mundo desse Homem comum, como algo de equivalente a uma reflexão sem violência sobre uma atitude existencial sem prejuízos.

Da descrição husserliana da “atitude natural” nas *Ideias I* até às análises sobre o “ser-no-mundo” de *Ser e Tempo* de Martin Heidegger vai um caminho de aprofundamento do interesse da Filosofia pela compreensão intramundana de um sujeito diferente do sujeito da ciência.

A questão hermenêutica sobre a compreensão que continua o seu percurso após M. Heidegger desenvolve as dimensões do ser-no-mundo que não dependem apenas da explicitação proposicional do compreender temático, que se referem a uma proximidade ao mundo do sujeito no seu projetar existencial de possibilidades práticas. Se aqui a tónica é justamente posta no carácter não-científico do saber do sujeito como ser-no-mundo, não pode deixar de se referir a ambição de totalização intramundana do projeto existencial, o desiderato de abrangência e a crença na conaturalidade entre o sentido do ser e o sentido da existência humana. O facto de a proximidade ao mundo do sujeito da compreensão prática se confrontar assim com o sujeito da ciência não deixa de comportar grandes embaraços para as teses hermenêuticas.

Um deles, eventualmente o mais grave, deriva de se ter de conceber o sujeito da compreensão como imune à influência do conhecimento científico e, conseqüentemente, apartado do carácter técnico da intervenção da ciência no mundo quotidiano e nas imagens do mundo que se têm de formar na dependência da sua estrutura e orientação tecnológicas. Um efeito adicional da crença na invulnerabilidade das imagens do mundo do Homem comum relativamente às orientações tecno-científicas está no reconhecimento apenas parcial e limitado do significado prático da tecnologia e dos *media* na transformação do mundo quotidiano, com implicações no esbatimento de fronteiras entre o que a Filosofia grega Clássica identificou como *práxis* frente à *poiesis*.

Além disso, ao pretender ter esclarecido a noção de abertura ao mundo do sujeito da compreensão prática, a Hermenêutica não foi até uma explicitação convincente sobre o significado da abertura sensível ao mundo na semiogénese da noção de realidade e a sua incorporação eventual em tecnologias da percepção, que dão testemunho da interpenetração contínua

entre tecno-ciência e modelizações do mundo quotidiano. Veremos do que se trata na secção seguinte e no capítulo final deste trabalho.



## 2. 4. Dados sensoriais, conexões intrapsíquicas e inferências de sentido

A tradição da Filosofia Britânica de discussão do estatuto do sensível reporta-se às obras de John Locke, de David Hume e George Berkeley e, no princípio do século XX, aos ensaios de Bertrand Russell sobre “knowledge by acquaintance” ou aos textos de George Edward Moore como “A Qualidade dos Dados Sensoriais” ou “Natureza e Realidade dos Objetos da Percepção”. Muitos aspetos das discussões sobre os dados sensoriais ainda se inspiram em temas mais recuados da Escolástica sobre o valor existencial dos sensíveis e das espécies sensíveis.

G. E. Moore assume da tradição a própria definição de dados sensoriais (*sense data*) quando nos diz no primeiro daqueles artigos que os dados das sensações consistem no ser experienciado de algum objeto na consciência de um sujeito. A tónica vai logo para esta polarização da consciência com a coisa e para a tese que defende que deve haver uma distinção real entre o objeto apercebido e a experiência da sua apreensão.

Aos objetos assim isolados como correlatos de experiências sensoriais chamou “sensíveis”. Para haver uma correlação da consciência com os sensíveis é necessário ainda supor que estes são apreendidos numa consciência a que se chama “minha” numa relação de um tipo especial que o autor concebe segundo os termos da família semântica da apropriação ou da posse, no sentido em que digo que certos sensíveis são “meus”, da “minha” consciência, etc. É assim que a consciência acede aos seus conteúdos sensoriais na modalidade da posse e a posse recebe um dado teor coincidente com o sensível. Como o ato de apreensão tem também de estar referido a um centro, a que o artigo chama alguma coisa ou objeto, se segue que o eu ou o “meu” tem de ser dado em algum ponto da consciência do sensível. É neste momento do estudo que o autor considera que o que

caracteriza a relação com o sensível é uma certa “apreensão direta” nesse “eu”. É a relação direta com o sensível que já se revelara como posse que agora é refletida uma segunda vez na terminologia temporal como uma “atualidade” - a apreensão direta é apreensão atual da (na) mente.

É a propósito deste caráter direto da relação que G. E. Moore refere a opinião dos psicólogos sobre o valor da atenção na vida psíquica, pois o que é diretamente apropriado pode ser visto como o que está agora no centro da minha atenção. O foco da atenção acaba por querer dizer o mesmo que apreensão direta e esta aquele. Se a definição de sensível reside na apreensão direta, então quer dizer que os sensíveis não se dão de outro modo a não ser assim e é impropriamente que se refere uma experiência sensível que não seja de apreensão direta.

Ora, assim, o nexos entre o sensível e a apreensão direta é de tal ordem que parece que os sensíveis não podem existir fora dessa experiência de apreensão direta.

O tema da existência de sensíveis além da experiência de apreensão direta em que são percebidos leva para a discussão das possibilidades psíquico-orgânicas ou das ligações psíquico-orgânicas. É pelo menos assim que o nosso filósofo concebe este problema teórico. Os sensíveis estão fisicamente aí, pelo menos em possibilidade, na medida em que se o meu corpo estivesse posicionado no espaço-tempo de determinada maneira eu teria aquelas sensações determinadas. Com isto o autor afirma que as condições físicas das sensações podem eventualmente estar reunidas. Não conclui que essas condições são experimentadas por mim ou por alguém, pois para isto seria ainda necessário que a minha atenção e o sistema sensório-motor tivessem sido alinhados em concordância com as tais condições físicas.

Quando o autor considera o argumento dos que defendem que os sensíveis dependem na sua existência de condicionamentos do nosso sistema

nervoso, é para o rejeitar. Afirma que sustentar uma subordinação neurológica para a existência dos sensíveis é confundir existência com experiência ou reduzir a existência à forma da experiência. Mesmo que se possa acreditar que há algum tipo de condicionamento neuropsíquico, este não lhe parece argumento que colha contra a existência dos sensíveis. A discussão prossegue, mas sempre com o sentido de distinguir entre a perspectiva da existência e a da experiência. Assim, podemos afirmar que os sensíveis podem ocupar lugares no mundo físico e dizer que sentimos alguma coisa em certas localizações orgânicas porque os sensíveis estão aí. O exemplo do daltónico permite mostrar que não é incompatível com a Física dizer que os sensíveis do daltónico estão aí tal como os meus sensíveis *standard* sobre cores.

O artifício de julgar que pela distinção entre o sensível em ato e o sensível em potência se consegue colocar do lado da realidade física dos sensíveis tudo o que eles são em potência para os sistemas psíquicos e do lado do ato tudo o que eles são concretamente, atualmente, experiencialmente, para esses sistemas psíquicos é na verdade não perceber que se passou de um determinado conceito de existência para outro. Com esta habilidade podemos imaginar que há fisicamente em ato o que é apenas psiquicamente em potência. Mas o significado desta diferença é simplesmente imaginário.

Levar até ao fim a parte dos argumentos de G. E. Moore sobre um realismo físico dos sensíveis não conduz a nenhum resultado suficientemente probatório ou fisicamente probatório. Apenas sugere que pode ser assim, que não é impossível ser assim, mas não demonstra que é assim, simplesmente porque para poder ser probatório teria que deixar o lado psíquico do sensível, mas ainda mediante ele chegar à sua face física e revelar então por dentro do psíquico o físico e inversamente.

Ao contrário, o que se demonstra que tem de ser está na orientação sensório-motora obrigatória da sensação e da formação neuropsíquica dos sensíveis segundo as operações que os organismos desenvolvem na relação com meios-ambientes determinados. Os mecanismos neuropsíquicos e sensório-motores que rodeiam a formação da atenção consciente são aqueles que *de facto* se podem descrever como condições de um alinhamento físico-orgânico *necessário para ocasionar* aqueles sensíveis *determinados*. Sabemos que mudadas as condições e o foco da atenção outra coisa de sensível ocorre, que não a inicial. Dizer que os sensíveis estão aí, mesmo que não apreendidos num determinado encadeamento psíquico, é atribuir um valor sensorial a alguma coisa que pode ter estatuto físico-químico, mas não neuropsíquico.

Ora, uma coisa só é sentida, ou é um sensível, quando condições físico-químicas particulares passam o filtro neuropsíquico e sensório-motor e se refazem no sentido psíquico na corrente de consciência particular.

Dizer que este sentido psíquico está dado *antes* no que G. E. Moore ainda chama fonte é confundir o que emerge, sequencialmente, de um processo com as premissas do processo ou, então, é ignorar que o que no fim das sequências psíquicas de complexidade variável, com recurso a fontes variáveis, aparece como objeto não se pode confundir com o que tem uma existência física no mundo da matéria-energia.

Porém, distinguir adequadamente a formação psíquica do objeto da fonte física do objeto não pode simplesmente consistir em mostrar que há uma intencionalidade da consciência polarizada por objetos intencionais que não têm de coincidir com existentes físicos. Se esta tese é consistente é só parcialmente concludente na contestação da existência de sensíveis. Para além dela será inevitável mostrar que a consciência polarizada por objetos é um resultado da orientação sequencial da própria consciência e não é, em

si mesma, nada que se possa considerar primitivo nem na ordem física nem na psíquica.

A incorporação sensório-motora das sensações dá-nos a inscrição da fonte do pensamento sensível nos disparos neurofisiológicos já condicionados por uma estrutura aspectual da experiência, que é aquela que lhe vem garantida pelo movimento.

Em 1940, Alfred J. Ayer publicava a primeira edição de uma obra várias vezes reeditada depois com o título *The Foundations of Empirical Knowledge*. Neste livro, sob o título “o argumento da ilusão”, o autor discutia o tema clássico da correspondência entre a informação sensorial dos órgãos sensoriais e os objetos do mundo físico, mostrando como o conceito de “dados sensoriais” havia resultado de dúvidas sobre se a apreensão sensorial era, de facto, apreensão de objetos materiais ou outra coisa. Aqui se entrava em conta com a diferença de força persuasiva entre os argumentos céticos habituais sobre o carácter ilusório da informação dos sentidos, que pareciam demonstrar um desvio entre o que é sensorialmente experimentado e o que de facto existe fora de nós, e o sentimento habitual no homem comum de um acordo espontâneo entre a percepção e a realidade externa.

Querendo imunizar-se de ataques céticos, as teorias modernas sobre os *sense data* iam no sentido de atribuir aos dados sensoriais uma existência num domínio próprio, coincidente com o que para o sujeito é o âmbito da “apreensão direta” de alguma coisa, assim identificada por G. E. Moore, mas mantendo para com a existência material uma “função presentificante”, assim chamada por Henri H. Price.

Alfred J. Ayer lembrava, a propósito, a diversidade de problemas tradicionais e modernos sobre os dados dos sentidos, desde o tópico do nexos causal entre realidade e sensação, à questão da correspondência entre qualidades sensoriais e qualidades objetivas até ao problema da localização

dos dados sensoriais na mente ou no cérebro e à questão da identidade e permanência no tempo das coisas com as qualidades atribuídas em momentos perceptivos definidos.

Contudo, todas estas questões podiam ser equacionadas desde que assumida uma esfera própria para os dados sensoriais. Não se estará longe da existência intencional dos escolásticos.

Baseando-se nas experiências muito conhecidas sobre ilusões óticas, como a da vara quebrada no copo de água, o argumento da ilusão invocado por A. J. Ayer pode ser usado com finalidades distintas, consoante os tipos de respostas encontradas nas teorias do conhecimento sensível.

Por um lado, pode concluir-se da verificação de divergências na percepção de objetos materiais que o que se apreende diretamente são dados sensoriais e não esses objetos materiais. Os dados sensoriais são o que há de diretamente acessível ao espírito e é nesta esfera de presentificação que as qualidades dos objetos podem ser retidas. Sendo os dados sensoriais variáveis e sujeitos a mudanças situacionais e individuais é a eles que se tem de atribuir a ilusão ou a nota da percepção *standard*.

Por outro lado, outra conclusão diferente pode seguir-se e afirmar-se que apreendemos diretamente os próprios objetos materiais nas suas condições físicas de afiguração. São estas condições físicas de afiguração, como estar a vara na água e não fora dela, que justificam os mais diversos tipos de sensações e as próprias variações subjetivas da experiência, as ilusões assim como a formação de percepções tomadas como *standard*. Esta última resposta está muito próxima daquela que encontramos mais tarde na crítica de John L. Austin ao próprio Alfred J. Ayer.

O que é certo é que ambas as descrições se podem inferir do argumento da ilusão. Se é assim, isso pode significar um risco para a tese de que *diretamente* só apreendemos dados sensoriais e não as próprias coisas do mundo físico.

A. J. Ayer pode por isso estar equivocado na pretensão de extrair do argumento de ilusão a conclusão de que diretamente só se apreendem dados sensoriais e não as próprias coisas. Conclui-se que nada se prova de definitivo sobre o caráter direto e imediato dos dados sensoriais na percepção e sobre a necessidade de distinguir entre dados sensoriais e objetos materiais e imaginar para ambos uma ligação segundo o molde analítico da causalidade.

O escrutínio do argumento da ilusão comprova que pertence à forma tradicional de encarar a sensação a ideia de que nesta há alguma coisa de semelhante a um espectro que se pode comparar com coisas de um mundo externo independente. Voltaremos a esta perspectiva, pois nela se jogam muitos dos mal-entendidos sobre o sentido psíquico.

A. J. Ayer considera que é por prudência gramatical que se deve admitir a terminologia dos *sense data*, na medida em que serve para distinguirmos entre o que pertence a um domínio suscetível de ilusão frente ao que é a realidade material, como tal. Assim, se cria um âmbito que se toma como flutuante e variável frente a outro que se descreve como dotado de necessidade, como a aparência frente à essência.

Discutindo as teses de A. J. Ayer, John L. Austin nas lições sobre *Sense and Sensibilia* (de 1947 a 1959) questionou o bem fundado de doutrinas suas contemporâneas sobre a distinção entre realidade material das coisas do mundo físico externo e os *sense data*.

Nos autores que comentou nestas lições (H. H. Price e J. A. Ayer, sobretudo) *sense datum* era muito basicamente definido como tudo o que é dado na consciência segundo as modalidades da própria consciência em sensações/percepções e nas suas diversas variedades. Esta definição comporta, entre outros problemas, como se viu a propósito dos textos de G. E. Moore, o tema do estatuto existencial dos *sense data*.

Algumas doutrinas sobre percepção, suas contemporâneas, afirmavam que nós apreendíamos os *dados sensoriais*, mas não as próprias coisas materiais e que entre ambos os domínios tinha de existir uma diferença. Esta dualidade de *sense data* e coisas materiais escapava ao homem comum que acreditava que a sua percepção lidava diretamente com o mundo físico material nos conteúdos da sua experiência psíquica.

Embora de um tipo essencialmente lógico-gramatical, a análise de J. L. Austin permitia identificar um conjunto de problemas reais no uso das expressões conotadas com a percepção e mostrar como as teses sobre ilusão e realidade na percepção foram mais o efeito do vocabulário filosófico e de *puzzles* da Filosofia do que problemas reais do “homem comum” relativamente à adequação das suas percepções ao mundo material.

A gramática de frases em que é invocada a diferença entre o que os dados sensoriais informam e a realidade, por exemplo a gramática de “parecer assim e assim”, cria a ilusão de que uma coisa são os dados sensoriais e outra, completamente diferente, os objetos do mundo material.

Levando a sério a ilusão, os filósofos podem dizer que na percepção não se apreende nada do mundo material *diretamente*. Transforma-se com facilidade este “diretamente” num tema a explorar por si mesmo, como já acontecia com G. E. Moore.

O argumento da ilusão de A. J. Ayer para diferenciar entre a percepção dos *sense data* e a apreensão de coisas materiais recuperava noções antigas sobre ilusão perceptiva com toda a sua panóplia de exemplos de ilusões sensoriais.

Consistia, basicamente, em sustentar que as ilusões não nos dão a realidade material, mas algo que não é essa realidade, ou seja, precisamente, a ilusão. Note-se que o tema psicológico tradicional sobre as ilusões vem marcado pela dualização do espaço mental em sensações adequadas e sensações não-adequadas, que por sua vez se reporta ao binário mente – mundo



exterior, designado por mundo material. Ambos os binários são suportados pela crença de que pode haver um modo de aferir a identidade entre existentes mentais e existentes físicos. Na obra de A. J. Ayer a distinção operava com a finalidade de mostrar que a percepção se desenrola sempre psiquicamente no plano de *sense data*, que constituem o que é *diretamente* acessível e que as ilusões estão neste nível de experiência psíquica dos objetos materiais. Não podemos evitar perceber a realidade mediante dados sensoriais, o que quer dizer que estamos sempre expostos à eventualidade de ilusões. Só os objetos do mundo material são o que são. A. J. Ayer continuava assim a tendência mais típica do positivismo lógico de assumir a realidade física segundo o modo da existência necessária. Na verdade, é este postulado da realidade física necessária fora da mente, constituída de determinada forma, com determinados predicados a que se atribui existência necessária *em si* que garante a sobreposição dos dois binários referidos. J. L. Austin ao longo da sua argumentação contra A. J. Ayer não teve em conta o facto de o princípio dos argumentos do seu adversário estar na modalização da realidade física segundo o modo da necessidade.

Quando invoca o exemplo da vara dentro do copo de água que parece partida para mostrar que não há nenhum problema em atribuir à percepção o estatuto de “sensação visual de vara partida”, J. L. Austin está certo quando refuta os *sense data* como fantasmas dos objetos reais, mas não atinge a raiz do ponto de partida de A. J. Ayer que está na defesa de que há uma necessidade física que a percepção tem de seguir para poder ser considerada percepção adequada.

Do ponto de vista psíquico é evidente que a minha sensação visual de vara partida dentro do copo de água é psiquicamente verdadeira e não há aqui qualquer ilusão relativamente ao que eu efetivamente vejo e também, continua J. L. Austin, não é menos verdade que estou a ver um ser material

do mundo físico. O próprio A. J. Ayer concede que não há diferença qualitativa no sentido psíquico entre uma sensação “verdadeira” e outra “ilusória”. Se o sentido psíquico é feito de *sense data* o que temos acesso é sempre e somente a *sense data*.

Como é que podemos ter a certeza disso?

A resposta não a encontram nem A. J. Ayer nem J. L. Austin nas teses apropriadas. O caráter defensável da tese sobre os *sense data* não pode estar na comparação entre imagens verdadeiras e imagens falsas depois de se ter constatado que ambas são qualitativamente idênticas. Elas são aliás qualitativamente idênticas porque pertencem ao mesmo sentido psíquico e só pode estabelecer-se algum critério diferenciador de “ilusão” e “realidade” mediante demarcações intrapsíquicas, recorrendo uma vez mais ao sentido psíquico, quer dizer à produtividade psíquica da vida consciente. É a estas demarcações que J. L. Austin se refere na continuação das suas refutações quando afirma que sabemos distinguir, quando é necessário, entre sonho e realidade.

Há por isso, sem dúvida, um realismo de tipo naturalista nas suas considerações, mas que em certos pontos se confunde com o realismo da tradição antiga.

Não obstante alguma indecisão quanto ao alcance ôntico do núcleo estritamente psicológico das suas considerações, há nas observações de J. L. Austin ilações valiosas quando revela que aspetos do estatuto dos *sense data* estão no uso da linguagem e no valor atribuído ao uso de determinados termos. Embora em *Sense and Sensibilia* o autor nunca chegue a confessá-lo expressamente, parece dever concluir-se que a mediação da linguagem é para ele essencial para estipular o alcance psicológico/ontológico dos próprios dados sensoriais ou que há aspetos do tema filosófico do argumento da ilusão que têm de ser assumidos no plano de diferenças

gramaticais de frases relativas a “ver como”, “parece”, “assemelha-se a...”, etc.

O argumento da ilusão pretendia gerir a distinção entre domínio físico de referência e domínio mental da existência psíquica como uma relação entre o interno e o externo. Ao lidar com estes dois planos presumiu a independência *já dada* de ambos ou o facto de os elementos do psíquico não serem os do físico, *de facto*. É graças a este pressuposto que é possível associar ambos os domínios mediante noções como causa-efeito ou influência de um no outro. Ao formar assim dois domínios separados as meta-descrições teóricas sobre as ilusões criam o próprio conceito de ilusão. Esta depende da imaginação de um espaço já dualizado em que um elemento de um plano está em relação com o elemento do outro domínio segundo um diagrama. Um elemento pode aqui ser igual, semelhante ou diferente de outro elemento situado no outro plano do diagrama. O diagrama pode ser modificado consoante se dispõe apenas para estabelecer comparações de predicados ou para indicar que os elementos de um campo são responsáveis por elementos no outro campo, de acordo com a gramática da causalidade. A passagem do uso comparativo para o uso causal é, portanto, fluída. O diagrama pode ser retomado em diversos esquemas observacionais. Um esquema observacional parte da disposição diagramática dos elementos dos campos para os ligar a partir de um novo padrão diferenciador do interno-externo, que é aquele em que se situa o observador ou a teoria dos campos observados.

No diagrama comparativo-causal mais completo há que ter em conta o facto de os elementos se darem em fluxo. É na medida em que se introduz o fluxo e a variabilidade dos elementos que surgem os problemas mais complicados das comparações. É então necessário assimetrizar o diagrama e atribuir a um campo elementos permanentes ou pelo menos mais fixos do que os elementos do outro campo, pois se ambos os campos se imaginassem em

fluxo nenhuma comparação seria possível e também não a ligação causal. Mediante a assimetriação do em fluxo/fixo o esquema observacional do diagrama recorre ao tempo e à pauta temporal dividida em momentos ou instantes. É assim que a assimetriação dos dois campos se concretiza nas diferenças temporais e na modalização dessas diferenças, como na distinção entre contingência/necessidade. O esquema observacional formado a partir do diagrama é aquele que as teses sobre o argumento da ilusão na sua longa história mobilizaram sistematicamente.

Contudo, um esquema observacional de segunda ou terceira ordem formado para interpretar o esquema observacional de primeira ordem e o seu diagrama de base revela que ele representa uma estipulação psíquica e, por conseguinte, o diagrama de base deve ser designado por *diagrama estipulativo*. A interpretação observacional de esquemas observacionais revela que a distinção entre ilusão e percepção verdadeira é uma distinção operada por dentro do sentido psíquico com recurso a elementos psíquicos de um tipo estipulativo sobre o comportamento recíproco dos elementos de um campo frente aos do outro campo.

Pode então perceber-se o que se quis dizer com “apreensão direta” de *sense data* em contraste com a apreensão de predicados do mundo físico e com a retomada destes últimos naqueles segundo a chamada “função presentificante” representam modos de desdobramento heterorreferencial da autorreferência do sistema psíquico.

No trabalho de Wilfrid Sellars, “Empiricism and the Philosophy of Mind” integrado em *Science, Perception and Reality* (1963), o autor distinguia entre um isomorfismo na ordem lógica e um isomorfismo na ordem real entre o objeto e o intelecto (Sellars 1963: 50) e considerava que havia uma diferença de estatuto lógico entre dizer que *x* reproduz *y* e afirmar que *x* significa *y*. Recuperava assim, à sua maneira, a distinção que se começou por introduzir neste trabalho entre a tese naturalista-causal sobre a relação

entre imagens psíquicas e objetos e a tese das diversas versões da teoria da intencionalidade. Todavia, o seu objetivo era mostrar que entre o plano lógico e o real, o intencional e o ontológico, não há uma barreira intransponível.

Com o fito de demonstrar que não há qualquer antagonismo irreconciliável entre as teses clássicas sobre afiguração do real pela mente e as teses modernas sobre relação intencional entre objeto e visada intencional, W. Sellars propunha que imaginássemos o processo da aquisição do conhecimento do meio ambiente num robot (Sellars 1963: 51 e ss).

A sua conclusão da análise do experimento mental sustenta que no robot o isomorfismo lógico e o isomorfismo na ordem real coincidem. Esta conclusão é problemática, pois o mapa da realidade que o robot constrói está condicionado pelo seu programa. Este não está na mesma ordem “real” do mundo físico que a luz ou outros elementos do meio ambiente físico para os quais o programa orienta os movimentos do robot e a sua aprendizagem. O que o programa contém não está em nenhuma ordem “real”, mas é, muito basicamente, um diagrama condicional ou um conjunto de instruções para gerar inferências na presença de certos estímulos, memorizar e aprender com inferências.

Por outro lado, no que diz respeito à ordem lógica, a comparação da atividade mental com a atividade inferencial de um robot capaz de processar algoritmos e concretizar inferências indutivas e dedutivas deixa esvaziada a crença na orientação essencialmente intencional para objetos da mente desse robot ou de um ser humano. A comparação do autor acaba por não servir o fim de demonstrar o sentido da intencionalidade e a proximidade entre afigurar e visar significativamente, pois o que acaba por exemplificar é como o esbatimento da distinção entre intencionalidade e afiguração no enriquecimento do conhecimento do meio ambiente pelo robot se deve à rede complexa de remissões que o robot vai conseguindo

gerar graças aos seus circuitos, às instruções do seu programa e ao acumular das inferências no registo da sua memória eletrónica. Não há aqui nem intencionalidade no sentido moderno nem afiguração pictural do real no sentido clássico.

Na continuação do seu ensaio de conciliar relação intencional e relação real o autor passa do robot para o homem e para a cognição humana.

O raciocínio desenvolve-se então no sentido de mostrar que há entre a palavra mental e a palavra exteriorizada um nexó intencional e entre a palavra mental, no intelecto, e a corrente neuropsíquica um isomorfismo real, ou seja uma afiguração entre elementos que pertencem à mesma ordem.

Note-se que o resultado mais imediato da tese parece ser o resgate da tradição aristotélico-tomista.

Graças à conexão do intelecto e da base neurofisiológica do organismo humano podemos estabelecer uma analogia com o robot e com os seus circuitos eletrónicos. Do mesmo modo que o autor havia postulado que no robot existia um isomorfismo na ordem real entre mundo físico e circuitos, para ele acontece o mesmo entre a base neurofisiológica da percepção humana e o mundo físico.

Mas também aqui há problemas, que o autor não encara.

*Em primeiro lugar*, a base neurofisiológica opera segundo uma codificação e esta está estruturada de modo a condicionar os disparos elétricos e químicos numa ordem sequencial, com retrocessão e em rede e não em pontos isolados, que seriam eventualmente coincidentes com as atualidades ou indivíduos da tradição aristotélico-tomista.

*Em segundo lugar*, um neurotransmissor está sempre ligado a respostas nos recetores da membrana pós-sináptica, o que implica que o valor de uma mensagem neuronal esteja necessariamente dependente do que ocorre no momento seguinte da sua própria sequencialidade neuronal. Sem esta

prosseção em sequência não há informação neuronal apropriada no sentido psíquico.

*Em terceiro lugar*, o efeito mental final depende da rede neuronal consolidada que estrutura algo de equivalente a um programa condicional de respostas psíquicas na presença de certos estímulos neurais.

Neste retrato muito breve e elementar não é possível identificar nada de equivalente a um isomorfismo de ordem real entre elementos da neurofisiologia do cérebro e elementos do mundo físico, tais como apercebidos no “intelecto” e no discurso mental.

Na sua opção por alinhar com caráter de necessidade a construção humana da e a objetividade física W. Sellars confunde necessidade lógica e necessidade metafísica, necessidade causal e necessidade num sentido meta-causal. O mesmo aconteceu com os ensaios da Filosofia Analítica nos seus estádios nascentes com B. Russell e a sua teoria da denotação e as teses sobre a extensionalidade da semântica proposicional de Rudolf Carnap, no que se refere aos seus pressupostos na gnosilogia da experiência sensível. A dificuldade está em que não há uma ligação entre postular uma regularidade causal, num diagrama, e postular uma necessidade metafísica. O conceito de existência pode aqui estar em discussão. Uma forma de colocar o problema pode ser a seguinte.

Se o domínio da Física das partículas é gerado pela teoria, as inferências estabelecidas na teoria têm por referentes seres existentes? Ou trata-se, antes de “seres” da teoria?

Esta questão, a ser tomada seriamente, não diz respeito apenas à existência dos objetos dos modelos físicos, mas também, desde logo, aos objetos da percepção humana. Pois a impressão de que estamos na autêntica existência quando nos situamos no plano da percepção humana *standard* e já podemos estar fora do plano existencial quando começamos a imaginar os objetos dos modelos físicos pode gerar enganos.

O que caracteriza um modelo teórico em âmbitos como a Física das partículas é uma estrutura diagramática ligada a esquemas observacionais na qual o comportamento de elementos pode ser concebido em termos estatísticos. *Trata-se de um molde para gerar inferências*. Claro que os elementos assim originados não existem na percepção direta, mas se o modelo tem um alcance explicativo não pode deixar de tocar em aspetos da causalidade do mundo material. Pode então inverter-se o modo como inicialmente se colocou o problema e afirmar que os modelos físicos alcançam o nível do existencialmente comprovado, submetendo-se para isso a testes, e não há nada de mais existencial do que uma inferência estabelecida com base num modelo físico.

Isto não ocorre da mesma maneira na percepção *standard*. É por isso duvidoso estabelecer um sentimento de realidade com base nesta última e negar à primeira um contacto com o existente. A tradicional crítica cética sobre o alcance do conhecimento sensorial aponta precisamente para o problema da deficiente ou mesmo ausente dimensão existencial das construções perceptivas. Assim, o modelo físico estaria mais próximo daquilo que é “realmente existente” do que a percepção *standard*.

Se assim é, pode concluir-se que o que a percepção apreende é uma modificação do existente que o modelo teórico comprovou e daqui partiram, de facto, muitas das ideias sobre a aparência e a essência.

Porém, seria uma falácia inferir que nesta equação se pretende atribuir poderes ocultos à existência (micro-)física, capazes de causar a percepção *standard* nos humanos. W. Sellars dá uma solução provisória a esta dificuldade quando considera que não temos de optar entre conceber os objetos físicos ou como seres singulares a que se aplicam predicados como a cor ou forma ou como conjuntos de relações de partículas microfísicas que causam aquela singularidade perceptiva.



Para ele, a realidade física dá-se num *continuum* com o que a experiência perceptiva coloca no meio ambiente nos objetos físicos e o mundo explorado pela microfísica. O enigma está em saber se a singularidade objetiva formada na percepção *standard* coincide com a multiplicidade da microfísica (Sellars 1963: 99 e ss).

As dificuldades argumentativas em que se envolve o autor para provar que não há duas dimensões opostas, a da microfísica e a da física da percepção ordinária ou macrofísica, seriam facilmente evitáveis se simplesmente se diferenciasse entre o meio ambiente da percepção com os seus seres singulares e com as qualidades sensoriais correspondentes e o meio ambiente externo reconstruído pela Física nos seus modelos teóricos baseados em consequências observacionais de diagramas estipulativos.

A distinção entre estes dois meios não é uma distinção real, mas é uma diferença instituída no tipo de observação que é mobilizado num caso e no outro.

Que as impressões sensíveis ou os *sense data* se referem a objetos físicos é uma banalidade indiscutível. Ora, W. Sellars procura saber se há algum tipo de existência *física dos sense data*. Continua a postular hipoteticamente a existência psíquica como se ela pudesse reduzir-se a objetos ou, como ele mesmo afirma, a “coisas dentro de coisas” (Sellars 1963: 103), embora esteja ciente de que os *sense data* são aspetos de uma “apreensão sofisticada do mundo”, não coisas nem propriamente realidades no sentido físico do termo e também não são identificáveis com singularidades nos processos neurofisiológicos. É por isso que a sua conclusão de que os *sense data* não se podem apreender do mesmo modo que apreendemos cores ou formas de objetos ou que as qualidades sensíveis não estão *aí*, como quer que se entenda este *aí*, é mais uma evidência. No entanto, o essencial continua a escapar-lhe.

W. Sellars critica a semântica de R. Carnap, com referência à *Introduction to Semantics* (Sellars 1963: 109, nota 3). Esta crítica está relacionada com a sua discussão do conceito de significado e com o alcance das teorias científicas. Na sua tese, uma teoria científica não explica exhaustivamente a realidade como se a afigurasse, mas diz em que condições certas leis se podem aplicar a objetos de domínios particulares. Não existem teorias científicas aplicáveis a condições experimentais sem a definição de fronteiras claras em que essas leis se podem considerar válidas/aplicáveis, ou seja, sem a delimitação do domínio. O nosso filósofo rejeita aparentemente a tese de que o que pode justificar uma mudança de teoria para outra teoria está no mundo infrateórico de coisas observáveis e dotadas de conteúdos sensoriais definidos. Não obstante a sua rejeição da validade da semântica reducionista de Rudolf Carnap o autor pretende salvar o mundo da física mostrando como ele é essencial para as dimensões qualitativas da sensação. Retoma assim (Sellars 1963: 126) a sua tese de que há já na atividade neuronal dos organismos dotados de sensibilidade as qualidades sensíveis. Ora, esta tese envolve uma quantidade tão assinalável de inconvenientes e as vantagens da sua admissão são de tal modo reduzidas que não se percebe o motivo da sua insistente defesa.

O argumento basilar do filósofo diz que a ciência ou “o retrato científico da realidade” não pode dispensar o nexos com a realidade extrateórica, o “descritivo” ou o plano “não-lógico”. A alternativa perante a qual nos deixa é entre aceitar a sua noção de que há qualidades sensíveis já nos processos neurais e, portanto, o físico está internamente modulado com o neuropsíquico, ou a imagem do mundo de uma teoria da ciência excessivamente pitagorizada (Sellars 1963: 126). Esta alternativa parece, contudo, totalmente artificial. A defesa de um contacto das teorias científicas com a realidade não passa necessariamente pela admissão da presença de qualidades sensíveis *já* nos eventos neuropsíquicos. A

proximidade ao real não é de um tipo que se possa considerar direto ou formado na homogeneidade de elementos de um lado ao outro. A crítica ao extensionalismo fiscalista de R. Carnap fica deste modo parcialmente comprometida ou então o seu alcance é reduzido.

Porém, é desta insuficiência que se seguem outras. Nomeadamente a que consiste na ideia de que os que atacam o “dado” ou a imediatidade no sentido hegeliano do termo estão no fundo a atacar *sense data* (Sellars 1963: 127).

W. Sellars propõe-se, então, fazer uma crítica do dado imediato e, para isso, retrocede até às várias significações do dado e do imediato.

O seu ponto de partida neste exame reside na convicção de que a longa tradição que assumiu a defesa do dado imediato, desde o pensamento realista antigo até à defesa do “conhecimento por contacto” em B. Russell ou G. E. Moore, pretendia que a cognição se baseava em fundamentos de um tipo não-inferencial. O dado imediato era o limite do qual o conhecimento tinha de partir para evitar uma regressão ao infinito.

O tratamento do dado inclui a discussão da relação. Os dois conceitos remetem um para o outro. Quando entra em conta com o conceito de dado imediato Wilfrid Sellars mostra como ele envolve a ideia de correlato de um ato mental (relação). Ora, sendo o correlato de um ato o dado não podia ser simples e, por isso, também não imediato, envolvendo logo de raiz a ideia de relação. Se a sensação é um ato este divide-se no sentir propriamente dito e no que é sentido e, nesta medida, o que é sentido constitui o correlato do sentir (Sellars 1963: 128).

Todavia, nesta hipótese de análise, a própria noção de que se trata aqui de “relações” pode levar suposto que pode haver o sentido fora e independentemente da própria relação de tipo sensorial, ou seja, o sentido fora da sensação. Um sentido fora da sensação seria identificado, eventualmente, com os elementos neurofisiológicos do processo sensorial

ou, em outra fórmula, com o correlato intencional da sensação. Quer se tome o correlato em sentido intencional ou na aceção neurofisiológica parecem não restar dúvidas de que há aqui algum tipo de “relação”. Só que não se clarificou ainda de que tipo é ela.

Os defensores do carácter imediato dos dados sensoriais podem afirmar duas coisas diferentes. Podem defender a tese de que os dados sensoriais apontam para seres individuais e o sentir não é conhecer (*i*). Ou podem sustentar que esses dados indicam factos e sentir é conhecer (*ii*) (Sellars 1963: 129). Nesta última versão, o conhecimento chamado sensorial não é conhecimento inferencial, mas de outra espécie. Pode tratar-se do que se chamou, simplesmente, “knowledge by acquaintance” (Sellars 1963: 130) em contraste com um conhecimento inferencial. Os defensores desta adesão da consciência aos seus dados sensoriais imediatos estão interessados em mostrar que na sensação há certeza.

Que a prova da realidade sensorial do conhecimento sensorial está no ceticismo pode ser um argumento inevitável. A simples possibilidade dos argumentos dos cétricos demonstra como a certeza sobre o que está contido nos dados sensoriais não tem um carácter imediato ou instantâneo. Porém, o que o cétrico faz numa postura teórico-temática sobre o conhecimento é o que se pode desenrolar espontaneamente sem um conhecimento sobre o conhecimento, no homem comum.

A aparência sensível na medida em que é aparência vive interiormente a oscilação entre ser e parecer, não pode estar encapsulada no instante do seu ver ou do seu ouvir e tatear. Pelo contrário, nela se gera o equivalente a uma incerteza sobre a sua certeza. A “certeza sensível” é certificação de si mesma, é um certificar-se. Se os dados sensoriais na consciência individual traduzissem certeza sem inferências não se podiam sujeitar à indagação cétrica. O ceticismo é como uma teoria da certeza sensível e põe inferências aí onde os teóricos da consciência sensorial sobre dados imediatos referiam

uma polarização intencional simples e sem mediações como no “vermelho” ou “isto - vermelhidão”. No desenvolvimento das suas análises em “Empirismo e a Filosofia da Mente”, W. Sellars foca este aspeto das concepções da aparência que consiste em elas se articularem em redor do que é ter a sensação de... ou o parecer ser isto ou aquilo... (Sellars 1963: 142). Contrapõe a esta noção de que na sensação teríamos aparência no lugar da própria experiência a ideia de uma relação direta com o sensível. A gramática de “parecer assim e assim” como em “x parece vermelho” indica um tipo de relação entre o que se vê, a coisa que se vê x e o modo de olhar de um observador *standard*? Ou não há aqui nenhuma relação deste tipo triádico?

O caso da percepção das cores revela um tipo de uso gramatical sobre a aparência sensível que parece militar a favor da ideia de que em condições normais a estipulação de que certa coisa tem a cor vermelha, azul ou verde tem um alcance físico ou fisicalista e, por isso, dizer que “x é vermelho” não tem um uso gramatical em que se esteja a comparar a aparência com a realidade, mas a falar diretamente da realidade da cor.

No ver alguma coisa desta ou daquela cor há uma adesão direta ao que assim é visto (Sellars 1963: 143), o que se comprova no uso gramatical de certas expressões da família semântica do parecer ou da aparência.

É duvidoso que se possa coerentemente sustentar que no sentir há conhecimento se desligarmos o sentir de qualquer relação inferencial. Refletindo sobre esta ideia percebe-se que o conceito de conhecimento que essa epistemologia usa toma por “conhecer” o estar “ciente de...” que alguma coisa é como é. Se percebo que a mancha é vermelha, a mancha será esse vermelho e este existe como tal e é conhecido como tal sem inferência alguma, assim se deveria concluir.

Quando se usa ver em uma proposição como “Francisca viu a mancha vermelha” está a reportar-se alguma coisa e este reportar faz assim parte

da gramática de ver. Aqui, assume-se o ver num plano proposicional e o nosso autor afirma que não é a mesma coisa que temos quando primeiramente referimos o ver. No caso da retoma proposicional do ver pode estender-se a visão e o conteúdo da visão para o domínio da verdade em sentido proposicional, como quando digo “eu vejo a almofada verde” e proponho esta proposição a alguém que a pode ou não validar. Transformou-se assim um processo mental num facto proposto a alguém. Por outro lado, há todo um uso comparativo da gramática do ver nas cores, que está presente sempre que associamos o uso de reporte à comparação propriamente dita. W. Sellars tem este uso comparativo em mente. Ora, reconhecer estes usos é, na prática, concluir que uma clivagem rigorosa e definitiva entre um tipo fisicalista e outro analógico-proposicional sobre cores é impraticável.

As variações que o autor faz em redor da troca de impressões sobre as perceções de cor de diferentes personagens revela um esquema de coajustamento da perceção (a aprendizagem do uso de cor em contextos) que implica tempo, contexto e enunciação.

Estas três últimas dimensões não tornam inexistente o impacto subjetivo da imersão na cor de alguém, mas apontam para as condições que é necessário preencher no momento seguinte da experiência primitiva se esse alguém quer explicitar o que sentiu. Pode, em conclusão, dizer-se que quando alguém sustenta que “x é verde” está a afirmar que eu devo ver verde em x. Deve ser, contudo, claro que “x é verde” tem um *hic et nunc* e que, portanto, recomenda um esforço de copertença situacional entre o enunciador e o destinatário. É aqui que se abre um espaço analógico em que enunciador e destinatários podem convergir ou divergir. No entanto, imaginar que a passagem do dado sensorial situacional de um sujeito S’ para um sujeito S” é imediata e que a linguagem não faz outra coisa a não ser tornar transparentes as posições situacionais de sujeitos relativamente ao que

para eles passa a contar como *o mesmo* é no mínimo ingênuo e será desajustado relativamente à complexidade própria das proposições e da interlocução.

A investigação da formação do dado sensível desde o que ao sujeito lhe surge como a imersão no sensível até à confluência das dimensões do tempo, do contexto e da enunciação na polarização psíquica, revela o que Hegel chamou a dialética da “certeza sensível”.

É esta dialética que patenteia a unidade entre a percepção do imediato e a negação dessa imediatidade no prolongamento da própria experiência e, especialmente, no prolongamento linguístico da experiência. Ora, a dialética da “certeza sensível” da *Fenomenologia* de Hegel não aponta para a tese de uma passagem imediata e sem deslocamentos significativos do *ver* no *dizer* da proposição apofântica.

A inferência que leva do saber como o vermelho aparece em condições *standard* até saber como o vermelho é, no plano existencial, merece uma observação adicional para além da explícita menção do caráter *standard* da percepção. A inferência só é válida desde que por plano existencial se indique o da própria percepção. Esta retificação tem de ser introduzida mesmo que não se defenda um dualismo entre aparência e essência. Com efeito, atribuímos valor existencial ao vermelho que vemos em condições *standard* porque é assim que vemos e fora do modo como vemos nada de visual é acessível. Quer dizer que o valor existencial de uma nossa percepção está sempre articulado com a percepção, a ponto de devermos dizer que fora dela, do *como* do ser percebido da percepção, o ser sensível é inconcebível ou, então, teria de ser concebido segundo uma causalidade transcendental indo desde a existência em si, a essência, até à existência percebida ou aparência. Significa, portanto, que não podemos saltar da nossa percepção para saber o que seria uma existência percebida sem a percepção que a percebe. Fique claro que esta autorreferencialidade do estatuto da percepção relativamente

ao percebido não interfere na admissão de coisas fora do encadeamento psíquico e em nada se aproxima de uma variedade de solipsismo. Não se ignora que há elementos que têm de estar presentes na corrente neurofisiológica para poder haver a sensação “verídica” de vermelho, verde ou outra cor. Porém, na medida em que temos de recorrer sempre a critérios de observação *standard* ou de um ver *standard*, isso significa que não chega a informação presente na corrente neurofisiológica. Se recorremos à noção de percepção *standard* já nos estamos a referir a alguma coisa que se forma somente na dependência das estruturas indicativas de um universo proposicional.

W. Sellars parece argumentar contra os defensores de dados sensoriais em si mesmos indubitáveis e idênticos à existência física que a consciência conhece mediante aprendizagem e que esses dados sensoriais estão relacionados com aprendizagem e com a conexão entre conceitos sensíveis de tipo análogo (Sellars 1963: 140 e 148).

É possível que alguém aprenda a ver as coisas de certas maneiras novas, mesmo no que se refere a cores. Na aprendizagem, os críticos do dado imediato podem encontrar uma defesa forte das suas posições que consiste na determinação de uma relação entre elementos que se aperfeiçoa temporalmente no sentido de formar o que na consciência conta como realmente o seu “dado”, como tal assumido na modalidade do *reportar algo a alguém*. Assim, se ver vermelho supõe uma aprendizagem da visão de cores, isso significa que mostrar perante alguém que vejo vermelho é colocar esse alguém numa orientação determinada da sua experiência para a cor e para o vermelho. Esta descrição da aprendizagem da gramática das cores, que W. Sellars parece subscrever, está em grande sintonia com as proposições das *Investigações Filosóficas* de L. Wittgenstein sobre o “ver como”. E estas não são substancialmente distintas no seu alcance numa



teoria da percepção da dialética da “certeza sensível” da *Fenomenologia* de Hegel.

Porém, no “ver como” já se indicia a alteração da percepção mediante a sua obediência a elementos de uma estrutura que não está diretamente, *realmente*, na corrente psíquica. Se o “ver como” educa a percepção é porque a orienta segundo esquemas que pertencem sobretudo à ordem linguístico-proposicional. Assim, W. Sellars parece admitir na aprendizagem da apreensão sensível o equivalente ao que chamarei conceito sensível, o que implica em vez de alguma coisa dada direta e imediatamente a mediação e o equivalente a nexos inferenciais. A dificuldade está aqui em separar o como aspectual da percepção da orientação para objetos, que a frase declarativa tipifica.

Quer dizer que, pelo menos na versão sellarsiana desta dificuldade, quando chegamos a um “ver como” e aqui procuramos o que pode explicar uma percepção *standard* não podemos ter em conta apenas as dimensões aléticas da proposição indicativa, mas igualmente dimensões comunicativas e normativas. Sobre estas muito teria de ser dito para além de se poder concluir, eventualmente, que estão voltadas para encadear ou fazer convergir percepções de  $S'$  com percepções de  $S''$ .

Primeiramente, a articulação da corrente neurofisiológica com o que nos sistemas psíquicos especifica as sensações, nomeadamente as sensações de cor, é aspeto integrante da percepção e não uma coisa à parte. Ou seja, o que estiver na corrente neurofisiológica como suporte do vermelho, no plano dessa realidade física neurofisiológica, é uma dimensão da percepção.

Formulando de outro modo, trata-se, aí, do físico do psíquico humano. Os componentes neurofisiológicos necessários para produzir em condições *standard* a sensação do vermelho são já os componentes respetivos da organização psíquico-percetiva *standard* da espécie humana interpretados segundo o diagrama estipulativo. Porém, o que é válido intraespécie pode

não ser válido interespécies. O que não dá garantia alguma de que a realidade física seja do ponto de vista de formas interespecíficas de percepção das cores e do seu alinhamento com a corrente neurofisiológica o que é somente, comprovadamente até certo ponto, nas condições *standard* dos homens.

Em segundo lugar, o problema não está tanto em saber se a consciência está ou não internamente estruturada em relações ou se a sensação lida diretamente com o ser físico, mas sim o de saber como é que a consciência atribui valor cognitivo às suas eventuais relações com os seus “dados” ou “correlatos”. Ora, ensaiar uma resposta a este problema é mostrar que para a consciência estar reportada a... implica estar ligada aos seus momentos seguintes.

Nenhum “ato” consciente sem abertura a outros “atos” conscientes pode indicar o que para ele é o seu “correlato”.

Na medida em que a consciência ingressa nela mesma para nela mesma revelar o seu objeto, a relação inicial com o dado só está disponível no segundo “ato” consciente em que a consciência se retoma a ela própria na sua forma. O vermelho como tal é para a consciência apenas na medida em que a consciência fixou a respetiva sensação. O sentir do vermelho não preenche nunca em termos absolutos a consciência porque não é reconhecível uma consciência imóvel identificada com a única sensação. Na medida em que a consciência é essencialmente passagem, motilidade, a sensação está inevitavelmente conectada.

Uma consciência que não se retomasse na direção vertical da identificação do seu quê intencional e na horizontal da sua conexão com a associação de sentido nunca podia estar reportada a nada, pois não encontraria nada nela. Ora, uma consciência indistinta de si mesma é o contrário de uma consciência. Quer dizer que é necessário ver no “vermelho que há” da minha consciência o efeito da consciência que ingressou nela mesma como

consciência de que há vermelho. A consciência dificilmente se pode articular sem a retomada objetivante do seu estar reportado a algo, não sendo isto um ob-jecto, mas um movimento de produção de sentido.

Assim, a afirmação de que a “vermelhidão” faz a minha sensação pode ser verdadeira, mas somente tendo em conta o limite ideal em que uma tal sensação ocorreria para mim. É o facto de a consciência não ser vermelhidão que torna possível que ela retome o haver vermelho como um caso particular do estar consciente de alguma coisa. O haver vermelho sensitivo-visual implica, por conseguinte, o haver triangular visual, o ouvir a melodia, o cheirar o perfume, etc. Não estando atualizadas estas referências na minha sensação atual não significa que para dizer o que a minha sensação é eu não tenha de a circunscrever. Mesmo que uma tal delimitação não ocorra na forma expressa ela torna-se uma suposição da vida consciente. A sensação quando se define como “vermelhidão” separa o ser “isto” de outras possibilidades, o que quer dizer simplesmente que uma “vermelhidão” absoluta seria um conteúdo impossível da consciência. A autodivisão e a motilidade da consciência são pressupostos na formação concreta da sensação no seu estar reportada a..., assim como negações, conjunções, disjunções e outras operações de seleção do sentido psíquico. A motilidade psíquica cujo protótipo se pode encontrar na articulação sensório-motora faz a orientação primária da produtividade psíquica. É por isso que é tão difícil separar entre sensação e imagem, pois o sentir na sensação ingressa na consciência e torna-se em imagem da sensação de um modo tão impercetível que é habitualmente na modalidade da consciência de imagem que referimos o sentir da sensação. É a falta de atenção para o nexos interior entre sensação e imagem na motilidade psíquica que gera incompreensões no entendimento de que na consciência há atos e relações. Estes existem e é praticamente impossível descrever a sensação como algo de simples porque o sentir está sempre a ingressar na consciência do

sentido na modalidade de imagem, sem que por imagem se tenha de entender um duplo. Esta propulsão que vai do sentir até à imagem prova a remissão estrutural da consciência e a impossibilidade de um repouso psíquico.

Na motilidade psíquica da consciência cruza-se a retomada reflexiva da imagem da sensação com a orientação remissiva da corrente de consciência, o que prova mais uma vez que é sempre em outro estado da consciência que um estado anterior ganha significado.

Agora se compreende por que, no nosso ponto de partida, não está a noção de relação ou de polarização de atos com dados intencionais ou coisas, mas uma dimensão diferente da orientação da vida psíquica a que preferimos chamar motilidade psíquica. O movimento psíquico é distinto do que se observou sob o conceito de relação e implica o abandono de noções como dados imediatos.

Motilidade é qualquer coisa que se encontra não apenas na vida psíquica, mas já na base neuronal. É em consequência da motilidade que a consciência forma uma rede de remissões que uma vez consolidada gera um colagénio de referências implícitas a que a consciência pode recorrer quando imagina, recorda, pensa ou quer concretamente algo. Ora, constatar isto não é obrigatoriamente negar que possa haver algo de não-analisado na corrente de consciência. Só que este último, como quer que se constitua, permanece para a consciência inacessível no seu ser irredutível. Se sobre isso se pode imaginar ou recordar alguma coisa é como ser recordado ou imaginado que ele se pode invocar.

A tradição antiga e moderna sobre a sensibilidade nunca rejeitou a noção de que no sensível se lidava subjetivamente com alguma coisa de dado, pelo que o objeto foi tido como um elemento essencial da sensação no outro polo do sujeito ou no eu que apreende. Assim se perde o que constitui a originalidade da sensibilidade que não está na apreensão de objetos por um

eu, mas essencialmente na abertura da consciência à corrente sensório-motora, neuropsicológica. Que na corrente de consciência não há verdadeiramente objetos é uma evidência que se afirma mesmo contra ideias centrais das tradições gnosiológicas antiga e moderna.

Em relação à sensação como um processo é muito mais conveniente que se apreenda a consciência de objetos como alguma coisa de não original na consciência e, por isso, ver nos chamados dados imediatos algo que só pode surgir do trabalho da própria consciência sobre ela mesma, em vez de, aqui, descobrir primeiramente coisas de que o sentido psíquico parte para poder prosseguir. Portanto, se é legítimo chamar-se “inferência” ao ininterrupto estar *reportado a...* do sentido psíquico, então a consciência é inferencial.

Nas observações de G. E. Moore e de A. J. Ayer sobre os sensíveis e igualmente no conceito fenomenológico da polarização noese-noema viu-se como a relação fundamental da consciência com os dados sensoriais se tinha de caracterizar através da dimensão temporal da atualidade. O que é agora na consciência da sensação é o seu objeto, tal parecia legítimo concluir-se.

Em tal crença se revela já, também, como a proposição indicativa vai ter de ser entendida como a expressão, mediante signos, desse objeto que, da sua atualidade psíquica, assim se translada para uma existência simbólica, como coisa significada da frase existencial afirmativa.

A robustez da fé no imediato não é abalada sequer no caso da Fenomenologia que encontra na atualidade da vida da consciência o modelo da existência intencional. Há, todavia, no que se chama “atual” tão pouco de objetivo como de existência psíquica no sentido próprio do termo.

São noções que não resistem a um exame sumário do que de facto acontece na sucessão da vida psíquica. Para descrever esta última as noções como atual ou objeto imediato, “dado em pessoa” ou evidência ilustram uma técnica pouco proveitosa. É como se para retratar o movimento alguém

achasse por bem recorrer a imagens em repouso. Pode, de facto, representar-se algum traço do dinamismo, mas sempre no ângulo da sua imobilidade. O atual na consciência imediata ou o chamado dado da impressão é, em todo o rigor, o traço neuropsíquico cujo valor psíquico a consciência tem ainda de descobrir ao longo do seu movimento. É, assim, o enigma da consciência e não o que ela representa como já sabido.

Por outro lado, saber se o que nos nexos da consciência, como blocos descontínuos de um fluxo temporalizado e distribuído em instantes, aparece como objeto, corresponde ou não ao domínio físico da realidade, será um tema intratável se supomos que podemos alguma vez comparar uma presença mental a um evento físico.

O que é a realidade física como referência de presenças mentais e da sua organização em coordenadas é alguma coisa que só encontra resposta no processamento psíquico em que uma tal referência e as suas coordenadas se formam. Por isso, em outra dimensão ainda, o que estiver na génese neurofisiológica das presenças mentais não pode ser convertido por estas, diretamente, em objeto mental. Fora do processamento psíquico como dinamismo e sequência o que for tomado como a existência física do objeto mental não pode ter lugar. A existência física, a ser apreendida enquanto tal, despida de sentido psíquico prévio, não é, em nenhuma circunstância, objeto do processamento psíquico ou de percepções humanas. Será o objeto da Física como Ciência, que não possui uma relação de dependência necessária para com uma percepção humana *standard*.

## 2. 5. “Mito do dado”

Podemos entender a relação entre a sensação e a corrente inferencial do pensamento como um nexos entre as razões para um fluxo e esse fluxo. Mas neste caso como entender o uso de “razão” nesta descrição? O surgimento da gramática de razão pode desvincular-se do amadurecimento completo do próprio pensamento, o único a poder identificar causas ou razões?

Em *Mind and World* (1994) ao concretizar o seu escrutínio crítico do “mito do dado”, o filósofo John McDowell investigou a relação entre sensibilidade e conceito, intuições e juízos, servindo-se exemplificativamente da dualidade kantiana entre passividade e espontaneidade, receptividade sensível e faculdade de julgar em que incluiu a leitura de algumas teorias contemporâneas sobre o processo de constituição do conhecimento.

Nas suas propostas teóricas pode em parte rever-se o que é o descontentamento do pensamento contemporâneo relativamente a algumas noções sobre cognição nascidas na modernidade, consideradas artificiais ou erradas.

A relação entre o sensível e o intelectual ou conceptual insere-se num modelo teórico próximo do enquadramento das faculdades da mente da Filosofia clássica. Mas no seu caso o importante não está nas faculdades, mas sim na discussão sobre o valor da associação entre sensação, consciência de objetos e inferências para gerar o conteúdo das experiências. Nem sempre em *Mind and World* a caracterização da estrutura inferencial da cognição se estende coerentemente até à base sensível da intuição, embora o autor explique que o conteúdo do sensível envolve já a espontaneidade, juízos ou atividade conceptual em geral. Na sua obra o sensível oposto ao conceptual dobra-se na diferença entre o exterior e o interior, entre uma experiência interior e outra exterior. Estas oposições são

reconhecidas como largamente devedoras do “mito do dado” e por isso são mantidas transitoriamente, enquanto a crítica as não dissolve.

Ao seguir Kant, *Mind and World* afirma que intuições e conceitos são aspetos cooperantes na formação do conhecimento e, por isso, não se podem conceber separados – “intuições sem conceitos são cegas e conceitos sem intuições são vazios”. Contudo, se precisamente em Kant a dificuldade estava em conceber a integração da experiência ao nível das teorias do esquematismo e da autoapercepção, conservando-se o sensível no quadro convencional da recetividade, não se vê bem como é que para salvar a unidade sensível-conceptual da experiência podemos ou devemos continuar Kant.

A aproximação a Ludwig Wittgenstein serve a John McDowell para conceber a percepção num sentido aspectual, segundo um “como” integrador de diversas dimensões do sensível apreendido. Assim, o que L. Wittgenstein tentou mostrar em vários parágrafos das *Investigações Filosóficas* sobre a percepção é que o sensível está já embebido em linhas inferenciais e na estrutura de remissões contextuais do uso da linguagem e, nessa medida, o sensível traz consigo dimensões daquilo que na linguagem kantiana era designado pela espontaneidade do entendimento.

O problema central da obra de J. MacDowell está na formulação exata do peso relativo que deve ter a passividade sensível e a espontaneidade do entendimento na formação de cognição adaptada a contextos operatórios. Um coerentismo cognitivo radical parece esquecer que há na base do conhecimento humano uma constrição para conhecer de certa maneira, dentro de limites. Um empirismo sem concessões cai na ilusão contrária de imaginar que a cognição está decidida, no essencial, na fidelidade ao objeto e à informação sensorial.

Nas *Investigações Filosóficas*, particularmente, L. Wittgenstein continuava teses que vinham dos *Livros Azul e Castanho* e da época das Lições de



Cambridge de 1930-32 em que germinava a ideia do uso como critério do sentido das proposições da linguagem vulgar. Uso, contexto e forma aspectual da percepção são dimensões articuladas na compreensão wittgensteiniana da relação entre sentido e mundo. As explicações sobre esta conexão ocorrem na época das *Investigações* em redor da discussão do que é “seguir uma regra”. É na medida em que insiste na ideia de que ao percebermos os objetos estamos de algum modo a categorizar a percepção que, a propósito deste ponto dos esboços das *Investigações Filosóficas*, faz sentido a posterior retomada interpretativa de Robert Brandom em que é enfatizada a normatividade nos atos perceptivos e na compreensão do significado das percepções.

O valor que J. MacDowell e R. Brandom atribuíram ao “pragmatismo” de L. Wittgenstein na viragem para a relação sentido-uso justifica-se logo no âmbito da percepção. Contudo, é preciso ler bem o que L. Wittgenstein diz sobre o assunto.

Nos *Livros Azul e Castanho*, por exemplo, desenrola-se uma crítica frontal do mentalismo dos significados ligada à tese implícita ou explícita de que perceber uma expressão é um cálculo em que se comparam imagens mentais, objetos externos e símbolos. É esta tese que é revigorada com a ideia de que ir do significado à coisa equivale a seguir uma regra cujos princípios estão na mente. A interpretação do significado no L. Wittgenstein deste período não recorre a imagens internas tidas por responsáveis por atos mentais mais complexos que originam por sua vez a compreensão de nexos psíquicos com correspondência empírica num mundo exterior à mente. É toda esta má gramática mentalista e analógica (na direção mente – mundo externo) de “seguir uma regra” que o filósofo põe de lado.

A sua apreciação crítica do pensamento clássico da linguagem e da perspectiva anterior do *Tractatus* põe em causa a possibilidade de um alargamento do jogo de linguagem da ostensão a todos os jogos de

linguagem e conseqüentemente afasta a hipótese que reduzia a proposição e o seu sentido a uma sombra dos factos no mundo real. A pergunta radical aqui era a de saber como pode alguma coisa ser a sombra de algo que não existe.

Concordante com alguns exercícios da *Gramática Filosófica* da década de 1930, a hipótese da sombra está geminada com a teoria das imagens mentais. Imagens e experiências apareciam na visão clássica articuladas à luz do modo temporal da atualidade da consciência. A hipótese da sombra e da proposição-sombra do real aparentemente servia de explicação da reidentificação e da formação de expectativas semânticas sobre objetos e factos futuros. A discussão em redor da proposição-sombra do real e das expectativas semanticamente formadas sobre o comportamento dos factos no mundo percorria as *Lições de Cambridge* de 1930-32.

A sombra não só projeta algo na forma da atualidade da consciência, mas projeta algo igualmente na modalidade temporal da expectativa e, neste sentido, na direção do posterior. L. Wittgenstein examinou a propósito o uso gramatical de “expressar uma ideia” com vista a testes ou a experiências sobre factos a ocorrer no futuro.

O escrutínio deste uso gramatical deve agora ser novamente avaliado.

O *Livro Azul* considerava a noção de “expressar uma ideia” como incompleta ou inconstante se não levasse em conta que uma ideia só pode ser tomada como totalmente “expressa” no caso da tradução em uma segunda linguagem do que se expressou em uma primeira.

“Expressar uma ideia” não é verter sentido psíquico em sentido linguístico, tendo por base um objeto físico, mas é estar desde logo mergulhado no sentido linguístico. Por sentido linguístico não se entende aqui o significado dependente da gramática de línguas naturais definidas, mas a linguagem vulgar, em geral, qualquer que seja a língua natural usada. Para L. Wittgenstein, “expressar uma ideia” é, então, transpor sentido de um uso

particular da linguagem para outro uso da linguagem. Quando afirma que é necessário evitar imaginar que passamos de um processo mental de pensamentos para um processo extramental na linguagem, o que tem em vista é essencialmente *i)* a tese do caráter já mediado do próprio pensamento quando se objetiva em signos ou proposições e *ii)* o caráter semântico-pragmático da compreensão da linguagem vulgar. A conhecida argumentação contra a “linguagem privada – experiência privada” está presente na relação de *i)* e *ii)*.

No lugar de um mundo privado mental destaca-se a experiência linguística em ações envolvendo “explicação do sentido de...”, em que a tónica vai para o contexto situacional da explicação do uso de palavras e frases. No entanto, a noção de uso não se limita à inscrição contextual do sentido. Revela também que a significação dos signos não pode ser fixada isoladamente do “sistema total da linguagem”. É este que, como uma rede conectiva em que os signos se inscrevem, dá a cada signo e a cada uso o seu próprio lugar no conjunto global do significado. A metáfora orgânica que compara o sentido com a vida como fluxo ubíquo serve em várias ocorrências textuais dos escritos da época para sublinhar a conexão entre usos, significados e proposições.

Além disto, há no começo do *Livro Azul* uma demarcação gramatical que é para nós da maior importância. L. Wittgenstein questiona o alcance da ideia de que os pensamentos se processam no cérebro ou têm neste a sua “localização”. *Em que sentido pode dizer-se dos processos fisiológicos que correspondem a pensamentos e em que sentido pode dizer-se que retiramos os pensamentos da observação do cérebro?*

Na continuação das suas notas sobre a gramática da “localização” dos pensamentos, o autor prossegue até à caracterização do seu critério do uso e do significado de “seguir uma regra”. Procurar uma localização do pensamento no cérebro não tem sentido sem discutir o alcance gramatical

da palavra “localização”. A impossibilidade de localizar o pensar no espaço/tempo físicos comum às coisas tem como consequência que só a situação contextual permite garantir alguma coisa do que se procura quando se procura o sentido de palavras ou proposições.

Ora, um contexto não é acessível sem um conjunto de regras de acesso a esse contexto, como instruções mediante as quais o contexto se deixa descrever como situação do significado. É daqui que resulta a ideia, da maior importância numa perspectiva inferencialista da cognição, de que não há uma definição clara dos termos que usamos na linguagem corrente e nenhuma definição real para eles. Quer dizer que se podemos imaginar um uso *standard* de certos termos e em redor dele balizar o significado é porque arranjamós alguma maneira de economizar inferências para preencher o significado no caso desses termos. A partir do critério do uso em articulação com jogos de linguagem – formas de vida pode dizer-se que os significados *standard* não são outra coisa a não ser métodos de economia inferencial. Todavia, estes não se podem considerar tipos exclusivos de significado e a sua instabilidade é muito considerável. É isto mesmo que L. Wittgenstein conclui de modo sugestivo quando pretende mostrar que, no respeito à chamada “experiência/linguagem privadas”, tudo parece ocorrer como se o mundo se dividisse em duas metades - um mundo físico e outro mental. Ao abordarmos este último apercebemo-nos que lidamos com algo de fluído e inconstante, o que em parte é um reflexo do nosso embaraço relativamente à gramática de certos termos - usamos nomes de objetos materiais para estados mentais.

Os exercícios gramaticais que levam o filósofo a afastar-se cada vez mais do modelo figurativo do *Tractatus* dão prova de que o isomorfismo entre a proposição, as imagens mentais e o mundo estava condenado por vários motivos e, antes de tudo, pela impossibilidade de fazer coincidir a necessidade em sentido gramatical com a necessidade em sentido físico,

refletida na pergunta “o que nos faz crer que existe algum tipo de acordo entre pensamento e realidade?”.

O preço a pagar pelo zelo analítico que uma questão destas impõe é elevadíssimo. Contudo, está à altura de uma indagação intelectualmente séria sobre a relação entre pensamento e existência. Só a partir dela nos podemos mover para onde de facto interessa.

Na obra de J. McDowell a integração dos objetos nas inferências explica-se à luz da fórmula que indica que o objeto da experiência sensorial não tem nele mesmo todo o âmbito que é intelectualmente necessário para o compreender (McDowell 1994: 32). A “mais vasta realidade” que é necessário ter presente para dar sentido aos objetos da experiência pertence à esfera do repertório da espontaneidade conceptual (Kant) e não tem, por conseguinte, o estatuto dos elementos constitutivos da sensibilidade como faculdade passiva. Quer dizer que desde as chamadas qualidades secundárias até aos aspetos mais complexos e reservados a atividades intelectuais, em que há abertamente inferências, que estamos perante a inscrição do elemento isolado no elemento sequencial, do simples no múltiplo, do exterior no interior, das qualidades primárias nas secundárias, do sensível no conceito ou do passivo no espontâneo.

*Mind and World* mostrava a importância de não fixar a noção de um mundo sensível apenas na relação entre qualidades primárias e secundárias que a tradição reteve. O sensível é apreendido numa moldura mais vasta do que o que pertence exclusiva e restritivamente à esfera do fenómeno singularizado, em que se traduz o objeto sensível individualizado como por exemplo uma mancha vermelha distintamente recortada de um fundo, do mundo e das atividades mentais mais vastas em que a sua apreensão tem lugar. A noção comum de uma fronteira externa a dividir o pensamento conceptual e racional do mundo tem de ser abolida nesta perspetiva sem ter de cair em algum tipo de idealismo subjetivo. O esforço teórico de J.

McDowell ia no sentido de mostrar que há já espontaneidade na percepção sensível e que, por conseguinte, uma sensibilidade totalmente abstraída de dimensões intelectuais ou de conceptualização é uma pura abstração.

O “como” do ato de perceber sensível a que as *Investigações Filosóficas* davam particular relevo fica desta forma ilustrado em linguagem kantiana, segundo a perspectiva de uma copertença dos elementos sensíveis, passivos, e dos intelectuais, discursivos e espontâneos.

A constrição sensível da cognição é assim reconhecida e com ela o papel da sensibilidade na cognição, do mesmo modo que a modificação inferencial a que essa base está sempre sujeita na cognição amadurecida.

A dificuldade está em que esta descrição não diz o que está na constrição. Diz que no sensível há uma constrição, mas não o que está nela ou se há alguma coisa nela que possa ser identificado como um *quê*, objeto ou entidade empírica de outro tipo.

A constrição tem um *quê* ou representa um quadro, um limite, que cinge a esfera da espontaneidade? Se o que há é este quadro e não um *quê* redutível a um objeto, então o empirismo clássico tem de ser afastado como candidato teórico credível para dar uma resposta ao *quê* da constrição sensível.

Tudo parece ir no sentido de descrever essa constrição como uma *influência* da cognição ou, melhor ainda, como as condições de uma influência. É neste sentido que dizemos que o sensível influi no conhecimento. Ora, a linguagem da influência é a linguagem da causalidade. Se consideramos bem fundado que não acedemos a um *quê* quando representamos o mundo sensível, então o que representamos ou descrevemos quando dizemos que a sensibilidade influi em... é que a sensibilidade é causa de....

A linguagem da causalidade tem aqui vários escolhos.

Em primeiro lugar, interpretar a constrição em termos causais implica separar um ponto de vista operatório, interno, relativo à cognição, de outro

ponto de vista observacional ou descritivo, externo até certo ponto, sobre a cognição.

Se nos colocamos no ponto de vista operatório observamos ou descrevemos o que se faz quando se conhece. No ponto de vista externo, isolamos os componentes que entram na cognição e para isso podemos aplicar a forma binária do anterior/posterior ou causa/efeito. Os dois pontos de vista não se distinguem um do outro na medida em que o segundo é teórico e o outro não é. A teoria pode descrever o *como* do encadeamento e sequencialidade em operações e não é obrigada a adotar o prisma analítico do *quê* das operações.

Ao identificar a ideia de uma influência (=construção) do sensível na cognição está a dizer-se que o sensível pode ser descrito segundo a forma geral da causalidade. Mas não se pode com isso julgar que se chegou a tocar no elemento irredutivelmente imediato do conhecimento. Este seria o tal *quê* do sensível no ponto de partida do diagrama causal causa-efeito.

O que se fez foi traduzir o que a sensibilidade é para a cognição nas condições inferenciais de uma descrição causal sobre a cognição. Ora, descrever a cognição em termos causais não supõe nem mais nem menos inferências do que descrever a cognição no prisma interno sobre *como* se conhece. Isto significa que não é pelo facto de recorrermos a noções como construção, influência ou dependência causais que ficámos na posse do imediato ou do próprio sensível “em carne e osso”. Na verdade, o que ocorreu foi mudarmos de tipo de inferências e de formas descritivas no modo como descrevemos a cognição.

A inferência causal, ou simplesmente a indução, comporta muitas vezes a ilusão de que pelo facto de se ter isolado um momento na posição de causa de... num diagrama causa/efeito se conseguiu identificar um momento irredutível, *em si*. Todavia, este último é apenas irredutível na economia de

elementos da conexão causal isolada, *mas não em si*. Volto a este tópico na alínea sobre causalidade e representação.

Por estas razões, todas as inferências geradas para concluir que há um conteúdo não-conceptual da cognição não podem evitar o círculo da autopressuposição dos conceitos e das inferências.

A oposição entre sensibilidade e conceito que J. McDowell pretende dissolver teve um prestígio enorme na História da Filosofia porque não se atendeu ao carácter sequencial-inferencial da cognição. Imaginou-se que a experiência resultava de um contacto de um sistema com algo que esse sistema recebia de fora, mas de tal modo que esse de fora devia ter as características esperadas pelo sistema. Claro que, assim, a experiência pedia o seu conceito do mesmo modo que a sensibilidade reclamava a integração conceptual da sua própria diversidade interna.

Não se viu aqui o que se devia ter visto – a orientação do sistema para o momento seguinte, a propulsão interior que explica por que só nos estados seguintes do sistema pode haver certificação sobre o que ocorreu nos anteriores. O conceito mais não é que o retorno do posterior no anterior no ato de conceber o anterior. Pode parecer uma evidência que a sensibilidade não consiga este retorno sobre o anterior, na medida em que é fundamentalmente apresentada como abertura e recetividade. Ora, o sensível não é exatamente uma tal passividade ou recetividade. Se atendermos ao que nos ensina a descrição da base neurofisiológica, o sensível assemelha-se mais a uma propulsão ou a descarga de um tipo particular de energia capaz de ser reconhecida e interpretada, como informação para o seu sentido, do que a uma recetividade. Além disso, a demarcação entre um interior e um exterior, não discutida naquela versão da gnosiologia que na construção do objeto tomava os órgãos sensoriais em relação com coisas, é inviável no conceito neurofisiológico de informação.



A pressão sobre o sistema psíquico que a abertura sensorial gera, a sobreabundância informacional, tem de ser regulada segundo um modo que é precisamente o do posterior que retorna sobre o anterior.

J. McDowell pretende que na elaboração do conteúdo da experiência sensorial tem de estar presente e atuar a espontaneidade do entendimento, ou daquilo que ele designa por conceito, em conexão com os juízos, pois não seria possível caracterizar o conteúdo da percepção sem o incluir numa moldura mais ampla, em que outras dimensões ocorrem para além daquelas que servem para definir isoladamente ou abstraidamente um objeto de experiência.

O juízo e a atividade conceptual pertencem a uma dimensão da cognição que revela uma liberdade de ligação entre elementos que não se oferece na sensibilidade. Ao referir a relação recíproca da espontaneidade e da recetividade, do conceito e da sensibilidade na produção do conhecimento, ficamos com a impressão de estarmos a lidar com entidades abstratas que acabam por gerar algum tipo de cooperação. Como é que esta se compõe no sentido de formar conhecimento concreto é algo que fica pouco claro, se a pretensão é mostrar que essa ligação não se conclui na esfera do entendimento, como em Kant, mas é articulada já no plano do sensível. Na verdade, o centro das dificuldades da teoria kantiana do conhecimento estava no postulado de uma dicotomia entre o sensível e o intelectual que só podia terminar na atribuição ao entendimento de um poder legislador em matéria de produção final do conhecimento. Ora, este poder legislador, com tudo o que retém da comparação com o Direito, aponta para uma conexão externa, como se, de facto, entre as duas faculdades uma tivesse de se subordinar. J. McDowell quer evitar este escolho com a afirmação de que o sensível possui já dimensões do juízo, é inferencial numa aceção não puramente analógica, mas essencial e característica. Só que aqui se engana, pois o sensível não é de modo algum juízo na aceção totalmente explícita da

frase declarativa, mas algo de distinto, que inclui significação ou sentido, mas não um tipo de sentido já estreitado na forma predicativa.

Uma coisa é afirmar que o sensível é aspectual, está tecido segundo relações ou inferências que os contextos exprimem quando são objetivados na cognição amadurecida. Ora, isto é diferente de afirmar que no sensível há algo de equivalente a juízos. De certo modo foi esse o problema de Kant ao continuar uma longa tradição - o de centrar a cognição na frase existencial declarativa. Continua a ser esse o problema de *Mind and World* quando pretende descobrir agora no próprio sensível a atividade judicativa.

O sentido não se reduz à predicação, por muito que esta redução seja cómoda aos lógicos.

Mostrámos já como a frase predicativa representa um tipo derivado de organização da cognição, suportada por um conjunto de operações de complexidade variável, entre outras a constituição da forma-tempo, que se abrevia drasticamente na frase declarativa a favor do *é* copular e a estrutura de endereçamento, que faz com que as frases estejam sempre associadas à função de reporte a um interlocutor.

O privilégio atribuído à frase existencial declarativa como exemplo da cognição, por excelência, gerou uma troca do concluído, acabado e abreviado pelo genético e complexo na descrição da formação do conhecimento nos sistemas psíquicos de humanos, com sacrifício substancial de outras dimensões do psiquismo presentes na geração da cognição, a favor de uma idealização da progressão interior da atividade psíquica na direção da nominalização e do *é* copulativo.

J. McDowell considerou que não se deve afastar da organização sensorial humana o sentido obtido por via proposicional (MacDowell 1994: 72), pois seria artificial introduzi-lo só no nível da organização intelectual da mente.

Contudo, parece indicar como o mais próprio do sentido o facto de este se desenvolver livremente no “espaço das razões” (MacDowell 1994: 73) e a

sua discussão do naturalismo articula-se, substancialmente, em redor do valor da diferença entre encantamento ou desencantamento do mundo natural ou legalidade frente a inteligibilidade no mesmo “espaço das razões”.

Atribuir sentido à sensibilidade e salvar a espontaneidade livre parece interessante como desiderato pós-kantiano, mas sai prejudicado se for pretendido que o sentido da sensibilidade é aquele que se desenvolve mais perfeitamente na forma proposicional no “espaço das razões”.

Na verdade, o autor de *Mind and World* não chega a uma caracterização convincente do que para ele é o sentido da sensibilidade, sobretudo porque está muito preso da noção de que a linguagem é a sede do sentido em geral e, por conseguinte, também, do sentido da sensibilidade.

Cumprir precisamente mostrar que a viragem inferencialista de alguns autores contemporâneos representa uma consequência teórica importante e ainda, no caso de J. McDowell, a combinação entre inferencialismo e naturalismo. Pode ser eventualmente desvirtuada se não se integrar a própria noção de inferência num quadro descritivo sobre a cognição que vá mais longe que a ideia segundo a qual formamos as nossas noções sobre objetos na dependência de raciocínios, que possuem o seu arrimo mais decisivo no encadeamento proposicional e na linguagem estruturada segundo instruções sintático-semânticas das línguas naturais.

Será necessário perceber como a sensibilidade faz “inferências” de um tipo não-proposicional graças a uma ligação permanente que nela se desenvolve entre aspetos semióticos, sensorio-motores e a neuroestimulação.

A haver um sentido na sensibilidade ele só pode ser descoberto aqui.

O discurso da tradição filosófica moderna, que investigou a sensibilidade a partir da bitola da organização predicativa do juízo canónico e que, em consequência disso, imaginou o sentido sensorial na relação com o dito predicativo, fortaleceu a tese de que só no discurso há sentido e de que o

sentido sensorial, a existir, tem de ser à imagem da proposição existencial declarativa.

## 2. 6. Conectividade psíquica

No que se segue só se tomarão em consideração os eventos nos sistemas físicos que podem ser causalmente eficazes nos sistemas psíquicos à luz do diagrama estipulativo psíquico-neurofisiológico.

A consciência é para ser entendida literalmente como disparada a partir das redes neurofisiológicas dos organismos. O estar disparado da consciência constitui para os sistemas psíquicos conscientes a própria condição de prosseguir nas conexões da vida mental. Há, por conseguinte, uma impulsividade própria da vida psíquica que explica que para ser definida tem de ser tomada como num curso ou fluxo.

Sequências psíquicas objetivadas são sequências psíquicas conscientes adaptáveis às formas do tempo imanente, em especial ao presente ideal da vivência psíquica. A objetivação ocorre na própria sequencialidade psíquica como um tipo particular de organização interna dos nexos. É na perspectiva da objetivação da corrente que é possível descrever a interseção das sequências neurofisiológicas com os nexos psíquicos em pontos. Não é um predicado obrigatório das sequências estarem conectadas em pontos, objetivados segundo a consciência de objeto. O que caracteriza a condução de estímulos nervosos nas unidades orgânicas é a formação de redes de maior ou menor extensão em que se desenrola a transmissão dos sinais. Fora das séries de transmissão e dos nexos conectivos nada pode ocorrer. Quando o sistema psíquico responde a sua resposta está situada algures num momento sequencial da transmissão orgânica de sinais. Ele é colhido num momento de um processo que continua para além dele e que começou sem a sua participação. A vida psíquica está igualmente estruturada sequencialmente e, graças à excitabilidade, é ainda também em sequências que se desenvolvem as reações, mesmo quando curtas e aparecem à consciência como puros automatismos de umnexo ponto a ponto. Contudo,

a noção dos limiares perceptivos em psicofisiologia revela que o sistema psíquico não está sempre acordado conscientemente, voltado para objetos-ponto, e que existe uma presença psíquica da estimulação fisiológica infraconsciente que só se torna sensação ou percepção de alguma coisa depois de ultrapassado um certo limite. Como se referiu já, é aqui que opera a memória involuntária. Se infere que a formação de objetos nos sistemas psíquicos não pode ser atribuída ao paralelismo psicofisiológico ponto-a-ponto: os objetos ou fragmentos dos objetos não são impressos nos órgãos sensoriais e logo apercebidos pela consciência como tais objetos.

Tem de ocorrer algo de diferente desta coincidência na vida psíquica para que possa haver objetos ou algo de equivalente a uma consciência de objetos, implicando permanência e identidade de predicados ou, em termos mais gerais, a intencionalidade. Esta última alude sempre a um estar dirigido a..., estar referido a..., reportado a..., visando x... que se tomou como característica original da vida psíquica e a que tenho chamado consciência polarizada. A intencionalidade explica no estar reportado a... não apenas a formação da consciência de objeto mas ainda a compreensão do sentido psíquico por *ego* ou por *alter*, na vida psíquica própria ou na apropriação da vida psíquica alheia e, assim, é uma teoria que se aplica no ponto de partida e no ponto de chegada da iteração do sentido psíquico.

É a respeito da formação da consciência de objetos que devemos agora ponderar a diferença entre sentido psíquico em geral e sentido psíquico consciente. Nem sempre esta distinção foi aceite e na História da Psicologia deparamos com os mais variados exemplos de incompreensões em relação a ela em que se cruza a desconfiança em relação à Psicanálise. No entanto, mais recentemente, investigações nas Ciências Cognitivas sobre reações a estímulos e conhecimento gerado em pressuposições sensório-motoras as mais diversas chegaram a algumas conclusões que validam a tese de que os sistemas psíquicos são formados por correntes psíquicas que só em parte

são “corrente de consciência” consciente. O estudo das pressuposições cognitivas que ocorrem sem objetivação e que pertencem ao âmbito das seleções que os aparelhos sensório-motores têm de mobilizar para focar a atenção é promissor e confirma o que se leva aqui postulado na distinção entre camada consciente e inconsciente no processamento do sentido psíquico.

Quando falamos em objetos intencionais referimos algo que ocorre na camada consciente. Aparentemente, um objeto é uma negação do fluir da sequencialidade psíquica. Põe, em relação a esta, o contraste de algo individualizado e irreduzível. Altera, nesta medida, a base da sinalização inconsciente em que o sistema psíquico se equilibra com o sistema nervoso. É nesta modificação que se joga a transformação do inconsciente-latente em consciente-manifesto. A objetivação parece situar-se ao longo desta conversão do inconsciente da latência no consciente da vigília. Sabemos, contudo, que esta conversão nunca ocorre como uma alteração digital, mas segundo o equivalente a uma condensação de nexos sequenciais. É pelo menos assim que, aqui, se propõe que se interprete a formação de objetos nas sequências psíquicas conscientes.

A ideia de que o sentido psíquico se forma e desenvolve em séries ou sequências que se ramificam em redes das quais depende o isolamento de pontos seriais complementa-se com a tese da existência de séries paralelas e de processamento paralelo da vida psíquica. Mas esta última tese pressupõe o abandono de uma visão antiga que confundiu o tempo monolinear com a própria vida psíquica e uma reapreciação da simultaneidade. Se a série implica a visão de um paralelismo de séries, em que denotamos fluxos conscientes e outros inconscientes, isto impõe-nos um modelo em que temos de estar atentos a ligações, cruzamentos e sobreposições entre séries que não se dão num tempo homogêneo.

As sequências psíquicas articulam-se em torno de três formas sequenciais mais importantes em que tem lugar a emissão, a receção e a interpretação de sinais, dando lugar à conversão de informação em sentido e em que podem situar-se séries inconscientes e conscientes.

Refiro-me ao que ocorre na linhagem sequencial *sensório-motora* com referência a sinais-impulso; às sequências de valor *perceptivo-cognitivo* com base em sinais-percepção e nas sequências de tipo *emocional*, com as suas fontes nos sinais atitudinais. Aqui estão três tipos de subsequências que na vida psíquica estão amiúde entrelaçadas, não obstante se poder identificar o que há de particular em cada uma. Muitas operações relacionadas com a atividade mental se baseiam na coordenação dos três aparelhos *sensório-motor*, *perceptual-cognitivo* e *emotivo-atitudinal*. Os exemplos de coordenação e convergência não devem induzir em erro, pois não é possível verificar uma lei da coincidência obrigatória ou da cooperação obrigatória das três séries sequenciais. Convergências ou divergências ocorrem, igualmente, entre elas.

Objetos surgem à consciência como correlatos permanentes de atos da atenção consciente, dotados de identidade e passíveis de reidentificação. Neste sentido, não são objetos os *flashes* esporádicos, mesmo se parecem indicar qualquer coisa no meio ambiente externo. O conceito de objeto implica, portanto, a possibilidade de reinvestimento dos percursos causais nas sequências psíquicas em que tais formas se geraram. Devido a este aspeto tornaram-se influentes as noções de existência externa dos predicados reidentificáveis dos objetos ou a ideia de uma polarização intencional como responsável pela formação de objetos internos. Se a primeira noção nos parece hoje típica de uma visão ingénuas, em que a realidade física tinha de se conceber de determinada forma para poder concordar com as construções psíquicas, já à segunda se atribui plausibilidade. No entanto, a intencionalidade não dá resposta completa à



gênese da consciência de objeto. Pelo contrário, assume o modelo da consciência de objeto interno, da consciência polarizada, como protótipo da consciência em geral.

A polarização que tipifica a consciência e a objetivação não pode surgir do processamento psíquico, diretamente. As sequências psíquicas limitam-se a ligar os seus próprios momentos em que a consciência e o inconsciente se entrelaçam. Este enlaçamento não é consciente nem inconsciente. Não se deve, a seu respeito, usar termos ou conceitos apenas adequados a exprimir atos conscientes, como a crença. Características como permanência e identidade segundo predicados, que se atribuem à objetivação, formam-se na dependência de orientações definidas, de movimentos de focagem e de vaivém. Para estes contribui a percepção interna do sistema psíquico sobre a situação das suas subsequências. A articulação do aparelho sensório-motor com o perceptivo-cognitivo foi estudada e é possível encontrar aqui uma das fontes da noção de permanência. A identidade pode ser investigada no prolongamento do aparelho perceptivo-cognitivo na linguagem e na estrutura sujeito-predicado do juízo. Os mais diversos níveis de intensidade no investimento psíquico descobrem-se na relação entre as subsequências atitudinais e as formas cognitivas-judicativas. O estudo de atitudes como as crenças na sua relação com a consciência de objeto foi tema motivador da mais larga atenção na História da Filosofia. A objeção está aqui no facto de também a tradição moderna ter partido da estrutura judicativa como da forma em que assenta, em geral, a consciência, nada havendo a acrescentar. É dos efeitos de coordenação dos três aparelhos que resulta uma condensação de nexos sequenciais dos sistemas psíquicos e, em consequência, a emergência de objetos. De facto, a consciência é primeiramente desperta no sentido de gerar correferências e pontos de aglutinação nas três subsequências dos sistemas psíquicos. Se há dimensões do meio ambiente externo a contribuir, aqui, para certas orientações ou

fixações é contudo à percepção interna do sistema psíquico que cabe a função de alinhamento intersequencial, que se conjuga com a noção do objeto.

Se o objeto deriva da função de alinhamento e esta de mecanismos de percepção e controlo internos nos sistemas psíquicos, então a primazia na formação de objetos deve passar para o âmbito operativo.

Comumente, uma operação não se define sem seletividade ou fora de uma relação entre metas e meios.

Isto significa que as operações já envolvem algum tipo de consciência?

Não é a noção de operação consciente que temos em mente e que descrevemos agora.

Aquém da consciência, o conceito de operação permite descrever mecanismos adaptativos em sistemas, que se consolidam em automatismos ou rotinas mediante reconhecimento, endereçamento e resposta a sinais. O que se processa nesta base semiósica infraconsciente pode ser interpretado como uma conexão do tipo de metas e meios. As operações que se desenvolvem com vista à formação de objetos na consciência, graças ao alinhamento das subsequências psíquicas, podem por isso ser de tipo inconsciente e consciente. Podem estar envolvidas as três séries ou desenrolarem-se diferentes equilíbrios ou predominâncias entre elas. Por exemplo, a convergência intersequencial em que predominar a componente sensório-motora tenderá a gerar condições de um tipo infraconsciente ou predominantemente inconsciente da consciência de objeto.

O resultado pode sofrer diversos reforços de tipo consciente e voluntário. Assim se organiza, espontaneamente, uma disciplina da atenção consciente que tem, afinal, um suporte essencialmente inconsciente. No exemplo, o que vem para o centro da atenção é primeiramente o que o aparelho sensório-motor, em virtude de alguma necessidade adaptativa da unidade orgânica, coloca como centro gravitacional do movimento do corpo. A

direção da atenção, os mecanismos de focagem, repetições de foco, integrações diversas de figura e fundo, reunião de predicados relacionais da coisa focada, disjunção e conjunção de predicados, tudo isto passa a estar acompanhado de consciência e de vontade no sistema psíquico. A capacidade da consciência para mobilizar os mesmos traços na reidentificação de formas perceptivas é o que de mais próximo há do que chamamos objeto.

Na reidentificação é a memória relectora da convergência intersequencial que opera. Esta não é uma memória de objetos, de coisas, mas sim a projeção mnésica dos imperativos sensório-motores, perceptivos-cognitivos e eventualmente emocionais da convergência intersequencial.

Na reidentificação não recordamos coisas no mundo, mas ativamos os traços mnésicos sobre cruzamentos de operações sequenciais. A convergência intersequencial é causa e consequência da reidentificação e são os fenómenos de reforço presentes nesta coadaptação que podem explicar a reprodução de um feixe de predicados que, pela rememoração e pela atenção, fica ligado à representação da permanência de coisas no meio ambiente externo.

Concretamente, o que essas coisas são do ponto de vista da sua realidade física não permite explicar o que são de um ponto de vista psíquico; o que possam ser segundo as conexões da realidade física com a fisiologia dos órgãos sensoriais não explica como se desenrolam, estruturam e se identificam em processos conscientes. É este *como* que explica aquele *quê*. Se aqui as concepções sobre intencionalidade ganham a sua força logo a perdem na medida em que ficam presas da noção de objeto, como alguma coisa em redor da qual há, realmente, psiquicamente, uma polarização da atividade psíquica.

Há uma razão para só termos objetos, no sentido próprio, com a reidentificação. Isso é devido ao facto de um objeto ser um condensador

mnésico de elos sequenciais reforçados mediante controlo consciente, o que implica sequencialidade, repetição e recursão. São operações psíquicas alinhadas e não elementos simples que aqui estão em causa.

Nas reidentificações, determinados traços psíquicos da série mnésica e certas respostas internas concordantes com formas da adaptação intersequencial se ajustam. Assim, na noção de objeto oferece-se já o equivalente a um conceito sensível. Se a distinção entre objetos e conceitos sensíveis pode eventualmente ter algum valor analítico, já do ponto de vista do funcionamento psíquico concreto são tipos muito próximos e aproximáveis. O conceito em geral e o conceito sensível em particular representam esquemas de reidentificação. Quer dizer que ambos são condensadores de seqüências e graças a isso asseguram formas mais ou menos estáveis de subsunções de réplicas sob tipos gerais. A reidentificação não é outra coisa de diferente desta relação entre réplicas e tipos gerais.

Assim, dados certos estímulos que operam para o sistema psíquico como sinais seguem-se encadeamentos, seqüências de reconhecimento desses sinais e alinhamentos intersequenciais consequentes à repetição. A possibilidade de reproduzir estes alinhamentos é o que caracteriza a formação de objetos no sistema psíquico com a correspondente identidade de predicados e permanência.

Porém, isto é, concretamente, o mesmo que conceptualizar ou está muito próximo do que chamamos conceptualização. O reforço do alinhamento intersequencial que acompanha a reidentificação e que a torna psicologicamente eficaz, a aprendizagem no sentido psíquico, contribui para uma disciplina das respostas psíquicas na percepção, que equivale à aplicação de conceitos a indivíduos. A adesão do conceito a termos linguisticamente identificáveis ou a variáveis proposicionais é mais longínqua e implica a compreensão do que é a linguagem natural ou as línguas formais, as quais não se podem explicar somente com referência a elementos psíquicos ou à

ligação entre o sistema psíquico e o meio ambiente externo nele formado. Um erro comum no pensamento moderno esteve na ficção de um nexo imediato entre nomes e objetos, quando os nomes não servem exclusivamente a função de fixar objetos. Conceitos sensíveis, como os levamos entendidos, não são os conceitos intelectuais da tradição lógica.

A reidentificação é um resultado final de processos psíquicos que muito basicamente consistem no reforço de alinhamentos de sequências. Há processos de remissão semiósica nos três níveis assinalados do processamento do sentido psíquico. Todavia, nada nessas sequências justifica a impressão de um alinhamento. Na realidade elas não estão agrupadas, mas pelo contrário há uma assinalável desordem na fonte dos processos psíquicos. Na gênese do alinhamento há a acomodação, aprendizagem e treino. Os fenômenos psicológicos que associamos à atenção têm importância na formação dos alinhamentos. Contudo, é indubitável que isso requer esforço e trabalho psíquico, o que significa que é através de seleções que eles se podem formar.

Presume-se um caráter teleológico na formação de convergências, mas este não significa forçosamente propósitos conscientes voltados para um *quê* das correntes da consciência. Trata-se de uma condicionalidade operatória, que em larga medida depende de ajustamentos que se consolidam sem a intervenção forçosa da consciência de objetos ou mesmo sem a participação de sentido psíquico consciente. O sentido psíquico consciente deve tomar-se como uma parcela do sentido psíquico em geral e o sentido psíquico consciente ligado a polarizações com objetos claramente determinados é de um tipo ainda mais especializado.

O alinhamento das sequências psíquicas é uma aprendizagem que implica seleções no sistema nervoso, no subsistema sensório-motor e nas séries perceptivo-cognitiva e emocional, de tal ordem que por ele fica responsável

o sistema psíquico como um todo. A corrente temporal com os respetivos êxtases é formada concomitantemente.

O presente atencional é, assim, idêntico ao próprio alinhamento e traduzido num *quê*, em um objeto. A formação psíquica do alinhamento depende da condicionalidade operatória mais vasta, que é psiquicamente garantida em virtude do próprio alinhamento, devendo-se a necessidades psíquico-orgânicas ou resultando de pressões comunicativas. Explicitar todas estas condições implica reunir todos os dados da história da consciência para um dado sistema psíquico em que se conseguirem isolar as metas, meios e rotinas fruto da condicionalidade operatória, da aprendizagem e formadores das convergências das sequências psíquicas respetivas.

Formas muito gerais como a do tempo público mensurado foram possivelmente originadas pelas pressões da comunicação. As diferenças temporais organizam e orientam o material psíquico de certa maneira, à luz de moldes quantitativos e rítmicos, mas as seleções resultantes garantem uma economia psíquica de ligações pertinentes, que tem novamente os seus efeitos na forma como as sequências se orientam e estabelecem correferências. A *forma-tempo* que obedece à sintonia *qSt* (qualidades da vida psíquica simultâneas com unidades de tempo) torna possível a retomada da história do sistema psíquico por ele próprio e, nesta medida, garante, nas circunstâncias semiósicas apropriadas, uma certa estabilidade da memória.

Se as sequências perceptivas-cognitivas assumem um significado central na formação dos alinhamentos intersequenciais assinalamos o que aqui tomámos como conceito sensível. Conceptualizar pode equivaler a processos intelectuais mais elaborados em que participam inferências com recurso à linguagem. Inferências constituem outro tipo de sequências, com a sua própria semiologia.

Contudo, este nível de conceptualização mantém do conceito sensível o aspecto essencial de um estar consciente de um foco de convergência intersequencial, pois sem isto não há conceitos em geral de um ponto de vista psíquico. Os conceitos sensíveis representam o que mediante acomodação, aprendizagem e treino os sistemas psíquicos consolidaram em hábitos sobre convergência intersequencial. Como o pragmatismo assinalou, os hábitos possuem uma estrutura inferencial mesmo que não totalmente consciente. É esta estrutura que torna possível a organização de correferências entre conceitos sensíveis e conceitos participantes de inferências numa moldura intelectual com recurso a termos e símbolos.

Certas versões das teorias dos protótipos cognitivos ou conceitos da Psicologia Cognitiva partem da tese do caráter *a priori* ou quase *a priori* do alinhamento da percepção, da objetividade e das estruturas linguísticas. Não entram assim em linha de conta com o fator seletividade e com a sequencialidade psíquica. A discussão que opõe *apriorismo*/caráter *a posteriori* dos padrões prototípicos é possivelmente uma falsa oposição, quando o mais decisivo está em saber como se forma a identidade semiótica dos protótipos na articulação entre sinais emocionais, perceptivos e sensório-motores, na base inconsciente-consciente, quando tipos gerais se aplicam a exemplos individuais. É aqui que o problema da geração de padronização prototípica (cf. E. Rosch) se pode formular vantajosamente para uma teoria dos sistemas psíquicos, tal como a entendemos aqui.

As notas distintivas da identidade e da permanência, que o pensamento antigo colocava na base da relação entre um mundo ordenado e a sua réplica psíquica, aparecem a esta nova luz como dimensões da atividade psíquica e sobre o seu alcance no mundo exterior é difícil, se não mesmo impossível, julgar. Então, o que o realismo ingénuo concebia como objetos permanentes não é nada a que se possa atribuir um significado na vida psíquica, uma vez que nesta nada há de permanente. O que se pode fazer é

tentar seguir os mecanismos psíquicos responsáveis pela percepção da repetição de traços identificadores do que a memória transmitiu como quadro auto-/heterorreferencial aos passos seguintes do processamento psíquico.

A explicação causal da percepção tentava resolver o problema do nexo entre um mundo interior à consciência e outro exterior, constituído pela matéria, mediante a asserção da influência de um sobre o outro e, eventualmente, uma tese adicional reducionista. Rejeitar a causalidade podia implicar um dualismo rigoroso. No entanto, esta alternativa não permite situar a noção de causa no seu lugar e não admite mostrar que a causalidade é uma construção localizada, em parte, nos próprios sistemas psíquicos.

A causalidade pertence a mecanismos de observação e descrição regidos por reconhecimento explícito, de tipo simbólico, de relações entre elementos, que não estão presentes em sistemas baseados no processamento de energia, em que há observação de elementos por outros elementos e observação de ligações entre eles, mas não segundo essa forma causal expressa. Neste sentido, o dualismo, sendo aparentemente inevitável, não quer dizer o que a tradição filosófica moderna lhe emprestou.

Significa que, como se vem dizendo, não temos um acesso ao exterior da atividade psíquica que nos permita, sem elementos psíquicos, traduzir elementos do mundo da matéria-energia em elementos psíquicos ou causas não psíquicas em efeitos psíquicos.

Como se disse anteriormente, observar e descrever mediante símbolos explícitos uma ligação “causal” é alguma coisa de que só os sistemas de sentido podem ser responsáveis. A aquisição de hábitos inferenciais sobre nexos causais, na Ciência, é um aspeto desta responsabilidade. É por isso que as notas da identidade e permanência que o sentido psíquico atribui a



alguns dos seus elementos, chamados “objetos”, não podem considerar-se dimensões da realidade extramental.

Formulando, sinteticamente: comprovar que na presença de  $x$  se segue  $y$  é sem dúvida possível, mas só para um  $y'$  no qual se dão competências observacionais comprovadas ainda que, numericamente,  $y$  possa coincidir com  $y'$ . Este é outro enunciado do encerramento operatório dos sistemas, sem o qual o sentido não pode ser formado frente ao meio ambiente, nomeadamente os sistemas psíquicos frente aos sistemas físicos.

Dizer que há uma relação intencional e não real entre  $x$  e  $y$  quando dizemos que  $y$  está para  $x$  é certamente avançar em relação ao realismo ingênuo ou frente à crença em que os elementos de  $y$  se podem reduzir aos elementos de  $x$  mas não é explicar nada e, no limite, apenas põe intencionalidade no lugar de causalidade.

A relação intencional é, aliás, um tipo de relação significativa mais ampla.  $Y$  está para  $x$  ou  $y$  é signo de  $x$  são equivalentes.

Ora, toda a dificuldade reside em expor como é que esta relação significativa se forma, articula e desenvolve.

Quando este problema nasce já estamos mais longe do que ia a noção de intencionalidade, por si só, pois procuramos o que nos sistemas psíquicos corresponde às operações capazes de gerarem o sentido psíquico a que emprestamos o valor de elementos intencionais. Ora, fora de tais operações ao psíquico bem se pode chamar intencionalidade sem que isso traga muito de novo, pois o essencial está precisamente em esclarecer os sistemas psíquicos no encadeamento interno das suas sequências operatórias, segundo sinais. Na vida psíquica, o reenvio de elementos para outros elementos não pode ser reduzido à polarização da intencionalidade. Aqui está o cerne da diferença entre a visão sequencial do psiquismo e a intencionalidade.

A intencionalidade é uma descrição da atividade psíquica que ainda conjectura como fundamental a polarização com o objeto, quando o que é tipicamente operatório está nos nexos sequenciais da vida consciente em redes remissivas dotadas de elementos internos que estruturam e ligam a semiose psíquica.

Se escrever aqui nesta página que “um carvalho no bosque se ergue majestoso para a luz” o objeto que eu refiro não é o “carvalho”, nem “o carvalho no bosque”, nem “o carvalho no bosque iluminado deste modo *assim e assim*”.

O “carvalho *assim e assim*” que podia ser a expressão linguística de uma sequência ideativa do meu pensamento já só existe nos processos remissivos da sua ideação em outros sistemas psíquicos, a cuja elaboração psíquica eu já não tenho acesso na primeira pessoa depois de escrita esta frase.

Saber se eu e mais alguém referimos o mesmo “carvalho” não é uma questão sobre sentido psíquico, mas sobre sequências da comunicação. De qualquer modo, é evidente que, com recurso exclusivo ao pensamento, *eu* não posso nunca saber se o *meu* “carvalho” é o *mesmo* “carvalho” *dele* e de mais *alguém*. Pode dizer-se que a minha visada intencional se volta de todas estas maneiras possíveis para o “carvalho no bosque” como seu objeto. Mas esta descrição é no fundo vazia e falseia o que está em causa na vida psíquica ao colocar no lugar de reenvios internos psicológicos ou de reenvios de tipo comunicativo “objetos” intencionais que, concretamente, nunca são dados fora de tais reenvios.

O conceito de mundo de E. Husserl e da Fenomenologia pós-husserliana conseguiu estruturar a intencionalidade na rede remissiva de sinais de uma totalidade mais vasta do que aquilo que se podia reter na noção tradicional de objeto das teorias gnosiológicas finisseculares, do séc. XIX.

A sua limitação está em que, mediante o conceito de mundo, não fica logo acessível o processamento interno de sentido necessário para referir o “mundo”. Pelo facto de se haver inscrito o antigo objeto intencional dos escolásticos numa totalidade sinderésica, estruturada de um ponto de vista simbólico-instrumental e aberta à compreensão e interpretação não se mostrou como é que essa totalidade se forma em resultado de operações concretas do sentido psíquico ou do sentido formado na comunicação. O alcance de uma visão operatória do sentido faltou-lhe.

Percebemos, assim, que o carvalho possa estar no mundo e seja um objeto intencional a compreender num horizonte, em que se dão atos intencionais cruzados com formas simbólico-instrumentais do agir e compreender, mas toda a sequencialidade do sentido para aí chegar, afinal a *génese real* do mundo do carvalho da minha elaboração psíquica é posta na sombra, como não se salientam, também, as sequências comunicativas, não-intencionais, percorridas no fazer signo de uma frase como “um carvalho no bosque se ergue majestoso para a luz”.

Como vimos atrás, uma fonte das dificuldades no entendimento da sequencialidade dos sistemas comunicativos pela Fenomenologia está na noção de signo desta última, que define signo no molde remissivo dual significado-(significante)-objeto como uma parêntese simétrica ao binário noese-noema.

## 2. 7. Objetos e Nomes - Factos e Proposições

A conceção sobre Ciência da Filosofia clássica dependia de um entendimento do real em harmonia não disputada com as formas sensoriais da espécie humana e da crença na Lógica como a disciplina das condições linguísticas da expressão do conhecimento sensorial da espécie. O ceticismo pode ser uma exceção, mas lembremos que, parasitando esta conceção, confirma a regra.

Da tradição que fazemos habitualmente remontar ao *De Interpretatione* de Aristóteles resulta a ideia de que o significado dos termos está ligado a uma face mental do conceito e a um domínio extramental designado por objeto (coisa). Os três elementos do termo, do conceito e do objeto (coisa) acompanham-se mutuamente. O que é procurado quando se trata de fixar o significado é a correlação dos três elementos. A fixação do significado de termos vagos, por exemplo, ocorre sempre que se consegue demonstrar a correlação. Assim, da teoria de Aristóteles decorre uma técnica, aparentemente simples, de clarificação das nossas ideias.

A tese de que a linguagem serve de expressão do pensamento está no *De Interpretatione: as palavras faladas são símbolos da experiência mental e as palavras escritas são símbolos das palavras faladas. Do mesmo modo que nem todos os homens têm a mesma escrita nem todos os homens usam os mesmos sons, mas as experiências mentais, que aqueles diretamente simbolizam, são as mesmas para todos, do mesmo modo que aquelas coisas das quais as nossas impressões são imagens* (16 a).

A conceção aristotélica presumia a estabilidade ou mesmo a identidade no plano da significação, da ideação e do objeto (coisa) referido, do mesmo modo que a identidade do significado, do conceito e do objeto. Pode mesmo dizer-se que, para o Estagirita, é a identidade que torna possível a correlação entre os três elementos.

A identidade e as correlações discursivas úteis para a estabelecer são, pois, também, vias para avaliar a referência do discurso e da representação mental associada.

A permanência substancial garante a reprodução de caracteres da coisa que são aqueles que o conceito guarda na forma mental correspondente e aos quais vem corresponder, por convenção, o termo na frase predicativa.

Pelo discurso a espécie humana é capaz de transmitir o pensamento e no pensamento de reproduzir o mesmo conceito de uma consciência em outra consciência. A estabilidade e previsibilidade nas consequências comunicativas do discurso decorre da estabilidade das propriedades ônticas dos objetos, descobertas na percepção, pois são estas que são mantidas nas representações em sentido mental, na forma do conceito.

Além disso, o mesmo modelo supõe ainda que é possível transformar o processo da referência a coisas mediante termos do discurso no processo de conhecimento dessas mesmas coisas mediante informação sensorial. O conhecimento sensível é o que garante o acesso da consciência às qualidades dos objetos. Conhecer sensorialmente ou obter informação sensorial de objetos é um processo característico da espécie humana, segundo vias equivalentes em cada um dos membros da espécie e garantindo resultados aproximáveis, quando não idênticos. Por conseguinte, a transmissão de um pensamento mediante uma ligação discursiva entre termos vai originar em um hipotético recetor a reprodução da via cognitiva de base suposta no emissor.

A frase predicativa forma, por conseguinte, a estrutura de regulação da observação de observadores, que tipifica certas formas históricas de organizar a comunicação. No capítulo 5. voltaremos a este tópico.

Na época moderna, entre os autores da “Lógica de Port-Royal”, concebida normativamente como “arte de bem pensar”, desenvolveu-se uma

conceção da linguagem e do signo linguístico. A correta forma de falar achava-se na dependência da correta forma de pensar.

A significação dos signos correspondia ao *ato pelo qual o pensamento confere um signo a uma ideia*.

É a formulação sintética da Filosofia clássica da Linguagem, que concebeu os símbolos proposicionais na ligação proposicional como instrumentos exteriores ao pensamento, mas fiéis a este último, que teve uma das suas consequências óbvias no “esperantismo” cartesiano. A Língua Universal que devia ser um auxiliar otimizado do raciocínio correto não podia ter o caráter rude das línguas naturais, cheias de significações confusas derivadas de fenómenos estranhos à direta tradução do pensamento na frase como a ligação fiel de sujeito e predicados da própria coisa pensada na mente.

Ao longo da época moderna, as concepções empiristas não alteraram substancialmente o quadro da teoria aristotélica da significação, como se percebe em John Locke e na sua ideia de que um exame filosófico da linguagem deve contribuir para bem registar e comunicar os pensamentos, portanto para afastar qualquer fonte de equívoco na tradução do pensar que reflete a disposição dos elementos da informação sensorial.

No século XVIII, vários foram os autores que afirmaram a subordinação da Gramática em relação à Lógica e, correspondentemente, a subordinação das línguas históricas em relação ao que seria uma Língua Universal, direta tradutora do pensamento, que podia ser descrita numa Gramática Geral.

Tal modo de conceber chegou até aos nossos dias e fixou-se nas teses mais arreigadas nos representantes do positivismo lógico e na crença numa ligação entre termos de proposições protocolares e objetos da experiência sensorial.

A teoria da realidade física correspondente ao modelo representacional que descrevemos admite como realidade física o que o conhecimento sensorial retém da informação sensorial sobre os objetos. Não podia imaginar

estruturas e fluxos subjacentes ao que se reflete nos dados sensoriais e, portanto, de um tipo pré-molecular. Além disso, toma como informação sensorial realmente relevante aquela que serve para identificar o objeto segundo o modo como a mente o concebe como objeto unitário, ou seja, como feixe sintético da diversidade sensorial que foi atribuída à informação sensorial primitiva. É assim que a concepção clássica sobre a formação do conhecimento, ao partir da identidade do objeto em sentido psíquico, faz dele o centro do que pode ser descrito sobre a cognição. O objeto, que é situado no mundo dos fenómenos externos à mente, não é diferente do objeto psíquico, formado em operações do sentido psíquico.

Ao recorrer a uma ligação de tipo causal entre o objeto extramental e o objeto psíquico para explicar a cognição e a formação de ideias, a tradição e o sentido comum geraram a tese da correspondência entre a mente e a coisa. Decorria daqui que a modalidade mais indicada para caracterizar o resultado da cognição tinha de ser o juízo, em cuja forma se exprimia a ligação do objeto com as suas características percebidas. Os conceitos formadores da ligação predicativa representavam os aspetos do objeto no seu ser dado para uma consciência. Na medida em que o nexos causal entre o extramental e o psíquico era exigido para justificar a concordância, era o juízo que constituía a prova do nexos e da ligação entre os conceitos.

Mediante a explicação causal, Aristóteles naturalizava a cognição. Formulava um dos esquemas mais bem-sucedidos para, com vista à comunicação, representar a articulação da mente e da experiência sensorial, dos conceitos e dos termos linguísticos com a natureza.

A frase predicativa podia então tornar-se o espelho em que os observadores registam e percebem as observações de outros observadores. A este mecanismo da comunicação vão corresponder as tecnologias cognitivas da Lógica formal.

No modelo aristotélico descobre-se a fonte de várias preferências analíticas sobre representação e realidade, que chegam aos nossos dias nos hábitos mais comuns de abordagem dos problemas do conhecimento.

Isole-se no programa aristotélico as direções mais significativas seguintes.

I) A fixação da identidade entre imagens mentais, objetos e conteúdo conceptual dos termos;

ii) O tema da fixação da referência que decorre do suposto da identidade em i);

iii) a organização psíquica da informação sensorial como fonte da fixação da referência e do estabelecimento da identidade;

iv) a identificação na forma do juízo existencial afirmativo do protótipo da organização da cognição e o privilégio da relação sujeito-predicado daqui resultante;

v) a mútua dependência entre sentido e referência dos termos e do discurso.

Na medida em que no modelo aristotélico da proposição a tese da identidade dos níveis ôntico, sensorial e linguístico-conceptual está afirmada conclui-se que o carácter problemático das cinco direções de análise não foi sublinhado. O juízo e a relação sujeito-predicados foram considerados os tipos exemplificativos e, de certo modo, os meios de prova do conhecimento verdadeiro e formalmente válido. Partindo da estrutura da predicação foi então possível alinhar concordantemente os restantes elementos da relação completa entre mente e natureza.

Na formulação aristotélica, a relação causal entre objeto extramental e objeto psíquico representa um modo completo de integração da mente e da natureza numa explicação metafísica, no que pode ser entendido como Metafísica naturalizada.

Fora do enquadramento histórico do Mundo Antigo, a principal dificuldade que comporta, para os modernos, reside em ser uma explicação pré-crítica,



que não evita objeções céticas fatais, sobretudo quando surgem novas modalidades simbólicas e comunicativas de articular a observação de observadores, como as que estão presentes na Física Matemática moderna, cujos símbolos e respetiva articulação não presumem já um compromisso exclusivo com a linguagem natural.

O modelo aristotélico não explica melhor a cognição do que outra proposta que partisse da tese da separação de princípio entre as séries física, a sensorial-psíquica e a linguística. Pode mesmo imaginar-se que este segundo modelo, hipotético, é mais realista quanto ao processo da cognição.

Devemos concluir que há conhecimento quando o objeto extramental coincide com o objeto psíquico e tal é enunciado segundo um molde proposicional em que os predicados da coisa se evidenciam?

Não implica isso supor que o conhecimento foi definido, primeiramente, em função da exigência de coordenação entre o domínio extramental e o psíquico?

Ambas as questões precisam ser complementadas, ainda, com o problema de saber que modelo comunicativo e de observação de observadores é servido pela tese geral da correspondência entre objeto mental e externo na proposição.

Do ponto de vista dos mecanismos psíquicos, a consciência de imagem, como imagem do objeto com os seus predicados extramentais, está no fundamento do “algo como algo” predicativo. É ela que garante densidade temporal à estrutura aspectual da percepção e baseia a crença em uma permanência relativa dos predicados na relação com a coisa.

Ora, como exercício teórico, imagine-se a réplica mental de um “carvalho no bosque”. Na imagem (i) de um tal objeto situado no meio ambiente sensorial reunimos o objeto (o) e o seu contexto (ctx).

A forma psíquica completa é a de uma imagem-quadro ( $i_{o/ctx}$ ).

A imagem não se forma na procura de uma correspondência com alguma coisa diferente dela.

No sentido psíquico, no modo como é concretamente vivenciada, a sua presença e vivacidade não dependem da verificação de que coincide com um “carvalho no bosque”, no local que eu conheço por experiência pessoal e que está fora de mim.

Pode acontecer que eu mesmo, ou alguém diferente, proceda à verificação de que o “carvalho no bosque” existe, efetivamente, naquele bosque. Mediante esta verificação é então possível estabelecer correspondências entre um objeto psíquico fixado na imagem ou reproduzido em imagens e a combinação particular de facetas que, em conjunto, formam a experiência sensorial deste “carvalho no bosque” que agora observo.

Porém, correspondência não quer dizer nada se não atendermos a que observamos aspetos do objeto na experiência sensorial, digamos de tipo visual, para abreviar, e o feixe contextual do objeto psíquico que também é aspectual. Na ligação de  $I_{o/ctx}$  com o objeto extramental no seu contexto empírico ( $O_{ctx}$ ) e com a eventual proposição (P) que enuncia o “algo como algo” do carvalho no bosque (“O carvalho antigo de ramagem verde ergue-se pesado para a luz”) há a certificação do mesmo, de uma identidade?

No ponto de partida ou de chegada desta certificação estaria  $i_{o/ctx} = O_{ctx} = P$ .

Uma primeira questão estaria em saber o que torna necessária a verificação da identidade. Se  $i_{o/ctx}$  tem um determinado sentido psíquico, este está essencialmente ligado à vida psíquica. A existência mental de um “carvalho no bosque” não pode estar garantida pela existência extramental do “carvalho no bosque”. A análise da economia psíquica revela que muitas imagens se formam e produzem resultados psíquicos sem qualquer atividade de confirmação de correspondência. A força da imagem ou se baseia simplesmente no poder de ligação na consciência ou se deve ao

impacto resultante da sua fonte sensorial. Então, não é em virtude das características da força psíquica da imagem do “carvalho no bosque” que resulta a comparação do objeto psíquico com o extramental.

Distinguindo entre força psíquica das imagens e verdade das imagens estaremos mais aptos a revelar o interesse pela correspondência?

A questão da verdade da imagem parece apresentar-se como o autêntico tema na base da procura de correspondência. Todavia, importa perceber se é mesmo assim.

A verdade de uma imagem não pode traduzir-se mediante a comparação com um objeto extramental sem uma regressão ao infinito.  $i_{o/ctx}$  é o ponto de partida, mas  $O_{ctx}$  só pode ser afigurado numa imagem com que se quer comparar  $i_{o/ctx}$ . Comparar diretamente uma imagem com um objeto é uma impossibilidade. Só se podem comparar imagens com outras imagens. O que designamos por  $O_{ctx}$  não pode ser alcançado fora da sua existência psíquica. Referir a experiência sensorial como o equivalente a uma mediação entre  $i_{o/ctx}$  e  $O_{ctx}$  implica esquecer que as formas sensoriais são já formas psíquicas formadoras de  $i_{o/ctx}$ . Comparar  $i_{o/ctx}$  e  $O_{ctx}$  remete sempre para a imagem adicional  $i'_{o/ctx}$  em que  $O_{ctx}$  novamente é retido para poder processar a comparação.

É assim que, aparentemente, compararíamos uma imagem e alguma coisa de extramental. A procura de uma comparação só pode resultar de algum tipo de insatisfação com a força psíquica da imagem primitiva. Ora, como é que em uma mente particular, abstraída da comunicação, podem surgir insatisfações com imagens?

Não convém procurar a causa desta insatisfação diretamente na ilusão ou ausência de verdade. Se a verdade fosse baseada na comparação ela tinha de corresponder ao nexos entre objeto psíquico e extramental ou a um qualquer tipo de fusão entre eles. Porém, o que chamamos verdade a propósito de imagens está mais próximo de uma decisão sobre semelhança

entre imagens do tipo de  $i_{o/ctx} = i'_{o/ctx}$  que se exprime em uma proposição P do que de uma descoberta da correspondência de aspetos de uma imagem, predicados de uma proposição e características de coisas. A forma proposicional é responsável pela fixação da identidade, que prolonga a forma psíquica da consciência da imagem e o seu esquema temporal próprio.

Proveio do *Crátilo* de Platão a formulação de um tema que não deixou de figurar obrigatoriamente nas discussões sobre Filosofia da Linguagem e teorias sobre a Mente e foi uma das fontes da frase predicativa do *Peri Hermeneias*. Refiro-me ao tema dos “nomes justos”.

Entre os personagens Crátilo, Hermógenes e Sócrates fazia Platão desenrolar um diálogo sobre a origem da linguagem e especialmente sobre a questão de saber se os nomes possuem alguma relação com os atributos dos objetos, se há “nomes apropriados” às próprias coisas, se os nomes de objetos são semelhantes aos nomes próprios aplicados aos deuses e aos mortais ou se, pelo contrário, o ato de nomear as coisas nasce por convenção e artifício, de acordos contingentes entre os homens.

Sócrates queria conceber os nomes dos deuses como autênticas definições dos seus portadores. Se o nome é uma descrição compacta do objeto, no nome como signo essa definição tem de estar contida na face fonética e na face intelectual do signo, podendo passar-se da captação fonética dos nomes e da associação mental ocasionada pelos fonemas para os atributos dos próprios objetos. Admitindo que os nomes são criações humanas e defendendo ao mesmo tempo o seu caráter de descrição compacta, Sócrates tem de conceber para eles um autor dotado de competência especial, o dialético, que consegue aceder ao que as coisas são segundo a sua essência e transpor esta para o som e o sentido dos termos designativos. Ao contrário do convencionalismo de Hermógenes e do jusnaturalismo linguístico de Crátilo, Sócrates considerava que era possível remontar do

nome até à coisa pelo próprio nome, não saindo da linguagem, mas mediante o exercício do pensamento dialético sobre a relação entre os atributos da coisa e os atributos do nome. É na explicação do exercício do pensamento sobre esta relação que Platão põe o mais decisivo da sua tese sobre a linguagem.

Esta tese foi condensada na fórmula: *o que dá o nome às coisas é o pensamento.*

O pensamento possui o seu núcleo mais central na contemplação eidética, é intuição. A sua verdade depende da capacidade do dialético de reunir no presente inteligível da sua consciência o que este pode garantir de definitivo sobre a coisa, como *eidós*, de que os objetos sensíveis são imitações. Assim, a consciência tem de se transformar em outra coisa diferente de um processo associativo. A consciência deve contrair-se até ao êxtase, deve suspender-se. Nesta intuição, o pensamento consegue conservar as ações e características da coisa, que recebe o seu nome deste mesmo conhecimento verdadeiro. Os nomes imitam, por conseguinte. Quando remetem para... é apenas para se fixarem e não para oscilarem de significação em significação. A linguagem como união de nomes e verbos imita o que os objetos são segundo a forma da contemplação extática do *eidós* e os verbos imitam o que os objetos são nas ações a eles associadas captadas, igualmente, na sua essência.

Sócrates concretiza a tese ao dizer que esta imitação se dá por meio da voz, o que não é secundário. A função dos nomes consiste em instruir sobre as propriedades e características das coisas, mas isso tem de resultar duplamente, da face fonética e da face sémica dos nomes. Ambas as faces têm de estar em sintonia. Mas tendo a significação elementos sensíveis em paralelo com inteligíveis, aqueles têm de ser como o corpo destes. Se a voz é a incorporação do sentido a ela se vai atribuir o caráter de fluxo, de flutuação e a contingência que se nega à semia.

Há, portanto, no uso da linguagem, uma espécie de compromisso entre o caráter remissivo da *phoné* e o extático da semia. Uma reenvia e não existe fora das sequências desses reenvios, enquanto a outra representa a forma do intuído, do imóvel, do que não remete para outra coisa.

O significado exprime o compromisso entre a imobilidade inteligível e a sequencialidade sensível, segundo um desequilíbrio interno provocado pelo facto de o doador do nome ser o dialético na posse do conhecimento do imóvel e imutável. A Sócrates não escapou, porém, a própria remissão do sensível para o inteligível no signo, da *phoné* para a semia e *vice-versa* na análise da etimologia dos termos.

Letras e combinações de letras correspondem, do ponto de vista fónico, aos aspetos sensíveis da coisa imitada nos nomes, quando se percebe que algumas dessas combinações exprimem presença ou ausência de movimento, agitação, paragem, etc. que se atribui pelo pensamento à existência de atributos com semelhantes características na coisa denominada. Deste ponto de vista, Platão mostrava como, na decomposição do signo linguístico, em fonemas, completada pela indagação etimológica, se podia obter a definição conceptual da coisa. O conceito que informa o signo fónico, sendo o significado-mestre, impõe à matéria fónica o que ela pode e deve significar sobre a constituição existencial dos objetos, os atributos que formam as suas partes e, inclusivamente, a regra da composição dessas partes no todo da coisa.

Na sua dimensão existencial, a *mimésis* do discurso será tanto mais perfeita quanto mais completamente o nome coincidir com a intuição da coisa, o que equivale ao contrário do *perpetuum mobile* do mundo sensível, o inverso da irrequietude da sequencialidade sem fim da conectividade neuropsíquica.

Com as teses sobre nomes justos da linguagem vulgar Platão pretendeu tornar inteligível o sensível, neste último introduzir o primeiro, como se

evidencia na imagem do corpo como cárcere da alma e do signo sensível, fónico, como recipiente do sentido, inteligível.

Do que conhecemos da teoria mimética de Platão conclui-se que a reflexão sobre o caráter mimético do discurso tem de se aplicar também a outras criações humanas como a música, a dança e a pintura, ou seja, segundo a sua maneira de ver, a símbolos figurativos sobre seres e ações.

Mais fortemente do que o habitualmente admitido, o tema da *mimésis* atravessa todo o pensamento ocidental sobre a linguagem e a semântica, em particular.

As investigações dos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX sobre problemas semânticos na Lógica e sobre a fundamentação da Matemática, como aqueles que encontramos, entre outros, nos escritos de Gotlob Frege, Alexius Meinong, E. Husserl, B. Russell ou L. Wittgenstein movem-se, na realidade, num terreno mais complexo e variado que atrai ainda questões metafísicas, gnosiológicas e de teoria da Arte.

Os próprios participantes nestas pesquisas e discussões reconheceram o seu caráter polifacetado. O estatuto metafísico do conceito de existência semântica é apenas um dos exemplos de problemas intrincados que podem ser encontrados e cuja discussão se prolongou de B. Russell e da sua crítica da solução de A. Meinong, na “Teoria dos Objetos”, nos escritos sobre as descrições e a denotação até Paul F. Strawson, Saul Kripke e os estudos mais recentes.

O tema gnosiológico da representação, as suas componentes relacionadas com a conceção psíquica do pensamento, a relação entre um sentido psíquico, individual, do pensamento e a forma lógica do pensamento expressa na moldura linguístico-proposicional está na base do projeto das “Investigações Lógicas” de E. Husserl, da continuação por este do conceito de intencionalidade de F. von Brentano e foi ainda a moldura das investigações de N. Chomsky ou de J. Fodor sobre a “linguagem da mente”

e modularidade psicolinguística. Algumas das questões envolvidas nestes temas foram, no presente trabalho, anteriormente referidas.

Nos finais do século XIX e inícios do século XX foi com os ensaios de G. Frege sobre a “Escrita conceptual” que a reflexão sobre a linguagem vestiu com uma nova roupa as suas raízes platónicas.

A tese *o que dá o nome às coisas é o pensamento* não pode deixar de se invocar a respeito das tentativas de uma linguagem conceptual pura, sem ambiguidades e com um valor referencial preciso, de G. Frege. Em parte, o esforço deste foi no sentido de desvincular o pensamento que é capaz de dar nome às coisas do pensar entendido como ato psicológico, empreendimento que o aproxima de E. Husserl. O pensar como ato psicológico está em permanente passagem e, por isso, sobre ele se deve dizer o oposto da fórmula platónica. Daí que G. Frege nos escritos de 1882 e 1883, sobre a Ideografia, tenha estabelecido a distinção entre pensamento e linguagem e entre linguagem oral e linguagem escrita num sentido tal que é num tipo especial de escrita que se pode encontrar a insígnia do pensamento puro.

Tudo se passa como se o autor de “Sobre o Sentido e a Referência” concretizasse uma anástrofe do platonismo, ao fazer repousar na escrita a condição de um pensamento sem ambiguidade. Mais coerentemente, as suas teses sobre a escrita conceptual devem talvez ser interpretadas como uma platonização da escrita.

O pensamento como conjunto de atos psicológicos é tomado por G. Frege como uma permanente passagem, fluxo heracliteano, remissão e sequencialidade permanente. Frente a ele a linguagem está estruturada com signos dotados de uma relativa permanência, de tal modo que se pode esperar que a estabilidade da linguagem ocasione estabilidade do pensamento. As insuficiências da linguagem vulgar têm de se identificar para se conseguirem evitar numa língua sem escolhos. No limite do



argumento pode dizer-se que a significação nesta língua perfeita é preferível ao próprio pensamento.

Para isso, entre os signos, G. Frege distinguiu os sonoros e os escritos ou gráficos e estipulou que os signos devem ser aptos a indicar e descrever não as coisas sensíveis, mas o conceito. O signo é, então, mais uma vez, a imagem sensível do conceito ou o seu representante intuitivo.

Embora os signos da linguagem vulgar sejam fundamentais para equilibrar a fluidez e sequencialidade do pensar são defeituosos porque não são unívocos. Os mais diversos equívocos germinam com o uso da linguagem quotidiana, o que se deve à impossibilidade de a subordinar completamente às regras da lógica, desde logo no que se refere ao alcance denotativo dos termos simples. Não há qualquer garantia de subordinação da linguagem vulgar à Lógica.

Os signos vocais são os que se prestam mais facilmente a exprimir as flutuações do sentimento e dos estados internos e são aqueles que acompanham a temporalidade psíquica no sentido vulgar do termo. A fidelidade do signo vocal ao sentimento interno e ao pensar em fluxo não possui qualquer valor quando se trata de fixar o pensamento segundo as exigências do rigor lógico das inferências.

Uma linha ideal se tem de traçar entre o que é uma inferência em sentido psicológico e o que é uma inferência apreciada segundo as regras da validade lógica do pensamento bem formado. A mesma linha divide linguagem vulgar e língua conceptual; signo vocal e signo gráfico da escrita conceptual. Os sinais gráficos e figuras gráficas apresentam vantagens quanto à fixação do sentido relativamente aos signos vocais. A voz tem uma relação mais direta com o fluxo do pensamento. Digamos que se trata de séries sequenciais paralelas ou que, pelo menos, ambicionam este paralelismo. Ao contrário da voz, a escrita conserva uma estabilidade tal que

da sua regulação pode-se esperar relações entre termos semelhantes aos nexos inferenciais tolerados pela Lógica.

Ao contrário da sucessão temporal de tipo monolinear, a inscrição dos signos escritos num espaço bidimensional permite uma repetição sem recurso à memória psicológica, enganadora, dos nexos do pensamento, bidireccionalidade da leitura da esquerda para a direita e inversamente e, na medida em que a espacialização das inferências está acessível a todos, garante a máxima transparência do pensamento expresso facilitando a identificação dos erros de construção dos raciocínios.

G. Frege concluía de tais premissas que a escrita conceptual devia ser inteiramente diferente de todas as línguas faladas, próxima da Aritmética, mas indo mais longe que esta, pois a Aritmética não pode cobrir toda a extensão dos argumentos lógicos. No trabalho “Sobre a finalidade da escrita conceptual” o autor, demarcando-se da empresa de Boole, considerava que a autêntica escrita conceptual devia conter signos de conteúdo para além de signos de relação. Nesta medida, colocava-se perante as exigências de uma semântica da Lógica. Na “escrita conceptual” os signos que funcionarem como nomes logicamente próprios devem ter um sentido e uma denotação bem definidos. Esta exigência equivale à introdução de limites no poder remissivo dos signos e do próprio ato de pensar. É daqui que se pode evoluir para a noção de proposição e para o entendimento do que à luz das inferências legítimas tem de ser a conexão entre proposições ou entre um antecedente e um conseqüente proposicional. Na verdade, é o poder sequencial dos termos e das ideias, convertido no conceito de inferência, que está em questão. O estudo da relação entre proposições é obrigatório se queremos perceber os valores de verdade das proposições elementares e a referência que atribuímos aos termos dessas proposições. Se a proposição é a ida do sentido até aos seus valores de verdade, chegar a estes é estabelecer uma linha entre um dizer configurador de um estado

de coisas determinado e tudo aquilo que a associação de ideias pode continuar a desenvolver na sequencialidade psíquica.

Esta última é conjeturada como o simétrico negativo de um ato lógico configurador de factos situados no mundo das possibilidades lógicas. Contrariamente ao que se diz sobre o ato psicológico de pensar e sobre a associação individual das ideias a inferência em sentido lógico é princípio e consequência de uma economia do pensamento. A polarização com o objeto ou com o estado de coisas tem assim de surgir como uma norma do pensar válido. Por isto, a escrita conceptual não podia deixar de ter uma componente semântica, não a podíamos imaginar como um puro jogo conectivo entre símbolos simplesmente formais.

A distinção entre um plano lógico-configurador e um plano remissivo-conectivo do pensamento refaz-se dentro de cada um destes planos - há uma sequencialidade logicamente válida de um antecedente para um conseqüente e há um poder configurador nas associações espontâneas das ideias. A diferença entre sentido e referência dos termos revela a cópia desta diferença dentro de cada um dos seus aspetos. Assim, o sentido exprime a abertura da condição sequencial do pensamento e da significação enquanto a referência mostra o carácter lógico-configurador. Porém, G. Frege percebeu bem quando concluiu que não se podia ir até à referência sem o sentido e, por conseguinte, os dois aspetos estão correlacionados.

Deste modo, a clarificação da noção lógica de verdade não pode ter lugar sem a repetição do limite entre os dois planos, o que na obra do nosso filósofo se significa na diferença entre o uso de signos na linguagem vulgar e o uso de símbolos na língua logicamente perfeita.

No seu ensaio sobre “o Pensamento” o autor, separando o conceito psíquico do conceito lógico do pensamento, pretendia que as representações só deviam ser concebidas como podendo ser verdadeiras se associadas à intenção de representar objetos.

Neste argumento, o conceito de representação equivale a uma correspondência entre uma figura e o que é afigurado nela.

É em redor desta definição que podem surgir dificuldades intransponíveis. Uma delas foi assumida pelo jovem Ludwig Wittgenstein como a mais decisiva. Consiste em saber como se pode comparar um objeto com uma representação. Perigosamente, tocava no centro de uma impossibilidade, sobre a qual toda a Lógica se ergueu.

G. Frege supôs que se pode estar a entender a verdade, na sua versão, na teoria da correspondência do realismo clássico, quando se afirma que um objeto “corresponde” a uma representação. Substituiu esta primeira aproximação ao conceito de correspondência pela ideia de que a verdade se aplica antes de mais a frases e a significações de frases. Quando dizemos que uma frase é verdadeira temos primeiramente em vista o seu sentido. Assim, a verdade aplica-se, também, ao sentido das proposições. Tem de ser assim simplesmente porque não há qualquer via que nos leve diretamente de uma representação ou de uma proposição para um objeto ou um estado de coisas. Contudo, é possível que tenhamos aqui uma regressão ao infinito. O sentido das proposições é uma representação e se dizemos que a verdade da proposição depende do seu sentido, então dizemos que a representação depende da representação do seu sentido para ser verdadeira.

O “ser verdadeiro” não é um predicado sensível, objetivo, pertencente às coisas. Deve mesmo afirmar-se que não é um predicado adicional, mas o critério para julgar sobre predicados e a ligação entre sujeito e predicados em frases. É com uma intenção de clarificação que G. Frege distingue entre pensar, ajuizar e afirmar mediante frases. O pensar desenvolve-se no plano em que o pensamento se apropria a ele mesmo como ato dotado de certo sentido; o ajuizar consiste no reconhecimento da verdade do pensamento ou o encaminhar do pensamento para os seus valores de verdade e finalmente a expressão exterior do pensamento nas proposições. A verdade

de uma proposição não se adiciona a ela como um componente novo. Dizer de uma proposição que ela é verdadeira não acrescenta nada à proposição. A verdade coincide com a força assertórica da própria proposição.

No meu propósito, o mais central está no estatuto da representação como ideação de um tipo particular. Há uma dimensão que só pode ser retida como psicológica. Esta coincide com o carácter individuado do sistema psíquico, com o facto de não existir consciência fora das consciências particulares ou uma superconsciência universal. As minhas impressões e ideias não se confundem com as impressões e ideias de outras pessoas. O mesmo se aplica quanto às associações. As representações em sentido psicológico não são comparáveis. Para além desta dimensão psicológica da representação há uma outra.

G. Frege funda esta na comunicabilidade do sentido das representações.

O “teorema de Pitágoras” é o mesmo na forma como se apresenta à minha consciência e à consciência de qualquer outro. É nesta comunicabilidade sobre seres ideais que se alicerça a Ciência. De um tal carácter comunicável do sentido das representações se infere, na tese do nosso filósofo, que os pensamentos não são nem coisas do mundo exterior nem representações em sentido psicológico.

As reflexões intermédias do artigo “o Pensamento” sobre o sentido do Eu servem, em parte, a finalidade de estabelecer em bases sólidas o significado da relação intersubjetiva em que se presume a comunidade do sentido ideal do pensar. Não sendo eu próprio, como portador de representações, uma representação, outros sujeitos que eu conceba como portadores de representações não se podem reduzir a representações minhas ou deles.

Haveria assim uma consequência entre a admissão da separabilidade entre os portadores de representações, como centros subjetivos, e o reconhecimento de que os outros não se reduzem a conteúdos das minhas representações. Confirma-se, então, adicionalmente, por generalização,

que nem tudo pode ser representação no sentido psicológico de representar.

A apreensão do pensamento é, assim, diferente da representação psicológica do pensamento. Pensamentos não são coisas do mundo sensível nem percepções individuais.

Ora, o uso, pelo filósofo, do conceito e da expressão “apreensão” do pensamento remetem para uma intuição de tipo especial, o que se torna ainda mais claro quando o autor refere a intuição do “teorema de Pitágoras” uma vez apreendido no mundo “interior” do pensamento.

É a participação dos homens numa faculdade comum de apreensão interior do pensamento que baseia e torna possível a comunicabilidade típica da Ciência.

O alinhamento do sentido e da referência traduzido na verdade proposicional não corresponde a um ato psicológico, mas depende da retomada do pensamento nele próprio. Neste último se ascende ao que no pensamento é o ideado como tal sem mais conotações. Assim se poderá definir claramente o caminho que leva do sentido à referência. Sem a retomada do pensamento nele mesmo o pensar não se descobre como pensar de alguma coisa, simplesmente pensa, associa, segue-se a ele mesmo. Determinar no pensamento o seu objeto de um modo claro, sem equivocidade, implica barrá-lo nessa motilidade.

Barrar o pensamento no seu movimento é o que define, na retomada do pensamento por ele mesmo, a via que leva da aceção psicológica do pensar à perspectiva lógica sobre o pensamento.

A dimensão lógica começa quando no ato de pensar se forma o objeto do pensar desligado da sua sequência psíquica concreta, separado da sua ganga associativa, qualitativa e emocional.

A Lógica pode então surgir como a quinta-essência do pensamento, como o cristal totalmente purificado das impurezas das ligações associativas da vida psíquica individual.

Porém, se o ato de retomada é o que possibilita a fixação do objeto do pensar esse ato não é menos representativo de uma sequência psíquica, além de obedecer à estrutura de sinal.

A sequência psíquica que o tornou possível é aquela que leva do pensar em movimento até ao que, no ato de pensar, é retido como o pensado.

Assim, o pensamento é signo, como pretendeu Charles S. Peirce. Ele é signo na medida em que o seu desdobramento o tem de dividir numa parte indicativa e em outra indicada.

Se uma tal circunstância for tida em conta, ver-se-á que é apenas aqui que temos a representação no sentido lógico, tal como procurada por G. Frege. Encontra-se sempre acoplada à representação na aceção psicológica, o transcendental ao empírico. A aceção lógica do pensar começa quando o resultado é desacoplado do movimento para o obter, barrando-o.

Entre a referência dos termos e das proposições da linguagem vulgar ligada à representação psicológica e a referência no plano do que o *Tractatus* de L. Wittgenstein chamará “espaço lógico” se recria a mesma barra, facilmente reconhecida quando compreendemos que a lógica das proposições não-analisadas se desenrola segundo possibilidades lógicas, as configuradas nas tabelas de verdade, que não são as possibilidades do mundo da percepção.

É sempre viável a representação em sentido psicológico do que é configurado no âmbito das possibilidades lógicas. Contudo, as possibilidades lógicas de um espaço lógico não são simples desdobramentos das possibilidades obtidas na sequencialidade psíquica das representações em sentido psicológico. Elas podem conceber-se, foram de facto assim entendidas, como regras do pensar em geral e, neste sentido, tornam-se

coercivas, até um dado limite, para o exercício do cálculo lógico como tecnologia de avaliação cognitiva.

Descurando que o que um objeto é na relação com um nome está dado no lugar que ambos ocupam em sequências determinadas, foi daqui que se gerou a ilusão, influente na cultura teórica de uma certa “Filosofia Analítica”, de que analisando o uso da linguagem vulgar e as representações em sentido psicológico conexas se estava apto a usar com maior propriedade a linguagem e a resolver assim os mistérios da Filosofia. Na verdade, passava-se de um tipo de possibilidade sequencial para outro, de um tipo de relação antecedente-consequente para outro. Acreditava-se que atingido o cristal da língua conceptual as possibilidades das representações psíquicas e o seu reflexo na fala se iria restringir substancialmente. Esta ilusão, que teve o seu fim com o próprio L. Wittgenstein, não observou o domínio das possibilidades lógicas como âmbito de um possível delírio lógico. Talvez não tenha compreendido que se pode delirar com representações psicológicas, mas também com representações lógicas.

Ao exigir o escrutínio da quantificação do sujeito judicativo para clarificar o discurso, Bertrand Russell nos escritos em que mais detalhadamente se dedicou à denotação dos termos (de 1903, 1905 e 1919) queria afastar-se das conseqüências mais radicais das ideias de A. Meinong sobre objetos irreais. Em “Sobre a Denotação” (“On Denoting”) considerou que os objetos de A. Meinong incorriam numa infração ao princípio de contradição, pois para serem admitidos era necessário sustentar que um mesmo objeto podia escapar à alternativa de existir ou não-existir no mundo da experiência empírica. Depois de considerar que G. Frege não dava para o problema da existência intencional de A. Meinong uma solução definitiva, propunha a sua tese.

A sua redução da denotação dos termos singulares aos objetos da experiência não reflete apenas a sua formação empirista e a precaução



nominalista com a multiplicação dos entes, mas esteve sobretudo irritada pela eventualidade do tal delírio lógico com objetos irrealis.

O mundo construído pelas Ciências da Natureza foi o domínio que pareceu razoável a B. Russell para situar o que entendia por valor denotativo preciso dos termos. O que não tem referência neste mundo não pode ambicionar ter sentido. “*x*” denota *x*, logo o sentido de “*x*” é denotar *x*. Os termos singulares são como o revestimento linguístico dos objetos da Ciência e não mais que isso. O que G. Frege isolara como sentido das proposições é agora tomado como um aspeto instrumental do acesso à referência. Desde que esta última tenha lugar nas condições de experiência tipificadas pela Ciência, é transparente. O caminho que levava da representação em sentido psicológico até à representação no sentido lógico parece assim desnecessário. O pensamento não precisa de entrar reflexivamente nele mesmo para aceder com rigor ao mundo dos factos e por isso não é de estranhar que B. Russell conceba as entidades com que a Lógica lida à semelhança dos seres reais das Ciências da Natureza. O conceito de verdade em curso nas Ciências, como o de verificação, tem deste modo de possuir um análogo no campo da Lógica.

As conclusões a que chegam os textos russellianos sobre denotação possuem evidentemente oscilações, mas no essencial reproduzem o programa aristotélico nas suas cinco direções problemáticas. Na tentativa de adaptação dos entes lógicos aos seres reais das Ciências da Natureza fica por compreender como é que nestas últimas se fixa a crença nesses seres reais ou como é que as Ciências fixam a referência de um modo tão claro que devem ser o modelo a reter para estudar a fixação da referência em geral em proposições e nas proposições investigadas pela Lógica em particular. B. Russell não se apercebeu que tomou por objeto da Ciência o que na realidade era o objeto da percepção natural de sistemas psíquicos de humanos tal como disponível na comunicação segundo as formas da

linguagem declarativa. O que chamou objeto da Ciência é o objeto que a sua Lógica pode reter das proposições de tipo apofântico.

Na primeira metade do século XX o tema da fixação da referência fez a sua evolução em paralelo com o conceito de verdade e o tema das condições de avaliação da verdade de determinadas proposições.

Data de 1933 a publicação por Alfred Tarski do seu trabalho sobre “O Conceito de Verdade em Línguas Formalizadas” em que o autor introduzia a sua convenção *T* e as teses sobre o que ficou conhecido por “teoria semântica da verdade”.

Embora inicialmente proposta para línguas formalizadas a tese de Alfred Tarski aceitava como ponto de partida a dificuldade, se não mesmo a impossibilidade, de uma definição referencial de verdade, no que constitui um enorme avanço em relação às concepções mais tradicionais sobre o nexo representacional entre conteúdo proposicional e verdade factual. A definição referencial de verdade havia sido duramente posta em causa com a evidenciação dos paradoxos lógicos, como o do mentiroso, cuja lição estava basicamente em mostrar que não se podia evitar a autorreferência, ou seja, precisamente, a implicação do sentido na formação da referência das proposições. Segundo a proposta do seu artigo a noção de verdade proposicional só se pode aplicar no quadro de convenções traçado para expressamente apurar como é que em uma dada linguagem se pode saber se uma proposição é verdadeira.

Segundo a relação entre uma linguagem-objeto e um nível metalinguístico, este projeto terá sempre de envolver: *i)* a semantização de todas as expressões ou pelo menos de uma parte substancial delas; *ii)* a conversão do sentido proposicional em valores de verdade de uma Lógica binária sem tomar em conta os contributos de outros tipos de Lógica, especialmente interessantes para cobrir as ambiguidades semânticas do uso das línguas naturais.

Continuando esforços analíticos anteriores, em *Meaning and Necessity* (1947) aplicou Rudolf Carnap a proposta de A. Tarski de uma investigação semântica da verdade, com a conseqüente distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem referencial das regras semânticas da verdade, e reconfigurou, alterando o significado original, as noções fregeanas de sentido e referência nos seus próprios termos de intensão e extensão, respetivamente. Há algumas restrições que o autor aponta à legitimidade da doutrina de G. Frege acerca do *nominatum* ou referência de expressões no discurso com referência oblíqua. Além disso, o método fregeano padeceria do mal da multiplicação excessiva de entidades por atribuir aos contextos proposicionais uma força de multiplicação do sentido e da referência proposicionais, o que é contrário ao que o autor estima como o ideal de uma “linguagem bem construída”.

No que se segue vou tomar esta obra de R. Carnap como um modelo de teoria semântica para as ilustrações e demonstrações que nos interessam. Muito sinteticamente, propunha-se um novo modelo de análise semântica de termos e proposições com alcance no tratamento dos problemas lógicos sobre modalidade.

Neste modelo, as convenções de verdade para um sistema dado de proposições (S) dependem da análise lógico-semântica das proposições desse sistema, mas sem ter em conta factos de ordem extralinguística. Parecia possível ter em conta distinções modais como necessidade e contingência que tradicionalmente e com Leibniz e Kant se relacionam com a distinção entre verdades sintéticas (verdades de facto) e analíticas (lógico-matemáticas) como distinções que dependiam do comportamento semântico das proposições e dos seus componentes. Postular as condições da verdade em sentido lógico podia assim equivaler a avançar as condições em que determinada proposição ou inferência pode ser válida em todos os

mundos possíveis ou no que o autor, na sequência do uso peculiar do *Tractatus* de L. Wittgenstein, chama “estados de coisas”.

Neste aspeto, R. Carnap explora o que no *Tractatus* era o espaço lógico preenchido com possibilidades de ocorrências projetadas pelo sentido das proposições, segundo a bipolarização elementar da afirmação e da negação, do verdadeiro e do falso. Em geral, nos sistemas de “teoria semântica da verdade” e também no modelo proposto em *Meaning and Necessity*, a linguagem vulgar é apreendida como proposição, esta é tomada como reflexo do facto da percepção e a análise lógica representa o aperfeiçoamento do valor denotativo do sentido proposicional, combinando a investigação das condições da univocidade intensional com a determinação extensional do significado. É difícil imaginar uma aplicação da proposta carnapiana para contextos não-extensionais do significado proposicional. Aliás, o seu propósito é bem claro quando afirma na sua “tese da extensionalidade” que numa “linguagem bem construída”, aplicada a proposições baseadas na experiência, deve haver a possibilidade de traduzir proposições de contextos não-extensionais em proposições de contextos extensionais.

A diferença entre intensão e extensão tem implicações no significado da quantificação e no critério do uso de termos singulares e expressões individualizantes. Também a discriminação entre termos com significado independente e sincategoremas só encontra resposta na metalinguagem que define as regras semânticas.

A função *L-verdade* é implementada com vista a identificar a verdade de proposições *S* nas regras semânticas da metalinguagem respetiva. Se há um suporte nessas regras, então determinada proposição pode considerar-se *L-verdadeira*. Este conceito de verdade pode ser entendido como o “explicatum”, efeito de clarificação ou explicitação, do sentido tradicional da verdade necessária ou analítica (Carnap 1947: 7). Ligações e

consequências inferenciais e proposicionais com base em *L-verdade* podem ser validados com referência às mesmas regras semânticas.

Frente aos conceitos de uma função *L-verdade*, o autor identifica os conceitos da função *F-verdade*, ou seja, o campo do que Leibniz chamou verdades de facto e Kant juízos sintéticos. O terreno em que se move esta função não pode ser logicamente determinado com base em *L-verdade*, o que implica que os factos sejam posicionados no mundo como qualquer coisa de logicamente “indeterminado” e nessa medida têm de ser caracterizados por investigação de condições factuais. Aqui se recupera o conceito tradicional de contingência frente ao que em *L-verdade* representa a necessidade lógica.

Em consequência do isolamento das funções L e F conclui-se que em L o que se tome como verdadeiro tem de valer como tal em “todos os mundos possíveis”, em concordância com o sentido de verdade analítica.

Ao comentar o “método da análise do sentido” de C. S. Lewis (§ 16), o autor posiciona-se especialmente frente às teses de A. Meinong sobre “objetos impossíveis” e ao que lhe parece ser a sua retomada por C. S. Lewis, considerando válidos alguns aspetos da rejeição por B. Russell dos “objetos impossíveis” meinongianos (Carnap 1947: 65 e 68).

Para o nosso lógico, o método correto na análise de objetos como Unicórnio ou “quadrado redondo” não está na distinção entre “objetos impossíveis”, “objetos possíveis não-atuais” e “objetos atuais”, da “Teoria dos Objetos” de A. Meinong, ou na diferença de C. S. Lewis entre extensão, intensão e compreensão dos termos mas, antes, na correta aplicação do binário extensão/intensão à análise das proposições da linguagem vulgar.

O método certo estaria em começar por estabelecer o valor de predicadores e propriedades de proposições segundo a sua extensão, saber se correspondem a referentes vazios ou classes de objetos dotados de membros no mundo empírico, e aplicar seguidamente os resultados ao

significado intencional dos predicadores e propriedades no discurso da linguagem vulgar. Deste modo, se torna desnecessário considerar um terceiro nível no método de investigação do sentido, entre intensão e extensão, como a “compreensão” dos termos, proposto por C. S. Lewis. Assim, afirma-se uma primazia da componente extensional da análise do significado, que R. Carnap considera justificada pelo uso quotidiano da linguagem vulgar.

Relativamente à análise de termos cuja extensão são seres físicos ela deve incluir os termos que designam propriedades, as quais podem ser qualitativas, ou quantitativas, relacionais ou espaço-temporais. O autor é explícito e diz que estas propriedades são físicas (Carnap 1947: 20). Os próprios termos que exprimem qualidades da sensação como “azul”, “quente”, etc. são diretamente ligados a existentes extramentais - “os predicados de coisas não são tomados como algo de mental, como imagens ou dados sensoriais, mas como algo de físico que as coisas têm, um lado, aspeto, componente ou caráter das coisas” (Carnap 1947: 20). Aqui, o autor usa “físico” na aceção de mundo externo.

Porém, o mundo externo não tem de ser forçosamente o mundo externo *da* perceção, em que as proposições a integrar em *F-verdade* podem ter lugar? Ora, não há um mundo externo *absoluto*.

Para R. Carnap, quando se trata de predicados qualitativos como o do exemplo do “vermelho” quando um observador diz “uma mesa é vermelha”, é a própria coisa que é assim e o vermelho não está apenas na experiência psicológica de um indivíduo. Simplesmente, não se percebe por que a teoria sobre as condições de verdade em *F* se tem de fundamentar numa noção da necessidade física, como é exigido nesta versão. O que frente à necessidade lógica de *L-verdade* é em *F-verdade* contingente assenta afinal em predicados que estão para coisas que são necessariamente assim e não de outro modo no mundo físico. Este é o preço a pagar pelo ocultamento da

sobredeterminação das condições da percepção por observadores localizados, dotados de sistemas psíquicos particulares que não estão em si mesmos articulados, interiormente, com algo a que se possa chamar realidade física.

Sobre os termos “relação” e “conceito” algo de semelhante a “propriedade” se diz. Conceito é uma designação comum para propriedades, relações e entidades semelhantes, incluindo conceitos individuais. A seu respeito se aplica também a restrição de que se não emprega para referir estados mentais, como imaginar, pensar ou conceber, mesmo que seja vivido psicologicamente dessa maneira por alguém. O que um conceito indica é algo que existe fora da mente, objetivamente, “na natureza” (Carnap 1947: 21). Assim, no modelo carnapiano, ao tomar como verdadeira uma proposição em que um dado conceito ocorre compromete-se a realidade no seu ser e não a observação ou o pensamento. No entanto, o que é tomado em conta para explicar o que é um conceito não é nada de “físico”, mas sim o que a proposição em que o conceito ocorre significa. O conteúdo cognitivo é, no esquema referido, imediatamente identificado com a realidade extramental, sem haver a preocupação de diferenciar cognição ou conteúdo cognitivo e experiência em sentido psicológico individual.

*Significado e Necessidade*, do nosso autor, continuava ainda aspetos da linha traçada no trabalho sobre a “Ultrapassagem da Metafísica através da Análise Lógica da Linguagem”, de 1932, ao separar pseudo-proposições (como as que expressam emoções) de proposições com conteúdo cognitivo (Carnap 1947: 22). Elenca, então, as três ordens proposicionais das proposições lógicas, das proposições psicológicas e das pseudo-proposições (Carnap 1947: idem). É às primeiras que é emprestado valor cognitivo na aceção desta noção para o autor.

O que é que indica o valor cognitivo de uma proposição, eis o que temos de questionar.

Se o autor quer afastar a acusação de hipostasiar o sentido proposicional de algumas proposições num ser objetivo independente, então é-lhe necessário explicar se há um critério independente do proposicional para determinar o valor cognitivo das proposições, de tal modo que este valor seja uma garantia objetiva. Na sua resposta a este quesito, R. Carnap aponta para a Ciência e o modo como aqui se formam proposições sobre factos para demonstrar aquele critério.

Está aqui o ponto mais frágil da tentativa de redução fiscalista do sentido proposicional, pois onde se procurava a base claramente objetiva estava, afinal, o sistema proposicional da ciência, que é o único, à luz da remissão de observações para outras observações, das proposições para outras proposições, de provas para outras provas, a poder sustentar a crença legítima dos cientistas em algo de objetivo. O plano extensional se transforma em um novo plano intensional e o que parecia terminar o ciclo remissivo, sequencial, aponta para outra ordem de reenvios – o da Ciência. O seu conceito de “entidade” enfatiza a crença na existência objetiva dos objetos e factos proposicionais em *F-verdade*. A análise extensional tem aqui o seu terreno.

Na medida em que exige a extensionalidade, a avaliação do valor cognitivo de uma proposição do modelo carnapiano está sobrecarregada com a tese da existência real das entidades, entendida como existência física. Se discutimos esta tese no domínio da Física ela torna-se não só discutível, mas provavelmente falsa, pois assume como realidade física o que é projetado pelo sentido proposicional. Sabemos que a Física moderna resultou da crescente autonomia do seu objeto em relação ao que nele a Física qualitativa da Antiguidade havia projetado a partir do aparelho sensorial de humanos e conseqüente reflexo em frases predicativas. *F-verdade* na Física não é preenchido nas suas possibilidades com *F-verdade* do conhecimento da percepção natural de humanos. O que é atual/possível num caso não tem



de seguir o que é atual/possível no outro. Daqui se seguem pesadas consequências modais, que no modelo carnapiano não é possível entrever nem discutir, pois toma como *atualmente físico* o que é, apenas, a *atualidade do sentido proposicional*. Ora, se o objeto da Física não tem de acompanhar as diferenças modais que o sentido e a referência de proposições permitem conceber é porque há uma diferença entre a existência para a Física e a existência proposicional, diferença essa que não pode ser remediada. Então, pretender que com o universo proposicional conseguimos tocar o universo das possibilidades da Física é falso no sistema da Física moderna e o que é fisicamente possível e o que é possível em proposições só *parcialmente* se recobrem. É bom não esquecer que o fisicamente atual só pode coincidir com o que é atual em proposições no postulado de que a percepção humana reflete a ordem do mundo físico, ou seja, no modelo do *Peri Hermeneias*. No sistema da Física moderna, o que é dito em proposições na dependência da percepção não reflete a atualidade da realidade física mas possibilidades do real físico - o atual proposicional reflete o possível físico.

A proposta de teoria semântica de R. Carnap é, na verdade, uma ontologia da crença sensorial.

O trabalho de R. Carnap continua a linha que vinha de A. Meinong, G. Frege e B. Russell de tomar a proposição linguística ou a sua forma lógica como o núcleo de partida da discussão da modalidade. Esta escolha partilha do pressuposto que todo o sentido é já sentido linguístico, ligado a proposições que obedecem à forma canónica consagrada na História da Lógica, desde a Antiguidade, na relação S é P, com o que implica de retomada acrítica das direções do projeto aristotélico do *Peri Hermeneias*. Contudo, se fica por esclarecer a legitimidade da redução do sentido ao sentido linguístico é também injustificada a limitação do tratamento da modalidade às

diferenças modais resultantes desse sentido linguístico e à diferença gerativa entre sentido e referência das proposições linguísticas-lógicas.

O quadro das diferenças modais se torna diferente se a base geradora das distinções modais residir em outra coisa que não o diferencial sentido/referência da proposição. O postulado não discutido da redução da modalidade ao sentido/referência proposicional está na tese de que os modos do real são modos do sistema proposicional.

Um tema prévio devia ser: os modos proposicionais são os modos do real? Colocar a questão é avançar uma parte da sua resposta.

Para nós, a resposta à questão é negativa, se por real entendermos o excesso da geração de sentido para além do que desse sentido fica reduzido na forma proposicional.

Percebemos, assim, que o sentido proposicional e a distinção geradora de polarizações modais do sentido/referência proposicionais é ele próprio um efeito modal de distinções de sentido modal mais latas ligadas à formação de sentido não-proposicional.

A única ontologia compatível com o sistema da Física moderna e com o sentido proposicional é a que partir da tese de que a atualidade do visado na proposição é uma possibilidade no sistema da Física. Mas é incompatível com este último sistema dizer que a atualidade do visado na proposição corresponde à atualidade física *per se* segundo a necessidade física. A existência de desvios à percepção dos objetos no mesmo meio ambiente entre espécies animais revela que não é uma necessidade física, *em si*, a orientação da forma dos objetos físicos para o tipo de percepção da espécie humana.

No tratamento do tema da modalidade em *Sentido e Necessidade* R. Carnap seguia o método de fixar como necessidade (N) o conteúdo proposicional avaliado segundo as condições de *L-verdade*, ou seja, à luz da necessidade lógica. Este critério afasta alegadamente muitas das inconveniências da

discussão modal, mas não deixa de trazer como exigência a clarificação do que é a necessidade lógica. A inferência dos outros modos deve poder seguir-se da subordinação das proposições sobre factos às condições de verdade em *F-verdade*. As regras da Lógica formal, em especial a negação, aplicam-se às proposições transformadas do ponto de vista modal, no suposto de que a necessidade lógica tem de imperar sempre para formar um sentido logicamente admissível segundo o modelo.

Possibilidade, impossibilidade e contingência medem-se assim frente ao que é o padrão da necessidade, segundo a necessidade no sentido lógico do termo. O operador da negação permite modificar o significado modal das proposições tendo em conta o conteúdo da proposição e o seu afastamento em relação ao modelo da necessidade lógica.

R. Carnap infere uma tabela de seis modalidades com base neste entendimento: necessário, impossível, contingente, não-necessário, possível e não-contingente (Carnap 1947: 175).

Na medida, porém, em que por necessidade lógica temos de entender o carácter obrigatório de determinadas linhas inferenciais em comparação com outras, é complicado atribuir à necessidade lógica um papel regulador de alcance ontológico mais vasto, nomeadamente sobre proposições dotadas de valores de verdade que só podem ser empiricamente definidos e controlados.

A proposta de teoria modal carnapiana baseia-se no carácter modelar da necessidade lógica para poder calcular os outros modos da tábua modal aristotélica. A necessidade lógica retira legitimidade para isso do carácter autoevidente dos princípios lógicos como o de identidade, de contradição e terceiro excluído. Além do mais presume como evidente um determinado modelo da negação, da disjunção exclusiva e a base binária 0/1 (V ou F) resultante da aplicação combinada da negação e da disjunção exclusiva aos valores de verdade.

Para poder resultar em inferências válidas a relação entre *L-verdade* e *F-verdade*, postulada de acordo com a tese da extensionalidade, é regida pelo modelo modal da necessidade lógica.

No modelo modal carnapiano, a necessidade é a quinta-essência da tese da extensionalidade do significado proposicional. O conceito modal de necessidade não teria qualquer aplicação fora da tese da extensionalidade. O que garante a aplicação da necessidade em sentido lógico a proposições avaliadas segundo *F-verdade* está simplesmente no facto de que *L-verdade* foi construído com base no primado da atualidade da percepção. O sentido modal da necessidade é então a contrapartida do conceito de cognição sustentado num modelo do sistema psíquico que possui na atualidade da consciência polarizada pelo objeto o seu centro gravitacional.

O enunciado mais comum do terceiro excluído explicita o privilégio da simultaneidade na aplicação da disjunção exclusiva e do tipo de negação que esta envolve. Basicamente, o que o princípio diz é que o sistema psíquico percebe *x* ou não percebe *x*, *agora*. É um modelo sobre a percepção que está aqui envolvido, que B. Russell fielmente refletiu nos seus textos sobre denotação. É com base nele e não independentemente dele que se podem fazer seguir regras lógicas, que fixam ou reforçam, retroativamente, o que o aparelho da percepção definiu como sua atualidade, mediante tradução proposicional.

Deste modo, atribuir à necessidade em sentido lógico o centro de rotação dos outros modos é definir um sistema de prova para as crenças nos conteúdos da atenção perceptiva. É compreensível que, segundo tal orientação, se possa converter “afirmar *p*” e “crer que *p*”. *L-verdade* pode alinhar-se com *F-verdade*. Todavia, é duvidoso que um tal sistema de prova seja um sistema modal. Quando muito se pode considerar um sistema modal da certeza do conhecimento empírico.

Várias razões levam a recusar que o conceito de necessidade do modelo carnapiano possa ser um princípio válido para uma teoria modal genuína. A primeira dessas razões prende-se com o facto de um sistema modal ter de estar ancorado na possibilidade e não na necessidade para poder ser considerado genuinamente modal. Da necessidade lógica nada de diferente do necessário se segue. O que se seguir de uma proposição em uma inferência segundo regras da necessidade lógica tem de ser contado como necessário ou formalmente necessário e não pode ser tido de outra maneira e é difícil ver como deste entendimento de necessidade pode surgir alguma relação com o que é contingente, diferente de uma simples posição contrastiva.

Por outro lado, partindo da necessidade não se consegue explicar a independência dos factos da experiência, como contingentes, em relação às determinações lógicas. Na terminologia de R. Carnap *F-verdade* fica comprometido ou então para ele se tem de inventar um mundo paralelo ao da necessidade lógica.

Revelando na distinção do sentido e da referência, intensão e extensão um equívoco proveniente de John Stuart Mill e continuado por G. Frege e B. Russell, numa discussão sobre *Meaning and Necessity* Gilbert Ryle já havia chamado a atenção para a duplicação desnecessária de entidades resultante do método da intensão/extensão assim como para o facto de não se conseguir evitar tratar proposições como nomes quando se concebe a sua intensão como algo que paira acima do seu *denotatum*. Uma das consequências desta duplicação pode estar na atribuição de valor modal à intensão e na exclusão de valores modais na extensão diferentes da contingência.

Em um artigo de 1967, "Verdade e Significado" ("Truth and Meaning"), que tomamos como exemplificativo de uma corrente doutrinal em processo de expansão e retificação, na época, Donald Davidson ensaiou a aplicação do

programa de A. Tarski para línguas não formalizadas, retomando ainda o tema do sentido e da referência de G. Frege.

Um dos problemas tidos em conta por D. Davidson foi o da indeterminação do alcance do conhecimento do significado completo das partes de proposições para o conhecimento do significado completo da proposição, se tivermos em conta o uso da linguagem vulgar. Há partes do significado proposicional que só em composição adquirem real significado. Com efeito, isoladamente, podem existir partes que nada significam ou que não possuem qualquer estatuto semântico definido se não conhecermos o comportamento semântico do conjunto ou o sentido do resto da proposição. Exemplos como o da expressão “o pai de” separada do nome próprio “Alexandra” mostram como na linguagem vulgar se recorre a expressões que em si mesmas não toleram valores de verdade nem possuem estatuto referencial definido. Estes exemplos podiam mesmo ter servido no texto para desmentir ou moderar a aplicação do programa de A. Tarski às línguas naturais.

O programa de A. Tarski assumido por D. Davidson em 1967 envolvia, assim, tantas dificuldades que dificilmente podia ir por diante.

Havia no texto de D. Davidson o pressuposto de um alinhamento entre atitudes mentais como a crença e as asserções. Dizer “p” é acreditar que “p”. Esta tese permite converter a corrente psíquica na sua sub-sequência atitudinal no próprio conteúdo proposicional, representações em sentido psíquico em representações no sentido lógico. Mas isto é discutível. Crença não quer dizer a asserção da proposição. Não sabemos quais são os aspetos de uma análise suficientemente concludente sobre a crença em sentido psíquico que podem levar a afirmar que quando digo que “p” acredito que “p”. O ideal de conversão da corrente psíquica em conteúdo proposicional e a possibilidade de reduzir o conteúdo proposicional a valores de verdade é sem dúvida um ideal, mas esbarra com o facto de sequências psíquicas

como as envolvidas na crença estarem embebidas em qualidades psíquicas individuais em que gradações do mais e do menos têm lugar, como se concretiza no estar plenamente convencido de... ou em crenças com zonas de dúvida e imprecisão.

O projeto de semantização da linguagem vulgar depara-se, pois, com a necessidade da conversão do psíquico em proposicional, o que o coloca na continuidade da assinalada direção 1 do programa de Aristóteles no *Peri Hermeneias*.

As objeções procedem do caráter forçosamente individuado dos sistemas psíquicos e da sequencialidade psíquica flutuante frente ao caráter expresso, fixado e público do conteúdo proposicional, sobretudo tendo em conta a sua forma escrita.

Ora, a linguagem vulgar diferentemente do que acontece com a forma proposicional da Lógica das proposições não-analisadas espelha, em parte, a individuação das sequências psíquicas em que surgem as representações. As marcas linguísticas do investimento subjetivo do discurso, o tempo e lugar, os deíticos e especialmente o uso de demonstrativos são aspetos que o próprio D. Davidson considera que limitam bastante a aplicação do programa de A. Tarski. É o próprio D. Davidson que pergunta como se pode reconstruir a referência ao tempo e ao falante na metalinguagem.

A redução do sentido às condições de verdade não se pode aplicar a um número muito considerável de partes da linguagem vulgar. Para além do problema complicado da redução dos demonstrativos e dos elementos da linguagem, como os pronomes pessoais, que representam autoimplicação do locutor no discurso, o autor ainda elenca as proposições com valor contrafáctico, as probabilísticas e todas aquelas proposições que não se podem simplesmente situar num terreno veritativo, como as do modo imperativo, optativo, interrogativo e outros de igual significado.

Ora, daqui se teria de retirar a conclusão que o sentido não é redutível à verdade ou que uma teoria do sentido é mais do que (ou simplesmente diferente) de uma teoria semântica da semântica lógica.

Se seguirmos a estratégia de manter a dualidade de sentido e referência e de alinhar o sentido pela referência, que pode ser traduzida em condições de verdade, os seus frutos continuam a ser apenas válidos nas línguas formais na condição da bivalência dos valores de verdade da sua convenção *T*. Fora desta (muito significativa) restrição não se vê que se possa aplicar às línguas naturais a redução do sentido à verdade ou mesmo do sentido à semântica.

Adicionalmente, se têm de apontar os riscos de um estreitamento da compreensão da modalidade.

Pelos motivos já apontados, o privilégio da necessidade num modelo explicativo sobre as diferenças modais não dá conta da derivação do necessário lógico da atualidade da consciência percetiva e, assim, ao querer abstrair-se das formas do tempo ignora a sua própria génese temporal. Com a tese da extensionalidade torna-se clara a aliança entre o presente da consciência polarizada, a certeza e a forma lógico-proposicional tal como concebida nas formas puras da Lógica. É a esta forma que se aplica a repartição binária das possibilidades (1/0), o seu reforço mediante a disjunção exclusiva e a negação simples, que são exigências da necessidade em sentido lógico.

No âmbito do uso da linguagem vulgar, a diferença entre sentido e referência que de J. S. Mill até R. Carnap fortaleceu a imaginação de séries paralelas da compreensão de termos e proposições e de coisas no mundo a que termos e proposições se reportam não só induz uma duplicação das entidades, falseia as modalidades como ainda desvirtua o modo como concretamente compreendemos o que dizemos com as frases, sem duplos.



A diferença entre sentido e referência traduzia a impossibilidade de reunir num bloco o real e as formas lógico-linguísticas das frases declarativas. Exprime a cisão entre o real e a aparência, entre o mundo que a Física constrói sobre os sistemas processadores de matéria-energia e o mundo da percepção dos sistemas psíquicos de humanos.

É curioso ver como nos textos fundadores sobre sentido e referência se esteve tão próximo do cerne da diferença entre realidade e aparência e ao mesmo tempo se evitou enfrentar este tema. As consequências nas dificuldades da teoria modal decorrem todas da ausência de esclarecimento sobre este tópico. A via que consiste em manter aberta a distinção ignora que só podemos compreender a referência da aparência e que o real, ou o referente *em si*, só pode ser construído com meios diferentes da linguagem falada. A matemática ambiciona este lugar de uma teoria do real construído, mas não consegue livrar-se dos efeitos da tradução oblíqua do cálculo na linguagem vulgar. A matemática quer colocar-se de fora dos sistemas de sentido para poder ser a cifra do real, mas para o fazer atravessa sempre a fronteira do real construído e do real percebido.

Aqui se pode encontrar, mais uma vez, o sonho e a impossibilidade da *Begriffsschrift* de G. Frege.

No quadro do desenvolvimento do seu “pragmatismo analítico”, em *Entre Dizer e Fazer (Between Saying and Doing, 2008)*, R. Brandom propôs uma reconstituição e remodelagem das tendências da semântica lógica da Filosofia Analítica mediante uma teoria completa do significado, sintática, semântica e pragmática, segundo novas bases pragmáticas e não exclusivamente semânticas ou sintático-semânticas.

É um contributo no sentido de colocar operações (ações) no lugar de objetos isolados e sistemas de vocabulários associados a operações em ligações diagramáticas (MUD – meaning-use-diagramm) no lugar dos signos como imagens verbais de existentes mentais da tradição estritamente semântica

(ou sintático-semântica) nas suas variantes empirista ou naturalista. O projeto ambiciona formalizar tanto quanto possível as relações semânticas mediadas do ponto de vista pragmático e cruzar a intencionalidade prática e a intencionalidade discursiva.

Não obstante terem colocado no centro do processamento do sentido psíquico a orientação em série da formação dos significados, os modelos computacionais ou funcionalistas ou os modelos da I. A. não abandonaram por isso o terreno da consciência polarizada e não se vê que sejam modelos incompatíveis com a intencionalidade na aceção tradicional. Os MUD/MUR de R. Brandom, unidades ou feixes relacionais de significado-uso, são complementos pragmáticos de uma compreensão de tipo essencialmente semântico ou sintático-semântico, como aliás o próprio R. Brandom pretende. Porém, partir da base sintático-semântica e, nela, das polarizações primárias de símbolos-consciência (ou “self-awareness” em programas de máquinas)-objetos pode equivaler a sacrificar a estrutura remissiva em que as operações produzem e retomam o sentido. Adicionar ações a um sistema que começou sem elas, que se iniciou em pontos correspondentes a estados ou em nós de estados mentais-objetos-significados pode assim parecer um modo meramente aditivo de proceder. Compreendemos que o pensamento e a formação do sentido possam ser analogados a andamentos idênticos aos que se desenvolvem nas modificações algorítmicas de premissas e condições na passagem aos estados seguintes em uma máquina e que os seus momentos assim como a mudança de estados se possam analogar a vocabulários e a instruções para uso de vocabulários, como quer R. Brandom.

Todavia, dizer tal coisa é avançar ainda modestamente na direção de um modelo integralmente sequencial da relação entre pensamento e formação de significados. Na modelização da I. A. era possível identificar a estrutura condicional da progressão de estados-operações-significados. Uma

máquina de Turing simples ilustra como o sentido (output da máquina num tempo definido) depende de uma modificação dos níveis operatórios em que a máquina está situada, ou seja, de ações na aceção pragmática. A máquina pode ser organizada no sentido de processar informação segundo diferentes níveis de pressuposição de feixes de ações-significados e podemos imaginar que a sua organização interna é suficientemente complexa para atribuir à máquina algum tipo de aprendizagem. Com tudo isto o que se pretende sublinhar é que ao cruzar ações (operações) com significados (diferenças entre unidades de informação) a máquina age de um modo inferencial e não está presa de uma base fixa com valores sintático-semânticos inalteráveis, como acontecia se partíssemos de um modelo de tipo exclusivamente sintático-semântico para descrever a formação do sentido, como o modelo da semântica empirista. Aqui, as ideias de R. Brandom retomam as teses sobre a insuficiência do programa semântico do empirismo de W. Sellars numa fórmula alargada computacional-conceptual-pragmática.

O que sustentamos é que a consciência de objeto e a polarização intencional é um resultado final de operações dadas em sequências psíquicas de dimensões variáveis, capazes de gerarem redes, com tempos distintos, mas não o inverso. No que se refere ao projeto semântico-pragmático de R. Brandom, o uso analógico (geral) do conceito de ação, podendo servir para mostrar que pensar ou significar significa usar ou operar, no caso de I. A. ou do pensamento humano, não permite perceber o que distingue as operações a que chamamos operações psíquicas propriamente ditas de outras que se fixam em estruturas análogas às formas linguísticas, mas que realmente já não pertencem à linguagem segundo o modelo da frase existencial declarativa.

Era este tema da diferença específica do psíquico, do psiquismo humano mais especialmente, que estava em causa nas observações da década de

1980 de J. R. Searle sobre a intencionalidade e no célebre experimento sobre a sala chinesa. Se J. R. Searle parece preso da versão clássica da intencionalidade R. Brandom não o está menos quando considera que a orientação inferencial do sentido se pode adicionar a uma base sintático-semântica sem a alterar substancialmente.

R. Brandom parece, contudo, consciente do facto de a crítica pragmática da fixação sintático-semântica do sentido ter consequências vastas na apreciação dos tipos modais. O que chama a “tese de Kant-Sellars” vem mostrar que no uso atual de certos conceitos se reflete uma orientação normativa sobre o que “deve ser” usar utensílios cognitivos em contextos. Na medida em que a orientação para contextos é forçosa na competência cognitiva daí decorre que está sempre associada aos atos de conhecer uma dada moldura deôntico-modal, desde logo aquela em que aparece a dimensão normativa relativa a um “como usar” um certo *stock* de conhecimento prévio. Seguindo uma indicação de W. Sellars, pela dimensão normativo-pragmática do uso de inferências e pressuposições pragmáticas se chegaria assim às diversas facetas da estrutura modal da cognição (“a linguagem da modalidade é a linguagem das normas transposta”) e diretamente aos aspetos relacionados com a normatividade, como os que supõem responsabilidade/imputabilidade no estabelecimento de inferências cognitivas e, claro, na formação de significados (Brandom 2008: 113).

## 2. 8. Tipos modais

### 2. 8. 1. Pragmática da Modalidade

A análise lógica da linguagem com o seu postulado extensionalista não se encontra apenas na proposta carnapiana. Está historicamente enraizada nas direções do projeto aristotélico, coincide com a crença comum segundo a qual a linguagem se destina a reproduzir os factos do mundo, cujos elementos são indivíduos, e baseia as noções ingénuas sobre factos da atitude positivista, que resultou, por sua vez, da teoria semântica da Gnosiologia empirista.

Ideias sobre modalidade geradas nestes pressupostos tinham de seguir a via aberta no privilégio dado às formas linguísticas do tipo apofântico e, nessa medida, o seu eixo teria de se situar na relação necessidade-contingência, mas com o peso gravitacional na necessidade, entendida na perspectiva da alegada observância universal das regras da Lógica formal quando aplicada às ligações predicativas para avaliar do seu alcance semântico. Note-se que isto mesmo podia decorrer de uma visão positivista sem a crença na Criação Divina e nos respetivos postulados modais, em que igualmente se privilegiou a relação necessidade-contingência.

A noção de uma necessidade lógica na sequência das premissas do silogismo esteve diretamente relacionada com a sintaxe lógica na ideia do silogismo perfeito dos *Analíticos Anteriores* de Aristóteles (24 b 20-25).

Deixando-se guiar pela tradição sintático-semântica da Lógica alética, cujo padrão está na afirmação existencial “algo é algo”, a Lógica das modalidades tinha de retratar um domínio subordinado em que se fala de factos possíveis, de contingência de propriedades de indivíduos ou de acontecimentos, etc., mas em que o “é” copular se mantém ao receber essas declinações semânticas modais.

A representação dos modos dos seres individuais não ocorre de fora das proposições e, na análise semântica, o uso da notação  $\diamond$  ou  $\square$  antes das proposições constitui uma adição do possível e do necessário à existência já afirmada sobre alguma coisa. A existência e a verdade ou falsidade da existência declarativa considerou-se prévia aos modos.

Ora, uma tal concepção da modalidade da semântica da Lógica clássica parte da forma da objetivação alcançada na teoria da Lógica e nesta medida não pode servir de ilustração da geração interna de referentes modais no pensar não-objetivado ou nas conexões sistêmicas da comunicação de sistemas sociais. Por isso, não pode também servir de cânone exclusivo da investigação da formação dos referentes modais em sistemas que processam sequencialmente operações, dotados de observação interna e recursividade, em que as noções de alternativa e de caminhos possíveis está presente, mas em que o recurso a proposições pode ser apenas acessório.

De facto, as diferenças modais da Lógica baseiam-se na forma objetivada da teoria cujo âmbito de experimentação se deu, sempre, na proposição declarativa existencial.

É a partir desta e tomando o dito da proposição como o seu núcleo semântico, cognitivo e formal-sintático que a Lógica pode prosseguir e conceber as modificações do dito como modificações modais do algo que aparenta estar aí, pode estar ou é necessário que esteja.

A partir daqui se pôde formar um campo de análise modal que vai desde as modificações modais do domínio apofântico, à análise deôntica da Lógica das Normas ou às descrições sobre atitudes proposicionais, como as crenças com as respetivas variações em redor do ser e da existência.

A proposição oferece ainda a relação adequada entre signos para situar o que parece o terreno sólido do crescimento da objetivação do “algo como algo” predicativo também nas modalidades das atitudes proposicionais como disposições mentais de sistemas psíquicos.

Nesta medida, a Lógica promete reconstruir a partir do dito proposicional um espaço modal que tem um alcance muito maior que aquele que podia ser inicialmente atribuído ao ponto de ancoragem na proposição, nomeadamente ao incluir, desde logo, a dimensão mental das atitudes proposicionais, embora gravite sempre em redor da frase declarativa sobre o ser.

No desenvolvimento a partir destes seus postulados, a Lógica não ingressa nesses seus pressupostos e não toma a ligação entre objetivação da teoria e o dito proposicional como um resultado de um processo, ou seja, precisamente como um modo. Desliga-se assim do tema da formação do dito proposicional e, sobretudo, da questão da génese psíquica da consciência de objeto. Perdido o horizonte da génese interna da orientação do sentido psíquico para objetos as questões filosóficas sobre modalidade ficam facilitadas, pois o domínio a explorar já está previamente configurado do ponto de vista modal no dito da proposição declarativa.

No entanto, é duvidoso que assim se tenha chegado à fonte das modalidades no processamento de elementos nos sistemas ou à modalização como suporte da produção do sentido por dentro da sua potencialidade nas operações sistémicas de sistemas psíquicos ou comunicativos.

Torna-se necessário distinguir entre a modalização restrita do sentido proposicional, em que se apoia a teoria das modalidades da Lógica, e a modalização resultante do processamento interno de elementos de sistemas dinâmicos, baseados em informação e sentido, que estão sujeitos à mudança, a escolhas entre alternativas que impõem uma seletividade própria à dinâmica sistémica com as possibilidades inerentes, à aprendizagem com base na representação de opções e a um vasto comportamento antecipatório voltado para as alternativas, sempre embebido em variações modais.

A densidade sistémica da modalização está na variação interna ou na mudança a que estão sujeitos os elementos dos sistemas de sentido, entre outros. A perceção interna da mudança e da variação nos sistemas de sentido, com valor antecipatório para a sua própria dinâmica, é o que ainda tem de ser escrutinado, para aqui revelar a fonte imanente das modalidades.

As Ciências têm insistentemente aplicado uma linguagem das modalidades às suas descrições sobre dinamismo sistémico, em que a noção da necessidade é claramente subordinada quando não mesmo afastada.

É diferente descrever a modalização segundo a orientação dinâmica da conexão interna dos elementos dos sistemas e aperceber a modalização exemplificada através da frase declarativa e das regras lógicas sobre antecedente e consequente.

A semiose é um molde mais plástico para aperceber os contornos da geração de sentido e a sua modulação através das variações e mudanças do que a frase declarativa redutível à ligação de sujeito e predicado, que não pode evitar a gramática do ser e da apofântica e que, nesta medida, só é mobilizável na postura da teoria objetivadora plasmada em proposições.

Como se tem sustentado desde o princípio deste trabalho, o sentido é mais vasto que o sentido proposicional e não orbita em redor do molde lógico-linguístico da predicação. Muito menos os sistemas baseados em matéria-energia e processadores de energia, sistemas físicos e biológicos numa aceção geral, se podem considerar como estando naturalmente ajustados às estruturas do pensamento que a Lógica determinou como coincidentes com o molde predicativo e, no entanto, aí se formam distinções que só podem ser reconhecidas no vocabulário da modalidade.

De pouca ajuda seria restringir a noção de modalidade apenas ao uso lógico-semântico e afirmar que no dinamismo sistémico não há modalidade.



A opção realista em matéria modal é uma direção diferente da perspectiva ancilar da teoria antiga das modalidades, que era de simples suporte à sistematização de operações lógicas segundo o espaço lógico binário, disjuntivo, diferenciador do verdadeiro e do falso, aplicado a proposições previamente reduzidas ao nexos semântico-predicativo e em aparente continuidade com as representações sobre objetos externos dos sistemas psíquicos.

Na tradição lógica moderna, a diferença entre o analítico e o sintético serviu de ilustração da distinção entre necessidade e contingência. O caráter flutuante de uma tal diferença, a sugestão kantiana de ligações sintético *a priori* e o questionamento dos critérios da analiticidade dos sistemas formais, como a Matemática, obrigam a repensar o que na forma proposicional parecia servir de guia consistente da diferenciação modal entre o necessário e o contingente.

Na tradição mais antiga da Lógica em que se descobriam leis a que o pensamento tinha forçosamente de obedecer para originar inferências consistentes, os princípios lógicos da identidade, de contradição e de terceiro excluído, está presente a diferenciação do que é possível segundo as condições de uma natureza exterior e contingente frente ao que é necessário a partir das formas que regem a ligação interna dos pensamentos desligados da matéria. Sabemos que os três grandes princípios lógicos constituem alicerces da organização binária do espaço lógico e da sua distribuição opositiva segundo a negação e disjunção exclusiva no verdadeiro e no falso, cuja necessidade parece igualmente indesmentível.

No entanto, a necessidade das proposições analíticas depende do significado das frases analíticas e, por conseguinte, do alcance da análise lógica da significação. O que é necessário ou a necessidade está no esquema da ligação conceptual das frases e sabemos que não reina entre os lógicos um acordo definitivo sobre a diferença do analítico e do sintético. “Realismo

modal” pode então representar um programa teórico desmedido ou até arrogante.

Falar-se em algo como “realismo modal” aplicado a sistemas dinâmicos de sentido apenas é consistente com a descoberta das operações *reais* que, nos sistemas psíquicos ou comunicativos, formam o reconhecimento das modalidades, desde logo a distinção entre atualidade e possibilidade.

Para ser proveitoso no estudo de sistemas dinâmicos, um realismo das modalidades implica a não-suficiência modal da necessidade. Assim, ele seria, de facto, realista e não-reducionista para com a própria diferença modal entre os modos do quadro modal.

Segundo uma aceção muito rigorosa e eliminatória, esta interpretação de um realismo modal pode significar a exclusão da necessidade de um sistema modal se por necessário e necessidade se entende um domínio lógico-ontológico de um tipo não-contrastivo, do que simplesmente é, absolutamente. Esta consequência é o contrário do esperado de algumas versões sobre o significado do termo realismo aplicado a modalidades.

Se é admitida, mas com restrições e por contraste modal com outros modos, então a necessidade não representa o domínio lógico-ontológico da autossubsistência absoluta, dos princípios lógicos universalmente coercivos ou das relações lógicas obrigatórias entre um antecedente e um conseqüente nas proposições.

Incluída por contraste modal num quadro modal, a necessidade é obtida mediante estipulação de estruturas cognitivas dependentes de avaliação lógica de relações entre conceitos, que se têm de presumir para que teorias que recorrem a argumentação lógica possam ser coerentes. Porém, neste entendimento, o realismo modal baseado no valor inquestionável da necessidade fica em risco. Podem, eventualmente, admitir-se modalidades por estipulação, mas não um realismo modal rigoroso, em que a necessidade ocupa o centro do quadro modal.

Na versão das modalidades por estipulação meta-teórica, esse tal realismo modal teria de sustentar que os mundos contingentes não resultam da necessidade, mas são produtos da análise semântica de conceitos de teorias científicas sobre os fenômenos naturais. É muito duvidoso se assim se pode ainda conceber um realismo modal de tônica ontológica.

Além disso, as tentativas de conceber o que, habitualmente, segundo as esclarecimentos anteriores, se chama um realismo modal, não foram muito bem-sucedidas no pensamento contemporâneo.

Para referir uma das versões mais famosas do “realismo modal”, a via escolhida por David Lewis nesta direção não está isenta de problemas e não evita o modo de pensar da Metafísica convencional sobre a necessidade lógico-ontológica.

Atribuir um outro sentido lógico-linguístico e ontológico à contingência e à possibilidade no quadro modal da tradição envolve uma alteração da órbita modal da necessidade.

Os modos mobilizados no estudo dos sistemas dinâmicos processadores de sentido (psicológicos e comunicativos) não se inferem da relação modal necessidade<->contingência da tradição metafísica, mas da articulação atualidade<->possibilidade do dinamismo sistêmico.

A orientação da análise modal tem de se alterar em consequência. Nunca é suficiente sublinhar o alcance de uma tal diferença de rotação modal.

Para se perceber o alcance desta mudança tem de se observar de perto a formação das distinções modais por dentro da dinâmica operatória dos sistemas de sentido.

A admissão de um tipo modal absoluto da necessidade provocaria a redução dos outros modos e, por isso, o realismo modal nele inspirado seria um reducionismo modal.

A referência a uma necessidade limitada, no sentido modal, que seria somente lógico-semântica, frente ao mundo dos seres contingentes

restringe já o alcance do uso de “necessidade” e “necessário” e justifica esse uso privativo apenas pelos imperativos de um cálculo proposicional baseado na semântica.

Porém, mesmo aqui se pode argumentar que o uso da noção de necessidade é evitável e comporta mais dificuldades na compreensão dos modos do que contribui para clarificação.

Além disso, uma teoria modal com alcance mais vasto que o cálculo lógico teria de exigir o abandono ou limitação das cinco direções do programa aristotélico do *Peri Hermeneias* e, conseqüentemente, uma drástica restrição do alcance da teoria modal antiga ao cálculo proposicional *standard*, por via estipulativa, em que proposições de um certo tipo estão presentes na dependência de um tipo de comunicação que recorre predominantemente às formas proposicionais das línguas naturais ou de línguas formais delas obtidas.

A superação do sistema modal da Lógica antiga inicia-se pelo exame dos pressupostos dessa construção na teoria do conhecimento. Ou seja, é preciso evidenciar a dependência do sistema modal tradicional em relação ao valor atribuído à representação de objetos, presumidos num mundo objetivamente existente e povoado com as mesmas formas daquelas que são mentalmente representadas assim como do tipo de comunicação decorrente.

Foi aqui que se fabricou a “existência intencional”. Esta mais não faz do que atribuir ao objeto mental um estatuto de preeminência lógico-cognitivo, seguindo ainda a ilusão gramatical do *é copular*.

O privilégio da atualidade dos atos de consciência teve como contrapartida a subordinação da potencialidade na vida psíquica e o desconhecimento do seu papel. Mais decisivamente, o centralismo da atualidade da existência intencional-proposicional desarticulou o atual da sua relação muito variada com o potencial, na própria gênese psíquica da diferença entre um e outro.

É aqui que as distinções modais ou pré-modais começam a operar para os sistemas psíquicos antecipadamente, antes das diferenças temporais e causais e antes de se fixar o campo atencional da atualidade na percepção, sujeita a um âmbito enorme de determinações, que só muito redutoramente afloram na frase predicativa.

Este exame permite mostrar como as principais distinções modais da Lógica modal antiga são diferenças aplicáveis apenas ao sentido proposicional já reduzido à forma veritativa da existência intencional plasmada no *é* judicativo, decorrendo daqui uma restrição da força modal realmente operante no dinamismo interior da sequencialidade psíquica e da respetiva pregnância associativa na geração e desaparecimento das formas mentais assim como na comunicação. Designar este campo por proto-modal por contraste com os tipos modais existenciais-proposicionais é um detalhe terminológico com pouca importância para o nosso propósito. O que importa é que se reconheça a vantagem desta reforma do espaço modal conduzida por uma nova atenção ao dinamismo operatório.

A orientação dos sistemas psíquicos de humanos revela que somos uma espécie estruturalmente suspensa do momento seguinte da elaboração psíquica do sentido em operações condicionadas do ponto de vista neuropsíquico.

A polarização em redor de um atual é um limite da atenção consciente, imposto por diversas necessidades da ação e da comunicação, de que derivou, em patamares acima da operatividade neuropsíquica e sob condições semânticas, a procura pela certeza em sentido cognitivo e lógico. Frente à motilidade do sentido psíquico na iteração incessante da diferença do atual frente ao potencial, a Lógica formal convencional representa a descrição das condições semânticas e sintáticas idealizadas para garantir a certeza sobre a atualidade das representações, graças a um controle sobre

o alcance das inferências em proposições, tendo em conta conceitos bem definidos e o valor do *é* copular.

Não pode, contudo, ter a pretensão de ser uma teoria do real ou uma conceção sobre a formação do sentido nas operações concretas dos sistemas psíquicos. Os modos da Lógica modal tradicional resultam da redução do sentido psíquico a uma atualidade sobre a qual pode haver certeza segundo os critérios da semântica lógica em exercício a respeito de proposições.

Descrevê-los como modos do pensamento *é*, evidentemente, excessivo. Relativamente à iteração psíquica da diferença do atual<->potencial, a Lógica surge como o sistema de regras que tem por meio ambiente o próprio sistema psíquico ou o pensamento, mas no modo redutor da consciência polarizada por objetos descritos em conceitos e articulados pelo presente copular do *é*.

A certeza e as condições de um processamento seguro de informação sobre certeza, em sentido conceptual, constituem os seus temas e justificam as suas distinções modais.

O contraste entre a perspetiva sobre os sistemas psíquicos que põe a tónica na sequencialidade dos nexos psíquicos e nas estruturas emergentes da sequencialidade e a conceção convencional sobre a cognição, que segue no essencial as direções do programa aristotélico e se baseia na polarização com o objeto, intencional ou natural, tem um reflexo na conceção da modalidade.

Se seguimos a primeira perspetiva o pensamento e o sentido psíquico em geral concebem-se como polarizados por um *algo* se e apenas somente se as sequências em que o sentido se dá o exigirem ou forem orientadas desse modo, em virtude de conexões com outras sequências, como sequências comunicativas ou fluxos de energia física. Assim, o pensar está imediatamente mergulhado na transmutação modal.

Isto percebe-se intuitivamente quando descrevemos o ato concreto do pensar como uma ligação do atual com o potencial em constante repetição e recomposição. A esta constante recomposição da diferença entre atualidade e potencialidade deu-se ingenuamente o nome de temporalidade, lembrando a impressão de um fluxo contínuo do agora.

Intuitivamente percebemos também que a conceção de um *algo como algo* dentro do sentido psíquico depende da consolidação dos interpretantes de estádios ainda indefinidos ou indeterminados das nossas ideias e impressões nos momentos posteriores da sua elaboração psíquica. O sentido psíquico aparece-nos, portanto, como uma propulsão para o posterior de que depende a constituição do *algo como algo* e não inversamente, como a tradição supôs no privilégio que atribuiu à atualidade psíquica dos objetos sem a diferença frente à potencialidade e sem atenção à progressão do próprio sentido.

Para o sentido psíquico, ou o que entendemos por pensamento, a transmutação modal é inerente, originária, não pode ser inferida da atualidade ou da necessidade de objetos. Ele é logicamente ingovernável, embora seja sujeito a uma seletividade operatória exigente e imperativa à sua própria maneira, pois não pode deixar de optar por vias de encaminhamento do sentido que condicionam escolhas ulteriores.

A potencialidade psíquica é a contraparte do que se atualiza e, nesta aceção, entre o potencial e o atual há um uno-dual indivisível, que nada tem de misterioso ou opaco.

A indivisibilidade da diferença da atualidade<->potencialidade manifesta-se na própria progressão do sentido psíquico, na medida em que, no momento seguinte, o pensamento retoma a potencialidade do anterior, sob pressão seletiva e condicionada pelas possibilidades seletivamente abertas ou fechadas. No subsistema psíquico sensorio-motor este aspeto é evidente se lembrarmos que as secções sensoriais e motoras estão ligadas entre si numa

relação gradativa como a de sombra-luz. Para poder prosseguir a sensação e o pensamento retomam-se neles mesmos, indo até à sua própria potencialidade e o jogo do possível aqui aberto. É neste jogo que vai buscar a fonte de uma nova atualidade. Uma passagem ao seguinte implica retomada do anterior. Nisto se compreende por que se disse que o sentido psíquico é projetivo e baseado em ressonâncias.

Ora, é ainda conveniente falar aqui em existência na aceção do *é copular*? Na potencialidade há uma memória atuante da atualidade que se altera com o momento seguinte da sequência psíquica. Não concebemos aqui a forma virtual das potencialidades operatórias dos sistemas como um lado obscuro da mente, definitivamente inacessível, e nessa medida dormente, ou dito inconsciente segundo um uso equivocado deste termo.

Na medida em que a memória do atual entra numa relação necessária com a propulsão do posterior, a potencialidade psíquica modifica-se na virtualidade. O virtual é o que da potencialidade *efetivamente* retorna no momento seguinte. Ele pode ser chamado virtual precisamente por constituir para a atualidade uma determinada produtividade, que não pode ser atribuída a toda a potencialidade.

Se o virtual é uma alteração da potencialidade, não esgota esta última. Convém, por isso, distinguir entre dois tipos de potencialidade - possibilidade - a potencialidade inconsciente, raiz da memória involuntária e a potencialidade da virtualidade, fonte da memória voluntária. Entre estes dois tipos há uma gradação contínua e fusões do tipo da sombra-luz.

A virtualidade e a memória de tipo voluntário garantem aos sistemas psíquicos a ilusão da objetivação da potencialidade, como se esta estivesse disponível à consciência como suporte para gerar mais sentido psíquico num funcionamento que assenta num permanente ganho de produtividade interior. Foi aqui que se formaram a metáfora da memória como um *stock*



e a imagem do armazenamento de informação, por muito imprecisas que consideremos estas noções.

A estrutura virtual que emerge nos sistemas psíquicos independentemente de uma conversão em quantidade de informação da memória, traduz a aparência que o sistema psíquico conserva dele mesmo em diversos graus de clareza. Num grau elevado de objetivação de uma tal estrutura virtual o sistema psíquico pode referir-se a si mesmo no equivalente a um objeto interno. Mas mais do que isso, com base em estruturas virtuais e no seu tipo particular de irrealidade é possível a um sistema de sentido, em geral, operar segundo referências irreais e processar sentido tendo por horizonte possibilidades de possibilidades.

O recurso explícito às estruturas virtuais dos sistemas psíquicos enquanto referência ao latente objetivado permite à consciência consolidar o centro da atenção atual o que, como se viu antes, está na gênese neuropsíquica da consciência de objeto. O efeito de metamorfose sombra-luz na relação entre o latente objetivado e a atualidade da consciência está na origem da redução da multiplicidade da experiência psíquica ao que, pela economia cognitiva, se fixou nos traços definidores do objeto. Há aqui um vaivém do virtual no real que acaba por firmar a realidade à luz dos traços que permitem determinar o *algo como algo* para o momento seguinte da produtividade psíquica. A realidade depende, por conseguinte, do que para esse momento seguinte for importante reter da experiência. Trata-se da conversão de uma multiplicidade ainda indeterminada num feixe mais simples de traços característicos que já contém a mesma estrutura da predicação. O *algo como algo* pode ser enunciado segundo formas linguísticas na medida em que ele está psiquicamente disponível na orientação psíquica do latente objetivado das formas virtuais para a realidade e do múltiplo indeterminado para uma simplicidade económica,

reduzitiva, disponível para a comunicação e adaptável à estrutura de endereçamento.

Os tipos modais da Lógica Modal clássica têm aqui o seu fundo psíquico, assim como os pontos representacionais da cognição traduzidos em signos com um alcance expressivo e denotativo moldável e nisso adaptados à redução ou extensão do sentido, segundo os imperativos da tecnologia cognitiva da Lógica.

O conceito de necessidade lógica e a crença na analiticidade de certas proposições não pode ter surgido sem um fundamento nas operações dos sistemas psíquicos e, no entanto, o que nos parece certo é que ela tem sobretudo a ver com os imperativos da redução ou extensão do sentido em certas classes de signos para formar relações estipuladas na tecnologia cognitiva da Lógica.

Se tivermos em conta a antiguidade das ideias sobre necessidade lógica percebemos que elas nasceram de descrições particulares sobre estados particulares do pensamento e da cognição. Não obstante, alguns lógicos caíram na tentação de procurar para a analiticidade uma justificação em si ou absoluta, como se nas verdades analíticas repousasse um tipo de pensamento sem consciência, sem economia ou orientação psíquicas.

A analiticidade é uma convenção de um sistema de cálculo sobre pensamentos. A estrutura do cálculo sobre pensamentos é uma expressão parcial do pensamento. Não é o pensamento que se deve entender como uma emanção mais ou menos perfeita desse cálculo. Deve tornar-se claro, assim, que se pode descrever a gênese psíquica dos rudimentos do cálculo lógico e da necessidade em sentido lógico sem que isso afete negativamente o respeito pelas regras da Lógica como tecnologia de avaliação cognitiva, na sua capacidade para regular os passos e os resultados do cálculo lógico para certas conclusões de alcance semântico.

O *algo como algo* da predicação é um efeito da economia psíquica, da redução aos traços simples do objeto pensado da multiplicidade dos elementos virtuais da consciência. Para a progressão do pensar para os seus estádios seguintes não é mais nem menos coercivo o reconhecimento das leis lógicas. Elas pura e simplesmente não interferem diretamente na progressão interna do pensar, a ponto de se poder dizer que não temos de pensar logicamente ou que o sentido psíquico é até dado ponto logicamente ingovernável.

A verificação de um pensar lógico ou ilógico acontece apenas quando o pensamento se retoma a ele mesmo e se avalia, mas já como uma operação extinta.

“H<sub>2</sub>O é ‘água’ no vocabulário da língua portuguesa” e outras proposições como esta representam a sequencialidade do pensamento como concluída e numa modalidade tal que a diversidade do sujeito e do predicado estão maximamente limitadas, de modo a corresponder às exigências da certeza. Só segundo esta economia do lastro potencial do pensamento é viável falar-se em necessidade lógica.

Seguramente, é deste ponto de vista que tem toda a razão de ser a ideia de que as leis lógicas não são leis psicológicas.

Do ponto de vista do ideal lógico, as distinções modais da Lógica clássica representam os moldes em que a predicação se tem de integrar para corresponder ao grau máximo da economia da potencialidade psíquica na sua expressão psicolinguística. Trata-se de modos para gerar certeza segundo a forma predicativa.

Na medida em que contribuem para definir um estatuto para a realidade segundo a consciência de objeto, os tipos modais da Lógica clássica e a autocompreensão de um pensar logicamente adequado como fundamento da certeza nas ciências contribuem não só para gerar mais economia psíquica, mas também para facultar um rumo antecipado a certas formas da

comunicação, assim se conseguindo estabilizar as ligações entre sequências separadas.

A construção lógica da realidade não elimina a estrutura sequencial do pensar e do sentido psíquico.

Pelo contrário, sob a noção de inferência legítima reconstrói ainda, embora segundo as regras da necessidade lógica, o que para o pensar indisciplinado era simples projeção do posterior a partir do anterior.

O contributo que agora propomos para uma reforma pragmática das teorias das modalidades vai ser dividido nos temas *posição de existência* (2.8.2.), *mundos possíveis habitados* (2.8.3.) e *modos sem existência* (2.8.4.).

## 2. 8. 2. Posição de Existência

Saber se a Lógica pode concluir as suas avaliações sobre ligações proposicionais de proposições modais apenas com recurso à posição de existência dos juízos canónicos, é um problema fundamental.

As teorias modais possuem uma longa História ligada à Lógica e à Metafísica e, nestas, à discussão do alcance da necessidade ou possibilidade e de outras variações sobre modos em proposições, em que a existência expressa no *é* copular foi um suposto.

Nos *Analíticos Anteriores* de Aristóteles o estudo da necessidade e da possibilidade começava pela análise das relações de inerência entre os termos sujeito e predicado, em que expressões como todo e parte, pertença e negação de pertença se integravam numa avaliação mereológica que devia ter uma face lógica e outra metafísica.

A responsabilidade pela posição da existência sobre o declarado no juízo não se atribuía ao indivíduo pensante como sistema psíquico individualizado, mas sim ao pensamento em geral. O pensamento em geral podia ele mesmo ser pensado nos sistemas psíquicos particulares, mas não dependia destes últimos para ser avaliado do ponto de vista lógico nem para formar a posição de existência.

A existência postulada pelo pensamento em geral coincidia com a existência afirmada sobre “algo como algo” no juízo. Assim, concluía-se que o afirmado desta ou daquela forma, enquanto declaração sobre aquela existência pensada tinha essa existência, enquanto tal. A avaliação lógica podia então ter lugar a respeito da correção das ligações entre esse pensado enquanto tal e essa existência, enquanto tal. Seguia-se-lhe a Metafísica que, em sentido rigoroso, não é mais do que Lógica desenvolvida segundo o prisma da posição real da existência numa Ciência do Ser.

A consciência psicológica do visado no juízo podia ser abstraída, uma vez isolada esta forma lógica da declaração proposicional.

Todavia, pelo facto de o pensado em geral se poder retomar nos atos psíquicos do pensar individual a neutralidade psicológica da avaliação lógica é sempre provisória e construída. Teremos de investigar se o caso das modalidades não nos coloca perante paradoxos especiais em zonas de interferência do psicológico e do lógico, do uso da linguagem vulgar e da linguagem reduzida da lógica.

Ainda com alusão à História do Pensamento, abstraído da herança particular do Criacionismo medieval na Metafísica, as discussões contemporâneas sobre modalidades não estão totalmente imunes às influências mais remotas e aos equívocos resultantes das formulações das alternativas entre as posições realistas vincadas e as que assumem a ideia de uma “dependência mental” das modalidades *de dicto* e a determinação por estas do que se puder assumir como modalidades *de re*.

A relação entre a dimensão proposicional e a ontológica resiste a reduções imediatas de um plano no outro. Daqui a estranheza causada pela teoria dos objetos intencionais de A. Meinong em B. Russell e, em geral, as tentativas do princípio do séc. XX de dar uma solução ao dualismo de sentido e referência, a que se atinha G. Frege.

Na obra de Kant a discussão das condições da Metafísica como Ciência se relacionou com o estatuto das proposições a que se podia atribuir simultaneamente uma informação factual da experiência e as notas da universalidade e necessidade da relação predicativa. Foi aqui que a investigação do conceito modal do necessário frente ao empiricamente contingente se combinou com a avaliação das doutrinas filosóficas do empirismo cético e do racionalismo dogmático na discussão do alcance metafísico das proposições.

Em uma das fontes mais reconhecidas da Lógica Modal da primeira metade do século XX, que geralmente se identifica com a obra de Clarence I. Lewis, *A Survey of Symbolic Logic* (1918), esteve a necessidade de clarificar o sentido de frases com implicação lógica material, quando a relação entre o antecedente e o conseqüente é formalmente admissível, mas nos parece intuitivamente falsa. Para tentar eliminar a impressão de conseqüências intuitivamente falsas na implicação material, C. I. Lewis introduziu a noção de “implicação estrita” no capítulo V da obra de 1918. Entre outras considerações, o objetivo com a distinção entre implicação estrita e implicação material esteve na necessidade de diferenciar, de um ponto de vista semântico e no cálculo proposicional, entre o que se pode seguir factualmente de premissas e o que se segue do ponto de vista da necessidade lógica. Isto levou-o a conceber cinco valores (“valores de verdade”) para o cálculo proposicional em que se avaliam as condições de conseqüências segundo a implicação estrita e a implicação material - verdade, falsidade, impossibilidade, possibilidade e “necessariamente verdadeiro” (necessidade).

A discussão das modalidades esteve envolvida em questões de discriminação semântica, o que revela como o cálculo lógico não pode evitar os significados da linguagem natural acerca de possibilidade, necessidade, contingência, individuação, etc., no que diz respeito à implicação material, como também no que concerne a operações mentais e lógicas com outros conectores.

Por isso, não pode não ter em conta os aspetos cognitivos e pragmáticos dos problemas modais no uso linguístico não formalizado.

Há estratégias no cálculo lógico que podem conduzir à admissão de um certo número de entidades que seriam rejeitadas no uso linguístico comum, como os chamados *possibilia*.

Para que uma versão dos possíveis seja admitida no cálculo é importante que a sua justificação se desenrole em linguagem natural. Isto faz com que, em matéria de modalidade, o cálculo lógico nunca consiga atingir uma autonomia total em relação ao significado que os modos possuem no pensamento e na comunicação do homem comum com base na semântica dos termos da linguagem vulgar. Há entre a linguagem formalizada da Lógica formal e a linguagem de todos os dias uma interpenetração exemplificada em vários pontos de contaminação semântica. Do mesmo modo, o pensamento em geral constitui uma versão de um pensamento possível de um sistema psíquico individualizado.

O ensaio de redefinição das condições semânticas de avaliação de certos conectores lógicos com base na modalização não evita que surjam novas questões semânticas sobre o que significam termos como possibilidade, atualidade, necessidade, etc. Quer dizer que mais vale admitir as pressuposições semântico-pragmáticas do cálculo lógico a partir da linguagem vulgar, identificá-las e atribuir-lhes um peso nos resultados do cálculo do que imaginar que é viável uma linguagem formal completamente liberta de incertezas e das imprecisões da linguagem de todos os dias. Todavia, identificar, clarificar e atribuir pesos semânticos às pressuposições semânticas da linguagem natural na formal não são tarefas fáceis.

O nosso objetivo não é lógico-formal, no sentido em que não propõe nenhum novo modelo de Lógica Modal.

O que se pretende ao longo desta divisão temática é apresentar um conjunto de ideias válidas para representar a génese das formas modais no dinamismo do sentido psíquico ou comunicativo e não diretamente a partir do significado proposicional de proposições previamente seleccionadas para ilustrar vantagens de modelos lógicos. Para isso é necessário estabelecer alguns contrastes teóricos com ensaios contemporâneos sobre modalidades.



Distinguindo-se de uma investigação da semântica lógica e da semântica da linguagem natural, o foco estará nos sistemas dinâmicos de sentido em que, como se terá ainda de detalhar, as modalidades estão ligadas às escolhas entre as alternativas com que é confrontada a progressão sequencial dos sistemas, assim como com o significado modal da noção de seletividade sistémica.

Isto ficará mais claro na alínea final **2. 8. 4.** Por enquanto, teremos de retomar a discussão da modalidade no seu quadro mais familiar na História da Filosofia, com o intuito de identificar os contrastes.

O problema mais fundo da discussão da modalidade é o de saber que relação mantêm os modos com a existência, sabendo-se que o que existe se dá sempre na atualidade da percepção ou na atualidade declarada em uma proposição pelo pensamento em geral.

As teorias clássicas sobre a proposição como enunciado sobre estados de coisas dizem que dela se pode partir para ir até ao existente, tal como configurado na relação proposicional.

Se a proposição declarativa é como uma régua que se projeta no estado de coisas real para o tornar equivalente ao pensar, o que dizer de proposições que desviam o ser da atualidade, no possível, que graduam o tipo de existente na contingência ou na necessidade? Estes desvios da atualidade da existência (no indicativo copular) ocorrem apenas nas proposições ou têm uma explicação nas próprias coisas? Além disso, os termos nas proposições indicam sempre seres atuais da experiência ou podem apontar, com validade, para objetos irrealis ou impossíveis?

As conceções cognitivas associadas aos modelos de Lógica Modal estão direta ou indiretamente empenhadas em dar respostas a estas questões clássicas, cuja inspiração geral se pode exemplificar nos pensamentos de Aristóteles, de Santo Anselmo ou de Leibniz.

Na Lógica da segunda metade do séc. XX é a Saul A. Kripke que se devem propostas de modelização da Lógica Modal no seu artigo “Considerações Semânticas sobre Lógica Modal” (“Semantical Considerations on Modal Logic”) de 1963, alguns anos antes das propostas de David K. Lewis, no artigo “Anselmo e Atualidade” (“Anselm and Actuality”), datado de 1970, e nos seus livros mais sistemáticos.

Seguindo o modo tradicional de descrever os temas da modalidade, o filósofo Alvin Plantinga voltou a identificar, em um artigo mais recente de 1987, um tópico persistente da tradição lógico-cognitiva sobre modalidades (“Dois Conceitos de Modalidade: Realismo Modal e Reduccionismo Modal”, “Two Concepts of Modality: Modal Realism and Modal Reductionism”).

Sabemos que os chamados realismo e reduccionismo modais têm, ambos, a sua ancoragem na maneira de conceber a relação entre os modos da existência *de re* e *de dicto*.

Se partimos das posições sobre existência *de dicto* apenas nos guiamos pela existência intencional do ideado no intelecto ou afirmado na proposição, que visa um certo estado de coisas. Se a noção de proposição se mantiver neste plano mental do pensamento em geral, nela o estado de coisas afirmado pode ser falso ou verdadeiro, pode ser necessariamente falso ou necessariamente verdadeiro, possivelmente falso ou possivelmente verdadeiro. Mas como ganhamos a dimensão *de re*? O realista modal não desarticula as duas dimensões e vai naturalmente do plano *de dicto* para o *de re*. É o reducionista eventualmente guiado por uma variedade de fenomenismo cético, que põe em causa a naturalidade do vínculo entre as duas dimensões.

A História da intencionalidade, desde as suas fontes no pensamento medieval, nos ensinou a ver no afirmado proposicional alguma coisa com uma existência objetiva traduzida no próprio conteúdo intencional do pensar. Nesta linha da tradição se pôde firmar o conceito de uma proposição

mental distinta da frase verbal ou escrita e tomada como o conteúdo da ideação.

Considerava a tradição clássica, pré-crítica e pré-fenomenológica, sobre a existência intencional, que era aqui que estava já a garantia do ser e, por conseguinte, nenhuma estranheza devia decorrer de se passar de modos *de dicto* diretamente nos estados de coisas reais, pois o pensar e os seus conteúdos são já um tipo de existência, estão no ser.

As proposições que não podem nunca ser falsas são as que se concebem como juízos analíticos. Se representamos de um ponto de vista modal os seus conteúdos podemos afirmar que é analítica uma relação entre conceitos se ela subsistir ou for verdadeira em todos os mundos possíveis. Segundo esta avaliação modal pode concluir-se que o estado de coisas que o juízo analítico exprime é necessário, em oposição a contingente, nele próprio e nos estados de coisas reais, *de re* e *de dicto*.

Recorde-se que a discussão contemporânea sobre o estatuto da analiticidade das proposições, do sintético em oposição ao analítico, com W. Quine, entre outros, fragilizou substancialmente a consequência metafísica do reconhecimento das relações analíticas no plano da necessidade ontológica. Não obstante se ter sempre de diferenciar entre necessidade lógica, metafísica e causal, seria eventualmente pacífica a afirmação de que a verdade pertence às proposições necessárias de um modo essencial.

Ora, o que a tradição que A. Plantinga representa afirma é que a verdade é uma propriedade, ela pode ser essencial ou não e no caso das proposições (comprovadamente) analíticas é essencial.

Consequentemente, deve falar-se em elementos ontológicos das proposições e, se é assim, as modalidades *de dicto* podem ser tidas como expressões de modalidades *de re*. O necessário das proposições analíticas é o caso exemplar.

Ressalvando que o discorrer sobre propriedades se justifica na terminologia desta corrente de Metafísica Analítica, tudo vai depender de se aceitar que a verdade é uma *propriedade* não da proposição, em si mesma, mas uma propriedade em geral, que atravessa o plano *de dicto* e o *de re*.

Continuando os estudos sobre modelos modais, em *Nomeação e Necessidade (Naming and Necessity)*, S. A. Kripke concebeu uma versão da acessibilidade a mundos possíveis, que explicitamente contrasta com as teses de D. Lewis, a quem se atribui uma variedade de realismo modal.

Na obra deste último, o tema das contrapartes de indivíduos ou de propriedades de indivíduos atuais representados em mundos possíveis a partir do que é a conceção de uma possibilidade de um indivíduo da atualidade, é o núcleo da discussão de S. A. Kripke.

O contexto da referência a David Lewis é dado pela lição I de *Nomeação e Necessidade* (1972, 1980<sup>2</sup>, ed. utilizada - 1998), (*Naming and Necessity*) e, aqui, o tratamento das noções lógicas e epistemológicas da analiticidade *a priori*, das verdades necessárias e da certeza. A distinção entre modos *de dicto* e *de re* é lembrada para esclarecer a questão de saber se pode haver propriedades de objetos ou de estados de coisas necessariamente na realidade ou se necessário e contingente são qualificações que apenas surgem através de descrições (Kripke 1998: 40) e são dependentes do uso da linguagem.

A posse de propriedades essenciais, de cuja comprovação a Lógica aristotélica fazia depender as relações de inerência e a avaliação mereológica nos juízos, é uma intuição que ocorre no homem comum e no filósofo. Se é possível acreditar nessas essências, o importante está, para S. Kripke, em descobrir em que uso da linguagem da identidade se fundamenta tal crença.

O que chama “identidade através de mundos possíveis” (Kripke 1998: 42) representa a função assegurada pela linguagem que motivou a fé nas

propriedades essenciais, não tanto como crença naquilo que fazemos com certas palavras, mas nas próprias coisas que “são assim”.

Se é certo que representamos a “identidade através de mundos possíveis” graças à nomeação e aos nomes próprios como “designadores rígidos”, temos de conceber esses mundos possíveis de alguma maneira e dar uma resposta ao problema da viabilidade da conversão de “possibilidade” e “possível” em “existente em um mundo possível”, em mais do que um mundo possível ou em todos os mundos possíveis.

O realismo modal é a doutrina que defende que as representações modais, como a necessidade, afetam as proposições porque são propriedades reais dos seres ou dos estados de coisas afirmados nas proposições.

Pode distinguir-se este realismo modal sobre a necessidade do realismo dos mundos possíveis, concebido inicialmente para representar existencialmente o possível e não o necessário, tal como foi advogado por D. Lewis, embora entre ambos os tipos de realismo haja um fundamento comum na tese de que a modalidade, do necessário ou do possível, se existe como ser pensado, tem essa mesma existência mental como uma propriedade ontológica direta.

A definição de S. Kripke de que “um mundo possível é dado pelas condições descritivas que associamos a ele” (Kripke 1998: 44) é neutra do ponto de vista existencial. Não diz que os mundos possíveis são.

No exemplo do autor “Hoje dei esta lição, mas outra coisa diferente podia ter ocorrido” sublinha-se dois aspetos da noção de “podia ter ocorrido”. Um primeiro aspeto é o do ponto de partida da acessibilidade ao mundo possível e relaciona-se com o que, no enunciado inicial, posiciona o ângulo da nossa investigação sobre as possibilidades em aberto. Um segundo é o que identifica o alcance do nosso acesso ao tal mundo possível.

Habitualmente, de alguém afirmar que “Hoje dei esta lição, mas outra coisa diferente podia ter ocorrido” se segue que o locutor se colocou frente a uma

descrição de um estado de coisas e tem de tomar essa descrição para, mediante o seu conteúdo, aceder ao que podia ter ocorrido de diferente. O segundo aspeto do alcance do acesso ao possível só pode ser encarado a partir do primeiro.

A falta de exame dos dois aspetos levou a crer que ao se falar de “mundos possíveis” se estava a espreitar para o possível por algo de equivalente a um telescópio. Contra isto nos adverte que os mundos possíveis não se avistam de telescópio nem podem ser encarados como países distantes (Kripke 1998: 44).

Ora, é daqui que resulta uma convicção que pode ajudar a distinguir a abordagem de S. Kripke e de outros das várias versões realistas sobre a possibilidade, entre as quais a de D. Lewis ou a de A. Plantinga. Essa tese diz que “mundos possíveis são estipulados, não descobertos”.

Nas notas 13 e 14 da Lição I de *Naming and Necessity* o autor discutia as ideias de D. Lewis sobre a existência de contrapartes de indivíduos atuais em mundos possíveis e sobre a própria existência destes mundos.

“Humphrey teria ganho a eleição, se tivesse feito tal e tal” explica-se no possibilismo existencial de David Lewis da seguinte forma. Humphrey do mundo atualmente existente,  $w$ , mantém uma relação de semelhança com Humphrey<sub>1</sub>, de um dado mundo possível  $w_1$ . No mundo atual Humphrey perdeu as eleições. Mas é possível que Humphrey<sub>1</sub>, como contraparte de Humphrey, no mundo possível  $w_1$ , tenha feito “tal e tal” e, em consequência disso, ganho a eleição. Então, é verdade que no mundo possível  $w_1$  Humphrey<sub>1</sub> ganhou a eleição.

As descrições de estados de coisas em  $w_1$ , que sustentam coerentemente a possibilidade de “ganhar as eleições”, traduzem o que é necessário pressupor para representar o estado de coisas de Humphrey<sub>1</sub> a ganhar.

São estas suposições existenciais e, adicionalmente, a tese do isolamento causal dos mundos, que S. Kripke considera “bizarras” e facilmente evitáveis se a via for a da possibilidade por estipulação.

A crítica a esta forma de realismo modal prossegue indiretamente com a demarcação relativamente aos autores que pretendem descobrir critérios inequívocos da identidade entre-mundos (*transworld identity*). Para S. Kripke a identidade entre mundos pode ser constatada no uso dos designadores rígidos, que precisamente têm essa função na linguagem.

Sendo assim, a identidade não é a permanência de uma substância com qualidades atribuídas entre mundos, fragmentada em tantas contrapartes quantas as qualidades deixadas em aberto na proposição atual (Kripke 1998: 53).

A consideração da hipótese de ter de representar mundos consistentes, existentes e paralelos, segundo isolamento causal, para poder receber contrapartes coerentes, na perspetiva mereológica, leva-nos novamente ao segundo aspeto do tema da acessibilidade, anteriormente referido. É então que S. Kripke recorda que a possibilidade não é usada com este sentido na linguagem comum nem é tolerável ir tão longe no acesso ao possível. As questões que colocamos relativas à identificação contrafática de objetos não começam nem acabam em mundos totalmente consistentes na sua composição mereológica. Podem referir-se somente ao próprio objeto considerado isoladamente.

Um facto que poderia ir a contragosto do realismo modal nos seus diversos graus estaria na afirmação de que não se concretiza a ligação *de dicto* com *de re* sem ir pelos modos *de dicto*, seguindo-se uma preponderância da função linguística sobre a ontologia. Esta ideia pode ser concluída de *Meaning and Necessity*, quando o seu autor nos diz: *nós começamos com os objetos que possuímos e podemos identificar no mundo atual. Podemos*

*então perguntar se certas coisas poderiam ser verdadeiras de tais objetos* (Kripke 1998: 53).

É contra esta versão fraca, estipulativa, da ontologia da possibilidade ou do alcance do acesso linguístico ao possível, que vai a prévia caracterização existencial do dizer proposicional no realismo da tradição. O realista diz que o conceito de existência tem de ser assumido concomitantemente com o conceito de algo concebido, equivalendo à tese da identidade - ser existente é ser concebido, porque o ser concebido *existe* como tal.

O estatuto da existência intencional e as transgressões que ela possa autorizar do plano discursivo para o ontológico foi demasiado discutido na História da Filosofia moderna, particularmente em redor do valor da chamada “prova ontológica”, para poder ser integrado sem reservas e, no entanto, é essa aceitação implícita que ainda ocorre em autores tão precavidos como Nicholas Rescher.

Este filósofo, em um trabalho sobre a “Ontologia do Possível” (“The Ontology of the Possible” 1973, 1979), começava por identificar dois sentidos do possível, um actualizável e outro inactualizável, este próximo das “não-entidades” ou “coisas negativas”, etc., para seguidamente referir que as dificuldades inerentes a estas distinções apontavam para a solução do problema tradicional da diferença entre modalidades *de dicto* e modalidades *de re*.

O contraste conceptual dos dois possíveis não é, de início, muito claro e é na prática inviável no plano *de dicto*, em virtude da inacessibilidade óptica da possibilidade. Porém, é isso precisamente que lhe serve para sustentar que os possíveis não-atualizados têm um tipo de existência essencialmente intelectual. Usa, pois, a noção de existência para o que é mentalmente concebido.

Daqui decorre que os possíveis são dependentes de estados mentais e que estes existem e podem receber caracterização ontológica.



Frente ao campo da possibilidade, assim definido como “dependência mental”, abre-se o que se define como atualidade. Esta é subdividida nos “estados de coisas” no mundo (enquanto subsistentes) e no pensamento sobre esses estados de coisas. Este último possui, também, “atualidade”. Mas ao referir a atualidade do pensar seguindo a intuição vulgar de quem pensa um estado de coisas o pensa “agora” há várias categorias combinadas, uma delas é a do presente e a, outra, é a da existência. Atual é o presente que se converte em sede da existência no é copulativo. Nada se pode conceber de mais tradicional.

As representações de seres imaginários inexistentes não podem configurar um estado de coisas. Portanto, o conceito destes possíveis não-existentes acaba por significar o impossível, na aceção em que é algo incapaz de atualidade. N. Rescher continua a preferir chamar-lhe possibilidade, pelo facto de a sua existência pertencer ao plano do pensamento.

Da tese de que a possibilidade tem uma existência na esfera dos pensamentos encaminha-se para as diversas atitudes proposicionais como variações dessa existência como crer em..., imaginar que..., desejar algo..., etc. Ao colocar o possível em articulação íntima com as formas da existência intencional se explica por que diz que o possível tem a tal “dependência mental” e também por que rejeita o realismo modal extremo.

Ser dependente da mente não tem aplicação somente nos casos dos possíveis inatualizáveis. Também se pode aplicar ao possível na evolução de um ser, como se diz na terminologia da potencialidade da Filosofia Clássica, em que a potência está para o ato como a possibilidade para a atualidade. A possibilidade é retratada nestas variedades ou graus ao ser contrastada com a atualidade. O atual como ser presente é a régua que mede os graus do possível, mesmo os possíveis mentais.

A justificação da doutrina sobre a dependência mental da possibilidade evolutiva encontra-a N. Rescher no conhecimento das leis da natureza que, também ela, é de um tipo mental ou nomológico.

O enunciado das leis da natureza não só está relacionado com o alcance cognitivo da mente, mas também com a linguagem da ciência. Então, a tal régua que imaginámos a partir da atualidade para medir o tipo de possibilidades, com que em cada caso nos defrontamos, atravessa o terreno mental e linguístico. Este último é representado pelo conjunto de hipóteses e mecanismos descritivos mobilizados pela Ciência nos seus enunciados sobre estados de coisas.

É só então que se concretiza o que N. Rescher entende por “dependência mental das possibilidades”, ao dizer que o possível depende dos processos concretos que a mente usa para indicar e descrever os estados de coisas atuais, em que a possibilidade é concomitantemente configurada.

Defendemos que embora tal não tenha sido investigado na tradição da gnosilogia, o desafio está em avaliar se a atribuição à mente de existência é rigorosa.

A tradição clássica sobre existência mental não avaliou o psiquismo como processo, mas como estado.

Aqui, o duvidoso está na atribuição de existência às representações mentais, à luz do que se conhece da frase predicativa, e servir-se dessa mesma estipulação para descrever o pensamento como existência assim como coisas existentes no pensamento.

### 2. 8. 3. Mundos possíveis habitados

Graças ao mesmo postulado da existência em geral aplicado ao pensamento e ao ser pôde D. Lewis sustentar o seu realismo modal sobre mundos possíveis, com uma radicalidade notável e engenhosa.

O seu ponto de partida foi a constatação que o mundo poderia ter sido de muitos outros modos, para além da forma atual, que conhecemos e em que habitamos.

A doutrina modal de D. Lewis foi qualificada por muitos de “realismo modal” e em certos casos interpretada como realismo modal extremo (Robert Stalnaker). Com isto se pretende que o alcance de realidade das propriedades modais coincide com os mundos em que os estados de coisas representados com base nessas propriedades se consideram subsistentes.

O autor de *Sobre a Pluralidade dos Mundos, On the Plurality of Worlds* (1986, 2001) exige que os seus mundos possíveis sejam tomados à letra e entendidos como coisas, embora numa aceção especial de coisa, no sentido em que possuem uma consistência interna idêntica à que atribuímos ao mundo da atualidade. Os mundos possíveis não diferem do mundo atual na qualidade de “mundo”, mas somente no que ocorre dentro de cada um deles.

A leitura do artigo de David Lewis sobre “Anselmo e a Atualidade” (1970) esclarece muitas dúvidas sobre o ponto de partida do que o filósofo desenvolveu mais tarde sobre os “mundos possíveis” em *Counterfactuals* (1973) e em *On the Plurality of Worlds*. Segundo aquele artigo, os argumentos com base em premissas modais, tidos por confusos, ganham em clarificação se forem traduzidos para premissas declarativas normais sem modalidades. Se o ganho em clareza implicar a redução semântica, esta deve então ser procurada.

O capítulo II do *Proslogion* de Santo Anselmo, em que germinou o que se chama “prova ontológica” da existência de Deus, constitui um bom exercício para a redução do discurso da possibilidade à existência em mundos possíveis. É pelo menos assim que relemos a interpretação de D. Lewis sobre este clássico, no mencionado artigo.

A “prova ontológica” pode vir em auxílio de tal redução semântica, ao tornar viável a amplificação da existência concebível em existência real. Uma vez que um ser possível é um ser concebido, pelo mecanismo da prova ontológica se pode amplificar o possível concebido em existente real, desde que se indique em que situação existencial ou mundo tal se concretiza. No termo da redução, no lugar de um possível concebido vamos ter um existente que existe segundo a possibilidade concebida.

O argumento do *Proslogion* é reconstruído pelo nosso autor da seguinte forma.

1. “O que existe no entendimento pode ser concebido como existente na realidade”.
2. “O que existe no entendimento será mais perfeito se também existir na realidade”.
3. “Algo existe no entendimento de tal modo que nada pode ser mais perfeito”.

*Ergo* - “Algo existe na realidade tal como o que no entendimento não pode ser mais perfeito” (*sic*).

Os mundos possíveis de D. Lewis são mundos concebíveis, pois expressamente indica que aqueles possíveis que não podem ser concebidos se devem pôr de lado (Lewis 1970: 177).

Tal como D. Lewis desenvolve o argumento de Anselmo o predicado da perfeição não é de início retomado para demonstrar a existência de mundos possíveis. O que importa é, primeiramente, reter a viabilidade da conversão

do possível em concebível em mundos possíveis, a que se atribui não um estatuto semântico modal, mas existencial pleno.

A perfeição é invocada na análise da segunda premissa do argumento, 2., para concluir que um ser concebível é maximamente tal se a sua existência for incluída no mundo em que ele é possível.

A análise de 3. envolve a comparação hipotética entre graus de perfeição, que D. Lewis aproveita para introduzir a diferença entre o mundo possível atual e outros mundos.

Embora se compreenda que o intérprete não seja sempre fiel a Anselmo, há a questão de saber o que se entende por “existência”.

O termo existência é definido como “uma relação entre seres e mundos” (Lewis 1970: 177).

Afirma-se, com base nesta definição, que alguma coisa  $x$  pode ser num mundo  $w$  por manter com esse mundo a relação de existência e não ser em outro mundo  $w_1$  por não manter essa relação com este mundo.

Assim se começa a concretizar o projeto de quantificar em mundos possíveis o que era concebido como tal no entendimento ou pensado como possível.

Uma objeção habitual é a que se encontra em Kant, a respeito do “argumento ontológico”, contra a conversão da existência em predicado.

Outra, é a que decorre da crítica de B. Russell aos objetos de A. Meinong, que afeta, em geral, a admissibilidade de objetos não redutíveis ao conhecimento empírico. Outra ainda, é a que considera que o nosso filósofo não foi convincente na demarcação entre o possível e o impossível nas conceções do entendimento, como é o caso entre “cisne rosa” e “quadrado redondo”. Mas deixemos de lado estas conhecidas objeções.

O conceito de atualidade é definido tendo em conta o caráter indexical do uso dos termos (Lewis 1970: 184). É atual algo que se possa reportar ao momento presente da enunciação.

O autor entra em detalhe para identificar os índices do “momento presente” no uso de expressões como pronomes pessoais, “aqui”, “agora”, “isto”, a presença de um auditório definido, atos de apontar e elementos equivalentes na referência à situação espaço-temporal do locutor.

Sendo a atualidade o que resulta da indexicalidade, não é retirada aos outros mundos a capacidade de virem à expressão. É daqui que decorre a ideia de que esses mundos, tal como o atual, possuem habitantes. A única diferença é que o atual é marcado sempre que o tempo se define como “presente”. Ora, a atribuição de existência ao possível não teria de envolver a atribuição de muitos presentes aos vários existentes? Se os mundos possíveis possuem habitantes, para estes últimos há outros presentes, tantos quantos os mundos, definidos pela instância da enunciação sobre os respetivos mundos.

A ser a indexicalidade o critério do atual e se os outros mundos possuem habitantes, então cada mundo possui o seu presente e, aliás, o seu tempo. Por que deverei eu resumir ao meu eu situacional a única fonte possível da indexicalidade do discurso, “aqui e agora”?

Do facto de que me conheço situacionalmente como o meu próprio eu familiar, “aqui e agora”, não se conclui que o mesmo não ocorra para qualquer *alter-ego* definido como o seu próprio centro situacional num contexto de enunciação.

Há razão ao dizer que  $p$  - “este é o mundo atual” é verdade sempre que enunciado num mundo possível (Lewis 1970: 186). Todavia, não se entende que se tenha de afirmar que é falso que  $q$  - “todos os mundos são atuais”, enunciado em qualquer mundo.

A primeira proposição é um enunciado com valor performativo, enquanto a segunda é descritiva. O que o comentador de Anselmo teme é que se possa perder o valor indexical do presente com referência ao tempo, quando se

sustenta que há uma pluralidade de atuais e, com isso, “a grande diferença entre o mundo atual e os outros mundos se desvanece” (Lewis 1970: 187). Pensamos que não é isso que deve ser reconhecido em consequência da tese sobre a pluralidade dos mundos se desenrolar a partir de pressupostos existenciais. Admitir que existem mundos possíveis e que o atual se define pela indexicalidade na qual o presente do tempo é posto, é implicar que desde que a enunciação seja um facto existe atualidade.

O mundo possível abandona a inatualidade para se atualizar sempre que um locutor mobiliza a estrutura do endereçamento do discurso.

Centrar este presente da locução no meu presente é conveniente na minha representação da minha atualidade, é certo. Ora, com isto eu não posso negar que uma infinidade de outros atos ocorre no presente em que agora escrevo, mas sem mim, e que muitos outros ocorreram e ocorrerão comigo e sem mim.

Modificando a versão de D. Lewis para os mundos possíveis assim se obteria um ocasionalismo pluralista da atualidade, frente ao qual se situa a possibilidade como não-atualização. Ainda assim, será necessário saber com que critério se fica para medir a não-atualização.

Na nossa maneira de ver, só a comunicação permite responder à diferença entre a minha atualidade e outras atualidades e entre a atualidade em geral e a não-atualização.

Para esta última distinção é preciso passar do tempo psíquico que mede o valor, para mim, do presente da interlocução, para o tempo da comunicação, que mede o presente do que é enunciado frente ao não-enunciado, em geral, tendo em conta condições de acessibilidade aos atos de enunciação, que estão a ocorrer.

D. Lewis considerou existirem vantagens no seu realismo modal para a avaliação e quantificação modal de proposições e objetos proposicionais, com valores de verdade. Assim, se admitimos a pluralidade dos mundos,

então a necessidade *de dicto* se traduz em que uma proposição é necessariamente verdadeira se o correspondente estado de coisas se verificar em todos os mundos possíveis. É possível se se verificar em pelo menos um mundo, mas não em todos. É atual se se verificar no mundo habitado por nós. É impossível se não se verificar em nenhum dos mundos. Para além dos problemas modais relativos a mundos se abrem ainda as questões sobre os seres singulares e a avaliação da possibilidade, necessidade e contingência em indivíduos ou propriedades de indivíduos.

A teoria sobre as contrapartes é uma correção mereológica ao pluralismo dos mundos entendidos como todos e um ensaio de conceber a possibilidade aplicada a indivíduos como partes desses mundos possíveis.

De certo modo é um reducionismo modal, que consiste na ideia de que para indivíduos ou para certas propriedades de indivíduos admitimos mundos possíveis sempre que nos é necessário conceber como se comportaria uma propriedade possível de um objeto do mundo em que nós habitamos se a sua existência tivesse de ser coerentemente concebida tendo em conta o que sabemos sobre essa possibilidade.

Há diversas questões que podem ser colocadas a respeito do significado da contraparte. Uma delas é a de perceber se a admissão de uma contraparte de um objeto num mundo possível interfere com todos os outros objetos e estados de coisas nesse mundo possível. Podem apontar-se aqui sérias dificuldades e S. Kripke, entre outros, afastou a utilidade de articular dessa maneira a identificação de indivíduos através de mundos possíveis.

A noção inicial da teoria dos “mundos possíveis” é a de que o mundo poderia ter sido de outro modo e de muitos outros modos diferentes do mundo atual. Nisto se estriba a convicção de que os possíveis são, pois são concebidos. A estranheza de uma tal crença diminui um pouco com o recurso à quantificação existencial. Não sendo impedido de aplicar o quantificador existencial de forma irrestrita a qualquer objeto de



pensamento, é este uso que permite compreender que “um tal *x*” possa existir em um dos mundos possíveis. Só a restrição da aplicação do quantificador existencial ao mundo da atualidade é que teria consequências eliminatórias quanto à atribuição da existência a objetos em mundos possíveis. A interpretação realista de “um tal *x* pode existir” modifica esta frase em “um tal *x* é habitante do mundo possível no qual ele é”. Converte-se o poder ser em existência no mundo da possibilidade e assim também se procede relativamente a predicados de indivíduos, que se concebiam na forma hipotética de coisas que poderiam ter sido.

Até que ponto ir na configuração existencial plena dos mundos possíveis para representar o comportamento irreal de contrapartes é um tema de economia da teoria modal.

Do nosso ponto de vista, as contrapartes nos mundos possíveis só interessam porque há observadores, atuais, para elas e são estes que traçam a linha separadora entre o atual e o possível para as contrapartes de indivíduos concebidos na irrealidade, não podendo esta distinção ter outra origem.

Na diferença entre o plano *de dicto* e o *de re* se revela a que se traçou anteriormente entre observação I e observação II. Trata-se de dois domínios de estipulação em que aquilo que define uma possibilidade real frente a uma possibilidade do discurso depende do alcance cognitivo de teorias, nomeadamente da teoria física do campo correspondente.

A observação I forma o domínio das possibilidades discursivas sem disparadoxizar a autorreferência dos observadores e, nessa medida, o seu campo modal depende da estrutura das seleções sequenciais do alcance cognitivo destes últimos nas suas estratégias de conhecimento e de ação. Só a observação II, mediante estipulação teórica pode, sempre de um ponto de vista sintético *a priori*, indicar as possibilidades *de re*, que podem estar coordenadas com os possíveis *de dicto* e, por conseguinte, validar para

contrapartes os possíveis que podem vir a ser atualizados frente aos que não podem. O valor *de re* das modalidades só pode ser obtido por via da estipulação teórica hipotética, orientada de um ponto de vista nomológico, o que não significa que nos vários mundos dos observadores I não sejam constantemente geradas e destruídas as mais diversas apostas modais para dar significado a inferências irrealis de um tipo não teórico.

O mundo poderia ter sido de modos diferentes de ambos os pontos de vista (I e II) e, por conseguinte, a variação modal no campo irreal é muito mais espessa do que se teria de supor baseando-nos apenas num único modelo de observação e na noção de um mundo sem comunicação.

O que sustentámos dá significado à insistência na multiplicidade dos possíveis por David Lewis. Mas modifica-os, profundamente, para os reinterpretar numa teoria da informação e da comunicação.

## 2. 8. 4. Modos sem existência

No trabalho citado de Nicholas Rescher há uma ideia motivadora, a que importa regressar neste ponto, que surge quando afirma que a possibilidade depende dos processos concretos que a mente mobiliza para chegar a certos resultados cognitivos.

Convém ler bem o que aqui se está a sugerir para caracterizar o significado de dependência e dependente. Na parte final da sua doutrina sobre Ontologia da Possibilidade, na compreensão da dependência mental, a tónica vai para o processo mais do que para um nexos quasi-causal (no limite, mecânico) entre algo que *está* na mente e a existência objetiva do estado de coisas, extramental. À dependência em sentido processual e ao tipo de possibilidade dela decorrente chamava o autor “possibilidade funcional” (Rescher 1979: 175). Esta referência ocorre quando finalmente se trata de saber como se regula a avaliação dos estados de coisas atuais, para poder definir atualidade.

Na Ciência, a avaliação da atualidade é *dependente* não já da “mente”, mas de funções cognitivas e de processos, sendo que um processo é sempre algo de mais espesso quanto aos elos de conexão dos antecedentes com os consequentes do que a ligação causal dual causa-efeito das intuições do homem comum sobre regularidade empírica.

Além do que se passa na Ciência, a consideração dos atos concretos reais do pensar, do afirmar, crer, imaginar, etc., das chamadas “atitudes proposicionais”, só torna mais evidente a moldura funcional, espessa e diversamente conectada, em que se desenvolve a conceção das possibilidades e a sua diferenciação frente ao atual.

Ora, função e processo pertencem a um espaço semântico e terminológico diferente do ser e da existência. Daqui resulta a imprecisão conceptual da descrição da “dependência mental” dos modais em N. Rescher e a

necessidade de passar para uma outra forma de considerar a possibilidade em sentido funcional.

A mudança para a função e o processo implica que os modais tenham de ser descobertos no movimento dinâmico, que só a disposição sequencial dos sistemas permite enquadrar, mas onde a existência é uma variável dependente.

Que significa dizer que as modalidades são “mentalmente dependentes”? A resposta vemo-la nós em três direções principais (**A, B e C**), uma vez aceite o princípio de que algum centro de acesso à possibilidade se tem de admitir, em concordância não apenas com N. Rescher, mas também com um grande número de autores.

**A) A Disposição operatória de atitudes proposicionais densas de um ponto de vista modal relativamente a proposições** - O que se pretende com possibilidades *de dicto* são estas formas modais geradas na dependência do pensamento concreto de sistemas psíquicos reais, expressas em frases, mas cuja finalidade não pode ser reduzida à expressão existencial do pensar ou ao ser desse pensamento.

As atitudes proposicionais como crer, imaginar, desejar, etc., têm um lastro psicológico mais denso do que a face que as volta para a intencionalidade do dito proposicional. Nelas se produzem demarcações modais ainda não orientadas para o conteúdo existencial expresso, mas que têm valor para a propulsão do meu sentido psíquico e de um número indeterminado de outros sujeitos, que acedem a essas dimensões. É na relação com o sentido psíquico pré-proposicional que as atitudes têm de ser primeiramente avaliadas, consoante o que asseguram seletivamente para fazer prosseguir sequências psíquicas mais variadas que as proposições. O seu valor operatório e a sua funcionalidade consistem na atribuição de relações de condicionalidade entre certas vias eleitas na associação psíquica e outros estados psicológicos e comportamentos, como aquelas que facilmente se

descobrem entre imaginar, acreditar e agir. Perceber o sentido psíquico não-verbal, mas semiótico, que se desenvolve nas linhas sequenciais, condicionais, que conduzem das atitudes e antecipações de conteúdos de atitudes às proposições propriamente ditas, é uma tarefa de clarificação do que ocorre entre informação e sentido verbal. Muito do que é o caráter concreto das variações modais do sentido psíquico ficaria por expor sem esclarecer este domínio.

Julgou-se que o significado dos modos estava no valor de verdade modal que se podia atribuir a objetos como “montanha de ouro”, “unicórnio”, “amanhã chove” em proposições. Propomos, agora, que o significado destes objetos depende de uma mais rica propulsão mental do sentido psíquico, que aquela que se pode resumir a valores de verdade retidos por contraste com a verificação empírica em frases portadoras de valores aléticos existenciais.

**B) A Pluralidade de centros de diferenciação modal** - O argumento subjacente em N. Rescher afirma que as diferenças modais estão associadas a um centro diferenciador modal, a que se chama mente ou sujeito.

Ora, não há qualquer argumento definitivo, descontando o solipsismo, para afirmar que só há um tal ponto diferenciador modal, uma só mente ou um só sujeito.

Se levamos a sério a naturalização do sujeito dos estados mentais, associada ao afastamento do sujeito transcendental e à implícita rejeição do solipsismo, temos de postular um pluralismo de sujeitos e de centros diferenciadores. Não há outra saída para a tese do sujeito naturalizado.

Em consequência, a responsabilidade pela diferenciação modal, segundo a “dependência mental”, não pode já ser atribuída ao único sujeito transcendental que, na função de representar o pensamento em geral e o ser ôntico-predicativo em geral, herdou parte das características do pensar divino da tradição medieval.

Também o sujeito da ciência não pode ser um substituto credível do eu transcendental, pois isso seria não atender aos mecanismos comunicativos que formam a suposição de pensamentos ou proposições científicas e não incluir a Ciência nos sistemas de comunicações responsáveis pelas provas inferenciais dos pesquisadores.

Assim, a tese da dependência mental significa situar pontos diferenciadores modais, segundo um pluralismo de sistemas psíquicos dotados de um dinamismo efetivo, e não apenas concebido se, de facto, esses sistemas devem ser tomados como expressões de vidas psíquicas reais e não de um único ponto, artificialmente representado.

Traduzida segundo este prisma pluralista dos centros diferenciadores modais a teoria da dependência mental tem de ser novamente articulada.

**C) O Realismo modal como realismo sobre possibilidades na comunicação -**

Na medida em que se exprimem em frases, as atitudes proposicionais são propostas de diferenciações modais feitas a outrem, que pode não as assumir logo num plano alético modal, segundo avaliação lógica. A proposta contida em “o Everest é uma montanha de ouro” ocasiona no recetor consequências nas suas vivências psíquicas, independentemente de ser avaliada nas suas condições de verdade. Há alguma razão para não referir estes efeitos comportamentais, cognitivos e interpretativos e considerar apenas o que resulta da avaliação alética ou da quantificação existencial em “mundos possíveis”? A resposta é negativa.

A pergunta apropriada deve então consistir em: *como se produz e o que decorre de uma demarcação modal?* A pergunta estará no lugar de esta outra: *um ser possível pode ou não ser?*

A importância que o pragmatismo atribuiu às “consequências práticas” dos pensamentos facilita esta substituição e torna-a relevante.

Além de fomentar novas associações de sentido, a proposta a outrem de possíveis *de dicto* expõe os meus próprios pensamentos a recusas ou

aceitação da mensagem. Recusar ou aceitar é, em si mesmo, uma combinatória de possibilidades e uma nova fonte de perturbação para o que eu vier a produzir psiquicamente, em consequência disso.

Aqui se forma uma produtividade modal com consequências em muitas direções, consoante os participantes, que constitui um dos planos daquilo que define a comunicação.

Se for concretizável a computação do espaço modal emergente das diversas diferenciações modais dos sentidos psíquicos que decorrem do aceitar e do recusar das propostas de configuração do espaço modal da comunicação, então ter-se-á uma noção sobre possibilidades que *realmente existem*, aí.

Deve ser claro que, relativamente ao domínio modal da comunicação, cada participante se encontra sempre já lançado nas possibilidades abertas para o seu aceitar e recusar propostas para as suas próprias vivências psíquicas e ações. Há neste âmbito uma combinação entre fáctico e não-fáctico, entre imposto e livre, que revela o significado do possível atualizável frente ao não-atualizável. Não há uma via mais esclarecedora que esta para mostrar o que são modalidades que podem contar como *de re*, segundo a expressão tradicional.

Se, por outro lado, falamos em possibilidades em sentido científico (*de re*) teremos sempre de associar a proposição que propõe a possibilidade ao estado da teoria física do domínio respetivo.

Pode dizer-se que este já não é um programa para uma teoria lógica das modalidades, mas sim para uma Teoria e História da Ciência.

Concretizemos agora, com mais detalhe, a direção **A**.

Se foi na História da Lógica que se viu a importância da modalidade para garantir uma proximidade entre os resultados do cálculo proposicional alético e a linguagem natural, não em virtude de defeitos nesta, mas de falta de exatidão naquele, este limite se revela permeável dos dois lados e ainda mais se reconhecemos a tal “dependência mental”.

A Lógica tem de se defrontar com este limite instável ao considerar o que ela pretende no plano formal para os seus cálculos sobre proposições, em que a posição de existência do *é* copular continua determinante, e o que tem de manter da experiência natural nas vivências psíquicas e na linguagem vulgar como evidência do seu realismo. Tal é a negociação difícil de toda a História da Lógica, nomeadamente da Lógica do século XX, em que o *puro* se defrontou sempre com o *psicológico* sem o poder vencer.

Um aspeto difícil nesta negociação está no facto de que todas as atitudes proposicionais repousam sobre um dinamismo psíquico que cria modalidades ao gerar seleções nas suas sequências. O princípio das modalidades reside, aqui, na orientação seletiva das operações (atuais), segundo um *isto em vez daquilo*, que ocorre em todos os sistemas dinâmicos, mas a que os sistemas psíquicos de humanos atribuem um sentido.

A geração modal ocorre logo que em sequências psíquicas, sejam elas motoras, sensoriais, de pensamento ou relativas a atitudes sobre representações se cria um significado para uma mudança de estado, significado esse que pode equivaler apenas à própria mudança de estado.

Os significados atribuídos a mudanças criam distinções que se traduzem em algo no lugar de outra coisa, sobre o que se podem edificar significados proposicionais, mas que inevitavelmente se têm de descrever em redor da negação - esta via e não aquela ou não aquelas.

Na perceção, a atenção polarizada dá o melhor exemplo desta seletividade.

A negação tem uma relação psicológica íntima com a antecipação, a memória e a reflexão sobre condições de operações ulteriores, todas nos fundamentos do que chamamos condicionalidade prática. Negação, memória, antecipação e formas condicionais são fontes significativas da criação de modalidades.



A negação devia estar entre os primeiros operadores modais, de que resultam significados dinâmicos como o da negação exclusiva ( $N_e$ ) ou o da negação inclusiva ( $N_i$ ) ou possibilidades rejeitadas e possibilidades virtualizadas.

Da negação exclusiva ( $N_e$ ) nascem as possibilidades inatualizáveis dos lógicos e da negação inclusiva, virtualizadora, surge a possibilidade do poder ser evolutivo, o ainda não que pode ser no desenvolvimento de alguma coisa.

A negação exclusiva é com frequência traduzida na disjunção. No entanto, esta conserva da dupla forma da negação a dupla face da disjunção inclusiva e exclusiva. No sentido psíquico,  $N_i$  é revelado na capacidade psicológica de pôr disposições práticas em reserva, nomeadamente as que se vão exprimir em atitudes proposicionais. Pôr em reserva nada tem de “existencial”. Do mesmo modo, na seleção, a diferença entre pôr em reserva e negar na aceção de  $N_e$  não se reflete em nenhuma existência. Se trocamos seletividade por negatividade percebemos que nunca estivemos perante a posição de existência no encadeamento das operações psíquicas.

Perceber como os sistemas dinâmicos articulam os seus elementos graças à negação para dar valores a seleções em sequências, é compreender que a posição de existência é uma consequência da variação modal e não a modalidade uma variação em redor da posição da existência proposicional. Este ponto é decisivo no nosso argumento sobre modalidades.

Para atribuir um valor ao que foi virtualizado na negação inclusiva ( $N_i$ ), como núcleo de possibilidades, é necessária memória. A memória é, talvez, o conceito mais importante numa descrição das possibilidades virtuais, daquelas que podem ser. A conversão mnésica do virtualizado e a sua disponibilidade para o processamento ulterior de estados do sistema desenrola-se entre informação e sentido e requer, por conseguinte,

independentemente do que vier a surgir na frase predicativa, a avaliação do estado informacional do sistema pelo próprio sistema.

Na medida, porém, em que, para prosseguir, o sistema depende da constante regulação de  $N_e$  face a  $N_i$ , é ainda da memória do sistema que se espera a distinção entre o possível e o impossível. Não foi por acaso que se atribuiu à memória associativa a responsabilidade pelas combinações raras entre objetos que povoam a imaginação e a ficção, como a “montanha de ouro”. Formados em séries de sentido psíquico, estes objetos ilustram como o excluído segundo  $N_e$  pode, não obstante a pressão da disjunção exclusiva, resistir à exclusão e formar a impressão do impossível no possível.

Dizer que “montanha de ouro” tem uma existência intencional é, evidentemente, torturar a semântica de “existir” e de “existência”. Ela aparece-nos na realidade concreta do sentido psíquico como um fruto da memória associativa e dos seus níveis de acesso às vias negadas e às afirmadas na corrente associativa.

Sem ingressar no duplo valor da negação e na própria distinção entre  $N_e$  e  $N_i$  não se pode entender o nexos entre atualidade e possibilidade, na inferência de alternativas que poderiam ter sido no lugar do que é no fluxo da associação psíquica.

Apenas com recurso à frase predicativa o que há é um presente afirmado de tal ou tal maneira sobre tal estado de coisas. É frente a este estado de coisas que se podem traçar os possíveis ou é dele mesmo que se pode dizer que é um estado de coisas possível, tendo sempre só em conta o que é dito na proposição. Aqui, só há esses possíveis que foram libertados pela negação inclusiva, no momento *atual* do juízo.

“A montanha de ouro é de mel” não existe ou existe num mundo possível em que se puder representar um ser existente com as propriedades “de ouro” e de “mel”. Eis as alternativas em que as modalidades se podem configurar, com base no predomínio da existência judicativa e intencional.

Mas é isso que a frase sobre uma montanha de ouro e mel significa? É aí que reside a sua força modal?

Frases como essa têm como única razão de ser desbloquear na memória associativa o campo do (até agora) negado e esperar que daí decorram consequências para um intérprete. Em grande medida, é este o papel da ficção, da Arte e da Literatura.

É inegável que se pode fazer uma avaliação lógica sobre o significado existencial de “A montanha de ouro é de mel”. Pode seguir-se uma via russelliana de eliminação por descrições definidas de possíveis factualmente inviáveis, negar que nesta proposição se possa falar de existência e exigir a eliminação destas frases da investigação lógica. Pode seguir-se uma outra atitude mais tolerante para com os possíveis ou mesmo a alternativa de A. Meinong. Se nas soluções predominantes na História da Lógica do século XX o foco esteve na posição de existência, evidente na semântica de superfície da frase, o valor informacional associado à proposição perdeu-se.

O campo modal da possibilidade fica assim dependente da posição de existência proposicional formado na memória acessível do sistema psíquico do locutor e gravitando, preferencialmente, em redor do mundo da existência física da percepção *standard*.

Como pressentiu o realismo modal sobre mundos possíveis consistentes para certas contrapartes do mundo atual, o campo total da possibilidade continua a *poder ser* colateralmente apresentado em qualquer frase sobre objetos percebidos. Mas viu mal em que é que se podia fazer a ligação entre o objeto atual e a contraparte. Acrescentamos que isso é assim porque para a contraparte imaginária aponta a memória da negação inclusiva e ainda o que puder vir ao caso da negação exclusiva nas múltiplas interpretações da proposição e ainda nos efeitos práticos da proposição nos seus recetores.

Tem de se sublinhar que nem o campo total da possibilidade colateral e muito menos o alcance da negação exclusiva na relação dinâmica com  $N_i$  estão aludidos na semântica proposicional estrita de uma proposição  $p$ .

Exemplifiquemos.

O facto de eu dizer que  $q$  “podem existir crocodilos voadores” não está colateralmente apresentado na frase  $p$  “os crocodilos são carnívoros”, pelo que se fica sem arrimo para passar do “crocodilo carnívoro”, factualmente existente, para o “crocodilo que voa”, contraparte possível de um “crocodilo carnívoro”, só com base no que atualmente se disser, em sentido existencial factual, sobre os crocodilos que são carnívoros.

A frase “os crocodilos são carnívoros” não tem alcance semântico suficiente para colateralmente indiciar crocodilos voadores, que poderiam ter sido em mundos possíveis, porque os predicados “carnívoro” e “voador” possuem regiões semânticas que não se tocam se não forem forçados a se tocarem mediante uma inferência indireta que afirme que “há carnívoros que são voadores”.

Se isolar o “crocodilo” factual e o comportamento das propriedades que conheço dele, por observação, não tenho qualquer acesso à propriedade de “crocodilo voador”. Se disser que “o crocodilo é carnívoro” nada indica que poderia ter dito que “o crocodilo é voador”. Ou seja, a frase modal tem de ser afirmada, de facto, para haver a possibilidade que ela projeta.

Se eu disser “os crocodilos são voadores” cria-se uma irritação lógica, que consiste em traduzir na existência o que é uma possibilidade ficcional. É desta irritação que se seguem soluções como os “mundos possíveis” que são, de D. Lewis, ou a eliminação pura das ficções, de B. Russell.

Se representamos possibilidades factualmente viáveis como em “o crocodilo ia comer o rato quando foi morto pelo caçador” ou “Nixon podia não ter sido o presidente dos EUA” sugerimos vias concretizáveis em diagramas para estados de coisas, ou seja, inferências que levam até factos.

Ora, dificilmente se pode conferir existência ao que possui um valor diagramático. Essa dificuldade está presente quando associamos o possível ao que poderia ter sido e ainda assim achamos que é lícito converter o que “poderia ter sido” em “o que é o que poderia ter sido”.

A História das soluções encontradas na Lógica para a avaliação de possibilidades proposicionais não deixou de apontar sempre para aquela irritação mútua da existência e do possível, mesmo quando insistentemente se voltou a cair na tentação de traduzir possibilidade em existência.

Se atendermos ao que dissemos quando afirmámos que de uma proposição existencial nenhum possível se pode concretamente seguir, isso mesmo nos devia levar a inverter a condição e o condicionado da tradição e a ver o existente como dependente do possível e não o possível como dependente do existente.

Para poder sustentar segundo a terminologia de D. Lewis que há um mundo possível em que pode ser verdadeiro dizer que “este crocodilo é voador” ou que há um mundo possível em que “existe pelo menos um indivíduo, que é animal, anfíbio, da classe dos répteis, da família dos crocodilos, que voa”, é preciso ingressar nas atitudes proposicionais em sentido amplo, na medida em que nestas se exprime o sentido psíquico realmente operante nas duas formas da negação, em seleções sequenciais de sentido no crer, desejar, imaginar, etc. Fora deste terreno moldado pela memória associativa, pelos seus nexos e demarcações, nenhum objeto proposicional daquele tipo se origina.

Se é seguro dizer que só mediante inferências é possível ir do existente da atualidade proposicional até ao possível, é porque foram inferências de sentido que conduziram das encruzilhadas do sentido psíquico até aos atuais objetos proposicionais. Em ambos os casos nos deparamos com disposições e orientações diagramáticas ou quase-diagramáticas.

O ensaio de reconstrução da possibilidade à luz da convicção de que o mundo poderia não ter sido este pode receber uma inesperada confirmação de uma perspectiva não realista em modalidades, e até numa aceção reforçada, se dissermos que o mundo é atualmente diferente e segue vias diferentes na diversidade interior das sequências psíquicas e na diversidade real que há entre sistemas psíquicos individualizados ou o paralelismo de mundos interiores traduzido na comunicação.

Afirmar que o mundo é atualmente diferente numa infinidade de maneiras é colocar a existência na dependência das possibilidades e sustentar que *não é concretizável encontrar um fundamento lógico para a existência, que não se tenha de ilustrar na inferência que contraiu um ser possível em um ser atualmente existente.*

Os intentos imaginários de teólogos e filósofos de decifrar o raciocínio de Deus antes da criação do Mundo podem ter de se conformar com ambições mais prosaicas, mas não deixam de apontar para a mesma verdade de uma anterioridade da possibilidade e da negação, em que a atualidade e a existência são posições relativas.

Detalhem-se, agora, as direções **B** e **C**, em conjunto.

Tornada comum pelas Teorias da Informação e da Comunicação, a noção de mensagem assemelha-se à de proposição da Lógica. Mas não são a mesma coisa. Saber o que as distingue exige clarificação.

Partamos da diferença entre proposição como objeto e proposição como signo.

A proposição como objeto caracteriza uma expressão do pensamento, que enuncia um conteúdo determinado. A este se pode chamar o objeto pensado.

A mensagem é o valor informativo e comunicativo associado a um enunciado, que tem valor de signo para outrem, na medida em que a sua

interpretação é causa de mudança em comportamentos, no sentido psíquico em geral e de ulterior comunicação.

Estas definições permitem usar proposição como objeto e a mensagem como signo de forma calculada.

As atitudes proposicionais modificam-se concomitantemente com a aquisição de um valor comunicativo atribuído a uma mensagem. Este não é senão o conjunto dos efeitos práticos, que se julga estarem associados a essa mensagem. Como esta fórmula já indica, os resultados práticos que se presume estarem associados à mensagem definem-na na realidade.

No entanto, o que for “resultados práticos de concepções” será, antes de mais, um desenvolvimento hipotético. Alguém pode considerar que uma mensagem produz estas ou aquelas consequências. Outrem pode supor que ao interpretar de certa maneira se ajustou ao esperado, ou não. Inferências num plano imaginário que se desenrolam da mensagem até aos seus efeitos constituem pressuposições obrigatórias do sentido comunicado. O facto de serem pressuposições não as torna menos *reais* no sentido de eficazes na formação do *stock* pressupositivo.

Pressupor  $x$  a respeito da mensagem  $m$  é estipular que para prosseguir na interpretação de  $m$  se têm de assumir as atitudes proposicionais ( $a_p$ ) relativas a  $x$ .  $M$ ,  $a_p$  e  $x$  entram num círculo pressupositivo inteiramente baseado em inferências desenvolvidas como hipóteses acerca da comunicação.

Este campo pressupositivo volta-se a projetar na proposição como objeto. Quando me oriento para a proposição como objeto do meu pensamento, em que o sentido psíquico se objetivou, descubro como não só tenho as variações intencionais resultantes das atitudes proposicionais que podiam estar ligadas a um significado mental abstraído da comunicação, como possuo, sobretudo, essas atitudes proposicionais já alteradas pela representação do valor comunicativo da mensagem. Muito dificilmente se

consegue aqui discriminar entre o conteúdo como representação mental isolada do conteúdo como representação do valor comunicativo da mensagem.

Assim se cria um halo irreal na proposição como objeto do pensamento, cuja gênese não pode ser procurada fora da comunicação da proposição como mensagem.

Sobre o que se entende sobre uma proposição como objeto do pensamento nada se pode dizer se não se converter esse objeto nos seus efeitos práticos concebíveis.

Numa versão minimalista do seu alcance, esta tese do pragmatismo quer dizer que o que define o conteúdo do pensamento como representação mental tem os seus limites mal definidos frente ao que define a proposição como mensagem.

As atitudes proposicionais do crer, do imaginar, do desejar, etc., são constantemente refeitas no seu significado psicológico, ao ter em conta o valor da irrealidade comunicativa. Para poderem ser representados, “a montanha de ouro que é de mel” e outros objetos do mesmo tipo não se podem dissociar do que valem na comunicação ficcional.

As pressuposições pragmáticas criam uma camada semântica na proposição-objeto ao gerarem um campo experimental irreal para o que tem de ser retido do ponto de vista comportamental para interpretar o signo proposicional ou para enviar uma mensagem na estrutura de endereçamento. No endereçamento da mensagem esta significação irreal verifica-se no emissor e no destinatário. As conexões globais em que estão relacionados o sentido psíquico do pensado, as atitudes proposicionais e a mensagem não se limitam à semântica lógica, que gravita em redor do objeto existencial.

Tal conclusão é decisiva para perceber as modalidades.



No uso comum da linguagem, os modos começam por germinar no encontro entre a comunicação e a seletividade psíquica.

É uma visão artificial a que defende que a contingência ou necessidade de um estado de coisas se pode avaliar sem as atitudes proposicionais que aqui se cimentam. Um objeto ou um estado de coisas foram primeiramente representados em consequência de crenças, de atos de imaginação, etc. A posição de existência de uma proposição modal vem em consequência dos modos de disposições mentais muito diversos e logo aí se começam a formar antecipações do uso comunicativo. Todavia, não há outra forma de usar uma proposição a não ser colocá-la realmente na estrutura de endereçamento. Só assim se vê se algo foi imaginado, objeto de fé, desejado, etc. É esta irrealidade que começa por esboçar o espaço modal como dimensão de inferências hipotéticas e de variações hipotéticas, para cujo estudo o conceito de existência dá um contributo muito pobre.

Ao constituir a proposição como mensagem ou signo enviado, a estrutura de endereçamento coloca o estado de coisas representado numa situação de diferimento do significado. É certo que posso atribuir sentido ao que digo, previamente ao envio. Porém, o endereçamento pressupõe já algo entre mim e alguém, de que não estou certo, mas que antevejo segundo uma irrealidade antecipadora.

Na medida em que a proposição como mensagem forma uma história e um vaivém entre atitudes proposicionais e efeitos comunicativos, daí derivam as pressuposições pragmáticas da linguagem vulgar, espelhadas no antecipar e no diferir dos significados, no consentimento do vago, nas referências laterais à situação conversacional nos casos de interação real e em outras formas de estruturar a possibilidade, a necessidade, contingência ou impossibilidade da comunicação.

Confirmar ou infirmar pressupostos é o quotidiano da comunicação.

A história dos efeitos comunicativos da proposição-signo molda o conteúdo da proposição-objeto com os dados irrealis sobre os estados de coisas assertados, no que diz respeito à moldura modal. Por isso, seria incorrer em abstração subtrair a semântica das proposições modais das flutuações no terreno modal da comunicação.

Quando dizemos que a proposição é o estado de coisas pensado podemos estar já a dizer mais do que aquilo que pode descobrir uma análise lógica estrita do pensamento.

No estado de coisas pensado está a história da comunicação da proposição, na medida em que esta se deixa pensar.

Esta fórmula talvez seja a mais exata, sabendo o que sabemos desde as discussões sobre conhecimento sintético *a priori*. Contudo, depois disto pretender que os tipos modais têm uma relação privilegiada com a existência ou com a atualidade de um pensamento de um sujeito abstrato seria o mesmo que fazer todo um percurso teórico e não reconhecer o termo negativo do caminho.

### 3. Acontecimentos e Multiplicidade

Segundo a norma do “atomismo lógico”, o *Tractatus Logico-Philosophicus* referia no espaço lógico objetos, possibilidades de objetos e projeções de estados de coisas a partir das possibilidades contidas nos objetos.

Tratava-se de uma construção lógica em redor de componentes proposicionais de proposições que possuem, também, o estatuto de construções lógicas.

Todavia, como se viu antes, é sempre difícil evitar a contaminação de uma representação de possibilidades lógicas com representações de possibilidades do sentido psicológico. É também difícil não afetar o modo como se concebe o sentido psíquico quando se concebe o espaço lógico segundo as possibilidades contidas em objetos simples, como os do *Tractatus*. Isto mesmo se exprimiu na unidade moderna entre Gnosiologia e Lógica e nos respetivos equívocos.

A construção da imagem moderna da realidade física trouxe a exigência de compreensão da matéria como energia e fluxo energético, para além do movimento. O movimento e a energia como grandes categorias da construção física da realidade obrigavam a uma atenção especial ao poder de ligação interno dos fenómenos físicos. Exigiam, mais concretamente, uma tradução da causalidade clássica na análise do poder de ligação das partículas elementares. Se a matéria-energia se pode exprimir como poder de ligação das partículas elementares, há uma produtividade causal na natureza cuja complexidade não está concertada ou orientada para os mecanismos da perceção humana ou animal ou ainda para o pensamento, como se referiu anteriormente, o que gera consequências e efeitos que nada têm a ver com impactos psíquicos entendidos como imagens do real. Neste sentido, a noção de objeto que se forma em consequência da nominalização do pensar e da consciência está longe de se poder considerar

em correspondência com o mundo da Física ou com os sistemas físicos no encadeamento interno, *real*, dos seus elementos. É por isso que se torna motivo fácil de controvérsia falar-se de coisas como objetos físicos e acrescentar que estes são os objetos do pensamento e da proposição lógica. Foi este o perigo a que se arriscou a Teoria do Conhecimento de Bertrand Russell, da semântica extensionalista de Rudolf Carnap e do Positivismo Lógico em geral.

Uma outra via estava traçada já desde o Pensamento Antigo, que aparentemente corria no exterior dos temas da Lógica. Quero referir-me ao modo como nos escritos sobre Arte, logo na *Poética* de Aristóteles, se identificou na multiplicidade de elementos da percepção e do ser percebido a questão central do que ficou conhecido como teoria da imitação ou *mimésis*.

### **3. 1. Objetos e símbolos figurativos - Acontecimentos e configurações simbólicas**

Na descrição pelo pensamento antigo do significado da Arte o reconhecimento do nexos entre um domínio existencial extramental, o psíquico e o objeto artístico teve desenvolvimentos particulares nem sempre coincidentes com o quadro geral da Gnosiologia e da Lógica antigas. Como inferência das teorias clássicas sobre afiguração imitativa, os modernos viram nas formas artísticas exercícios de representação imitativa e aí situaram o valor cognitivo da Arte em geral, nem sempre em concordância com as teses das *Poéticas* do Pensamento Antigo.

Diz-se, então, que a obra de Arte “representa” a realidade e se investiga como se opera uma tal “representação”, se é uma semelhança e como se pode estabelecer a identidade em uma tal semelhança. Pergunta-se não apenas pelo que é idêntico entre o original e a representação, mas ainda como se pode estabelecer e reconhecer essa identidade, que competências é preciso reunir para seguir os nexos da afiguração, etc.

Há na representação artística um modo de afigurar as coisas que a torna comum a toda a representação e, assim, esse modo de representar pode tomar-se como exemplificador da representação em geral, nas suas características. A Arte pode ser um padrão para perceber como se organiza o conhecimento e isto mesmo foi aproveitado pelas teorias sobre a Arte da época moderna.

Nas *Poéticas* da época clássica revemos uma ideia intrigante quando a comparamos com o estilo argumentativo que baseia o isomorfismo da Lógica entre termo proposicional e objeto. É a convicção de que na Arte não são aspetos isolados dos fenómenos, objetos, que se tomam como motivo do interesse artístico na produção de obras e na sua receção, mas sim a articulação entre fenómenos e contextos no espaço e no tempo, ou seja,

acontecimentos e símbolos já bem articulados, como se comprova na teoria aristotélica sobre as ações dos homens e seres vivos representados nos dramas, na *Poética*.

Em redor destas questões estão aspetos particulares sobre Arte e outros mais gerais sobre a forma da cognição, que a Arte exemplifica.

Nesta alínea, o que nos interessa não é a teoria da Arte, que em outros trabalhos deverá ser motivo para escrutínio.

O que na Arte se exemplifica sobre conhecimento é o que se considera instrutivo e vai servir de tema por mais alguns parágrafos.

No pensamento contemporâneo este modo de proceder não é novo. Recuperamo-lo de Martin Heidegger e principalmente de Nelson Goodman. Nelson Goodman em *Linguagens da Arte (Languages of Art, 1976)* ao examinar alguns destes problemas concluía pela impossibilidade de uma relação de representação sem uma relação de simbolização.

O reconhecimento da dependência da representação em relação à simbolização torna mais complexa a resposta ao problema da identidade no nexo representativo, mas não o resolve. Antes de tudo torna a representação mediatizada e articulada. Leva-nos mesmo a concluir que sem esta mediação pelo símbolo nenhum nexo representativo pode ser concebido. Uma tal conclusão não repugna os nossos raciocínios quando refletimos sobre os elementos da cognição.

Porém, fora desse exercício reflexivo, que não é muitas vezes levado até às suas conclusões mais rigorosas, tendemos a relacionar o conhecimento com inferências baseadas em reprodução de dados, a que se acrescenta o predicado de dados da experiência.

O prestígio do conceito de facto objetivo na vida quotidiana e na relação social demonstra bem o quanto estamos ainda longe de tirar as consequências do alegado carácter construído, metafórico, articulado e mediatizado da cognição. Parece-nos que é o próprio conceito de objeto do

realismo antigo, caricaturado, que oferece uma resistência a estas teses intelectualmente convincentes.

Vejamos até onde se pode ir com a noção de que a representação é sempre mediada por símbolos.

O símbolo organiza a relação entre representante e representado, entre original e cópia, entre natureza e obra de Arte, diz-se. Para estas operações a relação que o símbolo institui é do tipo do “algo estar no lugar de outra coisa”.

N. Goodman acrescentou a ideia importante segundo a qual para gerar este efeito de equivalência substitutiva não é necessária uma “semelhança” entre o representante e o representado e menos ainda uma identidade. A prova desta tese fez o seu caminho em concepções teóricas sobre Arte contemporânea assim como na própria experimentação artística. Foi assim que se julgou que se tinha posto um travão a uma antiga tradição que concebera a Arte como afiguração reprodutiva de dados imediatos, sendo a obra tanto mais digna de apreço quanto melhor tivesse reproduzido o dado nos seus predicados objetivos e relações, como se não houvesse mediação simbólica.

A rejeição do que se passou a presumir sob um conceito como “*mimésis* artística”, mais moderno que antigo, mais lógico que artístico, implicou a recusa de ideias comuns sobre a natureza e a função da Arte. Nesta crítica se reatam, de novo, os dois aspetos do tema - o artístico e o cognitivo. Lembre-se que o interesse não deve estar em recusar as ideias banais sobre imitação ou em defendê-las. Importa, sim, compreender o que em está em jogo em redor delas a respeito do conhecimento.

Há um argumento particular que, na sua reconstrução das teses imitativas, serviu a N. Goodman, entre outros, para criticar a estética tradicional e propor uma abordagem da Arte centrada no processo cognitivo referido a mediações simbólicas densas.

O argumento relaciona-se com a ideia sustentada pelos defensores das teses da imitação reprodutiva de que a Arte serviria para uma contemplação estética desinteressada. Em contraste, em *Linguagens da Arte* sustenta-se que o verdadeiro sentido estético se desenvolve em relação com uma atividade particular e não é passividade contemplativa. Essa atividade é do tipo cognitivo e envolve compreensão ativa de símbolos. O que, então, caracteriza a orientação estética é uma atividade cognitiva, comum ao inquérito científico. Em ambas, Ciência e Arte, encontramos símbolos e competências interpretativas sobre símbolos.

Em complemento, desfavoravelmente às teses classificadas como emotivistas, que defendem que a obra de Arte é produzida e procurada com vista à satisfação pessoal e à agradabilidade do sentido interno, mostra-se como é difícil separar uma camada cognitiva de outra simplesmente emocional em determinado tipo de atividades como a atividade estética da percepção das obras de Arte.

Quem não reuniu determinadas competências cognitivas dificilmente poderá encontrar satisfação ou prazer estético na percepção das obras, o que comprova que o acesso à fonte desse prazer graças à invocação do original prazenteiro não tem lugar fora do uso de símbolos. As teorias estéticas que não separam prazer estético de conhecimento consideram, ao contrário do emotivismo, que a dicotomia entre o plano cognitivo e o plano emotivo nas atividades humanas é artificial e inconcludente. A rejeição das dicotomias acaba por levar à ideia de que na experiência estética as emoções funcionam cognitivamente e a cognição está embebida em expressões e sinais emocionais.

Nesta conclusão estão presentes duas teses - a da não dissociação do emotivo e do cognitivo na percepção e a tese da orientação cognitiva das emoções.



Como consequência e no que importa reter agora como inspirador da sua obra, N. Goodman considerou que há mais razões para aproximar a Ciência da Arte do que para afastá-las. Em ambos os casos estamos perante funções cognitivas expressas mediante sistemas simbólicos. A diferença entre Arte e Ciência reside em *a difference in domination of certain specific characteristics of symbols* (Goodman 1976: 264).

Símbolos são operadores cognitivos e só secundariamente se podem analisar nos seus outros aspetos. São instrumentos para a cognição e para a organização cognitiva do mundo.

Simbolizar é sem dúvida referir alguma coisa a partir de outra coisa, mas nada no símbolo o obriga a ser uma imitação ou emanção do objeto para poder ter a sua eficácia denotativa. Aliás, em todo o rigor, um símbolo não pode ser uma emanção da coisa. A classificação dos signos de Charles S. Peirce, na secundeidade, apontava para a distinção entre ícones, índices e símbolos, levando em conta o facto de o símbolo ser o signo que denota alguma coisa mediante a associação de uma regra geral para se concluir o próprio ato denotativo. Na ausência de regras os símbolos não denotam.

Então, é importante que se compreenda o que quer dizer referência ao mundo nos símbolos. Compreendemos que ela não implique forçosamente uma imitação de traços, fidelidade a um original ou afiguração reprodutiva de traços identificadores.

Mesmo que assim fosse, atos como reprodução e imitação de sinais por sinais criam densidade simbólica por inerência, por muito impercetível que seja.

A descrição da atividade simbólica na representação deve antes precisar como é que o uso de símbolos está ligado a uma ordem de parâmetros oblíqua que requer competências específicas.

Uma parte da noção de referência remete para o conceito de denotação. No caso da Arte, afirmar que um objeto artístico refere um objeto do mundo

significa dizer que o denota. Também a denotação é independente da semelhança, identidade ou imitação entre o representado e o representante.

Se negamos aos objetos artísticos uma função icónica de reprodução de ações ou caracteres teremos de explicar mediante a própria História da Arte o recurso à noção de imitação como critério da Arte autêntica, da Arte verdadeira. Isto significa que a imitação é um predicado ou uma função que a Arte se atribuiu a si mesma em determinadas condições históricas, que se poderão examinar em separado, mas não um predicado da Arte em si mesma.

Situar assim o ideal estético da imitação foi tornado corrente com os Historiadores da Arte Erwin Panofski e Ernest Gombrich, nas suas influentes análises históricas sobre a Arte, aproximando-se das ideias de Martin Heidegger e de N. Goodman em Filosofia da Arte.

Um aspeto do problema geral pode ser equacionado se a representação for entendida como um tipo particular de atividade denotativa. Outro aspeto é o de saber a que características dos objetos artísticos se referiam os artistas, teóricos da Arte e filósofos da Antiguidade quando conceberam a Arte como imitativa.

Uma parte do significado antigo da *mimésis* escapa-nos quando confundimos as teorias antigas sobre a Arte, que em parte repousam em noções sobre causalidade mágica ou sobrenatural, com o nosso interesse em rejeitar o conceito de dado objetivo na base do conhecimento.

Sabemos que as noções mais fecundas de Platão sobre a *mimésis* na Arte partiram de uma versão dinâmica da *mimésis* na música, na poesia e na dança e não podem por isso considerar-se ideias precisas sobre denotação simbólica.

Se o original de que parte a atividade denotativa da criação artística contém uma multiplicidade interna de predicados ou aspetos, captados na

percepção, é uma dificuldade saber o que é que serve para designar o “mesmo” entre a imitação e o original.

O tópico que, a propósito, N. Goodman desenvolveu foi o da relação entre a multiplicidade e a simplicidade na réplica e no original. A sua escolha não é nova, pois é já a *Poética* de Aristóteles que refere o mesmo tema a propósito da relação entre partes e todo nos seres vivos e nos objetos imitados pela Arte (*Poética*, 7, 1450 b–1451 a). Há, por conseguinte, uma multiplicidade de elementos ligados, cuja afiguração constitui o que é dever do artista imitar.

O que no múltiplo do original tem de ser retido e transferido para a réplica artificial para poder chamar-se o “mesmo”, eis o que o símbolo regula.

Nada ocorre do simples para o simples, mas de uma multiplicidade já ligada para outra, segundo umnexo que garante a tradução.

Sabemos que a multiplicidade dos seres naturais não é reproduzida como tal nas obras de Arte que reivindicam para si o estatuto de obras reprodutoras, representativas ou imitativas. Só uma parte da multiplicidade real é efetivamente conservada e novamente articulada na réplica. É esta multiplicidade económica, fruto de seleção, que pode ser exemplificativa da sua fonte, como os sapatos pintados por Vincent van Gogh na interpretação por M. Heidegger da função simbólica da obra de Arte.

Assim, o que chamamos *mimésis* no representante é uma exemplificação da multiplicidade de predicados do original.

Não podemos imaginar um objeto totalmente liberto de vícios interpretativos oferecido a um olhar ingénuo e em que a imitação seria como uma direta emanção do dado, sem seriações ou exemplificação de predicados. Seguindo Ernest Gombrich e justificando o seu recurso ao conceito de símbolo, Nelson Goodman também concluiu que não há um “olhar ingénuo” responsável por um transporte do objeto real, na sua integridade, para a réplica artística.

Porém, um problema que temos de discutir é anterior aos debates em redor do significado da *mimésis*, do valor representativo das imagens e da Arte e da ligação ou independência da dimensão cognitiva e emotiva da percepção artística. Embora a discussão de N. Goodman seja importante como um quadro geral, ela pode sofrer de uma deficiência de focagem.

O problema central é o do isolamento de uma forma particular, com funções muito próprias, a que vamos chamar forma indicativa.

Se esclarecermos a função da forma indicativa compreenderemos também a sua organização interna. Nos desenvolvimentos do tema clássico da representação há várias aproximações a esta forma, mas ela não chega a ser isolada como tal e menos ainda investigada do ponto de vista da sua função. Fixando-nos num enunciado lapidar das teses sobre a representação há que saber como se articula a referência a partir de uma forma inicial que estabelece o nexo entre o de fora e o de dentro, o que indica e o indicado, mundo e obra como moldura. Esta é a função particular da forma indicativa. Como se viu antes, segundo uma modalidade mais elaborada é esta função muito básica que está em causa nas discussões sobre conhecimento e representação. O que designaremos por forma cognitiva depende da estrutura da indicação e, portanto, da forma indicativa. No entanto, para sermos inteiramente precisos, é necessário acrescentar que a forma indicativa não implica o postulado da transcendência de objetos ou da transcendência do mundo. Além disso, não supõe também uma restrição a atos de consciência humana na base do ato de indicar.

Por um lado, a referência é constituída por uma multiplicidade de elementos dados numa sequência articuladora. O que o comprova está na atividade simbólica, remissiva, progressiva, sequencial, sempre associada à atividade de fixar a referência e ainda no que conhecemos da atividade do pensar em geral, igualmente sequencial pois o pensamento não se dá fixado numa única ideia, mas é essencialmente associativo e conectivo. É esta relação

entre elementos e articulação sequencial que o conceito remissivo, conectivo, de símbolo denota. Todavia, é este caráter articulado, conectivo, da referência da percepção ou das proposições que nos obriga ainda à identificação da fonte da articulação para além dessa dimensão da sequencialidade.

Estão aqui, portanto, duas dimensões da atividade de estabelecer a referência. A primeira é a da matriz referencial e a segunda é a da sequencialidade da articulação da referência. Uma remete para a outra, mas têm de ser escrutinadas nas suas funções próprias.

As discussões sobre o estatuto da representação tomam as duas dimensões isoladamente uma da outra, preocupam-se, por exemplo, em tratar o tema da transcendência objetiva do conteúdo das representações, como o tipo particular do indicado na forma indicativa, desligando-o da sequencialidade e da multiplicidade de elementos associados ou, então, ao contrário, partem da conectividade dos elementos da consciência para concluir, de forma cética, que fora dela nada há de garantidamente idêntico. Ideias sobre “Teoria do Conhecimento” de finais do séc. XIX medraram, hesitantes, neste terreno vago.

A proposta, agora, está em mostrar como a atividade de estabelecer a referência, dotada de sequencialidade, se constitui a partir de uma ação inicial que é a de indicar algo. A estrutura da forma indicativa deve ser a matriz referencial. Com efeito, é na indicação que começa a simbolização e com ela também a atividade de referir algo, mesmo que essa indicação ou referência se desenrolem em objetos internos de sistemas referenciais.

O ponto de partida da obra de Arte, na produção e na receção, é tornar patente, mediante símbolos, a sua própria estrutura indicativa como o diagrama que dela leve a alguma coisa.

A forma indicativa une, por conseguinte, o ato de indicar e a ordem sequencial que a partir disso tem lugar. Sobre a indicação pode ter lugar a

forma cognitiva mais elaborada, que já implica a sequencialidade operatória do sistema de referência e a sua circularidade.

Na forma indicativa, o ato de indicar envolve um primeiro desdobramento sem o qual não há verdadeiramente nada a que se possa atribuir o valor de indicação, de conhecimento, representação ou equivalente. É aquele desdobramento que qualifica a primeira diferença entre o indicado e indicador. Há um número indeterminado de diferenças dotadas desta forma e seria errado atribuir-lhe o significado de uma distinção exclusiva dos sistemas a que atribuímos consciência de um tipo humano. Convém, por isso, manter esta diferença em toda a sua generalidade e afirmar que qualquer sistema dotado de flexibilidade para poder desenvolver e articular referências tem de começar de uma matriz indicativa.

Segundo a exigência desta generalidade, a *Lógica da Forma* de G. Spencer-Brown permitiu reconhecer este ponto de partida na diferença entre um lado interno e um lado externo, um lado marcado e outro não-marcado da forma. A referência e a organização discursiva da referência não podem deixar de estar ancoradas na base primitiva desta distinção. Atrás chamávamos matriz referencial a esta diferença.

A formação da referência e consigo a geração de um domínio denotativo vêm em consequência da diferença entre o lado da forma capaz da retomada da distinção e do seu conteúdo indicativo e o outro lado, que não tem essa capacidade. Esta distinção é inicialmente suposta de um modo imediato, irreflexivo e, por assim dizer, cego, como quando alguma coisa é posta por um ato consciente e nesse ser posto se distingue, logo, do seu ato tético. A diferença dos dois lados da forma, o irreflexivo e o reflexivo, é instável na medida em que o irreflexivo é sempre retomado pelo lado reflexivo. Uma oposição binária pura entre ambos torna-se, assim, impossível. É na medida em que o lado irreflexivo é retomado que ele se passa a tomar como o irreflexivo do reflexivo. Perde, em parte, o seu

caráter. Outro resultado deste desaparecimento do irreflexivo imediato está na formação clara da linha que separa os dois lados da forma. É a própria forma que se torna reflexiva ao gerar, conservar e reforçar a linha divisória entre os seus dois lados. Da diferença cega e imediata passa-se para a indicação. Partindo desta forma consolidada é então justificado falar-se em objetos no sentido próprio do termo e na identidade temporal de objetos na base da denotação.

Há assim uma progressão que vai da diferença imediata para a diferença indicativa, a qual está na fonte da cognição com valor denotativo. A diferença indicativa ou simplesmente indicação é resultado de reflexão e não de uma doação original de objetos frente à percepção. Para haver indicação é necessário que a diferença imediata tenha sido mediatizada, é necessário que o indicado tenha surgido da retomada do imediato no quadro da própria diferença.

Precisando, a articulação posterior da forma indicativa é feita na base da construção e consolidação da identidade operatória do sistema de referência. À recursão da forma indicativa segundo os pressupostos da identidade operatória do sistema chamo forma cognitiva ou simplesmente observação. Esta última supõe circularidade, autorreferencialidade dos sistemas assim como uma multiplicidade de elementos regulada por símbolos.

Falar-se de conteúdo denotativo formado a partir de um processo representativo é partir de um modelo descritivo da cognição que supõe entidades no mundo já dadas com determinados tipos de traços que se reproduzem em imagens-cópia, o que a noção vulgar de representar exprime. Aqui, a exposição das formas da indicação e da cognição vai numa direção diferente, pois descreve a referência e a denotação como resultados apoiados na recursão de uma matriz inicial, na circularidade e na consolidação da identidade operatória dos sistemas referenciais. A

dimensão recursiva ligada à conservação da linha divisória dos dois lados da forma está implicada na estrutura sequencial da cognição.

Este aspeto compreende-se se tivermos em conta o facto de que o conhecimento se desenvolve em remissões tanto mais ricas quanto mais reflexiva e seletiva for a sua orientação sequencial, o que se traduz ou é o efeito do fortalecimento reflexivo da linha divisória da forma indicativa. O conhecimento enriquece-se à medida que progride em recursões e em sequencialidade recursiva.

Um conhecimento baseado na indicação de um único predicado não seria conhecimento algum. Indicar ou denotar um objeto é sempre revelar predicados e a sua representação segue a mesma exigência. Quer então dizer que a cognição e a forma cognitiva associam a reflexão do imediato e o desenvolvimento da articulação de predicados.

Uma obra de Arte recorre a uma grande multiplicidade de formas indicativas com os seus próprios símbolos e diversidade de aspetos. O seu êxito estará na capacidade de compilar todos os níveis em que a função indicativa opera. Por isso se diz que é necessário compreender a obra, captá-la sequencialmente na imanência dos seus elementos e ainda nas suas linhas remissivas.

Daqui decorre uma consequência importante. Trata-se da tese de que a recursividade da forma é aliada da complexidade sequencial.

No caso particular dos sistemas psíquicos não isolamos o ato indicativo de uma estrutura mais vasta em que se integra e que pertence ao âmbito da atividade sensório-motora. A articulação com o sistema sensório-motor explica nos sistemas psíquicos o dinamismo interno da consciência, a passagem de impressões e ideias em outras impressões e ideias assim como o facto de aqui as diferenças se retomarem dentro delas próprias e se encadearem num processo sequencial com outras distinções numa permanente modulação de sequencialidade e recursão em que o interno e



o externo, o simples e a multiplicidade estão num sistema de dependência recíproca. Porém, a matriz referencial e a forma cognitiva completa não ocorrem apenas em sistemas providos de consciência, de organização de tipo psíquico, como se disse já.

O esclarecimento da forma cognitiva e da sua relação com a matriz indicativa e a identidade operatória dos sistemas não traz como consequência uma ideia cognitivista ou uma redução do dinamismo sistémico, incluindo o sistema psíquico, à cognição. Que nem tudo nos sistemas é cognição e que a cognição não absorve toda a densidade operatória dos sistemas deve ser um postulado.

Se a forma cognitiva não se limita aos sistemas psíquicos é porque tem um alcance mais vasto do que aquele que as concepções convencionais da representação lhe atribuíam ao confiná-la nos limites da atividade psíquica da corrente de consciência. A forma cognitiva equivale à forma da observação que se pode identificar numa grande variedade de sistemas para além da consciência que define os sistemas psíquicos. É por isso vantajosa a aproximação entre forma cognitiva fundeada na matriz referencial da forma indicativa e a forma geral da observação, que encontramos em qualquer sistema desde que seja provido de autorreferência e reflexão, ou seja, de capacidade para, através dos seus elementos, retomar sequencialmente o seu desenvolvimento.

Na medida em que a forma indicativa está aberta à multiplicidade de elementos do indicado e esta só graças a ela pode vir à expressão, é ainda por ela que se constitui o que chamamos acontecimentos na sua variedade já economizada por símbolos de relações da complexidade da experiência cognitiva, à imagem da obra de Arte como moldura de um mundo.

### **3. 2. Nexo causal cognitivo sobre multiplicidade**

Retomemos nesta alínea, em síntese, alguns aspetos já anteriormente tratados a respeito do alcance do esquema causal na descrição da cognição. Um sistema cognitivo pode ser descrito de dois pontos de vista primários. Pode ser observado e descrito segundo o modo do encadeamento interno dos seus elementos e segundo a relação entre o sistema e o que não é encontrado nele. O segundo prisma abre a porta para a reconstrução do conhecimento segundo os diagramas causais comuns sobre influência e dependência causais do sistema, que foi já concebido segundo algum tipo de encerramento operatório. Já anteriormente nos deparámos com este duplo ponto de vista sobre um sistema considerado na perspectiva da produção de cognição, segundo os tipos I e II de observação.

Importa precisar melhor, agora, o significado a atribuir aos diagramas causais na descrição da cognição envolvendo não objetos isolados, mas multiplicidade configurada simbolicamente.

Representar adequadamente é certificar-se da identidade entre objetos e representações, diz-se numa certa linha de pensamento.

Pode indicar-se um acontecimento como causa de uma imagem mental? Pode uma imagem mental identificar-se como causa de um termo numa proposição ou de um nexos de termos num juízo?

A causalidade é uma forma económica de perceber nexos e sempre que possível de reduzir elementos organizados serialmente numa dada sequência a elementos situados em outras sequências. Julga-se que desta forma se explica a orientação dessas sequências ou o surgimento de alguns dos elementos de uma sequência a partir de elementos de outra sequência. No caso do conhecimento esta ambição redutiva é ainda sublinhada pela polarização da cognição em redor do que se toma por seus objetos.

Esta polarização aliás é bastante mais antiga, como é sabido. Ela resultou do postulado da existência de objetos sensíveis na base das impressões e das ideias no processo cognitivo. Aquela parte do conhecimento que lhe garantia o seu valor de verdade repousava na adequação entre a imagem do objeto e das suas relações e o objeto e as suas relações nele mesmo. Sempre houve nesta tradição antiga e nos seus prolongamentos modernos até ao positivismo a identificação do objeto em si mesmo com a causa da imagem do objeto construída no processo sensorial e refletida nas proposições. As dificuldades no estabelecimento da equivalência rigorosa entre imagens, proposições e objetos explicaram-se pela ilusão, má formação das imagens sensoriais ou uso de expressões vagas ou equivocadas nas proposições.

Um conhecimento imperfeito equivalia a um desvio em relação à série causal nos seus elementos ou à presença de várias causas intermédias de significado incerto. As noções sobre correspondência estiveram, pois, ligadas às concepções correntes sobre influência causal.

A estrutura da referência causal na organização do tempo sensorial tem de estar implicada no modo como se concebe a causa de representações. Se acedemos à causa apenas a partir da imanência da observação da experiência sensorial isso quer dizer que a distinção anterior/posterior está ela mesma inscrita na observação da experiência, é uma parte essencial dela e não pode ser destacada para a fazer valer como uma variável autónoma. O anterior/posterior é, então, já uma dimensão do que chamamos representação e é com ela que nos orientamos na discriminação do que é tomado como causa ou como efeito. A observação da experiência gera, segundo as suas próprias condições, o que para ela é tempo. As distinções temporais fazem assim parte da representação, em paralelo com o seu conteúdo. Elas são, por assim dizer, a possibilidade de projetar o conteúdo

na sequencialidade sensorial e de lhe dar aí uma consistência e estabilidade relativas.

Na medida em que a observação da experiência sensorial destaca nas sequências sensoriais um encadeamento nos seus elementos ela parece orientar-se por um esquema temporal cuja distinção de base anterior/posterior se pode sobrepor à distinção causa/efeito e mesmo confundir-se com esta. Alguns destes aspetos foram referidos anteriormente.

Contudo, se concluímos anteriormente que a forma temporal e a sua distinção basilar se formam com a observação e dependem da simultaneidade qSt (qualidades (q) simultâneas (S) com momentos isolados no tempo (t)) que só está disponível na forma da observação, isso quer dizer que a referência temporal a um antes não é suficiente para garantir qualquer independência objetiva ao que está situado nesse antes, com as características que se lhe atribuírem. Constituir um acontecimento no tempo sensorial não é, por conseguinte, constituir um objeto num espaço extramental, o que decorre, aliás, da tese da autonomia das sequências sensoriais.

As coordenadas da sucessão do tempo sensorial não têm de estar alinhadas com a cronometria do tempo objetivo público nem com o ritmo cíclico do sistema solar.

Há um outro uso de causa, de causalidade e de influência causal na relação entre processos materiais e estados mentais a que atribuímos o valor de representações ou entre objetos do meio ambiente sensorial e os mesmos estados mentais segundo configurações simbólicas.

Este uso de *causa* é aquele que parte da verificação de variações entre parâmetros por parte de um observador inteiramente exterior aos processos em causa. Dois modelos de mente e de atividade mental podem ser identificados em consequência desta distinção.

As diferenças entre interior/exterior, anterior/posterior, causa/efeito estão ligadas entre si. Todavia, elas podem entender-se de duas maneiras se distinguirmos os dois usos de causa. Em qualquer dos casos, se trata de distinções sobrepostas e dinamicamente geradas umas das outras.

Um aspecto essencial está em perceber de onde é percebida a diferença interior/exterior. Para o entender é necessário ver como se observa a distinção e como se situa a observação. Se a observação for interior ao lado interno da distinção, então estamos perante o modo como a atividade mental se apercebe dela mesma e o que para ela, no seu desenvolvimento sequencial, pode contar como anterior/posterior ou causa/efeito.

Se, pelo contrário, a observação for externa e pertencer ao lado externo da distinção, então são outras atividades, ou outras mentes, que percebem a atividade mental, a observam e a tomam como referência. Nesta situação, o acesso à sequencialidade da atividade mental é oblíquo e na forma da objetivação.

O recurso ao lado exterior da distinção exterior/interior para descrever nexos entifica a clausura do sistema psíquico ou garante ao invólucro do sistema uma consistência reforçada. Com isso liberta a descrição da complexidade da orientação sequencial da consciência e da sobreposição do anterior/posterior temporal e do anterior/posterior das sequências das operações mentais. Esta simplificação cria no lugar das sequências internas a identidade entre a forma do tempo e a forma da causalidade. Só na medida em que se pode recorrer ao lado externo da distinção entre exterior/interior é que a causalidade pode ter o valor que lhe atribuímos usualmente. Só mediante esse recurso pleno há descrições causais e isolamento dos momentos do nexo causal como a causa e o efeito em sobreposição ao binário anterior/posterior.

Assim, alguns aspectos do mundo da experiência sensorial e os nexos neuronais a que se atribuiu independência e autonomia sequencial e

operatória em relação a sequências conscientes podem ser descritos como responsáveis por acontecimentos localizados na consciência. É evidente que sem a neutralização da diferença entre sequências internas e forma da sequência temporal esta descrição não seria possível. Nada se podia considerar fonte externa dos acontecimentos na consciência. E, no entanto, do cérebro e do mundo da experiência sensorial não chegamos em circunstância alguma ao mundo interior como através de um canal contínuo.

Descrevemos segundo a forma da causalidade a influência de um domínio no outro. Porém, com influência só significamos, novamente, a heterogeneidade de ambos e o facto de, na dissemelhança, haver encruzilhadas. Destas últimas a única explicação que podemos dar reside novamente na verificação da covariação do comportamento das variáveis externas e dos “efeitos” conscientes.

Fica a impressão, ou ilusão, que se conseguiu garantir uma independência e autonomia no mundo físico aos objetos que pertencem exclusivamente à esfera do mundo sensorial. Gera-se a crença na existência física dos correlatos dos objetos sensoriais, como se estes fossem, de facto, elementos da realidade física. As categorias que servem para descrever o modo como a experiência e o mundo sensorial estão organizados estendem-se ou projetam-se no modo de existência dos fenómenos físicos na sua multiplicidade.

A causalidade constitui assim um molde para ligar sequências separadas com as suas próprias multiplicidades.

Se a forma do tempo é em parte gerada pela moldura referencial da causalidade e se esta se deve ao reforço do invólucro dos sistemas, no caso dos sistemas psíquicos o nexo causal adere especialmente bem ao mecanismo psíquico da objetivação. Por isso se transita do lado interior para o lado exterior da distinção interior/externo com facilidade, gerando a

ilusão do mesmo e da continuidade. Descrições dotadas de um valor e sentido para uma observação causal externa dos sistemas psíquicos podem ser reintegradas e retomadas no fluxo da consciência e o modo objetivado da referência de base pode, então, ser prosseguido num modo objetivado virtual.

No entanto, a unidade do lado externo e do lado interno da observação causal nunca é conseguida.

### **3. 3. Economia simbólica da multiplicidade**

Se admitirmos provisoriamente, como a tese do realismo ingénuo exige num plano radical, que representar implica uma relação entre uma réplica e um original denotado, uma tal afiguração tem de ocorrer num espaço e num tempo definidos, cujo carácter concreto aponta para um contexto em que vários elementos cofigurados são coapresentados. A referência espaço-temporal não reflete apenas coordenadas. A representação não ocorre sem um contexto, sem uma situação em que os objetos que vão ser tomados por originais se presentificam. Mas o contexto não é um aspeto episódico da representação. Mesmo mantendo como adequado que a representação é a forma de gerar e organizar o conhecimento, o original de uma representação está sempre dado no contexto da sua presentificação, está forçosamente incluído nas limitações dele e no efeito de moldura correspondente. Mais ainda, na representação esses limites são exprimidos. Uma teoria diria que a representação afigura do original a multiplicidade real do objeto, exaurindo na reprodução os predicados e as relações dos predicados do original. O trabalho reprodutivo estaria voltado para a mais completa translação dos predicados e relações do original na sua réplica integral. Esta ideia não é adequada ao que a Arte realiza e é inconsistente com a limitação de perspetivas sobre o mundo dos sistemas psíquicos dos observadores, com o facto de a perceção ser sempre seccional e seletiva. Porém, mais importante do que isso, não é uma explicação económica.

O que, na Arte, faz uma representação com intenção reprodutiva é apenas garantir primeiramente ao autor da reprodução o sentimento de fidelidade ao original. Mediatemente, ao gerar para si o sentimento da semelhança o autor da reprodução coloca-se na posição de primeiro destinatário da afiguração. É, portanto, sempre para um destinatário que se coloca o problema da fidelidade. E esta não é mais do que uma afeção interna



ocorrida em consequência de um certo número de operações da vida consciente sob pressão seletiva.

Imaginar uma exaustão de predicados e de relações para se poder falar em reprodução representativa ou somente representação implica que se possa presumir no agente-destinatário dessa afiguração uma emanção da própria coisa, por exemplo em imagens mentais. Aqui, se revela a base mágica da representação como *mimésis* integral. De facto, a afiguração representativa entendida como exaustão de predicados e relações conduz à ficção de um destinatário que compreende a coisa para além do ângulo das suas perspetivas, que a compreende em si, internamente. Possivelmente, esta ambição não foi nunca tomada totalmente a sério. Todavia, mesmo relativizada ela terá o seu peso num conceito de representação da experiência sensível, que supõe a semelhança e o uso da gramática da identidade e da fidelidade para definir critérios da cognição. É evidente que entre outras dificuldades o modelo reprodutivo da representação artística enfrentava a suposição indemonstrável de uma perceção uniforme do mundo e dos objetos da experiência empírica, precisamente coincidente com a perceção de um artista reproduzidor, como fazedor de imagens rigorosamente simétricas a um original.

Por duas vias se pode exprimir o carácter instrumental, económico e seletivo e orientado para fins da representação e, portanto, o desacerto das teses da imitação e da imitação exaustiva.

Antes de tudo, afirma-se que a questão de saber como é que de um objeto se segue a sua figuração não tem nenhuma resposta possível.

Seguidamente, com base numa reconstrução hipotética o que podemos saber é como é que de um objeto se segue uma figuração desse objeto para alguém, desde logo para o autor da figuração, o artista, ou, em geral, para um sistema psíquico ou, ainda mais genericamente, para qualquer sistema com elementos sequencialmente orientados.

Quando usamos a gramática do *mesmo* a propósito do objeto e da sua figuração o que fazemos não é referir um laço interno entre o original e a réplica, justificativo da fidelidade absoluta e mesmo identidade de ambos, mas sim que os efeitos em alguém,  $x$ , do original,  $a$ , e da réplica,  $b$ , são aproximáveis, semelhantes ou os “mesmos”. Se  $x$  se comporta do ponto de vista cognitivo perante  $a$  do mesmo modo que perante  $b$ , então se segue que  $a$  é o mesmo que  $b$  para  $x$ .

Não há aqui um aspeto interno diferente de um aspeto externo.

Tudo é externo no sentido em que é mediatizado desde o início. A identidade ou na melhor das expressões o sentimento da identidade ocorre ao longo de sequências da vida psíquica e não se pode isolar destas. A consideração de um nexos intrínseco que vai da coisa até à sua figuração mental e, ainda depois, até um meio expressivo, tem a sua explicação num pensamento mágico que evidentemente tem as suas próprias convenções pragmáticas, segundo as quais é muito conveniente a crença numa emanção direta da figuração a partir da coisa figurada para estabelecer comportamentos cognitivos definidos em determinados agentes. Fora deste uso particular não há qualquer prática associada à ideia da emanção direta e exaustiva de predicados e relações do original para as réplicas. Não obstante, a noção de uma fidelidade psíquica e judicativa a um original extramental está no ponto de partida das teorias empiristas do conhecimento, no projeto filosófico do empirismo lógico e do positivismo do princípio do séc. XX e acompanha as crenças do homem comum.

$X$  tem de ser tomado não como uma segunda imagem de  $a$ , como imagem mental mais propriamente, mas como *alguém que faz algo* ao estabelecer a fidelidade entre  $a$  e  $b$ . Um escrutínio adequado da representação não pode abstrair desta dimensão da atividade. É no afazer que, num caso especial, se pode tomar como um afazer figurativo, que pode residir a explicação para

o nexa entre um original e uma réplica e nunca numa soma de predicados do objeto e de predicados da réplica.

No caso de doenças como a prosopagnosia, atribuída a lesão cerebral, encaramos a incapacidade de perceber rostos de pessoas. Para o nosso propósito, o comportamento dos doentes afetados com esta doença indica como se organizam trajetos cognitivos alternativos para o reconhecimento e estabelecimento da identidade pessoal a partir de índices-fragmentos da pessoa, quando a região cerebral afetada deixou de poder responder às solicitações cognitivas associadas ao processamento da informação sobre rostos. Os pacientes afligidos com este mal não podem rever no rosto de pessoas a identidade individual dessas pessoas, pelo que *a* não remete para *b*. Para os pacientes, os rostos das pessoas não são índices de diferenciação dessas pessoas e, por isso, não são sinais de identidade pessoal. É a perda da individualização da pessoa pelo rosto, pois este rosto não remete para um irrepetível e não é um índice da singularidade desta pessoa. Nestes casos, o paciente tem a ilusão de que todos são iguais a ele próprio e não faz parte da sua estrutura cognitiva o relacionamento entre identidade da pessoa e individualização do rosto. A conexão entre o mesmo da pessoa e o mesmo do rosto não pode, portanto, estabelecer-se, na medida em que todos os rostos se assemelham. A questão da fidelidade do rosto à pessoa é sem sentido para estes doentes. Em substituição, eles desenvolvem estratégias de identificação das pessoas que não passam pelo rosto ou por traços do rosto. Alguns testemunhos relativos às estratégias de identificação de pessoas em indivíduos com esta patologia referem o recurso às peças de indumentária para distinguir os portadores. Sendo o rosto nos casos normais a fonte de reconhecimento pessoal mais imediata, ela é nos fenómenos de prosopagnosia inexistente e tem de ser substituída por outras estratégias cognitivas para se poder estabelecer a identidade pessoal. Se colocarmos diante de um paciente destes uma série de

fotografias de rostos de pessoas diferentes e fizermos um pedido de reconhecimento da face de uma pessoa muito familiar, como a mãe do inquirido, por exemplo, percebemos rapidamente que não consegue seguir o nexu entre original e reprodução. Para o inquirido poder estabelecer uma relação figurativa entre a pessoa e a fotografia é necessário que o inquiridor vá revelando outras partes do corpo nas fotografias.

Este exemplo revela como a questão da fidelidade do objeto total ao fragmento que se toma como sua figura depende da multiplicidade de aspetos que se retêm do objeto no fragmento. Esta multiplicidade é necessariamente fruto de seleções cognitivas de que dependem as estratégias de identificação. É uma boa ilustração do que sustentámos atrás ao dizer que a relação de fidelidade de  $a$  a  $b$  depende das práticas de  $x$ .

As estratégias cognitivas adotadas pelo paciente de prosopoagnosia no seu reconhecimento de pessoas tenderão a gerar uma percepção da identidade diferente de um indivíduo com capacidades normais. O que não quer dizer que o paciente não consiga estabelecer essa identidade ou, no caso da fotografia dos rostos, o nexu entre originais e reproduções. O que o exemplo revela é que, no limite, não há símbolos naturais das pessoas e o rosto como identificador da pessoa, que facilmente associamos a esse símbolo, pode não estar garantido em todos os casos de estabelecimento da identidade e da singularização. O exemplo da prosopoagnosia é interessante porque também põe em evidência a estreita relação entre identidade e individuação de objetos, o que normalmente não é clarificado.

Da base pragmática das estratégias de identificação se pode inferir também que não há símbolos naturais dos objetos. Mas esta conclusão é demasiado vasta e requer algumas precisões.

Segundo uma orientação pragmática para a identidade figurativa, os predicados e relações que são seriados no objeto a figurar são apenas aqueles que para o criador suscitam as mesmas reações no modelo e na

reprodução. O que o criador de obras com valor figurativo tem em vista é o comportamento cognitivo a alcançar com a Arte. Para isso ele vai servir-se do seu próprio sistema psíquico como simulador. O efeito de suplência gerado entre os elementos seriados e estabelecidos numa distribuição e o que para um intérprete vale como objeto dessa distribuição é um signo de tipo simbólico. Com este se consegue formar o centro compilador da multiplicidade de um plano para multiplicidade em outro plano, do mundo para a obra.

O chamado sentimento da identidade é construído em plena atividade de uso de signos simbólicos. Não deve parecer estranho, então, que uma parte essencial do tema da representação se desloque para as questões da teoria da linguagem se consideramos que é nesta última que pode ter lugar uma clarificação do que é a significação. A geração do sentimento de identidade não pode deixar de ser articulado e explicado em associação com o uso de signos e na medida em que consideramos que o signo é já a suplência de um original. No entanto, não é claro se o signo como suplência não deriva ainda do mesmo tipo de descrição da representação como identidade. É isto que temos de esclarecer.

Antes de prosseguir com a ideia de que a observação sensorial é significação deve tornar-se totalmente clara e deve identificar-se com a nossa tese.

A redução do uso de signos à linguagem verbal ou escrita, e especialmente ao discurso verbal, comporta diversas imprecisões.

Imaginamos que a reação a um signo pode ser semelhante à reação a um mecanismo de substituição de “algo por algo” e nesta aceção retemos o signo na sua máxima extensão, sem o reduzir, portanto, a unidades da linguagem. Signos não são vocábulos nem traços gráficos de vocábulos.

Também a respeito do signo são válidas as objeções seguidas até aqui a propósito da tese da identidade entre original e réplica. Ou seja, não devemos dar por terminada a análise e a crítica das teses da identidade por

imitação pelo facto de termos dito que a suplência (entre original e réplica) é um efeito de signo e é ela mesma um signo. A noção de que a representação ocorre mediante símbolos é, por isto, insuficiente se não se evidenciar o que implica a admissão dos signos na representação ou se os símbolos forem uma vez mais entendidos apenas como substitutos da coisa ou da imagem mental ligada à coisa.

Quando reconhecemos no signo e nas relações entre os signos relações de substituição esquecemos dimensões essenciais não apenas da significação como também da própria representação como figuração. É de certo modo evidente que o signo implica uma suplência e que na representação o signo é aquela multiplicidade que se vem colocar no lugar da multiplicidade original do objeto, servindo para o denotar. Na figuração são aqueles traços que se conservam na figura para denotar a coisa.

Os que tomaram esta relação de suplência como tema de investigação mostraram que os signos substitutivos adquirem com facilidade uma vida própria e o seu uso pode articular-se ao longo de várias linhas de conexões semióticas autónomas em relação às fontes iniciais assim se perdendo a relação com a origem e, por conseguinte, também, o próprio significado da suplência. Esta autonomia da representação (mediante signos) em relação ao representado foi designada com vários termos, entre os quais o de ficcionalidade, referindo todos eles a relativa independência da figuração. Há, contudo, uma característica desta autonomia que rapidamente se esquece quando é apenas a própria autonomia que se pretende fixar e enfatizar. Ela diz respeito ao carácter tacitamente aceite do nexó substitutivo, de o intérprete se deixar conduzir pelas representações como se estas fossem efetivamente a própria coisa e de isto corresponder, na consciência, a um certo tipo de prazer.

Uma tal autonomia não descreve uma crença cega nos substitutos, como se estivéssemos perante uma única realidade, a da conotação, mas ela vive do

próprio ato de representar e de estar no lugar de outra coisa, mesmo pelo facto de o prazer da consciência ficcional residir na vivência da ambiguidade. É este “fazer-se tomar por” que constitui o centro do sentimento da ficção. Ele não seria uma vivência tão característica se anulasse a diferença entre o representante e o representado totalmente a favor do representante. Ao contrário, a ficção está instalada na diferença de ambos e no reenvio. O que só acontece na medida em que a diferença e o reenvio remetem para práticas supostas em  $x$ .

Na realidade, os nexos ficcionais não se dão entre a coisa e o seu representante simbólico, mas essencialmente naquilo que alguém fez ou faz para estabelecer esse nexos. Consequentemente, a ficção revela num sentido forte a relação triádica  $a, b, x$  que havíamos isolado anteriormente na representação. Na medida em que este modelo referencial, ao mesmo tempo denotativo e conotativo, não inscreve  $x$  como um aspeto fixo, mas como um comportamento dinâmico de um agente interpretativo, o que se indica com  $x$  é uma atividade de um tipo particular com correspondência nas vivências psíquicas de um “estar no lugar de...” ou de um “como se”.

Se a representação tem este estatuto de quase ficção é porque  $x$  pode seguir o nexos entre  $a$  e  $b$  sempre a partir de  $b$ . Este último reflete na sua estrutura interna o próprio reenvio para  $a$ . Mas deve ser claro que o reenvio nunca chega a iniciar-se sem a atividade que em  $x$  liga os dois polos, ou seja, sem a ação a que chamarei *ficcionalizar*. Deve ser claro que o reenvio de  $a$  para  $b$  não está nos dois polos ou só num deles, isoladamente - só a função de ligação os pode, realmente, ligar.

É por isso importante perceber o que caracteriza esta atividade. Já vimos que se trata de conhecimento e interpretação. A atividade cognitiva e interpretativa que aqui descobrimos em  $x$  não consiste em recobrir aspetos de  $a$  com aspetos de  $b$  ou em seguir ponto a ponto elementos de  $b$  até elementos de  $a$ . Não se trata, pois, de correspondência ou de

estabelecimento de correspondência mediante verificações ponto a ponto. As vivências intencionais associadas à forma de signo, na representação, estão ligadas a aspetos económicos da representação, a seleções.

Para assegurar que se representa alguma coisa não são necessários todos os elementos de uma correspondência, até porque não saberíamos descrever quais são ou quantos são “todos” os elementos de uma correspondência. Esta dimensão económica na caracterização da cognição e da interpretação é essencial e ficou conhecida como o problema da relação entre partes e todo ou mereologia.

Ela indica que  $a$  está para  $b$  segundo uma multiplicidade definida de elementos de ambos e não segundo uma projeção ponto-a-ponto ou elemento-a-elemento. A multiplicidade definida de elementos não está diretamente fundada na correspondência, mas sim voltada para garantir que as estratégias cognitivas e interpretativas de  $x$  são viáveis e podem, portanto, ter continuidade até um ponto em que são largadas e substituídas por outros nexos  $a'$ ,  $b'$ ,  $x'$ .

Quando é referida ou invocada a correspondência é mais uma suposição do que uma certeza e sempre segundo a regra de uma multiplicidade definida de elementos, que é mantida apenas na medida em que com ela se pode passar aos momentos posteriores nos comportamentos cognitivos e interpretativos de  $x$ . É este um motivo que aproxima o conhecimento da estrutura ficcional de suplência da representação por signos e da sequencialidade das operações cognitivas. Estes três aspetos não estão separados.

Se, numa atividade cognitiva determinada, que envolve progressão de cognição e interpretação,  $x$  parte de um dado conjunto de elementos que em  $b$  considera consistentes com elementos de  $a$  para iniciar ou sustentar uma progressão cognitiva e se essa multiplicidade definida for ajustada à progressão, então essa multiplicidade é conservada e para todos os efeitos



é ela que é considerada ajustada aos fins representativos da cognição, quando esta consistir de facto num tipo representativo em que  $b$  está para  $a$ .

A isto chamámos, atrás, *compilação da multiplicidade*.

É a esta que se pode chamar representação no sentido próprio.

Quer dizer que fora de estratégias cognitivas definidas não conseguimos saber o que é a multiplicidade definida do nexo representativo, pois não temos qualquer critério para o fazer. Só se a compilarmos.

Uma vez iniciado um processo cognitivo com base na referência a uma dada multiplicidade de elementos, a ligação entre estes elementos e a origem representativa deixa de ser procurada. Usa-se a multiplicidade definida para produzir cognição, ou seja, para gerar mais multiplicidade definida de elementos.

A forma que adquire a multiplicidade definida pode ser tomada como forma da representação se a estratégia cognitiva de  $x$  implicar momentos de tipo representativo ou nexos representativos de que dependa o avanço da cognição. Se a progressão cognitiva não repousar em nexos representativos muito relevantes então o conhecimento não é conhecimento de tipo representativo e a indagação cognitiva sobre fidelidade não ocorre. Isto revela que para avaliarmos do significado das representações temos de dispor de seqüências das vivências psíquicas tidas como relevantes, no seu dinamismo e nas suas ancoragens.

O encadeamento das seqüências da consciência deve ser o que para um sistema psíquico determina o que para ele é o valor relativo dos nexos representativos e das outras formas de cognição nas suas estratégias cognitivas.

A forma da representação é apenas uma entre outras formas cognitivas possíveis que os sistemas psíquicos mobilizam para organizar o conhecimento gerando uma multiplicidade definida a partir de outras. Mas

a equação do seu valor relativo depende de facto das sequências cognitivas que tiverem sido geradas. É por isso que é de grande importância perceber como funcionam as sequências e como nestas se organiza e orienta a multiplicidade definida de elementos. Os sistemas psíquicos constituem mecanismos aperfeiçoados do ponto de vista evolutivo para garantir uma consistência interna e modularidade à base sequencial da consciência.

Cognição é muitas vezes um termo mal-entendido. Em muitos casos se julga que significa observação e objetivação de aspetos de uma observação, isolamento de predicados, etc. Na medida em que a cognição é um processo mais complexo, esta imagem é empobrecedora. Se consideramos a cognição como um processo em que são reunidos elementos de variadas fontes da experiência psíquica, como dimensões sensoriais, intelectuais ou emocionais, percebemos que por cognição não entendemos o resultado final da objetivação da realidade na experiência psíquica da observação, mesmo que consideremos também as operações definidoras da observação como multifacetadas. Na cognição encontramos níveis de organização da experiência psíquica com vista a certos resultados finais, mas o processo cognitivo é nele mesmo mais rico do que nos seus resultados. Conhecer não é fazer um quadro de um objeto, mas tornar coesas algumas sequências da vida consciente.

As teses sobre a relação obrigatória entre conhecimento atual e conhecimento futuro ou entre o estado presente e um estado posterior na consciência e na cognição e a ideia que sustenta que todo o conhecimento é signo são concepções nucleares do pensamento pragmático de Charles S. Peirce, continuadas na tradição pragmatista. Porém, a relação entre ambas as teses e a regra da economia na formação da multiplicidade definida tem de ser escrutinada como uma consequência adicional, sendo de grande relevância. É esta última ideia que permite perceber por que razão a orientação sequencial da consciência na organização do conhecimento dá

as regras sobre o que deve ser retido dos momentos anteriores das sequências anteriores da consciência. Para além disso, no que se refere aos momentos de significado representativo, é a orientação para os momentos seguintes das sequências que dita a regra do que pode ser retido da multiplicidade de predicados de objetos e figuras para assegurar a fidelidade da figura ao objeto. Uma resposta direta à questão da multiplicidade definida de predicados para manter a fidelidade do objeto e da figura não tem aplicação possível, como se referiu. O signo e a relação simbólica por ele instituída aparece, então, como o efeito da sequencialidade da cognição na retomada da multiplicidade definida de certas representações.

Substitui-se uma consciência de signo ao que anteriormente aparecia como consciência voltada para representações de um universo mental atomizado. Pode dizer-se que se ganhou uma mediação onde, anteriormente, sob a influência das concepções da imagem, da *mimésis*, da fidelidade ou da correspondência, parecia haver um nexo imediato.

Porém, pode ser que a admissão da consciência de signo no âmago da ideia de representação obrigue a ir mais longe que a simples referência ao signo como um elo mediador. Mais que isso, pode mesmo implicar que a noção de uma consciência de signo seja tida como imprópria. Na verdade, os que concebem a relação de signo como central na representação não questionaram o que quer dizer a consciência de signo. A resposta depende de saber se com o signo se fecha e conclui a mediação ou se, pelo contrário, o signo como mediação não estimula mais mediação, gerando uma abertura que leva além dos limites da consciência e das sequências características dos sistemas psíquicos individualizados. Teríamos, então, de ir da consciência de signo até à comunicação.

### 3. 4. “Fogo-fátuo”

Imaginemos a situação seguinte gerada em consequência da leitura de uma instrução relacionada com um signo escrito. Imaginemos que alguém escreveu aqui, nesta página deste livro, uma instrução do género:

- Concentre-se na expressão “fogo-fátuo”!

O que ocorreu?

Não posso responder com segurança a esta pergunta. Responder ao que ocorreu implica poder ter uma imagem dos efeitos da expressão em alguém que leu, aqui, a instrução e a pergunta associada.

Refiro-me concretamente aos efeitos num leitor, improvável, da frase, escrita num texto, em língua portuguesa, em que aparece a expressão linguística, neste caso uma palavra composta, “fogo-fátuo”. De notar que a expressão aparece entre aspas e relacionada com uma instrução: concentre-se! Ao signo escrito atribuímos a capacidade de gerar respostas mentais, que são como figuras mentais imediatas do signo que por sua vez se podem desdobrar em figuras mediatas e em signos-réplicas do signo inicial.

Imaginemos que “fogo-fátuo” entrou na rede de associações mentais de alguém. Convencionemos, benevolmente, que esse alguém se “concentrou” efetivamente na expressão. Aí, nesse campo a que chamo “mental”, alguém a que chamarei *x* ligou “fogo-fátuo” a uma rede de substitutos mediante a atividade psíquica da “concentração”. Esta é uma explicação possível do que ocorreu. Porém, é uma explicação ideal que se aplica ao que se pode ter passado com qualquer leitor.

Ao formar substitutos de “fogo-fátuo” o sentido mental de alguém se vincula, efetivamente, não só a atitudes proposicionais, que envolvem o termo, como também a disposições práticas, mediadas pelo organismo. A vinculação da sequência mental com o termo é análoga às respostas

comportamentais a estímulos. A partir do momento em que a vinculação se dá “fogo-fátuo” assume toda a realidade que pode assumir, tendo em conta as séries associativas formadas e mobilizadas para a vinculação.

É a este processo de inclusão da resposta no próprio estímulo ou de vinculação do sentido psíquico a um termo da linguagem que se pode chamar acontecimento.

“Alguém” que leu e se concentrou não corresponde a ninguém de determinado. O nosso  $x$  é “qualquer um”, uma universalidade formal da suposição que fizemos sobre “alguém” que leu e se concentrou. O que me parece justificado nesta idealização deriva simplesmente da minha própria experiência e do facto de eu atribuir significados a “fogo-fátuo” quando me concentro na sua expressão escrita. Eu reconheço que “fogo-fátuo” está ligado na minha experiência linguística dos efeitos desse signo a alguns substitutos mentais da expressão. Partindo da minha experiência prevejo que o mesmo tipo de atividade ocorra com outrem, embora eu saiba que não há acesso na primeira pessoa aos atos mentais de outra pessoa e, por isso, não possa nunca saber o que aí se passou. Simplesmente assumo que é assim também com um indeterminado outrem. Há nisto o que se pode chamar projeção de atos da primeira pessoa e a sua naturalização. Não vou agora discutir o significado completo desta projeção. O que se deve assinalar é que na identificação por um observador do sentido psíquico da expressão mencionada não é possível uma conclusão definitiva nem uma definição do sentido psíquico válida para qualquer sistema psíquico. As vinculações podem ser tão diversas quanto os sistemas psíquicos considerados. É este aspeto que explica por que os acontecimentos se narram de forma diferente.

$X$  reage a “fogo-fátuo”, eis o que podemos dizer. A reação de  $x$  é semelhante a outras reações de unidades psicofísicas a que atribuímos autoconsciência ou subjetividade, esta é outra conclusão. A reação de  $x$  é um processo que

estamos longe de poder descrever como simples. Só podemos aceder a essa complexidade desde que passemos da hipótese ideal de um leitor para um leitor determinado, de um qualquer  $x$  para um  $x$  definido com quem mantemos uma relação de proximidade. O problema que se coloca nesta passagem é o de saber se o leitor definido é um exemplo adequado do  $x$  indeterminado. Temos aqui outra formulação do nosso problema inicial sobre a correspondência.

Se nos posicionarmos como observadores de um leitor definido da expressão “fogo-fátuo” vemos ocorrerem fenómenos exteriores de comportamento, como expressões faciais ou gestos ou expressões linguísticas explicativas de associações mentais, etc. Imaginamos que as expressões refletem fenómenos psíquicos que situamos na corrente de consciência do nosso  $x$  definido, que atribuímos a movimentos internos de ideação. Ainda concebemos um nexos entre a expressão linguística e esses fenómenos psíquicos e de comportamento.

Na base, este nexos é uma relação causal em que “fogo-fátuo” se descreve como causa (estímulo) e os fenómenos psíquicos e de comportamento do  $x$  definido surgem como efeitos (respostas). Nas vivências deste  $x$  na presença imediata de “fogo-fátuo” o nexos causal não é um conteúdo temático direto da consciência. Ou seja, o  $x$  definido não se dirige para “fogo-fátuo” como *causa* objetivada, reflexiva, das suas vivências sobre fogo-fátuo. Este  $x$  limita-se a reagir a “fogo-fátuo”. Esta forma imediata dos movimentos da sua ideação é também uma forma limite, algo de completamente ideal e evanescente. Facilmente o  $x$  definido se pode voltar para as suas próprias vivências, o que ocorre sempre de uma forma mais ou menos prolongada, mais ou menos detalhada, para as tomar como conteúdos de outras vivências. É assim que a observação dos estados mentais de  $x$  por  $x$  altera o valor da própria resposta a “fogo-fátuo”. Um halo de associações dependente dos nexos reflexivos da consciência e da ação de  $x$ , das suas

respostas cognitivas, em suma, vem anexar-se ao que podia ser um nexos imediato estímulo-resposta.

Assim, o que um observador retiver das respostas cognitivas e das ações expressivas de  $x$  a “fogo-fátuo” não é o resultado imediato de uma associação estímulo-resposta, mas possivelmente já a elaboração psíquica na corrente de consciência de vários suplementos e associações que, em corrente reflexiva, foram ligados por  $x$  a “fogo-fátuo”. O que de final ou de momentaneamente final se produzir na observação do comportamento cognitivo de  $x$  sobre “fogo-fátuo” por um intérprete, que pode ser  $x$ , ele mesmo, deve poder valer como o sentido de “fogo-fátuo” ou simplesmente “fogo-fátuo” como signo e como acontecimento.

Todavia, nesta tentativa de fixação do sentido pela observação do comportamento cognitivo estamos num nível de referência que se pode considerar psíquico-comportamental do signo. O que se pesquisa é a conexão entre a corrente de consciência, o objeto (ou tema) e o comportamento interpretativo. Esta relação pressupõe a estrutura psíquica que apoia o encadeamento de elementos da consciência.

O problema que levantámos atrás não teve, contudo, qualquer resposta nestas últimas considerações sobre o comportamento interpretativo de  $x$  definido - que ligação presumir entre um  $x$  ideal e o  $x$  definido. A questão é pertinente, pois o autor ao deixar escrito num texto um signo associado a uma instrução não endereçou nem o signo nem a instrução a um intérprete particular. Daí a questão de saber se pode falar-se de um nexos exemplificativo entre ambos os intérpretes.

Tal problema não é inteiramente novo. O que pode parecer novo está no modo como é apresentado. A questão de fundo surgiu na História da Filosofia moderna sob o título de subjetividade transcendental e sujeito empírico.

O que agora se reteve foi o signo como traço de união entre  $x$  ideal e  $x$  definido, entre o sujeito ideal e o sujeito concretizado numa corrente de consciência determinada. A tradição sobre o sujeito transcendental referia-se a uma consciência do signo em geral, que aqui se revê num destinatário do signo em geral. O signo está sempre suspenso de um intérprete, mas esta suspensão não é suprimida quando ocorre uma interpretação determinada na modalidade de uma corrente de consciência definida com as correspondentes expressões corpóreas ou linguísticas. Uma tal suspensão acompanha o signo e é parte essencial da sua definição.

A base da representação no reenvio  $a, b, x$  não pode realmente sustentar-se na suposição de que  $x$  está já preenchido. Este aspeto foi talvez pouco referido. Sustentou-se que na representação alguma coisa  $a$  está para outra  $b$  segundo estratégias cognitivas de intérpretes  $x$ , que vinculam sentido a estímulos. O que não quer significar que se estejam a referir estas estratégias cognitivas particulares deste intérprete particular  $x'$ . A abertura às estratégias cognitivas de intérpretes possíveis, e não só deste intérprete, é uma característica do reenvio das representações, que não pode ser eliminada. Trata-se de uma abertura ideal a intérpretes também ideais ou possíveis a partir do próprio centro do nexos representativo. Esta idealidade não se suprime pois é a própria possibilidade que está jogada na representação. Como se exemplificou numa direção regressiva do signo à representação mental no caso de “fogo-fátuo”, o reenvio ideal de  $a, b, x$  não é suprimido nem sequer estagnado pelo facto de termos encontrado um  $x'$  com uma corrente de consciência particular em que certas associações se ligavam em certas sequências da corrente de consciência ao signo escrito “fogo-fátuo”. Um signo está para alguém, é dado a alguém. Um signo não está para este intérprete com estas precisas sequências associativas, embora este  $x'$  possa ser entendido como uma replicação da idealidade de  $x$ . É desta forma que a referência à possibilidade está inscrita na definição



de representação, tal como acontecia com a referência à sequência dos momentos ulteriores da progressão cognitiva.

Em síntese, na medida em que implica reenvios entre elementos a representação é baseada numa estrutura que combina dimensões reais e outras ideais sem qualquer equilíbrio entre o ideal e o real. O reenvio corresponde a uma forma temporal aberta, cuja abertura é em parte o efeito desta diferença de dimensões. Isto deixa o acontecimento, na sua interpretação, aberto a uma multiplicidade não fechada de vinculações de sentido.

Ao identificar a dimensão de signo na forma de reenvio da representação fazemos depender o valor representativo de qualquer coisa das práticas cognitivas e interpretativas, mas como práticas abertas de sujeitos possíveis.

Uma tal abertura pode ser interpretada negativamente como significando apenas que nenhum sistema psíquico pode aceder à corrente de consciência de outro sistema psíquico e por isso nenhuma estratégia cognitiva ligada a nexos representativos mentais pode ser sujeita a uma analogia exaustiva (ou redução) com outras estratégias cognitivas. Daqui decorre que a dimensão psíquico-comportamental e linguística é a única a poder oferecer uma correção para a intransparência interpsíquica. O que outrem associou a “fogo-fátuo” é, para a minha própria consciência, internamente inacessível. Não tem aqui préstimo falar-se numa analogia de estados psíquicos, pois não há uma tal coisa. O que efetivamente se concretiza é uma observação daquele comportamento de outrem que pode ser tomado como expressão de estratégias cognitivas do seu autor e que o observador considera mais ou menos familiares tendo em conta a sua experiência. Uma parte significativa dos esforços da “V Meditação Cartesiana” de E. Husserl desenrola-se neste terreno, mas desemboca em resultados apenas provisórios e insuficientes quanto à tarefa de reconhecer a autonomia da

consciência e da comunicação e de articular as sequências da consciência com as sequências da comunicação.

Se for possível chegar à identificação de estratégias cognitivas coincidentes de diferentes sujeitos relativamente aos reenvios da forma da representação, isso poderá ser o resultado da convergência das atividades cognitivas deles, o produto de tecnologias da comunicação, mas não mais do que isso.

Haverá um sentido ideal de “fogo-fátuo”? Um tal sentido ideal é o que torna possível a comunicação de experiências psíquicas distintas em redor do signo escrito “fogo-fátuo”? Nesta última formulação o *eidos* como forma ideal da significação explicaria as associações do sentido psíquico particular de cada sujeito da experiência e ainda a comunidade do sentido disponível para outros e assim repetível. Ora, quando se pensa que se está a comunicar a essência do signo o que é que de facto se comunica a não ser a forma da sequência associativa, que leva de “fogo-fátuo” a outras significações?

O que se transmite é a essência como sentido ideal contemplado ou a forma conectiva de um aperceber em conjunto de elementos ligados entre si? É uma forma ideal ou antes a regra de uma conexão que se transmite a outrem? As observações de L. Wittgenstein sobre semelhanças de família e definições operatórias de nomes comuns como “jogos”, em que se forma um “ver como”, são aqui mais instrutivas que as teses da Fenomenologia de E. Husserl sobre a idealidade da significação.

No nosso modo de ver, deve entender-se a forma universal de uma essência da significação como uma resposta teórica, equivocada, acerca do enigma da comunicação e não o modo como a própria comunicação tem lugar.

Ora, é da conclusão negativa sobre a intransparência intersubjetiva e a impossibilidade de acesso ao outro por analogia que resulta mais claro como se constitui o domínio da comunicação. Este último é correlativo da irreducibilidade dos sistemas psíquicos uns aos outros.

A comunicação tem um apoio indireto na forma aberta do reenvio das representações e nas estratégias cognitivas desenvolvidas a partir delas pelos sistemas psíquicos em sequências da vida consciente ao conceberem os acontecimentos.

Convém esclarecer o significado desta abertura.

A comunicação é estimulada pela intransparência intersíquica e, mais precisamente, pela indeterminação intersíquica do sentido das representações de acontecimentos. Se para um sistema psíquico considerado como sede do encadeamento de sequências da consciência as representações importam na medida em que geram, ancoram ou orientam as sequências do sentido psíquico, assegurando, portanto, a dinâmica psíquica, isso não impede, antes explica, a indeterminação do sentido não-psíquico, ou seja, do que se continua a gerar, continuamente, para um número indeterminado de sistemas psíquicos ainda que partindo da mesma fonte no acontecimento.

O acontecimento na sua dimensão factual pode ser acedido por observação II, de um tipo científico e expressamente objetivador. Contudo, não está por isso liberto da variação do sentido.

Para entender esta ideia é necessário que se tome por comunicação o que efetivamente está em causa nela, não a reduzindo a elementos heterogéneos.

É então importante perceber a que resultado se chega quando se conclui que a analogia intersíquica interior com recurso a meios imaginativos é impraticável na medida em que não leva a nada de original da vida psíquica alheia e, mesmo quando se apoia no comportamento cognitivo externo como num meio indireto para aceder às vivências alheias a partir da ação exterior de outrem, é inconclusiva.

A originalidade e autonomia da comunicação está sustentada de um modo oblíquo na inviabilidade de um acesso psíquico às vivências psíquicas alheias

e ao sentido processado de um ponto de vista psíquico nos atos de vinculação.

Há efeitos de signos sempre que a informação é processada em meios determinados, é percebida num percipiente, traduzida em efeitos simples ou ações mais complexas e eventualmente retransmitida. Uma sequência destas pode recorrer a sistemas psíquicos como suportes em que são estados mentais que se situam no lugar de percipientes, mas não obrigatoriamente. Os efeitos da semiosis na consciência são efeitos psicológicos se a sua observação for psicológica ou se interessar do ponto de vista da sequência de elementos da consciência de um sistema psíquico determinado. Não serão efeitos psicológicos se a observação não for psicológica e se esses efeitos interessarem na perspectiva de sequências comunicativas.

Esta conclusão supõe um entendimento da comunicação como encadeamento de elementos de um tipo não-psíquico.

Na relação com os acontecimentos, a comunicação é potenciada pela dimensão ideal da forma da representação, embora naturalmente a comunicação não seja redutível a representações. Há, porém, uma idealidade da comunicação estimulada pela abertura ideal do signo, que tem diretamente uma justificação na irredutibilidade das sequências comunicativas a estados de consciência e na impossibilidade de aceder psicologicamente à vida psíquica alheia.

Não havendo outras fontes da geração de sentido, afirmamos que estamos perante sentido processado na comunicação sempre que não conseguimos reduzir determinados efeitos de sentido às correntes de consciência e às sequências das correntes de consciência.

Daqui se podem inferir consequências de carácter modal.

A mais geral indica que o que para a consciência é representado como possível e não como diretamente atual pode ser atual em sequências

comunicativas. As possibilidades não concretizadas nas correntes de consciência podem estar concretizadas nas sequências comunicativas, no sentido forte do verbo poder.

Os efeitos na comunicação da referência a sinais ou signos encadeiam-se de novo e não estão nunca completamente paralisados. Os percipientes nestes encadeamentos não têm de possuir a característica de sistemas psíquicos, mas mesmo quando os efeitos comunicativos mobilizam sistemas psíquicos eles levam para além dos limites da consciência.

É difícil, por esta razão, definir o que são sequências comunicativas com base em conhecimento reproduzível em percepções, pois elas não têm os mesmos elementos que conseguimos identificar em sequências que pertencem à percepção ou ao sentimento interno, mesmo que parasitem o sentido psíquico. Na medida em que se dão autonomamente em relação à consciência essas sequências podem estar a ocorrer sem que um sujeito as possa indicar, como acontece quando a “fogo-fátuo” na página escrita se seguem inúmeras correntes associativas, com as respetivas vinculações que podem, eventualmente, interagir.

As sequências da comunicação são, pois, na perspectiva modal da consciência, de uma potencialidade absoluta. Na comunicação podem estar a ocorrer, de facto, todas as possibilidades que uma consciência pode representar como possibilidades. Se estas possibilidades não ocorrem efetivamente é em virtude de limitações seletivas que pertencem à condicionalidade sequencial da própria comunicação. Contudo, esta ocorrência ou não ocorrência é uma vez mais limitadamente acedida pelos sistemas psíquicos.

Como se disse anteriormente, as sequências comunicativas podem mobilizar portadores psíquicos, mas não é segundo as regras associativas do sentido psíquico ou para uma tomada de consciência que essas sequências estão orientadas. Antes, a comunicação no seu desenvolvimento e na

modulação das suas conexões sequenciais toma os sistemas psíquicos como percipientes, mas continua para além deles a gerar efeitos e a prosseguir nas suas sequências se nada a impedir ou se não se esgotar. A concatenação entre sequências psíquicas e sequências comunicativas funda-se na plasticidade recíproca de ambas. É daqui que resulta a ilusão de um *continuum* psíquico-comunicativo, sobretudo quando o meio de ambas as sequências é de tipo linguístico. A história da continuidade das sequências é, contudo, a única a permitir explicar o parasitismo de ambas as séries sequenciais. De um ponto de vista que é intuitivo para cada um percebe-se que o fluxo de consciência continua até se esgotarem os nódulos associativos em que se modula. O mesmo acontece com a comunicação. Se a consciência pode recorrer a temas para selecionar, ordenar ou canalizar as suas sequências algo de semelhante ocorre na comunicação, muito embora aqui a complexidade das formas de seleção esteja em grande parte relacionada com as formas de diferenciação social das sociedades. A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann foi, a este respeito, esclarecedora.

## 4. Sequências

### 4. 1. Sequências e seleções

A noção tradicional de representação, tão influente nas doutrinas clássicas sobre o conhecimento e a percepção assim como nas ideias do homem comum sobre o que é a realidade, o enunciado linguístico e a consciência, manteve a característica essencial de uma remissão de alguma coisa para outra.

Embora o realismo ingênuo presumisse que, no ato de representar, o algo para que remetia o símbolo mental ou signo linguístico estava presente no mundo com as mesmas características físicas que se reproduziam no análogo consciente ou linguístico, afirmava também, muito rudimentarmente, que representar era remeter para outra coisa, estar no lugar de outra coisa. A tradição gnosiológica da época moderna não se cansou de repetir este traço característico da representação como estar no lugar de outra coisa, desde logo no Empirismo.

As dificuldades insuperáveis que se opuseram a esta maneira de ver provieram logo da nova forma de conceber a realidade física, que dificilmente permite caracterizar o mundo da física como uma realidade povoada de coisas, com as notas da permanência e da identidade.

Todavia, à medida que se foram desenvolvendo novas teorias sobre a relação entre a linguagem e a realidade, a Semiótica fazia o seu caminho e os trabalhos sobre Filosofia da Linguagem das orientações hermenêutica e analítica se consolidavam cada vez mais foi-se tornando difícil sustentar a noção de que os signos são nomes no lugar de objetos, segundo uma relação de transparência referencial entre a série linguística e a série ôntica.

Se no seu significado elementar a representação é uma substituição remissiva, um estar no lugar de algo remissivo, se vem tornando claro que

ela não torna homogêneas séries heterogêneas como a série física, a psíquica, a das frases e da comunicação. Remeter para... ou estar no lugar de algo tem de ser novamente escrutinado. Uma consequência radical de um exame destes pode estar no abandono da própria noção.

A proposta que se tem defendido neste trabalho é a de substituir a ideia de homogeneidade representacional entre elementos de séries heterogêneas (imagem psíquica e objeto físico, na versão mais comum) pela organização sequencial do real na cognição, qualquer que seja o sistema que processe elementos com valor cognitivo. Assim se defende que a cognição é um produto de conexões autorreferenciais em sistemas que têm capacidade para formar tais conexões, como acontece de modo explícito, segundo símbolos, nos sistemas psíquicos e nos sistemas baseados na comunicação. Mediante as formas cognitivas a heterogeneidade das séries ganha uma articulação e estas se podem embraiar no dinamismo umas das outras.

As remissões associadas à noção tradicional de representação têm lugar entre elementos dos sistemas cognitivos.

Contudo, sendo a remissão de um tipo interno ela é uma ligação com o posterior de uma série.

Os sistemas que encadeiam elementos com valor cognitivo podem enlaçar na cognição outros elementos, cujo valor pode não ser redutível à cognição. O que permite diferenciar o propriamente cognitivo em sentido psicológico de outros elementos que se dão em conexão está no facto de estarmos perante cognição sempre que vemos gerar-se num encadeamento sequencial de elementos um vínculo entre as dimensões auto- e heterorreferencial do sistema de referência.

Quer dizer que a cognição é uma construção de um sistema que ocorre sempre que, para traduzir o significado das suas operações para outras operações, o sistema se refere ao produto de uma seleção como algo dotado de uma relativa independência.



Partindo do sistema psíquico como um sistema produtor de cognições a forma mais simples de se entender a construção sequencial do real está em perceber a evidência de que nada é dado de uma vez só. Não há cognição instantânea.

Abstraindo da crítica antecedente da certeza imediata da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, nos seus trabalhos da década de 1870 Charles S. Peirce evidenciou a ligação inferencial entre os elementos do conhecimento na sua crítica do intuicionismo cartesiano, mesmo se não retirou consequências radicais do seu inferencialismo. Na consciência, a noção de alguma coisa dada só se pode constituir no processo em que a corrente de consciência preenche esse primeiro imediato. Só nos momentos seguintes da vida consciente e cognoscente é que o que se formou na consciência como dado num certo instante se pode definir naquilo que é, ao se tornar nisso mesmo de nexos em nexos.

O “é” dos dados da consciência não possui qualquer existência isoladamente, ao contrário do que parece indicar o presente do indicativo do verbo. O que permite caracterizar o algo está sempre já em outra coisa para que esse algo remete. A diferença em relação à tradição da representação está em que a remissão não se pode apenas conceber interséries, como se um interior remetesse para um exterior ou um elemento mental se explicasse por um outro, extramental.

A consciência não está encapsulada no seu presente. Mais propriamente, ela não tem presente do indicativo. O “é” forma-se para ela na terminação de um movimento interior em que vários elementos internos mutuamente se acomodam segundo uma retomada.

A influência do pragmatismo clássico e das orientações neopragmatistas transformaram num truísmo a tese da relação entre cognição, significado proposicional, interpretação e os “efeitos práticos” das concepções. Tiveram nisto um tal sucesso que mesmo nas formas populares de argumentar sobre

o conhecimento expresso em proposições se viu a possibilidade de fixar o sentido das proposições no conhecimento do contexto ou dos resultados das ações humanas em situação.

Não obstante, a noção mais primitiva de operação, que devia constituir a grande ideia das concepções pragmáticas sobre o significado, permaneceu enevoada. Intuitivamente sabe-se que toda a atividade prática é formada por operações. É, no entanto, notória a debilidade teórica das ideias correntes sobre a relação entre ação prática e operações. Na teoria da semântica contextual, a atividade prática designou o campo dinâmico da referência de proposições, argumentos ou textos complexos como um domínio internamente articulado de ligações simbólicas e remissões, estruturado na ação humana e na sua prossecução de fins. Tal domínio inclui uma multiplicidade de aspetos que, concatenados por remissões simbólicas, formam o que se pode chamar um contexto.

A ideia de uma dimensão antepredicativa estruturada por essas remissões simbólicas em direções teleológicas da conduta, que se concebeu na Fenomenologia de E. Husserl na noção de “mundo da vida” e em *Ser e Tempo* de M. Heidegger, na caracterização do “ser no mundo” dos §§ 14-18, vem alinhar-se, concordantemente, com as teses pragmatistas sobre formação do significado e sobre a interpretação e ainda com a inspiração configurativa da relação partes-todo na percepção da “Psicologia da Forma”. O antepredicativo na teoria da semântica contextual procurava assim dar resposta ao que a semântica baseada somente na informação restrita do conteúdo dos termos, juízos e dos argumentos não conseguia articular quanto ao significado proposicional total e, sobretudo, no concernente às dependências e efeitos pragmáticos da significação dos termos e das frases nos locutores e alocutores.

Ao se afirmar como o equivalente a uma semântica supletiva da semântica das proposições a doutrina sobre o antepredicativo não se vocacionou para

âmbitos mais vastos em que a cognição e o sentido se não formam em conjugação com a linguagem. Conceitos como os de observação ou de autopercepção em sistemas não-psíquicos ficariam sempre excluídos de uma tal semântica antepredicativa. No entanto, sabemos que aqui se desenvolve um análogo da prática em sentido antropológico, em que a tónica está precisamente no que a noção mais lata e ao mesmo tempo mais precisa de operação permite identificar e descrever.

A transformação tecnológica dos níveis de articulação simbólica desse “mundo da vida”, a compreensão tecnológica da prática de cunho inicialmente antropológico e a evolução do que se vem chamando “pós-humanidade”, em consequência da generalização da I. A. a vários domínios da vida quotidiana, não são circunstâncias a deplorar na mudança civilizacional nem prenúncios ainda por realizar. Antes de tudo são dimensões reais, refletidas no antepredicativo, cujo alcance está em estruturas de remissão simbólica diferentes da articulação judicativa do pensamento, da percepção em sistemas psíquicos de humanos, de formas de comunicação dependentes da linguagem verbal ou do corredor oral-escrito, mas também distintas da manipulação instrumental do “ser-aí” dirigido às suas metas, típica dos meios tecnológicos das épocas anteriores à chamada “revolução digital”.

A importância da última revolução tecnológica da humanidade está para além de uma alteração de escala do humano e do técnico. Ela enraíza-se, sobretudo, na crescente ancoragem do sentido na informação em que é modelada a construção quotidiana do mundo envolvente nas percepções e ações assim como na comunicação. A ancoragem estrutural do sentido na informação nas construções do mundo explica por que é justificada, na teoria, a revolução operatória que abrange, entre outras dimensões, a própria teoria da semântica do antepredicativo.

No início da teoria matemática da informação, logo com Ralph Hartley e, depois, com outros, se havia identificado o valor da informação medido em quantidade na relação entre possibilidades disponíveis e as atualizadas num sistema de transmissão de mensagens. Uma reflexão sobre esta ideia levamos a perceber nessa diferença uma relação que se estabelece no sistema como observador dos seus estados. Ela leva implicada a discriminação da potencialidade frente à atualidade. Nesta medida, envolve a referência indireta à linha do tempo ou, mais adequadamente, a seleções situadas em sequências.

Sinteticamente, sustenta-se que uma operação representa o ato que articula seletividade e sequencialidade ou seleções em sequências. O ato em si mesmo não possui um conteúdo definido. Não se lhe aplica também a noção de forma oposta a conteúdo, pois se o definíssemos como forma pouco avançaríamos na sua caracterização e ficaríamos presos do valor opositivo da forma e do conteúdo. A diferença entre forma e conteúdo que desde Kant, na Filosofia Transcendental, serviu para referir os polos articuladores do conhecimento no sujeito e no objeto, no *a priori* e no *a posteriori*, universal e particular ou no transcendental e no empírico é de pouca utilidade na compreensão do ato operatório. Este esgota-se na ligação que estabelece entre seleção e sequência. Para compreender a operação é necessário então perceber de que modo certas possibilidades que pertencem ao *stock* da informação são atualizadas em vez de outras nos momentos em que esta atualização ocorre efetivamente.

Se a operação consiste na própria articulação entre seleções e sequências ou é a seleção na sua produtividade e temporalização, a sequência formada a partir das seleções impulsionadoras representa o encadeamento de momentos em que tem lugar a explicitação do selecionado. O processo que entrecruza seleções e sequências ocorre ao longo de toda a linha sequencial

disparada por aquelas seleções que ainda se puderem identificar como originárias.

A ideia de representar estados de um sistema segundo este prisma operatório e a sua aplicação à comunicação, mas também a sistemas psíquicos e ao comportamento foi uma revolução silenciosa, mas de alcance profundo. Das primeiras ondas de impacto desta revolução na tecnologia resultaram a Cibernética, a Inteligência Artificial (I. A.) e os progressos das tecnologias da informação. Contudo, a perspectiva operatória está longe de se reconhecer somente na tecnologia ou nestes sistemas referidos. Possui um alcance universal onde quer que se situe complexidade.

Nos domínios científicos em que se afirmaram, as concepções operatórias contrariaram as noções comuns da teoria do conhecimento dos finais do séc. XIX e primeira metade do séc. XX com o seu modelo da relação entre sujeito e objeto. Como é sabido, estas teorias continuaram a Gnosiologia dos “Tratados sobre o Entendimento Humano” da modernidade e, com estes, a herança da teoria clássica da substância e o bisubstancialismo.

Nestas filiações doutrinárias as noções centrais não eram as de operação, diferenças e sistema de diferenças, mas as de permanência e identidade. Destes últimos pressupostos advieram consequências. No domínio das concepções sobre a técnica nos séculos XIX e XX, com exceção de alguns aspetos de textos de Martin Heidegger, os “objetos técnicos” foram entendidos precisamente como ob-jectos, em concordância com a predominante reconstrução instrumentalista da técnica. O instrumentalismo manteve uma óbvia cumplicidade com as orientações da gnosiologia moderna, com os seus impasses sobre a primazia do sujeito ou do objeto.

Adicionalmente, a técnica podia também ser escrutinada segundo o ângulo analítico da teoria da ação, do seu modelo de teleologia e de relação meios-

fins em que, na forma temporalizada, se reencontram os mesmos impasses da relação gnosiológica de sujeito e objeto.

Tais conceitos de técnica e de tecnologia são infrutíferos na compreensão da Cibernética, da I. A. ou da tecnologia da informação da época presente. Não conseguem dar conta da flexibilidade como um predicado da matéria. Porém, esta dimensão da flexibilidade dos objetos, da inteligência da matéria é também irreconhecível na Ontologia defensiva de M. Heidegger e, especialmente, na sua descrição da proveniência da técnica moderna como dimensão na sua História do Ser, o que foi percebido por Gotthard Günther nos seus trabalhos sobre Lógica da Cibernética (Günther 1976).

As noções da Gnosiologia moderna, de origem empirista ou fenomenológica, que serviram para definir o objeto como correlato não conseguem integrar uma ordem reflexiva diferente da consciência como o outro polo da correlação gnosiológica.

Na sua própria interpretação do pensamento hegeliano, G. Günther já havia chamado a atenção para as limitações da teoria da reflexão da Filosofia moderna, que só admitia o sujeito cognoscente como única fonte da reflexão do real (Günther 1933, 1976).

As concepções operatórias sobre a cognição partem do pluralismo dos centros reflexivos, imaginados por G. Günther, o que as leva para além da base subjetiva da teoria do conhecimento. Além disso, ao assumirem a diferença axial do potencial frente ao atual como constitutiva das noções do real postulam-na na fonte dos predicados real/não-real. O conceito de diferença axial está presente sempre que se opera uma distinção com valor seletivo de que resultam formas com valor de referências para sistemas, independentemente de isso ocorrer na matriz proposicional da comunicação, em formas da percepção de uma consciência ou em marcos gerados em observações de meios reflexivos diferentes da consciência humana.

A noção alargada de flexibilidade está aberta à diversidade dos campos operatórios em que a informação e as distinções de base informacional se remodelam. É aliás esta remodelagem que concretiza todo o alcance do conceito de operação. Porém, na medida em que é em operações que o conceito de algo real emerge para um sistema ou unidade de operações, é o conceito de operação que deve ser previamente investigado.

A noção de diferença axial integra as operações em que se constituem as formas na aceção de referentes ou balizas do processamento de sistemas. A forma é a tensão preservada das diferenças que a definem e não tem existência fora desse campo de tensões.

A geração de formas depende da estabilidade da autorreferência alcançada nos sistemas. Assim podemos falar, por exemplo, em formas da comunicação, da consciência ou de sistemas orgânicos e no interior de cada domínio destes ainda outros níveis que alcançaram estabilidade autorreferencial. Não há formas fora da autorreferência, eis uma tese central do presente trabalho. Pela diferença axial e a sua capacidade dinâmica ligada à pressão para a seleção, as formas estão voltadas para a informação e, na sua outra face, para as linhas de encadeamento autorreferencial da semiose. Informação e semiose estão assim mutuamente enlaçadas. Encadeamento semiótico envolve retomada de seleções com valor informacional para sistemas de sentido, sistemas orgânicos ou artificiais.

Da informação se passa às formas do sentido psíquico, entre outras formas, na medida em que a consciência como domínio operatório particular se organiza e ganha densidade criando laços simbólicos entre elementos situados no interior da sua própria corrente. Assim se equilibram referências internas autorreferenciais. As diferenças com valor informacional resultante de seleções na polarização atual/potencial adquirem então um valor na corrente de consciência que já depende da história da consciência e das

ligações estabelecidas no material psíquico. Dentro da história da consciência o sentido psíquico vai-se organizar mediante remissões que articulam a própria consciência e as formas que lhe dão conteúdo.

As operações são o nexos de sequências e seleções, já dissemos. Contudo, as seleções são reelaboradas ao longo do trânsito para a semiose das formas, a qual depende sempre da estabilidade da autonomia autorreferencial nos sistemas. Conservação ou abandono de seleções dependerá da atualidade dos nexos semióticos fixados em vínculos simbólicos que ligam formas com outras formas. É assim que se explica a modelação da informação pelo sentido. A conservação de seleções envolve até um certo grau a conservação de nexos de sentido e, conseqüentemente, retomadas.

De igual modo, conservar nexos de sentido implica até um dado grau reter seleções. No entanto, há diferenças entre as duas retenções. Não há um *mesmo* em que se fundem as duas memórias. A memória da informação é equivalente à conservação de escolhas, de decisões e de exclusões de outras possibilidades. Já a memória das conexões semióticas, ou do sentido, retém as formas e as ligações entre formas da semiose. Em síntese, deve-se sustentar que reter escolhas não é o mesmo que reter formas ou referências do sentido, embora as duas possam estar articuladas mediante vinculações diversas.

Estas considerações conduzem ao tema da memória operatória e ao da retenção de produtos de operações disponíveis para outras operações.

Uma concepção dinâmica da memória tem de rejeitar a ideia de memória como reservatório. Essa rejeição ocorre nas teorias psicológicas mais amadurecidas sobre a consciência. Não é uma inovação significativa dizer que a memória não é um registo de acontecimentos passados com as respectivas impressões subjetivas, embora o reconhecimento sério e conseqüente dessa tese negativa e a efetiva admissão de uma memória dinâmica exija ideias mais claras sobre conservação de seleções e



retomadas do sentido, que incluirá, também, uma explicação sobre flexibilidade em sequências.

São as linhas sequenciais de um sistema que adquiriu autonomia autorreferencial que esclarecem a orientação seletiva atual ou o estado atual das opções seletivas. A memória da orientação seletiva não representa, contudo, uma potencialidade atuante, como uma força cega. A história das seleções aponta apenas para o que o sistema elegeu e dessa eleição lhe chegou à atualidade para poder processar outras sequências, abrindo umas e fechando outras. A noção de uma memória das seleções como *stock* de possibilidades num reservatório definido como resistência à atualidade e imune a esta, esquece que a atualidade redefine a cada passo o que conta como memória e história. A memória é, assim, ela mesma, uma dimensão para que está voltada a seletividade, sendo seletivamente formada. No sentido psíquico, por exemplo, o passado não resiste nem se opõe ao presente, mas é sempre gerado em sequências da consciência que o ressignificam.

Na linguagem quantitativa, o *quantum* de informação mede-se pela relação entre possibilidades abertas para a seleção e as possibilidades que o sistema pode atualizar nos seus estados previsíveis nesse dado momento.

Se um sistema adquire capacidade para lidar com o seu caudal de informação de um modo reflexivo, planejado e em programas, falamos então de tecnologias de um tipo especial. A limitação do conceito quantitativo de informação está em que concebe só em termos estatísticos o que em certos sistemas pode ter a mesma expressão da diferença entre possibilidades e realizações, mas segundo um código não quantitativo.

É por esta razão que pode ser importante tratar o conceito de informação nesta aceção abrangente e designar por *símbolos da diferença axial* os elementos que servem aos sistemas para identificarem e processarem as linhas de fronteira entre potencialidades e atualidade como diferenças

informativas em seleções determinadas que delimitam precisamente essas linhas. Os símbolos matemáticos e as expressões quantitativas são apenas uma parte dessa função simbólica geral da diferença axial.

A articulação de sequências com seleções tem um valor universal nos sistemas dinâmicos. Todavia, é só em alguns desses sistemas que essa articulação tem um alcance reflexivo central no tratamento dos símbolos da diferença axial e, por conseguinte, no tratamento reflexivo da informação. A flexibilidade da diferença axial está dependente da capacidade atingida para gerar mecanismos de auto-observação, descrições e orientações internas explícitas para a própria diferença axial com valor operatório.

A mais básica associação de ideias, o pensamento no sentido psicológico, a ação num ambiente simbolicamente estruturado, a linguagem e, aqui, a seleção de palavras e frases, a dependência causal nos fenômenos físicos e orgânicos lidam com a diferença axial entre possibilidades abertas e realizáveis.

Proponho chamar *meios* às orientações tecnológicas para esta diferença e para os símbolos por ela gerados. Mediante operações estipuladas em que seleções se articulam com sequências, os meios representam orientações tecnológicas para lidar com a diferença entre possibilidades abertas e realizáveis no pensamento, na percepção-ação e na comunicação. Mais adiante se verá o alcance deste conceito de meio.

Por enquanto, teremos ainda de clarificar a própria noção de sequencialidade em sistemas dinâmicos.

## 4. 2. Sequências da consciência

### 4. 2. 1. Na consciência não há objetos

Os predicados da coisa enquanto representada numa consciência não se podem separar dos encadeamentos que temos de estabelecer na vida consciente ou em juízos para reconhecer esses mesmos predicados. Uma impressão não constitui um objeto nem uma representação mental acabada ou minimamente consistente. A formação de densidade representacional na consciência depende de arranjos, disposições e nexos entre vários elementos. Portanto, é a capacidade remissiva da consciência que forma esta densidade representacional. O que representamos depende sempre da capacidade que temos para o exprimir mediante outra coisa. Ora, esta noção intuitiva não é sempre clarificada quando seguimos outra tendência que consiste em imaginar que as nossas noções mentais e os sinais da linguagem verbal remetem para objetos. Identificar predicados e conhecer mediante esta identificação significa que a qualidade de objeto da representação depende da orientação da cognição. A forma remissiva característica da orientação da cognição é assim a forma da representação em sentido geral. Nas remissões não se encontra sempre a mesma estrutura nem se combina a mesma quantidade de elementos. Quer dizer que a forma da representação está associada a uma *estrutura*, a uma *densidade* particular e variável de elementos assim como a uma *orientação*.

*Estrutura, densidade e orientação* mantêm relações de equilíbrio entre si. Os elementos que a consciência combina para formar as representações não são fixos nem em número pré-definido na cadeia associativa. Dependem de *seleções* e estas de *atratores* e *dissipadores*. No caso do sistema psíquico, é um pressuposto da orientação sequencial da consciência o conceito de uma base orgânica como fonte e suporte dos nexos

remissivos. O alcance da influência de uma base dessas, como por exemplo o cérebro humano, na distribuição dos elementos da consciência humana é um tema importante, ainda por desenvolver.

No modelo que agora se propõe, a densidade ontológica do conhecimento é reavaliada e as dimensões ontológicas da cognição passam a inscrever-se nas configurações modais características das sequências em que os sinais identificados na fonte do disparo conectivo da cognição são processados mediante seleções.

A conexão sequencial da representação abre os temas conexos sobre a cognição para o domínio dessubstancializado, no limite sem objetos, do dinamismo conectivo. Aqui, nada se pode conceber fora do reenvio de um elemento para outro elemento.

Segundo uma imagem, podemos reconhecer no dinamismo conectivo uma fonte coincidente com um disparo a que se segue o movimento de ligação interna dos elementos em sequência. A questão sobre o que fazemos quando compreendemos, o que fazemos quando representamos, etc. descerra um domínio que é constituído por ligações internas entre elementos que são tidos por homogêneos e entre si sequenciais, mesmo que inicialmente desligados. O fazer ao compreender ou o fazer ao representar não estão associados a entidades.

Fazer é encadear, ligar, articular algo que se forma como unidade de informação-sentido em virtude da própria associação.

Na atividade estão envolvidas em grau elevado faculdades associativas, conectivas, que parecem não concretizar outra coisa a não ser ligar o isolado e separado. A própria atividade prática pode ser um bom exemplo. Nesta, têm lugar objetos representados como extramentais apenas na medida em que esta localização fora da mente é requerida para estruturar os momentos do afazer prático nas suas relevâncias instrumentais ou no seu manter ligado elementos ou aspetos de relações.

Porém, a atividade prática, em geral, consiste em ligar circunstâncias e os aspetos nelas incluídos. O que cada circunstância vale depende da sua capacidade para juntar as circunstâncias conexas e manter a conexão do conjunto, segundo relações.

Imagine-se o agir abstraído das ligações que estabelece e vê-se que cessa. Represente-se a energia psíquica, o pensamento, fora das próprias relações que nele se desenvolvem e percebe-se que nada se tem.

A subordinação ontológica da cognição a entidades é assim relativizada e inscrita nas configurações modais características da sequência em que este ou aquele elemento particular, identificado com a fonte do disparo conectivo, estão inseridos. A própria ideia de um conhecimento reflete este estar-para-outro dos nexos sequenciais.

Partimos, pois, do princípio de que há sequências na consciência análogas a outras formas sequenciais.

Esta forma de reconhecer a organização interna da cognição no sentido psíquico é especialmente importante no que se refere às sequências sensoriais. Estas não estão ajustadas às formas dos objetos externos ou à sua reconstituição interna nos fantasmas imagísticos, mas estruturam-se mediante as regras do próprio encadeamento serial dos elementos que se agregam aos que primeiro puderem ser identificados na série. Não são aqui objetos, ou imagens de objetos, sensações, percepções ou emoções, como tais, isoladamente, que se oferecem à consciência e que nela se desenrolam. As formas sensoriais correspondem a uma modulação de elementos distintos que são tornados homogêneos em virtude da série em que se vão articular. Emoções e impressões podem agregar-se a outros elementos da experiência sensorial e formar alinhamentos homogêneos na medida em que da ligação de todos eles se gera um feixe interpretante da própria série e da experiência que nela se concretiza.

As vivências que dependem da estrutura do aparelho sensório-motor e que deste fazem decorrer a experiência sensorial consciente não se reduzem a aspetos separados e cindidos uns dos outros, como percepções abstraídas de emoções ou ideias separadas de sentimentos, mas o que consolida as diversas dimensões dessas vivências não reside fora do carácter interpretante da sequência em que estão integradas e interligadas. Não há uma forma externa que permita explicar a título de fonte ou original da representação a própria série dos elementos das vivências. Esta tese reforça convenientemente a ideia de uma autonomia da organização sensorial do mundo, da experiência sensorial, relativamente a outras dimensões que habitualmente se costumam invocar para reduzir o sensível a outra coisa diferente dele como dimensão da vida psíquica.

A consciência não está contida no seu presente e, como quer que este presente se entenda, ele não corresponde a um conteúdo extraconsciente. Aqui não se encontram objetos nem uma relação sujeito-objeto, mas encadeamentos de sentido psíquico formados em séries psíquicas. Se na representação observámos o reenvio de elementos como característica central, é só este que devemos reter. O reenvio revela que a própria objetivação do conhecimento, graças à forma da frase linguística, implica uma coleção de predicados desse conhecimento que não se obtém de outro modo a não ser no ato de passagem de elemento a elemento. A tradição clássica da *synderesis* e o associacionismo psicológico da modernidade reconheceram em parte esta atividade, mas ainda assim para logo a perderem ao designarem o essencial do conhecimento no seu produto em repouso - o objeto tal como é formado na frase predicativa da Lógica.

A interpretação da sequencialidade dos reenvios das representações como temporalidade é ilusória mesmo que pareça sedutora ao se falar em “tempo imanente”. O encadeamento dos momentos do tempo é um plano

inteiramente distinto deste a que nos temos vindo a referir sob o conceito de sequencialidade.

Nas sequências e nos seus tipos psíquicos, em especial, vemos combinações de movimento e de estase aparente, de multiplicidade e de simplicidade, mas em permanente génese, recomposição e decaída não obedecendo a uma ordenação homogénea e monótona de instantes. No encadear dos elementos da experiência sensorial não há estase absoluta ou movimento absoluto, mas conexões entre elementos que são sempre variáveis. O facto de um dado predicado remeter para qualquer coisa de impreciso ou vago constitui por si só um tipo de conexão, mesmo que lhe chamemos conexão com o vago e impreciso. O vago, por seu lado, nunca é absoluto, mas sempre relativo a outra coisa que se tomar como preenchida ou determinada. Se nos reenvios de uma representação algum elemento for tomado como simples isso é devido à multiplicidade relativa dos elementos conexos e, por isso, a simplicidade remete para a multiplicidade relativa.

Se nos encadeamentos temos elementos que remetem para outros, da mesma sequência, um dos problemas em aberto é o de saber o que é que qualifica a homogeneidade sequencial. Uma noção irrestrita de reenvio torna impraticável a identificação dessa homogeneidade, pois qualquer coisa pode sempre remeter para outra, um processo orgânico para um estado mental e um estado mental para um efeito comunicativo na sociedade, por exemplo, indiferentemente. Ora, a noção irrestrita de reenvio em cadeia é incompatível com a ideia de sequências. As sequências são séries regidas pela regra de uma multiplicidade económica, ou seja, por seleções, como se viu.

Assim, toda a sequência tem de ser concebida a partir de um certo encerramento da multiplicidade aberta de elementos que a constitui. Para uma corrente de ideias a sequência está diretamente identificada com a consciência e o seu “fluxo” determinado por estes ou aqueles caminhos

noéticos. O exterior deste fluxo é tudo o que não tem a característica do seu fluir, ou seja, da sua conectividade interna, como transmissão de informação em processos orgânicos, causalidade identificada em processos físicos, fluxo da consciência, comunicação dependente de relações sociais, etc.

Como se encerram as sequências tornando-se autorreferenciais é um tema de uma conceção evolutiva ou genética, imprescindível. Todavia, nesta aceção apenas formal o que percebemos é que uma sequência se fecha e ganha densidade própria sempre que os reenvios dos seus elementos podem prosseguir sem elementos de outros encadeamentos. É uma definição circular, mas justificada.

Sequências como o fluxo da consciência, transmissão de informação genética, nexos causais na matéria-energia ou comunicação na sociedade possuem condições de autorreprodução dos reenvios dos seus elementos e a correspondente autonomia. O que lhes confere um tal encerramento está no facto de o momento que aparece como final da série ser a caução dos momentos anteriores, fechando ele mesmo a série no que se chama vulgarmente interpretação.

Sem o estar-para-o-seguinte típico das sequências não haveria momentos nas sequências. Porém, há nelas também uma regra de não-transgressão que faz com que nexos de uma não possam tornar-se facilmente nos nexos da outra.

É nesse sentido que intuitivamente compreendemos que as conexões causais da matéria-energia não possam servir de termo ou de início absoluto de uma associação de ideias ou a comunicação na sociedade possa impedir a corrente de consciência individual e que, nesta última, há nexos associativos que se bastam a si mesmos e não requerem todo o campo da consciência para serem concebidos.



A circularidade da embraiagem dos elementos atuais ou passados nos elementos seguintes da cadeia é uma aquisição de tal ordem que justifica e exprime a orientação autorreferente dos elementos e, simultaneamente, a sua diferenciação frente a outras sequências. Gera-se, em consequência, uma pressão para o estreitamento do tipo de elementos que estão de facto embraçados uns nos outros nas respetivas cadeias sequenciais. Esta pressão pode aumentar com a complexidade dos elementos emergentes nas sequências, sendo uma variável da sua génese. Quer dizer que do aumento da complexidade dos nexos sequenciais vai depender o surgimento de sequências cada vez mais particulares e *vice-versa*.

A capacidade de certas sequências se reproduzirem está sempre ligada à capacidade de a ligação dos elementos continuar dependente do momento seguinte dos nexos, gerando-se os mais diversos tipos de reforço. Perdendo-se a relação com o elo seguinte perde-se, também, a consistência sequencial. Se esta última for totalmente abandonada isso quer dizer que a sequência também desapareceu. Então, a consistência das sequências depende da conservação e reprodução da relação ao que vem como momento posterior na própria série. Se esta se dissipa, a sequência cessa, para sempre ou momentaneamente até que novas ligações reforçadas comecem tudo de novo. Se a consciência deixasse de estar ligada aos nexos seguintes nas suas correntes particulares ela cessaria.

Não por acaso, o que chamamos “perda da consciência” não é outra coisa senão o desligamento do anterior com o posterior.

A causalidade material não subsiste sem uma interpretação do nexo da causa e do efeito ou, especificamente, sem a crença e a expectativa de novos encadeamentos de causas e efeitos. Portanto, somos levados a crer que ela não dura sem as projeções características da relação do anterior com o posterior na designada “flecha do tempo”. Aqui, muito particularmente, se torna indispensável ver de que modo o que

parcialmente é sequência do mundo físico se cruza com as sequências psíquicas, mas sem nunca os elementos de uma se confundirem com os elementos da outra.

Para que as sequências possam iniciar ou continuar o seu encadeamento dinâmico precisam de ancorar o movimento de projeção do anterior nas suas séries. O anterior ao ser projetado é já antecipação do posterior e do nexa com este. Isto significa que o enrolamento dos momentos depende de os elementos seguintes serem capazes de responder ao projetado e de fixar no seu dinamismo essa projeção.

O posterior vem projetado nos elementos anteriores, mas tem de ser capaz de os coligar e incorporar. É esta ligação entre o projetar e o incorporar que dá uma coesão muito especial à vida consciente. A percepção depende em larga escala de um vínculo deste tipo.

Se pensamos na organização das vivências da experiência sensorial no seu todo, percebemos como esse vínculo liga inclusivamente as dimensões potencialmente separadas da vida consciente como percepções, ideias, sentimentos ou emoções. O estar ligado que é fruto do projetar e do incorporar é, pois, uma nota universal da consciência a que não se deu a atenção merecida porque as descrições do sistema psíquico se concentraram nos conteúdos representativos.

A vinculação entre os elementos sequenciais da consciência significa que entre eles se dão ligações de tipo simbólico ou proto-simbólico, envolvendo desde as dimensões sensório-motoras, portanto, orgânicas, e aquelas que estão presentes de modo mais evidente na corrente de pensamentos, com eventuais componentes verbais.

Em terminologia semiótica, esta capacidade de estabelecer vínculos segundo o projetar e o incorporar de elementos significa a presença de algum tipo de interpretante nos momentos posteriores das sequências. Do mesmo modo que a semiosis está sempre orientada pelos interpretantes,

na relação de base R-O-I, as sequências estão orientadas segundo o modo como o posterior captura o anterior na vinculação. Em determinadas séries esta adjunção do anterior pelo posterior pode implicar, mediatamente, a observação da continuidade da própria série, como acontece com a causalidade material cuja continuidade e orientação estão de tal modo articuladas com séries psíquicas que se chegam a confundir com os hábitos mentais de sistemas psíquicos particulares na observação das conexões fenoménicas, muito embora esta imagem não seja inteiramente precisa.

Quando C. S. Peirce elaborou a sua representação triádica do signo em redor dos três elementos R-O-I (*representamen*, objeto e interpretante) estava a conceber uma estrutura diagramática com valor dinâmico e reflexivo. Um diagrama dinâmico e reflexivo é tudo menos um esquema simples para designar o que é um signo e como se forma a significação no equivalente a imagens internas, que refletem conceitos que, por seu lado, refletem entidades.

O interpretante é, no signo peirceiano, o responsável pela formação de uma resposta à presença do objeto que se pode tomar como o que esse objeto pode representar em geral. O interpretante substitui o objeto, mas na medida em que é ele que gera a relação do *representamen* com o objeto.

A relação O-R se explicita quando o interpretante a revela nos seus efeitos. Os interpretantes estão situados na cadeia dos efeitos da relação R-O e não estão abstraídos desta. Assim, um interpretante deve poder ser tomado como um resultado da significação em um dado estágio de evolução da própria significação. Se, contudo, é o interpretante que abre o sentido da relação R-O do modo mais explícito, nele se reflete o valor que adquire a própria relação R-O, num plano reflexivo e dinâmico, como dizia atrás.

É por isso que a forma diagramática R-O-I tem de exprimir dimensões da reflexão e do dinamismo sequencial num quadro sintético, que não é outro senão o que se oferece no próprio diagrama ou signo. Aqui se revelam, além

disso, as modificações de tipo modal que ocorrem na significação em virtude de o interpretante de um signo não estar saturado com esta ou aquela informação de uma vez por todas. As diversas modulações evolutivas dos interpretantes dos signos são dinâmicas e reflexivas, exprimindo, igualmente, um condicionamento modal. A significação, ou seja, a formação dinâmica dos signos, está cruzada com a permanente modificação da fronteira entre o latente (o possível) e o atual no desenvolvimento das sequências em que os signos se localizam.

A semiosis dos nexos sequenciais exprime o caráter vetorial das sequências, a que é hábito chamar-se sentido. A aplicação do conceito de semiosis às sequências permite também descrever os diferentes níveis em que se estabelecem as relações entre elementos e as diferentes formas de combinação entre atualidade e latência. Há seguramente aqui um trabalho a fazer, de que ainda estamos longe de poder seguir todos os contornos e possíveis consequências. Porém, podemos avançar que um dos temas desse trabalho é o da identificação da conservação da latência e da potencialidade no dinamismo sequencial.

A sequência cuja forma cognitiva gera uma imagem da direção do encadeamento e, por isso, alimenta a auto-observação, apresenta com a imagem do sentido a moldura modal em que ocorre. Quer dizer que não lhe basta gerar sentido, como em todas as sequências, ou observar o sentido. Ao suportar a auto-observação dá início a um processo que, de certo modo, lhe foge. Trata-se da reflexão sobre o seu próprio condicionamento modal. As distinções modais que assim se evidenciam graças à fixação do sentido das sequências dão-nos o halo das possibilidades com que a própria sequência foi gerada, abrindo-se o poder-ser-de-outro-modo do sentido. Entra-se, por esta via, no plano das observações e das observações de observações que possuem a sua própria sequencialidade espiralada baseada em reentradas das formas cognitivas de base.

Ao se orientarem para dentro de si mesmas na fixação do seu sentido cognitivo as formas cognitivas não revelam apenas esse sentido no seu núcleo, mas o âmbito de seleções em que se formou e as distinções consequentes do potencial frente ao atual. A possibilidade de fixar também estes possíveis ou esta estrutura da latência, a conservação da latência, em suma, desponta. A revivência psicológica tem já, muitas vezes, esta estrutura. Do ponto de vista dos sistemas psíquicos ela representa um trabalho conjunto da memória e da imaginação. Tal colaboração não revela outra coisa a não ser, precisamente, a conservação da latência.

Com esta última consagra-se um domínio ideal para projetar retomadas de possibilidades anteriores mediante reformulações modais da diferença entre atualidade e potencialidade.

Em síntese, diz-se que há sequencialidade psíquica sempre que num conjunto homogêneo de elementos alguns destes remetem para outros do mesmo conjunto, em que os posteriores são interpretantes dos anteriores, sem necessidade de elementos de um outro conjunto para manter ou reproduzir o mesmo ciclo de reenvios. O processamento desta referência interna dinâmica entre elementos do mesmo conjunto nunca se pode desligar do que acontece nos pontos posteriores do encadeamento. Estes não se podem considerar pontos fixos. Ao contrário, a integridade e reprodutibilidade da sequência depende do que acontece nos seus elementos posteriores, da capacidade que estes têm de continuar o encadeamento da série, da sua energia conectiva para esse fim, e do poder de a estabilizar em redor de seletores.

Do exemplo de “fogo-fátuo” infere-se que gerados certos substitutos da expressão na consciência associativa essa expressão pode ser tida como interpretada. O facto de alguém ter parado e não ter continuado a sua cadeia associativa significa que compreendeu o uso da expressão. Isto equivale a uma sequência que, neste exemplo, é uma sequência da vida

psíquica com recurso à linguagem como fonte. Na sequência psíquica desenrolam-se elementos da consciência, como imagens, ideias, percepções, emoções cuja quantidade e orientação só encontram explicação na forma madura da própria sequência. Há, portanto, uma heterogeneidade regulada que vai até ao ponto em que o intérprete conclui que compreendeu, captou ou concebeu.

A satisfação cognitiva que ocorre em um patamar determinado de interpretação dos elementos sequenciais psíquicos presentes na série gerada para a compreensão de “fogo-fátuo” depende, uma vez mais, da própria sequência e da sua capacidade para gerar estabilidade nas conexões psíquicas relacionadas com o estímulo para a interpretação. Se em um dado momento do movimento noético interpretativo alguém diz “percebi”, é porque ficou satisfeito com a sequência psíquica formada para preencher “fogo-fátuo” e não tem de processar mais sentido psíquico.

Algumas emoções ligadas a imagens podem ser decisivas para dar coerência aos elementos retidos como interpretantes de “fogo-fátuo” originando assim um ponto final na cadeia associativa. As sequências desenvolvem-se até paragens absolutas ou relativas no dinamismo conectivo dos seus elementos. Quando nada de mais se associar na cadeia a sequência termina. Ao contrário, se mais elementos forem introduzidos por associação a sequência tende a manter-se, transformando-se na sua significação interna e inclusivamente na sua forma. No exemplo da resposta ao estímulo linguístico, que temos vindo a seguir, a paragem ou a continuação não dependem forçosamente de uma decisão voluntária, no que estaríamos perante tipos especiais de sequências psíquicas, mas da consistência alcançada na formação do sentido psíquico dos elementos que compõem a própria cadeia. É imaginável que séries da corrente psíquica liguem a outras sequências da mesma corrente e se possa, em virtude desta aparente homogeneidade, falar em um único fluxo de elementos da consciência. O

pensamento é o enlaçamento de micro-cursos, de intuições evanescentes e de inferências complexas, que revela como a consciência liga sentido mediante vários estratos de sentido. Na comunicação pode ser demonstrada uma relação interna semelhante entre elementos das séries comunicacionais.

Os encadeamentos possuem uma estabilidade muito relativa, na medida em que perduram só até ou enquanto se conseguir desenvolver uma resposta satisfatória sobre a viabilidade e consistência dos reenvios dos elementos baseados numa base de tipo  $a$ ,  $b$ ,  $x$ . Estas três variáveis substituem e ilustram, nas análises seguintes, a forma de operar da relação R-O-I.

#### **4. 2. 2. Seletividade sequencial, conservação e dupla negação**

O sentido psíquico é um bom exemplo de seletividade em sequência. Ficou claro que a relação entre o estado inicial em que algo sugere a consciência como um impulso e o seu preenchimento ao longo do fluxo conectivo noético partilha a estrutura que diferencia entre potencialidade e atualidade. Pelo facto de a orientação para o posterior canalizar apenas um número limitado dos caminhos abertos em um estado neuropsíquico inicial, se tem de falar em seletividade psíquica. Seleção não significa aqui prisão em um número limitado de vias. Por um lado, implica libertação dessas vias do estado de uma latência inerte e impotente, precisamente porque a seleção é produção de movimento. Por outro, na medida em que é muito permeável às formas linguísticas a seletividade psíquica trabalha com a negação nas suas várias aceções.

Veremos, a respeito dos desenvolvimentos sobre a memória, o valor operativo no processamento do sentido psíquico que pode adquirir a negação virtualizante. Na seletividade psíquica a negação simples e a negação virtualizante estão ambas presentes. Mediante a negação virtual a seleção psíquica põe em reserva e não se limita a excluir. Pelo pôr em reserva o sistema psíquico organiza a sua memória de um modo orientado e operatoricamente definido. Os traços mnésicos tornam-se possíveis no sistema da memória graças à distinção entre negação simples e negação virtual. Eles nascem com esta diferença, a qual ganha em explicitação à medida que a consciência apropria a sua evolução sequencial. A memória não teria qualquer função se o traço mnésico produzido pela virtualização das alternativas não produzisse efeitos no estado atual do sistema ou não pudesse mais ser atualizado. O pôr em reserva tem sempre em vista o momento seguinte, está funcionalmente dirigido para manter a motilidade do sistema.



A negação virtual produz-se e desenrola os seus efeitos sem que se acompanhe necessariamente de consciência. É nesta medida que a noção de inconsciente pode ter préstimo, independentemente das hipóteses de teoria sobre o sistema psíquico da Psicanálise.

Aquilo de que uma consciência é consciente coincide sempre com a sua atualidade, o que faz com que ela não possa ter qualquer noção do processo de virtualização. Este pertence ao sistema da memória como sistema parcial do sistema psíquico na sua orientação sequencial-seletiva.

Pode dizer-se que as condições psíquicas totais dos estados conscientes na ordem seletiva não são elas mesmas conscientes, senão na hipótese de um ato de consciência voltado para a própria estrutura virtual da seleção.

As operações de seleção que mobilizam a negação virtual conservam então o sistema psíquico na sua diversidade interna e na relação com as estruturas e fluxos neurais numa posição geral de capacitação virtual da consciência que, em cada momento, se pode mobilizar à luz de linhas de orientação sequencial definidas. O sistema psíquico que, no presente, investe de sentido certas linhas sequenciais e que precisa reter só alguns elementos da memória para prosseguir irá agir frente ao material psíquico disponível nas recordações, por exemplo, mediante a negação simples, excluindo e retendo elementos a que atribui sentido de uma ou de outra maneira, tendo em conta o próprio poder de negação, exclusão e integração do posterior na sua série. A atualidade da consciência acaba por ter o mesmo significado da negação simples para o previamente virtualizado que emergir na recordação.

O que, em cada caso, o sistema psíquico conseguir mobilizar como conteúdo de atos de consciência em linhas sequenciais definidas adquire esses valores de intermitência e descontinuidade devido à estrutura de agendamento virtual do sistema, segundo este jogo da negação virtual e da negação simples. As seleções do material psíquico são, assim, no sentido próprio,

forças motrizes do movimento psíquico. Convém, todavia, quando se fala no virtual da memória, afastar a impressão de um cofre contendo poderes ocultos.

Regressar-se-á, mais adiante, ao significado do jogo da dupla negação, à sua relação com as linhas sequenciais e com a representação interna da unidade do sistema psíquico no eu. Convém apenas lembrar aqui que a impressão de uma carga psíquica, de energia psíquica emprestada à latência e ao que se atribui ao cofre da memória é sempre o produto de sequências psíquicas atuais, formado, por conseguinte, no momento atual polarizado pela continuidade com o posterior de uma série. A latência psíquica não tem, nela mesma, força alguma, poder algum. Atribuir-lhe um tal poder é cair no misticismo.

O que se pode traduzir como força pertence à corrente neural. Esta, só no jogo da dupla negação assume significado psíquico.

A dupla negação é assim decisiva na compreensão do trânsito neuropsíquico.

A consciência atual se encontra sempre, e novamente nos seus momentos seguintes, numa posição de resolução frente à carga neural. É como ponto de resolução que a consciência se pode definir por um conteúdo atual, seja ele qual for. Este ponto extingue-se não já em virtude de um caráter temporal imanente da consciência, mas porque a carga neuronal se modifica mediante a seleção emergente da dupla negação. A ideia de sucessão traduz na vivência interna a tensão entre disparo neuronal e escoamento psíquico, segundo a imagem de uma direção em um movimento ou fluxo. Há a impressão de tempo porque há seletividade psíquica e não o contrário.

A imagem do tempo como sucessão de instantes é um subproduto psíquico da orientação da sucessão como conversão da carga neuropsíquica em vias demarcadas do sentido psíquico. É no ponto de resolução da atualidade que

uma tal imagem obtém a sua certificação na vivência interna, na medida em que o tempo se traduz em algo de equivalente a uma sucessão de pontos ou instantes.

A visão vulgar do tempo é um produto parcial da construção cognitiva sobre a sucessividade da consciência. Não seria viável sem a memória e, por conseguinte, sem a negação virtual.

### 4. 3. As sequências não se reduzem à consciência

A relação  $a, b, x$  pode ser encontrada nos mais diversos reenvios e não é característica apenas das associações psíquica ou comunicativa de elementos. É por isso imaginável um número muito considerável de sequências na matéria, na vida, na consciência, na comunicação e na dependência de formas tecnológicas particulares.

Os nexos  $a, b, x$  são instrutivos para compreender a causalidade no mundo material como tipo de sequência. Mediante as três variáveis percebemos que alguma coisa está para outra como causa desde que materialmente entre elas se possa estabelecer uma ligação que representa uma atividade ou dinamismo de tipo material especificável em energia.

Sequências básicas ligam os seus elementos sem outra regra a não ser o do próprio encadeamento que teve lugar e que se reproduz. Mas existem sequências reguladas e criadas para produzir exatamente os nexos que as caracterizam. Nestas, os elementos seguintes aparecem previstos e ordenados num molde formal orientado a que chamamos diagrama. Estas séries são equivalentes a arranjos tecnológicos de um tipo particular.

Seria um erro contrapor nexos tecnológicos a outros nexos sequenciais não tecnológicos, de um modo abstrato. A orientação reflexiva das sequências é já tecnologia e uma tal oposição não seria coerente com a perspectiva das sequências como mecanismos de seleção e conexão.

A tradição filosófica que opôs a natureza à tecnologia é também responsável por não ter percebido na consciência e no respetivo encadeamento psíquico uma espécie de tecnologia espontânea.

Tecnologias são moldes operatórios para manter ou reproduzir seleções que ocorrem na matéria, na vida, na consciência ou na comunicação.

Tecnologias baseadas em diagramas possuem características especiais. Na medida em que apoiam em regras as conexões dos seus elementos têm de

supor reflexibilidade e orientação condicional-propositiva. A reflexão sobre os nexos conectivos pode ter o significado de uma simples retomada de nexos anteriores e corresponder a um reforço por repetição.

A este tipo convêm várias sequências básicas. Mas pode equivaler a formas mais complexas de retomada reflexiva em que processos simbólicos podem vir a assegurar a conservação das conexões assim como o reconhecimento e replicação dos nexos das sequências em programas. A sociedade e o que se designou por civilização técnica aperfeiçoam modos de fixação escrita de nexos sequenciais que tornam possível em larga escala a reprodução de grandes moldes da experiência com recurso a símbolos. É nesta medida que devemos falar em estruturas e nexos de tipo tecnológico com os respectivos diagramas e programas.

Podem reconstruir-se aqueles quatro grandes tipos de sequências estruturadas em reenvios semiósicos internos, anteriormente referidas, mas há um número gigantesco e inteiramente desconhecido de sequências mais especializadas que prosseguem a sua *dynamis* muito para além do que nos é possível perceber e isso tanto segundo modalidades espontâneas como ainda segundo formas reflexivas diagramáticas. A fixação de regras de sequências permite antecipar a experiência, estabilizar os seus momentos e torná-la reprodutível. É assim que a sequencialidade reflexiva torna acessível a orientação conectiva dos seus elementos para formas de experimentação ideal e para um número indeterminado de experimentadores.

Um tal reconhecimento do encadeamento real de uma multiplicidade de nexos sequenciais de que não precisamos estar conscientes, mas que operam independentemente de sistemas psíquicos particulares, é o único fundamento possível de uma posição realista. É também a base de um realismo da evolução, se por evolução entendermos a vinculação de nexos

de várias sequências, a sua memorização e conservação ou pelo contrário o esquecimento e desaparecimento.

A multiplicidade de sequências resulta da exuberância de processos a que se consegue atribuir uma orientação, elementos e nexos. Há vantagem em alguma precisão tipológica a este propósito. Já se viu que os processos reais com a característica da sequencialidade existem na vida, na matéria, na consciência e na comunicação, essencialmente. Podemos por isso falar em sequências em cada um destes domínios. Esta demarcação pode revelar-se ainda imprecisa ou de alcance limitado. Com efeito, sobre essas sequências se colocam ainda outras de complexidade, génese e estrutura diferentes.

Há tipos muito particulares de sequências psíquicas diferenciadas do sistema sensório-motor e das ligações emocionais, mas unidas a formas linguísticas ou a relações entre símbolos que implicam o recurso sistemático à escrita, a que se deu muita atenção na História da Filosofia, e que são as inferências do pensamento, os argumentos ou raciocínios. As formas inferenciais do pensamento são possivelmente os tipos sequenciais que mais cedo se reconheceram na História da Filosofia e a que se emprestou o valor de tecnologias do pensamento na História da Lógica.

É inegável que se trata de sequências com um carácter vincado. A sua identificação depende da clarificação das regras ou instruções para passar do anterior no posterior, do antecedente no conseqüente, para usar as noções da Lógica clássica, nos diferentes elementos componentes da série, como acontece num silogismo, nas suas premissas e conclusão.

Uma vez identificadas as regras da passagem dos elementos da sequência inferencial, uns nos outros, essa inferência pode ser reproduzida por meios linguísticos ou segundo diagramas.

Outras sequências com características muito próximas das inferências que a Lógica investiga são aquelas que encontramos no cálculo matemático. Este último é uma atividade essencialmente sequencial e, tal como as sequências

inferenciais, pode ser reproduzido desde que as regras ou instruções para a combinação dos símbolos ou elementos estejam clarificadas. Na Geometria e na Aritmética podem evidenciar-se inúmeros exemplos de organização sequencial dos cálculos com recurso a regras (instruções) clarificadas, que asseguram a reprodutibilidade da própria sequência, e a símbolos representativos de elementos ou nexos, que foram fixados para ilustrar a ordem interna do cálculo.

Nos sistemas normativos, como por exemplo o Direito, volta a identificar-se a orientação sequencial com recurso a regras clarificadas e a símbolos de elementos e nexos.

Estes três tipos de sequências, a inferencial, a matemática e a normativa, possuem as mais diversas ligações internas e o que permite essa porosidade e a estimula é o recurso ao modo diagramático de selecionar e orientar os seus elementos e subtipos de sequenciação.

Distinguímos então, aqui apenas em esquisso, as *sequências agregadas à reprodução sistémica*, em que se contam os grandes grupos sequenciais dos sistemas físico, orgânico, psíquico e comunicativo, das *sequências diagramáticas* e de um outro tipo que consideraremos à parte – os *jogos*.

#### 4. 4. Memória e sequencialidade

Nos sistemas psíquicos de humanos um apagamento da memória por causas somáticas ou psicológicas torna quase sempre impossível a ligação interior da vida psíquica e em casos severos conduz à quebra da identidade pessoal.

Os efeitos da privação da memória provam por um lado a orientação sequencial do sentido psíquico e, por outro, o trabalho da memória no estabelecimento dos ligamentos intrapsíquicos usados nas sequências.

Ficcione-se alguém que perdeu todas as memórias na idade adulta e ter-se-á um sujeito que não consegue dar conta do simples facto de existir. Ignora que foi e como foi até esse momento em que se apercebe da rutura com o passado. Iniciará a partir daí uma identidade pessoal nova como único modo de dar um centro ou unidade funcional à nova processão psíquica, mas as sequências anteriores estarão perdidas.

Os fenómenos de perda dissociativa e de múltipla personalidade têm com esta ficção alguma semelhança. Também aqui há uma perda de ligação entre partes da vida psíquica e incapacidade para juntar todos os nexos ou então se organizam centros funcionais separados entre si, responsáveis por séries sequenciais independentes e sem reminiscência umas das outras.

Os estudos clássicos sobre estados dissociativos permitem-nos descrever na memória uma produtividade e uma capacidade de apagamento dos vestígios dos traços mnésicos que a visão corrente sobre a faculdade passiva e reprodutora não consegue identificar e descrever. Contudo, além disso, permitem aperceber como a memória torna possível reenvios intrapsíquicos que só ela pode garantir, não podendo haver nunca um presente da memória. Como se o traço mnésico só pudesse ser eficaz não sendo nem atual nem consciente. Isto apresenta, em vários aspetos, semelhanças com a estrutura do sinal.



Há uma semiose na memória. Se a hipótese é atraente importa saber o que significa e quais as consequências de nos deixarmos guiar por ela.

#### 4. 4. 1. Recordação orientada

Não há sequencialidade psíquica, no sentido de uma continuidade da vida psíquica, sem memória. A memória revela como a extensão psíquico-sequencial não representa o mesmo que o tempo linear, precisamente por supor o lapso dos atos de recordação. Recordar implica poder interromper a linearidade do tempo e introduzir aqui o que não é agora o caso, o que não está a ocorrer originalmente, mas já ocorreu. Implica, nesta medida, um modo de ligação do presente ao passado em que o passado é narrado frente ao presente. A recordação não associa o presente ao passado na modalidade de dois blocos extrínsecos, mas o que por ela tem lugar é o passado no presente. O fluxo da vida psíquica continua, mas na recordação os seus conteúdos afastam-se inevitavelmente de um presente, de um passado e de um futuro lineares. Nesta medida, as recordações inscrevem lapsos na continuidade das ocorrências psíquicas originais no campo da atenção. Esses lapsos passam a inscrever-se na continuidade da vida psíquica, sem dúvida, mas trazem consigo o atributo do dado mediato e da referência indireta. Mediante o recordar, as sequências psíquicas religam na continuidade o que foi lapso. Recordar implica interromper o presente no seu campo atencional sensório-motor levando a consciência a aceder ao que para ela conta como potencialidade ou latência. É fazer do presente o conteúdo da consciência rememorativa e colocar em suspensão outras possibilidades da atenção e da própria corrente sensório-motora. A recordação que *agora* se processa é uma construção dos interpretantes que as sequências psíquicas mobilizam para sustentar remissões R-O na diferença entre latência (potencialidade) e atualidade. Assim, a recordação e a memória são operações responsáveis pela semiose da referência recíproca e cruzada do atual e do potencial na vida psíquica. Sem a produtividade própria da memória a distinção potencial/atual seria mesmo

irreconhecível. Na ausência das operações de referência cruzada do atual/potencial não seria concretizável qualquer nexos entre atualidade e potencialidade psíquicas e o presente e o passado em sentido psíquico seriam mutuamente impenetráveis. O significado psíquico do passado não está na informação atribuída, num registo, aos acontecimentos consumados, mas nestes acontecimentos como *representamen*, R, de alguma coisa que só a atualidade pode novamente interpretar, referindo-os como já-sidos. A atualidade acede na recordação ao passado para repetidamente fornecer a chave da relação R-O ou do que no acontecido representa o objeto, O, ou facto, e não o esboço evanescente de uma potência passiva.

É de esperar que de uma análise conveniente do trabalho da memória se possam extrair conclusões sobre o significado psíquico da negação. Esta última tornou-se assunto de várias discussões no terreno da Lógica e das teorias sobre o sistema psíquico em que se inclui o pensamento hegeliano e o contributo da Psicanálise.

A nossa interpretação do papel psíquico da memória revela como a negação não pode ser percebida como exclusão da alternativa ou disjunção exclusiva. A apresentação convencional da negação como uma operação psíquica e lógica ilustrada na disjunção exclusiva tem a sua fonte no privilégio que a Lógica clássica atribuiu à distribuição binária dos valores de verdade e ao terceiro excluído. A interpretação temporal desta negação simples foi então vertida na ideia comum segundo a qual os três níveis do tempo resultam da exclusão uns dos outros, uns pelos outros - o passado não é o presente e nenhum deles é o futuro. A memória como operação concreta de um sistema psíquico na forma particular da recordação representa a inversão prática da binarização decorrente da disjunção exclusiva. Com efeito, a memória dá lugar à inclusão do oposto, que é o contrário de uma disjunção exclusiva. Descrever teoricamente a inclusão do

oposto é representar o fenômeno de virtualização decorrente de um tal englobamento. Virtualizar não é unilateralmente manter na latência, mas recuperar para a presença da consciência o que não é mais presente.

A negação no sentido psíquico consiste na colocação fora do campo atencional de algum conteúdo psíquico, na forma do que “não é agora o caso”. É, em aparência, o não ser do que psicicamente é. Para esta sua representação é suficiente o esquema binário muito rudimentar da disjunção exclusiva. Porém, o psicicamente negado é, não obstante, referido como o outro do presente da consciência e assim assumido como passado.

Ao adquirir um valor temporal o negado virtualiza-se, para o que conta com a memória. Os traços mnésicos são os sinais da negação mnésica. Como sinais apontam para a sequência em que podem ser interpretados, o que quer dizer que possuem uma face imersa no virtual e outra no ato de rememorar atual. Na explicação do fenômeno da sequencialização dos traços mnésicos o entendimento binário do papel da negação é limitado e tem de ser abandonado. A negação do sentido psíquico envolvida na memória concretiza a inscrição do negado na sua afirmação ou é o modo como o negado é ele mesmo afirmado na representação psíquica da negação.

Pela memória se percebe que não pode haver negação sem o representante psíquico da negação. O negativo não é simplesmente uma outra coisa ou um totalmente excluído que a consciência rejeita e assim desaparece. Em consequência, é muito importante conceber a negação e os traços mnésicos a partir da estrutura de sinal. Na estrutura de sinal é o não-presente que se faz presente. Nela se dá a consciência do tempo, a negação e a memória numa unidade.

Que a memória do sistema psíquico de humanos envolve um nexos reflexivo a ligar traços mnésicos de sequências retidas e seleções sobre o material

mnésico operadas a um nível meta-atencional da consciência na sua atualidade é um facto que só pode ser adequadamente interpretado se entrarmos em linha de conta com o trabalho semiótico que a memória opera nas sequências psíquicas, em que percebemos que a negação não é uma operação de base binária simples.

Também aqui é de toda a utilidade que se comece por esclarecer que a base da memória não é a representação de objetos externos que se conservam em imagens guardadas no equivalente a caixas ou a base de dados, mas a organização de sequências para novos fluxos atencionais da consciência. Na memória, trata-se de sinalizar sequências para outras sequências, conservando o significado psíquico que as primeiras possuem à luz de novo processamento de sentido psíquico, segundo uma reordenação da fronteira entre atualidade e potencialidade. A reforma dos elementos sequenciais e da própria estrutura das sequências está sempre a ocorrer e é condição da progressão psíquica do anterior para o posterior. No sentido psíquico encontra-se em permanente reconfiguração a diferença entre o passado como potência e o passado como objeto acontecido. Assim se modifica também a fronteira do atual/potencial no campo atencional. Em parte, é à recordação que compete estabelecer a ancoragem da potencialidade do passado na forma da potência objetiva (em R-O) efetivamente retida para a processão psíquica. Mas isto só sucede porque, na recordação, o passado é novamente interpretado e se deixa narrar.

A noção banal da memória que a concebe como um registo não concorda com esta última descrição.

A recordação traz à consciência traços de acontecimentos que variam ao longo da unidade biográfica. As recordações de infância revelam até que ponto a reconstrução de acontecimentos ou de cenas é variável na evolução pessoal, embora as diferentes recordações continuem a ser interpretadas

nos estados conscientes como referindo o mesmo acontecimento ou a mesma cena no espaço-tempo.

A memória refere como idêntico o que é diverso quer nos elementos que vão servindo nas sequências rememoradas para ligar o presente ao passado quer na organização desses elementos. A experiência comum revela que a modificação do rememorado é um traço característico da memória e do recordar. Não só não se recorda da mesma maneira como a alteração no recordar não é um efeito exclusivo do esquecimento, até porque o esquecimento totalmente passivo é provavelmente um fenómeno com um papel auxiliar nos mecanismos associados à memória. Esquecer faz parte de um construir o recordado e não é o apagamento no sentido da negação simples.

Os mecanismos que associamos à memória põem em evidência o facto de na recordação emergirem séries associativas completas e não objetos isolados. Quando recordamos são de facto séries coaguladas que invocamos. São panoramas, mas não objetos isolados que emergem. É interessante notar que as modificações do recordado se dão também no próprio panorama. Aqui percorre o ato de recordar as ligações simbólicas internas em que acontecimentos são retidos, em nexos que em alguns casos não implicam esforço enquanto em outros envolvem energia psíquica. As transformações dos panoramas mnésicos ocorrem nestes independentemente de a consciência continuar a estabelecer identidade entre panoramas distintos para referir a mesma recordação.

A estrutura de panorama representa a coagulação da sequência primitiva e demonstra como a memória está organizada segundo determinadas associações narrativas. A memória no recordar transforma a sequência da vida psíquica passada no equivalente a um objeto interno para a consciência e narra à consciência os acontecimentos retidos segundo a disposição de tais elementos panorâmicos.

A sua função não é a de (re)presentificar, mas a de fornecer o sentido das vivências que se sincronizaram com certos instantes temporais para novas operações psíquicas. É este valor de fornecer o sentido das vivências que é ele próprio dotado de sentido e sujeito, como tal, a variação. A função de fornecer o sentido das vivências só pode ser assegurada mediante interpretantes nas séries mnésicas panorâmicas. É pelo facto de estes interpretantes serem conservados, não obstante os panoramas sofrerem reformas ou alterações mais profundas ao longo de uma mesma unidade biográfica, que podemos dizer que os diferentes panoramas são sobre o *mesmo* acontecimento do passado, convergem no que o sentido psíquico continua a considerar o idêntico no passado. Todavia, esta plasticidade da estrutura de panorama da recordação não seria viável se não emprestássemos às recordações a característica da narratividade. Se nos parece ajustado considerar a memória como essencialmente narrativa isso se deve a que nela não são coisas que ficam gravadas para depois se tornarem novamente atuais, mas o que nela se passa é produção de sentido psíquico em linhas sequenciais coaguladas para poderem retomar-se em outras sequências como se fossem objetos temporais internos.

#### **4. 4. 2. Memória e modulação da informação e do sentido**

Outra forma que a memória assume é a que revemos na noção de memória involuntária. As fronteiras entre este tipo e os traços mnésicos mobilizados pela atenção consciente são difíceis de traçar nas vivências psíquicas concretas. Para fins analíticos a distinção é necessária.

A comprovação da capacidade de conservar traços de acontecimentos sem a direção da atenção consciente e, como tal, sem a recordação como processo voluntário pode considerar-se um modo indireto de sustentar algumas teses básicas da Psicanálise. A conservação de traços mnésicos sem atenção consciente e, por isso, sem orientação voluntária, não possui apenas uma explicação e um significado cognitivos. O âmbito de análise que a sua descoberta põe em evidência é o do investimento do sistema psíquico por polarizações de sentido que vão além da atualidade da consciência. O papel da potencialidade na geração de traços mnésicos teria de ser reavaliado em consequência deste reconhecimento. Na sua condição infraconsciente a memória opera segundo este tipo de poder semiótico a que poderíamos chamar indireto, por comparação com a recordação dirigida, não fosse toda a semiose ser de certo modo indireta e oblíqua.

A memória involuntária caracteriza-se por um investimento na atualidade do que na atualidade não se pode esgotar no presente da consciência e que esta desconhece como pertencente ao campo da latência. Acrescenta assim ao atual da consciência desperta sentido psíquico que não se pode definir como sentido psíquico consciente. Nos seus começos esta ideia da Psicanálise foi tida por muitos por incompreensível e, no entanto, ela apenas significa isso mesmo - que o sentido psíquico não é redutível à consciência atual.

Acolher o que hoje nos parece evidente sobre esta estrutura inconsciente num modelo teórico da memória significa revelar a correlação entre a



modificação da estrutura modal do sentido psíquico, a afloração de traços mnésicos inconscientes e o caráter diferido das respostas conscientes a essa afloração. A vinculação dos traços mnésicos inconscientes com as recordações conscientes e voluntárias e a modulação dos elementos conscientes e dos inconscientes na memória implica uma investigação detalhada de dimensões ainda parcialmente desconhecidas sobre a semiose psíquica da latência.

Na estrutura de nexos R-O-I a variação no significado da latência está na diversidade de disposições possíveis de R-O, que vão desde o latente que agora se deixa narrar e exprimir sem resistência, ao latente não exprimido cuja eficácia semiótica nos é desconhecida, mas produtiva, até ao latente não exprimido em pessoa, mas revelado indiretamente em sintomas. O estudo da memória permite-nos, então, identificar cruzamentos de sentido psíquico pertencentes a estratos diferentes da vida psíquica e a modos distintos de articular latência e atualidade. Se é a semiose que torna possível todos estes enlaçamentos do sentido psíquico isso não quer dizer que ela consiga homogeneizar toda essa diversidade de planos modais e de significações intersetadas de uma vez por todas. O sentido psíquico consciente é um efeito evanescente de uma processão de sentido muito complexa, cuja estrutura corresponde, sem dúvida, genericamente, a orientações sequenciais.

Por outro lado, o trabalho da memória tem de se entender como totalmente inconsciente se compreendemos a vida psíquica como produto de arranjos seletivos que a consciência não dirige, mas de que a própria consciência emerge. A noção de inconsciente não tem aqui outro significado. É assim que a começar pela fonte neuronal da corrente psíquica há uma filtragem da energia transmitida aos organismos que só podemos descrever como uma divisão entre o potencial e o atual, ou o tornado latente e o atualizado. Esta divisão é reforçada pelo trabalho da negação e elaborada

disjuntivamente ao longo dos momentos seguintes da sequência que desde essa fonte começa a nascer. A memória lida com esta divisão e na medida em que se tem de estruturar também em um lado latente e em outro atualizado, pode tornar a divisão disponível para os momentos seguintes ou apagá-la. A dualidade da memória explica a diferença entre o tipo voluntário e o outro, involuntário. Os focos da distinção entre o virtual e o atual não podem estar eles próprios disponíveis para a vida consciente na sua atualidade, precisamente porque esta última supõe, para progredir, o já adquirido das seleções mnésicas e não lhe interessa tomá-las no foco atual da atenção. A divisão do atual/potencial (tornado latente e virtual) é uma seleção e fruto de orientação seletiva da corrente psíquica, mas também da ligação psiconeurofisiológica. A biosemiose da fronteira neuropsíquica organiza-se como um encadeamento de seleções, ou melhor, de divisões atual/potencial. Tais seleções só se podem reconhecer nas sequências que elas mesmas tornaram viáveis - a progressão do sentido psíquico está alicerçada em seletividade, que se evidencia na modulação do correr da sequência.

Se correu assim e não de outro modo é porque foi assim que a corrente foi disparada e alimentada nos pontos seguintes de confirmação e de disparo. A memória atua em toda a progressão como conservação, confirmação e apagamento das seleções com que o sentido psíquico prossegue. Ela é também uma parte ativa na formação da flexibilidade da corrente. Por isso, onde há seleção há memória e configuração modal da distinção do possível e do atual.

Na medida em que é possível traduzir a seletividade e a distinção atual/potencial na linguagem da teoria da informação, tal como Ralph Hartley primeiramente a sistematizou, precisamente à luz da articulação entre seleções, negações e sequências, as seleções de entrada da vida

psíquica podem conceber-se como informação ou fonte de informação do sentido psíquico.

A memória opera aqui como transcritora da informação em sentido, ao disponibilizar seleções para os momentos seguintes das sequências. Deparamos neste ponto com um dos enigmas da Ciência contemporânea que consiste em saber como se processa a modificação da informação em sentido. Estamos agora em condições de perceber que uma tal transcrição depende da relação entre memória e sequencialidade, da conservação das seleções e da sua disponibilização para os momentos seguintes assim como do quadro modal em que essa relação ocorre. Assim, o sentido é formado como reflexão sobre a informação ou em outras palavras como reentrada das seleções informativas e consequente estabilidade de nexos R-O-I em atribuição retroativa de sentido. O vaivém do posterior no anterior é possibilitado pela função conservadora e negativa da memória.

Nesta explicação atribui-se à configuração modal um papel decisivo na transformação da informação em sentido. No entanto, precisamos do trabalho mnésico para esclarecer como é que a distinção potencial/atual das seleções é guardada para, com base nela, se prosseguir. O que parece uma diferença modal dada *com* o sentido é afinal, neste modelo, a diferença de que o sentido resulta.

Não contendo qualquer conteúdo e não significando nada a polarização modal do possível e da atualidade é informação. Pode refletir-se no sentido psíquico, na consciência e na ação, como a diferença geradora de outras diferenças. Quando a reflexibilidade interior de sequências produzidas pelo poder gerador de tais diferenças acumuladas atinge um determinado valor é a própria sequência dessas diferenças que se forma como história.

A sequencialidade psíquica torna-se deste modo consciente dela mesma e, conseqüentemente, é responsável pela atribuição de conteúdo ao que assim se formou, à luz do que se deve designar por retro-causalidade. A

aprendizagem tem com este processo semelhanças profundas. O sentido não é outra coisa senão o assumir de uma história tecida pelo poder gerador de distinções modais deste tipo. Como quer que a inteligência e consciência humanas possam ter resultado da distribuição da informação no processamento neuro-sensório-motor, elas foram, sem margem para dúvida, disparadas desde uma distinção primitiva potencial/atual e deixadas entregues ao seu próprio poder de discernimento retrospectivo sobre a sua própria história, “de cima para baixo” como alguns autores preferem escrever. Este efeito é regulado no psiquismo pelo trabalho mnésico como conservação das seleções, atravessando diversos níveis da potencialidade até à atualidade e, na potencialidade, desde o plano da latência não mobilizável até ao latente que os interpretantes da consciência podem agregar ao sentido disponível na atualidade da vida psíquica.

#### 4. 4. 3. Traços mnésicos

O hábito objetivador resultante de operações cognitivas de observação da vida psíquica leva a imaginar que na memória também existem objetos. É deste ponto de vista que podemos conceber algo de equivalente a traços mnésicos. No fluxo real das vivências a memória está permanentemente ligada à corrente psíquica e só graças ao isolamento observacional da corrente é viável identificar blocos mnésicos a que chamamos traços mnésicos. Estes tornam-se especialmente importantes na vida psíquica e a sua identificação pode em consequência ser muito relevante do ponto de vista interno do processamento de sentido psíquico quando o que é identificado como traço mnésico ocorre na modalidade de um regressado persistente ou da repetição.

Nesta medida, é pertinente na perspectiva da análise esclarecer a estrutura do traço mnésico como realidade cognitiva, tendo em conta a experiência psíquica da repetição.

O traço mnésico é muito basicamente de um tipo quadripartido, inscreve as duas distinções do potencial/atual e do investido/não-investido. Esta última diferença pertence à dimensão emocional do traço mnésico e permite rever o que nele é o grau de interesse depositado pelo sistema psíquico nos conteúdos associados ao traço mnésico. A diferença potencial/atual identifica o trabalho modal que a memória e o sentido psíquico investem a respeito do conteúdo atribuído ao traço.

No traço mnésico vem representada a linha de fronteira entre o potencial e o atual, o latente e o agora manifesto. É por ele que se dá a negociação psíquica no sentido de estabelecer o que é retido e como, na forma dessa retenção, é proposto à atualidade. Porém, a distinção possível/atual vem no traço mnésico sobredeterminada pelo investimento emocional nos sinais interpretantes do e sobre o retido. Este investimento emocional não deve

confundir-se com a diferença prazer/dor numa aceção que seria a de uma polarização óbvia para uma direção ou para outra deste binário. Assim, a distinção investido/não-investido não é a mesma que está em jogo na diferença prazer/dor. Um traço diz-se emocionalmente investido se independentemente da coloração afetiva da divisória psíquica do prazer e da dor a sua repetição é inescapável, se impõe, e quando o processamento de sentido não consegue evitar ou a alguns dos seus efeitos interpretantes no sentido psíquico. De um traço se diz que está investido se causar profundo sofrimento psíquico ou psíquico-somático ou se, pelo contrário, ocorrer prazer. O importante para definir o grau do seu investimento está na repetição psíquica decorrente da deteção de alguns dos seus interpretantes. Percebemos, assim, que nas análises psicológicas sobre a memória tenha desempenhado um papel a referência à repetição.

Porém, o fenómeno da repetição que põe em movimento a estrutura quadripartida do traço mnésico não é um acontecimento psíquico que possa ser controlado integralmente pela consciência, o que reforça a importância da noção de memória involuntária. Assim, na fonte geradora da distinção investido/não-investido estará a diferença entre consciente/inconsciente, tornando o traço mnésico uma articulação de três distinções com seis polos. Quando afirmamos que um traço mnésico está investido queremos dizer que não está disponível para um uso consciente e voluntariamente dirigido. Na forma investida o traço pode alcançar uma considerável autonomia no sentido psíquico, o que se explica pela sua capacidade gerativa de sinais, cuja repetição o sistema não consegue evitar. Além disso, nessa condição de investimento o traço prende o sentido psíquico e põe-no a gravitar em redor de linhagens associativas de ideias que estão em linha com a sua força gerativa semiósica.

Nos chamados transtornos dissociativos tais linhagens estão claramente presentes assim como a ligação automática ao disparo semiósico do traço e

a carga emocional do sistema. Aqui está a prova de que o sistema psíquico está embriado naquele traço mnésico nos mecanismos e processos obedientes à repetição dos interpretantes do traço.

O inconsciente opera, muitas vezes, povoando a vida psíquica de sinais interpretantes de nexos repetitivos sobre traços mnésicos, mas barrando o acesso ao objeto em R-O. Quer dizer que o sentido que o sistema pode processar se desenrola em R-I com O barrado, mas segundo instruções para seguir certos passos semióticos de um modo que aparece como inelutável, como se na dissociação psíquica a função do traço mnésico equivalesse à reposição do sistema psíquico no espaço semiótico do próprio traço, apoderando-se este da capacidade do sistema para gerar sentido novo e bloqueando-a.

Quer dizer que o sentido psíquico virá orientado pela fronteira modal atual/potencial disponibilizada pelo próprio traço mnésico. Ideias fixas e comportamento obsessivo são ilustrações da condensação operada pelo traço mnésico investido na propulsão do sentido psíquico na sua semiose possível. Na medida em que o traço investido é semiose condensada o seu retorno no sentido psíquico representa a causa da retomada de sequências psíquicas associadas a repetições compulsivas.

Neste caso, a latência tem um significado especial. O latente no traço mnésico é um efeito do nexo R-O estar barrado e O aparecer identificado com o que no sistema é o estruturalmente não-presente. De tal modo que é o obstáculo no acesso semiótico a O que se torna causa de a sequencialidade psíquica ter uma orientação rígida. O latente retorna, de facto, da mesma maneira e sempre com a sua própria sequencialidade agregada, porque O em R-O permanece enigma para o sentido psíquico que, como enigma, se renova repetindo-se.

Como demonstram os fenómenos de dissociação psíquica e de compulsão, o traço mnésico desenvolve-se, portanto, na sequencialidade psíquica, mas

se está fortemente investido ele forma uma polarização e é a partir desta que projeta o latente na atualidade segundo linhas sequenciais rígidas envolvendo as mesmas ideias, mecanismos ou processos, ou seja, na forma de sequências condensadas e obrigatórias.

Na perspectiva modal, o traço mnésico investido e fonte de polarização tem na latência o lado atuante na relação com o outro lado da distinção ou a atualidade. Esta representa o lado subordinado da diferença modal. É nesta medida que se pode afirmar, sem qualquer contradição, que o traço mnésico opera inconscientemente na progressão do sentido psíquico e deste se apodera fazendo com que prossiga segundo a forma da polarização.

Aqui se evidencia uma característica do trabalho psíquico da memória já apontada anteriormente. Trata-se de a memória só ter eficácia se o traço mnésico se não atualizar, ele próprio, integralmente. Um traço mnésico totalmente atualizado é o oposto da memória. É nesta medida que toda a memória tem de ser inconsciente ou, melhor, estar duplamente inscrita no lado inconsciente e não mobilizável da latência e no lado consciente da atualidade assim como ligar ambos os lados mediante a polarização da dimensão mobilizável da latência com os interpretantes dos traços mnésicos.

Os interpretantes dos traços não fazem mais que os interpretantes em geral - produzir atualidade a partir da latência e sentido a partir da informação.



#### **4. 4. 4. Memória gerativa, personalidade e dissociação – invocando Pierre Janet**

Por volta de 1860-70 a histeria e os sintomas de histeria ainda não se tinham consolidado no vocabulário psiquiátrico na Salpêtrière, misturando-se com os fenômenos epiléticos e até com psicoses profundas. Só nos anos 1880 Jean Martin Charcot reuniu, na direção do serviço hospitalar dedicado a tipos epiléticos, as condições humanas e materiais do isolamento dos quadros clínicos da histeria. Foi de facto J. M. Charcot que isolou a histeria da epilepsia graças à clarificação de traços distintivos nosológicos, mesmo que com as insuficiências que, hoje, se lhe podem atribuir.

O estudo médico de casos clínicos de doenças mentais como a histeria põe em evidência a organização da observação do corpo em redor do tipo especial de sinais que são os sintomas. Continuando ideias dos médicos da fase asilar do estudo e tratamento das doenças mentais em que a influência recíproca do “físico” e do “mental” ou “moral” se havia tornado um tópico obrigatório, foi especialmente na Psiquiatria da segunda metade do séc. XIX que os temas relativos à relação do psíquico com o físico-orgânico se exprimiram segundo um esquema semiótico em que os dois sistemas se colocam um frente ao outro como a expressão frente ao exprimido, continuando uma parte do legado da semiologia médica da Antiguidade, mas abrindo-a para um conjunto especial de sintomas. É segundo esta conceção expressiva da relação mente-corpo que, na clínica de J. M. Charcot, a histeria podia ser apresentada como uma linguagem de disfunções do corpo com reflexos psíquicos ou como perturbações psíquicas com reflexos no organismo, indo desde a dissociação de personalidade e múltipla personalidade, a espasmos, contraturas, anestésias, ataques epiléticos, ausências de consciência e sonambulismo.

Na continuação de J. M. Charcot conduziu Pierre Janet estudos sobre transtornos dissociativos no contexto das suas investigações sobre sonambulismo, histeria, comportamentos pós-traumáticos e ideias fixas, alguns deles integrados na categoria do “automatismo psíquico”. Antes dos trabalhos de P. Janet e na época florescente de J. M. Charcot a investigação dos fenómenos dissociativos esteve ligada ao aperfeiçoamento da técnica da hipnose como técnica rememorativa e condicionamento psíquico de um tipo especial. A hipnose fora concebida como um método de acesso a recordações perturbadoras e estudada à luz do valor operatório e causal da distinção latente/actual para a consciência. É muito cedo que se constata que o hipnotizado consegue sentir na terceira pessoa e, em consequência, o uso da hipnose podia agravar os sintomas de desdobramento psíquico em vez de solucionar a perturbação mediante recordação induzida e orientada sem o acordo do sujeito da consciência. O perigo da hipnose podia residir numa transferência do peso da actualidade para a latência de tal ordem que o latente se apossava do actual substituindo o que na actualidade da corrente de consciência funciona como unidade funcional da consciência, ou o chamado *eu-personalidade*. Os traços mais perturbadores da dissociação da personalidade podem assim emergir e gerar séries semiósicas com efeitos imprevisíveis na representação e operacionalidade da unidade funcional do sistema psíquico.

As descrições da dissociação psíquica ligada à hipnose e à própria histeria colocavam a questão de saber se a personalidade era uma unidade funcional mental, de um tipo reflexivo, ou se tinha já lugar no organismo, estando esta última hipótese em concordância com as teses de Théodule Ribot, formuladas na mesma década de 1880.

Concebendo o “eu penso” da fórmula kantiana da autoapercepção pura como expressão da unidade da personalidade psíquica, tem de se questionar se ele é obtido por reflexão intelectual ou se é uma síntese

formada gradualmente em que as funções orgânicas e as psíquicas se conjugam. O estudo das dissociações da personalidade e o chamado “automatismo psíquico” na histeria forneceram um fio teórico-experimental propício à equação deste tema da História da Filosofia moderna.

Na obra *As Doenças da Personalidade* (1885) fazia T. Ribot a síntese de um programa de investigação, que o próprio fazia decorrer de um início em 1844 na literatura filosófica francesa, em redor da relação entre a unidade do sentido psíquico do eu e as funções orgânicas. Em retrospeção, um leitor contemporâneo não teria hesitações em qualificar as ideias do psicólogo-filósofo como concepções operatórias, funcionais, do eu-personalidade.

V... L um paciente, do sexo masculino, histerio-epilético de T. Ribot apresentava uma série de acidentes relacionada com o quadro sintomático da histeria. Não só as conhecidas contraturas, como ainda definhamento muscular, atrofia de partes do corpo e paraplegia (Ribot 1885: 82-83).

Frente a sintomas tão profundos, a suspeita inicial dos médicos é de um “tour d’ hystérique” (Ribot 1885: 84) ou seja a simulação dos sintomas. Esta indicação revela como de início a histeria sempre esteve associada ao disfarce dos sintomas, comportamentos e atitudes o que, intensificando-se com a teatralidade da representação da doença nos anfiteatros de J. M. Charcot, traz à luz o nexu entre eu psicológico e pessoa social.

O paciente V... L nos períodos de crise abandonava totalmente a sua personalidade conhecida para adotar um estilo pessoal totalmente distinto. Para além deste quadro, já comum em outros exemplos, T. Ribot chamava a atenção para outro aspeto, também invocado depois por P. Janet - as ideias fixas (Ribot 1885: 86). Estas surgem e reforçam-se por atos automáticos. Ideias fixas estão intimamente relacionadas com o automatismo psíquico.

É com o sentido de explicar como se formam as personalidades factícias que T. Ribot afirma a dependência orgânica de muitos automatismos orgânicos, mas também psíquicos. Em redor de uma grande coleção de atos automáticos se vai consolidando a personalidade, que para ele mais não é do que uma síntese de sensações, ideias e memórias ligadas ao meio em que se vive e ao organismo (Ribot 1885: 87). A pessoa orgânico-psíquica é, portanto, um centro agregador estruturado, segundo hábitos, que torna possível que uma grande variedade de ocorrências seja assumida por um eu que mais não é do que o resultado variável dessa agregação.

A semelhança entre os estados histéricos e os hipnóticos era, na época, de tal ordem, que a hipnose pôde ser tomada como uma “histeria artificial” ou pelo menos assim assumida na representação dos efeitos da sugestão pós-hipnótica nos trabalhos sobre a histeria de J. M. Charcot, P. Janet, Josef Breuer e Sigmund Freud.

Entre as diversas elaborações sobre fenómenos dissociativos contam-se os dedicados ao sonambulismo, intimamente relacionado com os sintomas histéricos, entendido a maior parte das vezes como reflexo comportamental da presença de dois fluxos da consciência simultâneos na mesma pessoa.

Ao longo de finais do séc. XIX e princípios do XX, muitos estudiosos anteriores e contemporâneos de P. Janet descreveram casos de dissociação ou de múltipla personalidade e ilustraram com os fenómenos do sonambulismo, que pareciam indicar desdobramento do eu seguido de atos automáticos e perda de memória.

Em *Neuroses e Ideias Fixas* (*Névroses et Idées Fixes*, 1898), acompanhando a sua formulação do subconsciente, da relativização da vontade na formação das ideias assim como da influência das emoções nos processos da recordação e da atenção, P. Janet fazia a apresentação dos seus estudos experimentais sobre ideias fixas, automatismo psíquico e comportamento

histórico, acolhidos na Salpêtrière por J. M. Charcot no “Laboratório de Psicologia Experimental”.

No Prefácio da segunda edição a esta obra, datado de 1904, o autor revelava como os trabalhos na Salpêtrière se haviam concentrado no estudo da atenção, da medida do poder de atenção dos indivíduos, do reflexo da atenção na acuidade visual, na formação de uma consciência dos lados do corpo, nos tempos de reação a estímulos relacionados com deslocação dos focos de atenção, na geração de automatismos psíquicos relacionados com atenção e na memória. No que se refere à memória foi importante o enquadramento das “lacunas da recordação” e da amnésia, particularmente da chamada “amnésia contínua”. A relação entre processos psíquicos automáticos e subconsciente havia sido investigada no campo da sugestão pós-hipnótica e do sonambulismo.

A descrição de perturbações da vida psíquica em pacientes afetados por obsessões ou “ideias fixas” constituía para o psicólogo ou médico um terreno de exploração privilegiado, para além da histeria ou do contexto explicitamente histórico desses padecimentos.

Era, no entanto, para a histeria que iam os trabalhos de 1893 sobre os “Acidentes Mentais nos Doentes Históricos” (*Contribution à l'Étude des Accidents Mentaux des Hystériques*, 1893), título da Tese de Doutoramento em Medicina, em que P. Janet documentava os seus estudos sobre a personalidade de Lucie, entre outros, desenvolvidos já desde vários anos antes e a que regressaria na obra sobre *O Automatismo Psicológico (L'Automatisme Psychologique*, 1894), em que se incluíam vários casos de sonambulismo em histéricas, descrições sobre desdobramento de personalidade e vários episódios resultantes da prática para-científica conhecida como “magnetismo animal”.

O autor desenvolveu teses de carácter teórico geral tendo por referência central os seus trabalhos sobre as sonâmbulas histéricas, nomeadamente a

noção de inconsciente, estudos esses avançados ao longo de várias décadas a partir dos artigos germinais de 1886, especialmente com “Os Atos Inconscientes e o Desdobramento da Personalidade durante o sonambulismo provocado” (“Les acts inconscients et le dédoublement de la personnalité pendant le somnambulisme provoqué”, 1886).

Para o nosso ponto de vista, é relevante a tese sobre o caráter sintético-associativo da relação entre processos sensoriais e memória. Segundo a perspectiva associativa, a mente não apreende nada isoladamente nem na recordação nem na sensação. A mente não conhece estados isolados e nada concebe fora de uma dada multiplicidade psíquica. Uma recordação traz consigo outras recordações e de uma sensação eclodem outras, ideias ou recordações, no equivalente a cachos associativos. No associativismo psicológico e na representação da vida psíquica como um *continuum*, P. Janet está muito próximo de conceber a vida psíquica como sequencialidade por associação, mas faltou-lhe a noção de semiose para poder explicar por que se dão tais nexos no sentido psíquico ou o que garante consistência e coagulação e pode explicar a repetição e as retomadas obsessivas em redor de núcleos ideativos fixos em certas séries associativas de vivências psíquicas e psíquico-orgânicas, como ocorre nas histéricas. Sem dúvida que o modelo do associativismo mental é um primeiro passo para reconhecer no sistema psíquico uma orientação que se deve à forma da ligação dos seus elementos. É um modelo insuficiente sempre que limitar as ligações psíquicas ou psíquico-orgânicas a nexos mecânicos.

O médico-filósofo concebeu o fenómeno do automatismo psíquico em compulsões como um comportamento que exigia um conceito à teoria analítica – o de subconsciente. Na dissociação, os diferentes núcleos de personalidade desprovidos de foco integrador caem no subconsciente e, se desenvolvem com outros núcleos a capacidade de gerar seqüências inteiras de associações de imagens e ideias de um modo integralmente dissociado

da personalidade central, isso deve-se a uma modificação da consciência. É nesta medida que P. Janet afirma que a mesma unidade orgânica pode ser acometida por diversas correntes de consciência e sequências respetivas, sobretudo quando as séries dissociadas se apoderam do controlo do corpo próprio e parecem assumir o comando de mecanismos psicossomáticos seguindo linhas com coerência suficiente para se poderem subsumir sob diferentes unidades funcionais (*eus*) no equivalente a personalidades paralelas. Estas são como coágulos associativos com capacidade de direção funcional.

Na já citada obra sobre as *Doenças da Personalidade* (1885), quando T. Ribot entrava no detalhe da análise das perturbações afetivas da personalidade, declarava que a personalidade era o resultado da influência de dois fatores: a constituição do corpo com as suas tendências e sentimentos e a memória (Ribot 1885: 81). Quando estes dois fatores não coincidiam no seu desenvolvimento ou só o primeiro fator se modificava sem alterações no segundo, se formavam então as dissociações mais ou menos severas acompanhadas de uma transformação da função do eu.

Comentando as conclusões de P. Janet pode-se afirmar que, no sonambulismo, o controlo do corpo e de funções sensório-motoras por uma dessas personalidades virtuais é o indício de que estamos perante o esquisso de uma unidade agregadora de sentido psíquico que aguarda desenvolvimento por semiose ulterior, sempre em articulação com as funções orgânicas estabilizadas ou representadas em equilíbrio pelo menos tendencial.

Nas circunstâncias do sonambulismo natural ou da sugestão hipnótica este desenvolvimento tem lugar no próprio sentido psíquico articulado com atividade sensório-motora. Podem gerar-se fenómenos de acomodação ao meio ambiente externo do sistema psíquico e de reconhecimento de objetos externos, como evitar obstáculos no movimento sonâmbulo, mas o

modo como essa informação é processada no sentido psíquico depende já do grau de diferenciação interna da personalidade e, nesta medida, a entidade responsável pela interpretação do sentido psíquico pode não ter ligação com a chamada personalidade original. As funções de acomodação ao meio ambiente externo e de conservação da coerência interna do sistema psíquico podem estar já a mudar de centro de controlo se o mecanismo dissociativo alcançou uma tal maturidade que gerou centros funcionais autónomos para processar sequências já diferenciadas do sentido psíquico.

O que P. Janet nos mostra a partir do estudo de casos de dissociação de personalidade, no sonambulismo, é como o encadeamento psíquico está apoiado em séries contínuas do tipo memória-sensação subordinadas a unidades funcionais, *eus*, que se podem multiplicar em certos casos patológicos gerando patamares associativos diferenciados que dentro deles mesmos possuem homogeneidade e continuidade mas que, entre si, são relativamente descontínuos – as diferentes personalidades que parecem existir em sobreposição.

Estes *eus* podem conceber-se à imagem de percipientes das mensagens do corpo com vista a funções de coordenação psíquico-orgânica.

Na medida em que a memória quebrada destes pacientes interrompeu a unidade psíquico-orgânica em algum ponto da vida psíquica, ocorreu a fragmentação desses percipientes e o seu isolamento criando-se, em consequência, um seccionamento da função de coordenação intrapsíquica por centros incomunicáveis entre si.

Quer isto dizer que, nos casos do desdobramento de personalidade, se pode imaginar a vida psíquica dividida em várias linhas sequenciais com diversos nódulos de agregação associativa subordinados a unidades de integração funcional, *eus* (pessoas), diferentes. Assim, se pode compreender que um grupo de imagens mnésicas pode servir a um dos *eus* de atractor de um



dados cachos associativos de memória-sensação desconhecido de outros *eus* pertencentes à mesma individualidade em sentido psicofisiológico, mas articulados com outras séries associativas e com outros patamares de integração mnésica e sensorial.

As diferentes unidades funcionais, *eus*, podem ser concebidas como agregadores associativo-funcionais do sentido psíquico, ao mesmo tempo resultado e fonte da semiose psíquica potenciando diversas soluções articuladoras das dimensões cognitivas, sensório-motoras e emocionais da vida psíquica.

P. Janet não concebeu o processo associativo mental e a noção de corrente de consciência fora do enquadramento moderno destas noções na Psicologia associacionista, que ainda vai servir propósitos análogos aos seus na obra de William James. A ideia de um encadeamento psíquico contínuo está presente, mas faltou-lhe a expressão semiótica e a perspectiva de uma orientação para o posterior na vida psíquica que encontra justificação na posição dos interpretantes como chaves de sentido psíquico.

Foi à luz do associativismo psíquico como característica central da consciência que a tradição analítica em que P. Janet se integrou observou o caso da múltipla personalidade dos sonâmbulos, tendo em conta que muitos destes indivíduos pareciam ter vidas psíquicas separadas umas das outras, quando assumiam *eus* diferentes do eu vigilante, uma vez em estado de sugestão hipnótica.

A análise dos casos clínicos revelou a P. Janet que alguns dos indivíduos tinham algumas recordações relativas a fazerem coisas no estado sonâmbulo ou sob sugestão, enquanto outros apenas indicavam sentirem-se estranhos e diferentes deles mesmos em certo período de tempo.

Um desses indivíduos, Lucie ou L., era portadora de três personalidades diferentes, uma delas com um nome próprio distinto. Esta multiplicidade interna de unidades funcionais de integração do sistema psíquico, *eus*,

parece indicar que a formação do eu não estará muito longe da geração de um tal foco funcional integrador de sequências psíquicas de caráter cognitivo, emocional, sensório-motor e mnésico e como destinatário de sinais neuropsíquicos.

Ora, na realidade, a função psíquica de integração do eu retira a sua eficácia do facto de nesse eu ou “personalidade” se ter condensado um feixe de sinais interpretantes para as séries do sentido psíquico, perceptivas, mnésicas ou emocionais que, em conformidade com a densidade adquirida das referências internas aos seus interpretantes, estão para ele orientadas como para com um destinatário de sinais.

Quando ocorrem transtornos dissociativos a unidade deste feixe dissolve-se e origina fragmentação da unidade funcional interpretante em grau mais ou menos acentuado. Todavia, os transtornos dissociativos não caracterizam menos a vida psíquica do que o que acontece sob a influência de um único eu-chave, integrador. O que revelam é a possibilidade de sequências emparelhadas se decomporem por perda de soldagem mnésica em um único ponto agregador com função interpretante. O que as pacientes de P. Janet narravam era não saberem o que uma parte delas fazia por não se lembrarem.

O critério central do diagnóstico de transtorno dissociativo no caso do sonambulismo histérico residia neste lapso mnésico. Na dissociação, o lapso mnésico não é apenas sintoma de interrupção do sentido psíquico. Reflete, ainda, a perda do sentido da unidade e conseqüente fragmentação da unidade funcional do eu.

Cada um dos *eus* tem atrás de si um lastro associativo de imagens, recordações e ideias, com a correspondente carga emocional, que constitui a memória de cada um deles e a possibilidade, para cada um, de prosseguir o sentido psíquico que lhe diz respeito segundo uma certa continuidade.

Parece comprovar-se que cada eu dissociado é marcado por uma constelação sequencial própria e está para com ela como a respetiva garantia de unidade funcional na continuidade da vida psíquica e como chave interpretativa.

Quanto mais integradas e referidas aos *eus* respetivos estiverem essas sequências separadas umas das outras pelo lapso mnésico traumático mais acentuada será a dissociação da vida psíquica, pois haverá uma tendência mais forte para concentrar os interpretantes em pessoas definidas, independentes umas das outras. O alcance da dissociação depende, entre outras coisas, da consolidação destas vidas autónomas segundo os seus nexos narrativos próprios. Para tal consolidação tem de contribuir a interrupção mnésica entre as séries sequenciais, o que explica que o lapso mnésico seja o sintoma de uma dissociação em curso ou já instalada.

A deslocação contínua de sentido psíquico ao longo da diferença potencial/real ou a mobilidade de elementos semióticos dentro desta linha contínua, segundo nexos R-O-I, já havia anteriormente sido apontada como ilustração do enquadramento modal da semiose. No caso das histéricas de P. Janet o que se percebe, além disso, é a capacidade que tem o sentido psíquico de formar dentro de uma bifurcação potencial/real mais distinções com valor equivalente, abrindo-se o sentido psíquico para modos de modos, em que a memória tem um papel essencial e, especialmente, os efeitos dos lapsos mnésicos.

Na dissociação, a conservação das seleções operada na vida psíquica pela memória não desaparece. Torna-se virtual na medida em que passa a subordinar-se a unidades funcionais distribuídas segundo a distinção atual/potencial em ambos os lados desta bifurcação.

Nas perturbações dissociativas mostra-se como para haver a virtualização de uma personalidade se têm de reconhecer mínimos sequenciais, pelo menos fragmentos de sequências em que o sentido psíquico está presente

em nexos R-O-I. A dissociação não é possível sem sentido psíquico, sequencialmente organizado e estruturado na diferença atual/potencial, mesmo quando ele está reduzido a mínimos, como acontece nas ideias fixas. Quer dizer que o estudo das formas dissociativas torna patente o que é mais difícil ver em tipos não dissociativos de personalidade, dado o emaranhado de níveis e de elementos, no que se refere ao caráter mnésico-sensorial, atual/potencial da formação e conservação das seleções do sentido psíquico. Nas dissociações assim como no automatismo psíquico mais em geral, nas obsessões e nas ideias fixas nos apercebemos, de modo condensado, como o sentido é formado sequencialmente e na relação dos elementos, como imagens, ideias, traços mnésicos e investimentos emocionais de traços mnésicos e de imagens, com os seus interpretantes. A modulação do atual e do potencial está presente logo no facto de a atualidade se definir, para o eu integrador, como o recurso interpretante da potencialidade psíquica. No caso dos fenómenos dissociativos a virtualização de personalidades inteiras representa a intercalação da diferença atual/potencial no lado virtual da potencialidade, como se ao construir uma nova pessoa o indivíduo psico-orgânico lhe atribuísse um espaço na dimensão virtual do eu individual responsável pelo equivalente a uma atualidade da potencialidade psíquica, apenas dessa secção da individualidade.

O sonambulismo foi descrito como uma dissociação em que dois fluxos de consciência eram dados em simultâneo. Para esta simultaneidade não se oferecia uma explicação adequada, limitando-se a narrar o facto de os pacientes parecerem sentir na terceira pessoa, tal com no estado de sugestão hipnótica.

No caso de Lucie/Adrienne, descrito por P. Janet, o sonambulismo refletia um desdobramento de personalidade mais profundo. O médico entendeu o caso de Lucie segundo o seu modelo do fluxo contínuo da consciência e

atribuiu à paciente múltiplas correntes de consciência - Lucie1 – Lucie2 (Adrienne) – Lucie3.

O modo como concebeu as três Lucies e a forma como caracterizou o processo dissociativo empalideceu o papel do inconsciente, cuja admissão considerava contraditória com a identidade entre processos psíquicos e processos conscientes. Segundo esta descrição, a dissociação ocorria entre diferentes séries conscientes e diferentes personalidades assim se convertendo o modelo do sonambulismo, baseado na forte aparência de paralelismo de séries conscientes, no tipo geral dos transtornos dissociativos.

Todavia, é difícil conceber nas três Lucies três correntes de consciência reais. Se a admissão da latência e da virtualização é essencial na compreensão das formas de dissociação psíquica, então é indispensável admitir processos inconscientes de um modo mais ou menos radical, usando ou não o termo de inconsciente.

A desvantagem em reduzir todo o sentido psíquico à consciência, como autoapreensão de estados psíquicos ou da semiose psíquica, reside em que assim é impossível dar conta do alcance e profundidade da latência no sistema psíquico e dos diferentes níveis em que ela opera frente à atualidade. A noção de uma única atualidade está comprometida, o que implica limites à visão linear do tempo psicológico.

Uma alternativa vai estar na descrição do sentido psíquico como a categoria mais lata e aqui integrar uma camada consciente e outras inconscientes, segundo uma aceção neutra, quanto a escolas de pensamento, do inconsciente.

Na metamorfose das três Lucies e no trânsito de uma nas demais o que pode então ser observado é a alteração do significado funcional da atualidade frente à potencialidade no processamento psíquico do sentido, em que o lapso mnésico que interrompe a continuidade das três pessoas exprime não

só o caráter inconsciente que adquiriu a potencialidade psíquica como ainda a sua capacidade para subordinar uma parte significativa do sentido psíquico.

Pacientes como Lucie revelaram alguma aptidão para o controlo da circulação de sentido entre as suas pessoas, embora não um domínio completo. Os limites do controlo intrapsíquico revelam-se no que toca as camadas que, na forma da latência, se tornaram indisponíveis, mas em que reside a chave interpretante oculta da própria dissociação.

No caso de Lucie o problema do controlo sobre as diferentes correntes do sentido psíquico confunde-se superficialmente com a questão de saber qual das personalidades tem predomínio. Na realidade, a questão do controlo decide-se mais uma vez no plano da memória, transformando-se na questão de saber qual dessas pessoas conserva a memória das demais. Nesta paciente, é a terceira e a mais funda das pessoas, a inominada, que detém a chave mnésica para o conjunto. Quer dizer que, neste caso, a presença ou ausência de laços mnésicos determina o controlo, o que equivale a dizer que é na posse dos interpretantes mais alargados da semiose psíquica, no seu conjunto, que se decide a integração dos três núcleos do sentido psíquico de Lucie.

Mediante a formação de várias pessoas constitui-se dentro da mesma individualidade orgânica de Lucie uma pluralidade de referências ao atual e ao possível que, colocando o problema da localização do feixe interpretante da totalidade da vida psíquica, não dá para ele uma resposta fácil e direta do lado da atualidade da consciência ou numa só sede da unidade funcional do conjunto, representada como idealmente atual, num “eu penso”.

Pelo contrário, se é a pessoa mais profunda e inominada que detém a memória das restantes, então só um acesso à pessoa inconsciente permitirá detetar os interpretantes-chave.

Até lá, o “eu penso” que pode acompanhar todas as representações se mantém secreto. Enquanto essa comunicação estiver bloqueada os interpretantes estarão presos e sepultados. Foi aqui que as hipóteses da Psicanálise deram frutos, mesmo não tendo inequivocamente assumido o seu pai fundador que, no sistema psíquico, estava a lidar com nexos semióticos para além das dimensões económicas e energéticas de investimento e carga.

As observações clínicas de P. Janet apontavam para a diversidade interior do sentido psíquico e para o carácter subconsciente de certos processos e, em especial, para o significado subconsciente de aspetos da memória. Porém, a matéria concreta de que é feito o sentido psíquico revela indeterminações e irresoluções várias na distinção entre consciência e processos conscientes e o “estar ciente de...” de tipo indireto nas respostas automáticas que ocorrem no corredor psíquico-orgânico, assim se pondo em evidência o terreno de análise da vasta semiose orgânica. Por outro lado, os processos a que chamamos conscientes lidam com o constante refazer da fronteira entre atualidade e potencialidade graças ao trabalho da memória. O que é tipicamente consciente no sistema e está relacionado com o que nele representa a sua unidade funcional reside no equilíbrio instável entre acomodação ao meio e conservação da coerência interna da semiose psíquica.

Contudo, se o sistema possui vários níveis a operar segundo graus distintos de atenção consciente ou de “estar ciente de...” subordinados a unidades funcionais descentralizadas é legítimo questionar se é ainda à consciência que se tem de atribuir esta pluralidade, a função integradora de todos esses níveis ou a referência interna comum.

O que sustento é que, no sistema psíquico, se tem de formar e identificar o mecanismo responsável por lidar com a fronteira que abre ou fecha a circulação entre a potencialidade e a atualidade na circulação do sentido,

como função simultaneamente de integração e de destinatário-intérprete dos sinais psíquicos e psíquico-orgânicos.

Na sua produtividade, o inconsciente não representa outra coisa senão o bloqueamento na capacidade de circulação do sentido psíquico através desta fronteira. Este bloqueio tem entre outros sintomas o aprisionamento de certos traços mnésicos que representam os interpretantes de um nexo R-O-I selado e sepultado na potencialidade psíquica. É ainda nessa fronteira que podemos explicar a modificação de estados que consideramos tipicamente conscientes no sistema psíquico de humanos e formas de “estar ciente de...” que não parecem tipos conscientes naquela aceção, aproximando-se de respostas automáticas ou expressões da consciência animal. No sentido psíquico concreto esta modificação é contínua e gradual e desenrola-se segundo nexos semiósico-sequenciais entre as duas polaridades da fronteira atual/potencial.

As investigações hoje clássicas sobre *stress* pós-traumático focaram-se naqueles traços mnésicos que adquiriram grande intensidade na vida psíquica e que representam um ou vários bloqueios no movimento entre a potencialidade e a atualidade. O bloqueio pode ser explicado com metáforas económicas e energéticas, como de certo modo fez S. Freud, o que significa que os traços mnésicos bloqueados são aqueles que estão investidos de sentido (energia) psíquico que não pode ser reconduzido a interpretantes acessíveis na atualidade da consciência e nas sequências que aqui podem ter lugar.

O traço mnésico é quadripartido e apresenta de um lado o que está virtualizado e de outro o que a consciência recupera do virtual como o sentido da potencialidade psíquica que esse traço representa. Aqui se desenrola o equivalente a uma negociação do sentido psíquico em redor da potencialidade e da atualidade.



Se há bloqueios isso significa que o sentido psíquico latente colocou o traço mnésico em estado de sobreinvestimento, como se viu atrás, retendo e pondo em retraimento uma parte do seu significado e aprisionando nesta retenção o próprio traço mnésico no seu valor semiótico para a propulsão de ulterior sentido psíquico. Esta sobrecarga assume um valor simbólico definido na repetição psíquica e especialmente no comportamento obsessivo e nas ideias fixas, de tal modo que se pode dizer que a atualidade se subordinou à força psíquica da latência no seu poder de retenção mnésica e de retraimento do sentido.

Um dos casos clínicos da descrição da histeria na obra de P. Janet tem, agora, o seu interesse.

Lemo-lo a partir da versão contida na segunda edição de *Os Estados Mentais dos Histéricos* (*Les États Mentaux des Hystériques*, 1911<sup>2</sup>).

Trata-se de Marceline e dos seus transtornos sensório-motores, nomeadamente os que se referem ao diagnóstico de aloquiria histérica subsequente à verificação de anestesia tátil e deficiente localização das fontes somáticas das sensações (Janet 1911<sup>2</sup>: 57 e ss.).

Marceline sofria de depressão profunda e transtornos na sensibilidade tátil, situações que, agravadas, desenvolveram uma anestesia generalizada. O médico descreve no estado de vigília da paciente uma condição sensorial difusa em que ela não consegue referir ou identificar claramente a fonte das sensações, mas apenas sentimentos internos vagos, como prazer ou desprazer. Quando acorda de estados de sonambulismo a sua situação sensorial geral parece melhorar e é então que identifica sensações com maior acuidade, embora com tempos de reação lentos. Mesmo nestas circunstâncias a paciente revela anomalias sensoriais graves, pelo facto de sistematicamente se enganar na localização das fontes sensoriais entre os dois lados do corpo, o esquerdo e o direito. É a este sintoma que se aplica especialmente o diagnóstico de aloquiria. A propósito deste caso, P. Janet

faz algumas observações sobre o mecanismo de interpretação mental a que recorre a paciente para localizar o lado sensorialmente afetado, quando consegue um estado excitatório razoável.

Na medida em que no estado de hipoestesia a paciente combina associativamente os dois lados, passando da sensação na direita para a esquerda e *vice-versa* e os torna indistintos devido à debilidade na resposta à estimulação sensorial, é de concluir que tenha gerado para ambos os lados interpretantes psíquicos indiferenciados ou equivalentes. Uma vez alterado o estado hipoestésico e alcançada alguma sensibilidade, quando é excitado o seu lado esquerdo Marceline localiza a fonte sensorial no lado direito e inversamente. É isto que se pode descrever como erro de localização sensorial bilateral.

Dos dados do médico podemos agora concluir que a paciente não consegue aceder ao signo completo, neuropsíquico, no seu lastro semiótico, que vai da imagem mental atual até ao seu objeto na fonte sensorial, no local correto, segundo a capacidade de lateralizar adequadamente a informação que parte do disparo neurosensorial. Na medida em que o seu estado habitual é de anestesia profunda quando em fase pós-sonâmbula recupera alguma acuidade sensorial isso apenas lhe devolve um certo grau de acuidade. Com tempos lentos de resposta à excitação mantém o quadro hipoestésico da equivalência entre as sensações bilaterais adquirida por associação e tornada indiferenciada graças à situação anestésica.

À luz do esquema associativo hipoestésico a sensação na direita cruza-se com a sensação na esquerda, confundem-se e a imagem mental da sensação na direita projeta a imagem mental da sensação da esquerda e *vice-versa*.

P. Janet afirma que a paciente no estado pós-hipoestésico fica aprisionada nesta associação, na sua indiferença, e, sobretudo, na sucessividade que ela implica, ou seja, do ir da sensação na esquerda para a imagem na direita ou *vice-versa*, ao contrário do que acontece no estado estético normal do

sujeito que, na simultaneidade, distingue fontes sensoriais da esquerda e da direita nas imagens internas correspondentes, sem erro. É, com efeito, na sucessão que a desordem entre o lado esquerdo e o direito tem lugar, na medida em que devido à lentidão da sua resposta sensorial Marceline se fixa no último momento da série associativa que vai do direito para o esquerdo ou inversamente e que não resulta em outra coisa a não ser na imagem esquerda da direita ou na imagem direita da esquerda, segundo a inversão. A lentidão nas respostas resulta simplesmente neste facto que consiste em ela se conseguir fixar apenas na imagem que conseguiu reter da sensação e não no próprio objeto a que essa imagem está referida na excitação sensorial como à fonte-objeto do disparo sensorial. É por isso que P. Janet conclui que quando se lhe pede para localizar a fonte a paciente localiza a imagem mental da fonte, ou seja, acrescentamos nós, o último interpretante mental do traço mnésico do estímulo externo da sensação (Janet 1911<sup>2</sup>: 61) e não este mesmo objeto na sua localização própria. Marceline fica perdida algures no percurso da semiose neurosensorial no seu caminho associativo.

Neste caso clínico de aloquiria histórica percebe-se a influência dos processos inconscientes, particularmente pelo facto de se produzir uma perfeita inversão dos valores habituais da atualidade e da potencialidade psíquicas - Marceline sente em sonâmbula e está parcial ou totalmente anestesiada no estado de vigília. Aqui temos uma inversão dos lados da fronteira atual/potencial, em que o lado virtualizado tomou conta da atualidade da consciência, tendo-a paralisado, literalmente anestesiado. Marceline no estado de vigília é, pois, capturada nos efeitos de processos que ela desconhece e que, por conseguinte, não são conscientes, mas produzem sinais.

Os traços mnésicos bloqueados no polo da latência não permitem libertar mais sentido psíquico para além do que se conserva em interpretantes

igualmente fixos e cristalizados. Inversamente, na situação em que não tem lugar o transtorno dissociativo, os traços mnésicos desbloqueados estão predominantemente investidos a partir do lado da atualidade e nessa medida abrem o sistema psíquico à novidade sensório-motora da relação do organismo com o meio ambiente.

Independentemente do seu valor nosográfico, os casos clínicos narrados por P. Janet e ainda os retratados por J. Breuer e por S. Freud são ilustrações de psicogênese da identidade e da personalidade. A sequencialidade psíquica desdobrada e dissociada de um modo profundo em algumas das histéricas explica a dificuldade em conceber uma única história pessoal. A memória está internamente partida e por isso estas mulheres não conseguem exprimir um eu único responsável por uma biografia única. Vivem de várias hipóteses de biografias, mas em desencontro. Sob o efeito do poder da dissociação as sequências psíquicas polarizadas em redor dos subeus, como unidades funcionais e destinatários-intérpretes dos sinais psíquico-orgânicos, podem assumir uma densidade tal que com base em lembranças separadas se podem contar também histórias separadas de sujeitos distintos uns dos outros. Não havendo um mundo interior monofocal estas sub-pessoas alimentam-se dos núcleos sequenciais de sentido psíquico em que encontram traços de identidade biográfica. Diferentemente de personalidades em um sentido completo do termo deveria falar-se de esboços de pessoas e de esboços biográficos, de personalidades potenciais. Estas podem ensinar-nos a descrever a construção da identidade pessoal a partir da lembrança narrativa de sequências de sentido em articulação com unidades funcionais do “eu penso”. Trata-se de material histórico-biográfico.

No rigor sequencial do sentido psíquico-orgânico das histéricas está presente a narratividade psíquica ligada à memória traumática em que uma história é contada na modalidade do seu próprio encobrimento, dizendo-se

num não dizer. A sequencialidade psíquica que prepara a unidade biográfica está presente. Elas revelam a sua história no próprio sentido psíquico como poder de associação psíquico-orgânico - contam-na no fluxo de consciência e no corpo.

Sendo a sua própria história uma narração encarnada elas não mentem, mas também não exprimem a sua verdade nos termos da verdade proposicional. É nesta forma paradoxal que se explica a impressão que se tem de uma hipocrisia no comportamento destas mulheres. Na realidade, a hipocrisia é aparente ou apenas hipocrisia para-nós ou segundo-nós, pois elas estão possuídas da força sequencial que as agita sem chave interpretativa unificadora, como a única coisa que podem narrar sobre si.

O que falta às histéricas, se de falta se pode falar, é a capacidade de consolidação de algumas ou mesmo de apenas uma das suas pessoas em articulação com meios ambientes que não dependem de sentido psíquico exclusivo. A dificuldade nessa consolidação não tem a ver, por isso, com a própria forma do sentido psíquico.

Adicionalmente, além da ausência da referência interpretativa da unidade do eu-personalidade, o que nelas não está presente é a relação da unidade funcional e das sequências psíquicas com o meio ambiente extrapsíquico da percepção vulgar.

Num período em que ambos se esforçavam por explicar os fenómenos de somatização histórica e de catarse psíquica, J. Breuer e S. Freud trouxeram a memória mais uma vez para o centro da explicação da histeria, o que se exemplifica no dito “as histéricas sofrem sobretudo de reminiscências”. Especialmente no caso da histeria traumática conceberam a memória como um autêntico agente psíquico, que não estava à livre disposição dos pacientes. O papel da memória na formação dos sintomas histéricos é de tal ordem que a recuperação na recordação orientada da fonte traumática bloqueada no traço mnésico pode já ser o início da recuperação dos

pacientes, desde que o processo rememorativo ingresse no acontecimento reprimido, permita a revivência e esta se exprima em palavras. É na capacidade de verbalização que pode assentar alguma capacidade subjetiva para recuperar dos padecimentos. Na época dos *Estudos sobre a Histeria*, em que J. Breuer e S. Freud registam com apreço os trabalhos de J. M. Charcot e P. Janet, não era totalmente claro o papel da palavra na cura e, conseqüentemente, permanecia por esclarecer a relação entre a hipnose e a verbalização.

O tema da verbalização adiciona complexidade ao molde analítico associativo de P. Janet. Em conseqüência traz consigo novas dificuldades. Uma delas prende-se com a apreciação da mudança do sentido psíquico em sentido linguístico e com a adesão da semiose psíquica à semiose proposicional.

J. Breuer e S. Freud retomam a análise dos transtornos histéricos precisamente na posição em que P. Janet a havia deixado. Trata-se da ideia de que na fonte das perturbações e especialmente dos “ataques histéricos” (J. M. Charcot) em que desponta a “consciência segunda” do paciente histérico está um bloqueio da resolução dos traumas psíquicos por via associativa, na medida em que se passam a desenvolver linhas associativas separadas de um núcleo central da personalidade do “eu penso”. A hipnose é entendida como uma técnica de acesso ao núcleo reprimido dos traumas e de preparação da abreação psíquica, ou seja, de desbloqueio da sequencialidade associativa na linha de fronteira potencial/actual. Porém, a novidade da proposta psicoterapêutica dos dois autores não está na abreação hipnótica, mas em levar os pacientes a libertar a afeção estrangulada “mediante a palavra” (Breuer & Freud 1955: 17).

O significado da “cura pela palavra” coloca no centro da análise do sentido psíquico a articulação entre semiose pré-verbal e semiose verbal e a questão de saber se a primeira se pode exprimir, sem resistências, na segunda.

Todos estes temas são familiares na História da Psicanálise. No entanto, a impressão de familiaridade pode dificultar uma ida ao centro de questões não equacionadas.

A semiose verbal implica a forma linguística e a estrutura sujeito-predicado. Na medida em que a descoberta da Psicanálise está relacionada com a descoberta da “cura pela palavra” na observação das histéricas, é de presumir aqui parte da resposta ao problema da articulação das duas semioses.

O estudo das histéricas por J. Breuer e S. Freud revela-nos um conjunto de anotações sobre emergência psíquica (psicogénese) e sobre efeitos retrocausais que se dão entre estas duas semioses.

O célebre episódio das cobras do sonho acordado de Anna O. e a dificuldade desta paciente na escolha da língua para exprimir o seu temor revela uma derrapagem entre a semiose psíquica e a semiose proposicional. Patenteia que há um sentido psíquico que decorre sem linguagem verbal e que nesta última é uma parte do lastro do sentido psíquico que se exprime. Evidencia ainda como a semiose psíquica mais profunda consiste nesse poder de ligação, que P. Janet identificara com o poder de associação de ideias e impressões. Na sua “condition seconde” Anna O. processa estas ligações de modo tão competente quanto no estado normal. As perturbações aparecem quando a dissociação psíquica e a semiose correspondente conquistam terreno frente ao poder da identificação proposicional de objetos, tido como responsável pelo sentido de realidade.

J. Breuer e S. Freud estavam convencidos que o enfrentamento clarificador, mediante o discurso verbal, da “cena primitiva” em que surgiram os sintomas de dissociação psíquica ou de projeção somática (anestésias, contraturas, tosse nervosa) era o suficiente para o desaparecimento ulterior dos mesmos sintomas. É este mecanismo de projeção sobre o passado que nos permite falar de efeitos retrocausais do uso da palavra não sobre

objetos do meio ambiente extrapsíquico, mas sobre o próprio curso da semiose psíquica interna das pacientes.

Com ambos os autores se pode concluir que a aquisição do sentido proposicional desbloqueia o acesso à memória. A proposição é a produção da verdade psíquica da memória no seu conceito. A ligação do sujeito e do predicado na proposição é o quadro da enorme constrição a que se passa a submeter a semiose associativa psíquica.

Analogamente, a histeria diagnostica-se como perda deste limite proposicional ou ausência de capacidade para o mobilizar em proveito de um comportamento-padrão. Todavia, o que a ligação proposicional faz não é apenas dar conceito aos traços mnésicos da cena primitiva. A ligação interna na frase cria essa cena no seu sentido comunicável. Quer dizer que fornece o conceito aí onde a memória apenas insistia.



#### 4. 5. Sequências e Tempo

No seu dinamismo interno as sequências não são idênticas ao tempo, por razões já expostas. O tempo é uma forma geral para designar nexos sequenciais que procede da necessidade de articulação intersequencial. Se a orientação das sequências é de um tipo interno, justificada pelos efeitos projetivos no seu encadeamento, ela não pode ter a característica de uma forma vazia de instantes. Esta serve-nos para representar a sucessão e, pela sucessão, o tempo, mas já não a ligação interior dos elementos que compõem uma progressão de sinais com valor semiótico para outros sinais. Há neste último caso um colagénio que liga associativamente os elementos, que se deve à estrutura de sinal e não a uma forma vazia como a do tempo. A sucessão segundo a forma do tempo é constituída com base numa referência primitiva a uma diferença entre sequências. Sem diferença de sequências não haveria tempo, tal como o representamos. Então, tem de haver um mínimo de duas séries para haver tempo. A forma temporal ocorre para identificar e medir acontecimentos situados entre sequências. É isto que acontece com a causalidade, por exemplo. A relação causa-efeito tomada desde a Antiguidade como uma forma semelhante à do antes-depois não se situa “no mundo”, mas sim na articulação entre a sequência da corrente de consciência de um observador e as sequências materiais do mundo físico. A causalidade será então o decorrente desta dupla face sequencial. A partir dela a sucessão temporal foi adotada genericamente para identificar acontecimentos que se situam num domínio idealizado fora da consciência e relativamente diferenciado dos campos de energia do mundo físico, mas a que se emprestou a característica da objetividade, independência e existência extramental. Pode falar-se, segundo esta modalidade, da sucessão temporal como de qualquer coisa que efetivamente dura no referido domínio idealizado, como acontece quando

se refere a passagem dos dias e das horas e a sincronia deste passar com estados psíquicos internos. Na realidade, o que dura é a sequencialidade psíquica do observador articulada com a sequencialidade física segundo adaptações complexas de ambos os lados.

A razão de se dever afirmar que o tempo é imaginário está em que o tempo depende da formação de uma imagem interna da sucessão. O nexos dos elementos que constituem as sequências não refere direta e imediatamente o tempo. Analisado e observado nesse nexos só se encontra a ligação da corrente sequencial em que os elementos estão dados. Em si mesmo esse nexos não significa mais nada a não ser o sentido da própria ligação.

Portanto, no nexos, percebe-se por que de um ponto de uma sequência se tem de avançar para outro. Mas como se tem vindo a demonstrar a representação da sucessão não é a própria sucessão dos elementos internos que fazem parte da sequência nem está associada na corrente de consciência, por exemplo, como um elemento *real* do seu fluxo. A adesão de uma corrente sequencial à chamada flecha do tempo tem de provir de um ingresso da sequência nela mesma, de um tipo particular de retomada da sequência por ela própria. No caso particular da consciência, por exemplo, quando apercebemos que no encadeamento dos pensamentos as impressões ou as ideias se seguem a outras, emoções se ligam a imagens ou a impressões, etc., não entendemos por isso tempo ou alguma coisa de equivalente a sucessão temporal. Algo de semelhante ocorre nas sequências da comunicação.

Quando uma mensagem produz um efeito num percipiente que se encadeia com o valor informativo de outras mensagens para o mesmo ou para outros percipientes não estamos perante nada que tenha ocorrido numa sucessão a que emprestamos um valor temporal.

A replicação do código genético em processos orgânicos a que atribuímos sequencialidade não representa nada de diretamente temporal. Para se

encontrar aqui tempo é necessário juntar uma dimensão distinta das conexões internas das sequências. Chamamos *reais* aos componentes internos das sequências em oposição a componentes *irreais*.

A referência à sucessão temporal ou a inclusão desta última no modo de estruturar sequências é uma referência a elementos *irreais* das sequências. Pode ter lugar segundo a forma geral da diferença entre o anterior e o posterior. A diferença entre o anterior e o posterior não é ainda, contudo, tempo. É uma forma imaginária que implica a construção imanente da sucessão e depende da observação das sequências. Sem a observação da ordem sequencial não seria possível falar de tempo das sequências.

A formação da temporalidade parte do esquema opositivo do anterior/posterior, mas prolonga-o segundo referências mais firmes e mais reflexivas à medida que a observação for consolidando uma imagem para si mesma. A forma *irreal* do tempo só está verdadeiramente consolidada quando se consolidar também a observação das sequências. Assim, a forma do tempo não deriva diretamente das sequências, mas da reflexão obtida na observação das sequências.

A tese do caráter reflexivo e dependente da observação do tempo não contraria a sua grande plasticidade relativamente às sequências. É aliás mediante esta sua característica que a sucessão temporal se acaba por confundir com a própria sequencialidade. No entanto, as distinções temporais como o antes, o agora e o depois e as suas diversas concretizações quantitativas só se podem aplicar à corrente sequencial e aos respetivos elementos se estes forem visados na sua própria corrente como um *qualquer coisa*. É por isso que a observação das sequências é pressuposta. Ao se desenvolver esta quase objetivação dos fluxos reduzem-se os seus elementos ao seu valor simbólico para a observação em causa. Os seus significados deixam de ser o de elementos orientados pela própria conexão sequencial em que o posterior na série contém a chave

interpretante dos anteriores, mas esses significados passam a estar dependentes da localização na própria série temporal, neutra, de um qualquer coisa que ocorreu. O valor de acontecimento atribuído aos elementos das sequências só é possível graças a este exercício de reflexão temporal.

O caráter reflexivo do tempo e a sua dependência da observação foram largamente ignorados na História do Pensamento Filosófico tendo-se favorecido nessa evolução, bem ao contrário, a ideia de uma adesão imediata entre a forma do tempo e o fluxo da consciência e do pensamento. A relação imediata entre o tempo e o fluir da consciência foi mesmo aquela característica mais evidente e a ser lembrada da equivalência a aplicar a todas as outras conexões que se podiam identificar segundo a imagem do fluxo ou flecha da sucessão temporal.

A ligação de elementos do sistema psíquico segundo a forma geral da sucessão no esquema distintivo do anterior/posterior é já imagem da sucessão e não é uma ligação dos elementos característicos da própria conectividade original da consciência. A imagem interna da sucessão ou do fluxo dos elementos da consciência não se confunde, por outro lado, com as distinções temporais mais elaboradas como as que decorrem da sistematização do tempo público.

Não se pode por isso afirmar que a consciência liga elementos no tempo a não ser se estivermos a falar já das imagens das sequências da consciência ou então da sincronização entre os acontecimentos da corrente e os pontos do tempo público. O esquema opositivo anterior/posterior pode funcionar como um mediador entre a dimensão imagística do tempo, a conexão dos elementos da consciência e o tempo sistematizado. É, no entanto, claro que esta relação não pode deixar de se estabelecer no plano imaginário. Nesta medida, ela não constitui um componente *real* da sequência psíquica ou de sequências de tipo comunicativo. Representa, antes, uma matriz apta à

disposição e ordenação dos elementos dessas sequências e eventualmente adequada à coordenação entre elas.

Neste sentido, a forma do tempo pode assumir valores numa escala quantitativa essencialmente porque ela está relacionada com a reprodutibilidade das sequências e, aqui, com a ordenação interna dos elementos que a compõem. É assim que o tempo assume o seu real papel, que é o de apoiar na coordenação e ajustamento interno do pensamento e deste com os elementos de outras séries mediante referentes quantitativos já abstraídos das qualidades do processo sensorial, do investimento emocional dos sistemas psíquicos, da aceleração ou retardamento internos ou até mesmo do valor relativo das ideias na corrente das representações intelectuais.

A forma geral do tempo baseada na diferença do anterior e do posterior constitui um modo de apresentar as sequências de tipo integralmente representativo. A forma do tempo é representação das conexões sequenciais, quaisquer que sejam os seus elementos. O tempo organiza para as sequências uma estrutura que garante a abstração dos elementos *reais* das sequências substituindo-os pelos elementos *irreais* da forma temporal. A tese antiga sobre o caráter imaginário do tempo, que Kant consolidou no quadro da sua teoria transcendental da percepção, não afirma nada de diferente. No entanto, nela não é clara a dependência do tempo imaginário em relação à observação, aos seus suportes na ideação representativa e às suas consequências na objetivação das sequências. Por outro lado, também não se tornou evidente, segundo essa perspectiva, o facto de o tempo se aplicar a sequências diferentes da consciência ou da causalidade do mundo extramental, o que é um aspeto essencial.

A irreabilidade do tempo ou a sua faceta imaginária é o que de acordo com a forma temporal permite exprimir a conexão de quaisquer elementos, psíquicos, orgânicos, físicos ou comunicativos, desde que ordenados

segundo o tipo ideal da flecha do tempo. Sem esta faceta de irrealidade imaginária o tempo não desempenharia na vida quotidiana as funções que desempenha.

Compreende-se, então, que a pergunta pela sua função seja das mais decisivas. Na medida em que ela se articula com a reprodução das observações das sequências o tempo como representação das sequências, de um tipo muito particular, torna-se, de facto, uma grandeza praticamente autónoma.

Na observação, a fixação dos elementos das sequências mediante a sua representação e conseqüente redução simbólica contém a possibilidade da linguagem e do discurso, que possuem um evidente suporte na forma geral do antes e do depois. Para além disso, a representação temporal das sequências transmuta o que pertence a um plano autorreferencial no desenvolvimento sequencial em uma dimensão heterorreferencial e, nisso, já deslocada do valor imanente dos nexos dos elementos sequenciais.

Dizer que “penso x agora” é forçosamente deslocar x dos outros elementos do fluxo da consciência com que está diretamente ligado na consciência, é condensá-lo do ponto de vista de um núcleo simbólico para assim o poder reidentificar. Dizê-lo impõe, pois, uma nova atenção da consciência relativamente a ela mesma ou um tornar objetivo o que é imanente, mas ainda segundo a modalidade dessa imanência. O que não quer dizer o mesmo que o seu encadeamento autorreferente.

“Penso x agora” é uma observação. Na medida em que as observações se podem também entender como sequências organizadas segundo relevâncias particulares, isso significa que mediante a fixação temporal do pensar, do comunicar, etc., as sequências originais mudam de significado e de valor modal - “penso x agora” abre para uma contingência que não se dá no prosseguir imanente da corrente dos pensamentos. É o pensamento-

objeto, o pensamento simbolicamente reduzido, que assim se torna nuclear para o processamento próprio da sua auto-observação.

Para entender como tem lugar a simultaneidade dos momentos do tempo e dos elementos da corrente sequencial (qSt) é preciso primeiramente perceber que a forma da observação das sequências pode novamente ser articulado nessas sequências e cumulativamente compreender que a simultaneidade não ocorre sem as imagens internas da sequência que não são coincidentes com ela. A não coincidência das imagens com a sequência e com os seus elementos é aliás o que torna a simultaneidade frágil e duvidosa. Esta última será sempre o produto de uma atividade particular que consiste na operação de sincronizar.

Na modalidade da observação as sequências apropriam-se a elas mesmas segundo uma denotação interna, objetivando-se a elas próprias, por assim dizer. Podem prosseguir os seus nexos fazendo reentrar a observação de novo na sua corrente, como se disse, e é desse modo que nos fluxos a autorreferência e a heterorreferência se modulam mutuamente, entrelaçando-se. Pode também desenvolver-se uma modalidade de retomada da observação com um caráter totalmente objetivado. O que aqui conta é o valor denotativo emprestado à representação dos momentos da sequência-fonte em redor de pontos temporais.

No desenvolvimento das observações seguindo esquemas temporais toma-se o tempo como uma referência claramente autonomizada, como o equivalente a uma dimensão à parte, dotada de uma pauta e de pontos referenciais.

Como já mencionado, a constituição do tempo como uma dimensão da referência das observações de sequências tem uma função. Na sua plena concretização, tal função consiste na possibilidade de gerar um domínio denotativo próprio, em que se podem nivelar elementos de sequências distintas como se esse domínio lhes fosse comum ou como se as sequências

tivessem *realmente* uma orientação temporal e esta propriedade não fosse resultado de componentes *irreais*, observacionais e da operação de sincronização.

Com referências temporais organizam-se sequências temporais que não têm outros elementos a não ser acontecimentos em datas num determinado fluxo ou cronologia. Esta espécie de observação que constitui este tipo de sequências observacionais, temporais, é o próprio da observação da Ciência Histórica.

A compreensão histórica envolve em alto grau a operação de sincronização, cujo produto é a simultaneidade entre elementos de uma sequência relevante e pontos do tempo. Deve ser, contudo, claro que, dada a combinação de aspetos reais e irreais, a sincronização é uma elaboração. No caso da consciência é uma elaboração psíquica e pode gerar como consequência novos elementos psíquicos para a representação da vida psíquica.

Narrações podem surgir da sincronização como histórias das sequências. Como tal, originam novas sequências de um tipo observacional particular. Seria por isso uma ilusão ver na ordenação cronológica e narrativa a própria ordenação das sequências-fonte. A vantagem da distinção entre componentes reais e irreais está precisamente em mostrar como a formação de uma história tem, ela própria, uma história e depende da operação de sincronização que nunca está liberta do fantasma - o que julgamos ocorrido depende da operação que concretizou esse juízo sobre o ocorrido, não é coincidente com um estado interno do psiquismo.



#### 4. 6. Sequências e Espaço

O espaço como concepção completa relativa à denotação de objetos externos, segundo a sua localização, não é possível sem a representação da simultaneidade.

É nesta medida que podemos dizer que o espaço depende da negação da sucessão. Mas esta ideia geral requer explicações e mais pormenor.

Na percepção ordinária a referência a sólidos no espaço implica a possibilidade da representação da multiplicidade na simultaneidade. Esta descrição deve guiar-nos e inicialmente podemos abstrair do que se passa com a referência a elementos no espaço em outras sequências que não a sequência psíquica.

Na percepção, o sistema sensorio-motor assegura na progressão dos seus elementos na consciência a coordenação entre aspetos da sequência da consciência e referências a sólidos externos localizados. Mas o espaço não se dá então na forma de uma autêntica objetividade do local. Os alvos localizados pertencem à estrutura das secções nas quais se desenrola o movimento e os seus efeitos sensoriais assim como fazem parte das ligações interseccionais. Eles são função da ligação sensorio-motora pelo que a noção de objeto é imprópria. O que se forma no quadro do aparelho sensorio motor na percepção vulgar é a referência a sólidos que frequentemente mudam de aparência consoante se altera também o ângulo do *drifting* percetivo.

É aliás incerta a designação deste modo de referência sensorio-motor como referência espacial, na medida em que, nele, o local é sempre já função do movimento, é interior ao movimento e às suas expressões nas imagens da sensação e, por isso, não possui as características abstratas das categorias espaciais. Localizar e ligar referências a sólidos não revela o significado do espaço. Não tem também aplicação na percepção comum e na sequência

psíquica de base sensório-motora a divisão do espaço e os temas conexos sobre finito e infinito espacial. O espaço da Geometria no qual se concretiza a reflexão sobre o espaço não representa o espaço local da percepção vulgar. As distinções espaciais no campo da percepção não só dependem do movimento, mas igualmente da formação de localizações mais complexas e do crescimento de importância destas na orientação interna das sequências psíquicas. É segundo esta dupla relevância que importa perceber em que consiste a função do espaço para as sequências de tipo psíquico.

Enquanto a sequência é identificada no momento  $t_1$  que quantidade se dá em simultâneo? Eis aquilo a que o espaço começa por dar resposta.

Segundo este enunciado, o espaço e as referências constituídas com base no espaço são um suplemento das referências temporais. Decorrem de um cruzamento reflexivo da simultaneidade e da sucessão no momento e da identificação de qualidades no tempo, que supõe a sincronização.

Mediante o tempo as qualidades coincidem com momentos, são sincronizadas com estes ou tornadas com eles simultâneas, realizando-se assim a adesão entre os elementos reais de sequências psíquicas e os elementos irrealis da sequência temporal. Com o espaço as unidades sincronizadas reais-irrealis de qualidades sensoriais e de tempo (qSt) servem a ordenação da multiplicidade dos sólidos perceptivos nas secções sensório-motoras. É assim que as coordenadas espaciais na percepção, como o à frente, o atrás, os lados, a profundidade, etc., são categorias para distribuir serialmente a multiplicidade do local na simultaneidade. Com elas se abre a possibilidade de uma estrutura cada vez mais complexa da localização da consciência.

É nesta medida que a reflexão da simultaneidade é duplamente importante. Já tinha sido essencial para compreender a constituição do tempo e da ordenação qSt e volta a ser decisiva para perceber a formação do espaço.

Na dimensão espacial, o simultâneo não é apenas o que nega a sucessão. Esta definição seria estritamente gramatical. A consciência do simultâneo, que aqui começamos por não tomar como essencialmente distinta da consciência do que se dá em simultâneo numa secção da atividade sensório-motora, é uma representação complexa na medida em que inclui como correferida a própria sucessão. A consciência do tempo inclui a ambas. A representação do tempo liga-se à reflexão da sucessão na simultaneidade e à reflexão da simultaneidade na sucessão. É, assim, uma dupla negação e uma dupla afirmação. A consciência de uma multiplicidade no simultâneo ou a descoberta de que a atenção descobre em cada momento secções compostas por lateralizações, sobreposições e efeitos de profundidade, contrariando a simplicidade, constitui a fonte da consciência do espaço local na atividade sensório-motora. Esta última, no seu *drifting*, só pode ligar os elos das suas sequências na medida em que integra uma multiplicidade de nós espaço-temporais que se dão com a consciência da multiplicidade na simultaneidade. Podemos em consequência afirmar que o espaço na atividade sensório-motora é o espaço-tempo da simultaneidade.

O espaço geométrico equivale ao desenvolvimento das condições categoriais da causalidade física e das correspondentes sequências à luz de um conceber operatório dedicado à divisibilidade do espaço, que contrasta com a orientação espacial da percepção vulgar. Esta última, como se disse, desenvolve-se e articula-se com referência a sólidos inscritos em locais que a moldura seccional da progressão sensório-motora, segundo a posicionalidade psíquico-corpórea, vai integrando nos limites das secções sensório-motoras respetivas. O espaço dos sólidos das secções sensório-motoras é o exterior do interior sensorial.

A Geometria entra na categorização do espaço não segundo o princípio do que se vê ou percebe sensorialmente, em geral, segundo a progressão sensório-motora posicional e seccional, ou seja, segundo o espaço como o

exterior do interior, mas à luz do espaço como conceito. É graças à construção geométrica do espaço que as sequências físicas se podem conceber e reconstruir em associação com as formas matemáticas, ideais, da Mecânica.

O espaço geométrico é integralmente constituído por elementos *irreais*, pois eles não são qualidades efetivas, *reais* do sentimento interno. Não pertencem à sensação no sentido próprio do termo, pois não estão associados a qualidades sensoriais. Segundo o espaço geométrico é na forma da irrealidade que as sequências físicas são observadas e descritas, na medida em que não há para elas outro acesso fora das condições mecânico-geométricas.

Se o ato de localizar está presente no tipo particular de sequência que é a corrente da consciência ligada à atividade sensório-motora, já pode ser menos evidente a sua função em outras sequências. Nas sequências causais físicas o espaço como construção observacional, geométrico-mecânico, é central. O conceito de espaço é mobilizado para poder descrever conexões causais que no âmbito das sequências físicas pressupõem como modelo de observador não tanto o sistema psíquico segundo as formas gerais da consciência, já assinaladas, que implicam uma articulação de elementos desde a dimensão sensório-motora, às formas imagísticas, emocionais e ideativas, mas a observação ideal científico-matemática. A redução do espaço-tempo a expressões quantitativas é aqui evidente.

Porém, para as sequências comunicativas esta redução às expressões quantitativas do conceito do espaço-tempo não é obrigatória.

Como se estrutura a referência ao espaço-tempo na comunicação, eis um tema pouco desenvolvido. A questão não pode ser adequadamente articulada sem ter em vista os modos particulares de observação das sequências comunicativas que têm lugar na comunicação. Perceber como a

comunicação estabelece as suas referências ao espaço-tempo depende da identificação de aspetos espácio-temporais da observação da comunicação. Para as sequências físicas foi possível construir um modelo de observação que possui no controlo das suas próprias condições operatórias a certificação da sua validade e adequação. A Matemática é esse modelo. Segundo este, as sequências físicas são apropriadas e descritas no espaço-tempo quantificado e não já no interior delas mesmas ou no espaço-tempo psíquico. Nada de equivalente à matemática relativamente às sequências físicas e à sua causalidade se desenvolveu para as sequências comunicativas, pelo que as conexões destas últimas não se podem descrever de modo integralmente quantitativo nem o seu espaço-tempo é de um tipo estritamente conceptual. No entanto, sabemos que o que se designa por tempo público, como tempo medido por relógios e pelos mais diversos mecanismos de cronometria é indispensável para a sequencialidade típica da comunicação. O problema estará em saber como é que a quantidade é mobilizada pela comunicação na conservação da sua autorreferência.

Na comunicação estruturada sequencialmente cada elemento remete para outro na medida em que para este estabeleceu um nexos determinado, como nexos de sentido, mas que não se desenvolve de modo endógeno na interioridade de uma vida psíquica particular. A vida psíquica e as sequências da vida interior não são condições obrigatórias para a semiosis da comunicação. Há efeitos da comunicação na sociedade, sequências de sentido comunicativo na sociedade que não estão ligadas às sequências particulares do sentido psíquico deste ou daquele sistema psíquico. De onde se conclui que a forma do espaço-tempo da comunicação não está forçosamente ancorada na base sensório-motora da consciência.

Contudo, as sequências psíquicas e as comunicativas podem traduzir os seus cursos sequenciais próprios servindo-se da imagem de sequências temporais. As sequências comunicativas mobilizam as referências espácio-

temporais como formas de coordenação dos seus elementos com elementos de outras sequências, sem dúvida. Porém, o problema da localização da comunicação tem uma complexidade diferente da questão da localização da consciência. Por conseguinte, também a geração do espaço na simultaneidade implica um entendimento distinto no caso das sequências da comunicação.

Argumentos significativos para a abordagem do tema provêm da descrição da sociedade moderna como um tipo de sociedade que garantiu à comunicação um âmbito de disseminação, que não se confunde já com a comunicação local, presencial, oral ou predominantemente oral.

A importância do face-a-face e da oralidade não só tende a alterar-se com a expansão interna da complexidade social e com a evolução da tradução mediática da comunicação do oral no gráfico, deste último nas suas diversas manifestações escritas e visuais e em novas formas gráfico-visuais, modificando-se conseqüentemente o valor da modulação psíquica do sentido comunicado, da proximidade entre voz e sentido, mas é a capacidade para gerar na simultaneidade o caudal de comunicações máximo que se torna em uma tendência.

Esta dupla orientação tende a concretizar-se no modo como as comunicações estão seccionadas em sequências especializadas, assim como na pressão para a seleção de encadeamentos comunicativos. A sucessão temporal pode auxiliar na observação de nexos comunicativos, mas só até um dado ponto. Nas condições de expansão da comunicação muito para além de modulações psíquicas particulares a sucessão torna-se uma dimensão subordinada do processamento da comunicação, o que se demonstra na regra evolutiva sobre os ganhos seletivos da conversão da sucessão na simultaneidade. Uma tal liberdade de conversão do sucessivo no simultâneo é uma característica das sequências comunicativas, embora

o seu alcance deva ser escrutinado sob pressupostos evolutivos e tendo em conta, particularmente, a evolução dos meios de comunicação.

Na medida em que a comunicação pode mobilizar portadores psíquicos para organizar o sentido as modificações que têm lugar no eixo sucessão – simultaneidade afetam o alcance do processamento psíquico do sentido ao dispor do processamento da comunicação. Variações na capacidade para difundir a comunicação na simultaneidade, no sentido de a ampliar, têm como principal efeito ou o integral sacrifício da sucessão ou a libertação da sucessão para sequências comunicativas ou psíquicas de um outro tipo. Deve ser claro, contudo, que a compreensão deste aspeto da variação interna do eixo sucessão – simultaneidade supõe que não se estabeleça a distinção do sucessivo e do simultâneo em redor de valores fixos. Não podemos dizer que algo é simultâneo enquanto outra coisa está a suceder, em absoluto. Mesmo a noção comum de relatividade aqui pode não fazer justiça ao que, realmente, é incalculável. Percebemos que a diferença entre tempo e simultaneidade é ela própria muito variável e plástica e depende das sequências que descrevermos. É a comunicação que nos permite situar todo o alcance desta plasticidade. Não temos para ela uma suficiente abertura com base apenas em sequências psíquicas.

A comunicação moderna aciona a diferença entre simultaneidade e sucessão de uma forma que garante para além da flexibilidade uma quase autonomia a ambas. O espaço é, em consequência disso, igualmente liberto de significações e possibilidades fixas e pelo facto de estar ligado a uma simultaneidade preenchida das possibilidades dos nexos comunicativos ganha uma densidade comunicativa que não possuía em outras condições evolutivas. Isto pode ser constatado, por exemplo, na saturação comunicativa do espaço visual, que é uma das características salientes da tradução mediática da comunicação na sociedade moderna.

Um espaço arquitetado para tornar viáveis sequências comunicativas a correr em simultâneo ou garantindo pelo menos essa possibilidade, é uma consequência da evolução moderna de que fazemos experiência na vida quotidiana. Os ganhos de velocidade na comunicação são com isto evidentes. Quer dizer que na perspectiva da história das seleções comunicativas a possibilidade de uma direção comunicativa da distinção entre simultaneidade e sucessão constitui uma vantagem evolutiva de efeitos poderosos.

O espaço que na conceção mais comum era concebido como o âmbito em que se desenvolvia a percepção de sólidos segundo a orientação no mundo tem agora de ser descrito de outro modo. Uma conceção do espaço compatível com a evolução moderna da comunicação descreve os fenómenos de dismorfia comunicativa da percepção. Superficialmente, estes fenómenos envolvem a sobreposição de informação disponível em sequências psíquicas determinadas, dependentes da atividade sensório-motora, e informação resultante de sequências comunicativas. A orientação para o espaço segundo a percepção vulgar limitar-se-ia a apreender os sólidos na relação com outros segundo as relevâncias sensório-motoras e o encadeamento dos nexos internos da consciência. Contudo, a dismorfia comunicativa dos objetos da percepção significa o encadeamento da percepção e o seu sentido psíquico em informação dependente de nexos comunicativos, que a percepção não domina por meios psíquicos. Quanto mais a comunicação pressiona no sentido de se libertar da presença, da oralidade e da sucessão, mais ela se organiza na simultaneidade e mais dismórfico se torna o espaço da percepção.

Perceber segundo o sentido psíquico, sentir segundo a aceção clássica da afetividade sensível, não se alterou, na medida em que a estrutura dos órgãos sensoriais, a sua ligação à atividade sensório-motora e à corrente da consciência não se alterou. Ora, nas condições evolutivas em que a



comunicação consegue aumentar substancialmente a sua complexidade mediante o processamento simultâneo das suas sequências, a orientação no espaço da sensibilidade e a informação disponível no espaço não possuem características exclusivamente psíquicas. A dismorfia revela como o encadeamento do sentido psíquico está sempre estimulado pelas possibilidades das sequências comunicativas e tanto mais quanto o espaço se tornou domínio de inscrição de informação articulando a variedade da produção de sinais gráficos ou acústicos.

Esta comodulação do sentido psíquico e comunicativo representa a fonte das tecnologias do sentimento interno que, nos nossos dias, vemos associadas aos *media*.

O horizonte da percepção transforma-se, em consequência desta influência, naquilo que, segundo uma atitude defensiva, se designaria por contágio do sensível. As diversas versões da crítica da cultura ou da civilização técnica alinham, a partir daqui, na mesma censura à modernidade como época da colonização de uma alegada sensibilidade primitiva.

Na base da censura ao progresso, à técnica ou à racionalidade está, contudo, a mesma dificuldade em reconhecer a inevitável autonomia da comunicação em relação às sequências psíquicas e a inviabilidade da sua sincronia num domínio homogêneo, o que as tecnologias mediáticas pretendem contrariar segundo a sua própria ilusão de um controlo mediático de emoções e sentimentos.

Está em curso uma revolução silenciosa do espaço, que pede a sua Filosofia. As transformações ocorrem nas novas superfícies de experimentação gráfica que, para a percepção externa, possuem a aparência de sólidos. Porém, nas novas formas gráficas da pós-escrita o sólido é a aparência externa, sensorial, da informação materializada. Mesmo nesta imagem de uma informação materializada há inconvenientes, pois não só a informação não existe sem as operações que a definem, como, em todo o rigor, é na

informação que descobrimos logo a orientação sequencial dos sistemas dinâmicos.

Os novos sólidos da chamada “era digital” possuem exteriormente a aparência imediata, fixa e inerte, de dispositivos que, na realidade, só em fluxo e em rede se compreendem. Tato e visão são os sentidos mais mobilizados para aprender e experimentar com os novos sólidos que integram informação e a disponibilizam em G. U. I., vulgo monitores, mas que, na sua estrutura virtual, representam pontos em redes cibernéticas com os seus fluxos de informação. Referir informação materializada e acrescentar que se dá em fluxo ficaria ainda aquém do que é necessário perceber. Os dispositivos capazes de incorporar I. A. nos seus programas são meta-sequências, que estruturam as condições de uso, nas relações local-global das redes, para utilizadores que aprenderam a coordenar a orientação sensório-motora dos seus organismos com as possibilidades simbólico-materiais da comunicação nas superfícies gráficas das G. U. I..

A Arquitetura e o Urbanismo representam os dois lados, local-global, de uma vida urbana em processo de liquidação das formas convencionais dos edifícios como sólidos da percepção e das cidades como sítios de arrumação de edifícios e vias. Noções como casas inteligentes e moduláveis, cidades que evoluem, autorregulação no trânsito dependem das meta-sequências das novas superfícies gráficas assim como do progresso da I. A..

Destas transformações silenciosas decorrem temas particulares como o de saber o que é um sólido da percepção e da comunicação, até onde se pode diferenciar sólidos de G. U. I. para fluxos de informação, o que representa o local frente ao global nas redes ou ainda se as deslocções nos centros urbanos ou entre cidades podem ser integralmente autorreguladas por via da I. A., reformando-se a relação entre movimento e posições relativas dos sólidos.

A Filosofia terá, a propósito, de repensar categorias. Aqui, as mudanças teóricas começarão por dar testemunho da transferência acelerada dos processos comunicativos da sucessão para a simultaneidade.

## 5. Quadro mediático

O facto de os nexos semióticos se estimularem com recurso a meios muito diversos explica por que razão as seqüências da consciência são para a comunicação um meio insuficiente.

Imaginemos de novo o signo “fogo-fátuo”. Tomemos em consideração a sua inscrição material, os meios físicos de transmissão e os processos aliados, a mensagem e os efeitos de ruído a ela ligada e os contextos empíricos dos percipientes e compreendemos como todas estas dimensões produzem efeitos que só podem ser considerados efeitos comunicativos, pois largamente ultrapassam as seqüências psíquicas dos sistemas psíquicos participantes. Deve ser também claro que signos do tipo geral de “fogo-fátuo” são ainda assim em número reduzido se os compararmos em número e influência aos sinais involuntários ou interpretados como tal em circuitos comunicativos. Pense-se a produção de sinais involuntários em processos físicos e orgânicos, mas expostos a interpretação pelo sentido psíquico e ainda abertos a encadeamentos comunicativos e se percebe o alcance universal da semiosis assim como a modulação de várias seqüências com recurso a uma grande diversidade de meios. A ligação de seqüências físicas ou orgânicas com seqüências psíquicas e estas com seqüências comunicativas em redes é um tema de grande interesse, mas difícil de seguir se partirmos de ideias banais sobre representação, causalidade ou comunicação face-a-face.

A necessidade de investigar estas articulações segundo um modelo teórico adequado leva agora a conceber a semiosis não só na sua sequencialidade, mas também na sua organização em meios.

Suportes (S), Meios e Veículos (M), Códigos e Programas (C) e Percipientes (P) são as mediações que vamos vincular ao nexo representativo  $a, b, x$ .

A base do reenvio representativo que se considerou inicialmente em  $a, b, x$  tem de se integrar neste modelo, para se poder compreender a passagem entre sequências diferentes e, particularmente, a articulação entre sequências psíquicas e comunicativas.

Signifique-se de modo abreviado em  $a \rightarrow b / s.x$  o nexa atrás referido como:  $b$  está para  $a$  dadas as sequências  $s$  em  $x$ . Incluamos agora o nexa  $a \rightarrow b / s.x$  na moldura  $S, M, C, P$ . O que resulta desta incorporação não é um ato violento contra o nexa sequencial.

Com a inscrição da forma geral das sequências em meios deve ficar claro, ao invés dessa impressão de violência, que os reenvios da base  $a, b, x$  não se dão nunca fora de meios, mesmo quando estes não parecem ter uma influência na sequencialidade.

No caso de sequências da consciência os reenvios da representação e as estratégias cognitivas ligadas às respectivas sequências estão acoplados a processos materiais e sociais de diversa índole. Isto significa que aquilo que as teorias dos “media” designam por meios representam para este entendimento, e antes de mais considerações, mecanismos de engrenagem e articulação de sequências psíquicas e comunicativas segundo séries diagramáticas.

São estes mecanismos de transcrição sequencial que devem ser esclarecidos se pretendermos desenvolver uma descrição dos *media* modernos, amadurecida do ponto de vista teórico.

Tomamos como formas elementares dos reenvios da representação o que chamámos suportes (S).

Suportes são formas, no sentido genérico do termo forma, que garantem a ancoragem momentânea de sinais ou símbolos mais complexos que são mobilizados em nexos sequenciais. Os suportes não têm qualquer dinamismo interno e são, portanto, desprovidos de sequencialidade própria. A identificação dos suportes em que se inscrevem signos/sinais que

são usados em representações tem uma grande importância. Teorias contemporâneas dos *media* ao abusarem do conceito de meio confundiram meios com suportes.

Designo estas formas como suportes (S) pelo facto de se tratar de elementos que sustentam, apoiam ou ancoram processos semióticos na matéria, na vida, na consciência ou na comunicação. Podiam chamar-se fontes.

É de certo modo ajustado dizer que os suportes só se podem conceber na medida em que também se conceberem os processos semióticos. Ao remeterem para estes processos os suportes distinguem-se de material desprovido de qualquer capacidade simbólica.

Se quisermos o apoio de uma analogia, os suportes são o equivalente ao *Representamen* na terminologia de C. S. Peirce - são possibilidade de significação ou fonte potenciadora de informação, mas dependem da maturação dos próprios processos interpretativos para significar alguma coisa.

Os suportes distinguem-se de meios antes de mais em virtude da complexidade destes últimos e do facto de nos meios estar presente a distinção entre potencialidade e atualidade que nos suportes está ausente. O meio (M) mais básico para o processamento de reenvios representativos e de sequências psíquicas é o cérebro ou as condições físicas artificiais criadas para reproduzir o cérebro. Pelo cérebro a consciência nas suas sequências está articulada com uma base de tipo físico-químico, também com as suas sequências próprias, ligações, energia e ritmos. O cérebro não é um simples suporte, mas um autêntico meio no qual se dão sequências de um tipo específico, como sequências eletroquímicas com os seus efeitos em elementos que integram essas mesmas sequências, as seleções e distinções características deste meio especial. O meio cerebral e a distribuição da sua energia celular é a circunstância geral do processamento das sequências psíquicas da consciência, o que não quer dizer que ele não seja também, por

seu lado, de um tipo sequencial - certas sequências podem, então, ser meios de outras.

Para além deste meio de base sabemos que há vários outros que geram condições muito particulares do processamento das sequências da representação, podendo deformar a mensagem e o modo como os percipientes estão para a mensagem. No caso do cérebro humano sabemos que os processos neurológicos estão dispostos em rede segundo instruções de uma base eletroquímica que assegura, em si mesma, séries sequenciais que a consciência pode reorganizar em sequências da própria consciência. Fora deste meio cerebral e da sequencialidade das suas operações não há sequências de representações, no sentido do nexos geral  $a \rightarrow b / s.x$ , para um sistema psíquico individualizado. Quer então dizer que, para a consciência e os seus nexos, o acoplamento com o meio cerebral é indispensável.

Um meio implica alguma conexão sequencial de elementos ou a alteração de outra estrutura sequencial de outro meio. É por isto que não se pode representar um meio como uma coisa ou então como um suporte.

Os suportes são formas não-sequenciais que permitem a inscrição de signos/sinais em nexos representativos sequenciais. É exemplo de um suporte “fogo-fátuo” escrito numa parede. Ao contrário dos suportes os meios asseguram uma meta-ordenação dos reenvios  $a \rightarrow b / s.x$  segundo nexos sequenciais próprios. O que individualiza um meio é a sua distinção em relação a outro meio. Distinções deste tipo tornam-se evidentes quando uma orientação sequencial e operações concomitantes ganham autonomia face a outras orientações e nexos operatórios. O que se pode chamar conteúdo ideal da representação pode ser o mesmo em diferentes meios, mas a mediação concreta da representação impõe sequências e operações que podem ser muito diferentes.

Um percipiente (P) capta uma mensagem ouvida de viva voz a alguém, desenvolve os nexos mentais interpretantes apropriados permanecendo

em interação com o suporte ou pode apreender a mensagem com o mesmo conteúdo ideal, mas a partir de uma fonte audiovisual já inscrita numa encenação mediática particular, obrigando por isso a sequências e estratégias cognitivas diferentes que este meio audiovisual, tecnológico, lhe impõe.

No modelo S, M, C, P os reenvios das representações não estão forçosamente ligados a polos emissores, como acontecia nos modelos da teoria matemática da informação e nas concepções das teorias sobre as funções da linguagem que mobilizaram o modelo relacional emissor – recetor, como na de Roman Jakobson.

Há várias vantagens na correção da noção de emissores da comunicação.

Para a comunicação e para os reenvios das representações os emissores não desempenham uma função diferente dos suportes ou meios da representação. Na verdade, numa perspetiva sequencial da representação, com a referência aos emissores pretendia identificar-se pontos de ancoragem, apontando-se para fontes de onde partem as sequências que, momentaneamente, estão ancoradas em suportes ou meios determinados. A noção de emissor mantinha ainda alguns traços do significado de um princípio autenticador da representação e da comunicação e de uma fonte inequívoca da dinâmica semiótica.

Ora, na dinâmica comunicativa da semiosis identificar um ponto de origem num emissor empírico é sempre ilusório ou tem uma finalidade muito limitada. Não sabemos nunca até onde fazer recuar a fonte emissora de uma sequência de nexos representativos, o que faz do conceito de emissor como fonte-origem uma noção imprecisa. É por isso que mais decisivas que a noção de emissor são as de suporte, meio e, naturalmente, a de percipiente. A noção forte de percipiente (P) reflete o facto de a representação estar sempre voltada para a atividade cognitiva atual, que se exprime em s.x no esquema conectivo  $a \rightarrow b / s.x$ . Na reintegração aqui proposta do emissor em



suportes ou meios torna-se mais preciso o modo como se observa ou descreve a fonte de uma sequência, ao se discriminar se essa fonte se capta como uma base não sequencial ou como uma sequência já ativa, por exemplo quando um emissor é apreendido como outra sequência psíquica ou como outra corrente de consciência.

O código (C) pode ser especialmente importante na formação e transmissão de certo tipo de mensagens, desde as mensagens orgânicas estudadas na Bio-Semiótica até às mensagens baseadas em códigos linguísticos. No caso de “fogo-fátuo” supomos o código de uma língua particular, a nível do vocabulário, mas não só. Deve prestar-se atenção a modos menos estruturados de formação e transmissão de mensagens e a tipos menos sedimentados de geração de informação. A diferença entre mensagem e informação deve invocar-se a propósito.

Um código é um dispositivo constituído por regras com vista a ordenar elementos homogêneos em sequências, simplificando a receção da mensagem nos percipientes e garantindo níveis elevados de probabilidade de reprodução da própria comunicação que esse mesmo código facilita. Há dimensões evolutivas e económicas a considerar nos códigos. Ambas as dimensões, a evolutiva e a económica, estão intimamente ligadas. Um código com regras não adaptadas a funções definidas dentro de sequências tende a corrigir-se e a ajustar a sua multiplicidade interna, a abandonar aquelas que não asseguram qualquer reforço sequencial ou que não permitem definir a identidade da sequência respetiva. No código linguístico encontramos vários exemplos destes fenómenos de economia de regras através da evolução. A língua sistematizada é um bom exemplo de ação das regras de um código sobre a variabilidade do enunciado.

A existência de códigos suscita ainda outra ordem de ideias.

Os códigos revelam a indeterminação psíquica da comunicação ou a transcendência das sequências comunicativas relativamente às sequências

psíquicas. Expressam, pois, a intransparência intersíquica na raiz da sequencialidade comunicativa. Se concebermos os códigos da informação biológica e os códigos dos sistemas sociais ficamos com um quadro mais completo do papel da codificação na organização das sequências comunicativas abstraindo das sequências da consciência e desenvolvendo uma multiplicidade de adaptações autonomamente.

Nestes códigos encontram-se igualmente regras. Também aqui estas últimas correspondem a orientações condicionais que combinam uma representação condicional de metas com a orientação possível da sequência em que se inserem. É claro que as metas não têm de estar relacionadas com representações psíquicas de fins. Constituem, apenas, a consequência numa relação entre caso e consequência que alcançou o valor de rotina na organização dos nexos da sequência. Consideramos que há processos regulados quando um determinado fenómeno inserido numa cadeia de outros fenómenos modifica sempre de determinado modo a orientação do sistema ou sofre as mesmas alterações devido ao encadeamento em que se situa. Isto uma vez mais revela a importância do posterior na sequência que relaciona o anterior e o posterior. Na regra esta articulação está garantida mesmo na ausência de um sentido psíquico. Ela é o equivalente a uma interpretação da própria sequência no seu passar do anterior no posterior. Mediante a ação da forma condicional das regras os códigos tornam mais estáveis as sequências, que de outro modo seriam mais improváveis ou não-reprodutíveis.

Para além disto, as regras de combinação de elementos homogêneos de um código, como por exemplo o código linguístico, podem possibilitar a ligação de sequências heterogêneas, como sequências comunicativas e sequências da consciência. Daqui resultou a noção de que a linguagem é um traço de união entre comunicação e pensamento. Isto é em parte possível em virtude do tipo de percipiente das mensagens linguísticas, que são os sujeitos do

pensamento e da ação. Mesmo no caso destes percipientes nos apercebemos facilmente da inexatidão de uma tal imagem. Se abstrairmos deste tipo de percipiente não é simplesmente possível manter-se essa ideia. O que na realidade o código linguístico estabelece é uma coesão relativa entre o domínio limitado das sequências conscientes de sistemas psíquicos e sequências comunicativas muito mais vastas. De uma tal coesão relativa não pode resultar mais que equilíbrios momentâneos entre essas sequências.

A codificação revela também a importância alcançada pela autorreferência na orientação das sequências. Devem poder traçar-se algumas correspondências na relação recíproca entre a evolução da codificação e a aquisição evolutiva da identidade das sequências. Os meios podem ter também aqui um peso relativo. Na medida em que em meios diferentes são possíveis sequências distintas, os códigos podem ser adaptadas às suas regras às exigências dos meios em que se desenvolverem as sequências. Assim, a relação entre meios e códigos estimula formas de adaptação recíproca semelhantes às que se podem descobrir entre meios e suportes. Programas são moldes condicionais para sequências desenvolvidos artificialmente ou gerados em consequência da autoapreensão de nexos evolutivos num longo curso adaptativo. A estrutura de um programa inclui os códigos. Na medida em que o programa está essencialmente voltado para a ordenação de nexos sequenciais, isso implica a inclusão de regras com um grau mais ou menos elevado de codificação.

A concretização analítica do que se propôs chamar quadro mediático vai envolver o escrutínio teórico dos meios tecno-simbólicos e, particularmente, do que se designa por *media*.

O escrutínio vai partir, nas divisões que se seguem, do que vou chamar transferência social da aprendizagem (5. 1.); das relações entre aprendizagem, memória e tecnologia para se centrar depois no conceito de

tecnologia **(5. 2.)**; na descoberta da forma simbólica da técnica na dimensão gráfica e na mediação gráfica do pensamento e do discurso oral **(5. 3.)**. A estrutura simbólica identificada na dimensão gráfica vai permitir caracterizar o uso digital de símbolos em contraste com o uso analógico **(5. 4.)**. Desta diferença pode-se inferir o tipo especial de uso digital de símbolos que tornou possível a virtualização cibernética da comunicação e das conexões em redes **(5. 5.)**. Uma vez identificada a tendência virtualizadora inerente à comunicação em redes cibernéticas torna-se compreensível a referência a uma desincorporação da mente, referida em literatura recente **(5. 6.)** e, por fim, ensaia-se uma síntese sobre a observação de observadores dos *media* na época das redes cibernéticas **(5. 7.)**.

## 5. 1. Esquecimento e Transferência Social da Aprendizagem

Quando o problema social do esquecimento é equacionado, nas sociedades formam-se temas e técnicas para o tornar socialmente visível e para o enfrentar. Deve ser um assunto fascinante para a Arqueologia detetar como se poderão ter formado os primeiros indícios da autonomia do esquecimento como tema e preocupação central nos grupos humanos recuados no tempo. Para além da sua História, o esquecimento possui uma estrutura de operações associadas à percepção dos tipos de acontecimentos cujo olvido é considerado uma perturbação, desde a sucessão de estações do ano, certos nascimentos e mortes, às mais articuladas linhas genealógicas de sucessão no poder, a limites territoriais, posse de bens e transmissão. Relativamente a acontecimentos destes tipos, enfrentar o esquecimento não conduz a reproduções exatas do ocorrido. A memória psicológica não opera dessa forma e também não a memória social. As sociedades têm de encenar o que não querem esquecer. Fá-lo-ão não apenas quanto ao conteúdo do que não se pode esquecer mas, sobretudo em sociedades tradicionais orais, quanto ao contexto total do acontecido. Pode considerar-se que as formas da narração estão desde o princípio ligadas ao problema do esquecimento. Contudo, aí, não se trata apenas de narrar, mas de gerar circunstâncias sensório-motoras para ressuscitar, perante observadores, a cena integral da ocorrência que, só assim, é lembrada.

Ao envolver formas operatórias de uma memória social, em sociedades tradicionais o problema social do esquecimento é enfrentado duplamente como problema do esquecimento e como problema social de um não-aprender. É assim que vemos cruzados os temas da aprendizagem e os da memória. A História dos *media* e das técnicas têm, sistematicamente, cruzado ou confundido os dois, por motivos evidentes.

Se concebemos o problema social do esquecimento como um objeto desligado de operações concretas perdemo-lo, na medida em que não o descrevemos tendo em conta o ganho social envolvido na formulação desse problema particular, na evolução. Só na medida em que as operações sociais para enfrentar o esquecimento tomam efetivamente lugar e representam um ganho evolutivo para a sociedade é que elas se revelam como operações de aprendizagem. Rituais e narrações orais são os mecanismos em que vemos confluír o problema do esquecimento e o da aprendizagem. O detalhe analítico das pesquisas sobre a *mimésis* rítmica dos rituais e sobre a forma da tradição oral narrativa trouxe e continuará a trazer dados importantes.

Nas análises seguintes não se vai discutir com profundidade as implicações de termos como *medium* e *media*, que possuem a sua carga semântica e teórica.

O que define exteriormente um meio é uma estrutura simbólico-material, cuja organização interna resulta da seleção de condições novas na transferência social da aprendizagem, na evolução.

Esta definição-guia, ainda abstrata, vai tornar-se inteligível à medida que prosseguirmos.

O meio exprime a observação social sobre a aprendizagem e desenvolve-se dentro dela.

As sociedades enfrentam, desde sempre, o problema das condições de conservação da aprendizagem. Têm de refletir sobre os meios de conservação da aprendizagem porque, mais concretamente, se têm de precaver contra a eventualidade do não-saber aprender nos momentos seguintes da História Social e o esquecimento.

A evolução simbólica revela diversas disposições semióticas postas ao serviço das prevenções contra a não-aprendizagem, assim como as suas diferentes concretizações materiais, no que se chamou *media*.

Transferência social da aprendizagem quer dizer passagem para uma outra estrutura simbólico-material das operações que se desenvolviam em outra estrutura, envolvendo novas *chances* cognitivas.

Esta transposição é a que ocorre nas operações da comunicação oral que são recuperadas na escrita.

Pode dizer-se que a escrita é um meio, porque para os seus símbolos, condições materiais e operações mudaram-se as formas e operações simbólico-materiais da comunicação oral.

O que assim se produz como resultado final não é nada de causal. Além disso, a transferência só é selecionada se efetivamente modificar com vantagens evolutivas o quadro inicial da própria aprendizagem.

Técnicas de escrita, aparelhos auxiliares, símbolos particulares de escrita e usos associados são formas parasitárias do meio que é a escrita e não devem ser tomados, isoladamente, como meios.

Se, reconhecidamente, a escrita é um dos meios mais duradouros inventados na evolução da sociedade, tal não se deve à sua fidelidade na transmissão comunicativa dos pensamentos. Se assim fosse e se disso dependesse a sua sobrevivência, a escrita teria, há muito, desaparecido.

O ganho evolutivo da escrita na transferência da aprendizagem da espécie não está em ser fiel a representações mentais presumidas no discurso oral e em transmiti-las a outrem. Nem a própria oralidade pode garantir fidelidade a um mundo mental.

Lembremos a definição de aprendizagem, que encontramos nos clássicos: *aprendizagem é o controlo sobre geração e extinção de sequências alternativas de sentido*. Aceitemo-la, para já, sem modificações, nos nossos pressupostos.

Transferência de aprendizagem para um meio novo significa mudança nas condições do controlo e na forma das sequências alternativas.

Por conseguinte, se a diferença entre o oral e o escrito se pode descrever como diferença entre meios é porque aí se podem identificar alterações no controlo e na forma sequencial do sentido.

A noção de que um meio não é um conteúdo nem uma coisa tende a confirmar-se à medida que os próprios meios evoluem. É ainda necessário descrever a razão para isso.

Enquanto observamos símbolos da escrita, nomes ou frases, podemos proceder como observadores de artefactos. A dimensão do artefacto ou do símbolo-artefacto não faz um meio, mas um instrumento ou traço expressivo. Instrumentos ou sinais expressivos não são meios, mesmo que a evolução possa modificar instrumentos em meios.

Na medida em que são as disposições da aprendizagem que agora se põem no centro da noção de meio, as características do artefacto ou do símbolo-artefacto não se podem isolar dos processos concretos.

Se dizemos que são processos que formam o meio como domínio de aprendizagem, referimo-nos a uma reflexibilidade concreta. Não envolve somente passar do artefacto para o processo. Implica, ainda, ver no processo um dinamismo da observação e da reflexão, que a noção de controlo exprime na definição da aprendizagem.

Sem evitar a redundância, deveria afirmar-se que todo o meio é meio da aprendizagem.

Ao formar um meio a evolução simbólica não cria diretamente próteses, prolongamentos de órgãos primitivos ou instrumentos mais aperfeiçoados. Constrói uma configuração da aprendizagem, segundo o que vierem a ser as novas regras da orientação sequencial do sentido. Assim, surgem alternativas que anteriormente não existiam e possibilidades ou limites anteriores desaparecem. A aparência exterior destas modificações é a do progresso na civilização material, certamente indicada na dimensão externa



dos novos símbolos-artefactos. No entanto, as transformações de valor gerativo não estão aí.

A falta de clareza quanto à diferença de significado entre meios e símbolos-artefactos originou nas teorias dos meios vários inconvenientes e equívocos descritivos. Ao se descrever artefactos técnicos julga-se que se está na presença do próprio meio, quando por vezes apenas se está na posse das ilustrações da forma medial que, para se revelar por completo, tem de reunir mais condições materiais, simbólicas e, sobretudo, operatórias.

Para se compreender o meio é necessário perceber o nexos entre a estrutura operatória do meio e as atividades, os símbolos-artefactos e as possibilidades de observações a ele associados.

É neste ponto que se justifica o enunciado de uma tese.

A estrutura operatória dos meios nem sempre é totalmente transparente para os observadores ou utilizadores. Basta recordar que as teorias dos meios só surgem na época em que as formas mediadoras da comunicação, da experiência sensorial e da cognição se tornam omnipresentes no quotidiano.

As teorias filosóficas clássicas sobre a escrita, confundidas habitualmente com o platonismo, não são teorias do meio da escrita, mas doutrinas sobre o alcance da exteriorização do pensamento na proposição lógica. Pode dizer-se que só indiretamente retratam a escrita como meio. Na realidade, Platão preocupou-se com o destino da forma lógica do pensamento, identificada com a proposição, uma vez atravessados, para o exterior, os limites do pensamento puro e do princípio lógico de identidade.

De várias maneiras e em diferentes domínios, a evolução social encarregou-se de tornar a estrutura operatória dos meios uma evidência da percepção. Porém, entre todos os campos foi na Internet que mais longe se chegou. Mais do que um supermeio, a Internet é o ser aparente de todos os meios.

Concretiza esta visibilidade em parte pela ilusão da simultaneidade multimedial que o seu próprio meta-meio proporciona.

A estrutura operatória dos *media* contemporâneos revela-nos, em retrospectão, o que sempre esteve em causa nos *media* históricos. Os meios estão estruturados como algoritmos da aprendizagem e formas conseguidas de enfrentar o esquecimento.

A noção de algoritmo é vasta e no uso comum confundiu-se com operação de cálculo. A expressão algoritmo de aprendizagem refere-se ao conjunto de regras gerais e instruções particulares, implícitas ou explícitas, que estão presentes sempre que se mobiliza um meio novo. Para retomar o caso da escrita, o algoritmo da aprendizagem é vastíssimo, inclui capacidades de reconhecimento de símbolos, regras sintáticas e uma vasta faculdade semântica. Podemos não conseguir conhecer todos os elos do algoritmo para uma operação simples e fazer muitos erros, mas isso não quer dizer que as regras e instruções não estejam presentes com o próprio meio e em evolução.

Identificados com os meios, os algoritmos da aprendizagem são sequências. Mais concretamente, são sequências formadas na evolução para possibilitar a generalização social da aprendizagem e, na sua forma artificial, são, até um dado limite, reprodutíveis em diagramas de operações, como numa “máquina de Turing” universal.

Exteriormente, alguns meios parecem continuar faculdades humanas, expandir órgãos relacionados com atividade sensório-motora dos organismos humanos, criar e aperfeiçoar a estrutura lógica do pensamento e o cálculo matemático, facilitar a comunicação e o transporte.

Todavia, as aquisições evolutivas decisivas da transferência da aprendizagem nos meios não estão em prolongar o Homem fora do seu corpo e da sua mente com este ou aquele instrumento, mas, diferentemente, na forma conseguida dos algoritmos. Evolutivamente, só

estes subsistem quando as próteses particulares desaparecem ou surgem novas.

O meio forma-se, por completo, quando os algoritmos da aprendizagem são regularmente transferidos e constituem uma tecnologia autónoma, normalmente subdividida e especializada.

A diferença entre artefactos, símbolos extensivos e meio está essencialmente no facto de o meio extrair a sua razão de ser da persistência dos algoritmos, enquanto as diversas próteses dependem da inovação tecnológica nos domínios especializados e da própria continuidade do meio. As formas sociais da transferência da aprendizagem são, portanto, os meios. A relação entre ela e a memória decorre intuitivamente. No entanto, falar-se em memória a propósito de formas sociais requer várias clarificações. A obra de Merlin Donald pode servir de guia até certo ponto da sua trajetória (Donald 1991).

Convinha perceber que muitas das dificuldades das teorias psicológicas e sociais sobre a memória se podem solucionar recorrendo à noção de aprendizagem e aos conceitos conexos, que se afirmaram em várias disciplinas depois das primeiras sugestões de Ivan Pavlov e de Edward Thorndike, entretanto muito reelaboradas.

Memória e aprendizagem são aquisições traduzidas em regras e hábitos, com uma complexidade muito desigual no que observamos na realidade física e nos organismos. Negar a existência de fenómenos de memória ou de aprendizagem apenas porque certas reações, atos ou procedimentos nos parecem elementares pode equivaler a ignorar processos primitivos de enfrentamento do esquecimento.

A complexidade tende a aumentar se descrevemos aprendizagem e memória em múltiplas pressuposições e patamares, em que as formas rudimentares se esfumam.

Sobretudo nas condições modernas, a autonomia das sequências da comunicação não está sujeita a uma direção intencional do sentido psíquico. Falar-se, então, em memória pode parecer que se está a figurar um prolongamento da memória psicológica, como em uma meta-mente. Há traços comuns que justificam o uso do mesmo termo para fenómenos de conservação de informação no sentido psíquico e na comunicação. Porém, a identidade do termo não deve iludir quanto ao que é necessário investigar na diversidade de mecanismos e processos nos dois casos, psíquico e social, do seu uso. É a propósito desta distinção e suas exigências que as conclusões de M. Donald nem sempre nos parecem cuidadosas.

A memória social, das sociedades modernas, tem de se reconhecer como uma disposição neutra quanto ao conteúdo representativo - não é memória de representações psíquicas concretas.

Na sua neutralidade quanto a conteúdos definidos de estados conscientes, pode parecer que a memória social da modernidade recupera certos automatismos da aprendizagem vegetal ou animal e está, por isso, mais próxima da repetição do que de uma orientação intencional.

Se há uma memória social relacionada com a transferência da aprendizagem, ela refere-se à conservação simbólica de mecanismos e processos simbólicos de extração regular de informação a partir de fontes. Neste âmbito, não se deve ceder às tentações da terminologia das faculdades, capacidades e tendências com um significado psicológico hoje suspeito na própria Psicologia.

Não são faculdades psicológicas que a comunicação conserva para estabelecer como se extrai informação de fontes e como comunicar esta aprendizagem particular.

São seleções e formas sequenciais de seleções, diagramas, programas, códigos que, uma vez observados, adquirem um dado estatuto cognitivo e são mobilizados para fazer prosseguir sequências da comunicação de uma

forma regular, inscrevendo-se em funções sociais particulares de cada tipo de sociedade.

Deste modo, a memória social, como memória de processos, acaba por se confundir com a estrutura algorítmica da resolução de problemas. Quando, especificamente, nas épocas da escrita tipográfica e eletrónica, a memória processual se relaciona com a transferência da aprendizagem, ela corresponde a saber usar diferentes dispositivos ao serviço da conservação da informação. A expressão popular de “sociedade da informação” traduz esta condição mediática da estrutura social da sociedade moderna, desvinculada de conteúdos determinados de representações a conservar e a transmitir. É uma competência sobre extração de informação a partir de dados, que está em causa.

Da memória social processual depende a seleção primitiva, que se exprime na diferença entre o que se tem de conservar e o que não é obrigatório conservar.

Está por fazer uma história social do esquecimento. Um dia estaremos em condições de, com os seus dados, perceber como é que as sociedades se organizam para dar soluções a este problema evolutivo e descobrir-se-á como, em redor do esquecer e do lembrar, se articulam as regras da transferência da aprendizagem com diversas estratégias políticas sobre controlo social do poder e disposições cognitivas baseadas em narrações e arquivos.

Poder-se-á perceber como a obsessão social com a rejeição de itens dos arquivos e a inclusão de outros varia substancialmente com o tipo de sociedade e com a própria evolução mediática.

Todas as sociedades dispõem de mecanismos para conservar memórias de acontecimentos, ordenados como itens, em arquivos, uma vez marcados sob as categorias do obrigatório conservar ou do permitido conservar, desde as primitivas listas de contabilidade e de genealogias.

O arquivo é um aspecto essencial da organização dos *media*. Muitas vezes se confundem os *itens* guardados em arquivos com a própria memória social e ainda esta com a transferência social da aprendizagem.

Se é notória na nossa época uma preocupação com dados de arquivos, com a sua forma material, dimensão e localização, que a organização da comunicação em rede informática não desmente, a descrição operatória do tema social da aprendizagem não pode dissociar o arquivo das memórias de processos. É nestas últimas que se conservam os programas e, por conseguinte, a inteligência algorítmica do conjunto da memória social.

## 5. 2. Tecnologia e meta-sequências

Os retornos a Oswald Spengler foram várias vezes repetidos, não apenas no século XX, e ocorreram sempre que, com as suas relíquias, a Filosofia da História ganhava brilhos momentâneos nos diagnósticos sobre as épocas históricas e o chamado “progresso material” e técnico.

Em *O Homem e a Técnica* (1931) O. Spengler sustentava que a essência da técnica era um resultado da evolução da civilização Ocidental e da vontade de poder. É uma noção que se reencontra, poucos anos depois, nos textos de M. Heidegger sobre F. Nietzsche e nos ensaios em que a técnica moderna era integrada na História Ocidental do Destino do Ser. Antecipando ainda M. Heidegger, mas na mesma linha de O. Spengler, devem ser referidos os ensaios críticos dos irmãos Jünger.

As gerações de leitores de O. Spengler puderam aperceber-se que no exame do ensaísta sobre a técnica se dava uma combinação paradoxal da crença que a técnica derivava da vontade de domínio do Homem como espécie sobre a natureza e da ideia de que o mundo técnico alcançara, nas condições modernas, uma autonomia quase total frente à vontade humana.

A estratégia de O. Spengler de inscrever a Técnica na Filosofia da Vida e de a compreender como parte da luta vital do Homem, como “tática da vida”, esgrime argumentos contra a tendência da época de Goethe e do Idealismo no sentido de conceber as criações culturais acima do mundo baixo dos fins práticos e das formas materiais, voltando-se, também, contra o materialismo mecanicista, que via no desenvolvimento técnico o produto do progresso da espécie. Concebida a técnica como uma das dimensões da luta do Homem pela supremacia sobre a natureza e os outros homens, em parte fruto da singularidade biológica do Homem como espécie predadora, o instrumento técnico, que continua a mão e complementa o olhar sobre a possível presa, tem na sua base uma arma de defesa ou de agressão.

Na evolução pré-Histórica da técnica está a prova de que o Homem nunca se descobre desvinculado dos seus instrumentos de agressão ou defesa, porém de tal modo que foi a única espécie que conseguiu garantir, para si, uma expressão permanente da estrutura meios-fins separada do organismo.

O. Spengler viu nesta meta-corporeidade do Homem a fonte das formas simbólicas, como um pensamento atuante, que tem na associação planeada de meios e de fins o seu significado social. Intencionalidade prática e técnica como estrutura instrumental da espécie formada na evolução material, eis os dois temas sobrepostos que se prolongam, de uma tradição anterior, agora à luz da Filosofia da História do autor de *A Decadência do Ocidente*.

Segundo o tronco genealógico comum da atividade prática, que Hegel anteriormente caracterizara no *Sistema da Vida Ética*, símbolo da linguagem e instrumento guerreiro ou de trabalho se objetivam fora da direta dependência do organismo, mas ainda em obediência à vontade de poder, que Nietzsche proclamou.

Segundo O. Spengler, a linguagem, na forma dialógica da pergunta e da resposta ou da injunção e negação, não a proposição lógica abstraída do valor prático, a frase dependente e definidora das finalidades práticas das ações se vem juntar ao complexo olho-mão na meta-corporeidade técnica. A linguagem e a articulação simbólica dos propósitos é o que explica a orientação das mensagens para os empreendimentos práticos e como consequência do seu uso social é de esperar a generalização social do comando político e da execução das ordens assim como a divisão do trabalho. Guerra, Indústria e Poder, meios militares, económicos e de administração tornam-se três dimensões da técnica moderna, potencialmente articulados em símbolos da linguagem.

Na análise da cooperação entre a mão e os símbolos vocais em processos realizadores da vontade está já neste filósofo da História o ponto de partida,



depois abertamente reconhecido ou não, de trabalhos como os de André Leroi-Gourhan e de gerações de filósofos da técnica (Gilbert Simondon ou Peter Sloterdijk, entre outros).

Todavia, lembre-se que em *O Homem e a Técnica*, a estrutura de operações formada na evolução tecnológica é descrita como resultado da intencionalidade e da causalidade da planificação meios-fins ficando, por isso, por explicar a autonomia operatória e social das tecnologias e a novidade da experiência que resulta das formas tecnológicas.

Mesmo tendo sublinhando a meta-corporeidade da técnica são ainda os problemas psicológicos e lógicos da intencionalidade e da causalidade que se retomam em combinação com os temas de Filosofia da História.

A técnica moderna entendida como expressão da vontade de poder é ilustrada no ideal cultural de um *perpetuum mobile* (Spengler 1931: 79), que a Arte do modernismo retratou entre admiração e temor. Não se diz que é este *perpetuum mobile* que realiza a forma social da técnica para além da intencionalidade prática de agentes e daí a impressão de que tudo se move. Por esta razão, não é de espantar que nos desenvolvimentos posteriores sobre a técnica vários contributos teóricos tenham ficado dependentes dos pressupostos antropológicos da Filosofia da História, como o sempre implícito *continuum* antropológico, as noções de cultura e de civilização, o pessimismo, a visão da decadência e a representação de uma linha entre *Führung* e *Ausführung* nas criações das culturas, a diferença entre cultura espiritual e material, etc.

Será necessário aplicar uma outra revolução copernicana para mostrar que não é o sujeito que é a fonte do movimento desse móbil perpétuo.

O projeto de teoria paleontológica da técnica de André Leroi-Gourhan em *O Gesto e a Palavra* (*Le Geste et la Parole*, 1964) baseava-se na tese da evolução cruzada das capacidades manuais e da linguagem no Homem e da sua expressão na “evolução étnica” (Leroi-Gourhan 1993: 269). Se por um

lado afirma que as regras da esfera étnica não podem ser encaradas como fisiológicas, por outro considera que há algo de equivalente a nexos evolutivos entre a série evolutiva zoológica, antropológica e a sociológica. Nos comentários sobre o sentido da evolução humana e o lugar do Homem no cosmos ou sobre o impacto nos sentimentos estéticos da criação de supermáquinas, é notória a indecisão sobre a autonomia da estrutura de operações concretizada no que chamamos *media*. Isto mesmo se comprova pelo sistema das artes do antropólogo, expressamente inspirado na fisiologia animal e na réplica humana.

Um número significativo de artigos e livros da literatura filosófica tem insistido numa perspectiva sobre a tecnologia centrada na relação corpo – mente. Os autores ora se posicionam numa tese em que a tecnologia é tomada como incorporação de atos que pertencem à mente ou na tese que sustenta que ela é uma desincorporação e que com os prolongamentos técnicos o homem ambiciona libertar-se da prisão do seu próprio corpo. É claro que a própria formulação antitética das duas teses revela a insuficiência e imprecisão do ponto de partida de ambas na relação corpo – mente.

É uma perspectiva que abstrai do modo como a cognição está constituída e do nexos interno entre tecnologia e cognição. Vê na tecnologia uma réplica ou continuação de dificuldades que se situam na História da Filosofia, e que são complicações da própria Filosofia, como a relação entre alma e corpo. Nesta medida, têm de conceber os artefactos tecnológicos como extensões de órgãos, em que a relação psíquico-orgânica e psíquico-funcional tem a sua aplicação. Se é possível postular uma equivalência psíquico-orgânica e psíquico-técnica na relação entre intencionalidade e órgãos sensoriais originários e intencionalidade e prolongamentos técnicos desses órgãos sensoriais, convém acrescentar que este é apenas um aspeto da tecnologia. Na verdade, não se trata do aspeto mais importante. Para além disso, não é

com base nessa equivalência que se pode compreender a estrutura virtual e os efeitos de simulação, que são característicos das tecnologias cibernéticas e da incorporação de I. A. nas atividades práticas.

O recurso contínuo a mecanismos de virtualização e a importância da simulação e da modelação na tecnologia são particularidades ligadas entre si. Da sua combinação estrutural resulta, porém, uma nova figura que não possui nada de comparável na História da Técnica. A presença de tais formas virtuais e de simulação na vida quotidiana e o seu acoplamento ao processo sensorial e à cognição exigem uma definição nova de técnica e de tecnologia.

Se nos quisermos guiar por uma aproximação podemos dizer que a tecnologia associada aos novos *media* consiste na recriação de ordens sequenciais em meta-sequências baseada na identificação da forma geral de operações de tipos determinados e da sua combinação, como seja apreender formas mediante a visão, captar objetos e reconhecê-los mediante o tato, mover-se em determinados ambientes segundo modulações sensório-motoras, etc. Todas estas atividades se recriam em meta-sequências, em mapeamentos e modelização, na orientação segundo cálculos de nexos causais e mediante toda a espécie de estruturações irrealis da experiência com a inclusão dos respectivos diferenciais modais. A ordenação sequencial pode-se reconhecer no esquema conectivo  $a \rightarrow b / s.x$ , sendo que  $x$  representa na sequência diagramática qualquer sujeito da experiência recriada. As sequências em que reconhecemos um cálculo sobre seleções de elementos e instruções de conexão para esses elementos que se sobrepõem a sequências básicas são, portanto, encadeamentos diagramáticos sujeitos a regras de reprodução.

É a estrutura operatória que é mimada para ser reproduzida, como acontece no caso de jogos cujas regras servem para ilustrar os lances possíveis para qualquer jogador que queira jogar. Este é também o fim de toda a tecnologia

- recriar sequências de lances como nexos puramente operatórios, desligados dos conteúdos representativos concretos em que essas sequências se podem basear para permitir experiências de um tipo previamente definido. A tecnologia assegura, assim, possibilidades práticas em sequências operatórias moldáveis para sujeitos possíveis. Assim se gera um molde comunicativo de antecipação de vivências e ações que possuem a sua concretização em sistemas psíquicos, caso a caso.

Entende-se, por este motivo, que a comparação da tecnologia com jogos seja muito mais que uma analogia didática.

Essa analogia deve estender-se à vida consciente e ao modo como as meta-sequências diagramáticas se reúnem ou sobrepõem, parasitam ou substituem as sequências ligadas aos processos vitais conscientes na sua complexidade variável. Se esta perspectiva é exata ou muito aproximada isso significa que a tecnologia não é meramente instrumental para a vida consciente, mas que tendemos a viver cada vez mais em processos e meta-sequências tecnológicos.

A compreensão do modo como se originam as meta-sequências tecnológicas é uma investigação essencial. Se admitimos que as representações estão conectadas em sequências e que estas são constituídas por elementos ligados segundo certas regras, podemos então figurá-las segundo o ponto de vista da sua forma, que não é mais que a configuração da própria ligação reconhecida segundo regras.

Para percebermos como é possível reproduzir conexões da vida consciente, dos processos sensoriais associados à consciência e às formas emocionais ou da comunicação mediante tecnologia é preciso estarmos atentos a esse *estar conectado* dos elementos nas sequências. Vimos como há uma ordem na orientação dos elementos das vivências psíquicas, como esse encadeamento está estruturado desde o sistema sensório-motor.

A microestrutura de reenvios R-O-I, posta em evidência pela Semiótica de C. S. Peirce, ajuda a perceber como se organizam as sequências da comunicação na sua base elementar e ainda como elas se cruzam com as sequências da vida psíquica sem nunca se confundirem. Nelas há qualquer coisa de pensado ou de comunicado. Mas não é apenas o conteúdo pensado ou comunicado que deve ser considerado.

A proposta que agora se formula é a de se reconhecer na tecnologia, no sentido restrito do termo, um ensaio de conhecimento por reprodução da orientação conectiva das sequências. As tecnologias não estão voltadas para a captação e reprodução dos conteúdos dos elementos em sequência, mas para o modo como estão concatenados esses elementos. Podemos então dizer que as tecnologias mimam a forma operatória das sequências. O que se conserva pelas tecnologias é a possibilidade das sequências e não o que em cada uma é efetivamente, em cada caso, encadeado e conectado.

A reprodução das formas sequenciais está intimamente associada à capacidade para perceber e reproduzir a estrutura condicional em que assentam as conexões dos elementos nas sequências. Quando existe um quadro mediático do tipo SMCP já desenvolvido estamos muito possivelmente perante sequências cruzadas com alguma complexidade interna, sobretudo quando envolvem a linguagem ou algum tipo de simbolização.

Nestes casos, a tecnologia é uma ressimbolização da condicionalidade sequencial com apoio na estrutura SMCP. Trata-se de fixar e reproduzir a forma operatória da sequência graças à fixação da sua estrutura mediática. Na medida em que as tecnologias se compreendem como ressimbolizações da estrutura mediática de sequências a elas se deve emprestar um grau elevado de flexibilidade sobre seleções de base. A orientação sequencial segundo programação tecnológica significa então a possibilidade de experimentação com símbolos de sequências. Por meio desta formam-se

novas sequências de um tipo que já se designou aqui por meta-sequências de carácter experimental e reflexivo - são sequências que simulam ou modelizam outras sequências segundo diagramas ou programas.

O poder de simulação da tecnologia é uma das suas características atuais mais salientes. É também aquela em que é mais notória a relação entre a tecnologia e a organização artificial de meta-sequências, como jogos. Geram-se em consequência dos usos da tecnologia os mais diversos efeitos de simetria entre as próteses sequenciais e as sequências tidas por originais. Os órgãos são um dos aspetos que participam deste efeito de simetria. Mas a tecnologia não se pode reduzir a uma reprodução das funções de órgãos. É mais do que isso e qualquer coisa de totalmente diferente. As sequências estão articuladas na atividade de determinados órgãos, mas não se reduzem nem aos órgãos nem à sua atividade ou funções. Uma conceção organológica da tecnologia não permite compreender a relação entre os órgãos, os processos sensoriais localizáveis nos órgãos sensoriais e as sequências cognitivas supostas em sujeitos dotados desses órgãos. Ela é, por isso, uma ideia insuficiente. A tecnologia não corresponde à substituição de órgãos por próteses ou de funções orgânicas por funções protésicas artificiais. Mesmo quando falamos em técnicas focadas na simulação de órgãos não nos é possível abstrair do encadeamento das sequências em que os órgãos ou os substitutos desses órgãos aparecem e se desenvolvem. O que deve importar é então a compreensão da sequência completa e das regras a que ela está submetida para poder ser replicada nas meta-sequências diagramáticas. Isto leva-nos a um exame particular dos meios diagramáticos informáticos.

A dimensão tecnológica está presente no carácter operativo do pensamento desde a sua base sensorio-motora até às inferências intelectuais mais complexas. A estrutura operativa da consciência não traduz outra coisa a não ser o facto de a consciência consistir em atividade interna,

sequencialidade, remissão de elementos para elementos, associações, seleções e negações, colocação em latência e virtualização e atualização de outros elementos. A possibilidade de modelizar o próprio pensamento como um cálculo depende da base operatória da consciência, pois pelo cálculo e à luz da identificação dos passos de um cálculo o que se destaca são os elementos e as formas reprodutíveis das operações da consciência e do pensamento.

Sobre o que se chama “a natureza” se pode dizer que opera também segundo meios tecnológicos. Reconhecer no funcionamento de vários sistemas sequências, seleções de possibilidades ou redução da complexidade é escrutiná-los segundo a perspectiva da sua estrutura tecnológica. Traços essenciais das teorias da evolução partem da ideia da organização da vida como processo de processos seletivos e o conceito de seleção tornou-se nuclear por boas e justificadas razões. É claro que, por outro lado, isto constitui o modo como observamos, pertence à forma da observação. Está na impossibilidade de fuga ao modo de descrever, associado a certos tipos de observação, a justificação para encontrarmos na tecnologia do pensamento um tipo privilegiado de representar, figurar e descrever outras tecnologias. O que se significa com isto é que não há legitimidade na pretensão de dissociar o chamado pensamento da apelidada realidade como dois reinos contrapostos ou associados do exterior.

O mecanismo lógico conhecido como “máquina de Turing” é um dispositivo para gerar sequências a partir de um número determinado de relações conhecidas entre elementos, segundo uma estrutura condicional. Uma “máquina de Turing” física recorre a uma base material, a símbolos e a regras de combinação entre símbolos para anteciper o momento seguinte numa cadeia programada de momentos. Na medida em que os elementos combinados são símbolos de estados da máquina que estão orientados pelo

cálculo do momento seguinte, este dispositivo é de tipo simbólico, diagramático e sequencial.

Aspetos importantes da “máquina de Turing” associaram-se às inovações nas técnicas da escrita e estas ligaram-se ao aperfeiçoamento da manipulação de símbolos e a processos de armazenamento de informação. Da sua combinação nasceu a tecnologia digital como a conhecemos atualmente. Esta dirige atividades e capacidades humanas para certos fins segundo regras que combinam as diferentes fontes tecnológicas mobilizadas: pensar em sentido lógico-formal; escrever com base em sinais convencionais; manipular símbolos com aparelhos associados à base sensório-motora do organismo; memorizar em linguagem-máquina.

As capacidades humanas podem ser alteradas na sua hierarquia graças à simulação. O que a simulação delas retém é especialmente a sua orientação sequencial, o facto de elas estarem dispostas tendo em conta o momento seguinte dos nexos sequenciais e aqui existirem regras. A tecnologia digital trouxe à evidência o facto de as capacidades humanas não estarem fixadas numa suposta natureza das coisas. Daqui pode ainda decorrer a impressão de que essas capacidades foram desde o princípio moldes tecnológicos e que não há uma dissociação entre o que chamamos técnicas e as atividades humanas ligadas à evolução de capacidades da espécie. O que numa aceção genérica se chama produções culturais constituem já capacidades aumentadas da espécie humana e a tecnologia apenas redesenha o que a cultura já efetivou sem recurso a “próteses de aumento”, na aceção do engenheiro Douglas Engelbart.

Ora, se as capacidades humanas ligadas a símbolos representam *design* é porque nelas identificamos um domínio sobre a relação entre as capacidades e as ações, que reflete o laço entre possibilidades práticas e desempenho real. A noção de desempenho e a crescente atenção comunicativa na sociedade moderna à quantificação do desempenho é um



sintoma da importância assumida pela identificação das regras da sequencialidade prática. Aparentemente, dominar as regras da sequencialidade é descobrir o *design* da atividade humana, o que é um passo para o *redesign*.

As noções de “prótese” ou de “extensões do humano” (Marshall McLuhan) aplicadas aos *media* da tecnologia digital evidenciam o valor central das operações na análise do *design* das capacidades-desempenho e no *redesign* técnico que parte da redução da atividade sensório-motora, do raciocínio e da linguagem a elementos com valor operatório numa nova disposição serial. D. Engelbart descrevia a propósito o afazer do engenheiro como equivalente a uma decomposição da função nos seus elementos funcionais seguida de uma reconstrução (Engelbart 1962). As funções humanas teriam de ser traduzidas na linguagem de operações da máquina, fazendo corresponder a funções operações e instruções válidas para sequências condicionais. O *redesign* começa com a função no seu todo, decompõe-na em operações e na fase compositiva estas incorporam as instruções do *software*. A reconstrução maquínica das operações humanas e funções associadas estaria completa se da relação com o Homem pudesse resultar um composto funcional. É natural que em torno da simulação maquínica de operações humanas se desenvolvam expectativas e sonhos, como o de ir até à “fonte da inteligência” para a reconstruir artificialmente. Mais modestamente, a simulação da inteligência fora do cérebro original relaciona-se com a hipótese da reprodução da organização neuropsíquica. Contudo, só mediante modelos diagramáticos dessa organização ela se pode efetivamente simular, o que quer dizer que nas hipotéticas meta-estruturas tecnológicas da inteligência são diagramas, sequências especializadas, que se replicam em novos moldes diagramáticos. A formulação mais indicada para estes últimos diz-nos que, neles, os comandos, as operações e as instruções mimam capacidades em

programas. Quer então dizer que as formas diagramáticas têm uma grande afinidade com a potencialidade presente na noção de capacidade. Aquilo por que se orientam reside na concretização da potencialidade.

Os *media* da época da rede eletrônica estruturam a experiência de um modo diagramático. Neste sentido, avançam possibilidades, propõem as sequências como um encadeamento de possibilidades selecionadas entre um número inicialmente indeterminado. Tais possibilidades estão inscritas em operações articuladas sequencialmente e raramente se dão isoladamente. Pode conceber-se o efeito mediador final ou simplesmente a *mediação* como a organização de sequências diagramáticas que juntam cordéis sensório-motores, psíquicos e comunicativos segundo um encadeamento de instruções que levam de possibilidades operatórias para decisões e de decisões para outras possibilidades. A mediação mima assim sequências sensoriais, comunicativas, tecnológicas e práticas no equivalente a uma corrente de anéis que possui um alcance universal e imperativo para a organização da experiência.

Jogos com as suas regras e autonomia ideal frente às ocupações com finalidades transitivas, externas, representadas por antecipação, constituem de facto uma forma de atividade comparável à orientação tecnológico-diagramática de sequências. A diferença está em que as meta-sequências diagramáticas tendem a converter no seu próprio modelo as formas sequenciais primárias, enquanto os jogos implicam a sua própria autolimitação.

As orientações diagramáticas associadas às respectivas instruções na passagem dos momentos sequenciais uns nos outros modelizam e convertem as sequências primárias. O que se altera com uma tal sobreposição não é a imagem do mundo ou a extensão de capacidades, mas sim o quadro sequencial da experiência.

Na medida em que este tipo de mediação supõe tecnologia informática integrada nos processos, em maior ou menor escala, as instruções combinam elementos da linguagem-máquina com elementos de caráter sensorial, linguístico-simbólico ou simbólico-sensorial, notório no que genericamente se chama I. A.. O que garante integridade ao conjunto está na sua capacidade operatória, ou seja, na faculdade de coordenar as instruções e as sequências conectadas constituindo assim um molde tecnológico integral, dotado de autorregulação.

A expressão *human-artifact interface* viu o seu uso tornar-se corrente a partir dos anos 1960, embora tenha servido para designar uma realidade mais recuada. A noção exprime processos acoplados neuro-psíquico-maquínicos em sentido geral, implicando correferência da base sensório-motora, da inteligência e da orientação diagramática presente no *software*. Conceitos, símbolos para conceitos, manipulação gráfica de símbolos para conceitos em superfícies destinadas a representação gráfica e processos automatizados são algumas das condições de remodelagem da relação com o mundo articuladas na *interface*. A estes aspetos veio juntar-se a remodelagem do processamento da comunicação.

Com esta aceção, a mediação constitui uma matriz de experimentação das sequências que em virtude da sua idealidade tecnológica, da sua autonomia em relação às possibilidades não diagramáticas, é uma armação que não se limita a se sobrepor aos tipos mediais que garantiam ou presumiam a garantia da familiaridade entre o sujeito e o mundo. Esta armação diagramática da experiência nega ativamente essa familiaridade. Reconhecer o seu mundo, compreendê-lo como o horizonte da experiência, simultaneamente psíquica e comunicativa, estar situado a partir das possibilidades presentes nesse horizonte, é uma descrição pouco ajustada à mediação tecnológica que organiza e encaminha possibilidades mediante instruções e regras para sequências que realizam a modulação permanente

do vínculo sensório-motor entre sistemas psíquicos e os seus meios ambientes, a linguagem natural e a linguagem-máquina.

A mediação está assim muito longe de se assemelhar a uma extensão instrumental que prolonga um órgão para melhorar a sua performance ou amplificar capacidades. Esta última descrição não permite compreender a sua universalidade nem o seu caráter modelizante. O que os *media* contemporâneos produzem é a reforma dos quadros sequenciais da experiência, de tal modo que eles se devem considerar *tecnologias do sentido* em toda a amplitude desta noção.

De uma tal reforma dos quadros sequenciais faz parte a reorientação da forma analógica das sequências em obediência a tipos digitais de processamento de informação e sentido. Foi neste aspeto que o alcance das tecnologias informáticas foi considerado mais radical. Uma das expressões é a da transformação da base em que opera a diferença entre potencialidade e atualidade. A diferença entre potencialidade e atualidade tal como é gerada nas modalidades não diagramáticas e pré-digitais de orientação de sequências e as possibilidades com que opera a estrutura diagramática da tecnologia informática é notória. A orientação diagramática da tecnologia informática possui um enquadramento rigorosamente binário e as possibilidades têm de ser processadas segundo um tipo bifurcado contrastando com o processamento mais difuso das sequencialidades não informáticas. As sequências do sentido que se desenvolvem na vida quotidiana revelam uma densidade muito grande de possibilidades sequenciais do mesmo modo que uma instabilidade assinalável sobre o que vem a seguir nas sequências, o que deriva da não programação da polarização do possível e do atual. Pelo contrário, quando a tecnologia informática programa sequências de elementos sensório-motores ou comunicativos, por exemplo, a polarização do atual e do possível tem ela mesma de ser dada e é permanentemente condicionada por diagramas

binários de esquematização da orientação sequencial em que o atual está sempre já modulado pelas possibilidades das instruções. Isto é o próprio da linguagem-máquina com que essas sequências são construídas. A complexidade sequencial derivada da existência de uma abundância de vias possíveis não desaparece. O que se altera em relação a tipos sequenciais não-digitais são os esquemas seletivos. As negações, exclusões e inclusões, prioridades, latências, tudo isto parece, nas formas digitais, mais previsível porque obedece a um *design*, mas nem por isso deixa de se subordinar à contingência de um concurso indeterminado de fatores na ligação intersequencial.

O facto de um número cada vez maior de sequências se desenrolar em enquadramentos digitais segundo a sua programação própria não se deve entender como um modo de otimizar segundo fins a forma sequencial da experiência. Esta perspectiva continua a visão protésica da tecnologia e não vai mais longe. Na realidade, o *design* informático de sequências é não só construtor de linhagens sequenciais segundo princípios seletivos tidos como os mais aptos a gerar objetivos, mas também é um remediador de sequências de base de que decorre a sobreposição entre dimensões analógicas e digitais da orientação sequencial.

Um título como “gestão da informação” seria qualquer coisa de impensável há 100 anos segundo esquemas digitais da cibernética.

Mesmo que a pretensão de tecnólogos de uma área como esta possa ter sido a otimização da manipulação da informação os efeitos da generalização social de sequências diagramáticas digitais cibernéticas têm um alcance diferente de uma simples otimização da manipulação da informação.

É a estrutura formal da diferença entre possibilidade e atualidade que se altera.

Tem de se levar em conta a composição binária de linguagem-máquina. Porém, além disto substituem-se ou sobrepõem-se, em larga escala,

sequências ordinárias de previsibilidade duvidosa por nexos artificiais modelados para serem previsíveis e antecipáveis. O próprio conceito de possibilidade deixa de poder valer, exclusivamente, dentro de linhagens espontâneas do sentido psíquico ou da comunicação conjeturável.

A complexidade sequencial total em vez de diminuir expande-se, mesmo se o conjunto se tornou efetivamente mais previsível em dados pontos. Uma das conseqüências mais notórias está na virtualização da causalidade, que tem implicações em como se generaliza socialmente a percepção do que é “real” e “objetivo”.

A construção em linguagem-máquina das sequências diagramáticas de tipo informático não corresponde à idealização de uma meta-realidade à qual se acesse como a um outro mundo. A sequencialidade diagramática informática é construída para oferecer sobretudo a nexos sequenciais sensório-motores, psíquicos em sentido mais amplo, e comunicativos um meio de expansão. Nesta medida tem de se presumir uma multiplicidade de pontos de ancoragem entre diagramas de linguagem-máquina e sequências de base, o que reflete o facto de o “artificial” e o “natural” deverem estar em modulação recíproca e contínua em certas dimensões. Dois predicados com alcance diferente devem aqui, primeiramente, isolar-se: o da reciprocidade das ligações e o da continuidade. Estes dois predicados não possuem o mesmo significado.

Assegurar a modulação recíproca das sequências tem de ser um dos traços resultantes da coadaptação sequencial das sequências diagramáticas e das sequências basais. As instruções da linguagem-máquina têm de estar orientadas para este resultado. A continuidade entre instruções para sequências diagramáticas informáticas e os nexos das sequências basais supõe o predicado anterior, mas amplifica-o segundo a ambição de uma osmose intersequencial. Esta última é traduzida na imagem da realidade virtual com o significado de uma hiper-realidade que, uma vez alcançada, se

substitui à realidade basal. Os dois predicados não querem dizer o mesmo. A modulação é uma consequência da orientação da tecnologia para as sequências basais, da reprodutibilidade técnica, em geral, da coadaptação de nexos basais e de nexos diagramáticos e da compenetração causal das várias linhas sequenciais. Este predicado tem de ser verificado para a tecnologia informática poder alcançar as suas metas. Mas a osmose das várias linhagens de sequências representa mais a mitologia da tecnologia do que um facto tecnológico. A continuidade é apenas pontualmente assegurada e ela tem um valor operatório e não ontológico. Diretamente, isto significa que a continuidade intersequencial só pode ocorrer na medida em que para ela se oferece uma operação em que as sequências se articulam. Dificilmente se pode representar uma continuidade operatória permanente entre sequências basais e sequências diagramáticas informáticas. Como consequência surge a impressão que a vida e a tecnologia nunca se podem confundir, que a vida excede os processos diagramáticos, que a espontaneidade não desaparecerá, etc. Esta impressão é nela própria interpretativa, estabelece uma descrição, sob um prisma definido, da impossibilidade de acordo definitivo ou, na base, de um acordo ontológico, das diferentes sequências.

Aspetos como a repetibilidade, a estandardização ou a automação na relação dos diagramas da linguagem-máquina com a ação humana são apontados como as barreiras para uma concordância perfeita entre ação no mundo e sequencialidade diagramática em geral. O que esta descrição não torna claro é a impenetrabilidade relativa das sequências e a sua independência. Se isso se aplica entre as sequências de base deve reconhecer-se ainda na conexão das sequências de base e das sequências diagramáticas.

A chamada realidade virtual normalmente ilustrada com aparelhos sofisticados para alterar a percepção não se pode entender como uma síntese

meta-sequencial de seqüências ou uma realidade sobreponível a outra e em que poderia vigorar uma causalidade sub-rogação.

A combinação de seqüências de base e diagramáticas aumenta a complexidade do processamento de informação localizado nos meios ambientes e dentro das próprias seqüências, que se reflete na observação de uma multiplicidade de nexos causais e em sobreposição causal, mas não origina um meio sequencial novo e homogêneo.

A reforma mediática das seqüências não altera o facto da própria organização sequencial da experiência. Pelo contrário, confirma-o. A sequencialidade não desaparece para dar lugar a uma imagem, a uma fórmula ou a qualquer coisa a que se empreste o significado de reprodução imitativa de um original, com um significado intelectualista.

As transformações na experiência que nós atribuímos aos *media* não se descrevem adequadamente na noção de reprodução tecnicamente aperfeiçoada da “realidade objetiva” muito embora, sobretudo nos *media* ligados à imagem, um dos predicados das descrições dos efeitos mediáticos se refira à expansão de capacidades de afiguração técnica de objetos ou acontecimentos. O que o quadro mediático na sua relação com atividades particulares propicia não é o aumento ou expansão destas faculdades ou deste órgão, entre outros, mas precisamente a reorganização do processo da experiência nas suas seqüências. É por isso que sustentamos que a mediação é tão sequencial quanto o quadro da experiência que ela reforma. O alcance técnico ou económico de um novo invento não se pode julgar isoladamente da alteração de escala que produz nas seqüências experimentais em que se integra. É, por conseguinte, sempre a orientação sequencial que está em jogo nessa apreciação.

Os *media* contemporâneos são experimentos em meta-sequências. Quanto mais complexas as conexões do quadro mediático de base para além do que o confunde com a simulação de uma mensagem difundida num canal



artificial, mais elas exprimem a ambição dos *media* em se tornarem moldes em que se experimentam sequências e em que o importante é o alcance operatório do conjunto remediado, reformado, da experiência. Só assim é possível determinar qual órgão e que capacidade foram expandidos e relativamente a que processo experimental. A excessiva concentração de doutrinas do passado na dimensão protésica da tecnologia ou até a descrição da “cultura” como “prótese” ignorou ou tornou secundária a dimensão sequencial da tecnologia.

Em virtude da excessiva concentração na especialização funcional dos órgãos as concepções protésico-instrumentais dos *media* deixam na sombra a constelação de regras, decisões e instruções que estrutura a meta-sequencialidade mediática dos *media* contemporâneos. Aqui, encontramos a justificação para uma analogia com o que parece outro tipo de meta-sequencialidade que é aquela que percebemos nos jogos, em geral. A proximidade de traços distintivos entre os jogos e a tecnologia não foi objeto de grande interesse ou merecedora de escrutínio aprofundado.

Contudo, nos jogos encontra-se não só a expressão sequencial da experiência, a ordenação das sequências segundo regras ou instruções, mas ainda, e em elevado grau, uma configuração ideal das sequências, possibilitando as simulações.

Em jogos tudo se orienta para que se reduza o ruído na progressão sequencial, ao contrário do que acontece na vida quotidiana em que as sequências se entrecruzam, se interrompem, se desviam, condensam ou expandem, etc. Isto deve-se ao facto de os elos e conexões dos elementos nas sequências de jogos estarem não só ligados por regras precisas, mas ainda por se tratar de instruções essencialmente ideais, mediante as quais se assegura que as sequências dos jogos se podem reproduzir e estão aí para serem reproduzidas. A aliança entre tecnologia e reprodutibilidade foi mais

que uma vez identificada, mas a analogia com os jogos não foi compreendida.

No entanto, o ideal da conformação tecnológica das sequências, que caracteriza a experiência na era tecno-mediática, está na sua aproximação ao ideal sequencial da simulação disponível e reproduzível dos jogos.

Os jogos são, ainda, tecnologia se por tecnologia se entender a configuração de sequências segundo estratégias de controlo de possibilidades práticas baseadas em regras ou instruções. Jogar implica reger atividades segundo as instruções que originam e definem essas mesmas atividades e que em grau significativo se distinguem dos afazeres quotidianos. O jogo como tecnologia não deixa de ser um modo de experimentação ou de tornar possível a experimentação, mas necessariamente de um ponto de vista diagramático, idealizado e limitado no espaço e no tempo.

Jogar é simular e o inverso é também verdadeiro. O que se pretende com tal equação é menos claro. Uma explicação provável para isso está na vontade mimética de aprisionamento não de objetos, mas de acontecimentos.

O carácter modelizante do jogo relativamente às atividades que se praticam ao jogar revela de que modo é a sustentação das sequências no seu todo que subordina os diferentes nexos e elos do agir. As regras e instruções representam essa relação entre partes e todo sequencial como uma inteligência seletiva aplicada aos lances. O carácter altamente seletivo dos jogos relativamente às possibilidades práticas, de que decorre a extrema limitação das ações autorizadas no jogar, serve para gerar um modelo de agir que, quando inicia o seu dinamismo, deve poder evoluir sem ruído.

Expressa no encadeamento dos lances, a seletividade em sequência dos jogos retoma aspetos dos rituais como formas em ato da memória social. A sua regularidade cerimonial, regida por convenções, também ambicionava a redução do ruído e da incerteza na comunicação.

A progressão segundo lances equivalentes a nexos sequenciais está permanentemente observada segundo a distinção do permitido/interdito, o que garante ao jogo a especificidade de um agir segundo a forma da observação de convenções. Se, não obstante, um lance interdito for concretizado nada ocorre no jogo no sentido de gerar o outro elo da cadeia sequencial. Algo que, por vezes, tem como efeito penalizações dos jogadores. É esta ação auto-observada na sua relação com as instruções que gera três traços familiares: os jogos como modelos de realidade, o elevado grau de previsibilidade da relação entre o anterior e o posterior e o seu caráter reprodutível e, nesta medida, meta-temporal.

Graças à combinação entre regras expressas em linguagem natural e instruções de linguagem-máquina, os *media* contemporâneos da rede eletrónica refletem esse laço entre a tecnologia e a idealidade do mundo do jogo, de um modo estável.

Nas condições evolutivas da sociedade moderna a oposição entre experimentação tecnológica e experiência quotidiana tende ou a desaparecer ou pelo menos a alterar o seu significado, especialmente se lembramos o alcance da mediação tecnológica da ação e as vantagens seletivas das ações auto-observadas, que tipificam tanto a tecnologia como o jogo.

### 5. 3. Oral-Gráfico

O primeiro traço gráfico, que seguramente se deve ao acaso de um ato motor da mão agarrada a um utensílio rudimentar, foi convenientemente adotado pelo grupo para transferir os gestos rítmicos hápticos da forma oral da comunicação para a superfície gráfica visual (A. Leroi-Gourhan), alargando as possibilidades da conservação da informação para percipientes possíveis. Foi um ato que se perpetuou porque conseguiu consagrar um vínculo entre um novo meio, o gráfico, e um novo suporte da informação, o traço gráfico. Se tal não tivesse sido selecionado na evolução a grafia não teria vingado.

De que é que o traço gráfico é o símbolo terá nascido, como preocupação, de um período posterior. O mesmo aconteceu com a reflexão sobre símbolos e com a caracterização dos símbolos, em geral.

Em grupos sociais muito remotos, baseados na socialização por proximidade do face-a-face, exteriorizar signos não significou fixar um querer-dizer. Tornar disponível informação para percipientes é diferente de exprimir um sentido interior. A primeira destas operações decorre integralmente da forma social da comunicação. A segunda é uma construção moderna sobre a expressão da individualidade psíquica, apoiada em temas filosóficos da Grécia clássica sobre o pensamento e a sua exteriorização na proposição lógica.

Como se formam superfícies gráficas de inscrição e técnicas associadas para inscrever e registar sinais, eis uma questão que ainda precisa de escrutínio. Aqui vamos poder assinalar o nascimento de um dos primeiros tipos de meio.

No que segue vão tomar-se as superfícies gráficas e a dimensão gráfica em toda a sua amplitude, antes de, nela, se discriminar o tipo particular de ação gráfica que é a escrita.

A exclusividade da comunicação oral em sociedades sem experimentação gráfica evoluída impõe respostas próprias ao problema social do esquecimento.

Por isso, a ideia de que para enfrentar o problema do esquecimento são necessárias técnicas para conservar exatamente os conteúdos ideados das representações é uma noção recente e totalmente dependente do universo da escrita. É uma representação escrita do problema do esquecimento, da memória assim como da longa experimentação gráfica e, nessa medida, um efeito retrospectivo, gráfico-visual, das operações sensório-motoras da representação escrita e dos hábitos do inscrever e do ler mensagens sobre modos mais recuados de relação com as superfícies gráficas.

A objetividade visual da palavra escrita não é de modo algum uma característica da palavra oral. Além disso, a noção de palavra como rótulo simbólico é aliada da escrita e totalmente ausente de uma sociedade incapaz de representar os nomes como objetos visuais. As mnemónicas ligadas aos símbolos escritos dependem da visualização, enquanto os exercícios de anamnese coletiva das sociedades predominantemente orais não podem assentar em operações de reconhecimento visual de traços gráficos.

Explicitando o valor da distinção entre uma “oralidade primária”, totalmente ignorante da escrita, e a “oralidade secundária” das sociedades conhecedoras da escrita e capazes de remodelar a comunicação oral com técnicas e regras do discurso escrito, Walter Ong introduziu algumas retificações ao esquema analítico do trânsito oral-gráfico como modelo de transposição de unidades isoladas de uma série (sons e fonemas) à outra (letras e sílabas), mostrando como a escrita deforma significativamente o modo como decorre a comunicação oral, desde logo com a *Retórica* que, na sua feição aristotélica e posteriormente, como conjunto de regras do falar apropriadamente perante um auditório de pessoas presentes no mesmo

espaço-tempo, consistiu sempre numa técnica sobre comunicação oral remodelada pela escrita, segundo condições que só a escrita como tecnologia da comunicação poderia ter viabilizado (Ong 1998: 18).

As sociedades orais dependem da memória oral, diz-se. Mas explicar o que é uma memória oral, eis o que, para um leitor exercitado, é um grande desafio de imaginação.

Muitos se inclinam a representar a memória oral em redor de mnemónicas transmitidas de boca a ouvido, segundo fórmulas facilmente reproduzidas e cheias de redundâncias. Padrões rítmicos, expressões em fórmulas ou provérbios, mnemónicas bem como a verbalização repetida de signos no face-a-face são características reconhecidas da comunicação oral de sociedades que ainda não interiorizaram a escrita.

O “pensar pensamentos memoráveis” (Ong 1998: 45) como modo de organizar a memória numa sociedade de experimentação gráfica reduzida tem de se equacionar no que contém de mecanismos sensório-motores que encenam o memorável.

Não se pode entender outra coisa por “pensar pensamentos memoráveis” a não ser fixar sequências prévias em séries relativamente curtas, económicas e facilitadoras de posterior reprodução em contextos sensório-motores acústicos, visuais e hápticos de emissão-escuta e ação.

Economizar e decorar sequências são as operações típicas das sociedades e das sociedades predominantemente orais em especial. É aqui que intervém o papel da padronização de que as formas rítmico-poéticas são uma exemplificação. Contudo, dada a orientação mnésica da sequencialidade da comunicação oral, as sequências simbólicas da palavra oral sustentam-se em sequências motoras e da ação ritual.

O ritmo ilustra a articulação entre as sequências da palavra e as do agir exterior. Ritual, música, dança e drama podem ter de andar juntos e gerar

reforços correlativos para conseguir séries mnésicas consistentes e autênticos padrões operatórios da memória social.

Retomem-se, momentaneamente, as ideias de Marcel Jousse, um autor hoje pouco citado, mas exímio explorador dos temas da memória oral.

Marcel Jousse pertenceu à geração dos ouvintes e estudantes de Pierre Janet, de Henri Piéron e de outros sábios, que participaram nas fundações da Psicologia Experimental francesa, na via aberta por Théodule Ribot. É em proximidade a estes e a outros psicólogos, psiquiatras, antropólogos e sábios que desenvolve os seus trabalhos de Antropologia do Gesto, do mimetismo e das práticas de recitação, com base em estudos feitos sobre a Palestina e recolhendo os fundamentos teóricos de alguns textos de P. Janet sobre a Psicologia do Recital.

A noção de recital possui pelo menos três interpretações ligadas a três práticas: a narrativa oral de acontecimentos; a legal como enunciação das ideias que explicam um ato ou uma determinação legal; a musical que representa a execução de uma peça musical.

Em “Le Style Oral Rythmique et Mnémotechnique chez les Verbo-moteurs” (1925) M. Jousse mostrou como as práticas dos recitais nas sociedades predominantemente orais se associam à gestualidade, ao ritmo como repetição regular de sons e movimentos do corpo próprio, ao ritual como sequencialidade mimética de ações e gestos, que pode eventualmente dar uma unidade de ação aos gestos ritmados, e à comunicação oral no face-a-face. Em complemento das práticas de recitação encontram-se os tipos do falar por provérbios, a profecia e o uso da invocação nos rituais mediante fórmulas transmitidas de geração em geração, em quase todas as partes do mundo.

Os músicos-recitadores guslares entre os povos eslavos do Sul dão ainda hoje testemunho de uma prática muito antiga de narração oral assistida de ritmo musical.

Acompanhados da gusla, instrumento de cordas, com uma ou duas cordas, muito básico, de que extraem um ritmo dolente, os recitadores guslares recorrem a mnemónicas para estruturar a narrativa, acreditando assim preservar as histórias épicas que contam e para que exercitem enormemente a memória acústica e verbo-motora, além da mão que segura a gusla. Tudo isto acontece segundo instruções inigualáveis em sociedades baseadas na linearidade espacial e visual da escrita.

Na descrição das formas gestuais dos recitais, o estudo do ritmo teria de vir para o primeiro plano. A primazia do ritmo não se explica somente pela necessidade de encontrar uma unidade entre as três partes do recital. Na segunda metade do século XIX, os teóricos da dança, como Arte expressiva do movimento, procuravam expandir os exercícios e técnicas de François Delsarte e determinar-lhe um enquadramento teórico.

O abade Delaumosne numa obra dedicada à Arte Oratória segundo F. Delsarte concebera a Oratória como uma disciplina que, tendo por objeto o verbo humano nas divisões da voz, do gesto e da palavra ou ainda do gesto, da palavra e do canto, acompanhando as determinações antropológicas da sensação, da intelecção e do ser moral, sentir, pensar e amar, investigava, num dos seus capítulos, a “Semiótica do Gesto”.

O fascínio pelas formas rituais que caracteriza a nostalgia do primitivo do romantismo tardio de fim-de-século e da Música de Richard Wagner aliado a teorias psicológicas que enfatizam a dimensão motora da sensação, eis os elementos que se combinam no expressionismo de Émile-Jacques Dalcroze e nas suas teorias sobre transmissão das emoções e sentimentos nos gestos dos bailarinos.

Em aproximação crítica a alguns destes temas e autores, o programa de M. Jousse para a “Antropologia do Gesto” inicia-se com a descrição dos mecanismos motores ligados à sensação e às reações sensoriais do corpo



orgânico. As sensações associadas a respostas motoras formam um conjunto de indiscerníveis, a que o autor igualmente chama gesto.

Em todo o rigor, não é possível dissociar sensação de atividade motora. Para o sustentar apoia-se em T. Ribot e na noção deste do caráter primário dos movimentos na criança e na ideia de uma aquisição progressiva da organização do sistema motor; em Benjamin Bourdon que considera que foi mais longe que H. Helmholtz na demonstração do caráter motor da percepção das formas, da grandeza e da distância visuais na retina; nos trabalhos de Jean Pierre Nuel sobre Teoria fisiológica da Visão (1904), que confirmam o caráter motor da percepção visual.

É sobretudo a Henri Piéron e à sua detalhada obra sobre ritmos e memória, *L'Évolution de la Mémoire* (1910), que M. Jousse deve a sua ideia de articular memória e ritmo.

Se as análises do capítulo da obra de H. Piéron sobre as “Variações da Memória”, em que o autor se confrontava com o tema da oralidade e da escrita, nos parecem inutilizáveis, devido ao racismo e ao desastroso método comparativo sobre os usos da memória entre “raças superiores e inferiores”, há na *Evolução da Memória* ideias importantes sobre aprendizagem, ritmo e memória.

H. Piéron considerou a memória não como uma faculdade representativa da consciência humana, mas como um fenómeno universal de retenção de padrões, que é inorgânico e orgânico, inconsciente e consciente, presente nos corpos (*hysteresis*), nos animais e no homem. À forma geral da memória e à sua fonte cerebral físico-química chama “faculdade de reter” (Piéron 1910: 8) ou aquisição de novos hábitos, que o autor considerou especialmente relevantes no estudo da atividade e modificações dos centros nervosos e dos traços mnésicos aí retidos.

Nos animais e no homem conhecem-se fenómenos de memória associativa (J. Loeb), que estão ligados a mecanismos psicológicos de antecipação do

posterior em séries conscientes. Assim se forma um ligamento entre retenção do passado e antecipação a que pode atribuir-se o significado de memória consciente (Piéron 1910: 28), constituindo o fundamento dos hábitos da vida mental comum.

As análises de H. Piéron alargam esta estrutura do ligamento do retido e do antecipado que, na introspeção, se pode verificar na corrente psíquica, aos fenómenos de oscilação periódica nos vegetais (dia e noite; abertura e fecho de pétalas) e nos animais (oscilações respiratórias e ciclos de sono e vigília), segundo o conceito de ritmo (Piéron 1910: 50-51).

A regra adquirida de uma repetição é memória sob forma rítmica, pode verificar-se em plantas e em animais e tem a mesma regularidade reflexiva que os padrões.

O ritmo pode ser a noção esquecida para a investigação da memória numa aceção que não é apenas psicológica. Torna-se eventualmente sedutor tomar o ritmo, e não a recordação consciente orientada para imagens de conteúdos, como a estrutura primitiva da memória. O grau em que a consciência se vem ligar à forma rítmica pode explicar por que conseguimos distinguir entre ritmo-repetição e ritmo-recordação e orientar esta última para propósitos.

Embora a construção psicológica e social sobre a memória seja muito mais vasta que a ordem padronizadora dos ritmos, é inegável que as sequências rítmicas desempenham uma função de ancoragem na transmissão de aprendizagem mais complexa, quando estão em causa mecanismos de reforço por repetição e a correspondente semiose em sociedades predominantemente orais.

De H. Piéron e de outros, como E.-J. Dalcroze, para compreender o gesto o trabalho de M. Jousse retém, sobretudo, o nexa entre dinâmica corporal, imitação e ritmo. É daqui que parte para conceber a memória social na comunicação oral.

Esta última é possível pelo valor social que o gesto adquire na comunicação oral e que dele faz uma dupla forma semiológica - como *mimésis* do corpo sensitivo para o próprio falante e mímica desse corpo transmitida a outrem. O gesto adquire assim um estatuto retórico pleno.

Converte-se em signo da corrente sensório-motora expressiva, na qual ele mesmo se comunica. Veremos já os limites deste modo de conceber.

M. Jousse é um crítico da noção de imagem na corrente de consciência. Diz-nos que é estática e abstraída das conexões da vida psíquica, nomeadamente das conexões motoras. A motricidade inconsciente do corpo é a soma dos traços mnésicos que a comunicação face-a-face do gesto falado encena e reconhece. Adicionalmente, rejeita que a essência primitiva do ritmo possa estar na transmissão de sentimentos, antes sublinhando o caráter de mnemónica do pensamento (Jousse 1925: cap. XII). A atribuição ao ritmo da expressão dos sentimentos seria já o fruto de uma sociedade baseada na escrita e na divisão entre uma estética do sentimento e a memória visual relacionada com as páginas escritas.

A anamnese desenvolvida com os recursos da presença corporal direta dos participantes na comunicação em vez de invocar imagens é uma completa “revivescência” (Jousse 1925: cap. IV) feita de gestos laringo-bucais, fonético-frásticos, musculares em sentido mais vasto e de palavras e frases com significado compartilhado, como nos rituais em que é requerida a presença sensório-motora total dos intervenientes.

Atento aos pormenores rítmico-acústicos e háptico-cinéticos da recitação oral primitiva M. Jousse concebeu as dificuldades de uma “Psicologia da Tradução” entre línguas mais ou menos afastadas do concreto sensório-motor da recitação. Além disso, indica como mesmo os discos do fonógrafo, na sua capacidade de registo dos sons, aproximando-se da sonoridade rítmica, não conseguem conservar a expressão motora completa dos corpos ritmados.

É aqui que também nos revela a densidade intermediática que resulta da pressão para novas seleções a partir da sinestesia das formas orais. Quando a sinestesia das expressões do mundo da oralidade se expõe às elaborações do problema social do esquecimento a seletividade do que pode ser memorizado alia-se à seletividade operatória para o concretizar. No plano das possibilidades, pode-se representar a escrita em paralelo com o fonógrafo, eventualmente o teatro e a dança ao lado da literatura e da música.

É num tom profético que nos diz que um dia “o disco substituirá a página” (Jousse 1925: cap. X).

A relação entre gesto manual e gesto falado é uma característica das sociedades totalmente ignorantes da escrita, em que a dimensão gráfica não ocupou ainda todo o espaço reservado às práticas do registro. Saber como é que o discurso oral se foi dissociando dos gestos manuais sem supor já a dimensão gráfica e a modelação, nesta, do novo meio da escrita é, possivelmente, impraticável.

Em consonância com a suspeita de que a nova dimensão gráfica comporta operações impensáveis fora dela está o anti-intelectualismo dinâmico de T. Ribot a P. Janet, na perspectiva da teoria psicológica da sensação e da memória, que não isola na mente sensações ou ideias de condições corporais, motoras e neuropsicológicas.

Na crítica das imagens de representações como conteúdos internos, mentais, da memória, está uma visão sequencial do sentido psíquico, que é justificada a partir das posições assumidas por T. Ribot, P. Janet e M. Jousse. Uma avaliação semelhante se podia fazer acerca do reconhecimento implícito por M. Jousse do cruzamento das formas semióticas envolvidas na copresença das unidades psíquico-orgânicas na comunicação oral, revelador de várias séries de sentido, que a noção de uma unidade rítmica

pretendia harmonizar seguindo o ideal da dança. Trata-se do que também chama “mecanismo motor semiológico” (Jousse 1925: cap. X).

Devem aqui exprimir-se algumas reservas.

A impressão de se estar perante uma única sequência na comunicação oral, de boca a ouvido, de um contágio psíquico-motor-acústico é um perigo em que incorrem estas visões fascinadas pela participação no todo e a mesma ameaça que se apontou à obra de Lucien Levy-Bruhl, nas suas teses sobre a mentalidade pré-lógica.

A ambiguidade da noção de gesto e de recitação interior e externa está em não fazer decorrer as linhas sequenciais da comunicação da estrutura social. As sequências comunicativas continuam a ser pensadas como exteriorização do corpo do falante, precisamente como gesto e, apesar de se ter dito, e mesmo insistido, que a memória não é uma coleção de imagens num *stock*, continua-se a ignorar que noções como memória e tempo são já sociais, como quer que se entenda a forma da diferenciação social e a correspondente estrutura social.

O que sustentamos é que estas limitações da teoria da memória oral são, no fundo, reflexos da própria oralidade e do seu quadro mediático, em que falar é também um gesticular.

Seria preciso avaliar o gesto na unidade motora integral e perceber como nele se agrupam várias suboperações.

Quando se trata da passagem do oral ao escrito em sociedades em transição tecnológica para os meios escritos estão a referir-se as tradições. Se as sociedades integralmente orais conhecem já tradições organizadas, é um assunto controvertido e como tal observado pelas gerações de estudiosos dos textos literários herdados dessas condições mediáticas, como os textos homéricos e os bíblicos.

As traduções dos textos sagrados do hebraico e do aramaico para o grego parecem atestar a complexidade gerada e os desligamentos em redor da

fixação por escrito de palavras anteriormente usadas no contexto da comunicação oral da recitação e dos rituais religiosos (Jousse 1925: cap. IX). Ao se transporem para a escrita, as expressões manuais do pensamento da comunicação predominantemente oral são manifestas nas formas verbais que, do ponto de vista semântico, exprimem atividades essencialmente manuais. Contudo, a própria noção de transposição deve ser vista com reservas, pois não se trata de mover algo de um ponto a outro.

É da atenção ao vínculo entre mão e discurso oral que depende a tradução exata de termos de línguas que ainda estavam estruturadas segundo os modos verbais da oralidade, como o hebraico e o aramaico, para línguas como o grego, com uma estrutura eventualmente mais conceptualista e, nisso, mais familiarizada com o meio gráfico da escrita.

Sem dúvida que os procedimentos rudimentares de fixação escrita inauguram as tradições no sentido próprio do termo, como correntes testemunhais sobre o ouvir dizer. Aqui se assinalam modificações extensas da estrutura social, nomeadamente no que toca à diferenciação de estratos. Dizer que o novo meio determinou a nova forma da diferenciação da sociedade e o aparecimento de estratos sociais novos ou inversamente pode ser uma discussão estéril.

Parece fora de questão que, ao ter de enfrentar o problema social do esquecimento pela tecnologia da escrita, as sociedades baseadas nas tradições inauguram a transferência social da aprendizagem para a dimensão gráfica. Nesta medida, promovem possibilidades operatórias e cognitivas que antes se não formulavam, deformam o meio oral anterior, nomeadamente no que se refere à plástica sensório-motora dos recitais orais e, além disso, colocam sob pressão o meio gráfico, como meio da escrita, para prosseguir com novas expansões de símbolos, suas combinações e operações deles dependentes em séries de operações

provenientes de outras séries. Assim se concretiza uma forma tecnológica como forma mediática.

As reflexões sobre os trabalhos antropológicos de Jack Goody sobre o mito do Bagre, conhecido em tribos africanas do Gana (Goody 2010), predominantemente orais, permitem um grande distanciamento em relação às ideias recebidas sobre as tradições orais e a narração oral.

No quadro de uma discussão sobre o alcance da diferença entre o tradicional e o moderno em Sociologia, J. Goody propôs-se corrigir a ideia comum de que a transmissão oral é um modo contínuo de repetir uma mesma narrativa mítica, inalterada, assim comunicada de boca a ouvido, de geração em geração.

A oralidade das histórias recitadas é uma característica da sociedade tribal, em que o Bagre aparece. Está intimamente ligada a um agente particular que é o contador de histórias, desaparecido na sociedade moderna com a novela escrita (Goody 2010: 117).

No caso do Bagre, o conhecimento de campo não confirma que a recitação oral de histórias ocorra, em todos os casos, no género narrativo. O estilo épico dos poemas homéricos foi tido como um protótipo de todas as histórias narradas oralmente. O Bagre não o confirma. O uso de narração e narrativa de modo vago e impreciso apaga a diferença de géneros.

Identifica-se nas formas orais das sociedades tribais, em geral, cinco tipos que vão das lendas, às narrativas épicas, aos mitos e histórias populares, às narrativas pessoais. Em África, as narrativas épicas são inexistentes ou devem-se a misturas com tradições de povos com escrita.

As histórias contadas com o mesmo traço de união do “mito do Bagre” situam-se de modo ambivalente entre facto e ficção, história e mito, situação de quase indiferenciação que se pode generalizar a uma grande parte das tradições orais. O desenvolvimento da épica oral europeia, que dá provas de contaminação escrita da oralidade, não se reconhece em todo o

lado. Os mitos africanos não possuem, na maior parte dos casos, qualquer estrutura literária linear e muito menos estão formados para encaixar em géneros literários como o épico. Ao contrário, o material de que são feitos é fragmentário.

O “mito do Bagre”, se é possível usar o singular para uma multiplicidade de versões, é cosmológico e está estruturado como uma história. Porém, não parece depender do regime de verdade da época moderna e da diferença entre o ficcional e o verdadeiro, tal como o conhecemos. Há várias sequências de sentido que se entrecruzam na história contada, sempre entre facto e ficção, e não uma única, linearmente ordenada, através da unidade de uma intriga. A unidade de sentido é formada pelo próprio contexto ritual da recitação (no caso do Bagre pode durar até 8 horas) e não está imanente nos fragmentos recitados.

As reflexões de J. Goody devem contribuir para perceber como a forma como reconstruímos os processos de transmissão oral do sentido estão já embebidos em pré-compreensões de uma sociedade formada na escrita e como a oralidade possui recursos mnésicos e comunicativos diferentes da escrita, até para distinguir entre ficção e factos.

Já antes das últimas reflexões de J. Goody sobre o Bagre, Eric Havelock no seu *Prefácio a Platão* (1963) estimava que a crítica platónica dos poetas estava basicamente voltada contra os rapsodos e a sua arte de recitação dos poemas homéricos, ou *mimesis*, que confundia o real e o ficcional, o original e a cópia, sacrificando, deliberadamente, o regime da verdade e da prova.

Na crítica dos poetas, tinha Platão sob mira a mentalidade predominantemente oral da Grécia do seu tempo, as fórmulas orais e as embraiagens rítmicas da recitação dos poetas e o rapsodo como agente representativo. Tal como os recitadores do Bagre africano, os rapsodos gregos emergem da situação performativa integral da recitação como uma tecnologia da memória oral.



E. Havelock relembra a associação entre ritmo e métrica e como na métrica se reproduz a repetição regular do ritmo, imitando-se em ambos os casos os padrões que não são apenas sonoros ou fonéticos, mas sensorio-motores (Havelock 1963: 148) criando-se, em consequência, uma memória psicomotora-verbal de elementos praticamente indescerníveis.

A fixação mnésica ocorre em redor da linha rítmica, pois é esta que é recorrente. O sentido propriamente verbal é oscilante porque as palavras podem variar, desde que a forma fonético-silábica seja concordante com as exigências da adequação métrica do conjunto.

A preservação da integridade dos padrões rítmicos envolve seletores mnésicos e linguísticos a par da seletividade motora. O acompanhamento musical em vez de estorvar é, ao contrário, um auxiliar (Havelock 1963: 150). A métrica condiciona o que se pode dizer desde a sua fonte muscular e motora, nos reflexos laringo-bucais, assim como os limites da inovação fonético-silábica na escolha das palavras das mensagens. O mesmo autor referia, a propósito, uma “economia estrita das possíveis combinações de reflexos” (Havelock 1963: 149).

A dança pode ter tido inicialmente um importante significado mnésico, numa aceção que hoje dificilmente se pode recuperar, como coadjuvante da fixação do padrão recitativo.

O conjunto forma uma sequência memorizada, exprimindo o equivalente a um cristal de subsequências.

Uma parte dos mecanismos desencadeados pela ativação dos padrões rítmicos acabava por produzir os seus efeitos nos recitadores, de um modo inconsciente, como automatismo psicológico.

A ideia de personalidade, indispensável no dualismo do conhecer e do conhecido, era posta em causa ou confundida na identificação mimética, para que a recitação pudesse atingir os propósitos do entusiasmo ou admiração do público.

A cultura escrita vai exercer a função de abstrair/extrair algo do seu contexto performativo e, desde logo, a alma da matéria viva e do movimento, o que mantém as suas cumplicidades com a visão, com um modelo de comunicação que se começa a afirmar graças à mudança do auditivo no visual e, evidentemente, com Platão.

As descobertas arqueológicas não deixam de surpreender pela prova da antiguidade dos vestígios das gravuras do Paleolítico. Depois da gruta de Chauvet (França), mais recentemente as descobertas feitas na Indonésia (Maros) apontam para vestígios com 39. 900 anos, representando mãos.

Na Austrália, outros traços de inscrição gráfica datam de 35. 000 a. c., em osso ou pedra, e representam padrões.

No *Gesto e a Palavra*, A. Leroi-Gourhan referia já o exemplo dos churingas em pedra ou madeira dos aborígenes da Austrália, como uma exemplificação de um tipo de “escrita” muito antigo, num contexto social que ainda persiste devido ao arcaísmo das tribos locais.

De acordo com descrições de finais do séc. XIX, época em que esses objetos estavam em uso na tribo dos Arunta, tratava-se de peças de forma oval ou elíptica alongada com inscrições regulares de traços do tipo dos padrões geométricos, de utilização ritual em associação com o totem, nomeadamente rituais de iniciação masculina, nos quais se verificaram interdições de uso ou de aproximação de vários tipos. Os churingas são guardados num local próprio, interdito a mulheres. A crença na posse individual de um “churinga nanja” (churinga pessoal) é difundida entre os homens, mas restrita no caso das mulheres.

Um aspeto relevante é que as imagens não são figurativas. A estrutura dos padrões é nítida e desenvolvida em muitas das figuras com linhas onduladas repetidas, circunferências concêntricas ou pontos regularmente agrupados. A sua interpretação tem sido muito diversa, indo as hipóteses desde a analogia com mapas, a calendários até formas rítmicas.

Como foi reconhecido no séc. XIX, o uso ritual dos churingas era acompanhado de cânticos de recitação.

Foi com base na aproximação entre a recitação ritual acompanhada da manipulação de tais objetos que, amplificando, A. Leroi-Gourhan justificou a sua tese de uma génese rítmica dos primeiros traços gráficos, continuando a hipótese rítmico-motora sobre a expressão oral de M. Jousse.

Acrescentemos que, no caso australiano, a forma gráfica dos padrões dos churingas é cíclica.

Perceber padrões e integrá-los na evolução mediática é ainda um desafio de interpretação, que os trabalhos de Paleontologia não empreenderam.

Os padrões já oferecem o que parece ser um terreno comum ao que se percebe pelo ouvido e ao que se capta pelo olho. Eventualmente, podem representar o vínculo entre as dimensões motora, auditiva e gráfica.

Do ponto de vista gráfico, na sua expressão mínima, o padrão é um tipo de sinal formado por sequenciação direta de dois primeiros traços em um terceiro e um quarto, por identidade e autossimetria.

O círculo de linhas concêntricas exemplifica um modo de ampliar a iteração de dois primeiros traços em um terceiro e em um quarto. O terceiro traço representa o sinal de iteração do padrão e de instrução para continuar a mesma série, que o quarto traço confirma, em que é manifesta a ordem cíclica da mesma disposição de traços. A direção cíclica do conjunto não deve iludir-nos quanto ao facto de a iteração não estar nunca verdadeiramente fechada. Trata-se de uma repetição do mesmo, que indefinidamente se repete.

Os ritmos musicais apresentam uma estrutura semelhante. Padrões rítmicos e gráficos transmitem aos percipientes a impressão de um sem porquê da repetição que se impõe, assim como o envolvimento típico da sugestão hipnótica.

Pretender encontrar nos padrões a justificação para uma Arte abstrata primitiva, como acontece em uma das hipóteses de A. Leroi-Gourhan, pode ser absurdo, uma vez atestada a universalidade concreta dos padrões nos meios ambientes naturais e nos artefactos mais rudimentares.

Repetir dois traços num terceiro e daqui fazer uma série por iteração, é a instrução mínima para um padrão. Trata-se de uma sequência que se capta a si mesma e se dá a perceber na sua identidade de autossimetria.

Os padrões ótico-acústicos, dando-a-ver-ouvindo, reiteram a identidade. São potenciadores de redundância.

Tornando disponível a redundância para percipientes incrementa-se a redundância. A comunicação do redundante ocorre do mesmo modo que o próprio padrão, por expansão serial do idêntico. Não é necessário fazer intervir aqui a noção de abstração, pois o que se trata não é da operação de abstrair, mas a de gerar redundâncias para anamnese e memorização.

M. Jousse já havia chamado a atenção para esta reduplicação de formas como uma constante do espírito humano em exercício nos ritmos. A noção de uma ligação entre movimento, ritmo e operações de inscrição gráfica está igualmente presente nas noções de A. Leroi-Gourhan de “estética fisiológica” (Leroi-Gourhan 1993: 282) e de “estética funcional” (Leroi-Gourhan 1993: 299 e ss.). É, portanto, de um prisma operatório que se têm de perceber os atos de inscrição de traços nas superfícies gráficas, embora a noção demasiado alargada de estética possa não tolerar a identificação da autonomia de processos e de sequências.

Permanecer na relação entre forma e função pode significar abstrair da autonomia operatória do próprio meio e dos meios gráficos em particular, que são mobilizados para estratégias comunicativas com a sua sequencialidade autónoma. A continuidade entre o fisiológico e o funcional serve para reconhecer o contexto de entrada na génese do meio na perspectiva da Paleontologia. Todavia, deixa-nos sem conceitos para

reconhecer o crescimento da complexidade simbólica, de operações e observações, que decorre dos ganhos seletivos da utilização do próprio meio em sociedades em evolução.

Nem abstrato nem concreto, rítmico-oral e rítmico-gráfico, o padrão fez nascer a quantidade da repetição, prestando-se, facilmente, a ser tomado como a fonte das operações de adição e subtração.

O que lhe empresta a aparência de representação abstrata está apenas nas suas possibilidades multipropósito e no caráter variado das suas instanciações que, na realidade, são a prova de que é um potenciador da redundância.

É este aspeto em particular que explica por que, no exemplo dos churingas, A. Leroi-Gourhan, seguindo uma linha interpretativa anterior, nos diz que as primeiras formas escritas cruzam as duas fontes do oral-auditivo e do escrito-visual com as respetivas articulações motoras.

Contudo, a sua ideia de uma “abstração” (Leroi-Gourhan 1993: 188) nas primeiras representações gráficas é enganadora, tal como era já fonte de ilusões a oposição entre abstração e uma Arte gráfica primitiva e ingénua. Percebe-se que pretenda rejeitar a ideia de um começo figurativo da Arte visual e da escrita que, na sua época, a Arqueologia parecia não confirmar inequivocamente perante a data mais antiga de certas formas não-figurativas. Porém, a contra-hipótese não deixa de ter, também, inconvenientes, sobretudo por não se definir o que quer dizer abstração.

É possível que descobertas recentes abalem a crença nessa linha evolutiva que leva da abstração ao realismo, a que o antropólogo chamou “ciclo de maturação” (Leroi-Gourhan 1993: 192). Depois de atingido o pico realista a Arte apresentaria a tendência, notória no modernismo, de um retrocesso até à abstração inicial.

Tal Filosofia da História das expressões gráficas padece de todas as imprecisões das interpretações retrospectivas, baseadas em valores

contemporâneos, e de excesso de generalização. A noção de Arte aplicada às gravuras figurativas do Paleolítico é ela mesma uma invenção resultante da impressão causada pela contemplação das gravuras no sentimento estético dos modernos. Do mesmo modo, é impreciso chamar-se já escrita aos padrões do tipo dos churingas.

O que é indubitável é que, nos desenhos rupestres e nos padrões churingas, se trata de possibilidades abertas no longo processo de descoberta das superfícies gráficas e das próprias operações de inscrição gráfica como potenciadores sociais de redundância associados a propósitos mnemônicos, de recitação comunitária, miméticos e mágicos.

O interesse pelos padrões reflete uma possibilidade de organização social da memória com recurso a redundâncias calculadas e registadas para mais do que um órgão sensorial. A sua presença nas frequências acústicas e nas regularidades gráficas torna-os diletos na transição de épocas exclusivamente orais para períodos de experimentação gráfica mais ativa.

Afinal, o que revela uma cadeia rítmica a não ser a repetição de um sinal para a retenção?

Séries rítmicas exprimem a instrução *uma vez isto, então de novo uma vez isto*. São sequências que se repetem aditivamente para formar uma cadeia. A cadeia rítmica não possui em si mesma um valor semiótico diferente das suas micro-séries. Graças à sua proximidade aos ciclos orgânicos da respiração e pulsação mimam as linhas rítmicas da biosemiose psicofisiológica e, convergindo na percepção interior de cada unidade psicofísica dos participantes acústicos, hápticos e visuais dos ritmos, se tornam em sinais interiores de cada um. Onde os ritmos estiverem associados a recitais, a individuação do ritmo em cada participante será um catalisador da memória pessoal da narrativa. Idealmente, cada participante deverá ser a incorporação da narração ritmada, como o seu gesto, incluindo a memória muscular.

Os arqueólogos podem formular as suas suspeitas sobre a importação de símbolos pictográficos da Arte rupestre do Sahara (Líbia, sudoeste do Egipto, Chade e Sudão) pelos egípcios, imaginar influências e, por conseguinte, uma linha de continuidade, entre os símbolos gravados na pedra e os hieróglifos. Todavia, no campo das hipóteses ir mais longe que isto pode não ter valor heurístico.

A linearidade é uma das características da disposição dos símbolos escritos. Ela é um fenómeno da escrita, no sentido restrito do termo, emergente da experimentação gráfica. Já impõe um condicionamento operatório na combinação entre os traços gráficos, que não está presente na disposição das figuras que se encontra nos desenhos rupestres.

Quando sistemas baseados em imagens sem disposição linear e outros baseados em linhas se cruzam é de esperar consequências seletivas. A evolução da escrita cuneiforme suméria dá uma exemplificação de um alinhamento linear tendencial.

Por outro lado, embora conservem a direção regular e uma certa simetria, na sua disposição sequencial, as linhas dos textos cuneiformes já não se podem considerar padrões.

As linhas seguidas da esquerda para a direita ou inversamente, de cima para baixo ou inversamente, representam modos de estruturar uma atenção consciente segundo uma disciplina visual, sem acompanhamento rítmico e podendo prescindir do desenho de objetos.

Em listagens estruturadas como mnemónicas inscrevem-se fluxos de contabilidade, entradas genealógicas e também nomes em listas usadas em cerimónias funerárias, como parecem ser as que se encontraram no Egipto. Imagens, signos de escrita e signos de cálculo representam os elementos das operações que podem ter lugar recorrendo à mesma dimensão gráfica - representar ações, fixar listas e respetivo conteúdo, aprimorar linhas dos sinais, inventar sinais, contar e ler. É uma tal densidade operatória que

concretamente construiu as superfícies gráficas, que se herdou e que se transformou. São os símbolos dessas operações e as próprias operações que acabaram por definir a orientação sensório-motora e cognitiva para o meio gráfico e por ele.

O que vai tornar a escrita um meio realmente persistente no conjunto de possibilidades da experimentação gráfica está numa operação que não é possível praticar com o desenho figurativo ou com os padrões - a leitura.

O discurso oral associa-se aos signos escritos ainda de acordo com as operações que se podem executar na dimensão gráfica e não porque o escrito é uma projeção da oralidade ou do pensamento interior. É de certo modo o contrário que sucede.

Uma das potencialidades dos sinais escritos é a de se tornarem lidos e reconhecidos pelo pensamento. A leitura é, pois, uma operação central a acrescentar às que se desenrolam na superfície gráfica. Ao suscitar a leitura, o signo escrito abre-se ao som da linguagem oral, sobretudo quando se lê para alguém ou frente a uma comunidade. A operação da leitura em voz alta, que ocorre em sociedades predominantemente orais, é o que pode ter precipitado a fonetização da escrita e, por fim, a adoção mais generalizada do alfabeto fonético.

Mas falar em fonetização da escrita é representar o que no traço escrito vale como som lido. Não se concretiza sem o próprio traço, embora a leitura possa forçar a deformação dos traços escritos a se conformarem com a finalidade da leitura.

Sistemas compósitos pictográficos, ideográficos e fonéticos comprovam os vestígios e as inovações. No caso da escrita cuneiforme a evolução deu-se por adição de sinais gráficos de estádios evolutivos distintos, sem supressão radical dos signos anteriores.



Como quer que se tenha dado uma tal evolução, sempre muito longe da uniformidade, foram os percipientes da informação contida na escrita muda que a tornaram uma escrita que fala.

A interpretação banal da resistência platónica à escrita revela-nos também um estágio ingénuo da teoria dos *media*, que não imagina que o pensamento possa estar escrito antes de ser pensado e que pôde ser pensado porque foi previamente lido.

Em *A Domesticação do Pensamento Selvagem* (1977), revendo algumas suposições muito comuns sobre a escrita alfabética, que remontam à distinção saussureana de *langue* e *parole* e se reencontram na obra de Eric Havelock e no artigo de 1963 escrito por J. Goody em colaboração com Ian Watt, J. Goody considerava que ideias como a escrita objetivadora da fala ou a escrita exteriorizadora do pensamento precisavam de revisão e correção, tendo em conta o que se conhece das formas gráficas anteriores ao alfabeto. O antropólogo relembra a longa persistência desta crença sobre a escrita como objetivação da oralidade e a sua defesa por autores mais recentes como Edward Sapir ou Leonard Bloomfield.

Contrariando estes pressupostos estão não só factos como alguns enigmas. Um destes é o da existência de escrita, com grande sofisticação, sem fala correspondente. A possibilidade de inscrever e de manipular sinais gráficos, com valor comunicativo, sem qualquer correspondência com unidades do discurso oral é um facto constatado em sistemas de escrita não-alfabética. A escrita altera substancialmente a oralidade e isso não se pode explicar pelo princípio tradicional da transposição do oral no escrito. No caso da escrita cuneiforme, as evidências de modificações das condições cognitivas e comunicativas são diversas.

As investigações arqueológicas sobre o cuneiforme apontaram para o papel económico e administrativo de muitas inscrições gráficas em caracteres cuneiformes, antes da posterior evolução para formas fonéticas, o que

justifica ter-se encontrado muitas tábuas com registos de uma contabilidade primitiva e de atos de administração.

O antropólogo referia que a grande abundância de registos gravados de teor económico-administrativo comprovava a existência de um género caracteristicamente escrito (gráfico), ausente da oralidade - a lista (Goody 1977: 95).

O alcance cognitivo do uso dos vários tipos de listas conhecidas entre os sumérios relativamente a várias operações políticas, comerciais, genealógicas, de planificação e administrativas, levou-o a falar de uma “tecnologia do intelecto” (Goody 1977: 96).

Falar em listas como um dos tipos gráficos mais importantes em sociedades tradicionais, predominantemente orais, implica o conhecimento de tipos conexos como as tabelas ou as fórmulas.

Uma das características das listas é a da limitação espacial da inscrição dos seus elementos. Graças a isto impõem à perceção visual um tipo de inserção no espaço-tempo que difere profundamente da audição. Em particular, opõem-se ao tipo de perceção em fluxo, e no tempo, que toda a oralidade implica. As listas apostam na descontinuidade. Apoiam-se no categorial e com o categorial sublinham a diferença e a construção do singular pela diferença. Um inventário é uma lista que tipicamente dispõe categorias e quantidades. Mas perceber uma categoria implica diferenciá-la de outras categorias e a posse de conceitos sobre coletivos. É possível que os signos escritos tenham evoluído a partir de etiquetas, mas etiquetar não é uma operação baseada no mimetismo simples, envolve a construção da relação entre os dois lados da etiqueta e a abstração que passa a vigorar com a disposição dos grafemas nas superfícies gráficas. É isto que ocorre nas listas mais primitivas conhecidas da região de Uruk. São inventários de objetos e dos seus proprietários.

As listas lexicais parecem ter evoluído mais tarde. Segundo a cronologia de J. Goody vão originar, por volta de 2500 a. c., os primeiros livros que se aproximam dos atuais dicionários, com entradas para descrições em que já se articula texto e não apenas nomes isolados (Goody 1977: 98).

Além destas listas de valor descritivo conhecem-se outras com elementos autodescritivos, como são as listas de signos que entram em listas. É muito possível que nas operações de listagens mais aperfeiçoadas se tenha desenvolvido uma tendência para a abstração que levou à formação do alfabeto.

O que é claro é que entre os tipos de textos que os arqueólogos conseguiram identificar segundo a sua antiguidade, nas sociedades do crescente fértil, não há nada que possa ser tomado como textos que passaram de uma oralidade prévia para um estado posterior de escrita. A recitação teve as suas funções, nomeadamente no quadro ritual dessas sociedades, mas não foi possível verificar um mesmo mecanismo atuante de passagem do oral no escrito. Quer dizer que se deve seguir a via da separação do oral e do escrito, reconhecer a autonomia operatória entre ambos em vez de imaginar algo de equivalente a uma translação contínua de um no outro.

A forma fonética das palavras escritas resultou de uma seleção entre a disposição sonora das partes das palavras (sílabas) e a sua disposição por similitude de forma com os objetos denotados. Enquanto esta era tendencialmente muito extensa na quantidade de signos gerada, a ordenação silábica dava provas de economia.

Segundo uma outra linha de raciocínio, a inscrição gráfica de listas ordena categorialmente as suas próprias entradas. Nessa medida, constitui um modo de arrumar itens da memória estruturalmente diferente da conservação mnésica com estrito recurso à oralidade e à recordação individual. Invocar a memória psíquica implica necessariamente invocar também todo o contexto em que um dado elemento é recordado. Ora, pela

escrita, esse elemento é conservado, como tal, dissociado do contexto mnésico da memória psicológica e da sua reprodução segundo uma performatividade ritualizada.

O fenómeno de categorização das listas escritas age sobre o tempo e a representação das expectativas. Quando certos itens são registados como prometidos numa data posterior, a sua exigência torna-se possível sem atender ao contexto. A reclassificação das categorias e a sua fácil manipulação nos espaços das entradas é mais uma vantagem seletiva da inscrição gráfica em termos de memória.

Além do uso de listas na passagem da mitologia para a narrativa histórica, a prática de registar acontecimentos entre os egípcios revela a mesma tendência para a crónica, que criou os alicerces do arquivo e a fixação das ascendências genealógicas. Há notícia, num período posterior, do arranjo das listas de acontecimentos para registo de ocorrências meteorológicas ou de posições de estrelas e planetas, útil nos presságios e rituais sacrificiais.

As enumerações contidas nas onomásticas egípcias são em si próprias classificações e reduzi-las a uns elementos soltos seguidos de outros é um erro. Enumerar implica sempre classificar. Classificar implica inscrever numa ordem. Aqui se reflete o ideal político-religioso egípcio de uma cartografia do universo, desde os deuses até aos seres terrestres. A localização hierárquica dos seres tem o seu correspondente na localização espacial das categorias nas superfícies gráficas, destinadas a serem apropriadas em operações concretas.

Listar é já isolar elementos do discurso, fomentar a sua segmentação e linearização para estruturar o arquivo.

A objetivação do discurso, que só a escrita torna possível, tem consequências na formação da própria ideia de linguagem e dos signos componentes das línguas particulares como unidades discretas que se podem decompor e definir num plano meta-linguístico.

A disposição gráfica posiciona o discreto no contínuo - do contínuo oral e do contínuo da página ao discreto dos elementos dispostos na superfície gráfica. Uma vez colocados nesta, os elementos discretos terão de ficar dispostos segundo algum tipo de relação implícita ou explícita. Os grafemas situam-se alinhados no plano da simultaneidade, esquerda-direita/em cima-em baixo, para definir melhor o tipo de relação que se pretende, espacializando-o e, nessa medida, tornando-o objetivo.

Tabelas e listas estruturam o espaço gráfico em secções em que se podem distribuir os sinais de cálculo, constantes, variáveis, sinais de operações e de identidade, que só graças a essa disposição asseguram as operações matemáticas.

As fórmulas, *clichés*, frases feitas, etc., são tipos orais e escritos que possuem igualmente importância nas mnemónicas. O eventual prosseguimento retórico desta tónica da superfície gráfica está assim facilitado.

Na modalidade oral, as fórmulas têm relações estreitas com o ritmo e a música. Todavia, J. Goody argumenta que só na escrita e em proximidade aos tipos escritos das listas e das tabelas é que as fórmulas incrementam a standardização do discurso. Nisto afasta-se de W. Ong, que mantém a proximidade entre fórmulas discursivas e oralidade e as concebe como “resíduos de oralidade” (Goody 1977: 127 e ss.).

No desenvolvimento da experimentação gráfica há operações que se fixaram nas superfícies gráficas em virtude da sua própria autonomia operatória como operações gráficas, como o cálculo ou o desenho, e outras que estão associadas a operações de prosseguimento não gráfico, como a leitura de textos e a execução musical de partituras.

Sustento que a escrita é uma operação gráfica associada a operações não gráficas de prosseguimento, em que o sentido da comunicação se desenrola segundo as suas próprias sequências nos seus percipientes.

Este conceito de escrita mantém nexos evidentes com a dimensão gráfica, embora restrinja o que se entende por escrito propriamente dito. Assim, em todo o rigor, nem o desenho nem o cálculo são “escrita”, mas operações gráficas. Escrito é o que estando registado em superfícies gráficas é prosseguido por operações de leitura com os seus mecanismos de decifração. Há em tais operações de prosseguimento várias possibilidades de reatamento entre os sinais gráficos, os escritos, propriamente ditos, a comunicação ou a execução de partituras.

A distinção entre a dimensão gráfica e a escrita serve dois propósitos.

Um primeiro que é o de diferenciar as nossas teses sobre as formas gráficas das análises de Jack Goody, que usa a noção de escrita em muitos pontos dos seus trabalhos como praticamente equivalente à de gráfico. Um segundo propósito, talvez mais importante, é o de tornar compreensível o alcance atual da dimensão gráfica nas superfícies de inscrição cibernéticas, para além do que a escrita, no sentido restrito do termo, consegue abarcar nas operações mais comuns da leitura ou da execução musical de partituras. Hoje, o que um computador pessoal incorpora na G. U. I., do ponto de vista gráfico, quanto a possibilidades de operações de prosseguimento, só muito parcialmente se concebe nessas duas categorias. É uma sobreabundância de sinais gráficos a que, em todo o rigor, não se pode chamar uma sobreabundância de escrita.

O que nos diz J. Goody sobre o significado gráfico do símbolo matemático de igualdade (=) merece mais do que uma nota. No entanto, mesmo em esquisso, se justifica, para já, uma observação.

O sinal de = e o que representa quanto à bidirecionalidade espacial do ir dos símbolos situados à sua esquerda para os da direita e inversamente, na superfície gráfica de inscrição, não se pode igualar no discurso oral ou em todos os tipos de operações voltadas para os sinais escritos. O sinal de = representa que o que está escrito na esquerda equivale ao que está na

direita. Pelo contrário, o discurso não pode regredir para trás para significar a mesma coisa que significa quando flui segundo a seta do tempo na direção oposta. O discurso oral é unidirecional. É linear e unidirecional.

É a experimentação com a dimensão gráfica na relação entre sinais gráficos e operações de prosseguimento que permite definir o que se pode fazer com linhas, que podem ser seguidas nas duas direções ou só numa, assim abrindo as possibilidades típicas das operações de prosseguimento, como a leitura para o texto, o cálculo para os símbolos matemáticos e geométricos e a execução musical para as partituras. Forma-se sobrelinearidade no lugar da unilinearidade dos sinais da voz.

A sobrelinearidade do grafismo e da escrita traz consigo a sobretemporalidade, que se confunde vulgarmente com a simultaneidade da representação espacial dos sinais escritos. A sobretemporalidade do grafismo e da escrita é o que justifica ancorar as seqüências de sentido nos percipientes, pois são estes, como leitores, agentes de cálculo ou executores de instruções musicais que, no ato de ler, calcular ou executar redistribuem as camadas temporais das linhas escritas e escolhem o tempo da leitura e os pontos textuais ou gráficos do começo e do termo das operações, dispondo-os inteiramente segundo propósitos. Trata-se de possibilidades das superfícies gráficas que, no que se refere à leitura, em especial, alteram as operações requeridas pelo discurso narrativo oral e, assim, formam o ato de ler na aceção moderna.

Além disso, a sobretemporalidade gráfica, de que a escrita é uma concretização entre outras, é uma forma de encasular a sucessão temporal da articulação dos símbolos da linguagem na simultaneidade das superfícies gráficas de inscrição, tornando-a latente e ideal, ou seja, mais uma vez, tornando-a dependente das suas atualizações nas operações dos percipientes. Assim se incrementa a complexidade das combinações do

sentido, em novas hipóteses de sequências, no próprio meio que aparenta reduzi-la.



## 5. 4. Analógico-Digital

Tornou-se comum discutir os efeitos da revolução tecnológica em curso invocando o par analógico-digital, para com este indicar três distinções nem sempre equivalentes.

1. Por um lado, com analógico se entende o modo de articulação de símbolos do sentido de tipo contextual, performativo, baseado na percepção e uso naturais, imediatos e contínuos do campo denotativo dos símbolos, frente a uma outra forma de articulação simbólica, a digital, abstrata, mediada pela máquina, suportada na percepção mediada, instrumental e voltada para sinais da informação sobrepostos aos símbolos da linguagem natural.

Se em alguns domínios do uso de símbolos esta distinção parece forçada, no geral o que pretende revelar é a captura da cognição mediada por símbolos e da comunicação interativa, do face-a-face, nas codificações impostas por estruturas conceptuais organizadas em oposições binárias ou pela memória artificial das máquinas da tecnologia cibernética. Gregory Bateson e Paul Watzlawick devem ser indicados como inspiradores deste uso de “analógico-digital” no que se refere a construções cognitivas, a concepções sobre alternativas da ação e das decisões práticas e à comunicação, mesmo se não escrutinaram o seu uso em redes tecnológicas.

Assim entendida, a distinção do analógico-digital representa um binário interessante do ponto de vista heurístico e pode ser usada, em retrospecto, para perceber o que distingue a tecnologia cibernética de formas anteriores, em que os sinais da informação não se tinham desvinculado dos símbolos naturais ou dos signos das línguas naturais.

2. O binário analógico-digital pode querer ainda significar uma alteração de valor cognitivo na passagem entre os dois tipos de observação de primeira ordem e de segunda ordem. Genericamente, a adoção de uma observação

de segunda ordem sobre o sentido implica distanciamento, diferenciação clara sujeito-objeto, observação de observadores e um horizonte modal correspondente à objetivação do conhecimento natural de primeira ordem. O que para um observador de primeira ordem formava o campo habitual das significações pode então sofrer, com a introdução de uma perspectiva de segunda ordem, uma descontinuidade provocada pelo reconhecimento da situação do observador e pela identificação de significados autorreferenciais. A diferença entre o contínuo do conhecimento naturalista e o descontínuo da observação do sujeito desse conhecimento adquire aqui um valor cognitivo e é interpretada segundo o mesmo binário do analógico (contínuo) e do digital (descontínuo). G. Bateson no seu conceito de aprendizagem aponta as condições genéricas em que se pode entender o mesmo binário na reflexão de segunda ordem (G. Bateson 1972).

**3.** Além disso, a mesma distinção é mobilizada para descrever uma mudança de meio em que há um aumento significativo de abstração na articulação dos símbolos. A evolução mediática teria uma finalidade, não consciente, na crescente digitalização do sentido e, com base nas formas mediáticas mais recentes, as tecnologias desaparecidas ou erodidas seriam vistas como relíquias analógicas. Digital significa aqui abstrato ou obtido por abstração. Muitas intuições de Marshall McLuhan, desde a *Galáxia de Gutenberg*, a começar pelo que o autor considerou o protótipo de *medium* no ato transformador de “dar um olho a um ouvido”, podem rever-se como aproximações do valor propriamente digital da tecnologia cibernética com o seu conceito de memória de máquina desvinculada dos símbolos naturais. Os leitores de M. McLuhan recordam a importância que ele atribuía à Revolução Elétrica na transformação dos anteriores hábitos mecânicos da espécie. Os motivos para isso podem, por facilidade didática, reduzir-se a duas linhas de escrutínio, salvaguardando-se toda a complexidade decorrente de ambas.

No trabalho manual de sociedades tradicionais, as operações precisavam de todo o espectro da força muscular para gerar relações intencionais de causa-efeito e a quantificação exata do desperdício de força ou de uma falha ligeira não possuía significado, desde que o resultado final fosse aproximadamente aquele que se havia intencionado. As exigências sociais impostas à coordenação sensório-motora decorriam essencialmente do que se abria em possibilidades para a ação no contínuo neuromuscular.

No discurso, a presença face-a-face dos interlocutores era um requisito obrigatório nas sociedades tribais, mas também, menos recuadamente, nas formas sociais do Ocidente antes das grandes vagas da alfabetização pós-Imprensa escrita. Dadas as condições tecnológicas, a distinção exata entre conteúdo original da mensagem, ruído e deformações interpretativas no processo de retransmissão tinha de ser minimizada ou compensada se alguma coisa se queria, de facto, transmitir. É nesta medida que a comunicação oral é performativa, se socorre de procedimentos miméticos, potenciadores rítmicos e de grandes narrativas para fixar acontecimentos decisivos da vida coletiva.

Por outro lado, as exigências de um cálculo rigoroso da produtividade do trabalho, a conservação exata e duradoura da mensagem escrita e a abstração crescente do trabalho e do discurso das ações concomitantes de acompanhamento, não especializadas, são imposições que decorrem de formas mediáticas muito diferentes das que vigoram em sociedades tradicionais, sem com isto se excluir as formas reflexivas muito complexas descritas nas sociedades tribais.

A História da Escrita (J. Goody, entre outros) revelou como a elaboração dos elencos de termos considerados os primeiros dicionários, como ratificação semântica, estiveram investidos pelo interesse material, contextual e performativo, com que as palavras eram usadas. Uma memória transmitida oralmente formava o halo mnésico-instrumental da semântica segundo o

que alguns chamam tradição cultural, que sempre foi transmissão dos hábitos performativos associados à semântica do conceito.

A ausência de cronologia ou a cronologia empírica explica nas sociedades sem escrita uma simultaneidade imprecisa com o passado, que a prática incerta do registo de genealogias familiares nas histórias contadas e repetidas confirma.

A proximidade entre o signo e as atividades instrumentais-denotativas-invocativas se revê nas formas artísticas primitivas e nos sinais escritos icónicos ou indexicais da escrita cuneiforme. Os pictogramas e hieróglifos são os sinais dessa escrita imprecisa e pouco económica.

Na relação com as formas da memória, estes primeiros símbolos escritos são mimogramas - conservam graficamente a *mimésis* gestual.

Não se deve estranhar o forte impacto na estrutura social da invenção do alfabeto, em corte com a literacia elitista dos escribas das sociedades da Mesopotâmia e do Egito.

Para além dos seus efeitos na estrutura da sociedade, o alfabeto e a escrita fonética consagram e aprofundam a dupla abstração entre o traço escrito e o objeto extramental e o signo e as atividades práticas.

A negação simples (*ou/ou*) traduz o valor desta abstração, à medida que ganha consistência reflexiva o facto de com o signo não se estar na presença da coisa. Assim, pode ganhar corpo a serialização paralela do sinal escrito frente ao pensamento; do objeto externo frente ao sinal escrito e das atividades práticas frente aos dicionários.

A serialização paralela, expressão da negação simples e dos ganhos em abstração, é a condição geral de uma memória da semântica, socialmente organizada, que procura conservar apenas o produto final da abstração em unidades discretas separadas umas das outras e convenientemente dissociadas das atividades práticas envolvidas na continuidade neuromuscular e sensorial do trabalho manual. Isto representa digitalização

antes da época da memória digital dos computadores. É o que torna possível o isolamento lógico dos termos como conceitos na proposição lógica, a diferença entre dimensão intensional e extensional do conceito e a distinção fregeana de sentido e denotação dos termos e das proposições completas. A Lógica tal como a conhecemos é um produto teórico da evolução do meio gráfico para a escrita alfabética que se concebe a si mesma.

A abstração do signo e o isolamento entre letras e números decorrente da evolução na complexidade do cálculo, tal como o afastamento gradual deste último em relação aos acontecimentos sensório-motores do medir e do contar foram referidos em conjunto, na *Galáxia de Gutenberg*, a propósito da análise das transformações históricas da Imprensa escrita.

Estas últimas são portadoras de várias consequências não só no domínio da organização do conhecimento, na suposição das novas entidades abstratas, como também na reforma dos nexos entre experiência sensorial e símbolos escritos no novo meio ambiente gráfico gerado pela Imprensa, nas práticas da leitura, na construção das imagens pictóricas, na matematização da escrita da ciência ou na escrita musical.

Deve lembrar-se, contudo, que a formação moderna de um meio ambiente gráfico, com a Imprensa, é uma experimentação com a memória de símbolos abstratos e nessa medida proto-digitais, que a era das redes cibernéticas globais e da hipertextualidade tornou, entretanto, integralmente digital.

As preocupações filosóficas sobre a memória e a História (F. Nietzsche) e as investigações psicofisiológicas sobre as curvas da memória e esquecimento (H. Ebbinghaus) foram revisitadas na obra de Friedrich Kittler, a propósito dos meios técnico-simbólicos da época que se abre em “1900”, em que a escrita se abre às novas possibilidades dos aparelhos mecânicos de inscrição de símbolos alfabéticos e numéricos nas páginas.

Os experimentos de Hermann Ebbinghaus pretendiam estudar a correlação entre repetição dos eventos sem significado e conservação dos respetivos traços mnésicos. Partia-se da questão de saber quantas vezes seria necessário ler séries de linhas de sílabas ao acaso, desligadas do sentido, para que fossem memorizadas.

Na interpretação de F. Kittler, o interesse da experiência da psicométrica da memória e do esquecimento para a descrição dos *media* de “1900” está no facto de as séries das sílabas memorizadas dos experimentos de H. Ebbinghaus serem destituídas de sentido, implicando uma relação entre memória, capacidade de memorizar acompanhada de repetição e significantes isolados da semântica. Estas preocupações experimentais eram alheias ao culto da oralidade e do autor como criador do sentido literário das formas discursivas da época de “1800”, associadas à Estética do Génio e ao seu ideal de transmissão do sentido.

A viragem de “1800” para “1900” ter-se-ia preparado na desvinculação significado/significante e na imaginação de uma série de significantes discretos, mas com valor para a memória e para a geração de sentido por via dos significantes, gerando-se a suspeita de que a alma pudesse provir da mecânica do sem-sentido.

A dupla dissociação significado/significante e significante/significante caracteriza uma bateria de elementos significantes como blocos da memória, aptos a serem inscritos, como tais, desde que efetivamente desligados de qualquer significação atual para um sistema psíquico - quanto mais desvinculados mais força de inscrição mnésica.

Uma das disposições dos *media* tal como os conhecemos da época do computador e das redes cibernéticas reside na descontinuidade e separação entre *bits* e, no interior do *bit*, entre o valor 0 e o 1. O *bit* não significa nada, não só está desligado do significado de palavras, mensagens ou outros símbolos, mas ainda, em todo o rigor, enquanto portador de informação, só

tem existência num fluxo de informação e um valor que é o da sua inscrição mnésica na memória de máquina.

Na máquina, a memória e as suas unidades discretas estão subtraídas aos emissores e aos destinatários das mensagens para fazer parte da organização sequencial da informação nos programas respetivos, em que se processa a codificação do sentido em informação e se recodifica a informação em sentido. De certo modo, pode dizer-se que é assim que o contínuo volta a emergir do discreto, depois de inscrito neste.

Analógico e digital aparecem assim, na tecnologia cibernética, como os dois extremos da articulação de símbolos, sem um carácter de exclusão mútua. Na tecnologia cibernética, a informação desvinculada do sentido explica o diagnóstico da abstração e separação com que alguns caracterizam os *media* de hoje. É o um-fora-do-outro das marcas combinatórias da medida da informação. Não obstante, o que na informação se dá desvinculado do sentido são as possibilidades de preenchimento e de vinculações com o sentido. A indiferença da informação representa, então, na abstração da quantidade, o esquema operatório da vinculação, pois só nas operações concretas de apropriação da informação esta se vincula, efetivamente, com o sentido.

Então, a respeito da relação entre sentido e informação não é um artifício reassumir a distinção analógico-digital na diferença vinculado-desvinculado.

## 5. 5. Virtualização e Redes

Noções difundidas como a de uma época da virtualidade, mundo virtual, realidade virtual, etc., explicam-se, em parte, pelo valor comunicativo que adquiriu, mais recentemente, o recurso tecnológico à memória de seleções na transferência social da aprendizagem. Algo de equivalente se pode dizer de outras tantas expressões do tipo “sociedade em rede”, “comunicação em rede”, etc. De onde decorre que virtual e rede se estimulem reciprocamente.

O que se chama mundo virtual reconhece-se no modo como se apresentam as possibilidades práticas memorizadas para a comunicação e o agir em redes físicas baseadas nas grelhas da distribuição de sinais elétricos e de rádio.

Enquanto estrutura operatória disponível na tecnologia cibernética (*hardware-software*) diz respeito a informação em *stock* localizada em diferentes pontos das grelhas de sinais elétricos, a que se ligam operações de carga (*upload*) e de descarga (*download*) de informação. Como tal, trata-se de um universo da latência operatória.

A mútua parasitagem do tecnológico e do comunicativo nos *media* atuais tem uma das suas âncoras na generalização comunicativa de algoritmos de transferência da aprendizagem conservados em memória artificial distribuída em nódulos das redes suportadas fisicamente pelos sinais elétricos e de rádio. Estes últimos podem ser reconhecidos como pontos de vinculação-desvinculação na aceção de **5.4.**

Nas redes cibernéticas há uma memória à disposição que nem é memória em sentido psicológico nem, em todo o rigor, apenas memória social. Embora seja pela comunicação que se atualiza, o que está conservado na memória artificial não é informação no estado bruto, que só mediante processos complexos de codificação e formatação poderia, de novo,



mobilizar-se. O que está ao dispor nas memórias digitais é informação já formatada para comunicação e operações de vários tipos e, assim, facilmente extraída e usada. Nas redes deste tipo não há informação bruta, imaginando que pode haver uma tal coisa como informação em estado bruto.

Trata-se de um novo tipo de tecno-meme da pós-escrita, de uma era de reinvenção do grafismo. O tecno-meme é distribuído em nódulos que, nas redes, representam os pontos de vinculação e desvinculação do sentido e da informação. A informação pode ser efetivamente mobilizada para operações definidas segundo esquemas operatórios também fixados em instruções de *software* e em atos comunicativos que ligam suportes de informação (emissores) a percipientes (destinatários).

Assim se explica a imagem de algo não-atualizado, potencial e ao mesmo tempo guardado nessa potencialidade, pronto a ser mobilizado para operações. A impressão de uma sobre-realidade acrescenta-se-lhe pela ilusão de o sujeito poder manipular o campo das possibilidades para além do mundo em que efetivamente vive. Nada disto tem uma relação direta com realidade aumentada. O que se conserva na memória artificial não são imagens de objetos ou de acontecimentos, mas possibilidades de sequências de sentido, condições para experiências serialmente orientadas em operações.

A virtualidade dos meios atuais não aponta para uma realidade obscura. É construída no vínculo entre memória artificial e as disposições algorítmicas para comunicar nos pontos de carregamento e de descarga da rede.

A estrutura do endereçamento do discurso em que os seus dois polos se socorriam de memórias individuais (tipicamente *ego-alter*, *emissor-destinatário*) inevitavelmente muda. Nas recentes mutações transparece a autonomia da forma comunicativa frente à memória psicológica, pois é no

molde comunicativo da relação e segundo a orientação sequencial que tomam lugar as séries algorítmicas exigidas pela memória artificial.

A comunicação torna-se definitivamente não-oral, mesmo quando recorre ainda a meios orais e à voz humana. Não é apenas o meio natural do ar e das vibrações circundantes produzidas pela emissão das vozes, a intenção de falar e o conteúdo psíquico atribuído às mensagens que está em jogo.

As formas condicionais construídas na potencialidade sequencial da memória artificial modificam a aceção naturalista das possibilidades práticas.

O uso da noção de mundo para indicar o horizonte em que se desenvolvem as sequências da ciber-comunicação pode, por isso, parecer desusado, se por tal se entender “a totalidade de todas as coisas” ou “a totalidade de tudo o que ocorre”.

Na medida em que a noção de mundo de *Ser e Tempo* envolvia a de complexo instrumental e referências simbólico-instrumentais remetia para uma perspectiva operatória de mundo. Nisso é ainda relevante para compreender a possibilidade em sentido sequencial e operatório da memória artificial. Contudo, a subjetividade do ser-no-mundo carece de uma reavaliação.

As determinações virtuais da memória artificial põem possibilidades sequenciais, limitadas e finitas, ao dispor. Não formam qualquer totalidade, são atualizadas e as suas possibilidades dissipadas assim que terminam as operações que com elas se podem concretizar num processo cíclico de vinculação-desvinculação de informação e sentido.

A imaginação artística já produziu, entretanto, os seus mundos dentro deste mundo da realidade virtual.

Na Arquitetura, refere-se uma nova espacialidade, formada pela informação incorporada na memória de máquina. O espaço teria perdido o estatuto de dimensão onde estão coisas fixas e redefine-se a fronteira entre o familiar e

habitual e o não-familiar e surpreendente para a experiência sensorial. A expressão “Geografias Virtuais” conheceu o seu sucesso, em virtude de ter dado expressão às mesmas mudanças na construção do espaço que a “Arquitetura Líquida” (Marcos Novak).

Depois de imaginada a noção de uma “interface homem-máquina” nos projetos de Douglas Engelbart sobre o rato, com a qual se representava um nexó estável entre operações sensório-motoras do sujeito e símbolos reproduzidos numa superfície visual ligada a computadores e à mão humana chega-nos, na época da conectividade global das redes cibernéticas, pelo cinema, a profecia de uma *Matrix* como um novo tipo de organismo - uma combinação de *software*, *hardware* e impulsos elétricos, destinada a sobrepor-se integralmente à existência natural da espécie humana.

Sem dúvida que o incremento no poder da computação, ancorado na indústria das telecomunicações, postos ao dispor das necessidades de comunicação globais, faz expandir a memória artificial e as séries algorítmicas relacionadas emergindo o que, de um ponto de vista analógico impressionista, alguém chamou “vida artificial”.

Nas interfaces locais homem-máquina deste dispositivo global criam-se imagens sensoriais do que já não é sensorial, destinadas à intercalação de operações de carga e descarga. É o equivalente a uma nodulação da rede, que modifica o sentido sensorial da presença graças à inserção trans-local da memória artificial. Mediante nodulações os indivíduos se inscrevem na estrutura de endereçamento da própria rede e a rede se localiza, ganha uma tópica em pontos singulares de vinculação-desvinculação.

É assim que se distribui à escala do planeta uma estrutura conectiva na transmissão entre o local e o trans-local, entre a presença sensorial nos nódulos subjetivos e a condicionalidade algorítmica das operações virtuais.

Embora a orientação operatória das redes cibernéticas se deva essencialmente aos imperativos da comunicação, em redor desta se vêm articular sequências de sentido de outros tipos assim como símbolos e artefactos reconfigurados de outras tecnologias. Deste modo se forma a ilusão de um ser virtual da rede e na rede onde, na realidade, o que há são operações de articulação de sentido de linhas sequenciais diferentes, em mútua parasitagem. Voltaremos a este ponto a propósito de teorias recentes, mais adiante.

Nos nódulos de carga e descarga das redes cibernéticas as superfícies gráficas adquiriram uma importância surpreendente, não só na forma material imediata dos terminais, como interfaces. Os nódulos de rede estão concebidos de um ponto de vista gráfico para serem usados graficamente. O hipertexto não é uma consequência linear da frase escrita comum nem da proposição na aceção da Lógica. Representa a modificação da escrita e dos seus símbolos em elementos de uma nova experimentação gráfica, como uma escrita pós-alfabética gráfica. Falar-se de um retorno da escrita à dimensão gráfica, em que as superfícies de inscrição não se encontravam ainda subordinadas às linhas do texto escrito e estas aos elementos constitutivos do alfabeto, seria um anacronismo. Há nisso, todavia, uma verdade. É aquela que define todas as inovações que se alimentam da recuperação de possibilidades tecnológicas anteriores, entretanto mantidas latentes.

É o que se dá no hipertexto. A sua existência seria impensável sem as redes e estas, tal como as conhecemos, sem ele. Mutuamente se estimulam e isso incentiva o despertar das antigas potencialidades das superfícies gráficas, muito para além do escrever, do calcular e do desenhar.

À pergunta sobre para que remete uma inscrição hipertextual tem de se responder dizendo que se reporta a uma operação, que não consiste em mais do que tornar possível tecnicamente a vinculação de informação e

sentido nos elos seguintes da sequência em que essa inscrição se apresenta. O estar-para-o-seguinte é, como operação, o campo denotativo do hipertexto. Aquilo que denota é aquilo que faz, o que faz é o que denota.

No movimento que leva dos símbolos inscritos para a sua operação há a vinculação entre os símbolos do sentido apreendidos no jogo háptico-visual dos percipientes humanos (mão-olho) e a linguagem de máquina. Esta, por seu lado, associa a rede em sentido físico, com os seus dispositivos de memória física, o *hardware* e seus componentes, e as instruções de *software*, que subjazem à disposição gráfica da vinculação. Em aparência trata-se, aqui, de um vaivém entre a manipulação sensorial dos símbolos das superfícies gráficas nos nós das redes e a memória processual e de conteúdos da própria rede.

A propulsão para o elemento seguinte faz do fragmento hipertextual a sua razão de ser. O que este abre no passo seguinte da manipulação gráfica explica o passo anterior. Aqui se percebe que este estava para aquele. Não há uma continuidade rigorosa ou homogeneidade de tipos gráficos nas possibilidades remissivas do hipertexto, na medida em que palavras, fragmentos de frases ou frases, ou ícones podem abrir vídeo, novo texto, ficheiros de áudio, desenhos ou folhas de cálculo. O que é inequívoco é que o campo denotativo da âncora inicial da remissão hipertextual é uma sequência que só é completada com todos os elos da associação remissiva. Deste ponto de vista, a propulsão hipertextual é uma exemplificação da sequencialidade do sentido e das operações que ela faz gravitar em seu redor.

### **5. 5. 1. Inteligência seletiva das redes e Interação – uma nota sobre redes imaginadas pela teoria**

As redes motivaram o imaginário teórico sobre o que são as redes como objeto da teoria.

A investigação sociológica das “tecnologias da informação” e das redes cibernéticas a partir da relação entre identidades e conectividade de agentes, entre ser individual e rede, mente humana e suas extensões como fez Manuel Castells, numa obra muito difundida (Castells 1996), é um caso de construção imaginária da teoria social. Aqui se representam as redes como implementos que se sobrepõem às relações sociais, aos grupos sociais e seus interesses económicos e às formas do controlo político das organizações e do sistema político, já existentes. A Internet é escrutinada em obediência a um modelo analítico típico da análise e síntese de fatores, representados na sua evolução histórica até se ver como formaram a nova situação da economia, do controlo e da comunicação de rede na sociedade moderna.

Na medida em que a abordagem fatorial mantém intocada a ideia convencional de causalidade e não desafia as versões das teorias intencionalistas da técnica vê nas redes cibernéticas uma expressão da vontade e da ação de agentes. Entre ação e sistema, formas psicológicas da cognição e transferência social da aprendizagem nos meios técnicos há uma continuidade.

Aqui está o que pode ter um valor heurístico muito reduzido se descrevermos as redes na evolução mediática. Como disposições operatórias representativas de ganhos seletivos na aprendizagem não são dirigidas exteriormente por estratégias de grupos, identidades que lutam pela conservação ou, ainda mais genericamente, pelo “ser”. A dimensão social das disposições operatórias das redes tem de ser procurada nessas

mesmas disposições. A tecnologia é, nela mesma, social, relação social em ato, como aqui se tem dito. Não há, de modo algum, sociedade para, só depois, haver tecnologia e redes.

Com preocupações epistemológicas mais evidentes, na continuação de trabalhos de Sociologia da Ciência, Bruno Latour, John Law e Michel Callon articularam ideias e teses de uma teoria que se designaria por “ator-network theory” (ANT), seguindo uma expressão de M. Callon de 1982, ou “semiótica material” (John Law). No testemunho posterior de J. Law, o problema inicial que M. Callon enfrentou foi o de encontrar um modelo para “relações entre sistemas materiais e sociais na sua fragilidade e resistência” (Law 2007). O interesse pelas teias de dependências entre processos materiais, atores, objetos, discursos e conhecimento aproxima a ANT das noções de episteme, de discurso, dos dispositivos de saber-poder de Michel Foucault, da noção de rizoma de Gilles Deleuze, de intuições de Michel Serres e da análise actancial de Algirdas J. Greimas, mesmo que não sejam equivalentes teóricos perfeitos.

A geração de configurações relativamente estáveis entre elementos heterogêneos, não obstante a contingência do que os dispõe em conjunto, eis o que não pode ser compreendido sem a metáfora da rede, segundo estes autores. Até este ponto tudo parece consensual, embora ainda impreciso.

Segundo a axiomática da ANT pode dizer-se que a rede é o que dispõe, em conjunto, o heterogêneo, os elementos diferentes que ficam agarrados à teia de nexos que só se explicam pela própria rede, como atores muito diferentes entre si na sua condição social e económica, na sua relação com as profissões, processos produtivos não seriais, objetos e animais. Porém, esta é uma definição geral, que não concretiza nada sobre redes cibernéticas. A ANT não é uma teoria de redes cibernéticas ou sobre tecnologias da informação.

Nos primeiros textos da ANT, especialmente os de B. Latour (Latour 1990, 1996), o uso de expressões da Metafísica mais tradicional, modificadas por um tom deleuziano, surpreende pelo composto de convencionalismo filosófico na terminologia e audácia no *layout* da teoria. Contudo, põe em risco uma aposta consistente num escrutínio pós-metafísico sobre as redes e sobre redes cibernéticas em especial.

A proposta de estender a semiótica para coisas e objetos, que pode parecer confusa se não mesmo desacertada no texto de B. Latour (Latour 1990), tem a sua motivação compreensível na vocação universal da semiose. Ora, como aqui se tem defendido, a universalidade da semiose só pode ser reconhecida, com rigor, no quadro da sequencialidade do sentido, em que se podem incluir processos dinâmicos vários, entre os quais os que envolvem a mobilização dos nódulos de informação-memória. Falar-se em “coisas” ou “objetos” como agentes semióticos é que não é viável, se não se identificar o processo sequencial em que aparecem essas alegadas entidades. Nos “estudos de casos” inspirados pela ANT é esta dinâmica dos elementos e do conjunto que se confirma, mas a axiomática de B. Latour ao incluir entes e essências e toda a família terminológica da velha Metafísica da Força acaba por confundir a função modelizadora do jogo da rede relativamente aos seus elementos.

Nas propostas teóricas da ANT há, notoriamente, um problema de situação de escala das redes nas escalas da descrição sociológica.

Se a noção de rede é produto da representação da interação a uma escala bem definida, com uma demografia muito própria, as redes cibernéticas, como as conhecemos, podem deixar cair restrições quanto ao número reduzido de atores e processos e induzir mais desordem na regularidade aparente das redes descritas pela ANT.

Numa observação de primeira ordem, as redes e particularmente as redes cibernéticas são processos dinâmicos, semióticos e actanciais. Contudo, na



axiomática da ANT, nos textos teóricos de B. Latour, a impressão de amálgama coisas-máquinas-cérebros-consciências-comunicação é isso mesmo - uma ilusão criada pelo meio que é a própria rede na vinculação de informação e sentido nos pontos em que a rede se aplica. Seria demitir-se da teoria não ver em tal amálgama uma variedade real de operações decorrente de cruzamentos de linhas sequenciais autônomas na estrutura social mais geral. É aqui que a noção de *autopoiesis*, tal como a usou Niklas Luhmann, tem a sua pertinência, pois mostra como uma composição de sentido reunindo corpos (objetos na sua diversa categorização), consciência e comunicação, é um nó feito de muitas linhagens que possuem a sua própria dinâmica, que não se esgota nessa composição. ANT e Teoria dos Sistemas parecem aqui complementar-se ou opor-se - uma segue a via da amálgama, a outra o caminho da serialização paralela.

Muitos processos que se acabam por concretizar nas redes de interação têm a sua ancoragem na forma geral da diferenciação da sociedade, nos sistemas parciais e na reprodução simbólica assegurada nos meios de comunicação simbólicos. A escala em que se situam as redes descritas pela ANT não pode ser autossuficiente.

B. Latour ensaiou recentemente uma redefinição do conceito de sociedade centrando-se nos fenómenos contemporâneos de associação-re-associação ou de ligação-re-ligação entre atores e objetos, segundo laços identificáveis (Latour 2005). Convicto de que a sociedade não pode ser definida como um objeto, uma substância ou domínio objetivo especificado ao lado de outros, mas como associação de elementos diversos entre si, em movimento, segundo gerações e decomposições de nexos associativos, propõe mostrar que são essas mesmas ligações que caracterizam o objeto sociológico e não uma coisa entre outras coisas. Neste aspeto do programa poderá coincidir com a teoria dos sistemas sociais de N. Luhmann (entre outros), que

também defende uma perspectiva da sociedade além da oposição tradicional de sujeito e objeto segundo a formulação do “construtivismo operatório”. Não obstante se perceber pouco interesse da parte do teórico da ANT em discutir em profundidade a história do pensamento sociológico, é óbvio, mesmo para o leitor menos precavido, que o retrato que faz da sociedade como objeto teórico da Sociologia contemporânea, entre uma “Sociologia das associações” e uma “Sociologia do social” está longe de propostas teóricas de outros sociólogos recentes de orientação construtivista. Invocar o nome de Gabriel Tarde como figura tutelar de uma nova “sociologia das associações”, em confronto com a tradição inaugurada por Émile Durkheim, pode trazer mais inconvenientes que vantagens.

Pelo facto de a ANT se desenvolver desde o início, e até apostadamente, numa descrição de primeira ordem da rede como um organismo vivo, os problemas da complexidade que estão na génese da própria rede ficam de fora. Um destes é o de saber de que modo, nas redes, se dão respostas aos imperativos de conexão intersequencial e intersistémica, sendo elas, em parte, uma consequência desses imperativos.

O que na teoria dos sistemas de N. Luhmann se designou por mecanismos simbióticos é na ANT diretamente amalgamado no agir dos actantes, sem atenção aos processos autónomos já implicados na formação das ações, e no que a eles ficar agarrado, desde seres inanimados, animais ou agentes intencionais. Assim, não se consegue entender a que conexões intersequenciais e a que sequências de sentido estão vinculadas essas entidades e porque motivo uma vez desconectada uma sequência os “entes” a ela subordinados desaparecem e assim também se desconecta a rede. É o preço pago por se haver abstraído da distinção entre ação e sistema.

Em um artigo publicado em 1987, J. Law usou as viagens marítimas portuguesas como um “estudo de caso” em que se podiam já encontrar as

noções descritivas sobre redes da ANT, posteriormente elencadas. Identificam-se oito características do modelo descritivo inspirado na ANT e usadas nessa investigação.

A primeira delas é a “relacionalidade semiótica”, que indica estarmos perante elementos em influência recíproca, não desligados mas associados mediante trocas simbólicas; a heterogeneidade de elementos ligados e a sua não redução na dimensão actancial, implicando mais do que o agente humano como referência da ação; a “materialidade” das partes envolvidas; a insistência no caráter processual e sua precariedade; a articulação com os exercícios do poder; a importância atribuída ao espaço e à escala das relações em presença; a performatividade do conjunto a que se chama rede, que explica o tom actancial da teoria e, naturalmente, o facto de a perspectiva descritiva partir da ação.

No trabalho de Michel Callon sobre os bivalves da Baía de Saint Brieuç (Callon 1984, 1999), que tinha por centro e ambição uma Sociologia da Tradução, além de se estabelecer o elenco dos que participam numa rede de agentes empenhada no desenvolvimento da cultura de um tipo determinado de bivalves, com o que isso comporta de conhecimento científico sobre a reprodução desta espécie marinha, define-se o interesse comum a que terão chegado esses agentes (os pescadores, os três cientistas, os colegas dos cientistas e os bivalves) para a formação das suas conexões. Aqui se percebe como o que dá densidade à rede é o interesse comum que se começa a identificar entre os participantes, como um efeito gerado por convergência de fins particulares - os cientistas empenhados na explicação da reprodução dos bivalves, *in situ* e os pescadores motivados pela vantagem económica da exploração da domesticação daquela espécie marinha. No número dos atores, M. Callon colocava os próprios bivalves, que acabam por participar do interesse dos humanos na sua proliferação, multiplicando-se ou não.

Na equação do interesse mútuo está a formulação de uma questão científica que é a de saber se os bivalves ancoram nas conchas depois de disseminadas as larvas no leito do oceano. Uma tal problematização e as observações que gera podem servir de traço de união dos interesses dos envolvidos.

No desenvolvimento de cada uma das linhas de motivações estão obstáculos, aliados e oponentes, segundo a perspectiva da teoria actancial de Algirdas J. Greimas.

Os atores são formados e deformados nos seus interesses pela evolução do conjunto. Contudo, não obstante o dinamismo da representação, M. Callon fala em entidades e em identidades dos entes.

Na explicação deste “estudo de caso” termos como interesse, “interessamento”, entidades e identidades são várias vezes usados. O uso é até justificado com alguma minúcia, mas a ausência de reflexão sobre a estrutura operatória do conjunto da rede traz a impressão de um fetichismo conceptual.

O estudo de caso de M. Callon é sintomático das glórias e das limitações da ANT.

Creemos que o essencial da rede dos bivalves de Saint Briec está no resultado cognitivo da estrutura interacional gerada. É uma estrutura da aprendizagem no sentido forte do termo. Mais concretamente, é um exemplo de transferência social da aprendizagem mediante nexos interacionais negociados do princípio ao fim. A interação entre estes atores apenas se pode manter pelo valor cognitivo do conjunto, sobretudo pelo facto de a conclusão do processo de mútuo “interessamento” desta rede se exprimir, no final, em percentagens, números e tabelas de artigos de conferências científicas que os três cientistas ajudaram a cimentar com a sua investigação *in situ*.

Surpreendentemente, ou não, no texto de M. Callon nada nos é dito sobre aprendizagem ou cognição como um efeito da rede e sua garantia.

Ora, são os ganhos seletivos na aprendizagem que mantêm coesa a estrutura da rede e não o querer dos actantes. Percebe-se que noções como querer, interesse, fins, poder, obstáculos, oponentes, aliados, etc. possam dar o tom da perspectiva da ação a uma análise que se pretende sociológica, para que se veja na rede um produto de ações concretas de atores. A rede, nela mesma, não está nas ações nem na sua soma transformadora das próprias unidades. Está na síntese cognitiva da aprendizagem social. Enquanto os ganhos seletivos da aprendizagem se mantiverem mantém-se também a rede. Tudo o que for aquisição seletiva e memória seletiva, que as redes cibernéticas conservam expressamente em memória de máquina, permite a estabilidade da rede e a sua reprodutibilidade.

Eis o que explica o êxito e a perdurabilidade do outro tipo de rede que é a rede cibernética - o facto de guardar numa memória a isso dedicada o próprio ganho seletivo que a alimenta.

## 5. 6. Perceber fora do corpo

As ideias filosóficas clássicas sobre a dimensão gráfica e a escrita articularam-se em redor do pressuposto de que há na passagem do oral ao escrito algo de semelhante à desvinculação do significado nativo do espírito para encarnar no traço simbólico externo. O valor de inscrição dos traços escritos e a sua relação com a memória na transferência da aprendizagem foi entendido como perda da presença, infidelidade ao original, corrupção, no mesmo processo destinado a preservar o sentido espiritual. A memória na sua relação com o traço inscrito nasceu, pois, na Filosofia, sob esta ambivalência de uma conservação que aliena, de que a desconstrução derridiana, como projeto meta-teórico, descreveu o roteiro.

Se entre memória e destino social da inscrição dos traços escritos se podem descrever várias dimensões da relação entre o oral e o gráfico e a razão de ser da ambivalência da tradição filosófica em relação à escrita, há ainda que refletir sobre a desincorporação do corpo orgânico, que o traço mnésico escrito representa.

Além de túmulo do espírito, a dimensão gráfica e a escrita são outros corpos para o corpo em que o sentido psíquico originalmente se situou. Este tema foi substancialmente ignorado. O tipo de ambivalência da Filosofia na relação do seu discurso com a escrita não permitiu situá-lo.

Que a escrita possa garantir a desincorporação do sentido não é uma conclusão tão imediata quanto a ideia comum que sustenta que ela materializa o espírito. Contudo, para a extensa generalização desta última tese não militam mais argumentos que aqueles que se resumem à persistência da ambivalência da tradição filosófica sobre a escrita no senso comum.

A escrita foi o primeiro meio simbólico a desvincular-se das formas interiores da cognição e a gerar condições para que outras operações

cognitivas se passassem a desenvolver fora do corpo orgânico, não apenas fora do pensamento para o prolongar no registo de frases. Foi neste papel que a circunscreveu a Filosofia clássica.

É causador de fascínio observar como a evolução simbólica da espécie depende dos atos de inscrição de traços com valor mnésico fora do corpo, de um modo muito mais extenso do que o que se podia reter com a representação da frase escrita como exteriorização de pensamentos sobre objetos. Na relação da escrita com a memória não está somente o pensamento que sai fora de si, mas o corpo que primeiramente inscreve e regista e passa a ter de reconhecer as operações externas com símbolos escritos em traços mnésicos autênticas operações cognitivas.

No conceito de “meios de comunicação generalizados do ponto de vista simbólico” (Talcott Parsons e N. Luhmann), a Sociologia reconheceu a tendência evolutiva crescente para a autonomia simbólica adquirida graças à escrita. Porém, nas condições mediáticas atuais não é suficiente falar-se em meios simbólicos e descrever o que tornam concretizável no discurso, por duas razões já antes aludidas. É necessário, por um lado, ir do símbolo apoiado no *medium* da escrita até aos meios tecno-simbólicos das redes cibernéticas e, por outro, nestas últimas, descrever as operações da extracorporalidade sensorial inscritas nas sequências algorítmicas.

## 5. 7. Observação de observadores nas redes cibernéticas

Desde as sociedades predominantemente orais que o objeto constituído na frase predicativa foi o elemento regulador da comunicação entre observadores, que mutuamente se observam na comunicação direta. A noção de objeto da predicação deve mesmo entender-se como o resultado da observação de observadores na atitude natural. Graças à forma-objeto são reduzidas as sequências da consciência e da comunicação a um produto final sobre o qual se discorre, a que se empresta o significado de coisa física externa de uma realidade presumida fora das observações.

A comunicação ciber-mediática alterou e limitou o valor comunicativo da forma-objeto da frase predicativa, o que levou à impressão de um fim da atitude natural e do seu mundo de objetos circundantes, com o crescimento dos discursos críticos contra a civilização técnica e em defesa das línguas naturais.

A transformação ciber-mediática da comunicação produz, contudo, efeitos paradoxais na crise da observação de observadores gerada no objeto predicativo, pelo facto de impor à linguagem natural condições e estruturas que o discurso entre presentes e a interação verbal desconheciam. Descrições atentas das chamadas “redes sociais” permitem atestar modos de sequenciar o sentido comunicado que poucas semelhanças têm com a interlocução verbal ou a carta escrita.

Que o valor da comunicação em redor de objetos proposicionais vem sofrendo limitações, deve dar que pensar. Comunica-se em torno de outras entidades, cuja existência é garantida por via ciber-mediática nas ciber-redes, como as categorias-alvo ou *hashtags*.

A comunicação económica e uma parte da comunicação político-burocrática tem lugar através de indicadores estatísticos, cujo significado consiste em estabelecer o resultado final de um cálculo em escalas de osciladores, que



possuem a função de índices para operações de reconhecimento e registo em outras escalas de outros osciladores. Também aqui as formas proposicionais da comunicação sobre expectativas se modificaram para dar lugar a uma regulação algorítmica e de I. A..

O que assim se observa pouco resulta da forma linguística da frase predicativa, embora se possam descrever diversos tipos de reorientação entre categorizações algorítmicas da comunicação e objetos predicativos.

Não é, certamente, o fim da linguagem natural e da observação de observadores por ela regulada segundo objetos proposicionais. Constitui, todavia, o fim da sua hegemonia na formulação dos resultados da observação de observadores.

No que se pode considerar paradoxal as categorizações das ciber-redes e os índices estatísticos da comunicação económica revelam, em grande extensão, o carácter sequencial da formação do sentido da comunicação em vez da sua redução em torno de pontos fixos. É certo que, particularmente no caso das escalas estatísticas, se está perante resultados, produtos, números. Mas com estes é também representado o cálculo das posições nas escalas ou o fluxo da comunicação associado às categorias-alvo.

Pode agora tornar-se aparente o que no discurso verbal era o contexto na sua dinâmica que, na frase expressa, se ocultava para tornar apenas evidente o objeto predicativo já reduzido.

Ao darem a possibilidade de observar as sequências formadoras do sentido e não só os seus produtos proposicionais, o contexto e não apenas a frase, as ciber-redes criam a ilusão de transparência total, o que é por sua vez aproveitado para simular sequências a fim de estas serem tomadas como factos na comunicação.

Aqui podem estar temas de futuros trabalhos.

## 6. Ainda por concluir

A evolução da Arte moderna permite comprovar a tendência para uma interpenetração do mundo da vida com o mundo da Arte. Várias teses e ideias da Estética contemporânea pretenderam exprimir alguns dos aspetos desta tendência geral para a congregação de elementos provenientes da criação artística e outros que possuem a sua nidação nas formas da percepção, manipulação de símbolos e orientação da comunicação da vida quotidiana. Os diferentes géneros artísticos e a Arte publicitária orientam-se crescentemente para a remodelagem da percepção e da comunicação na vida quotidiana e não deixaram de o fazer desde a viragem característica do que se chama, com ou sem exatidão, “Arte contemporânea”. A recombinação dos recursos e da estrutura dos quadros mediáticos SMCP que ocorre em virtude da mediação artística e tecnológica da vida quotidiana fazem das referências simbólicas e dos processos semióticos associados à percepção e comunicação referências e processos cada vez mais indiretos e mediatos, o que se percebe na subordinação crescente aos imperativos das sequências diagramáticas dos quadros mediáticos.

Um dos resultados consideráveis alcançados na acomodação das operações humanas de perceber e comunicar aos dispositivos diagramáticos foi o de gerar um nível extremamente plástico para a informação e para a geração de sentido a partir da informação.

A abstração das unidades de informação em relação a conteúdos da percepção ou da comunicação assegura que a orientação diagramática da tecnologia digital está disponível independentemente de objetos ou conteúdos, desde que haja programas.

Na História das Teorias da Arte há vários episódios que servem para nos recordar que o modo como a visão do mundo se orienta nos quadros da pintura nunca se pode considerar “natural” ou diretamente ligada à

organização natural dos órgãos sensoriais nas suas sequências. A semelhança entre as teses de E. Panofsky, de E. Gombrich e de N. Goodman serve de exemplo desta crítica de um naturalismo ingênuo da visão na pintura.

Requerendo competências particulares e uma aprendizagem, o tipo de visão reclamado para a apreciação estética dos quadros é devedor de um meio ambiente sensorial particular, eis o que também se defendeu no presente trabalho.

Este meio ambiente sensorial não é apenas o resultado do uso de símbolos. Esta última ideia é aquela que mais facilmente se depreende destes três autores e das suas preferências teóricas. É, contudo, imprecisa.

M. MacLuhan, na *Galáxia de Gutenberg*, ia na direção certa, embora ainda incompletamente, ao mostrar que a acompanhar a génese da Tipografia se havia sucedido um conjunto de transformações na autocompreensão da Ciência moderna, na perceção do significado social da quantidade, aglomeração da população, da evolução da quantidade da moeda e mais genericamente na crise do valor da cultura oral. Tudo isto seguindo na direção de uma crescente abstração dos sentidos percetivos uns em relação aos outros.

Os diagnósticos de *A Galáxia de Gutenberg* são progressos em relação a um tipo de análise das superfícies submetidas à experiência gráfica e visual exclusivamente orientada para a compreensão dos nexos entre a concatenação simbólica da estrutura remissiva dos símbolos gráficos e a posição do observador. Mostra-nos que a estrutura simbólica das superfícies gráficas se funda num tipo particular de abstração que se relaciona com um processo civilizacional mais vasto e com a transformação do valor relativo dos sentidos uns em relação aos outros.

Não só se isolam os sentidos, se abstraem as características que podem ser abstraídas da componente subjetiva, individual, se traduzem sentidos por

outros sentidos e significados obtidos por uma atividade sensorial por significados resultantes de outras atividades sensoriais, mas também se identificam as conexões entre sequências sensoriais e sequências cognitivas de nível mais complexo e, além disto, se gera um meio ambiente artificial particular para experiências com valor cognitivo mas plenamente integradas em sequências artificiais, abstratas, encaminhadas já no sentido de propor que as experiências sejam concretizadas de uma determinada forma, segundo uma certa orientação de elementos, para quem as quiser realizar. Disto se infere o caráter uniformizador da experiência que intuitivamente emprestamos à tecnologia, tal como a repetibilidade.

A passagem do domínio da significação de um órgão sensorial para outro com a evolução tecnológica, por exemplo na passagem da audição para a leitura e da leitura em alta voz para a leitura silenciosa, impõe ao processo sensorial a disciplina da aprendizagem dos meios em que a significação tem lugar. Não é uma tradução simples do que é possível num órgão sensorial em outro. As novas sequências sensoriais que são ativadas para perceber significação requerem adaptação de nível sensorial, mas não só.

Sobrepostas ao processo sensorial de apreender ou perceber sentido e atividades conexas estão formas de organizar a memória pessoal e coletiva, de conservação externa da informação e de socialização que podem ser muito diferentes entre si. Captar sentido pode implicar ter de mudar de conexões e de regras conectivas. A explicação do que divergiu com a adoção de novos meios deve voltar-se para a identificação das sequências que foram abandonadas e daquelas que as vieram substituir e, ainda, para o que nelas diverge quanto às vias conectivas dos elementos relacionados.

As metamorfoses mediáticas são de tal modo intensas desde que se passou uma parte substancial da comunicação para as redes cibernéticas que não se deve estranhar a invocação recente da prática retórico-literária antiga da *ekphrasis*, para ilustrar o que ocorre na tradução intersensorial e na

trasladação intermediática das sequências da comunicação e da percepção (Bolter&Grusin 2000; Balsemão-Pires 2014).

A construção tecno-simbólica da superfície gráfica que a era da Imprensa trouxe como sua consequência havia dado continuação e aprofundado os cortes anteriores entre discurso e proximidade rítmico-acústica da interação, entre discurso e fonação, entre discurso e a ilusão de *mimésis* sensorial do mundo sensível na percepção natural, mas também entre discurso e experiência sensorial com base em símbolos naturais. Na superfície gráfica em que se inscrevem caracteres alfabéticos ou números, que prolifera em consequência da Imprensa, não estão hieróglifos ou ícones da voz, mas símbolos de novas sequências sobrepostas ou justapostas às formas desvanecidas da experiência do mundo com base em símbolos naturais e à socialização de proximidade do face-a-face.

A forma do livro ou o que chamamos texto representa precisamente uma ordem sequencial. Esta ordem sequencial apresenta a característica adicional de se prestar à repetição. A repetibilidade está especialmente adaptada ao encadeamento, pois aquilo que é repetido não são unidades isoladas, à luz do seu eventual valor representativo, mas as próprias sequências textuais. Por outro lado, a repetibilidade é uma continuação do caráter essencialmente ocasional da posição do intérprete.

Na medida em que nas sequências mediáticas se reorganiza a conectividade dos processos sensoriais faz sentido interpretar o que se chamou civilização como uma imensa disciplina sensorial tornada possível, articulada e prosseguida nas sequências diagramáticas das técnicas.

Estas representam, portanto, modos de reprogramação da conectividade sensorial.

Todavia, a reorientação diagramática das sequências não podia concretizar-se se não fosse a capacidade de abstrair, destacar e reproduzir o que é próprio de cada grupo sequencial autónomo. Quando referimos a

autonomia entre sequências dos processos físicos, vitais, psíquicos e comunicativos identificámos a base a partir da qual se desenvolvem as meta-sequências. A tecnologia e a remediação tecnológica da experiência implicam a abstração dessas sequências de base, a identificação das regras sequenciais em que estão organizadas e a sua estrutura seletiva. A tecnologia da era digital é uma reflexão sistematizada sobre as tecnologias de base nos domínios físico, biológico, psíquico e comunicativo para poder reproduzir, cruzar e reprogramar as suas formas sequenciais. Só na medida em que as meta-sequências de tipo diagramático objetivam as sequências de base, reconhecendo a sua autonomia, nos seus elementos e estrutura sequencial é que podem proceder às diversas recombinações adaptando dimensões comunicativas a sensório-motoras e a diversos processos fisiológicos. No entanto, importa ainda perceber o que torna possível esta associação recombinante.

Em tese o presente trabalho partiu do postulado de que as sequências diagramáticas devem o seu êxito recombinante ao facto de seguirem a estrutura da forma cognitiva e a mobilizarem para servir de conexão entre as sequências de base, sobretudo entre as sequências psíquicas e as comunicativas. Recombinam as sequências de base sensório-motora, e psíquicas numa aceção mais geral, e as comunicativas como se ambas se pudessem ajustar na forma cognitiva. Neste sentido, pode-se afirmar que na época das tecnologias digitais em rede as meta-sequências diagramáticas são tecnologias cognitivas que recombina na forma da cognição sequências de base autónomas, distintas e correndo em paralelo, gerando, em consequência, a ficção da reprodução da unidade da experiência.

A orientação de meta-sequências segundo a forma da cognição permite integrar a observação da comunicação, mediante elementos de sequências comunicativas, na observação psíquica de sequências psíquicas e inversamente. Este fenómeno tecnológico do mútuo embutimento

psíquico-comunicativo das observações cria mecanismos de reforço da adaptabilidade de processos da vida consciente e de nexos sensório-motores e da comunicação. A geração e receção de mensagens em meios digitais em rede cria um simulacro de realidade feita de ações corporais, estimulações sensoriais e condições particulares para associação de ideias que é diretamente também o meio em que ocorrem nexos comunicativos. Perceber o que ocorre nesse meio e reagir de um ponto de vista cognitivo é simular a observação em sentido comunicativo na observação em sentido psíquico e inversamente. Esta simulação confere a este tipo de meios uma elevada artificialidade. No entanto, o simular está em constante apagamento e negação, pois a ambição do meio é precisamente apagar-se como tal. Para ele poder recombinar as duas faces da forma cognitiva do modo mais eficaz ele tem de apagar-se a si mesmo como o meio pelo qual esse efeito é gerado. Este apagamento do meio é conseguido mediante o reforço da recombinação que por ele tem lugar. A ilusão da transparência psíquica da comunicação sob a forma da manipulação de símbolos associados ao processamento de informação e envio/receção de mensagens é constante.

É por outro lado evidente que a elevada artificialidade do meio das redes informáticas, o seu caráter protésico e omnímota e a velocidade de processamento são propícios a produzir uma diferença acentuada entre a percepção instantânea de controlo sensório-motor direto sobre o curso das mensagens no momento da utilização e os efeitos diferidos e remotos da comunicação em rede, que estão fora de qualquer controlo possível. Esta diferença é mesmo aquela que melhor traduz o paradoxo da familiaridade e estranheza da comunicação em rede.

As meta-sequências tornadas possíveis pelo dispositivo diagramático da rede tornam instável e incerto o significado social da comunicação presencial e mesmo da comunicação que não obedeça ao encaminhamento

diagramático imposto pela rede e pelas posições relativas dos nós na rede. Mas na medida em que é a forma cognitiva que domina é a função do conhecimento que parece orientar o conjunto. A tecnologia cognitiva opera como uma forma total reconfiguradora não apenas da imagem da realidade, mas do sistema sensório-motor na sua complexidade, envolvendo dimensões motoras, visuais, tácteis, auditivas dentro de canais comunicativos. Seria ilusório reter apenas o aspeto imagístico deste composto sensório-motor e comunicativo, embora o predomínio do prisma psíquico sobre a cognição o possa favorecer. Foi a importância da forma cognitiva e a sua consolidação numa tecnologia cognitiva particular que provocou a ilusão imagística, a aparência de fusão imagística das séries e, conseqüentemente, a impressão de que a própria tecnologia é qualquer coisa de imagístico quando, de um modo distinto, a dimensão mais original da tecnologia está na recriação de formas sequenciais.

Considerar, por outro lado, que é o corpo que está jogado neste processo é imaginar no corpo um princípio transcendental a que ele estará muito longe de poder corresponder. As tecnologias não estão voltadas para o corpo, “como tal”, mas sim para os ritmos sequenciais que cruzam o corpo e o tomam como o seu primeiro *medium*.



## Referências Bibliográficas

Ayer, A. J. (1940, 1963) *The Foundations of Empirical Knowledge*. Macmillan and Company, London.

Aristóteles in: Barnes, J. (1991) *The Complete Works of Aristotle*. Aristotle Logic. Princeton University Press, NJ, Princeton.

Baars, B. (1997) *In the Theatre of Consciousness: The Workspace of the Mind*. Oxford University Press, New York.

Balsemão-Pires, E. (2011) *A Individuação da Sociedade Moderna*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Idem (2013) *A Individuação dos Sistemas Psíquicos*. In: DEDiCA. *Revista de Educação e Humanidades* 4: 13-54.

Idem (2014) *A Arte da Estética*. In: *Biblos* XI: 121-184.

Idem (2015) *Aprender – Hipóteses e Demarcações*. In *Revista Filosófica de Coimbra* 48: 279-312.

Bateson, G. (1972) *Steps to an Ecology of Mind*. University of Chicago Press, Chicago.

Bedau, M. A. & Humphreys, P. (eds) (2008) *Emergence: Contemporary Readings in Philosophy and Science*. A Bradford Book, The MIT Press, London, Cambridge (Mass.).

Bergson, H. (1889) *Essai sur les Données Immédiates de la Conscience*. Félix Alcan, Paris.

Idem (1896, 1939) *Matière et Mémoire. Essai sur la Relation du Corps à l'Esprit*. P. U. F., Paris.

Bolter, J. D. & Grusin, R. (1999) *Remediation. Understanding New Media*. The MIT Press, Cambridge (Mass.), London.

Bolz, N., Kittler, F., Tholen, C. (ed.) (1994) *Computer als Medium*. Wilhelm Fink Verlag, München.

Boutroux, É. (1874) *De la Contingence des Lois de la Nature*. Germer Baillière, Paris.

Brandom, R. B. (2000) *Articulating Reasons. An Introduction to Inferentialism*. Harvard University Press, Cambridge (Mass.), London.

Idem (2002) *Tales of the Mighty Dead. Historical Essays in the Metaphysics of Intentionality*. Harvard University Press, Cambridge (Mass.), London.

Idem (2004) *The Pragmatist Enlightenment (and its Problematic Semantics)*. In: *European Journal of Philosophy* 12: 1: 1-16.

Idem (2008) *Between Saying and Doing*. Oxford University Press, New York, Oxford.

Callon, M. (1984, 1999) *Some Elements of a Sociology of Translation. Domestication of the Scallops and the Fishermen of St. Brieuc Bay*. In: *Law,*

J. (ed.) (1984) *Power, Action and Belief: a New Sociology of Knowledge*. Special Issue: *Sociological Review Monograph Series*, vol. 32. Routledge, London: 196-233. Reed. In: Biagioli, M. (ed.) (1999) *The Science Studies Reader*. Routledge, London, New York: 67-83.

Carnap, R. (1947) *Meaning and Necessity. A Study in Semantics and Modal Logic*. University of Chicago Press, Chicago.

Castells, M. (1996) *The Rise of the Network Society. The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. I*. Blackwell, Cambridge (Mass.), Oxford.

Chalmers, D. J. (1996) *The Conscious Mind. In Search of a Fundamental Theory*. Oxford University Press, New York.

Chihara, C. S. (1998) *The Worlds of Possibility. Modal Realism and the Semantics of Modal Logic*. Clarendon Press, Oxford.

Churchland, P. (1986) *Neurophilosophy: Toward a Unified Science of the Mind*. The MIT Press, Cambridge (Mass.), London.

Corradini, A. & O' Connor, T. (eds.) (2010) *Emergence in Science and Philosophy*. Routledge, New York - London.

Crutchfield, J. P (2008) *Is Anything Ever New? Considering Emergence in:* Bedau, M. A. & Humphreys, P (eds) (2008) *Emergence: Contemporary Readings in Philosophy and Science*. op. cit.: 269-286.

Davidson, D. (1967) *Truth and Meaning in: Synthese* 17: 304-323.

Idem (2001) *Subjective, Intersubjective, Objective*. Claredon Press, Oxford.

Dennett, D. (1991) *Consciousness Explained*. Little, Brown and Company. New York, Boston, London.

Donald, M. (1991) *Origins of the Modern Mind. Three Stages in the Evolution of Culture and Cognition*. Harvard University Press, Cambridge (Mass.), London.

Donnellan, K. S. (1997) Reference and Definite Descriptions. In Ludlow, P. (ed.), *Readings in the Philosophy of Language*. The MIT Press, Cambridge (Mass.) 361-382.

Eccles, J. C. (1994) *How the Self Controls its Brain*. Springer, Berlin, Heidelberg.

Edelman, G. & Tononi, G. (2000) *A Universe of Consciousness. How Matter becomes Imagination*. Basic Books, New York.

Edelman, G. (2005) *Wider than the Sky. The Phenomenal Gift of the Consciousness*. Yale University Press, New Haven, London.

Idem (2006) *Second Nature. Brain Science and Human Knowledge*. Yale University Press, New Haven, London.

Engelbart, D. C. (1962) *Augmenting Human Intellect: a conceptual Framework*. Report prepared for Director of Information Sciences Air Force Office of Scientific Research, Washington DC. Stanford Research Institute. Menlo Park.

Favareau, D. (2010) *Essential Readings in Biosemiotics. Anthology and Commentary*. Springer, Dordrecht, Heidelberg, London, New York.

Fodor, J. (1983) *Modularity of Mind: An Essay on Faculty Psychology*. The MIT Press, Cambridge (Mass.), London.

Idem. (1998) *Concepts. Where Cognitive Science went wrong*. Clarendon Press, Oxford.

Frege, G. (1882) *Über die Wissenschaftliche Berechtigung der Begriffsschrift* in: *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik* 81, 48-56.

Idem (1883) *Über den Zweck der Begriffsschrift* in: *Jenaische Zeitschrift für Naturwissenschaft* XVI (suppl.) 1-10.

Idem (1892) *Über Sinn und Bedeutung*. In: *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik* 100 / 1: 25-50.

Idem (1918) *Der Gedanke. Eine Logische Untersuchung*. In: *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus* Bd. 1, Heft 2: 58-77.

Freud, S. & Breuer, J. (1955) *Studies on Hysteria (1893-1895)*. In: Strachey, J. (ed.) *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. The Hogarth Press, London, vol. II.

Gibson, J. J. (1950) *The Perception of the Visual World*. Houghton Mifflin Company, Boston.

Idem. (1966) *The Senses Considered as Percetual Systems*. George Allen & Unwin, London.

Idem (1979, 1986) *The Ecological Approach to Visual Perception*. Lawrence Erlbaum Associates, Hillsdale, London.

Gombrich, E. H. J. (1960) *Art and Illusion, A Study in the Psychology of Pictorial Representation*. Princeton University Press, Princeton.

Goodman, N. (1976) *Languages of Art. An Approach to a Theory of Symbols*. Hackett Publishing Company, Indianapolis, Cambridge.

Goody, J. (2008) *La Domesticación del Pensamiento Salvaje*. Ediciones Akal, Madrid (trad. de *The Domestication of the Savage Mind*, 1977).

Goody, J. (2010) *Myth, Ritual and the Oral*. Cambridge University Press, Cambridge.

Günther, G. (1933, 1978<sup>2</sup>) *Grundzüge einer neuen Theorie des Denkens in Hegels Logik*. Felix Meiner Verlag, Hamburg.

Idem (1959, 1991<sup>3</sup>) *Idee und Grundriss einer nicht-Aristotelischen Logik*. Felix Meiner Verlag, Hamburg.

Idem (1976) *Beiträge zur Grundlegung einer operationsfähigen Dialektik*. Band 1. Felix Meiner Verlag, Hamburg.

Havelock, E. A. (1963) *Preface to Plato*. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge (Mass.), London.

Haykin, S. (1999, 2005<sup>9</sup>) *Neural Networks. A Comprehensive Foundation*. Pearson Prentice Hall, Dehli.

Hebb, D. O. (1949) *The Organization of Behavior. A Neuropsychological Theory*. John Wiley & Sons. New York.

Hegel, G. W. F. (1980) *Gesammelte Werke 9. Die Phänomenologie des Geistes*. Felix Meiner, Hamburg.

Idem (1978) *Gesammelte Werke 11. Wissenschaft der Logik. Die Objektive Logik (1812-1813)*. Felix Meiner, Hamburg.

Idem (1981) *Gesammelte Werke 12. Wissenschaft der Logik. Die Subjektive Logik (1816)*. Felix Meiner, Hamburg.

Idem (1989) *Gesammelte Werke 19. Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse (1827)*. Felix Meiner, Hamburg.

Heidegger, M. (1927, 1967) *Sein und Zeit*. Max Niemeyer Verlag. Tübingen.

Helmholtz, H. (1867) *Handbuch der Physiologischen Optik*. Leopold Voss. Leipzig.

Hempel, C. & Oppenheim, P. (2008) *On the Idea of Emergence*. In: Bedau, M. A. & Humphreys, P. (eds) (2008) *Emergence: Contemporary Readings in Philosophy and Science*. Op. cit.: 61-67.

Husserl, E. (1900, 1913<sup>2</sup>) *Logische Untersuchungen*. Max Niemeyer. Halle.

Idem (1928<sup>3</sup>) Ideen zu einer reinen Phänomenologie und Phänomenologischen Philosophie. Max Niemeyer, Halle.

Idem (1950) Idées Directrices pour une Phénoménologie et une Philosophie Phénoménologique Pures I (trad. Paul Ricoeur). Gallimard. Paris.

Idem. (1950) Cartesianische Meditationen und Pariser Vorträge. Martinus Nijhoff, Haag.

James, W. (1912) Essays in Radical Empiricism. Longmans, Green and Co., New York.

Idem (1950) The Principles of Psychology I-II. Dover Publications Inc., New York.

Idem (2008) A Pluralistic Universe. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne.

Janet, P. (1886) Note sur quelques phénomènes de somnambulisme. Revue Philosophique de la France et de l'Étranger, 21: 190-198.

Idem (1886) Les actes inconscients et le dédoublement de la personnalité pendant le somnambulisme provoqué. Revue Philosophique de la France et de l'Étranger, 22: 577-592.

Idem (1889) L'Automatisme Psychologique. Félix Alcan, Paris.

Idem (1911<sup>2</sup>) L'État Mentale des Hystériques. Félix Alcan, Paris.



Idem (1923) *La Médecine Psychologique*. E. Flammarion Éditeur, Paris.

Idem (1929) *L'Évolution Psychologique de la Personnalité*. Édition Chahine, Paris.

Idem (2006<sup>2</sup>) *L'Évolution de la Mémoire et la Notion du Temps. Leçons au Collège de France (1927-28)*. l' Harmattan, Paris.

Joanisse, M. F. & McClelland, J. L. (2015) *Connectionist Perspectives on Language Learning, Representation and Processing*. In: *Wiley Interdisciplinary Review of Cognitive Sciences*: 235-247.

Jousse, M. (1925) *Le Style Oral Rythmique et Mnémotechnique chez les Verbo-moteurs*. In: *Archives de Philosophie*, vol. II, IV. G. Beauchesne Éditeur, Paris.

Jubien, M. (2009) *Possibility*. Clarendon Press, Oxford.

Katz, J. J. (1972) *Linguistic Philosophy. The Underlying Reality of Language and its Philosophical Import*. Harper and Row, New York.

Kauffman, Stuart A. (1993) *The Origins of Order. Self-Organization and Selection in Evolution*. Oxford University Press, New York, Oxford.

Idem (2000) *Investigations*. Oxford University Press, New York, Oxford.

Kim, J. (2008) Making Sense of Emergence. In: Bedau, M. A. & Humphreys, P. (eds) (2008) *Emergence: Contemporary Readings in Philosophy and Science*. Op. cit.: 127-154.

Idem (2008) The Nonreductivist's Troubles with Mental Causation. In: Bedau, M. A. & Humphreys, P. (eds) (2008) *Emergence: Contemporary Readings in Philosophy and Science*. Op. cit.: 427-446.

Kittler, F. (1990) *Discourse Networks 1800 / 1900*. Stanford University Press, Stanford.

Idem (1999) *Gramophone, Film, Typewriter*. Stanford University Press, Stanford.

Kripke, S. A. (1963, 1999) Semantical Considerations on Modal Logic. In: Tooley, M. (ed.) (1999) *Analytical Metaphysics. A Collection of Essays*. Garland Publishing, Inc., New York, London: 375-386.

Idem (1972, 1980) *Naming and Necessity*. Harvard University Press, Cambridge (Mass.).

Idem (1982) *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Blackwell Publishing, Oxford.

Lachelier, J. (1896<sup>2</sup>) *Du Fondement de l' Induction*. Félix Alcan, Paris.

Lakoff, G. & Johnson, M. (1999) *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. Basic Books, New York.

Lashley, K. (1951) The Problem of Serial Order in Behavior. In: Jeffress, L. A. (ed.) (1951) *Cerebral Mechanisms in Behavior: The Hixon Symposium*. Wiley, New York: 112-146.

Latour, B. (1984) *Pasteur: Guerre et Paix des Microbes, suivi de Irréductions*. La Découverte, Paris.

Idem (1986, 1990) *Visualisation and Cognition: Drawing Things Together*. In: Kuklick, H. (ed.) (1986) *Knowledge and Society. Studies in the Sociology of Culture Past and Present*, vol. 6. Jai Press. Reprint in: Lynch, M. & Woolgar, S. (eds.) *Representation in Scientific Activity*. MIT Press, Cambridge (Mass.): 19-68.

Idem (1990, 1996) *On Actor-Network Theory. A Few Clarifications Plus More Than a Few Complications*. In: *Soziale Welt* (1996), vol. 47: 369-381.

Idem. (2005) *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford University Press, Oxford.

Law, J. (1984) *On the Methods of Long Distance Control: Vessels, Navigation and the Portuguese Route to India*. In: Law, J. (ed.) (1984) *Power, Action and Belief: a New Sociology of Knowledge. Special Issue: Sociological Review Monograph Series*, vol. 32. Op. cit: 234-263.

Idem (2007) *Actor Network Theory and Material Semiotics*. available at <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf>. (accessed July 2017).

Leroi-Gourhan, A. (1964, 1993) *Gesture and Speech*. MIT Press, Cambridge (Mass.).

Lewis, C. I. (1918) *A Survey of Symbolic Logic*. University of California Press, Berkeley.

Lewis, D. (1969, 2002) *Convention*. Blackwell, Oxford.

Idem (1970) *Anselm and Actuality*. In: *Nous*, 4: 175-188.

Idem (1979) *Possible Worlds*. In: Loux M. J. (ed.) *The Possible and the Actual. Readings in the Metaphysics of Modality*. Cornell University Press, Ithaca and London: 182-189.

Idem (1986, 2001) *On the Plurality of Worlds*. Blackwell, Oxford.

Lowe, E. J. (2010) *Why my Body is not me: The Unity Argument for Emergentist Self-Body Dualism*. In: Corradini, A. & O' Connor, T. (eds.) (2010) *Emergence in Science and Philosophy*. Op. cit: 127-148.

Luhmann, N. (1984) *Soziale Systeme*. Suhrkamp, Frankfurt am Main.

Idem (1997) *Die Gesellschaft der Gesellschaft I-II*. Suhrkamp, Frankfurt am Main.

Mach, E. (1914) *The Analysis of Sensations and the Relation of the Physical to the Psychological*. The Open Court Publishing Company, Chicago.

Marr, D. (2010) *Vision. A Computational Investigation into the Human Representation and Processing of Visual Information*. The MIT Press, Cambridge (Mass.).

McClelland, J. L., Rumelhardt, D. E., Hinton, G. E. (1986) *The Appeal of Parallel Distributed Processing*. In: Rumelhardt, D. & McClelland, J. L. and PDP Research Group (eds.) (1986) *Parallel Distributed Processing. Explorations in the Microstructure of Cognition. Foundations*, vol. 1. The MIT Press, Cambridge (Mass.).

McCulloch, W. S. & Pitts, W. H. (1943) *A Logical Calculus of the Ideas Immanent in Nervous Activity*. In: *Bulletin of Mathematical Biophysics*, 5: 115-133.

McDowell, J. (1994, 1996) *Mind and World*. Harvard University Press, Cambridge (Mass.), London.

McLuhan, M. (1962) *The Gutenberg Galaxy. The Making of Typographic Man*. University of Toronto Press, Toronto.

Minati, G. & Pessa, E. (eds.) (2002) *Emergence in Complex, Cognitive, Social, and Biological Systems*. Springer, New York.

Moore, A. W. (1993) *Meaning and Reference*. Oxford University Press, Oxford, New York.

Moore, G. E. (1922) *Philosophical Studies*. Harcourt, Brace and Co., New York.

Mucchielli, R. (1966) *Introduction a la Psychologie Structurale*. Charles Dessart, Bruxelles.

Ong, W. (1988, 1998) *Oralidade e Cultura Escrita. A Technologização da Palavra*. Papirus Editora, São Paulo.

Palmer, S. E. (1999) *Vision Science. Photons to Phenomenology*. MIT Press, Cambridge (Mass.), London.

Panofsky, E. (1975) *La Perspective comme Forme Symbolique*. Ed. de Minuit, Paris.

Peirce, C. S. (1998), *The Essential Peirce, Selected Philosophical Writings, 1893-1913, vol. 2*, Indiana University Press, Bloomington.

Idem (1931-1966), *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* (Hartshorne, C., Weiss, P. and Burks, A. W. eds.) I-VIII. The Belknap Press, Cambridge (Mass.).

Piéron, H. (1910) *L'Évolution de la Mémoire*. Flammarion, Paris.

Plantinga, A. (1999) *Two Concepts of Modality: Modal Realism and Modal Reductionism*. In: Tooley, M. (ed.) (1999) *Analytical Metaphysics. A Collection of Essays*. Op. cit.: 71-113.

Platão (1950), *Oeuvres Complètes I-II*, Gallimard, Paris.

Poerksen, B. (2004) *The Certainty of Uncertainty. Dialogues Introducing Constructivism*. Imprint Academic, Charlottesville.

Putnam H. (1988) *Representation and Reality*, MIT Press, Cambridge (Mass.).

Pylyshyn, Z (1999) *What is Cognitive Science*. Publicado também com o título *What is in your Mind* In: Lepore, E. & Pylyshyn, Z. (Eds.), *What is Cognitive Science*. Oxford: Blackwell, 1999.

Quine W. O. (1953, 2001) *From a Logical Point of View*. Harvard University Press, Cambridge (Mass.).

Idem (1960, 2013) *Word and Object*. The MIT Press, Cambridge (Mass.)

Ravaisson, F. (1838) *De l' Habitude*. Imprimerie de H. Fournier, Paris.

Renouvier, C. (1912) *Essais de Critique Générale*. A. Colin, Paris.

Rescher, N. (1973, 1979) *The Ontology of the Possible*. In: Loux M. J. (ed.) *The Possible and the Atual. Readings in the Metaphysics of Modality*. Op. cit.: 166-181.

Ribot, T. (1885) *Les Maladies de la Personnalité*. Félix Alcan, Paris.

Idem (1914). *La Vie Inconsciente et les Mouvements*. Félix Alcan, Paris.

Rosch, E. (1978) *Principles of Categorization* in: Rosch, E. & Lloyd, B. (eds.) *Cognition and Categorization*. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, Hillsdale, New Jersey, 27-48.

Russell, B. (1905) On Denoting. In: *Mind*, 14, 56: 479-493.

Idem (1912, 1959) *The Problems of Philosophy*. Oxford University Press, Oxford.

Idem (1919) *Introduction to Mathematical Philosophy*. George Allen & Unwin, London.

Ryle, G. (1949) *The Concept of Mind*. University of Chicago Press, Chicago.

Searle, J. (1983) *Intentionality. An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge University Press, Cambridge.

Idem (1984) *Minds, Brains and Science*. Harvard University Press, Cambridge (Mass.).

Sellars, W. (1963, 1991) *Science, Perception and Reality*. Ridgeview Publishing Company, Atascadero.

Sidelle, A. (1989) *Necessity, Essence, and Individuation*. Cornell University Press, Ithaca, London.

Simondon, G. (1958, 1989) *Du Mode d' Existence des Objets Techniques*. Aubier, Paris.

Spengler, O. (1931) *Der Mensch und die Technik. Beitrag zu einer Philosophie des Lebens*. C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, München.



Stalnaker R. C. (2003) *Ways a World Might Be*. Oxford University Press, Oxford.

Tolman E. C. (1951) *Collected Papers in Psychology*. University of California Press, Berkeley.

Trappenberg, T. P. (2002, 2010<sup>2</sup>) *Fundamentals of Computational Neuroscience*. Oxford University Press, Oxford.

Turing, A. (1950) *Computing Machinery and Intelligence*. In: *Mind*, 49: 433-460.

Varela, F. (1992) *The Embodied Mind. Cognitive Science and Human Experience*. The MIT Press, Cambridge (Mass.).

Idem (1990) *Kognitionswissenschaft und Kognitionstechnik. Eine Skizze aktueller Perspektiven*. Suhrkamp, Frankfurt am Main.

L. Wittgenstein (1922) *Tractatus Logico-Philosophicus*. Kegan Paul, London.

Idem (1958) *Philosophical Investigations*. Blackwell, Oxford.

Idem (1979) *Über Gewissheit / On Certainty*. Blackwell, Oxford.

Idem (1980) *Wittgenstein's Lectures. Cambridge 1930-32. From the notes of John King and Desmond Lee*. Basil Blackwell, Oxford.